



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.
- Evite consultas automatizadas.
Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento óptico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.
- Mantenha a atribuição.
A "marca d'água" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.
- Mantenha os padrões legais.
Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As consequências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em <http://books.google.com/>

137
168.5

190

138 Jan 1929



HARVARD LAW LIBRARY

Gift of
James. Hanson Barnard
and
Augusta Barnard

RECEIVED Jan 14 1928.



137
168.5

NEGOCIOS EXTERNOS

193 (1)

DOCUMENTOS APRESENTADOS ÀS CORTES

NA

SESSÃO LEGISLATIVA DE 1893

PELO

MINISTRO E SECRETARIO D'ESTADO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

NEGOCIOS COMMERCIAES E CONSULARES

SECÇÃO II

NEGOCIAÇÕES COM HESPAÑHA

COMMERCIO, TRANSITO, PESCA

LISBOA

IMPRESSA NACIONAL

1893

(2)

NEGOCIOS EXTERNOS

DOCUMENTOS APRESENTADOS ÁS CORTES

NEGOCIOS EXTERNOS

DOCUMENTOS APRESENTADOS ÀS CORTES

NA

SESSÃO LEGISLATIVA DE 1893

PELO

MINISTRO E SECRETARIO D'ESTADO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

NEGOCIOS COMMERCIAES E CONSULARES

SECÇÃO II

NEGOCIAÇÕES COM HESPAÑHA

COMMERCIO, TRANSITO, PESCA

LISBOA

IMPrensa NACIONAL

1893

1-14-28.

JAN 14 1928

SECÇÃO II

NEGOCIAÇÕES COM HESPAÑHA

COMMERCIO, TRANSITO, PESCA

(Segue das secções I e II de 1886 e da V de 1890)

N.º 1

O SR. JOSÉ VICENTE BARBOSA DU BOCAGE, MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS
AO SR. JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL, MINISTRO DE PORTUGAL EM MADRID

Lisboa, 5 de novembro de 1885. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de levar ao conhecimento de v. ex.^a que foram nomeados o capitão de mar e guerra Bento Maria Freire de Andrade e o primeiro tenente da armada Joaquim Patricio Ferreira, para procederem á demarcação das aguas territoriaes nas zonas maritimas adjacentes de Portugal e Hespanha, determinada no artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro ultimo; e rogo a v. ex.^a que solicite do governo de Sua Magestade a nomeação dos commissarios hespanhoes que com elles se devem entender.

Deus guarde, etc.

N.º 2

DO MINISTERIO DA MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 16 de novembro de 1885. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Communico a v. ex.^a, para os fins convenientes, que a nomeação do primeiro tenente da armada Joaquim Patricio Ferreira, para commissario especial de Portugal, a fim de proceder á demarcação das aguas territoriaes nas zonas maritimas adjacentes de Portugal e Hespanha, foi annullada em

portaria datada de hoje, a qual determina que o referido official seja substituido n'aquelle encargo pelo primeiro tenente da armada Francisco Augusto da Fonseca Regalla.

Deus guarde, etc.

N.º 3

O SR. JOSÉ VICENTE BARBOSA DU BOCAGE AO SR. JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL

Lisboa, 1 de dezembro de 1885. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Confirmando a v. ex.^a o meu telegramma de hontem, no qual dizia que propozesse e ajustasse a prorrogação, por um mez, do praso estabelecido no artigo 37.º do convenio de pesca.

Circumstancias occorrentes impediram que os regulamentos a que se refere o dito artigo se podessem elaborar a tempo de serem promulgados antes do dia de amanhã, em que finda o praso de dois mezes fixado no dito artigo. Julgo que o mesmo succedeu n'esse paiz. O governo, porém, não precisa absolutamente de mais um mez para pôr em vigor os regulamentos de que se trata, mas propoz este praso por entender que na presente conjunctura, em que negocios tão graves occupam a attenção d'esse governo, isto lhe deveria ser preferivel.

Não se acham tambem nomeados ainda os commissarios que devem marcar os limites das aguas jurisdiccionales, e essa circumstancia aconselha tambem agora a prorrogação. Entretanto não deve v. ex.^a apresentar de fórma alguma esta rasão, pois ha vantagem em não considerarmos a execução do citado artigo 37.º subordinada á do artigo 4.º, mas sem compromettermos desde já a nossa opinião.

Deus guarde, etc.

N.º 4

O SR. JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL AO SR. JOSÉ VICENTE BARBOSA DU BOCAGE

Madrid, 24 de dezembro de 1885. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Havendo immediatamente cumprido as ordens de v. ex.^a, transmittidas por seu despacho expedido pela direcção dos consulados e negocios commerciaes em data de 1 de dezembro corrente, por meio da nota que em 3 de dezembro corrente passei ao ministerio d'estado, copia junta (documento A), resultou ficar, em principio, ajustado, já com o actual ex.^{mo} ministro, o praso de prorrogação n'aquella mesma nota proposto. Estando, porém, proximo a expirar o referido praso (2 de janeiro de 1886), julgo do meu dever pedir a este respeito os competentes avisos ou novas instrucções.

Deus guarde, etc.

A

Legação de Portugal em Madrid. — Madrid, 3 de dezembro de 1885. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Conformemente ao estipulado no artigo 37.º do convenio de pesca, assignado em 2 do mez de outubro ultimo, concluia hontem o praso fixado para a promulgação dos respectivos regulamentos internos. Tendo, porém, o governo de Sua Magestade na maior consideração as peçuliares circumstancias e os obvios e multiplices cuidados que, n'esta

dolorosa conjuntura, naturalmente preocupam o governo de Sua Magestade Catholica; no intuito de não complicar em tal occasião, no que do governo de Sua Magestade dependa, a execução do citado convenio, o mesmo governô me ordena que proponha e ajuste, como por este modo cumprio, a prorrogação do referido artigo 37.º por espaço de um mez, a contar do dia 2 do corrente dezembro.

Aproveito esta occasião para reiterar a v. ex.^a a segurança da minha mais alta consideração.

N.º 5

O SR. JOSÉ VICENTE BARBOSA DU BOCAGE AO SR. JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL

Telegramma.

Lisboa, 30 de dezembro de 1885.—*Diario* publica hoje regulamentos pesca. Desnecessaria, portanto, pela nossa parte, prorrogação praso artigo 37.º convenção pesca.

N.º 6

O SR. JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL AO SR. JOSÉ VICENTE BARBOSA DU BOCAGE

Extracto.

Madrid, 17 de fevereiro de 1886.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a as inclusas copias de duas notas (documentos A e B) que acabo de receber d'este ex.^{mo} ministro dos negocios estrangeiros.

Deus guarde, etc.

A

Extracto.

Ministerio de estado.—Palacio, 12 de febrero de 1886.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—El sr. ministro de marina, manifiesta que por parte de España no hay el menor inconveniente en que desde luego se proceda á la determinación de la linea divisoria ó limite de las aguas territoriales en el rio Miño.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar a V. E. las seguridades de mi mas distinguida consideracion.=S. Moret.=Sr. ministro plenipotenciario de Su Majestad Fidelísima.

B

Extracto.

Ministerio de estado.—Palacio, 12 de febrero de 1886.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—Tengo la honra de poner en conocimiento de V. E. que por parte del gobierno de Su Majestad quedan nombrados los mismos individuos de la comision mixta española para la rectificacion de las orillas del rio Miño, para la demarcacion durante el presente año y fijacion en el plano de la linea de mayor fondo, como también para la determinacion de la linea en que la desembocadura de dicho rio deba separar las zonas maritimas jurisdiccionales; quedando al propio tiempo nombrados para verificar iguales trabajos en el rio Guadiana, el ayudante de marina de Ayamonte y teniente de navio Don Rafael Sociats, tan-

luego este concluya sus trabajos hidrográficos en el río Miño, sin perjuicio de que la línea divisoria de las zonas marítimas del Guadiana puede ser determinada desde luego por dicho ayudante de marina y otro jefe ú oficial que tuviese destino en el departamento de Cadiz en union con los comisionados portugueses.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar á V. E. las seguridades de mi más distinguida consideracion. = *S. Moret.* = Sr. ministro plenipotenciario de Su Majestad Fidelísima.

N.º 7

**O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES, MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS,
AO SR. JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL**

Extracto.

Lisboa, 3 de março de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho presente o officio que, em data de 17 de fevereiro ultimo, v. ex.^a dirigiu ao meu antecessor, remettendo-lhe copia de duas notas, de 12, do governo hespanhol relativas á nomeação dos commissarios hespanhoes que têm de proceder com os portuguezes á demarcação da linha divisoria das aguas marítimas e fluviaes a que se refere o artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885.

O governo de Sua Magestade concorda nas indicações constantes das mesmas notas sobre os trabalhos de que devem ser encarregados os commissarios, e ordem e modo por que os devem desempenhar. Já se auctorizou os commissarios portuguezes a entenderem-se directamente com os hespanhoes.

Rogo a v. ex.^a se sirva dar conhecimento d'esta resolução a esse governo, e de solicitar d'elle ao mesmo tempo a designação do dia em que os referidos commissarios portuguezes se devem achar no rio Minho para darem começo aos trabalhos.

Deus guarde, etc.

N.º 8

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL

Extracto.

Lisboa, 5 de abril de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Cumpre-me dizer a v. ex.^a que, sendo tres os commissarios hespanhoes encarregados da demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes do rio Minho, foi nomeado, em 1 do corrente mez, o primeiro tenente Joaquim Patricio para, conjunctamente com os outros dois, cujos nomes já foram transmitidos a v. ex.^a, formarem igual numero por parte de Portugal.

O que rogo a v. ex.^a se sirva communicar a esse governo.

Deus guarde, etc.

N.º 9

O SR. JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Madrid, 12 de abril 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a a inclusa copia autentica da nota de 8 de abril corrente (documento A), que recebo d'este ministerio d'estado, em que se participa ter sido substituido, por não poder

fazer parte da commissão hespanhola, para a demarcação das aguas territoriaes do rio Minho, o engenheiro D. Antonio Sanz e Gonzalez, pelo engenheiro chefe da provincia de Pontevedra D. Alexandre Cerdá e Maroder; o que levo ao superior conhecimento de v. ex.^a para os fins convenientes.

Deus guarde, etc.

A

Ministerio de estado. — Palacio, 8 de abril de 1886. — Excmo. sr. — Muy señor mio. — Tengo la honra de poner en conocimiento de V. E. que, no siendo posible al ingeniero jefe del cuerpo de caminos, canales y puertos, D. Antonio Sanz y Gonzalez, formar parte de la comision internacional para la delimitacion de las aguas territoriales del rio Miño, Su Majestad la Reina regente ha tenido á bien nombrar para reemplazarle en la misma al ingeniero de igual categoria D. Alexandre Cerdá y Morader, que desempeña la jefatura de la provincia de Pontevedra, á cuyo funcionario se recomienda muy particularmente que el dia 10 del actual se encuentre en la Guardia para asistir á la inauguracion de los trabajos.

Al rogar á V. E. se sirva participarlo al gobierno de Su Majestad Fidelisima, aprovecho la oportunidad para reiterarle las seguridades de mi más distinguida consideracion. = *S. Moret*. = Sr. ministro plenipotenciario de Portugal.

N.º 10

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL

Lisboa, 12 de maio de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de communicar a v. ex.^a que o commissario especial por parte de Portugal, Bento Maria Freire de Andrade, ponderou ao governo a conveniencia de serem nomeados mais dois officiaes para as demarcações do limite da zona maritima entre Portugal e Hespanha e da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes de cada um dos paizes no rio Minho; e que o governo de Sua Magestade, attendendo essa conveniencia, nomeou, em portaria de 11 de maio, commissarios especiaes os primeiros tenentes da armada José Joaquim Xavier de Brito, engenheiro hydrographo, e Antonio Arthur Baldaque da Silva, ficando assim augmentado o numero de commissarios especiaes nomeados em portarias de 30 de outubro e 16 de novembro de 1885 e 3 de abril do corrente anno.

Rogo a v. ex.^a se sirva communicar ao governo hespanhol as nomeações dos dois novos commissarios.

Deus guarde, etc.

N.º 11

DO MINISTERIO DA MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 23 de junho de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o ministro da marinha encarrega-me de remetter a v. ex.^a a inclusa copia (documento A) de um officio confidencial do capitão de mar e guerra, Bento Maria Freire de Andrade, e bem assim o mappa annexo ao mesmo officio, rogando a v. ex.^a se sirva enviar a esta direcção geral as bases

necessarias para se formularem as instrucções que solicitam os commissarios portuguezes, encarregados de procederem, juntamente com os commissarios hespanhoes, á demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes do rio Minho e costa adjacente.

Deus guarde, etc.

A

Confidencial.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— Os commissarios portuguezes nomeados para, nos termos do artigo 4.^o do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, procederem, conjuntamente com os commissarios hespanhoes á demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes do rio Minho e costa adjacente, nas reuniões que tiverem sobre assumptos relativos ao caminho a seguir no desempenho da missão que lhes foi confiada, discutiram a interpretação a dar ao artigo 1.^o do tratado de limites de 29 de setembro de 1864, em conformidade do qual a demarcação devia ser feita.

Qualquer porém que fosse a opinião dos commissarios sobre a interpretação do referido artigo 1.^o com respeito á principal *veia fluida* como linha de separação das duas soberanias, nem ella poderia ser considerada como absoluta, nem deixar de subordinar-se ás instrucções que sobre tão importante assumpto lhes fossem superiormente ministradas. N'esta conformidade resolveu a comissão pedir ao governo de Sua Magestade as instrucções precisas, adiando comtudo este pedido para quando o podesse acompanhar das informações sobre o regimen do rio Minho, que resultariam dos estudos a que iam proceder.

Effectivamente emittir opinião sobre o regimen de um rio sem possuir, ou ter levantado a sua planta, feito sondagens e estudado, embora approximadamente, a direcção e velocidade das suas correntes, seria antecipar um juizo provavelmente em desaccordo com os dados obtidos em trabalhos de campo. Foi assim tambem que o entendeu a comissão hespanhola, porquanto na reunião da comissão mixta, que teve logar em 10 de abril ultimo, se accordou em que se procedesse primeiramente ao levantamento da planta do rio Minho, planta já começada em maio de 1884 pelo engenheiro hespanhol D. Rafael Sociats y Arricant, e ao levantamento da qual iam proceder os commissarios portuguezes, por só possuirem um reconhecimento do mesmo rio levantado ha vinte e dois annos na escala de 1/20:000; accordando-se mais, n'essa reunião, que os trabalhos de sondagem definitiva fossem feitos em commum, logo que os engenheiros de ambos os paizes dessem por concluido o levantamento da planta, como de tudo já dei conhecimento a v. ex.^a no meu officio de 19 de abril passado.

Só depois de sufficientemente adiantados os trabalhos, especialmente os de planimetria, e feitas algumas sondagens de reconhecimento nos canaes que separam as principaes insuas, só então, digo, a comissão portugueza poderia informar sobre as suas condições e regimen, expor as consequencias que resultariam de differentes interpretações dadas ao referido artigo 1.^o do tratado de limites, e pedir as instrucções precisas que os habilitassem a proceder segundo as intenções do governo de Sua Magestade. É o que a comissão agora faz, acompanhando as suas considerações do reconhecimento do rio Minho com o traçado muito provavel do seu *thalweg*.

Sobre qual seja a principal *veia fluida* é tanto mais necessario conhecer o pensamento do governo quanto é certo que d'ahi póde depender o dominio portuguez sobre algumas insuas importantes do rio, que são propriedade de subditos ou corporações portuguezas e rias quaes temos até hoje exercido soberania. As insuas a que me refiro são a Morraceira de Seixas, a Borga, a Morraceira de Lanhollas, a do Conego e a insua de S. Pedro.

Os plenipotenciarios na celebração do tratado de limites não resalvaram para Portugal a soberania d'aquellas insuas, por meio de declarações explicitas, como fizeram no

artigo 1.º relativamente a Canosa, Cancellá, Insua Grande e Filha Boa, que ficaram reservadas para a Hespanha, e ás denominadas Canguedo e Ranha Gallega, que couberam a Portugal. Ora, segundo os estudos feitos pela commissão, póde quasi assegurar-se que o *thalweg* passa áquem das duas primeiras insuas, e portanto, se este for considerado como a principal *veia fluida*, ellas passarão para o dominio hespanhol, a não constituir titulo, que as reserve para Portugal, o facto de terem sido sempre portuguezas e, pelo menos a Borga, assim reconhecida por actos officiaes, como o estabelecimento de postos militares durante o ultimo cordão sanitario, sem reclamação da Hespanha. O que succede hoje com estas insuas, póde vir a succeder, por uma mudança lenta do leito do rio, com a Morraceira de Lanhollas, a do Conego e a insua de S. Pedro. A perda da Borga seria tanto mais sensivel quanto é propriedade do municipio de Villa Nova da Cerveira. Alem d'isto, sendo a demarcação da linha de fronteira determinada com o intuito de acabar com os conflictos entre pescadores, se se vier regulamentar que a pesca nas insuas fique reservada para os respectivos nacionaes, a perda da Borga para a soberania portugueza tornar-se-ha uma fonte permanente de desordens. Os hespanhoes nunca ali pescaram. Fundados n'este facto, os nossos pescadores, contra as disposições do regulamento local, que permite a pesca em commum aos dois povos marginaes nos terrenos cercados de agua durante a baixamar, oppozeram-se em 1881 a que elles ali exercessem a sua industria como pretendiam.

O governo civil do districto sustentou esta opposição contra as reclamações do capitão do porto da Guardia, e tendo a questão subido á deliberação dos dois governos, a pesca foi entretanto prohibida a portuguezes e hespanhoes, com o fim de cortar conflictos e manter a reciprocidade no exercicio da industria. Como a questão ainda não está resolvida, a prohibição continúa. Se agora, em consequencia da demarcação da fronteira, a insua passar ao dominio hespanhol e em seguida a pesca ali for permitida sómente a hespanhoes, receâmos que surjam conflictos graves, alem dos transtornos que resultarão aos municipes de Villa Nova da Cerveira no goso d'esta propriedade de dominio commum. Desde porém que o tratado de limites no seu artigo 1.º determina a soberania de algumas insuas, constituindo excepção á regra geral adoptada para a demarcação de fronteiras, não ha razão para que aquellas de que tratâmos não sejam também exceptuadas.

Em vista do que acabâmos de expor, a commissão pede lhe sejam dadas instrucções sobre os seguintes pontos:

1.º Se devemos considerar *principal veia fluida* aquelle braço do rio pelo qual segue o *thalweg*, ainda quando seja o mais extenso para a navegação;

2.º Se, n'este caso, a linha divisoria das duas soberanias deve coincidir com a linha de maior fundo ou ser traçada a igual distancia das duas margens.

É certo que a nossa missão tem um fim especial, mas nem por isso nos occorre menos o dever de dar desde já estas informações ao governo de Sua Magestade, que julgará do seu valor e fará o que houver por conveniente na defeza dos interesses nacionaes.

Deus guarde, etc.

N.º 12

DO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS AO MINISTERIO DA MARINHA

Lisboa, 1 de julho de 1886.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em resposta ao officio do ministerio a digno cargo de v. ex.^a, de 23 de junho corrente, em que se pedem as bases para as instrucções que solicitam os commissarios portuguezes encarregados de procederem

juntamente com os hespanhoes á demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes do rio Minho e costa adjacente, cumpre-me, em presença da correspondencia dos mesmos commissarios annexa ao dito officio, na parte que se refere ás duvidas que manifestam no modo de conciliar a disposição do artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885 com as do artigo 1.º do tratado de limites de 26 de setembro de 1864, dizer a v. ex.^a o seguinte:

O artigo 1.º do tratado de limites dispõe que a linha de soberania entre Portugal e Hespanha se dirigirá no rio Minho pela principal veia fluida até á confluencia do rio Borga ou Trancoso, exceptuando expressamente nos dois paragraphos restantes algumas ilhas ou insuas, as quaes deviam ficar pertencendo a um ou a outro estado, independentemente da demarcação pela dita principal veia fluida.

Por circumstancias, que escusado é referir agora, não tem sido até ao presente determinada essa demarcação que, pelas condições variaveis do leito do rio Minho, poderá ter-se modificado, porque a veia fluida, considerada a principal sob quaesquer aspectos, se não tenha conservado a mesma.

Ora, entre as ilhas e insuas banhadas pelas aguas do rio Minho, havia e ha outras sem ser as expressamente designadas nos paragraphos do artigo 1.º, cuja soberania a um e outro estado era reconhecida ao tempo da celebração do tratado de limites, e o tem sido até ao presente sem contestação, que não podem passar a dominio differente agora por qualquer linha divisoria que se estabeleça nas aguas do rio Minho, e a respeito das quaes se poderia dar a anomalia de, pertencendo a um estado, ficarem circumdadas por aguas em que tenha jurisdicção o outro.

Em vista do exposto, a linha divisoria a que se refere o artigo 4.º da convenção de pesca de 2 de outubro de 1885, a qual tem por fim unico determinar, anno a anno, qual deva ser o limite jurisdiccional de cada estado relativamente a assumpto proprio e exclusivamente de pesca, terá na parte do rio Minho, onde não haja ilhas ou insuas, de seguir a linha de maior fundo, coincidindo rigorosamente com esta.

Na parte do rio onde haja ilhas ou insuas, e portanto elle se divida em dois ou mais braços, deverá, partindo-se do de maior fundo, escolher-se aquelle que deixe como se fossem encorporadas á margem firme respectiva, as ilhas ou insuas pertencentes a um ou outro estado e que tenham sido ou não designadas no tratado de limites, e fazer-se coincidir a linha divisoria com a de maior fundo d'esse braço. Isto sem prejuizo da definitiva e permanente demarcação de fronteira qua se estabelecer em qualquer tempo em conformidade com o disposto no tratado de limites de 29 de setembro de 1864 e annexos de 4 de novembro de 1866.

Deus guarde, etc.

N.º 13

O SR. JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Madrid, 2 de julho de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a a inclusa copia da nota (documento A), que recebo do ex.^{mo} ministro d'estado, ácerca da nomeação de commissarios para as demarcações do limite da zona maritima entre Portugal e Hespanha, de que trata o despacho de v. ex.^a de 12 de maio ultimo.

Deus guarde, etc.

A

Ministerio de estado. — Palacio, 25 de junio de 1886. — Excmo. sr. — Muy señor mio. — Consultado oportunamente mi collega el sr. ministro de marina ácerca del conte-

nido de la nota en que, se sirvió V. E. participarme el nombramiento de dos nuevos comisionados para la delimitación de las aguas jurisdiccionales del río Miño, en real orden que acabo de recibir me manifiesta que, por lo que á España se refiere, y teniendo en cuenta las circunstancias personales de los actuales comisarios, no créese necesario el aumento del personal que en dicha comisión representa sus intereses.

Y por esta consideración, que el gobierno de Portugal no podrá menos de apreciar, espera, a su vez, el de Su Majestad que el mayor número de comisarios portugueses no podrá producir alteración alguna en lo ya estipulado y establecido por los [dos gobiernos respecto á las reuniones, deliberaciones y votaciones de la comisión mixta internacional.

De este modo quedará obviada cualquiera dificultad que, en la práctica, pueda resultar del aumento de personal por parte del gobierno portugués, y continuará ocupándose en sus trabajos la comisión mixta con las mismas condiciones con que los inauguró en su reunión de 10 de abril próximo pasado.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a V. E. las seguridades de mi más distinguida consideración. = *S. Moret*. — Sr. ministro plenipotenciario de Portugal.

N.º 14

DO MINISTERIO DA MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 4 de setembro de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Remettendo a v. ex.^a uma copia (documento A), do officio que em 2 do corrente, dirigiu a esta direcção geral o capitão de mar e guerra Bento Maria Freire de Andrade, vogal da commissão mixta de Portugal e Hespanha para a demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho e costa adjacente, e enviando tambem a v. ex.^a a carta da barra a que o dito officio se refere, a fim de que os trabalhos da commissão sejam tomados por esse ministerio na consideração que merecerem, vou rogar a v. ex.^a se sirva communicar-me, com urgencia, qualquer alteração que for conveniente em relação á construcção das marcas, para que possa ser transmittida essa communicação ao referido capitão de mar e guerra, como elle solicita no mencionado officio.

Deus guarde, etc.

A

Lisboa, 4 de setembro de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de communicar a v. ex.^a que ante-hontem, 31 de agosto, se reuniu n'esta villa de Caminha a commissão mixta de Portugal e Hespanha, nomeada para proceder á demarcação dos aguas jurisdiccionaes do rio Minho e costa adjacente, reunião que foi expressamente convocada para resolver definitivamente sobre diversos assumptos de serviço.

Aberta a sessão pelas onze horas da manhã, a commissão tratou de determinar, em conformidade do artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, qual o paralelo de divisão das aguas jurisdiccionaes da costa, e, estando presente a carta da barra, levantada pelos commissarios portugueses e sondada em commun pelos commissarios de ambas as nações, accordou-se finalmente em que o referido paralelo passasse pelo norte da insua e pedra da Ismiela, tendo por uma das marcas o moinho debaixo do Montanhão, no alto da Portella, terminando, pelo lado de éste, no ponto de junção dos *thalwegs* e das barras norte e sul d'este porto.

Accordou-se mais em que, a partir d'este ponto, a linha de divisão das aguas jurisdiccionaes seguisse até á foz, na direcção da fabrica da Armona, terminando na que une

a Ponta da Barbella, em Hespanha, com a Ponta Grossa do cabedello do lado de Portugal.

A carta da barra, que juntamente envio a v. ex.^a, mostra o traçado do paralelo e linhas de divisão a que me refiro. Hontem procedeu-se no terreno á determinação d'aquelle paralelo, combinando-se em que desde já se procedesse á construcção de marcas de madeira de fôrma e altura conveniente para poderem avistar-se a 6 milhas de distancia, e, terminado este trabalho, a que hoje dou começo, a commissão iria n'um vapor determinar aquelle limite de 6 milhas, definindo-o não só pela altura e natureza do fundo dado pela sondagem, mas tambem por marcas de travez, o que tudo faria reconhecer por alguns dos principaes pescadores de cada uma das nações, que a commissão levaria consigo.

V. ex.^a dignar-se-ha significar-mo, com a brevidade possivel, qualquer alteração que tenha por conveniente com relação aos trabalhos de construcção das marcas.

Deus guarde, etc.

N.º 15

PARECER DA DIRECÇÃO DOS CONSULADOS

O convenio de pesca, assignado em 2 de outubro de 1885, entre Portugal e a Hespanha, supprimindo, ou antes restringindo (artigos 1.º e 5.º) a reciprocidade estipulada no de 14 de julho de 1878, reconheceu o direito de pesca sómente aos pescadores de cada paiz nas costas maritimas da sua jurisdicção, cujos limites fixou em 6 milhas a contar da linha de baixamar nas maiores aguas; e manteve o direito de pesca em commun nos rios Minho e Guadiana.

Dispoz que a separação das aguas territoriaes nas zonas maritimas dos dois paizes fosse feita por linhas tiradas do extremo do eixo das barras dos rios Minho e Guadiana, coincidindo na zona maritima de oeste com o paralelo, e na zona maritima do sul com o meridiano do referido extremo.

Emquanto ás aguas jurisdiccionaes de cada um dos dois paizes nos rios limitrophes, prescreveu que fossem delimitadas por linhas, partindo da de maior fundo no Guadiana e no Minho, em conformidade do artigo 1.º do tratado de limites, de 29 de setembro de 1864.

A esta ultima demarcação, que deverá ser rectificada em cada anno, não procederam ainda os commissarios, segundo se vê do mappa e officios juntos, e portanto não ha que apreciar por enquanto o modo de salvaguardar n'essa divisão os direitos de soberania relativos ás insuas do rio Minho.

A delimitação representada no mappa recêe nas aguas maritimas da costa occidental da península.

Conforme o disposto no artigo 4.º do convenio, o paralelo traçado parte da extremidade do eixo da barra, ou (como diz o commissario portuguez) do ponto em que se reúnem os dois *thalwegs*, e é fixado pela circumstancia de no seu prolongamento imaginario ocar no moinho de baixo de Montanhão, em Portugal.

D'aquella mesma extremidade do eixo da barra parte uma linha obliqua em direcção á fabrica de Armona, em Hespanha; linha que, para o effeito de que se trata, é limitada pela foz do rio Minho, e incide na linha que liga a ponta da Barbella, em Hespanha, á Ponta Grossa do Cabedello, em Portugal.

Esta divisão angular das aguas da barra, se bem que não determinada no convenio,

é de manifesta necessidade, e não exorbita da competencia regulamentar; por isso que no artigo 38.º d'aquelle convenio se reservou para os dois estados o direito de n'elle introduzir qualquer modificação necessaria.

N.º 16

DO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS AO MINISTERIO DA MARINHA

Lisboa, 8 de setembro de 1886.—S. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, tendo tomado conhecimento do officio de v. ex.^a, de 4 do corrente, bem como da copia do officio do capitão de mar e guerra Freire de Andrade, vogal da commissão mixta de Portugal e Hespanha para a demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho e costa adjacente, e tendo examinado a planta hydrographica elaborada pelo referido commissario, encarrega-me de communicar a v. ex.^a que lhe não parece conveniente alteração alguma relativamente á construcção das marcas indicadas nos mesmos documentos.

Deus guarde, etc.

N.º 17

DO MINISTERIO DA MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 18 de outubro de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o ministro da marinha encarrega-me de remetter a v. ex.^a as inclusas actas das sessões em que os commissarios de Portugal e Hespanha procederam á demarcação do parallelo de divisão das aguas jurisdiccionaes da costa norte, adjacentes aos respectivos estados, em conformidade do artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, celebrado entre as duas nações.

Acompanha as mesmas actas uma carta hydrographica das barras de Caminha e costa adjacente, com o traçado do parallelo de divisão, linha que a completa até á foz do rio Minho, e desenho das marcas que se construíram para definir os respectivos alinhamentos.

Deus guarde, etc.

A

Aos 31 dias do mez de agosto de 1886, n'esta villa de Caminha, pelas onze horas da manhã, se reuniram por parte do governo de Sua Magestade Catholica os commissarios D. Antonio Pincera, tenente de navio, ajudante de marinha da Guardia, D. Rafael Sociats, tenente de navio, e D. Luiz Larrondé y Aldama, engenheiro segundo de caminhos, canaes e portos; e por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima os commissarios Bento Maria Freire de Andrade, capitão de mar e guerra, engenheiro hydrographo, Joaquim Patricio Ferreira, primeiro tenente da armada, engenheiro hydrographo, e Francisco Augusto da Fonseca Regalla, primeiro tenente da armada, capitão do porto de Caminha, todos nomeados, em harmonia com o artigo 4.º do convenio celebrado entre os dois governos referidos, em 2 de outubro de 1885, para demarcarem as linhas divisorias das aguas jurisdiccionaes de Hespanha e Portugal no rio Minho e costa adjacente á sua foz.

Sendo presente o plano da barra do dito rio, levantado pelos commissarios portugue-

zes, tendo collocada a sondagem feita em commum pelos commissarios de ambos os governos, procederam elles á fixação do ponto de partida da linha de separação das aguas jurisdiccionaes na costa, resolvendo que essa linha, que tem de ser prolongada para o mar na direcção do paralelo, partisse do ponto de junção dos *thalwegs* das duas barras que dão entrada para o rio. Resolveram mais que desde o ponto de junção dos referidos *thalwegs* para o lado da terra até á foz do rio a divisão das aguas jurisdiccionaes fosse determinada pela recta que segue proximo do *thalweg* unico e une aquelle ponto á chaminé da fabrica do Armona, formando com a direcção do meridiano verdadeiro um angulo de $28^{\circ} 11'$ para o nordeste. A fim de que ficassem bem delimitadas as zonas em que a pesca se pôde fazer em commum por pescadores dos dois paizes limitrophes e aquellas em que o exercicio d'esta industria é reservada para os respectivos nacionaes, fixaram a foz do rio Minho por meio de uma linha tirada do extremo da ponta da Barbella, em Hespanha, para o extremo da ponta Grossa, em Portugal. Resolveram ainda os referidos commissarios que todas estas linhas fossem definidas por meio de marcas situadas em terra, podendo aproveitar-se para este fim qualquer edificio, ou signal já existente e bem distincto, e construindo-se os demais que se julgassem necessarios. Inspeccionando o plano, observaram que o paralelo escolhido para linha de separação das aguas jurisdiccionaes passa por um moinho em ruinas, existente em Portugal no logar denominado Montanhão, e por isso concordaram que esse moinho servisse para uma das marcas que, enfiadas, devem dar a direcção do referido paralelo. Pela mesma razão foi escolhida a chaminé da fabrica do Armona para a determinação da linha de separação das aguas jurisdiccionaes desde o ponto de junção dos dois *thalwegs* até a foz do rio. Finalmente resolveram os commissarios que o dia de amanhã, 1 de setembro, fosse reservado para a determinação das coordenadas orthogonaes das marcas escolhidas e acima referidas, bem como da latitude do paralelo, e que as linhas divisorias acima mencionadas se traçassem em duas cartas identicas, que, depois de assignadas por todos, ficaria uma em poder de cada grupo de commissarios.

Em seguida se lavrou esta acta em duplicado, sendo, depois de assignada por todos, entregue um exemplar em hespanhol aos commissarios de Sua Magestade Catholica e outro em portuguez aos de Sua Magestade Fidelissima.

Bento Maria Freire de Andrade.
Joaquim Patricio Ferreira.
Francisco Augusto da Fonseca Regalla.

Antonio Puincera y Carballeda.
Rafael Sociats y Arricaut.
Luis Larrondé y Aldama

B

Aos 11 dias do mez de setembro de 1886, n'esta villa de Caminha, se reuniram, pelas dez horas da manhã, por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, Bento Maria Freire de Andrade, capitão de mar e guerra, engenheiro hydrographo, Joaquim Patricio Ferreira, primeiro tenente da armada, engenheiro hydrographo, e Francisco Augusto da Fonseca Regalla, primeiro tenente da armada, capitão do porto de Caminha; e por parte do governo de Sua Magestade Catholica, D. Antonio Pincera, tenente de navio, ajudante de marinha da Guardia D. Rafael Sociats, tenente de navio D. Luiz Larrondé y Aldama, engenheiro segundo de caminhos, canaes e portos, todos commissarios nomeados pelos respectivos governos, em conformidade do artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, para procederem á demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho e costas adjacentes á sua foz. Continuando os trabalhos encetados na reunião do dia 31 de agosto findo para a demarcação das aguas jurisdiccionaes da costa, ambos os grupos

de commissarios apresentaram os calculos feitos, em separado, para a determinação das coordenadas orthogonaes dos pontos, que enfiados dão o paralelo, que constitue a linha de separação das referidas aguas para o mar da junção dos *thalwegs* das duas barras, conforme foi traçada na carta, na mesma reunião de 31 de agosto findo, e no terreno, no dia 1 de setembro corrente.

Estes pontos, que estão designados na carta pelas letras A e B, são os seguintes:— Porto A, moinho mais de baixo, existente em Portugal, no lugar denominado Montanhão, cujas coordenadas, segundo os calculos acima, são: distancia á meridiana, menos 2:640^m,22 distancia á perpendicular, menos 777^m,83, por estar conyencionado que as coordenadas no quadrante do nordeste sejam negativas.—Ponto B, na costa portugueza entre a Ponta Grossa e o Forte da Insua, cujas coordenadas são: distancia á meridiana, menos 999^m,64, distancia á perpendicular, menos 777^m,83. Estas coordenadas têm por origem a guarita noroeste do Forte na Insua, cuja longitude é: 0° 15' 27" e 6 decimos de segundo, a leste do observatorio do castello de S. Jorge em Lisboa, ou 2° 40' 2" e 4 decimos de segundo, a oeste do observatorio de S. Fernando (Cadiz) e latitude, 41° 51' 26" e 2 decimos de segundo, norte.

Para que os pontos acima podessem servir para, pelo seu enfiamento, assignalar o paralelo, o moinho de Montanhão, no ponto A foi caiado de branco, pintando-se-lhe a meia altura das paredes uma faixa encarnada, e no ponto B levantou-se uma marca constituida por duas hastes de madeira cruzadas e cobertas por pranchões intervallados e parallellos á linha do terreno, formando o todo dois triangulos semelhantes, cujos angulos oppostos ás bases são verticalmente oppostos. A altura total d'esta marca mede 10^m,80, tendo o triangulo inferior, cuja base de 5^m,20 de comprimento assenta no terreno, a altura de 8^m,40 e portanto o superior 2^m,40 de altura. Esta marca é pintada de branco. Pela transformação das coordenadas d'estes dois pontos obteve-se para latitude do paralelo 41° 51' 51" e 25 centesimos de segundo, norte.

Em seguida os commissarios determinaram em relação á mesma origem as coordenadas orthogonaes dos pontos, que enfiados dão a linha de separação das aguas jurisdiccionaes, entre o ponto de junção dos *thalwegs* das duas barras e a foz do rio, e bem assim dos que indicam a mesma foz. Estes pontos são os seguintes:

Da linha divisoria entre a foz e a junção dos dois *thalwegs* ponto E (designação da carta) chaminé da fabrica do Armona, cujas coordenadas são: distancia á meridiana, menos 1:223^m,64, distancia á perpendicular, menos 2:383^m,51. Ponto D (designação da carta) na margem hespanhola do rio Minho assignalado por meio de uma marca pintada de branco, formada por uma haste de madeira, tendo de altura 5 metros encimada por dois triangulos iguaes, tendo um a base assente sobre o vertice do outro, cujas coordenadas são: distancia á meridiana, menos 974^m,64, distancia á perpendicular, menos 1:923^m,51.

Do alinhamento que indica a foz:— Ponto A, moinho do Montanhão, que serve igualmente para o alinhamento do paralelo.—Ponto C (designação da carta) na costa portugueza, junto á Ponta Grossa, assignalado por uma marca igual á do ponto D, tem as coordenadas seguintes: distancia á meridiana, menos 1:021^m,64, distancia á perpendicular, menos 1:013^m,51.

Todas estas marcas foram mandadas construir pelos commissarios portuguezes, segundo os typos escolhidos em reunião de todos os commissarios.

Achando-se no porto o vapor mercante portuguez *Victoria*, posto pelo governo de Sua Magestade Fidelissima á disposição de todos os commissarios, a fim de poderem verificar do mar a visibilidade das marcas acima descriptas, e escolher marcas de travez, que pelo seu enfiamento dêem o limite das zonas de 6 milhas, na latitude do paralelo divisorio, zonas que os dois estados limitrophes reservam para a pesca pelos respectivos

aes, os mesmos commissarios resolveram proceder immediatamente a este serviço, lo-se acompanhar pelos pescadores portuguezes João Gonçalves, Antonio Fernandes e José Maria Gonçalves Torres, e pelos hespanhoes Alejandro Pacheco, Gervasio Evaristo Martinez, todos patrões de barcos de pesca, a fim de lhes mostrarem as s e de lhes indicarem as zonas em que a pesca lhes é permittida e prohibida, para smittirem aos demais pescadores. N'este intuito largaram do porto a bordo do refepor *Victoria* pelas onze horas e dezesete minutos da manhã.

As onze horas e trinta e cinco minutos, achando-se fóra da barra, começaram a nanno paralelo, parando por differentes vezes para sondar e determinar a posição do

À uma hora e quinze minutos da tarde estavam a 6 milhas da costa, posição res foi dada pelos seguintes angulos tomados com o sextante: pyramide de Santa e pyramide do Cobertorinho $32^{\circ} 25'$; pyramide do Cobertorinho e capella de Santa $34^{\circ} 26'$. N'esta posição sondaram em 84 metros de fundo de areia fina e branca.

os commissarios, observando a terra, determinaram as seguintes marcas, que assign o limite das zonas que os dois estados reservam para a pesca pelos respectivos aaes, e que são: pelo lado do nordeste, a serra de S. Paio um pouco aberta pelo norte, nte de Santa Tecla, e pelo lado do sueste a capella de Santa Luzia aberta pelo moinho de Monte de Oiro. Por a sonda tomada n'esta posição e pelas anteriores, os commissarios que o fundo vae augmentando desde a costa com uma inclinação me. Deram em seguida aos pescadores todas as indicações de que necessitam para cimento do fundo e dos differentes alinhamentos. Depois d'isto navegaram para o aonde fundearam pelas tres horas e trinta minutos da tarde, tendo reconhecido, te a navegação, a necessidade de tornar bem distincto das edificações proximas o o do Montanhão, que serve de marca para o alinhamento que dá o paralelo, resol- n'este intuito que fosse encimado por uma haste vertical de modeira, sobrepujada n parallelogrammo pintado de branco.

Para constar os commissarios, de regresso a Caminha, lavraram esta acta em du- o, um exemplar em portuguez para os commissarios por parte do governo de Sua tade Fidelissima, outro em hespanhol para os commissarios por parte do governo a Magestade Catholica, exemplares que vão por todos assignados.

Bento Maria Freire de Andrade.

Joaquim Patricio Ferreira.

Francisco Augusto da Fonseca Regalla.

Antonio Páncera y Carballada.

Rafael Sociats y Arriunt.

Luis Larrondé y Aldama.

N.º 18

DO MINISTERIO DA MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

isboa, 2 de novembro de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Remettendo, por copia (docu- A) a v. ex.^a um officio do capitão de mar e guerra, engenheiro hydrographo, Bento Freire de Andrade, commissario especial por parte de Portugal para a demarca- as aguas jurisdiccionaes do rio Minho, officio que vae acompanhado das actas das s a que se refere, aproveito a occasião de communicar a v. ex.^a que, em conse- a de urgencias do serviço da marinha de guerra, vae ser exonerado o primeiro e Francisco Augusto da Fonseca Regalla do cargo de capitão do porto de Cami- portanto tambem de commissario especial para a referida demarcação. logo a v. ex.^a que, logo que o governo hespanhol haja nomeado os seus commissa-

rios para a demarcação do rio Guadiana, v. ex.^a se sirva dar-me d'isso conhecimento, a fim de serem também nomeados os commissarios portuguezes.

Deus guarde, etc.

A

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a as actas (documentos a, b, c e d) das sessões dos dias 9, 13, 19 e 21 do corrente mez de outubro, da comissão mixta de Portugal e Hespanha encarregada da divisão das aguas jurisdiccionaes do rio Minho e costa adjacente, em conformidade com o artigo 4.^o do convenio de 2 de outubro de 1885, celebrado entre as duas nações.

Como consta da acta de 21 do corrente, a comissão mixta resolveu suspender as suas sessões logo que o cumprimento do encargo que lhe fôra commettido estivesse apenas dependente da resposta á consulta que cada grupo de commissarios fez subir ao respectivo governo, com respeito ao desaccordo na divisão das aguas jurisdiccionaes do rio Minho, na parte em que elle se divide em dois ou mais braços pelo encontro de uma ou mais insuas.

Assignados no dia 27 do corrente os planos de sondagem do rio, planos a que se refere a mesma acta de 21, a comissão mixta resolveu tornar effectiva a suspensão das suas sessões, ficando os dois grupos de commissarios habilitados a poderem coordenar, onde melhor lhes convnisse, os trabalhos que têm de apresentar aos seus governos. N'estas condições entendi dever regressar a Lisboa com o primeiro tenente Joaquim Patricio Ferreira, ficando o outro vogal da comissão portugueza, primeiro tenente Francisco Augusto da Fonseca Regalla, em Caminha, por ali ser capitão do porto.

Deus guarde, etc., 30 de outubro de 1886.

a

Aos 9 dias do mez de outubro de 1886, n'esta villa de Caminha, reuniram-se, pela uma hora da tarde, por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, Bento Maria Freire de Andrade, capitão de mar e guerra, engenheiro hydrographo, Joaquim Patricio Ferreira, primeiro tenente da armada, engenheiro hydrographo, e Francisco Augusto da Fonseca Regalla, primeiro tenente da armada, capitão do porto de Caminha; e por parte do governo de Sua Magestade Catholica D. Antonio Panceira, tenente de navio, ajudante de marinha na Guardia, D. Rafael Sociats, tenente de navio, e D. Luis Larrondé y Aldama, engenheiro segundo de caminhos, canaes e portos, todos commissarios nomeados pelos respectivos governos, para procederem á demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho e costa adjacente á sua foz, na conformidade do disposto no artigo 4.^o do convenio de pesca, celebrado entre Portugal e a Hespanha em 2 de outubro de 1885.

Foram presentes as actas das sessões realizadas nos dias 14, 15 e 18 de setembro proximo findo, relatando a discussão n'essas reuniões havida sobre a interpretação, em que os commissarios acima mencionados divergem, do artigo 4.^o do convenio de pesca, de 2 de outubro de 1885. Lidas e discutidas estas actas, e não havendo accordo sobre ellas, nem sobre as emendas apresentadas ás duas primeiras pelos commissarios do governo de Sua Magestade Catholica, relativas á narração da discussão referida, narração sustentada pelos commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, resolveu-se que, em substituição d'essas actas, cada grupo de commissarios envie ao respectivo governo uma exposição do que sustenta ter-se passado nas sessões mencionadas, devendo essa exposição ser acompanhada pelas propostas nas mesmas sessões apresentadas, relativa-

ite á maneira de effectuar a demarcação das aguas jurisdiccionaes, isto a fim de solir superiormente a resolução da duvida existente.

Do que se lavrou a presente acta, em duplicado, um exemplar em portuguez para commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, outro em hespa-l para os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica, exemplaque vão por todos assignados.

Bento Maria Freire de Andrade.

Joaquim Patricio Ferreira.

Francisco Augusto da Fonseca Regalla.

Antonio Páncera y Carballada.

Rafael Sociats y Arricaut.

Luis Larrondé y Aldama.

b

Aos 13 dias do mez de outubro de 1886, n'esta villa de Caminha, se reuniram, pezoze horas do dia, por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, Bento Maria ire de Andrade, capitão de mar e guerra, engenheiro hydrographo, Joaquim Patricio reira, primeiro tenente da armada, engenheiro hydrographo, e Francisco Augusto da seca Regalla, primeiro tenente da armada, capitão do porto de Caminha; e por parte governo de Sua Magestade Catholica, D. Antonio Páncera, tenente de navio, ajudante marinha da Guardia, D. Rafael Sociats, tenente de navio, e D. Luiz Larrondé y Alia, engenheiro segundo de caminha, canaes e portos, todos commissarios nomeados os respectivos governos para a revisão e rectificação das margens das insuas do rio ho.

Aberta a sessão passaram os commissarios a tratar do cumprimento do seu encargo. Dependente da confrontação das plantas do dito rio, levantadas por cada um dos pos de commissarios, confrontação que se fará quando os commissarios por parte do erno de Sua Magestade Catholica tiverem concluido a sua, concordou-se em que desde e indicassem quaes as insuas que ligam a uma ou a outra margem, bem como as ocões e circumstancias em que essa ligação se dá.

Em harmonia com este accordo, os commissarios apontaram as seguintes insuas, como ndo ou communicando com a margem, nas occasiões e circumstancias que para cada , vão enumeradas:

Insua Canosa de Baixo, que liga á insua Terceiro, e esta á margem hespanhola nas amares de aguas vivas; a insua Grande; a insua do Torrião, segundo a carta portuza, ou Ribera de Bajo, segundo a denominação dos commissarios hespanhoes: a Pedra Joelho, segundo a carta portugueza, ou Penedo de Caldellas, segundo os commissarios anhoes, e a insua do Porto do Canêdo, segundo a carta portugueza, ou insua de Maria, segundo os commissarios hespanhoes, as quaes ligam á margem hespanhola durante tiagem; e a insua do Crasto, que liga á margem portugueza, tambem durante a esem.

Propozeram os commissarios hespanhoes que a commissão mixta declarasse que as as citadas fazem parte da margem da nação a cujo territorio se unem.

Os commissarios portuguezes responderam que essa declaração excedia a missão de estavam encarregados, porquanto, segundo a portaria da sua nomeação, o governo anhol, com o fim de resolver qual o regimen a que deve estar sujeita a pesca na in-Grande do rio Minho, propoz que se nomeasse a commissão mixta unicamente para ficar quaes as occasiões e circumstancias em que a dita insua communica com a terra e, e proceder a um estudo e exame das condições de outras insuas do mesmo rio, que am, pela sua posição, originar iguaes duvidas, rectificando e definindo de um modo

exacto o estado d'essas insuas, e effectuando um accordo que se limitará á questão technica do regimen fluvial.

Em vista d'isto não lhes compete fazer a declaração que os commissarios hespanhoes desejam, porque a julgam fóra das attribuições que lhes estão marcadas. Isso competirá aos dois governos resolver.

Os commissarios hespanhoes objectaram que entendiam que'pela sua missão devem ficar definidas de uma maneira clara e precisa as margens do rio, por ser questão technica, entendendo por margem não só a terra firme, senão todo o contorno de terras que ainda que appareçam como ilhas venham a estar unidas á terra firme em o nivel mais baixo das aguas, e fundados n'isto admittiram como desembocadura do rio a abertura formada pela Ponta da Barbella e o areal que sáe da Ponta Grossa, emquanto que se tivessem deixado á deliberação dos governos o considerar como margem o terreno descoberto em outras circumstancias, poderia tomar-se como desembocadura a separação entre a Ponta Grossa e a ponta que fica ao sueste do Moinho do Tio Grandal, por os preamares cobrirem o areal da dita Ponta Grossa.

Os commissarios portuguezes sustentaram que não podem exceder a missão que lhes foi encarregada. Definiram já o estado das insuas e as occasiões em que ligam á margem, agora resta-lhes tratar do regimen do rio e, segundo os estudos feitos, vê-se que entre essas insuas e a terra firme existem, na maior parte do anno, canaes, alguns d'elles navegaveis, e em todo o caso importantes em relação ao mesmo regimen. A existencia d'esses canaes mostra que o caso que se dá com as insuas é perfeitamente diverso do que o que se dá com o espraído da Ponta Grossa na linha da foz, espraído que fica sempre a descoberto em todas as baixamares do anno e ligado á margem sem interrupção alguma, constituindo assim um prolongamento da mesma ponta.

A linha da foz, segundo elles commissarios portuguezes, é a que une a Ponta da Barbella á Ponta Grossa, como sendo as pontas mais avançadas das margens, e não a linha que une a Ponta Grossa com a ponta que fica ao sueste do Moinho do Tio Grandal, por isso que esta ponta já faz parte da bacia fluvial, aonde o exercicio da pesca é commum em conformidade do convenio.

Descrevendo o regimen fluvial, como lhes está encarregado, a commissão mixta exporá todas as circumstancias que se dão em relação ás insuas, e os governos resolverão se dadas estas circumstancias, deverão ser consideradas margens, do que, segundo elles commissarios portuguezes, não compete á mesma commissão mixta tratar.

Objectaram os commissarios hespanhoes que, se se considera como margem as terras descobertas na preamar, que é o caso que suppupham, tendo em conta a configuração d'essa parte do rio, dá-se a duvida sobre qual d'essas linhas é a desembocadura. Porém, como dizem os mesmos commissarios, consideram que as margens se referem ao nivel mais baixo das aguas, não tem duvida que a desembocadura é a que se marcou na carta que vae unida á acta da sessão de 11 de setembro de 1886.

Estando a hora adiantada, encerrou-se a sessão, de que se lavrou a presente acta, em duplicado, um exemplar em portuguez para os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, e outro em hespanhol para os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica, exemplares que vão por todos assignados.

Bento Maria Freire de Andrade.
Joaquim Patricio Ferreira.
Francisco Augusto da Fonseca Regalla.

Antonio Páncera.
Rafael Sociats.
Luiz Larrondé.

C

Aos 19 dias do mez de outubro de 1886, n'esta villa de Caminha, se reuniram, pelas doze horas do dia, por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, Bento Maria Freire de Andrade, capitão de mar e guerra, engenheiro hydrographo, Joaquim Patricio Ferreira, primeiro tenente da armada, engenheiro hydrographo, e Francisco Augusto da Fonseca Regalla, primeiro tenente da armada, capitão do porto de Caminha; e por parte do governo de Sua Magestade Catholica, D. Antonio Painera, tenente de navio, ajudante de marinha da Guardia, D. Rafael Sociats, tenente de navio, e D. Luiz Larrondé y Aldama, engenheiro segundo de caminhos, canaes e portos, todos commissarios nomeados pelos respectivos governos para procederem á demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes do rio Minho e da costa adjacente á sua foz, em conformidade com o artigo 4.º do convenio de pesca celebrado entre Portugal e a Hespanha em 2 de outubro de 1886.

Aberta a sessão, os commissarios portuguezes propozeram que se marcasse dia, para, na conformidade da proposta apresentada pelos commissarios hespanhoes em sessão de 14 de setembro proximo findo e approvada por todos os commissarios, se augmentar a sondagem entre a margem hespanhola e as Pedras das Oliveiras, e entre estas mesmas pedras e o Arieirinho do Coirão, a fim de se reconhecer por qual d'estes canaes segue a linha de maior fundo, necessaria para se traçar a linha divisoria das aguas jurisdiccionaes n'aquelle ponto.

Esta proposta foi approvada, designando-se o dia 20 do corrente para se proceder á sondagem.

Propozeram mais os commissarios portuguezes que se continuasse o traçado da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes do rio Minho, de harmonia com o disposto no artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, em toda a extensão do mesmo rio, deixando apenas a parte d'essa divisão sobre a qual ha desaccordo entre os dois grupos de commissarios, para quando superiormente for resolvida a duvida existente.

Os commissarios hespanhoes disseram que julgavam mais conveniente adiar-se o traçado proposto para quando pelos dois governos for resolvida a referida duvida.

Pelos commissarios portuguezes foi ainda proposto que se interrompam os trabalhos d'esta commissão mixta até cada grupo de commissarios receber a resposta á consulta que dirigiu ao respectivo governo sobre o desaccordo que se manifestou relativamente á demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho, nos sitios em que o dito rio se divide em dois ou mais canaes, pelo encontro de uma ou mais insuas, podendo comtudo os mesmos grupos de commissarios corresponder-se, durante a interrupção de trabalhos que se propõe, por intermedio dos seus presidentes, sobre o serviço que lhes está encarregado.

Esta proposta resolveu-se que ficasse sobre a mesa para ser discutida na sessão seguinte.

Estando a hora adiantada encerrou-se a sessão, de que se lavrou a presente acta em duplicado, um exemplar em portuguez para os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, e outro em hespanhol para os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica, exemplares que vão por todos assignados.

Bento Maria Freire de Andrade.

Joaquim Patricio Ferreira.

Francisco Augusto da Fonseca Regalla.

Antonio Painera.

Rafael Sociats.

Luiz Larrondé.

d.

Aos 21 dias do mez de outubro de 1886, n'esta villa de Caminha, se reuniram, pelas doze horas e trinta minutos do dito dia, por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, Bento Maria Freire de Andrade, capitão de mar e guerra, engenheiro hydrographo, Joaquim Patricio Ferreira, primeiro tenente da armada, engenheiro hydrographo, e Francisco Augusto da Fonseca Regalla, primeiro tenente da armada, capitão do porto de Caminha; e por parte do governo de Sua Magestade Catholica, D. Antonio Painera, tenente de navio, ajudante de marinha da Guardia, D. Rafael Sociats, tenente de navio, e D. Luiz Larrondé y Aldama, engenheiro segundo de caminhos, canaes e portos, todos commissarios nomeados pelos respectivos governos para procederem á demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho e costas adjacentes á sua foz, em conformidade com o disposto no artigo 4.º do convenio de pesca celebrado entre Portugal e a Hespanha em 2 de outubro de 1885.

Entrando em discussão a proposta apresentada na sessão antecedente pelos commissarios portuguezes, estes declararam que, para tornarem mais explicito o seu pensamento, ao apresentarem a dita proposta, explicavam que o seu intuito era que os commissarios, logo que o cumprimento do encargo que lhes fôra commettido estivesse apenas dependente das consultas, que cada grupo dos mesmos commissarios dirigiu ao respectivo governo sobre a interpretação do artigo 4.º do convenio de 2 de outubro de 1885, suspendessem as suas sessões até que chegassem as respostas a essas consultas, podendo, durante a suspensão, corresponder-se sobre objectos de serviço, por intermedio dos seus presidentes. D'este modo os dois grupos de commissarios ficavam habilitados a poderem aonde melhor lhes conviesse coordenar os trabalhos que têm de apresentar aos seus governos.

Esta proposta foi approvada.

Em seguida os commissarios portuguezes propozeram que, visto a sondagem da barra e do rio ter sido feita em commun, se procedesse tambem em commun á construcção do respectivo plano, do qual se deveriam tirar duas copias, uma para cada grupo de commissarios.

Esta proposta foi igualmente approvada.

Os commissarios que tinham sido encarregados de augmentar a sondagem nos canaes entre a margem hespanhola e as Pedras de Oliveira, e entre estas Pedras e o Areinho do Coirão, na fôrma do accordado na sessão antecedente, declararam que tinham dado cumprimento á sua missão.

Em seguida encerrou-se a sessão, de que se lavrou a presente acta em duplicado, um exemplar em portuguez para os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, e outro em hespanhol para os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica, exemplares que vão por todos assignados.

Bento Maria Freire de Andrade.

Joaquim Patricio Ferreira.

• *Francisco Augusto da Fonseca Regalla.*

Antonio Painera.

Rafael Sociats.

Luiz Larrondé.

N.º 19

DO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS AO MINISTERIO DA MARINHA

Lisboa, 9 de novembro de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Havendo necessidade de expor ao nosso ministro em Madrid o estado da questão pendente entre os commissarios dos dois paizes encarregados de procederem á demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho, encarrega-me s. ex.^a o sr. ministro d'esta repartição de pedir a v. ex.^a se sirva enviar-lhe copia da consulta que foi dirigida ao nosso governo pelos seus commissarios, sobre a qual têm de ser resolvidas as duvidas suscitadas na commissão com respeito á interpretação do artigo 4.º do convenio de pesca. Refere-se a esta consulta o officio enviado, por copia, d'esse ministerio em 2 do corrente mez.

Deus guarde, etc.

N.º 20

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. AUGUSTO DE SEQUEIRA THEDIM

Lisboa, 12 de novembro de 1886. — Ill.^{mo} sr. — Approvou o governo de Sua Magestade a demarcação do paralelo que, nos termos do artigo 14.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, deve servir de linha de separação das aguas territoriaes das zonas maritimas de Portugal e Hespanha em frente da barra do rio Minho, demarcação na qual, segundo as actas das sessões respectivas que subiram á sua presença, concordaram os commissarios dos dois paizes.

Recommendo, pois, a v. s.^a que dirija a esse governo uma nota perguntando-lhe se approva igualmente a referida demarcação. Em caso affirmativo, constituirá a sua resposta uma troca de notas, nas quaes, publicadas no diario official dos dois paizes conjuntamente com as sobreditas actas, sancionarão os dois governos o ajustado pelos seus commissarios e darão á sua decisão força obrigatoria.

Deus guarde, etc.

N.º 21

**RELATORIO APRESENTADO PELOS COMMISSARIOS NOMEADOS PELO GOVERNO
DE SUA Magestade FIDELISSIMA**

**PARA PROCEDEREM Á REVISÃO E RECTIFICAÇÃO DAS MARGENS DE CERTAS INSUAS DO RIO MINHO E Á DEMARCAÇÃO
DAS AGUAS JURISDICIONAES DO MESMO RIO E ÀS DA COSTA ADJACENTE Á SUA FOZ**

PRIMEIRA PARTE**Fins do presente relatório**

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Os abaixo assignados, commissarios nomeados pelo governo de Sua Magestade Fidelissima para, conjuntamente com os commissarios nomeados por parte do governo de Sua Magestade Catholica, procederem não só á demarcação das aguas jurisdiccionaes, nas zonas maritimas adjacentes a Portugal e a Hespanha e nos rios limitrophes Guadiana e Minho, mas tambem á revisão e rectificação das margens das insuas d'este ultimo rio, cumprem o dever de expor hoje a v. ex.^a o estado em que se encontram os trabalhos que lhes foram confiados.

Objecto da missão dos commissarios

Dois foram os pontos da sua missão: a separação das aguas jurisdiccionaes, em conformidade do artigo 4.º do convenio de pesca, celebrado entre os governos de Portugal e Hespanha, em 2 de outubro de 1885, e a revisão e rectificação das margens das insuas do rio Minho, como dispõe a portaria de 20 de maio do mesmo anno.

Objecto do relatório

Sobre estes dois pontos ha já trabalhos concluidos que farão parte d'esta exposição, e outros ainda pendentes de negociações, que, pelo seu character reservado, serão tratados em documento especial.

Os signatarios passam pois a relatar o que se refere á parte da sua missão sobre que já realisaram resoluções definitivas.

**Accordam os governos em começarem os trabalhos de demarcação
pelo rio Minho e costa adjacente**

Tendo em 10 de março ultimo recebido participação da direcção geral da marinha de que os governos portuguez e hespanhol haviam concordado em que principiassse pelo rio Minho e costa adjacente a demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes, e que fôra fixado o dia 10 de abril proximo passado para a primeira conferencia dos commissarios dos mesmos governos, dois dos signatarios que se achavam então em Lisboa, depois de receberem pessoalmente as ordens de v. ex.^a, partiram no dia 7 d'este ultimo mez para Caminha, onde se achava o terceiro, que aqui reside, em rasão da commissão que exerce.

Primeira reunião de todos os commissarios portuguezes

Immediatamente se reuniram os tres para estudarem o objecto da sua missão e deliberarem sobre o modo de estabelecer relações com os commissarios hespanhoes, a fim de fixarem a hora e local da conferencia do dia 10.

Deliberações tomadas

Sobre o objecto da sua missão, reconheceram desde logo a necessidade de, como trabalho preliminar, procederem ao levantamento do plano do rio, para n'elle não só poderem situar a sondagem e traçar as linhas divisorias das duas jurisdicções, como determina o artigo 4.º do convenio, já referido, mas tambem para o estudo que lhes estava recommendado sobre as margens das insuas.

Este levantamento era indispensavel por isso que apenas possuiam uma copia da carta da barra levantada em 1864 e reduzida do original para a escala de 1 : 10000, e um reconhecimento do rio desde a dita barra até Monsão, feito na mesma epocha, na escala de 1 : 20000.

Aquella carta podia não representar o estado actual da barra e este reconhecimento, posto trabalho perfeito no seu genero, não servia para os fins que se tinham em vista.

Assim, combinaram que na conferencia com os commissarios hespanhoes se propozesse, como trabalhos preliminares a executar, o referido levantamento e a sondagem do rio.

Sobre o modo de estabelecer relações com os commissarios hespanhoes, concordaram em, no dia seguinte, irem cumprimental-os como acto de simples cortezia, na pessoa do seu presidente, que residia na Guardia e por essa occasião fixarem com elle a hora e local da reunião do dia 10.

Combina-se que a primeira reunião de todos os commissarios se verifique em Caminha

Effectuando no dia seguinte esta visita, determinou-se que a reunião se realisasse em Caminha, por haver em Portugal mais facilidade de communicações com Tuy e Pontevedra, localidades em que residiam os outros dois commissarios do governo hespanhol.

Reunião do dia 10 de abril

No dia 10, pelas onze horas da manhã, n'uma das salas dos paços do concelho de Caminha, obsequiosamente cedida para este fim pelo presidente da respectiva municipalidade, teve logar a reunião de todos os commissarios.

Verificação de poderes

Procedendo-se á verificação de poderes, reconheceu-se que por parte do governo de Sua Magestade Catholica se achavam presentes e devidamente nomeados D. Antonio Paincera e D. Rafael Sociats; em vez, porém, de D. Alexandre Cerdá apresentou-se, por sua delegação, auctorizada pelo ministro do fomento, D. Luis Larrondé y Aldama, engenheiro segundo de caminhos, canaes e portos.

Esta substituição, que fôra feita á ultima hora, não tinha sido communicada ao governo portuguez, por isso os consignatarios não podiam consideral-a regular.

Attendendo, porém, a que se achava auctorisada por um membro do governo hespanhol, e a que n'esta primeira reunião não havia a tomar resoluções que compromettessem o objecto da sua missão, concordaram em acceitar provisoriamente, como commissario, o referido D. Luis Larrondé y Aldama, indicando que, para que esta acceitação podesse tornar-se definitiva, era essencial que a substituição de D. Alexandre Cerdá fosse communicada pelo governo de Sua Magestade Catholica ao governo de Sua Magestade Fidelissima.

Deliberações tomadas

Installada a commissão mixta, passaram os commissarios a tratar do objecto da sua missão, e reconhecendo como essencial, para base de todas as deliberações a tomar, o plano do rio, plano que, por parte da Hespanha, um dos seus commissarios se occupava em levantar, tendo já concluida a margem hespanhola até ao sitio do Porto, e, posto por parte de Portugal não haver senão o reconhecimento de que atrás se falla, deliberaram, como foi participado á direcção geral da marinha, em officio de 18 de abril ultimo, que cada grupo de commissarios procedesse em separado ao levantamento do referido plano, para depois serem confrontados os dois trabalhos, caso se torne necessario.

Havendo igualmente necessidade da sondagem do rio, para base da demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes, resolveram que, logo que o adiantamento dos trabalhos acima o permitisse, os dois grupos de commissarios effectuassem este serviço, em commum, não só no intuito de o tornar menos moroso, mas tambem para dispensar verificações, que certamente seriam necessarias, quando realisado por outro modo.

Presidencia das reuniões

Estas foram as deliberações tomadas na reunião de 10 de abril, á qual, bem como a todas que se lhe seguiram, presidiu, por proposta dos commissarios hespanhoes, o primeiro dos signatarios.

Levantamento do rio — Começo dos trabalhos

Tendo-se prevenido em Lisboa com todos os elementos necessarios para o levantamento do rio, á prancheta, logo em meados de abril iniciaram este serviço os commissarios Freire de Andrade e Patricio Ferreira, não podendo o commissario Regalla tomar parte n'elles, tanto por os deveres do seu cargo de capitão do porto não lhe permittirem n'aquella epocha do anno, em que a pesca estava na maior intensidade e que foi abundante em questões, que demandavam a sua constante interferencia, ausentar-se da séde da capitania, como por não ter, em trabalhos d'esta ordem, pratica sufficiente para garantir a sua responsabilidade.

Escala adoptada e razões da adopção

No levantamento do rio adoptou-se a escala de 1 : 10000. Maior, na opinião dos signatarios, devia ser esta escala, para que se obtivesse um plano que desse uma idéa completa de todos os detalhes.

N'este intuito teriam adoptado a escala de 1 : 5000, se coubesse no possivel, com o pessoal de que dispunham, executar o levantamento, dentro dos limites de tempo que o artigo 4.º do convenio indicava, para se fazer a demarcação das aguas jurisdiccionaes.

Segundo este artigo, o dia 1.º de julho de cada anno é o fixado para o traçado da linha divisoria, na carta, mas os commissarios ao separarem-se no dia 10 de abril, logo

saram que esta disposição do convenio não poderia ser cumprida, em consequencia da falta de trabalhos preliminares a fazer.

O intervallo de tempo que decorria até ao 1.º de julho era apenas o sufficiente, e o caso de ser attendida a requisição de mais dois engenheiros hydrographos, que encionava fazer, para o levantamento na escala de 1 : 10000.

Foi, portanto, necessario abandonar a idéa de uma escala maior.

Alem d'isto a escala de 1 : 10000 era a escala do plano hespanhol e bastava para a que se destinava.

Mas, para ainda difficultar o levantamento n'esta escala, a inconstancia da estação, se conservou chuvosa até quasi meados de junho, veio diminuir os dias uteis para o trabalho.

Assim, apesar do auxilio dos dois officiaes, que v. ex.^a se dignou nomear commissarios especiaes, a fim de coadjuvarem os trabalhos hydrographicos, só em meados de julho foi possivel ter o plano em estado tal de adiantamento que permittisse distrahir o pessoal para o serviço da sondagem.

Era então já certo que a demarcação da linha divisoria não poderia fazer-se no dia de julho; mas se da parte dos signatarios, independentemente da sua vontade, houve motivo para isto, é certo que da parte dos commissarios hespanhoes não teve menos influencia o atrazo dos seus trabalhos de planimetria, ainda ao presente não concluidos.

Extensão do levantamento e como foi orientado

O levantamento foi feito desde a barra inclusive, até ás Caldas de Monsão, na extensão de 46 kilometros approximadamente, comprehendendo dez papeis de prancheta, e referido aos pontos da triangulação geral do reino, determinando-se pelo methodo de Puissant pontos complementares, quando aquelles não bastavam para a determinação das estações.

Os pontos complementares que se determinaram são os seguintes: Pinheiro do Siro, Areias, Pesqueira de Joannes, Insua da Madre, Seixeira, Forcadella, Arieiro Forna, Penedo da Ascensão, Cume da Cabreira e Montanhão ou Monte do Pinhão.

Detalhes

Tomaram-se detalhes até uma distancia de 200 metros a partir das margens, notando-se principalmente todos os que tinham relação com a pesca, regimen do rio e navegação.

Sondagem do rio e barra

Logo que o estado de adiantamento do plano do rio permittiu a sondagem, assim o comunicaram os signatarios em officio de 26 de junho proximo passado, aos commissarios hespanhoes, que, apesar do atrazo em que tinham o seu, declararam estar promptos a procederem a este serviço.

Reunião prévia de todos os commissarios — Começo da sondagem no rio e sondagem na barra

Em consequencia d'esta declaração celebrou-se no dia 5 de julho uma reunião para acordar no methodo a seguir e na divisão do trabalho, e no dia seguinte, 6, iniciou-se a sondagem no estuario, entre Caminha e a Guardia, separando-se os commissarios em grupos, um dos quaes seguiu em direcção á barra e o outro no sentido opposto. A sondagem da barra, porém, foi feita por todos os commissarios.

Em 25 de julho estava sondada a barra e o rio até proximidades da Mota de Gondarem.

**Tenciona-se propôr a demarcação das aguas jurisdiccionaes da costa
Rasão porque se não fez a proposta**

Então os signatarios, attendendo a que a linha divisoria das aguas jurisdiccionaes, zona maritima, tinha de partir do eixo da barra e a que este eixo poderia mudar, se a demarcação se demorasse, julgaram conveniente propor que, antes de continuar a sondagem para montante, se effectuasse a referida demarcação.

Esta proposta, porém, não pôde ter seguimento, porque a substituição do commissario hespanhol D. Alexandre Cerdá pelo engenheiro D. Luis Larrondé ainda não estava regularizada, pela comunicação ao governo portuguez.

Foi então que, em telegramma primeiro, e depois em officio, de 30 de junho, se perguntou ao ex.^{mo} director geral da marinha se o referido D. Luis Larrondé poderia ser considerado commissario, por parte do governo de Sua Magestade Catholica. Em resposta disse s. ex.^a que só poderia ser considerado como tal, provisoriamente, e por isso ficou adiada a demarcação das aguas jurisdiccionaes na costa.

Continuação da sondagem do rio

Proseguiu-se, em consequencia d'esta resposta, na sondagem do rio para montante da Mota de Gondarem, constituindo-se os commissarios portuguezes, com o fim de tornar menos moroso este serviço, em tres grupos, cada um dos quaes se encarregou de uma das tres secções em que se dividiu o rio.

A primeira secção, da Mota de Gondarem ás Pedras de Chamoizinhos, coube ao commissario hespanhol D. Antonio Painera e aos portuguezes Regalla e Antonio Arthur Baldaque da Silva; a segunda, das Pedras de Chamoizinhos ao posto fiscal da Gingleta, ao commissario hespanhol D. Rafael Sociats e ao portuguez Patricio Ferreira; a terceira, da Gingleta ás Caldas de Monsão, ao commissario hespanhol D. Luis Larrondé e aos portuguezes Freire de Andrade e José Joaquim Xavier de Brito.

Conclusão da sondagem

D'este modo conseguiu-se concluir a sondagem em meados de agosto.

Perfis e suas distancias

O rio foi sondado em perfis transversaes distanciados de 200 metros, nos alargamentos e nos logares em que ha mais de um canal, augmentando-se esta distancia até 250 metros, nos sitios em que existe apenas um.

Determinação das posições das sondas

As posições das sondas determinaram-se, ou por meio de angulos tomados de bordo, com o sextante, quando havia em terra pontos de referencia convenientemente situados para poderem servir a esta determinação, ou por meio de cruzamento da direcção dada pela alidade ou pelo theodolito, com o alinhamento, verificando-se a posição pelas distancias tomadas com a stadia.

A profundidade foi marcada em metros.

do rio e barra fizeram-se 1:643 sondas em 240 perfis. Para diferentes sondas tomaram-se 3:517 angulos.

Escala de marés

sondas ao plano de redução os commissarios hespanhoes ha-
stabelecer escalas de marés e de mandar fazer as necessarias
pontos do rio Passage de la Guardia, Guyan, Forcadella, Tuy
signatarios, posto dispensados d'este serviço pelo offerecimento
ios hespanhoes, julgaram conveniente, para verificação, mon-
o, escalas no Cabedello, Pedras Ruivas, Mota de Gondarem,

izer-se que salvou o serviço da sondagem, pois que das obser-
os commissarios hespanhoes, apenas eram aproveitaveis as da
ardia.

Redução das sondas e plano de redução

mento geral do rio e demandando este serviço muito tempo e
sarios não podiam dispor, sem preterição de outros trabalhos
que a sondagem fosse reduzida ao nivel da mais baixa maré
a, o que satisfazia completamente para o fim da demarcação,
ciada pelas marés. Na parte, porém, aonde essa influencia não
lade de redução, por a sondagem ter sido feita na estiagem.

Trabalhos de gabinete

m do rio e não havendo ainda communicação de se achar re-
commissario hespanhol D. Luis Larrondé, era impossivel co-
ha divisoria das aguas jurisdiccionaes, por isso os commissa-
m-se aos trabalhos de gabinete, como desenho de papeis de
as de marés, redução das sondas e construcção das folhas de

É acceite definitivamente como commissario hespanhol

ram-se até fins de agosto, epocha em que, por participação da
a, tiveram conhecimento de se achar acceite pelo governo de
a nomeação do referido commissario hespanhol.

As aguas jurisdiccionaes da costa — Primeira reunião

ozeram que se procedesse á separação das aguas jurisdiccionaes
ara este fim a primeira reunião de todos os commissarios, em
lado.

ções a tomar, serviu de base o plano da barra, levantado pelos
visto os hespanhoes não terem o seu concluido.

do a v. ex.^a a acta original d'esta reunião, os signatarios não
expor, agora, succintamente, a v. ex.^a o que n'ella se passou.
do convenio de pesca, de 2 de outubro de 1885, a linha divi-

soria a traçar devia ser tirada do extremo do eixo da barra, na direcção do paralelo.

Pretensão dos commissarios hespanhoes

Ora, referindo-se o artigo mencionado a uma só barra e sendo duas as que dão entrada para o rio Minho, os commissarios hespanhoes pretenderam que se determinasse qual das duas barras devia considerar-se para o effeito da demarcação.

Opposição dos commissarios portuguezes e seus fundamentos

Os signatarios objectaram a esta pretensão, dizendo que, por isso mesmo que o artigo 4.º do convenio se fallava n'uma só barra, esta não podia de modo algum tomar-se pela do sul, que é da privativa jurisdicção de Portugal, por correr entre a respectiva costa e uma insua defendida por um forte portuguez.

Referindo-se a uma só barra, esta só poderia ser a do norte, pois de outro modo dar-se-ia a anomalia de ficar uma insua pertencente á soberania de Sua Magestade Fidelissima nas aguas jurisdiccionaes da Hespanha.

Resoluções tomadas — Demarcação do paralelo

Posto a pretensão dos commissarios hespanhoes não fosse sustentavel, é certo que a enunciaram, concordando, comtudo, na proposta dos signatarios, que indicavam o traçado do paralelo a partir do ponto de junção dos *thalwegs* das duas barras, indo passar ao norte da Pedra da Ismiela, dividindo d'este modo quasi a meio o espaço comprehendido entre a insua de Caminha e a ponta hespanhola da Barbella, e encontrando-se com o extremo oeste do eixo da barra de Portas.

Linha divisoria complementar — Delimitação da foz do rio

Como, porém, o prolongamento d'este paralelo, para o lado da terra, vem dar sobre a costa portugueza, que pelo convenio de pesca é reservada para os pescadores nacionaes, esta linha não satisfazia só por si, completamente, ao espirito do dito convenio e por isso os signatarios propozeram ainda, no que concordaram os commissarios hespanhoes, que se traçasse uma linha complementar, desde o ponto de partida do mesmo paralelo, seguindo proximo do *thalweg*, até encontrar a foz do rio, que foi delimitada por uma outra linha, tirada da Ponta da Barbella, em Hespanha para a Ponta Grossa, em Portugal.

Aquella linha completa a separação das aguas jurisdiccionaes maritimas, e esta determina a passagem do rio, onde a pesca é commum, para as zonas em que o seu exercicio é reservado para os respectivos nacionaes.

Traçado das linhas divisorias na costa

Feito este accordo, traçaram-se na carta as linhas acima mencionadas e escolheram-se alguns pontos já assignalados, por edificações distinctas, para conjunctamente com outros que no dia seguinte se deviam determinar no terreno e onde se construiriam marcas adequadas, a darem por enfiamento essas mesmas linhas.

Ainda se concordou, na reunião de 31 de agosto, que da carta acima fossem extra-hidas duas copias, uma para cada grupo de commissarios.

para a demarcação das aguas jurisdiccionales marítimas

Ilho da demarcação das aguas jurisdiccionales marítimas celebrou uma outra reunião, cuja acta, bem como a copia da carta poder de v. ex.^a

cas dos enfiamentos e sua determinação

midade das resoluções tomadas, descrevem-se detalhadamente as diferentes linhas divisorias e indicam-se as coordenadas os determinam, referidas á Guarita noroeste da insua de Catriangulação geral do reino e bem assim a latitude da mesma

mar, da visibilidade das marcas — Marcas de travex

serviço feito a bordo do vapor *Victoria*, que, a requisição dos disposição da commissão mixta, para a verificação no mar, da vi-marcas e para por meio de sondagens e enfiamentos de travex o paralelo, o limite das zonas reservadas pelos dois paizes, vos nacionaes.

com a presteza necessaria para que ficasse o mais economico

ra pelas seis horas e trinta minutos do dia 9 de setembro ultimo de nevoeiro não pôde entrar senão na manhã do dia seguinte ar das condições do mar não serem boas, os commissarios saí-

va bastante enfumaçada, não permittindo escolher marcas de am ao porto, adiando o serviço para occasião mais propria.

setembro, apresentando-se a atmosphera clara, saíram novamente executal-o.

com os commissarios em sua companhia seis patrões de barcos e tres hespanhoes, a fim de lhes mostrarem as marcas das darem todas as indicações precisas para conhecerem os limitativamente podem ou não exercer a sua industria. Estes podem transmitir as diversas indicações aos demais pescadores.

instrução das marcas dos enfiamentos

marcas necessarias para a determinação das diferentes linhas ex.^a auctorisou, por conta dos commissarios portuguezes, por-mostraram auctorisados, pelo seu governo, para procederem

o necessario para o serviço executado no mar, tambem nunca offerecel-o.

to, os signatarios resolveram mandar construir as marcas, em Hespanha, e offereceram o vapor, que requisitaram á di-

o presidente dos commissarios hespanhoes officiou, pedindo a a fim de pagar, segundo ordem do seu governo, metade d'es-

sas despesas. Participado este facto ao ex.^{mo} director geral da marinha, s. ex.^a ordenou a entrega da conta.

Os commissarios hespanhoes quizeram immediatamente satisfazer a parte que pertencia ao seu paiz, mas os signatarios, não estando auctorisados a recebê-la, pediram que a conta fosse enviada ao governo hespanhol, para directamente se entender, sobre o seu pagamento, com o governo portuguez.

Demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio

Concluida a demarcação das linhas divisorias das aguas jurisdiccionaes maritimas, os commissarios portuguezes propozeram que se procedesse á separação das do rio.

Desacordo sobre a demarcação — Suspensão d'este serviço

Assim se fez, mas logo de principio surgiram duxidas, que não permittiram a conclusão d'este serviço, cuja resolução depende da consulta, que cada grupo de commissarios ficou de dirigir ao respectivo governo.

Este negocio está portanto revestido ainda de um character reservado, e por isso os signatarios pedem licença para o tratarem em documento especial.

Revisão e rectificação das margens das insuas

Não podendo, pelo que se acaba de expor, proseguir a demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes, os commissarios resolveram occupar-se da segunda parte da sua missão, isto é, do que se refere ás insuas do rio Minho.

É ella regulada pelas disposições da portaria de 20 de maio de 1885, que nomeia os membros da commissão mixta, que, no intuito de resolver a questão suscitada em abril do mesmo anno, sobre o exercicio da pesca na insua grande do rio Minho, o governo hespanhol propoz: para verificar quaes as occasiões e circumstancias em que a mencionada insua communica com a margem e para proceder a um estudo sobre outras insuas do mesmo rio, que se acham em iguaes condições, effectuando um accordo limitado á questão technica do regimen fluvial.

Sobre este ponto da sua missão os commissarios portuguezes tinham, ao levantarem o plano do rio, tomado todos os detalhes das insuas e feito observações, que lhe permittiam indicar as circumstancias e occasiões em que algumas d'essas insuas, e mencionadamente a insua grande, ligam á margem.

Relativamente ao regimen fluvial, não podendo fazer uma serie de observações seguidas e ligadas entre si, de modo a permittirem o seu estudo, em todas as circumstancias que se dão no rio, por o não comportar o limitado espaço de tempo de que dispozeram, adquiriam por observações feitas durante o levantamento da planta e sondagem, conhecimento sufficiente, para poderem descrever, de um modo geral, o mesmo regimen.

Assim, os seus estudos permittiam-lhes satisfazer ao objecto do seu encargo.

Os commissarios hespanhoes não têm poderes para tratar do regimen fluvial

Concorda-se em tratar sómente da revisão e rectificação das margens nas insuas

Em 13 de outubro ultimo celebrou-se uma reunião para se tratar d'este assumpto, verificando-se que os poderes dos commissarios hespanhoes se limitavam a auctorisa-

estudar as margens das insuas, não se referindo ao regimen do rio. Resolveu-se por isso que a conferencia se occupasse unicamente do ponto em que os poderes dos dois grupos de commissarios se harmonisavam.

Em consequencia d'isto concordou-se desde logo em indicar as insuas que ligam a uma ou outra margem, bem como as circumstancias e occasiões em que se dá essa ligação.

Da acta original d'esta sessão, que acompanha o presente relatorio, poderá v. ex.^a ver que as insuas, que se verificou ligarem a alguma das margens, são as seguintes:

Insuas que ligam a margem, occasiões e circumstancias da ligação

Insua Canosa de Baixo, que liga á insua Terceiro e esta á margem hespanhola, nas baixas marés de aguas vivas;

Insua Grande, Torrião ou Ribeira de Abajo, Pedra do Coelho ou Penedo de Calellas, e insua do Porto do Comêdo ou de Marquina, que ligam á margem hespanhola durante a estiagem;

Insua do Crasto, que liga á margem portugueza tambem durante a estiagem.

Em seguida pretenderam os commissarios hespanhoes obter dos signatarios a declaração de que as insuas acima formam parte das margens a que ligam.

Os signatarios declinaram fazer tal declaração, que, na sua opinião, por envolver uma questão de direito convencional, está fóra da sua competencia.

Outras reuniões dos commissarios

Os dois grupos de commissarios, adiados para occasião opportuna os pontos da sua reunião sobre que não haviam tomado resoluções definitivas, celebraram ainda mais duas reuniões.

A acta original da segunda d'estas reuniões acompanha a presente exposição. Emquanto á da primeira, será annexa ao documento em que os signatarios se propõem ratificar dos pontos ainda não resolvidos.

Deliberações tomadas—Interrupção das conferencias—Construcção em commun das folhas de sondagem

Na segunda d'estas reuniões discutiu-se e approvou-se uma proposta dos commissarios portuguezes, auctorizada por v. ex.^a, para se interromperem as conferencias, até quando forem respondidas as consultas feitas sobre as duvidas, que se suscitaram, por occasião de se proceder á demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio; e resolveu-se que, vista a sondagem ter sido feita em commun por os dois grupos de commissarios, e construissem tambem em commun as respectivas folhas, ou planos, tirando-se duas copias, uma para cada grupo.

A interrupção das conferencias foi aconselhada, não só pela bem entendida economia, mas tambem pela necessidade da coordenação e conclusão dos trabalhos de planimetria, para que faltam elementos n'esta localidade.

Durante a interrupção os dois grupos de commissarios concordaram em poderem corresponder-se sobre objecto de serviço, por intermedio dos seus presidentes.

A construcção do plano de sondagem foi necessaria para que este serviço ficasse authenticado com a assignatura de todos os commissarios, a fim de poder servir de documento, quando tenha de se effectuar a demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio.

Eis succintamente exposto o modo como os signatarios deram cumprimento á parte

da honrosa missão que o governo de Sua Magestade Fidelissima se dignou confiar-lhes, e sobre a qual se tomaram resoluções definitivas.

Relativamente á parte sobre que não houve accordo, reservam-se, como já disseram, para a tratarem em documento especial.

Antes porém de terminar a presente exposição, os signatarios, não tendo podido effectuar com os commissarios hespanhoes, que declararam não estarem para isso auctorizados, o accordo sobre a questão technica do regimen fluvial de que falla a portaria de 20 de maio de 1885, julgam do seu dever relatar a v. ex.^a o que das observações a que procederam concluíram sobre o assumpto.

Igualmente dirão o que poderam observar relativamente á valiosa industria da pesca.

Origem do rio Minho — Percurso total — Parte navegavel

O rio Minho é um importante curso de agua, que, nascendo nos montes Cantabricos, na provincia da Galliza, vem, depois de percorrer na sua marcha para o Atlantico approximadamente 170 kilometros, formar a linha de fronteira entre Portugal e a Hespanha, desde a sua confluencia com o rio Bargas ou Trancoso, até á foz junto a Caminha.

O percurso total d'este rio sobe a 236 kilometros, sendo 65 na parte em que se para Portugal da Hespanha. D'estes 65 kilometros perto de 50, desde a foz até á Seixeira, freguezia de Barbeita, a montante de Monsão, são navegaveis.

Bacia do rio

A bacia d'este bello rio, contornada pelas serras das Penedas, Corno do Bico, Arga e Faro, mede em Portugal 871,89 kilometros quadrados, segundo Pery.

Direcção do rio

A direcção do seu leito, desde que encontra o Bargas, é do NE. para o SO., com inflexões mais ou menos desenvolvidas.

Confluentes

Varios rios e ribeiras vem a elle affluir, sendo os mais importantes o já mencionado Bargas e o Coura, que tem a sua foz no estuario comprehendido entre Caminha e Campos Amcos.

Margens

Segue o Minho, enquanto banha terras portuguezas, por entre margens pittorescas, cuidadosamente cultivadas e povoadas de varias essencias arboreas, margens baixas, de inclinação suave, a partir da foz até Verdoejo, 6 kilometros a montante de Valença.

D'ahi para cima até Monsão, as margens tornam-se mais elevadas e, sendo até Verdoejo formadas quasi sempre de terras de alluvião, revestem-se por vezes, para montante, de rochas graniticas.

Este revestimento, porém, constitue excepções: no geral é a terra de alluvião que as forma.

Leito

O seu leito, da foz até acima de Valença, é geralmente de areia fina e branca, arrastada das eminencias que lhe molduram a bacia, pelas enxurradas do inverno, ou

a corrente, vem ali depositar-se, formando bancos e io, junto a Caminha.

começa a ser substituída por bancos de seixo ou cado reveste-se de rocha dura.

Insuas

s formadas, ou por depositos arenosos das alluviões, até que ficam sobranceiros ao nível das aguas e que, t, ou por terrenos separados das margens pela vio-

Aspectos do rio

representa este curso de agua, conforme as estações. na, apparece pouco volumoso e, em certos logares, é rmando contudo rapidos violentos.

ite na epocha das chuvas, torna-se largo e volumo-

D'ahi para cima, na parte innavegavel, serpeando a de uma ou de outra das margens elevadas, pelo sito, torna-se caudaloso.

Influencia das marés

dividir-se a parte navegavel: a que está sob a in- e esta influencia não actua.

Influenciadas pelas marés

S. Mamede de Friestas, a navegação é sempre facil am. Apenas em dois ou tres pontos, a profundidade, cia de bancos que interrompem a passagem, emquanto

Amplitude das marés

ude maxima de 3^m,70, e minima de 80 centimetros, nnos.

é natural, á maneira que se avança para montante. te um limitado espaço de tempo, nas escalas mon- e que é: nas Pedras Ruivas, maxima 2^m,10, minima ma 1^m,93, minima 1^m,15; na Furna, maxima 1^m,26, a, maxima 1^m,23, minima 49 centimetros.

Profundidade do rio

em feita, a menor profundidade encontrada no thal- de 21^m,5.

Velocidade da corrente

ve de 2 a 2,5 milhas, ordinariamente:

Zona aonde as marés não actuam — Ranhas

Na zona em que não, actua a influencia das marés, e que vae de S. Mamede de Friestas até á Seixeira, o rio forma, como já dissemos, varios rapidos ou ranhas, segunda a denominação local, provenientes do encontro de correntes diversas, do estreitamento do leito e do desnivelamento do fundo.

O numero d'estes rapidos augmenta com o abaixamento das aguas.

Durante a estiagem são em numero de oito, conhecidos pelas seguintes denominações: Lagarteira, Pertapé, S. Pedro, Laginha, Barbosa, Cachão, Vau Gallego e Pimpão.

Velocidade da corrente nas ranhas

A velocidade da corrente, n'esta estação, chega a attingir, nos rapidos, de 6 a 7 milhas.

Navegação nas ranhas

A navegação é n'elles difficil e em alguns, mencionadamente no de S. Pedro e Barbosa, perigosa.

Profundidade do rio

A menor profundidade encontrada no *thalweg*, n'esta zona, foi 70 centimetros e a maior 9^m,70.

Na quéda dos rapidos, aonde se dá o embate das aguas, a profundidade é de 3 a 3^m,5.

Ranhas na parte influenciada nas marés

Alem dos rapidos acima, existem ainda tres, na zona influenciada pelas marés, que são: na ponta oeste da insua do Canguedo, na ponta este da insua Grande e junto da Pedra do Morcego.

Cheias

Na epocha das chuvas, o Minho é sujeito a cheias que elevam as margens a bastante altura, principalmente para montante de Verdoejo, onde o leito estreita e, como dissemos, as margens são mais elevadas.

Na parte innavegavel, o rio é então excessivamente caudaloso, galgando violentamente por sobre os obstaculos, que lhe barram a passagem.

Em Valença, onde as margens já são baixas e aonde por isso encontra uma larga bacia para espraiair, a cheia de 1879 elevou as aguas de 10 a 11 metros, acima do nivel medio observado na escola montada para a sondagem.

Pedras que se encontram no leito do rio

Dissemos que o fundo do rio é geralmente de areia, a jusante de Valença, começando d'ahi para cima a revestir-se de bancos de seixo e, de onde aonde, de rocha dura.

D'este leito, em alguns logares, surgem pedras, umas perigosas para a navegação e outras prejudiciaes para a industria da pesca.

Aquellas são: as Ovelhas, a montante do Arieiro da Furna, avançando para meio rio n'uma extensão de 100 metros; os Carneiros; o Barras; as Pedras de Amorim, junto da margem hespanhola; as de Chamoizinhos, e outras.

apenas as de Chamoizinhos e de Amorim estão sempre a descobrem e que, pela profundidade em que estão, causam prejuizos, por constituirem *peguihos* em que se prendem e rasgam as redes, rto de pesca de Linhares e no de Campos. as por meio de marcas, e quebrar as outras seria de utilidade incon- as margens do rio, constituídas geralmente por terras de alluvião, encia das correntes, principalmente em occasiões de cheias, as destrua.

Corrosão das margens

r o rio e observar as raizes descarnadas das arvores que são a defeza avaliar, como estas se prestam facilmente á corrosão, pelo embate

Variação no leito do rio

variação no regimen do rio, que vae, pouco a pouco, modificando o lo sobre uma das margens o que rouba á outra, ou formando, mais estorvam a navegação e que com o correr dos tempos se transforma causa natural, que produz a modificação no leito do rio, outras m.

Pesqueiras e sua influencia no leito do rio

s numerosas paliçadas e redentes de alvenaria que os proprietarios n, com o intento de defender as suas propriedades, e que na localidade pela denominação de *pesqueiras*, por serem geralmente interrompidura, por aberturas a que se adaptam as redes denominadas *botirões*, 1, nas suas extremidades, outras conhecidas por *cabaceiras*. e redentes, avançando da margem para meio rio, produzem desvios ando-as para a margem opposta que vão corroer. e ao tratado de limites de 29 de setembro de 1864 eram numerosas ro e por isso, no annexo primeiro ao mesmo tratado, as altas partes aram em providencias, que pareceram salutaras. essas providencias, é certo que, abusivamente e na vigencia do tra- s têm sido construidos e todos os annos continuam a construir-se, da navegabilidade do rio, da propriedade particular e do dominio tados limitrophes.

Veia do rio como veia navegavel e como centro de pesca

de cujo regimen se acaba de dar uma succinta idéa, é um curso de ito relativamente á navegação, como á pesca.

ponto de vista é, pela riqueza da sua fauna, um dos mais valiosos, il.

nha das suas margens, cuidadosamente agricultadas, tem n'esta veia mmunicação facil e economico.

ologica das suas aguas é para essa população uma fonte de trabalho

Barcos que navegam no rio

Centenares de barcos de diferentes fôrmas e tamanhos são empregados na exploração do rio, quer servindo as relações commerciaes das povoações que banha, quer no exercicio da pesca, quer na colheita de plantas marinhas para adubos agricolas.

Navegação fluvial

Entre Caminha e Monsão navegam, durante todo o anno, exclusivamente empregados no transporte de mercadorias, algumas dezenas de barcos de fundo chato, que medem entre 10 e 20 metros cubicos. Estes barcos são, em media, tripulados por cinco homens.

Numero de barcos de serviço fluvial

O numero d'estes barcos matriculados na capitania do porto de Caminha, nos ultimos tres annos, foi o seguinte:

1884, 42 — 1885, 45 — 1886, 39.

Mas alem d'estes barcos, outros de mais pequenas dimensões, cujo numero não é possível fixar, porque se matriculam com o destino da pesca, em que se empregam, na epocha da entrada do savel e do salmão, servem tambem no resto do anno ás relações commerciaes entre as povoações vizinhas.

Numero de homens empregados no serviço fluvial

Tomando unicamente conta d'aquelles que são exclusivamente matriculados para o serviço fluvial, vê-se que elles empregam annualmente a media de duzentos e dez homens.

Alem dos barcos de nacionalidade portugueza, outros hespanhoes se dedicam a este mesmo trafico. São em muito menor numero — um terço approximadamente dos portuguezes — e as suas tripulações, comprehendendo o arraes, recrutam-os quasi sempre em Portugal.

Pesca

A exploração da pesca não é, como dissemos, menos importante no rio Minho.

É feita por pescadores de profissão e por lavradores, que durante uma parte do anno, a epocha do savel e do salmão, epocha que coincide com a de menor actividade nos trabalhos agricolas, vem buscar emprego no rio.

Numero de barcos de pesca

Para esta exploração matricularam-se nos ultimos tres annos, na capitania do porto de Caminha, os seguintes barcos.

1884, 466 — 1885, 442 — 1886, 499.

Numero de homens empregados na pesca

Sendo cada barco tripulado, em media, por tres homens, o numero dos empregados no exercicio da industria, sobe a 1:407, em media, annualmente. Deve-se, porém, notar que, alem d'estes tripulantes, ainda a industria recorre a muitas mulheres e creanças, para auxiliarem, em terra a tracção das redes.

Pesca hespanhola

nhoes exploram tambem a pesca do rio, posto que em menor

órma do regulamento em vigor, se permutam entre as capi-
e o da Guardia, vê-se que o numero de barcos hespanhoes
seguinte:

— 1886, 204.

:

thola progride -- A pesca portugueza estaciona

estes numeros indica quanto a industria progride entre os
ntre os portuguezes se conserva quasi estacionaria.

Apparelhos de pesca

, ou redes de arrastar denominadas *algerifes*, *saccadas*, ar-
de identica fórma e manobra, apenas differem no tamanho
malhas, conforme o peixe que se destinam a colher, ou os

Redes de arrastar

obra-se do seguinte modo:

, aonde deixa um dos braços da rede, o *braço da terra*, na-
a a rede perpendicularmente ao eixo do rio e volta para terra
lo mar.

á maneira que desce com a corrente, a tracção dos braços
e é colhida, arrastando comsigo o peixe que encontra no
ir através das suas malhas.

Portos de pesca

onde as redes são arrastadas, chamam os pescadores *portos*
xe abunda nas proximidades, ou se prestam a um trabalho
independentemente do estado da maré ou do nivel das aguas,
ores ou peiores.

ontram-se, quer nos areinhos ou bancos, que cobrem e des-
o das aguas, ou nas margens.

a que devem satisfazer os portos de pesca

o satisfazer ás seguintes condições:

spraiado ao arraste das redes, não tendo desnivelamentos de
peixe se escape entre elle e a testa inferior das mesmas

mal profundo do rio, por isso que o peixe, subindo, procura

relação á corrente, de modo que junto d'elle exista uma
o das redes.

d) Ter espaço de margem sufficiente, que permita que o *braço da terra* consiga, quando alado, ter a respectiva *manga* junto á margem, ao mesmo tempo que ali chegar a *manga do braço do mar*.

Regimen da pesca

Nos portos existentes nas margens, a pesca exerce-se exclusivamente pelos respectivos nacionaes. Nos areíños e nos terrenos, que na baixamar ficam circumdados de agua, o exercicio é commum aos dois povos limitrophes, segundo o regulamento em vigor.

Portos de pesca do rio Minho

Os portos de pesca actualmente existentes no rio Minho, classificados emquanto á sua nacionalidade, á abundancia da pesca, á permanencia e exercicio da industria independentemente do estado das marés, constam do seguinte quadro.

Nomes	Aonde estão situados	Nacionalidade	Classificação	Observações
Cabedello	Margem portugueza	Portuguez	Mau	A nacionalidade dos areíños não está definida por não se ter feito a demarcação das aguas jurisdiccionadas.
Baganheira	Areíño	?	"	
Oliveira	"	?	"	
Cabra	Margem hespanhola	Hespanhol	Soffrivel	
Passagem	Areíño	?	Mau	Está n'este porto suspenso o exercicio da pesca.
S. Bento	"	?	Soffrivel	
Canosa	Margem da insua	Hespanhol	Bom	
Vimes de baixo	Areíño	?	"	
Vimes de cima	"	?	"	
Burros	"	?	Soffrivel	
Morraceira de Lanhellas	Margem da insua	Portuguez	Mau	
Morraceira de Seixas ...	"	"	"	
Lage	Areíño	?	Bom	
Eiras	Margem hespanhola	Hespanhol	"	
Mota de Gondarem	Margem portugueza	Portuguez	"	
Boega	Margem da insua	"	"	
Guyan	Margem hespanhola	Hespanhol	"	
Choqueiro	Margem portugueza	Portuguez	"	
Brás	"	"	Soffrivel	
Porto de Linhares	Areíño que liga a margem portugueza	"	"	Foi prohibida a pesca, n'este porto, aos pescadores portuguezes.
Forcadella	Margem hespanhola	Hespanhol	"	
Campos	Margem portugueza	Portuguez	"	
S. Pedro	"	"	Mau	
Lomba	"	"	"	
Seguedães	"	"	Bom	
Insua Grande	Margem da insua	Hespanhol	"	
Caldellas	Margem hespanhola	"	"	
Lapella	Margem portugueza	Portuguez	"	
Portinho	Margem hespanhola	Hespanhol	"	
Comedo	Margem da insua	"	Soffrivel	
Cortes	Margem portugueza	Portuguez	"	

Tresmalho e sua manobra

O tresmalho é uma rede fluctuante, que se estende perpendicularmente á direcção da corrente, presa por um dos extremos a uma boia e pelo outro ao barco.

orrente. O peixe miudo, vindo
as formam, como é geralmente
uando, em occasiões de cheias,
redes em maior numero.

obrado nas alfandegas de Va-
hido aos direitos e igualmente
ucto total da pesca no rio Mi-
s portuguezes.

esca

ria é de janeiro a meados de
e o savel entram no rio.
em diante, os lavradores dei-
exercem a industria, pescando
agua, e que são: o linguado,
outros de menor valor.

rrastar, emprega-se tambem a
usa-se, como já dissemos, nos

averem empregado todo o seu
a da missão de que foram en-
ex.²

Freire de Andrade, capitão de
João Ferreira, primeiro tenente,
Regalla, primeiro tenente.

1 a honra de dirigir a v. ex.²,
o encargo, que lhes confiou o
para, conjunctamente com os
ação das aguas jurisdiccionaes
s aos dois paizes e nos rios li-
e rectificação das margens das
ervar, para d'ella tratarem em

documento especial, a parte d'esse encargo sobre que não recaiu ainda deliberação definitiva.

A esta parte da sua missão estão ligados importantes interesses nacionaes, cuja defeza parece aos signatarios depender do procedimento a seguir em negociações, que sobre ella tenha de entabolar o governo de Sua Magestade. Por esse motivo julgaram necessario tratar do assumpto em documento confidencial.

É o que passam a fazer.

Terminada, como no relatorio acima mencionado expozeram a v. ex.^a, a demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes na zona maritima adjacente a Portugal e á Hespanha, na foz do rio Minho, passaram os commissarios dos dois paizes a demarcar a das aguas do mesmo rio.

Reunidos para este fim em Caminha, no dia 14 de setembro proximo passado, começaram os seus trabalhos, baseados na planta levantada pelos commissarios portuguezes e nas respectivas folhas de sondagem, visto os commissarios hespanhoes ainda não terem as suas concluidas.

A partir da foz do rio indicaram que a linha divisoria deveria coincidir com a linha de maior fundo, e assim foram seguindo esta última linha até ao lugar em que o rio, pelo encontro da insua Moraceira de Seixas, da insua das Areíñas e de varios bancos ou areíños, que cobrem e descobrem com as marés, se divide em diferentes canaes.

Até este ponto não houve divergencia entre os commissarios.

Apenas junto á Pedra das Oliveiras, em consequencia da sondagem estar um pouco espaçada, surgiram duvidas se a linha de maior fundo seguia pelo canal entre a margem hespanhola e a dita Pedra, ou entre ella e o Areíño do Coirão, como affirmavam os commissarios hespanhoes, concordando-se na proposta feita pelos mesmos, para que se augmentasse a sondagem, a fim de se resolver esta duvida.

Chegados, porém, á insua Morraceira de Seixas, viu-se, pela folha de sondagem, que a linha de maior fundo segue entre a margem portugueza e esta insua, que tem sido até hoje reconhecida sem contestação como pertencente á soberania de Portugal, embora não seja das mencionadas no artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864.

Em consequencia d'isto, os commissarios portuguezes propozeram que a linha divisoria seguisse entre a Morraceira de Seixas e a insua das Areíñas, reconhecida tambem como hespanhola, ficando assim cada uma d'estas insuas nas aguas jurisdiccionaes do estado a que pertence.

Os commissarios hespanhoes, pelo contrario, indicando na carta a linha de maior fundo, propozeram que a linha divisoria coincidisse com ella, indo assim pelo canal entre a Morraceira e a margem portugueza.

Em vista d'isto os commissarios portuguezes propozeram que se discutisse, como questão previa, a interpretação a dar ao artigo 4.º do convenio de pesca, de 2 de outubro de 1885, em conformidade do qual devia ser feita a demarcação.

Entrando o artigo em discussão, os commissarios portuguezes, interpretando-o no sentido de que as linhas divisorias de que falla o artigo 4.º do convenio de pesca devem ser traçadas de modo a deixarem as insuas reconhecidas até hoje, sem contestação, como pertencentes a um ou outro dos estados limitrophes, nas aguas jurisdiccionaes do estado soberano, apresentaram a seguinte proposta em harmonia com a sua interpretação:

«Na parte do rio Minho em que haja um só canal ou braço, a linha divisoria das aguas jurisdiccionaes seguirá a linha de maior fundo coincidindo rigorosamente com ella.

«Na parte do rio em que haja ilhas ou insuas e onde elle se divide em dois ou mais braços, a linha divisoria, partindo da de maior fundo, acima mencionada, seguirá por aquelle braço, que deixar como que encorporadas ao respectivo territorio as ilhas ou insuas cuja soberania era reconhecida ao tempo da celebração do tratado de limites de 29

a um ou outro estado, quer incidirá com a linha de ma-

avenio quando impõe que a «for fundo», evitando a anossuas pertencentes a um esentre outras, com a insua urisdiccionaes portuguezas,

ltas partes contratantes ti-lo diz que a demarcação se rquanto, segundo a mesma em que ha um só canal, e livide em dois ou mais bra-or fundo em toda a extensão as referidas «linhas divisio-commissão mixta tinha de

marcação determinada pelo mesmo convenio e que, por-comtudo pela sua proposta, signatarios, porque, diziam e porções de territorio pelas rancias sobre o terreno sem-

esolveu-se adiar a continua-ora.

mixta, continuando com a

o do dia antecedente tives-ntaram a seguinte proposta linho seguirá pela linha de nal; onde, porém, pelo en-partindo da linha de maior dirigir-se-ha pelo centro da do de limites». Em seguida rios hespanhoes, que foi em possivel as doutrinas consi-viam pretendido que a linha parecer que por ahi seguia

geral de trabalhos a fazer, são mixta, celebrada em 10 nham proposto o estudo de elemento indispensavel para tanto tinham insistido pela as, faltando-lhes, como aca-canaes em que o rio ahi se dial da sua nova proposta. não sendo possivel chegar

a um accordo nem sobre a redacção das actas d'esta e da anterior sessão, motivo por que deixaram de ser assignadas pelos commissarios hespanhoes, nem sobre o modo de effectuar a divisão, resolveu-se que cada grupo de commissarios formulasse por escripto a sua proposta, com a argumentação com que a defendêra e combatêra a do grupo antagonista, e que estes documentos fossem lidos n'uma nova sessão e transcriptos na acta d'ella, para poder haver conhecimento do que se passou na discussão. D'essa acta cada grupo enviaria copia ao respectivo governo, a fim de obter instrucções sobre a duvida existente.

No dia 18 de setembro celebrou-se nova reunião, na qual, segundo o resolvido na do dia 15, cada grupo de commissarios apresentou por escripto a sua proposta acompanhada dos argumentos com que defendia a sua e combatia a do outro grupo.

Quando os commissarios portuguezes terminaram a leitura da sua argumentação, os commissarios hespanhoes declararam que os signatarios não tinham interpretado bem a sua proposta, pois como viam, sobre ella assentava uma hypothese que lhe não era applicavel. Esta hypothese consiste no segundo dos dois seguintes casos considerados na sua argumentação pelos commissarios portuguezes:

«1.º Ou os illustres commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica entendem que a principal veia fluida (conforme o texto portuguez), ou o centro da corrente principal (conforme o texto hespanhol), é a linha de maior fundo.

«2.º Ou entendem que não é.»

Em consequencia d'esta declaração, os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica, a pedido dos signatarios, tiveram de definir o que elles consideravam pela expressão «corrente principal», a que se refere o tratado de limites, segundo o texto hespanhol, dizendo que posto não poderem, de momento, dar nitidamente a definição pedida, por não estarem para tal preparados, entendiam comtudo por corrente principal «a somma de filetes liquidos animados da maior velocidade», devendo talvez considerar-se como elemento necessario n'esta definição tambem o maior volume de agua.

De tudo isto resultou, como v. ex.^a bem poderá ver na respectiva acta adiante inserida, discussão desenvolvida e nova argumentação por parte dos signatarios, combatendo a proposta e razões dos commissarios hespanhoes em abono d'aquella.

Encerrou-se a sessão, cuja acta, por divergencia de opiniões, não foi tambem assignada pelos commissarios hespanhoes, resolvendo-se que enquanto não viesse a resposta á consulta, que cada grupo de commissarios ia dirigir ao respectivo governo, sobre o desacordo existente, se passasse a tratar da parte do encargo que respeita ás margens das insuas.

Eis, succintamente exposto, o que se passou nas reuniões de 14, 15 e 18 de setembro proximo passado, das quaes lavraram, na fórma do costume, os commissarios portuguezes as respectivas actas, que não foram, como as demais, pelos commissarios hespanhoes assignadas pelo motivo já indicado.

Estas actas, posto que extensas, torna-se necessario transcrevel-as aqui para por ellas melhor se poder ajuizar do que se passou nas referidas sessões.

É o que os signatarios fazem, supprimindo, por menos importante para o caso actual, a parte relativa á assentada.

Acta da sessão de 14 de setembro

Sendo presente a planta do rio Minho levantada pelos commissarios portuguezes, com a respectiva sondagem, feita em commum por ambos os grupos de commissarios, resolveu-se proceder á demarcação das aguas jurisdiccionaes, a partir da foz, começando

por traçar a linha divisória, fazendo-a coincidir com a linha de maior fundo. Havendo dúvidas sobre se esta linha passa de jusante para montante das Pedras das Oliveiras, entre a margem hespanhola e as ditas Pedras, ou entre ellas e o Areinho da Passagem, ou Coirão, os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica propozeram que se augmentasse a sondagem n'estes pontos, no que todos os commissarios concordaram. Seguindo com a demarcação a montante das Pedras das Oliveiras, os commissarios levaram a linha divisória sempre pela linha de maior fundo até a jusante da

ra de Seixas, lugar em que o rio se divide em diversos braços d'esta insua, da denominada Insua do Porto Gallego ou das roas ou bancos de areia, que cobrem com as marés.

a linha de maior fundo passa entre a referida insua Morra e a portugueza. Os commissarios por parte do governo de Sua Magestade propozeram que a demarcação continuasse pela linha de maior fundo por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima obraçeira de Seixas uma insua, cuja soberania era reconhecida pela celebração do tratado de limites de 29 de setembro de 1864 e a contestação, e a Insua das Areinhas, estando reconhecida, panhola, a linha divisória deveria passar entre ellas, para as jurisdiçionaes dos estados a que pertencem.

Os commissarios por parte do governo de Sua Magestade propozeram que a demarcação continuasse pela linha de maior fundo por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima obraçeira de Seixas uma insua, cuja soberania era reconhecida pela celebração do tratado de limites de 29 de setembro de 1864 e a contestação, e a Insua das Areinhas, estando reconhecida, panhola, a linha divisória deveria passar entre ellas, para as jurisdiçionaes dos estados a que pertencem.

Os commissarios por parte do governo de Sua Magestade propozeram que a demarcação continuasse pela linha de maior fundo por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima obraçeira de Seixas uma insua, cuja soberania era reconhecida pela celebração do tratado de limites de 29 de setembro de 1864 e a contestação, e a Insua das Areinhas, estando reconhecida, panhola, a linha divisória deveria passar entre ellas, para as jurisdiçionaes dos estados a que pertencem.

que haja um só canal ou braço, a linha divisória das aguas julha de maior fundo, coincidindo rigorosamente com ella.

que haja ilhas ou insuas, e onde elle se divide em dois ou mais partindo da de maior fundo acima mencionada, seguirá por omo que encorporadas ao respectivo territorio as ilhas ou insuas reconhecidas ao tempo da celebração do tratado de limites de 1864 e o tem sido até hoje, sem contestação, a um ou outro esdesignadas no mesmo tratado, e coincidirá com a linha de maior fundo.

parte do governo de Sua Magestade Catholica declararam não ta proposta, porque era sua opinião que o artigo 4.º do conubro de 1885 não se podia interpretar d'este modo. O referido arcação se faça em conformidade do artigo 1.º do tratado de de 1864, e por isso a linha divisória devia seguir a linha de e sentido, propunham o seguinte :

as serão demarcadas por uma linha divisória, seguindo a de

foram desenvolvidamente discutidas, sem que os dois grupos

de commissarios podessem concordar, resolvendo-se adiar a continuação da discussão para o dia de amanhã, 15 do corrente, visto o adiantado da hora, cinco da tarde.

Segue-se o termo de encerramento.

Acta da sessão de 15 de setembro

Continuando a discussão interrompida na sessão de hontem, 14 do corrente, os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica disseram que tinham a explicar a sua proposta relativa á demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho, a fim de mostrarem que ella estava de accordo com o artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, na parte em que se refere ás linhas divisorias, partindo da de maior fundo, e n'este sentido a substituíram pela seguinte:

«A linha divisoria das aguas jurisdiccionaes do rio Minho seguirá pela linha de fundo, na parte do mesmo rio em que houver um só canal; aonde, porém, pelo encontro de ilhas ou insuas, elle se dividir em dois ou mais canaes, a linha divisoria partindo da de maior fundo, em obediencia ao artigo 4.º do convenio de pesca, dirigir-se-ha pelo centro da corrente principal, em conformidade com o artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864.»

Analysando esta proposta, os commissarios portuguezes fizeram diversas considerações, mostrando que ella não satisfazia ás condições impostas pelo artigo 4.º do convenio de 2 de outubro de 1885, nem ao artigo 1.º do tratado de limites, respondendo-lhes, em defeza da mesma proposta os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica, que novamente combateram a proposta portugueza. Prolongando-se esta discussão até ás cinco horas da tarde, sem que fosse possivel chegar a um accordo, resolveu-se que cada grupo de commissarios formulasse por escripto a sua proposta com a argumentação com que a defendeu e com aquella que adduziu combatendo a proposta do outro grupo: que n'uma reunião, que terá logar no dia 17 do corrente, cada grupo apresentaria e leria estes documentos, que seriam transcriptos na acta d'essa sessão, para poder haver conhecimento exacto do que se passou durante a discussão, e que d'essa acta cada grupo enviaria uma copia ao respectivo governo, a fim de obter instrucções sobre a duvida existente.

Segue-se o termo de encerramento.

Acta da sessão de 18 de setembro

Na fórma do que fôra accordado na sessão realisada em 16 de setembro corrente, devia ter-se effectuado a presente sessão no dia de hontem, 17, ao que obsteu a doença de um dos commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima.

Tanto os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica como os nomeados pelo governo de Sua Magestade Fidelissima, apresentaram por escripto, em virtude do que fôra resolvido na ultima sessão e consta da respectiva acta, as suas propostas relativas ao modo de realisar a demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho, bem como os argumentos que em sua defeza, ou combatendo a do outro grupo, adduziram durante a discussão que teve logar nas sessões de 14 e 15 do corrente, a fim de serem trasladados na presente acta, como se passa a fazer.

**Proposta apresentada pelos commissarios portuguezes do governo de Sua Magestade Fidelissima
e argumentos que a justificam**

Os commissarios nomeados por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, em conformidade com o artigo 4.º do convenio celebrado entre Portugal e a Hespanha em 2 de outubro de 1885, para procederem á demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho, têm a honra de propôr que a referida demarcação obedeça ás condições seguintes:

- 1.º Na parte do rio Minho em que haja um só canal ou braço a linha divisoria das

as seguirá a linha de maior profundidade, coincidindo rigorosamente do rio em que haja insuas ou ilhas, e onde elle se divide em dois ou mais rios a linha divisoria partindo da de maior fundo, acima mencionada, seguirá, que deixar como que encorporadas no respectivo territorio as ilhas ou insuas reconhecidas ao tempo da celebração do tratado de limites de 29 de setembro de 1864, o tem sido até hoje sem contestação, a um e outro estado, quer signadas no mesmo tratado, e coincidirá com a linha de maximo fundo

a conforma-se plenamente com as disposições do artigo 4.º do convenio de 1885, em obediencia ao qual se procede á demarcação.

o artigo, a demarcação das aguas jurisdiccionaes tem de ser feita no rio Minho, por linhas divisorias partindo da de maior fundo, em conformidade com o artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864.

que se refere á linha de separação das soberanias do reino de Portugal e da Hespanha, determina que ella se dirija no rio Minho pela principal veia (segundo o texto portuguez), ou pelo centro da corrente principal (segundo o texto castelhano) até á sua confluencia com o rio Bargas ou Trancoso. Os commissarios, por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, fazem a linha divisoria das aguas jurisdiccionaes com a linha de maior fundo do rio Minho, em que não ha ilhas ou insuas, observam, em virtude do que dispõe o artigo 3.º do tratado de limites de 3 de outubro de 1885, e que determina o artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864, por isso que a dirigem pela principal veia

que, como acima citada o artigo 1.º do tratado de limites exceptua expressamente as ilhas ou insuas, que determina fiquem pertencendo a um ou outro estado. As ilhas ou insuas, outras havia e ha cuja soberania era reconhecida no tempo da celebração do tratado de limites, como pertencentes a um ou outro dos estados, e que o têm sido até ao presente, sem contestação.

que procedem ainda á demarcação da linha de separação das duas soberanias, e as ilhas ou insuas não podem hoje, pela divisão a effectuar com o fim unico de estabelecer o limite jurisdiccional de cada estado em assumptos proprios e distinctos, passar a dominio differente, e por isso ellas estão em condições de permanecerem nas mesmas, como designadas no artigo 1.º do tratado de limites.

que a demarcação definitiva e permanente que, em conformidade com o artigo 4.º do tratado de limites, se ha de fazer, em qualquer tempo venha a fazer-se.

que na parte do rio onde se encontram ilhas ou insuas, quer sejam ou não reconhecidas no tratado de limites, os commissarios portuguezes levam a linha divisoria jurisdiccionaes, pela linha de maxima profundidade do braço que deixar as ilhas ou insuas encorporadas no território do estado a cujas soberanias pertencem.

D'este modo seguem a parte do artigo 4.º do convenio de 2 de outubro de 1885, que manda que a demarcação se faça por linhas divisorias, partindo da de maior fundo, disposição que não pôde ter outro fim senão o de evitar a anomalia de deixar uma insua pertencente a um estado nas aguas jurisdiccionaes do outro.

A proposta dos commissarios portuguezes obedece, pois, ás prescripções do artigo 4.º do convenio de 2 de outubro de 1885, conformando-se ao mesmo tempo e com respeito a essas prescripções com o artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864.

*Proposta apresentada por parte dos commissarios nomeados pelo governo de Sua Magestade Catholica
sua justificação e argumentos com que combatem a proposta
apresentada pelos commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima*

La comision española interpretando el artículo 4.º del reglamento de pesca costera entre España y Portugal de 2 de octubre de 1885, entiende, que la division de las aguas jurisdiccionales del Miño, debe hacer-se por la línea de mayor fondo, excepto cuando dividiendose el río en diferentes brazos, no pase por el canal por donde se dirige la corriente principal, en cuyo caso la demarcacion de las aguas jurisdiccionales debe hacerse por líneas que partiendo de la de mayor fondo sigan el centro de la corriente principal del río. Y se funda su interpretacion en lo que expresa el párrafo 2.º del mencionado artículo 4.º con referencia á las líneas divisorias, y en el testo del párrafo 1.º del artículo 1.º del tratado de limites de 29 de setiembre de 1864 que dicen así: «Las aguas jurisdiccionales de cada uno de los dos países en los ríos limítrofes, serán demarcadas por líneas divisorias á partir de la de mayor fondo en el Guadiana y Miño, en conformidad con el artículo 1.º del tratado de limites de 29 de setiembre de 1864.

«Artículo 1.º La línea de separacion entre las soberanias del reino de España y la del reino de Portugal á partir desde la desembocadura del río Miño, entre la provincia española de Pontevedra y el distrito portuguez de Vianna do Castello, se dirigirá por el centro de la corriente principal del Miño hasta la confluencia del rio Bargas ó Trancoso.»

Por lo tanto, los comisarios españoles sienten no poder concordar con los de la amiga y vecina nacion portuguesa, en atencion á que por la interpretacion de estos señores, se hacen pasar las líneas divisorias, por determinados canales, sin tener en cuenta la línea de mayor fondo ni la corriente principal del río, lo cual no estiman los comisarios que suscriben, en armonía con lo que preceptuan los artículos 4.º del reglamento de pesca y el artículo 1.º del tratado de limites en sus párrafos mencionados.

Finalmente, la comision española no cree que su interpretacion, ó sea la forma en que proponen la demarcacion de las aguas jurisdiccionales, pueda dar lugar á conflictos entre los pescadores de ambos países, por cuanto, los que hasta ahora han surjido en las islas del río, con ocasion del ejercicio de la pesca, no han tenido por causa la jurisdiccion á que dichas islas pertenecieran, sino por efecto de desaviencias nascidas de la rivalidad y antagonismo entre personalidades que concurren á la explotacion de una misma industria, cujo achaque por lo connatural y frecuente que és en sus manifestaciones, obliga siempre á ejercer una cohibicion eficaz y constante.

*Argumentação com que os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima combatem a proposta
apresentada pelos commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica*

Não concordando com a proposta dos commissarios nomeados por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, propõem os commissarios nomeados por parte do governo de Sua Magestade Catholica o seguinte:

soria das aguas jurisdiccionales do rio Minho seguirá pela linha de maior fundo do rio onde não houver ilhas ou insuas; onde, porém, as houver partirá pela maior fundo, em obediencia ao artigo 4.º do convenio, e seguirá pela maior fundo, em conformidade com o artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864.

Esta proposta, os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica consideram dois casos:

1.º Os illustres commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica principal veia fluvia (conforme o texto portuguez), ou o centro da corrente conforme o texto hespanhol) é a linha de maior fundo.

2.º Idem que não é.

No primeiro caso a proposta traduzia-se resumidamente no seguinte: A linha divisoria jurisdiccionales seguirá em toda a extensão do rio Minho a linha de maior

fundo por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima notam que a proposta por este modo está em desharmonia com o que dispõe o artigo 4.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864, quando falla em linhas divisorias partindo da de

maior fundo não se demarca senão uma unica linha, que nunca se afasta do *thalweg* do rio, não obedece áquella condição do artigo 4.º do referido convenio, contraria á equidade, como veremos.

Os illustres proponentes concordam que a denominação a que se tem applicado unicamente para os effeitos da pesca e que nada tem com a linha de divisão das soberanias, isto sem prejuizo da sua determinação de harmonia com o tratado de limites de 29 de setembro de 1864, em qualquer tempo em que se executar-se.

Por onde passar a linha divisoria das aguas jurisdiccionales ordenada pelo convenio de 2 de outubro de 1885, as ilhas ou insuas banhadas pelas aguas do rio continuarão, sejam essas insuas ou não designadas no tratado de limitação do estado a que pertencem, soberania até hoje reconhecida sem

alteração. Notam os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima a anomalia da linha divisoria das aguas jurisdiccionales, sendo traçada na conformidade da proposta, haverá ilhas ou insuas no rio, que, pertencendo a um estado, e ficando jurisdiccionales do outro, o que constitue uma anomalia.

1.º, porém, os illustres proponentes, que a jurisdicção das aguas, assim determinada para os effeitos do convenio de 2 de outubro de 1885 e que o estado continua a exercer a sua soberania na parte da insua que a maré não

alcança, destruiria a anomalia notada e seria contrario ao que dispõe o artigo 4.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864, anexo de 4 de novembro de 1864, o qual determina que, para a repressão dos delictos ou contravenções commettidas nas aguas que navegam ou pescarem nos rios limitrophes, quando amarradas á terra firme ou de qualquer insua, ou tão proximas que para ellas se encaixam, sejam consideradas como situadas no territorio do estado a que pertencem.

2.º Os illustres proponentes, da divisão proposta que uma embarcação, pescando, poderia achar-se em aguas jurisdiccionales de um estado e situada no territorio do outro, pedem uma providencia, que as altas partes contratantes tomam para evitar a promovel-os de uma ordem mais grave.

A anomalia notada subsiste, portanto, e para a evitar é que o artigo 4.º do convenio determina que a demarcação se faça por linhas divisorias, partindo da de maior fundo, em conformidade com o artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864.

No primeiro caso considerado, a proposta apresentada é por todas estas razões inaceitável.

Vejamos agora o segundo dos casos que ao analysarem a proposta apresentada pelos commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica estabeleceram os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, e que é o não tomarem os illustres proponentes a linha de maior fundo como principal veia fluida.

Sendo assim, a linha divisoria, segundo a proposta, só por excepção se conforma com o artigo 1.º do tratado de limites.

O artigo 4.º do convenio de 2 de outubro de 1885, determinando a divisão das aguas jurisdiccionaes do rio Minho, por meio de linhas divisorias, a partir da de maior fundo, em conformidade com aquelle artigo do tratado de limites, quer que se siga a demarcação que este ultimo artigo geralmente estabelece.

Ora esta demarcação deve ser feita pela principal veia fluida, e os illustres proponentes, levando-a pela linha de maximo fundo na maior parte do rio, só em casos excepcionaes a abandonam para a dirigirem pela que elles entendem por principal veia fluida. Tal demarcação afasta-se, portanto, quasi por completo, da demarcação determinada no referido artigo 1.º do tratado de limites, desobedecendo assim ao artigo 4.º do convenio de 2 de outubro de 1885.

Mas suppondo que uma tal demarcação fosse possível, qual seria essa veia que os illustres proponentes consideram a principal, e á qual falta o requisito da maior profundidade?

Podem responder os illustres proponentes que, ao contrario do que pensâmos, a linha divisoria proposta não sómente segue o que elles chamam principal veia fluida na parte do rio em que ha insuas, mas tambem n'aquella em que as não ha, porque então o rio terá um unico canal, e esse canal conterá a linha de maior profundidade e a principal veia fluida.

D'este modo voltariamos ao primeiro caso já considerado, e por as razões então apresentadas a proposta é inaceitável.

Alem d'isto, mesmo no segundo caso, subsistiria a anomalia notada no primeiro, e as linhas divisorias a partir da de maior fundo, que o artigo 4.º do convenio impõe para a demarcação, não teriam razão de ser: appareceriam apenas como um mero capricho das altas partes contratantes do referido convenio de 2 de outubro de 1885.

Vê-se, portanto, que considerada a proposta dos illustres commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica, ella se não conforma com as condições exigidas para a demarcação das aguas jurisdiccionaes; que pela anomalia a que daria logar é contraria aos principios admittidos de direito internacional e ao proprio direito convencional por divergente com o artigo 3.º do annexo primeiro de 4 de novembro de 1866, ao tratado de limites de 29 de setembro de 1864; e, finalmente, que é opposta ao fim do convenio celebrado no intuito de evitar os conflictos que têm logar no exercicio da pesca entre subditos das altas partes contratantes, porque, longe de concorrer para os evitar antes os provocaria, estabelecendo jurisdicção de um estado em aguas que banham insuas do outro, e dando logar a complicações entre as duas soberanias que teriam, ao mesmo tempo, em vista do artigo 3.º do annexo primeiro, já referido, auctoridade para castigar delictos ou contravenções leaes praticadas em embarcações amarradas ás margens d'essas insuas.

Lidos estes documentos, que ficam transcriptos, foi dito pelos commissarios por

parte do governo de Sua Magestade Catholica, que os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima não tinham interpretado bem a sua proposta, pois sobre ella assentavam dois casos que julgavam applicaveis, quando sómente o era o primeiro, que consiste na hypothese de tomarem elles commissarios a linha de maior fundo, como principal veia fluida (segundo o texto portuguez), ou como corrente principal (segundo o texto hespanhol) do tratado de limites. Que emquanto ao segundo dos casos elle não tinha applicação, porque elles commissarios consideravam que na parte do rio em que ha um só braço, o centro da corrente principal coincide sempre com a linha de maior fundo; quando, porém, no encontro de uma ou mais insuas o rio se divide em diversos braços, consideravam que a linha de maior fundo poderia deixar de seguir pela corrente principal ou principal veia fluida.

Em vista d'isto os commissarios portuguezes pediram uma definição precisa da acceção em que os commissarios hespanhoes tomavam as expressões «principal veia fluida» ou «corrente principal», consignadas no artigo 1.º do tratado de limites.

Pelos commissarios hespanhoes foi-lhes respondido que não podiam, de momento, dar nitidamente a definição pedida porque não estavam para tal preparados, mas que por corrente principal entendiam elles na somma de filetes liquidos animados da maior velocidade», devendo talvez considerar-se como elemento necessario n'esta definição tambem o maior volume de agua.

Os commissarios portuguezes notaram então que na reunião dos dois grupos de commissarios celebrada em 10 de abril ultimo, e na qual se combinaram os estudos a fazer para se proceder á demarcação das aguas jurisdiccionaes do Minho, os commissarios hespanhoes apenas tinham julgado necessario o levantamento da planta do mesmo rio e a sua sondagem. Que n'este sentido se tinham dirigido os trabalhos de campo, e agora que elles estavam terminados, apresentavam os mesmos commissarios uma proposta para a demarcação, segundo a qual se tornava essencial um outro elemento em que nunca se tinha fallado, qual é o conhecimento detalhado das velocidades das correntes, tanto á superficie como em profundidade, nos diversos canaes em que o rio se divide.

Os commissarios portuguezes notavam isto simplesmente, porque parecia indicar que os commissarios hespanhoes não tinham comprehendido sempre, de um mesmo modo, aquillo que o artigo 1.º do tratado de limites designa por principal veia fluida ou corrente principal.

Notavam mais quanto esta nova comprehensão parecia recente, pois que ainda na sessão de 14 do corrente, por occasião de se começar a demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes, como consta da respectiva acta, ao chegarem á insua portugueza denominada *Morraceira de Seixas*, os illustres commissarios hespanhoes propozeram levar a referida linha divisoria pelo canal entre a insua e a margem portugueza, attendendo sómente á linha de mais fundo, sem mesmo pensarem se pelos outros canaes em que o rio ali se divide passaria a corrente de maior velocidade. Para irem de accordo com a sua proposta, não deviam então desprezar um elemento que, segundo elles, caracteriza a principal corrente de que falla o tratado de limites.

Disseram mais os commissarios portuguezes que, na sua opinião, a principal veia fluida ou corrente principal de que se trata, não podia ser senão a linha de maior fundo, porque era assente entre os tratadistas de direito internacional, que a linha de divisão das soberanias de dois estados limitrophes, entre os quaes corre um rio commun, siga ou a linha media do rio ou o seu *thalweg*; e nos tratados até hoje celebrados, de que elles commissarios portuguezes tinham conhecimento, se consigna sempre um d'estes principios, de que sómente se afastam por circumstancias semelhantes áquellas que os levaram, interpretando o artigo 4.º do convenio, a propor a divisão de modo a deixar as insuas pertencentes a um ou a outro estado nas respectivas aguas jurisdiccionaes.

Emquanto ao segundo caso por elles commissarios portuguezes formulado sobre a proposta apresentada pelos illustres commissarios hespanhoes, desde que estes declaravam comprehender por corrente principal ou principal veia fluida a que é animada de maior velocidade, coincidindo com a linha de maior fundo, quando o rio tem um só canal, e podendo deixar de coincidir quando tem mais do que um, reconhecem que não lhe é applicavel, explicada como agora se explica, e por isso pedem licença para combater esta nova forma da questão.

A primeira hypothese ou caso considerado é applicavel, e por isso a argumentação relativa subsiste. N'esta hypothese a linha divisoria é só uma, e assim como escreveram e fica n'esta acta trasladado, a proposta dos illustres commissarios hespanhoes não se cinge é disposição do artigo 4.º do convento e dá lugar á anomalia de ficarem insuas de um estado em aguas jurisdiccionaes do outro.

Emquanto á circumstancia apresentada pelos illustres commissarios hespanhoes, segundo a sua interpretação de corrente principal, de, nos sitios em que o rio se divide em dois ou mais canaes, poder a linha de maior fundo não concordar com a principal corrente, caso em que propõem que a linha divisoria, partindo da de maior fundo, siga por aquella principal corrente a fim de mostrarem que se cingem á disposição do artigo 4.º do convenio, os commissarios portuguezes respondem que entender d'este modo a disposição do referido artigo, é suppor que as altas partes contractantes fizeram na sua redacção um meio jogo de palavras, para tornarem confuso o seu pensamento. Para explical-o clara e simplesmente, e na forma pela qual os illustres commissarios hespanhoes querem que se comprehenda, redigiram o artigo d'este modo: «A demarcação das aguas jurisdiccionaes será feita pelo centro da principal corrente».

Não fallavam na linha de maior fundo nem nas divisorias.

De resto, acrescentaram os commissarios portuguezes, ainda n'esta hypothese a divisão das aguas jurisdiccionaes daria lugar á anomalia já notada.

Os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica, em resposta persistiram sustentando a sua proposta com os argumentos expendidos na sua exposição escripta que atraz fica trasladada, acrescentando que a não ser feita a demarcação como propunham, e se conforma, segundo elles, com o artigo 4.º do convenio de pesca e com o artigo 1.º do tratado de limites, enquanto que a proposta portugueza não respeita nenhum d'estes artigos, não comprehendiam nem a necessidade nem o fim da demarcação.

Em contradicta, os commissarios portuguezes repetiram a sua argumentação e os fundamentos da proposta que apresentaram e atraz fica trasladada, explicando-os de modo a mostrar que ella está de accordo com o artigo 4.º do convenio e com o artigo 1.º do tratado de limites.

Por ultimo resolveu-se que enquanto cada grupo de commissarios consulta o respectivo governo sobre o ponto de desaccordo, prosigam os trabalhos da commissão mixta relativamente á rectificação e definição das margens das insuas e ao regimen do rio.

Segue-se o termo de encerramento:

Lavradas as actas que ficam transcriptas e que não acompanham, no original, a presente exposição por estarem cheias de notas que as tornam difficilmente comprehensíveis, os signatarios enviaram-as, como de costume, ao presidente dos commissarios hespanhoes, a fim de as traduzir, para na primeira sessão serem assignadas.

No dia seguinte, porém, comparecem em Caminha o mesmo presidente e o commissario D. Rafael Sociats, dizendo que vinham conferenciar com os signatarios, sobre algumas alterações que julgavam necessario fazer nas actas. Esta conferencia tinha um caracter puramente particular; seria apenas uma conversa entre amigos.

Os signatarios immediatamente se pizeram á sua disposição.

Então os commissarios hespanhoes notaram que a acta de 18 de setembro mencio-

nava particularidades que lhes não pareciam essenciaes. Uma d'estas particularidades era aquella que se referia ás perguntas e respostas trocadas entre os signatarios e elles commissarios a proposito da definição de corrente principal, ou principal veia fluida. Que elles commissarios hespanhoes, julgando-se entre amigos, não tiveram duvida em declarar, em resposta á pergunta dos signatarios, que não estavam de momento habilitados a dar uma idéa nitida do que fosse a corrente principal ou a principal veia fluida de que falla o tratado de limites, e que por isso, dando a definição que deram, tinham declarado, comtudo, que necessitavam consultar os livros da especialidade, não julgando que isto tivesse de ser inserido na acta.

Os signatarios responderam que a acta era a narração fiel do que se tinha passado na sessão, e por isso n'ella se citava a resposta dos commissarios hespanhoes; não sendo, porém, intenção melindrar, de modo algum, os mesmos commissarios, não tinham duvida em que a redacção fosse substituida, comtanto que ficasse explicito o facto principal, isto é, a definição.

Passando á acta do dia 14, os dois commissarios hespanhoes disseram que n'ella se mencionava tambem terem elles apresentado uma proposta para que a demarcação se fizesse pela linha de maior fundo, quando elles não tinham feito proposta n'este sentido, porque apenas se tinham limitado a indicar com o dedo que a linha divisoria devia seguir pelo canal entre a *Morraceira de Seixas* e a margem portugueza, e por isso pediam que a acta fosse alterada n'este sentido.

Os signatarios sustentaram a verdade da narração da acta, citando varios factos em apoio do que affirmavam, sendo um d'elles o não haver outro elemento para basearem a demarcação que os commissarios hespanhoes diziam ter indicado e não proposto, a não ser a sondagem do rio, cuja folha se achava patente. Isto mostrava que a proposta ou indicação, segundo agora queriam, por elles feita, assentava em passar no canal referido a linha de maior fundo, o que abonava a verdade do que se dizia na acta.

Responderam os commissarios hespanhoes que, indicando a demarcação pelo canal, entre a *Morraceira de Seixas* e a margem portugueza, não se tinham baseado sómente na sondagem que estava patente, pois embora o não dissessem então, levou-os a isto o suporem, apesar de não terem outros elementos, como estudos de velocidades de correntes, que por aquelle canal passa a principal corrente do rio.

Notaram os signatarios que não era admissivel executar uma demarcação, como a de que se tratava, por meras supposições. A demarcação devia fundamentar-se em dados positivos, e por isso os signatarios nunca se atreveriam a pensar que os commissarios hespanhoes a pretendessem realizar de outro modo.

Outras alterações tendentes todas a fazer desaparecer das actas a idéa de que elles, no dia 14, apenas tinham tomado para base da demarcação a linha de maior fundo do rio, de modo a eliminar as duas comprehensões manifestas que tiveram durante as discussões sobre a corrente principal ou principal veia fluida de que falla o artigo 1.º do tratado de limites, pretenderam introduzir nas actas os commissarios hespanhoes.

Os signatarios promptificaram-se a toda e qualquer mudança de redacção, que não importasse alteração dos factos succedidos, ficando de, no dia seguinte, enviar aos commissarios hespanhoes as actas com as modificações que lhes parecessem possiveis, podendo, se essas modificações fossem acceitas, dar á sua argumentação transcripta na acta da sessão de 18 a fórma correspondente.

Com effeito, no dia seguinte, os signatarios enviaram as actas dos dias 14 e 15, propondo n'ellas modificações, que indicaram á margem com tinta encarnada.

Estas modificações eram as seguintes:

Na acta de 14 onde se diz:

«Aqui verificou-se que a linha de maior fundo passa entre a *Morraceira de Seixas*

e a margem portugueza. Os commissarios do governo de Sua Magestade Catholica propozeram que a demarcação continuasse pela linha de maior fundo.»

Os signatarios propozeram se substituisse por :

«Os commissarios portuguezes traçaram a linha divisoria pelo N. da insua: porém os commissarios hespanhoes disseram que a linha de maior fundo segue pelo S. d'ella, e por ali se devia continuar a demarcação.»

Mais abaixo onde se diz :

... propunham (os commissarios hespanhoes) o seguinte : «As aguas jurisdiccionaes serão demarcadas por uma linha divisoria, seguindo a de maior fundo.»

Os signatarios apresentaram a seguinte modificação : «e n'este sentido a tinham traçado pelo S. da referida insua».

Outras pequenas modificações apresentaram os signatarios, que não enumeram, por serem de somenos importancia.

Na acta de 15 de setembro tambem os signatarios propozeram as seguintes alterações :

No ponto em que se relata : «os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica disseram que tinham a explicar a sua proposta relativa á demarcação, substituíram a palavra «proposta» por «interpretação».

Onde se diz : «e n'este sentido a apresentavam sob a seguinte fórma», substituíram por : «e n'este sentido apresentaram verbalmente a seguinte proposta».

No dia seguinte estas actas foram devolvidas, acompanhadas de uma carta particular do presidente dos commissarios hespanhoes, em que dizia, que elle e os seus collegas tinham nas mesmas actas introduzido pequenas modificações, que vinham notadas á margem, e que esperavam que os commissarios portuguezes concordassem n'ellas, para se proceder á assignatura.

Estas pequenas alterações eram as seguintes :

Na acta do dia 14, á primeira alteração feita pelos commissarios portuguezes, propunham á seguinte substituição : «Los comisarios portugueses trazaran la línea divisoria por el norte de la isla y los comisarios hespanholes indicaran debia llevarse por el sur.

Na mesma acta onde se diz : «A esta proposta replicaram os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica, que a divisão tinha de ser feita em conformidade com o artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864, como determina o artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, etc.», propunham a seguinte substituição : «A esta proposta replicaram os commissarios por parte do governo de Sua Magestade Catholica «que no siendo estas islas de las mencionadas en el artículo 1.º del tratado de limites vigente no tienen nacionalidad reconocida por parte del gobierno de España»; e que a divisão tinha de ser feita em conformidade com o artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864, como determina o artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885 e por isso «que debia seguir por el sur de la isla», isto em vez de «era forçoso que seguisse pela linha de maior fundo do rio», como dizia a acta.

Outras alterações menos importantes, mas todas tendentes, como já se disse, a fazer desaparecer a idéa de que elles, na sessão de 14 de setembro, haviam proposto que a demarcação se fizesse pela linha de maior fundo, apresentaram os commissarios hespanhoes, tanto na acta d'esta sessão como na da sessão do dia 15.

Os signatarios ao verem estas alterações, que eram a negação completa da verdade dos factos succedidos e escrupulosamente narrados nas actas, ao analysarem principalmente o que se propunha com relação á soberania das insuas, soberania que não fôra contestada, e que os commissarios hespanhoes tinham declarado, terminantemente, não poder ser affectada pela demarcação determinada, para o effeito do convenio de 2 de

eram ser prejudicial para os interesses portuguezes e incomparavel de commissarios o consentirem n'ellas.

n, declaral-o aos commissarios hespanhoes sem primeiro levar a v. ex.^a o que se passava e receber de v. ex.^a instrucções.

itava de resolução prompta e, para brevidade, accordaram em expor a Lisboa expor verbalmente a v. ex.^a o succedido.

27 de setembro partiu para Lisboa o primeiro dos signatarios, e no dia 9 de outubro, declarou que v. ex.^a determinára que estas com as alterações propostas pelos commissarios hespanhoes; d'ellas se lavrasse, em acta de nova sessão, declaração do modo podiam ser authenticadas, e que estas actas fossem enviadas para uma exposição circunstanciada das particularidades da discussão varam este incidente.

cima referida acompanha a presente exposição, que é o relato dos factos passados durante a discussão.

o procedimento dos commissarios hespanhoes, em todo este processo, a vista da leitura das actas atrás transcriptas.

camente collocar sob a soberania do seu paiz as insuas do rio ranceira de Seixas e Boega, julgaram que o modo pelo qual se fez do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885 lhes facilitava

deram ao final do referido artigo, que manda que a demarcação do artigo 1.^o do tratado de limites de 29 de setembro de 1885 com as condições que na primeira parte estabelece para o tra-

a esta intensão, vendo na sessão do dia 14 que a linha de maior extensão mencionada e a margem portugueza, lançaram unicamente demarcação e assim propozeram que seguisse aquella linha de maior extensão era então aquella a principal corrente do rio de que trata o artigo 1.^o do tratado de limites.

amentação dos signatarios, que lhes mostrava a necessidade de uma emendação expressa do artigo 4.^o do convenio, que manda que as actas de maior fundo, modificaram nas sessões seguintes a sua proposta no primeiro dia deram ao termo «principal corrente».

a argumentação dos signatarios frisava as duas comprehensões da discussão tinham tido do assumpto, prevaleceram-se do facto assignadas, para negarem o que tinham dito e proposto.

os commissarios hespanhoes mostra bem a importancia que ellas tem para a soberania do seu paiz; e qual o prejuizo que d'essa Portugal, já os signatarios o expozeram a v. ex.^a, quando em 1.^a de setembro, datado de 23 de junho proximo passado, pediram a v. ex.^a o modo de interpretar o artigo 4.^o do convenio de pesca de 1885 e se refere á demarcação das aguas jurisdiccionadas nos rios limi-

então fizeram relativamente a essas insuas e principalmente á insua de Seixas e Boega, e propriedade municipal, dispensam-os de voltar novamente

arios têm a expor a v. ex.^a relativamente á parte do seu encargo e deram tomar-se resoluções definitivas.

Lisboa, 24 de novembro de 1886. — *Bento Maria Freire de Azevedo*, engenheiro hydrographo — *Joaquim Patricio Ferreira*, primeiro hydrographo — *Francisco Augusto da Fonseca Regalla*, primeiro

N.º 22

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL

Lisboa, 1 de dezembro de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Os commo-
dos, na conformidade do artigo 4.º do convenio regulamentar de 1885, da demarcação das aguas jurisdiccionaes do rio Minho, dividindo-as, inclinando-se a um lado os portuguezes e ao outro os hespanhoes, por que se deveria estabelecer a linha divisoria, quando, por haver o rio se separasse em mais de um braço.

O artigo 4.º do convenio dispõe que, para o effeito do mesmo e das jurisdiccionaes de cada um dos dois paizes, nos rios limitrophes, serão estabelecidas divisórias, partindo da de maior fundo, em conformidade do art.º 29 do tratado de limites de 29 de setembro de 1864, e que a demarcação feita servirão de base para um anno.

A simples significação litteral d'esta clausula mostra que as altas partes tiveram em vista determinar, em periodos curtos, os limites dentro dos quaes se exerceria a sua jurisdicção, no que dissesse respeito á demarcação se deveria harmonisar com a da delimitação da fronteira do territorio (delimitação esta permanente, dentro da qual cada um dos paizes soberania); e que adoptaram para ser seguida quanto possível a pro-
cedura sendo a base mais attendível, em presença do objecto do con-
venio, aquelles limites.

Na conformidade d'esta interpretação deu o governo instrucção aos portuguezes, em virtude das quaes elles propozeram que, na parte em que houvesse um só canal ou braço, a linha divisoria das aguas jurisdiccionaes de maior fundo, coincidindo rigorosamente com ella; e na parte das ilhas ou insuas, e onde o rio se dividisse em dois ou mais braços, a linha de maior fundo acima mencionada, seguiria por aquelle braço que incorporadas ao respectivo territorio as ilhas ou insuas cuja se-
paração se fez ao tempo da celebração do tratado de limites de 29 de setembro de 1864, e coincidiria com a linha de maior fundo d'esse braço.

Quaesquer que tenham sido as contra-propostas apresentadas pelos hespanhoes, ou quaesquer que sejam as que de futuro appareçam, o governo portuguez considera de todo o ponto inacceptaveis as que possam dar em resultado a perda de territorios portuguezes por aguas hespanholas ou vice-versa, e aos interesses de Portugal, qualquer proposta n'este sentido é contraria aos principios do direito internacional, e daria na pratica, fosse que-
r fosse, anomalias invenciveis.

O artigo 1.º do tratado de limites dispõe que a linha de separação do reino de Portugal e do reino de Hespanha começará na foz do rio Minho, e seguirá até á confluencia do rio Barojas ou Trancoso pela principal via de communicação. O primeiro paragrapho immediato declara a qual dos dois paizes ficariam p-

es Portugal e Hespanha disputavam entre si os direitos insuas do rio Minho, cuja soberania era indubitavel e achavam os dois paizes, não fez menção o tratado, nem as os plenipotenciarios a mencionar nas actas essa circumscrição que sobre ellas tinham os paizes que os possuíam. Se pertenciam então, temos nós permanecido até hoje. Se os dois paizes deve ser, pois, determinada pela linha passando comtudo essa delimitação por aquelle braço (que separe para um e outro paiz as insuas ou ilhas assignadas ou não no tratado, embora por esse braço não pelo volume ou profundidade das aguas ou por qualquiver outra circunstancia).

O convenio de pesca de 2 de outubro de 1885 a linha maior profundidade, e quando haja mais de um braço, o que o tenha menor, deverá seguir aquelle que da mesma linha separe as insuas que lhe pertencem, e adaptar-se á linha da mesma. Estas insuas deverão ser consideradas para os effectos á terra firme.

de direito que n'esses braços interiores pudesse exer-

ca, actualmente em vigor no rio Minho, é a nacional regulamento que determina a competencia do paiz que se exercita, durante o exercicio da pesca, a jurisdicção do paiz das embarcações que incorrerem em delictos communs e das insuas que estiverem adherentes á terra firme ou tão perto para ella a pé enxuto, as quaes ficarão sob a jurisdicção do paiz a quem se acharem. É esta, com respeito ás embarcações, a linha do tratado de limites, o qual só por um acto de igual natureza, não ha necessidade para a execução do convenio de um futuro proximo, de determinar a linha divisoria não temos de a tornar effectiva.

a respectiva clausula no convenio, no que annuimos ha, parece-me não devermos prescindir de a determinar a vez, não surgirão de certo de futuro difficuldades

samento do governo, deixo á reconhecida competencia do governo a escolha da fórma de o manifestar ao governo hespanhol de modo á defeza dos nossos interesses.

v. ex.^a o relatorio apresentado pelos nossos commissarios e resolvel-o opportunamente.

N.º 23

OS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

16. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — No meu despacho de 12 de outubro de 1885, Sr. Thodim ajustasse, por meio de uma troca de notas com o Sr. Thodim, o paralelo que deve servir de demarcação ás aguas

territoriaes maritimas entre os dois paizes, em frente da barra do rio Minho, rece que o governo hespanhol se recuse a sancionar por este accordo e provada pelos seus commissarios, nem que por motivo do desacordo le commissarios dos dois paizes na delimitação das aguas jurisdiccionaes e por qualquer outro, procure demorar a sua resposta á communicação dirigido o sr. Thedim, em virtude do citado despacho de 12.

Entretanto, sendo para nós de necessidade mais urgente a demarcação jurisdiccionaes maritimas, v. ex.^a apreciará se póde prejudicar a pro d'aquelle accordo a apresentação da questão do limite das aguas fluviaes despacho datado de 1 do corrente mez.

Igualmente deixo á sua apreciação decidir se devemos ou não pe esse governo nos indique a epocha em que se devem reunir os commiss der á demarcação das aguas fluviaes e maritimas do rio Guadiana e se se devemos aguardar a conclusão dos seus trabalhos (ao menos no qu aguas maritimas), para só então nos dirigirmos ao governo hespanhol pendente do rio Minho.

V. ex.^a, pelas suas conversações com os membros d'esse governo e estado, saberá, segundo as disposições que n'elles encontre e pelo seu c convem ou não tratar estes pontos simultanea ou separadamente, e qual

Devo dizer a v. ex.^a que os commissarios portuguezes se acham pr parecer immediatamente na primeira sessão que se ajuste para os traba Deus guarde, etc.

N.º 24

O SR. D. FELIPPE MENDEZ DE VIGO AO SR. HENRIQUE DE BARROS

Lisboa, 9 de diciembre de 1886. — Excmo sr. — Como consecu incidentes ocurridos en la desembocadura del rio Guadiana entre pesca portuguezes, por causa de no hallarse determinada todavia la linea divis jurisdiccionales de que trata el convenio de pesca en su artículo 5.º, teng ner en conocimiento de V. E. que Su Majestad el Rey mi augusto sober bre la Reina Regente del reino, ha tenido á bien designar al capitán de Delgado, para que, en union del ayudante de marina de Ayamonte, form pañola que ha de entenderse con la que nombre el gobierno de Su Maj para determinar el meridiano que debe separar en la expresada desemb jurisdiccionales de ambos paises.

Aprovecho, etc.

N.º 25

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIB

Lisboa, 13 de dezembro de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em refere do meu despacho de 3 de dezembro corrente, cumpre-me informar a v. ciativa do governo hespanhol foi proposta, por intermedio da sua legaç. constituição immediata da commissão para a demarcação das aguas ma cadura do Guadiana, achando-se ali já os commissarios hespanhoes, aos nós á referida proposta, se devem juntar em breve os portuguezes.

anhol a necessidade urgente d'esta demarcação para evitar os que por vezes têm occorrido, e que elle attribue á falta do governo de Sua Magestade fazer a nomeação immediata dos proceder aos respectivos trabalhos.
as considerações do meu anterior despacho, relativamente

N.º 26

SAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

de 1886. — Ill.^{ma} e ex.^{ma} sr. — Em desempenho das instrucções do corrente, propunha-me conferenciar com o ministro assumpto a que se refere o mesmo despacho. Como, porém, discussão politica parlamentar não tem havido nas duas semanas, e não sendo por outro lado a urgencia tanta que ia especial, fui hoje procurar o sub-secretario d'estado, e commissarios hespanhoes encarregados de, conjunctamente a arcação das aguas jurisdiccionaes no rio Minho, informando-me para uma conferencia commigo sobre este assumpto. Fui pelo mesmo sub-secretario espirito conciliador, ácerca do qual e enviei a nota cuja copia (documento A), tenho a honra

de conferencia com o ministro d'estado informarei a v. ex.^a

A

Espanha. — Madrid, 11 de dezembro de 1886. — Ill.^{ma} e ex.^{ma} sr. — Que á boa vontade de v. ex.^a e á sua perspicaz apreciação commendar-se a conveniencia de assentarmos, de commun com a conveniente regularisação das divergencias recentemente commissarios portuguezes e hespanhoes encarregados da demarcação dos rios divisorios, as quaes não permittiram a conclusão á commissão mixta. A certeza que tenho da largueza de v. ex.^a encara quaesquer pequenas difficuldades, que facilmente á luz dos principios superiores de boa e inalteravel harmonia aos povos peninsulares, anima-me a aguardar a prompta conclusão que deixo recommendados á benevola attenção de

ex.^{ma} sr. D. Segismundo Moret y Prendergast, ministro do Estado da Magestade Catholica. — *Conde do Casal Ribeiro.*

N.º 27

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOM

Extracto.

Madrid, 20 de dezembro de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tive a honra em tempo os despachos de 1, 3 e 13 do corrente. Na conferencia ordinária com o ministro d'estado lhe fiz verbalmente a communicação, contida no verem sido nomeados os nossos commissarios para a demarcação das aguas embocadura do Guadiana. Quanto ao objecto especial do despacho, occorreu a idéa da conveniencia de se assentarem bases communs entre os dois, para harmonisar as instrucções que terão de dar-se aos commissarios de um quando forem completar os trabalhos de demarcação das aguas jurisdicção, em cumprimento do que dispõe o convenio de 2 de outubro de 1886. É claro que por minha parte deixarei sempre *ad referendum* qualquer resultado.

Estimarei que esta indicação possa merecer a superior approvação do Sr. Conde. Concordando em principio, o sr. Moret ficou de chamar a si os documentos e apressar em seguida uma conferencia especial. Em consequencia que expedi logo a v. ex.^a o telegramma, que confirmo.

Vae junta a copia da nota (documento A) expedida em tempo pelo sr. carregado de negocios, em obediencia ao despacho de 12 de novembro ultimo. Deus guarde, etc.

A

Madrid, 15 de novembro de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Havendo o Sr. Conde approvado a demarcação do paralelo que, nos termos do artigo 4.º da lei de 2 de outubro de 1885, deve servir de linha de separação das aguas das zonas maritimas entre Portugal e Hespanha em frente da barra do rio Guadiana tomada de accordo pelos commissarios dos dois paizes, tenho a honra e por ordem do mesmo governo, rogar a v. ex.^a se sirva dizer-me se o Sr. Conde approva a referida demarcação.

Em caso affirmativo, desejo o governo de Sua Magestade de sancção essa demarcação, pretende fazel-a da mesma fórma que o de Sua Magestade por isso igualmente rogo a v. ex.^a se sirva indicar-me esse meio, parecer do governo de Sua Magestade que a publicação, nos diarios officiaes dos dois paizes e da que lhe for resposta, juntamente com a das actas das sessões do Sr. Conde sancionará pelos dois governos o ajustado entre os seus commissarios e por elles tomada força obrigatoria.

Rogando a v. ex.^a a brevidade possivel na resolução d'este assumpto, a Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. D. Segismundo Moret y Prendergast, ministro dos negocios de Sua Magestade Catholica. — *Augusto de Sequeira Thedim.*

N.º 28

GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

36. — Ill.^{ma} e ex.^{ma} sr. — Tenho presente o officio que
 ta de 20 do corrente mez, de cujo conteúdo fico in-

eniencia de se ajustarem entre os dois governos as
 ser dadas aos commissarios quando forem completar
 as jurisdiccionaes no rio Minho, e, pela confiança que
 merecerá a approvação do governo o accordo que for

N.º 29

RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

36. — Ill.^{ma} e ex.^{ma} sr. — Dignou-se v. ex.^a, por des-
 pela direcção dos consulados e negocios commerciaes,
 licações relativas ao importante assumpto da demar-
 10. Para preparar e utilizar melhor a conferencia ac-
 oportuno consignar por escripto e justificar as nossas
 redigi, e passo ás mãos do sub-secreretario d'estado,
 umento A). N'este trabalho, a que me pareceu con-
 , cingi-me ás instrucções de v. ex.^a, que estimarei

rtubro de 1885 creou-nos uma obrigação que não dei-
 ção annual da demarcação das aguas fluviaes. No pri-
 z já se achava consignada a exigencia da demarcação.
 espanhol tornou essa demarcação annual. Esta idéa
 lção percebi ainda bem a utilidade de tanta repetição
 nais que a demarcação de aguas jurisdiccionaes flu-
 ção e pesca, onde a nacionalidade da embarcação é o
 jurisdiccional sobre infracções, parece mais uma ope-
 do que exigida por urgentes necessidades praticas.
 os a similhante obrigação, temos de a cumprir tanto
 eriencia sufficiente, que possa ou justificar as prescri-
 guma alteração, parece inopportuno promover qual-
 o.

que a demarcação coincida com a linha verdadeira-
 contrario seria mau precedente e poderia acarretar

mental do convenio de 2 de outubro de 1885, — ces-
 costas, — confesso a v. ex.^a que não sou d'elle ar-
 proposito da reciprocidade da pesca, se suscitaram em-

baraços e pendencias no Algarve, em 1877 e 1879. Mas seria isso motivo sufficiente para acabar de raiz com um regimen que vinha estabelecido desde longa data pelo uso, depois confirmado, sobre proposta nossa, em consequencia de representações dos pescadores dos districtos do Minho, como se verificou na negociação de 1877 e 1878, e finalmente reconhecido como base do proprio convenio de 1878, elaborado depois do primeiro conflicto no Algarve? Não me parece.

Nem acho consentaneo esse procedimento com a mais larga e melhor politica de estreitar, em vez de desatar, vinculos com a Hespanha, que não prejudicam, antes robustecem pela coadjuvação a independencia dos dois paizes. Nem admiro incondicionalmente o processo de cortar questões, como o nó gordio, com o gladio, que póde exterminar o mau, mas conjunctamente ferir o bom; processo demasiadamente summario e simples, mas sempre extremo. Nem vejo nos factos posteriores a 1878 justificação sufficiente para tanto empenho em supprimir de vez a base mesma do convenio de 1878.

Os dois conflictos que assumiram caracter de gravidade no Algarve, occorridos por occasião da reciprocidade da pesca, tiveram logar, o primeiro em 1877 e o segundo em 1879. É sabido como terminaram. Em consequencia do primeiro, tivemos que pagar uma indemnisação de certo vulto; mas foi depois d'elle, e até por occasião d'elle, quando já eram conhecidos todos os elementos para o apreciar, que teve logar a negociação do convenio de reciprocidade de pesca de 1878, em que foi negociador por parte de Portugal o sr. Bocage. O segundo conflicto teve logar em 1879, sendo então ministro dos negocios estrangeiros o fallecido Braamcamp, e eu ministro de Portugal n'esta côrte. Deu logar a uma larga negociação, que me foi incumbida, cujo processo existe na secretaria a digno cargo de v. ex.^a Terminou satisfactoriamente, a contento d'aquelle fallecido illustre ministro, e, segundo parece, a contento geral, pois que nunca a solução foi objecto de reparos contradictorios no parlamento ou na imprensa.

Ligámos insistentemente as reclamações do governo hespanhol a outras nossas, que, por motivos analogos, contrapozemos, e não consentimos em pagar indemnisação á Hespanha pelas consequencias dos actos tumultuarios praticados no Algarve contra os galeões hespanhoes, sem que Hespanha nos satisfizesse reciprocamente indemnisação por irregularidades commettidas por auctoridades de Huelva em prejuizo dos nossos pescadores. Conjunctamente se liquidaram, por encontro se pagaram as indemnisações reciprocas, avaliadas pelos commissarios especiaes dos dois paizes, Aguirre de Tejada, por parte de Hespanha, e Craveiro Lopes, por parte de Portugal.

Não me faço um merito de haver, como pude e soube, cumprido o meu dever e contribuido para essa solução honrosa; mas consigno-a para significar que ella não parece haver deixado impressão conducente a sublevar a opinião no nosso paiz contra a reciprocidade da pesca.

Depois nunca houve conflicto que de tal mereça o nome. Algumas reclamações parciaes e de ordem secundaria, por menos boa execução do regimen existente por parte de auctoridades locais, d'essas que são frequentes e não ha modo de supprimir em paizes fronteiriços, qualquer que seja o regimen. Faceis, em geral, de compor, sob o influxo da boa vontade que cria o mutuo assentimento em relações dos governos inspirados pela boa fé e cordialidade.

Não omitirei uma circumstancia notavel. Quando, em 1880, os commissarios Craveiro Lopes e Aguirre de Tejada foram ao Algarve regular a questão de indemnisações reciprocas, foram tambem encarregados, em virtude de instrucções communs combinadas com o governo hespanhol, de propor as modificações que, já n'aquelle tempo, pareciam necessarias nos preceitos do convenio de 1878. Os commissarios lembraram a suppressão da reciprocidade da pesca nas costas do sul, conservando-se nas do norte. Fundavam-se na impossibilidade de harmonisar as condições da pesca entre os aparelhos, galeões e cha-

sados pelos pescadores de Huelva, os segundos pelos

costas do norte, e por isso entendiam conservar-se ali

o logico, satisfaria as aspirações dos nossos povos; pois enos rasão, eram adversos á reciprocidade, querendo-a ulgavam favoravel a seus interesses; e tanto que a rempo as instancias d'esta legação em favor da reciprozidadas na negociação de 1877-1878. Apoiámos, pois, a marinha aqui emittiu parecer contrario, e votou pela iprocidade. Tudo consta dos meus officios de 12 e 27

parcial da reciprocidade da pesca era repugnante ao e la Vega de Armijo. Parecia-lhe, e na realidade era, dos dois povos. Por minha parte, tambem não a achava e de conservar a reciprocidade da pesca em todas as o convenio, cada paiz a plena liberdade dos seus regu- do de funcionarem, etc., e applicando Portugal a hes- s tratamento igual ao concedido aos nacionaes quanto fficiosas com o sr. Aguirre de Tejada discutimos a ma- ada hespanhola não ia longe de a acceitar e chegou de- . então aqui de todo o peso n'estas questões. Por esse me inclino a crer, ficava melhor resolvida a questão do

ite a rasão generica, algum tanto theorica, embora im- pelo marquez de la Vega de Armijo. É que na repu- lgarve á reciprocidade da pesca via eu, e os commis- a indisposição a partihar com os hespanhoes o uso das ncia da rotina em conservar velhos e imperfeitissimos chavegas, afastando outros mais perfeitos, mas mais cattenção o facto conhecido de que os galeões hespanhoes nos algarvios, que achavam maior vantagem em servir pparelhos do que em acompanhar patrões portuguezes e insufficientes.

n muito desejo de enganar-me), que, obtida a illusoria cidade, em vez de aperfeiçoar-se a nossa industria pela operarios, os quaes cada vez mais emigrariam para m busca de melhor salario e partilha na producção. ue o nosso governo teve de alimentar em Hespanha na deixar regressar á patria pela suprema rasão da saude nar pela suprema rasão da humanidade, não proviria emigração?

tas considerações. Officialmente e officiosamente apre- ieu alvitre, que lhe agradou, como chegou a manifes- lar, animando-me com o seu esclarecido e generoso con- pouco tempo depois, saiu elle do ministerio, e eu d'esta ante respeito.

ter fundamento; porque, pouco depois, a supressão , recommendada pelo ministerio da marinha em Hes- la Vega de Armijo, a supressão absoluta da recipro-

cidade, que o fallecido Braamcamp e eu, julgando bem servir a boa politica e verdadeiros interesses do nosso paiz, queriamos substituir por uma formula nova e racional de reciprocidade, foi perfilhada pelo governo portuguez.

E assim foi que no tratado de commercio firmado, em 1883, pelos srs. Serpa e Mendez Vigo se estabeleceu expressamente, no artigo 23.º, que cada uma das altas partes contratantes reservava exclusivamente para os seus subditos o exercicio da pesca nas suas aguas territoriaes, devendo um convenio especial entre os dois governos regular a execução d'esta disposição. E tanto foi o afan de pôr termo definitivo á reciprocidade da pesca, que, pendendo ainda negociação sobre o convenio respectivo, em 1885, o sr. Bogaes, ministro dos negocios estrangeiros, mantinha firmemente a idéa de não ratificar o tratado de commercio de 1883, sem antes estar concluido e a ponto de entrar simultaneamente em execução o convenio especial denominado de pesca.

Esta insistencia apressou a negociação, e finalmente se firmou, em 2 de outubro de 1885, o convenio, cerrando definitivamente o periodo da reciprocidade, que o convenio de 1878, embora imperfeito por demasiadamente regulamentar, tinha vindo manter e perpetuar.

Inutil parece agora, tardia por certo, impertinente talvez, esta exposição historica. Temos de manter os tratados existentes. Seria inconsistente, sem graves e demonstrados motivos, pretender modificá-los, sem que a experiencia e a opinião os condemnem. A lei internacional não deve fluctuar ao sabor das opiniões particulares de cada um que intervem, já na sua elaboração, já na execução d'elles.

Mas vem isto apenas a exemplificar os inconvenientes da falta de norma fixa na direcção da nossa politica externa, principalmente quanto a este paiz. Que v. ex.ª, com a sua capacidade superior, a possa formular e deixar em tradição aos que lhe succederem; que eu, com a minha boa vontade e firmeza de convicções, á falta de outros meritos, a saiba desenvolver e applicar ao desempenho da missão que me foi confiada. É este o meu mais ardente voto.

Deus guarde, etc.

A

O convenio de pesca celebrado entre Portugal e Hespanha, em 2 de outubro de 1885, determinou, no artigo 4.º, alinea 1.ª, o seguinte: «As aguas jurisdiccionaes de cada um dos dois paizes nos rios limitrophes serão demarcadas por linhas divisorias, partindo da de maior fundo, no Guadiana e Minho, em conformidade do artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864». E na alinea immediata estabeleceu: «Commissarios especiaes, nomeados por uma e outra parte, fixarão esta linha todos os annos no 1.º de julho, e a farão marcar na carta, servindo esta demarcação para o periodo de um anno, isto é, até o 1.º de julho do anno seguinte».

Em abril de 1886, reuniram-se os commissarios de ambos os paizes para dar execução ás citadas disposições quanto ao rio Minho, bem como para proceder á demarcação da linha divisoria das aguas jurisdiccionaes na zona maritima adjacente a Portugal e Hespanha, na foz do rio Minho, em conformidade da primeira parte do citado artigo 4.º do convenio de 2 de outubro de 1885.

Depois de largos, indispensaveis e laboriosos estudos preparatorios, deram os mesmos commissarios satisfactoria solução a esta segunda parte da sua missão, encetando, em setembro de 1886, a primeira parte, a qual não poderam levar a cabo, por se terem suscitado algumas divergencias, desde que chegaram á ilha denominada Morraceira de Seixas. Tal divergencia, fundada em louvaveis escrúpulos, provenientes provavelmente da menos minuciosa especificação nas respectivas instrucções, foi causa de sustarem os

trabalhos, que, effectivamente foram suspensos até proceder-se a accordo entre os dois governos.

No empenho de facilitar e apressar similhante accordo, occorreu ao enviado extraordinario, ministro plenipotenciario de Portugal, propor verbalmente a s. ex.^a o sr. ministro d'estado de Sua Magestade Catholica uma conferencia especial, com o fim de concordarem bases communs para novas instrucções dos dois governos aos seus respectivos commissarios.

Tendo esta suggestão sido acceita, em principio, por s. ex.^a o ministro d'estado, e tendo por sua parte merecido a approvação do governo de Sua Magestade Fidelissima, o plenipotenciario de Portugal acha-se habilitado para entrar no exame da mencionada questão, em conferencia com s. ex.^a o sr. Moret, logo que o dia e hora para esse fim sejam aprazados.

No entanto o ministro de Portugal pensa que a solução pôde ser facilitada pela exposição de algumas considerações sobre a materia, as quaes passa a consignar.

Para se assentar o principio regulador da demarcação das aguas jurisdiccionaes nos rios limitrophes, tem de attender-se:

- 1.º Á finalidade de similhante demarcação;
- 2.º Ás prescripções da lei internacional positiva;
- 3.º Á conveniencia dos povos marginaes e eliminação de motivos de conflicto entre elles.

a) Pelo que respeita ao primeiro ponto, é claro que o convenio de pesca de 2 de outubro de 1885 quiz determinar, em periodos certos, e para o fim especial do regimen da pesca, a fixação das aguas jurisdiccionaes de cada paiz.

Mas não é menos certo que exigiu a coincidência de similhante demarcação com a derivada do tratado de limites, como claramente se prescreveu na alinea 1.ª do artigo 4.º *verbis* «em conformidade do artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864».

Em verdade, não se concebe que outro podesse ser o intuito das altas partes contratantes.

Estabelecer uma linha divisoria para os effectos dos regulamentos de pesca, diversa da linha divisoria da soberania de cada paiz, prescripta pela lei internacional positiva vigente, seria crear um estado anomalo, peor que inutil, perigoso, por se tornar em origem possivel de contestações que, felizmente, não existem nem têm existido entre os dois paizes, quanto aos seus respectivos limites devidamente definidos e prefixados. Nem se explicaria pela conveniencia de introduzir alguma futura modificação nos actuaes regulamentos de pesca previstos no artigo 5.º do convenio de 2 de outubro de 1885; nem tão pouco por qualquer difficuldade sobrevinda na execução dos regulamentos actuaes. O uso commum dos rios que servem de fronteira entre Hespanha e Portugal, tanto para os effectos da navegação como da pesca, foi declarado pelo annexo 1.º ao tratado de limites de 1864, feito em 4 de novembro de 1866, e confirmado quanto á pesca no supracitado convenio especial de 1885, artigo 5.º

A jurisdicção competente para punir delictos e contravenções commettidas no exercicio da navegação ou pesca está firmada, segundo o artigo 3.º do supracitado annexo, pela nacionalidade das embarcações, em regra, com excepção d'aquellas que se acharem annexadas á margem, ou tão proximas que directamente se possa entrar a seu bordo; caso este em que prevalece a jurisdicção territorial do paiz a que a referida margem pertencer.

Em conclusão, uma demarcação de aguas fluviaes divergente da que seja conforme á linha divisoria da soberania não tem explicação nas disposições reguladoras da pesca, nem nas conveniencias d'esta industria; não teria rasão de ser; e, quando se fizesse, seria attentatoria da regra fundamental prescripta no artigo 4.º, alinea 1.ª, do convenio de

2 de outubro de 1885, onde se estabeleceu que as linhas divisorias partirão «da de maior fundo no Guadiana e Minho, em conformidade do artigo 1.º do tratado de limites de 29 de setembro de 1864».

b) Pelo que respeita ao segundo ponto, «prescrições da lei internacional positiva», o assento legal da matéria continúa a ser o supracitado artigo 4.º, alínea 1.ª, do convenio de 2 de outubro de 1885, combinado com as disposições correspondentes do tratado de limites.

Entre o artigo 1.º d'este tratado e o 4.º do convenio de pesca pôde parecer, á primeira vista, haver alguma discrepancia. Tal discrepancia, porém, não existe em realidade; e antes ha concordancia, ou, por melhor dizer, interpretação authentica e maior clareza na expressão da mesma idéa no texto do convenio recente.

Effectivamente, no tratado de limites de 1864, artigo 1.º, escreveu-se: «A linha de separação entre a soberania do reino de Portugal e a do reino de Hespanha começará na foz do rio Minho, entre o districto portuguez de Vianna do Castello e a provincia hespanhola de Pontevedra, e se dirigirá pela principal veia fluida do dito rio até á confluencia do rio Bargas ou Trancoso».

Na versão hespanhola lê-se: «la línea de separación... se dirigirá por el centro de la corriente principal del Miño, etc.»

É evidente que o texto hespanhol e o portuguez não podem deixar de ter uma unica e precisa significação.

Amphibologias não se admittem em pactos internacionaes, menos entre nações que mutuamente se respeitam e querem, e, quando contratam, o fazem em perfeita boa fé, como é e tem sido a situação reciproca e honrada de Portugal e Hespanha.

Posto este axioma indiscutivel, não pôde entrar em duvida que a expressão, porventura menos precisa, do texto portuguez «veia principal» corresponde exactamente á expressão, muito terminante e correcta, do texto hespanhol «centro de la corriente principal».

Nem aqui os plenipotenciarios que redigiram aquelle acto internacional inventaram doutrina nova; nada mais fizeram do que adoptar uma das duas bases geralmente admittidas pelos publicistas e pela pratica das nações cultas, na hypothese de demarcação de fronteira pelos rios limitrophes.

Heffter diz: «Se um rio separa dois estados, a soberania de um e outro entende-se até ao meio do rio, salvo convenção em contrario. *Algumas vezes o thalweg tem servido de limite, como no Rheno; este modo de divisão foi adoptado no tratado de 1809 entre a Russia e a Suecia*».

Calvo, o grande publicista hespanhol, ainda se pronuncia mais abertamente: «Quando um rio não sómente separa varios estados, mas divide tambem e demarca as suas jurisdicções territoriaes, a linha que assignale esse limite de jurisdicção passará pela parte mais profunda e como pelo centro mesmo da corrente, sem attender-se se este ponto está mais ou menos proximo de uma das margens. Sómente no caso em que, por causa da situação d'esta linha, um rio navegavel deixasse de o ser para um dos estados, se supporá que a linha passa por metade do rio e a distancia igual das duas margens».

Foi, pois, em conformidade d'esta doutrina, estabelecida em regra no nosso tratado de limites a linha divisoria pelo *centro da corrente principal*.

Principal veia fluida, como diz o texto portuguez, é synonymo. É-o juridicamente, porque os dois textos são necessariamente identicos; é-o racionalmente, porque não se podia deixar a qualificação de *principal* a apreciações vagas e indefinidas na presença da lei internacional.

Mas, se o centro da corrente principal determina, em regra, a linha fronteira, será a regra absoluta, intransigente, sem excepções? Não é possível. Quando, por exemplo, a

tratado de limites (o que, ainda quando se não dissesse expressamente, se devia sulder); 2.º, que na phrase, e não no espirito, differe a redacção da do tratado de *verbis* «linhas divisorias partindo da de maior fundo», quando aliás no artigo 1.º tado de limites se lê: *La línea de separacion... se dirigirá por el centro de la co principal*.

Não houve no convenio, em relação a esse tratado, derogação, nem alteração diversidade nas regras estabelecidas; mas houve declaração, verdadeira interpretação gal e autentica do mesmo tratado. Que tal declaração ou interpretação era conveniente resulta das considerações acima expostas; porquanto, se por um lado a regra seguir a linha divisoria pelo centro da corrente principal é justa e deve ser mantida, outro lado não pôde considerar-se absoluta, intransigente e sem excepção, a qual somente tem lugar no caso da insua Morracheira de Seixas ou outro semelhante, e não de considerar-se a insua ou ilha como prolongamento ininterrupto do territorio.

Se tanto fosse preciso, a historia da negociação do convenio de 1885 confirmaria a opinião manifestada. No projecto do convenio apresentado pelo governo portuguez como artigo 3.º, o seguinte: «As aguas jurisdiccionales de cada um dos dois paizes demarcadas por linhas divisorias a partir do eixo ou *thalweg* do rio Guadiana e do rio. Commissarios especiaes nomeados por uma e outra parte fixarão esta linha e marcarão na carta». Em 26 de outubro de 1882, o sr. D. Juan Valera, ministro de Fomento de Sua Magestade Catholica, escrevia ao sr. Antonio de Serpa Pimentel, ministro dos negocios estrangeiros de Sua Magestade Fidelissima, fazendo algumas alterações sobre os artigos 2.º e 5.º do projecto, e acrescentando: «Nada hay que obstar a los demás artículos que contiene el proyecto».

O contraprojecto, posteriormente apresentado pelo governo hespanhol, continha o artigo 4.º, n'estes termos: «Las aguas jurisdiccionales territoriales de cada uno de los países en los ríos limítrofes serán demarcadas por líneas divisorias a partir de la de mayor fondo en el Guadiana y Miño. Comisarios especiales, nombrados por una y otra parte, fijarán esta línea cada año en el 1.º de julio y la harán marcar en la carta, cuya copia servirá para un año, esto es, hasta 1.º de julio del año siguiente».

Vê-se, portanto, que desde o principio d'esta longa e laboriosa negociação, e em varios pontos foram assumpto de controversia, permanece sempre incontestado o principio de que a linha divisoria das aguas jurisdiccionales seria tomada pela de maior fundo. D'aqui a evidencia de que, se se entendeu conservar, para o cumprimento do convenio, essa base de divisão estabelecida no tratado de limites, se recebeu tambem que essa base não era unica, absoluta e intransigente, como já não seria considerada na recta interpretação do tratado de limites.

Em conclusão, e como fica demonstrado, o principio regulador da demarcação das aguas jurisdiccionales nos rios limítrofes, ordenada no artigo 4.º, alíneas 1.ª e 2.ª do convenio de 2 de outubro de 1885, tem de ser a linha de maior fundo e coincide com o centro d'ella, sempre que semelhante linha não se ache interposta entre o centro de um dos paizes e alguma insua ou ilha que lhe pertença. N'este caso tomar-se-á pelo centro da corrente pelo braço ou canal que fique além da ilha ou insua, e será ali estabelecida a linha divisoria das aguas jurisdiccionales.

c) Conforme aos principios acima mencionados estão as conveniencias dos povos e a superior necessidade de evitar entre elles, por mal entendidos interesses, pequenas rivalidades, conflictos que, embora nunca possam alterar a natureza das relações dos dois governos, colloquem muita vez um e outro entre a comprehensão e a boa politica, na accepção mais leal e ampla, e informações porventura inquinadas por paixões locais, que os incitem na rigorosa defesa de interesses mais ou menos reaes, e reparações de lesões, mais ou menos graves, soffridas pelos respectivos estados.

ois governos, ainda mesmo quando considerações de triste expremprimir a mutua reciprocidade da pesca nas costas anteriormente ram em manter nos rios limitrophes os generosos principios de que, em materia de navegação e pesca, admittiu e sancionou o ompetencia de jurisdicção para punir infracções dos regulamentos gulada pelos preceitos do artigo 3.º do annexo 1.º do mesmo traas embarcações é o principio regulador d'essa competencia, semão esteja amarrada á margem ou tão proxima que directamente ordo. Este principio é o mais proprio a cortar de raiz difficuldaer poderiam derivar, vistas as incertezas a que ficariam sujeitos te facto attenua até certo ponto a importancia pratica da divisã : fluviaes ordenada no recente convenio de 1885.

s principios reguladores da divisão fossem adoptados, que não , e a regra geral de coincidir com o centro da corrente principal o caso de insuas adjacentes, interrompendo a continuidade de teruraes, ficariam, se não extintas, attenuadas as vantagens do reido um barco atracado á insua ou proximo d'ella a ponto de se nte a bordo, dar-se-ia o caso de estar o barco em aguas hespaerra portugueza ou vice-versa.

eraria isso a competencia jurisdiccional no julgamento de qualquer ca constituiria uma anomalia mal comprehendida pelos interessaia origem de conflictos entre auctoridades locais subalternas, ás is de suas proprias regalias e propensas a guiar-se mais por esse s de imparcial justiça e benevolencia inalteravel que presidem ás nos.

, mas repetidas contestações, nem sempre facéis de aquilatar re-riam a cada um dos governos, e reclamariam, já d'aqui, já de ção! Quantas interminaveis, insoluveis pendencias no terreno di-rezes haver plena consciencia da propria razão!

lencia inutil, quanto tempo perdido, quanto esforço desbaratado : missões junto d'elles acreditadas! Correspondencia, tempo e es-veitados seriam, não se desviando a attenção para tão impertinen-centrando-a em promover de mutuo accordo os grandes interesses concordancia de nobres tradições das duas nações peninsulares!

longe em uma ordem de considerações que se impõem á conscien-mais caras aspirações dos governos de Hespanha e Portugal.

no consequencia de quanto fica exposto, o enviado extraordinario ario de Portugal declara achar-se habilitado, com instrucções do reenciar com s. ex.ª o sr. Moret, ministro d'estado de Sua Mage-de se accordarem bases communs das instrucções que devam ser dos dois paizes para a conclusão dos trabalhos ordenados no ar-e 2 de outubro de 1885 quanto ao rio Minho. Deseja o mesmo gal que a conferencia se realise tão brevemente, quanto a s. ex.ª o permittam as exigencias do serviço publico.

ruções pensa o enviado extraordinario e ministro plenipotenciario midade com as instrucções recebidas, que se deva consignar :

egulador da demarcação das aguas jurisdiccionales do rio Minho, renio de pesca de 2 de outubro de 1885, seja em regra a divisã e de maior fundo, e partindo d'ella quando se encontrem ilhas ou e pertencentes a cada paiz, de modo que estas, sendo considera-

das como prolongamento do continente, nunca d'elle fiquem divididas por aguas jurisdiccionaes de outro paiz.

N.º 30

O SR. BENTO MARIA FREIRE DE ANDRADE AO MINISTERIO DA MARINHA

Extracto.

Villa Real de Santo Antonio, 31 de dezembro de 1886.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— No dia 30 veio aqui a bordo da canhoneira *Arlanza* a commissão e teve logar a reunião, n'uma casa alugada para este fim.

Depois da interpretação dada ao artigo 4.º do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, cada uma das commissões propoz qual o meridiano que lhe parecia dever estabelecer a divisão das aguas jurisdiccionaes aos dois paizes.

Estes meridianos são respectivamente indicados com as letras A B e C D no exemplar que envio com este officio do plano hydrographico da barra e porto do rio Guadiana, publicado em 1881 pela direcção geral dos trabalhos geodesicos e hydrographicos do reino.

O porto de Villa Real possui actualmente duas barras, uma que corre ao sul sueste e outra denominada *Golada*, aberta por occasião da cheia de 1883 e que corre proxima-mente a oeste noroeste.

A *Golada*, apesar de affectar uma posição nada em relação com a direcção natural que devem seguir as aguas ao sair do rio, direcção obrigada á inflexão da margem direita do Guadiana proximo da foz, apresentando uma pronunciada concavidade olhando para leste, é hoje apesar d'isso, a de maior fundo.

Quanto á outra barra vê-se pela inspecção da planta, na qual estão figurados diferentes estados correspondentes a diversas epochas, que a sua direcção media é sul sueste, direcção esta em perfeita harmonia com a disposição acima indicada da margem direita do Guadiana, e que *a priori* se póde dizer constituir a orientação normal d'essa vasão das aguas, quando não intervenham causas artificiaes que a modifiquem.

Foram estas considerações e o que determina o artigo 4.º do convenio, quando especifica que o meridiano divisorio deverá passar pela extremidade do eixo da barra, que serviram de base á proposta portugueza.

A commissão hespanhola declara que devendo a demarcação fazer-se de dois em dois annos, se deprehendia que fôra intenção dos governos, ao estabelecerem o convenio, sujeitar essa demarcação ás variações por que póde passar a barra e que nas circumstancias actuaes ella se deveria fazer pela *Golada*, visto ser esta agora, na sua opinião, a barra que se deve considerar a principal, por ser a de maior fundo; que officialmente, como delegada do seu governo, não podia apresentar outra proposta que assentasse em principios diferentes dos que acabava de expor, mas que prevendo que a commissão portugueza não acceitaria uma proposta, em virtude da qual o meridiano divisorio incidindo sobre a costá portugueza deixaria uma parte d'ella sob jurisdicção hespanhola, ainda que unicamente para os effeitos da pesca, e que animada dos melhores desejos de concorrer para a manutenção e progresso das relações de boa harmonia e amizade que liga os dois paizes da peninsula, propunha, ainda que particularmente e como norma para ser tomada em consideração pelas futuras commissões portuguezas encarregadas de tal divisão, que o meridiano passasse pelo ponto este do cruzamento da linha da foz FG com o *thalweg* do rio; que esta proposta, carecendo da sancção do governo hespanhol, ia immediatamente consultar este, e que sendo provavel que houvesse uma certa demora na resposta á con-

a 7 do proximo mez de janeiro poderia ter logar uma nova

a, relatando a v. ex.^a o que se passou na primeira reunião, com o seu dever, mas pedir tambem instrucções sobre até a entre os limites dos dois meridianos AB e CD.

ano que deixe uma parte da costa portugueza sob jurisdicção, não só por contraria ás instrucções já recebidas, opinião da propria commissão portugueza.

posição cumpre-me dizer a v. ex.^a, que considero urgentes m, a fim de na proxima reunião do dia 7 a commissão se segundo as indicações que lhe forem superiormente dadas.

Villa Real de Santo Antonio, 31 de dezembro de 1886.

N.º 31

BARROS GOMES AO SR. BENTO MARIA FREIRE DE ANDRADE

stente meridiano proposto pela commissão portugueza.

N.º 32

BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

e 1887. — Suscitou-se nova divergencia entre os commissarios encarregados da demarcação das aguas maritimas na em- pelo officio confidencial de 31 de dezembro do anno findo, Freire de Andrade, (vide pag. 71) verá quaes os motivos

damentos do meridiano proposto pelos commissarios hespanhagastade já deu instrucções aos seus commissarios para que o que, pela sua parte, propozeram. Laboram ainda em equivoques, quando consideram esta demarcação sujeita a rectificação assim insubsistente a razão, que apresentaram, da parte, para apoiarem a sua proposta, razão aliás que pouco ou

quezes tivessem de principio proposto outro meridiano mais ter feito com bom fundamento, pela conveniencia de não O., e pelas condições da ilha neutra, que fica toda em aguas nados de um espirito de conciliação e no interesse de apressadas aguas jurisdiccionaes, transigir, trazendo-o até o ponto proposto, que foi o que, com pequena differença, se estabeleço provisoria que teve logar em 1877.

. seria contrario ao espirito e letra do convenio de pesca e tificação alguma plausivel. Por maioria de razão, de todo o meridiano apresentado pelos commissarios hespanhoes.

terminar brevemente a demarcação de que se trata poder-

nos-ha levar, em ultimo caso, á necessidade, quando os commissarios e os governos dos dois paizes se não ponham de accordo, de propor uma zona neutra entre os dois meridianos, dentro da qual seja defezo aos barcos de um e outro paiz pescarem, incumbindo fiscalisar esta zona á marinha de ambos os paizes alternadamente e pela fôrma que fosse assentada entre elles.

Recommendo a v. ex.^a que, tendo em vista o que fica exposto, nas suas conversações com o governo hespanhol e com os funcionarios encarregados de examinarem esta questão, manifeste qual é a opinião do governo portuguez e se prepare desde já a sustentá-la, quando, no caso de não chegarem a accordo os commissarios, ella tenha de ser tratada de governo a governo.

Deus guarde, etc.

N.º 33

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Lisboa, 11 de janeiro de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Recebi, em devido tempo, os officios que v. ex.^a me fez a honra de me dirigir sob data de 31 de dezembro ultimo, de cujo conteúdo, bem como do da nota verbal que por copia acompanhava o primeiro, fiquei devidamente inteirado.

Approvo o procedimento de v. ex.^a e os termos da referida nota verbal, e estimarei que v. ex.^a obtenha, com respeito á demarcação das aguas do rio Minho, que o artigo 4.º do convenio de pesca seja interpretado e executado de modo que a linha divisoria seja o centro da corrente de maior fundo, o qual, se ao termo *corrente* se der a significação restricta, que deve ter, do *veio* propriamente dito, corresponderá á *linha de maior profundidade* que a commissão portugueza seguiu nos trabalhos já feitos.

Deus guarde, etc.

N.º 34

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Lisboa, 11 de janeiro de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Os commissarios hespanhoes, sustentando que a barra do rio Guadiana se devia considerar a da Golada e não a de SE., por ser a de maior fundo, propozeram comtudo, desejosos de concorrer para uma solução pratica, que, aplanando serias difficuldades a futuras commissões, possa ao mesmo tempo evitar a anomalia de ficar parte da costa de um dos estados em aguas jurisdiccionaes do outro, um meridiano divisorio, que passa proximamente a meio da linha da foz, distante 280 metros para E. verdadeiro do meridiano CD, traçado na planta que enviei a v. ex.^a com o meu despacho de 10 de janeiro corrente.

Esta proposta foi feita sob condição de servir de norma aos commissarios portuguezes que sejam depois encarregados d'esta demarcação, e, segundo asseveram os commissarios hespanhoes, não tem ainda auctorisação do seu governo.

Parece-me conveniente, em primeiro lugar, alcançar que o governo hespanhol, a não acceitar o nosso meridiano, approve e não retire a proposta dos seus commissarios, a qual servirá para determinar com o nosso os limites das aguas neutras, se não podermos chegar a accordo sobre a determinação de uma unica linha divisoria.

Ao ministerio da marinha incumbe resolver se, para os effeitos da pesca e facilidade da sua fiscalisação, será preferivel a adopção dos dois meridianos com a zona neutra,

aceite esta idéa, ou adoptarmos o meridiano agora e darei opportunamente informação a v. ex.^a

a opinião d'esse governo sobre o estabelecimento do meridiano agora proposto, ou outro mais para El., se o proposto pelos commissarios portuguezes para a entre elles se não chegue a accordo.

Os commissarios hespanhoes, de que o meridiano traça as futuras demarcações, proceda ella ainda do isoria das aguas maritimas tem de ser revista em a pesca cousa alguma se estabelece a este respeito, e vovos não podem comprometter o futuro alem da meridiano que forem adoptados no norte e no sul, imas para o exercicio da pesca, uma vez accordam m modificação até á expiração d'aquelle convenio. de já estabelecer este ponto ou reservá-lo para entrar qual deva ser o meridiano.

N.º 35

HA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— S. ex.^a o ministro da marinha incluso officio (documento A), do capitão de mar e de, commissario para a demarcação das aguas judiana.

A

de janeiro de 1887.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— Tendo recebido corrente, o presidente da commissão hespanhola, junta reunião da commissão mixta, celebrada como

commissões apresentou a resposta á consulta que haimento do respectivo governo sobre a divergencia meira reunião, relativamente ao traçado do meridians da costa adjacente ao Guadiana.

endo a sua proposta com varias razões, cujas principia no meu officio de 31 de dezembro proximo findo, lenado por s. ex.^a o sr. ministro dos negocios esial mez.

e sentia não poder concordar com a proposta porrar como principal a barra do SE., enquanto que da em dar pelo contrario essa qualificação á barra a maior profundidade; que desejosa todavia de po., que aplanando serias difficuldades a futuras com a anomalia de ficar uma parte da costa de um dos tro, propunha: um meridiano divisorio, passando

proximamente a meio da linha da foz e distante 280 metros para E. verdadeiro do meridiano CD., traçado no plano hydrographico da barra e porto do rio Guadiana, plano que remetti a v. ex.^a conjunctamente com o meu já mencionado officio de 31 de dezembro proximo findo.

Esta nova proposta foi mui explicitamente apresentada, sob condição de servir de norma nas deliberações a serem tomadas pelas outras commissões portuguezas, que ao depois sejam encarregadas d'esta demarcação.

Exposto a v. ex.^a o que occorreu na segunda reunião da commissão mixta, cum-prime-me dizer a v. ex.^a que a nova proposta hespanhola carece ainda de auctorisação do respectivo governo, e que muito convem que a commissão portugueza receba todas as instrucções que possam derivar d'aquella nova proposta.

Deus guarde, etc.

N.º 36

DO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS AO MINISTERIO DA MARINHA

Lisboa, 17 de janeiro de 1887.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Pelo officio do capitão de mar e guerra Freire de Andrade, de 12 do corrente, que acompanhava o officio do director geral de marinha de 15 do mesmo mez, vê-se que os commissarios hespanhoes propozeram, *ad referendum* ainda do seu governo, um novo meridiano que passa mais a E. do que primeiramente indicaram, 280 metros.

O governo havia dado já instrucções aos commissarios portuguezes para que sustentassem o meridiano que tinham proposto, por considerar ser elle o extremo a que poderiamos chegar nas concessões pela nossa parte.

Esta opinião, que, em absoluto, me parece fundamentada, póde, porém, não ser sustentavel se se derem algumas das seguintes hypotheses:

Não concordar o governo hespanhol no estabelecimento de uma zona neutra que lhe propozessemos como unico meio de conciliar a necessidade urgente de se fazer a demarcação das aguas para o exercicio da pesca, com a divergencia do ponto preciso por onde deveria passar a linha d'essa demarcação;

Ser mais prejudicial aos interesses da pesca portugueza, e mais onerosa e difficil para a fiscalisação das nossas auctoridades o estabelecimento d'essa zona neutra do que o meridiano que elles agora propõem.

N'esta data officiei ao ministro de Portugal em Madrid, ordenando-lhe que sonde o governo hespanhol para saber qual a sua opinião sobre o estabelecimento da zona neutra e que em todo o caso faça com que se mantenha como base para discussão de governo a governo, se os commissarios não concordarem entre si, o meridiano que agora propõem, e o da proposta portugueza.

Entretanto convem que no ministerio a digno cargo de v. ex.^a se estude com a brevidade possivel o ponto que deixo referido sobre a preferente conveniencia para nós de baixo do ponto de vista do exercicio da pesca e da fiscalisação das auctoridades, de estabelecer-se a zona neutra ou de se acceitar o meridiano indicado agora pelos commissarios hespanhoes, não tomando eu deliberação alguma sobre este assumpto antes de ouvida a esclarecida opinião de v. ex.^a

Deus guarde, etc.

receber os
os commer-

m qualquer
ações espe-

proprio que
ecto. Vê-se,
es, os quaes
l interpreta-

me deixou,
quanto a ser
aos nossos
companheiros

iar a v. ex.^a
a comissão
n meridiano
simidade de
dignou diri-
os commis-
aes dos dois
iano primei-
a razão e da
o o segundo
hespanhoes,

comissão o
do corrente,
ia e regimen
o.
ortugal para

regular o exercicio da pesca costeira entre as duas nações, diz o seguinte: «Para o effeito d'este convenio, a separação das aguas territoriaes nas zonas maritimas adjacentes dos dois paizes será determinada por linhas tiradas da extremidade do eixo das barras dos rios Minho e Guadiana, prolongadas para o mar e coincidindo, no primeiro caso, com o paralelo e, no segundo, com o meridiano d'esses pontos».

Em vista d'este artigo entende a commissão que o pensamento dos auctores do citado convenio foi, nem podia deixar de ser, limitar as aguas jurisdiccionaes maritimas das duas nações no Algarve pelo meridiano que servisse de prolongamento ao eixo da barra do Guadiana, e não é para ella menos evidente que tomaram a expressão «barra do Guadiana» na accepção universalmente admittida, absolutamente conforme á interpretação dada pelos commissarios portuguezes e em perfeito accordo com o senso commun.

Para os auctores do convenio, como para toda a gente, a barra do Guadiana não podia deixar de ser aquella communicação principal do rio Guadiana para o mar, limitada por baixios lateraes que se acham em continuidade com as margens direita e esquerda do rio e constituem respectivamente territorio hespanhol e portuguez; esta é a barra do Guadiana admittida como tal pelos commissarios portuguezes, indicada nas cartas portugueza e hespanhola, e de todos conhecida.

A barra dos commissarios hespanhoes é uma abertura accidental e recente, formada pelo trabalho das aguas através dos baixios lateraes a O. da verdadeira barra, de onde póde ter resultado alguma diminuição na profundidade das aguas da verdadeira barra, mas que não alterou as condições geraes do rio nem modificou a nacionalidade dos territorios marginaes.

Pretendem porventura os commissarios hespanhoes, que pelo simples facto de se haver accidentalmente formado esta abertura, a que impropriamente chamam barra, devem passar a considerar-se hespanhoes a barra verdadeira do rio e os territorios comprehendidos entre ella e aquella abertura? Admittiriam esta doutrina de mudança de nacionalidade para o caso de se haver formado a E. da barra do Guadiana a gola que n'estes ultimos annos se abriu a O.? Fôra absurdo imaginal-o.

É incontestavel que o dominio portuguez permaneceu onde estava, a despeito d'aquelle accidente, e que a barra do Guadiana a que se refere o convenio é, como justamente sustentam os nossos commissarios, a antiga e bem conhecida communicação d'aquelle rio com o oceano.

Não devem, portanto, os pescadores portuguezes ser privados em favor dos hespanhoes do direito de pescarem em aguas que banham um territorio incontestavelmente portuguez.

Parece, pois, á commissão que a unica solução justa seria a proposta pelos commissarios portuguezas. Não lhe competindo discutir as razões que possam levar o governo de Sua Magestade a admittir, como meio de conciliação, a existencia de uma zona neutra definida pelos dois meridianos, respectivamente propostos pelos commissarios portuguezes e hespanhoes, limitar-se-ha a commissão a considerar que uma tal concessão sómente poderia fazer-se sendo defeza a pesca n'essa area a portuguezes e hespanhoes, e ficando bem claramente consignado que um tal accordo não implica a menor alteração no dominio e posse actuaes dos territorios maritimos e na delimitação das aguas jurisdiccionaes.

Julga a commissão que n'estas condições a admissão de uma area neutral não traria á fiscalisação e policia da pesca embarços e inconvenientes que podessem aconselhar que se preferisse a este accordo a ultima demarcação proposta *ad referendum* pelos commissarios hespanhoes.

Deus guarde, etc.

N.º 39

MEMORIA DA MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

de 1887.— Ill.^{ma} e ex.^{ma} sr.— S. ex.^a o ministro da marinha a v. ex.^a, em additamento ao meu officio n.º 154 de 28 do cor- ministro dos negocios estrangeiros, dois officios confidenciaes o um do capitão de mar e guerra Bento Maria Freire de An- na planta, e o outro do chefe do departamento maritimo do sul.

A

Antonio, 27 de janeiro de 1887.— Ill.^{ma} e ex.^{ma} sr.— A commis- te da sua concessão para E., propõe o meridiano (H L) que le foz, com a condição expressa que esta divisão sirva de cri- visões.

) passa pelo forte de Santo Antonio e faz n'este ponto com o angulo de 79º 30' para o NE. O ponto medio d'esta linha é res de aguas vivas das duas margens.

ela carta que envio do ultimo estado da barra, levantado já portugueza, o meridiano proposto vem passar tangente ao banco maior parte das baixamares.

), e por effeito de tal divisão, os nossos barcos de pesca teriam u na sua saída, de passar por aguas de jurisdicção hespanhola, s nos quatro paragraphos do artigo 6.º do convenio, mas, como ivisão, ficando sujeitos ás disposições dos artigos 7.º e 8.º do

zeza, não julgando por isso conveniente acceitar esta divisão, mo (P Z) que passa pelo Moinho de Baixo em Hespanha, fica tuaes e passa pelo ponto A de junção dos seus *thalwegs*. sentada com a clausula de ficar dependente de approvação do e Fidelissima, perante o qual mostrariamos a conveniencia de divisões.

cola não acceitou esta proposta, dizendo que tinha feito o ma-

hoje se acham as negociações a respeito da divisão das aguas

gundo já communiquei a v. ex.^a no meu officio de 31 do mez rasões expendidas, que a barra de SE., de futuro seja unica, umstancia em que nos seria mais favoravel a divisão que por ibem provavel que os delegados hespanhoes de então a impu- ia costa hespanhola, talvez adduzindo o argumento de que os quando, segundo o seu modo de ver, a incidencia se fazia so-

respeito ao effeito moral de tal divisão sobre os pescadores ella porque estão costumados a reger-se pelo meridiano que passa

pelo castello de Ayamonte, isto é, por um meridiano que passa cerca de 500 metros mais a O. d'aquelle que propozemos, isto para o caso de ainda ser acceto.

V. ex.^a, apreciando no seu elevado criterio o estado das negociações e as considerações que apresento, ordenar-me-ha o que entenda por mais conveniente.

Deus guarde, etc.

B

Faro, 27 de janeiro de 1887.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Dando cumprimento ao determinado no officio confidencial que v. ex.^a se dignou dirigir-me com data de 19 do corrente, que recebi em 23, e inteirado do seu conteúdo dirigi-me a Villa Real de Santo Antonio, onde se acha o capitão de mar e guerra Bento Maria Freire de Andrade, e ali tive com este uma conferencia na qual me expoz quanto se tem passado nas reuniões da commissão mixta portugueza e hespanhola para a determinação da linha divisoria das aguas territorias nas zonas maritimas adjacentes dos dois paizes, que n'este caso é o meridiano.

Em resultado d'esta conferencia vou informar a v. ex.^a de qual é a minha opinião sobre os tres alvitres apontados no citado officio, e qual me parece que deve ser preferido.

A zona commum para o exercicio da pesca por portuguezes e hespanhoes parece-me em primeiro logar contraria á base fundamental do convenio de 2 de outubro de 1885, que é a terminação da reciprocidade de pesca entre as duas nações, a qual seria assim resconstituída; depois os grandes inconvenientes que resultariam, abrindo campo para conflictos, traria difficuldades na fiscalisação, duvidas e contestações na competencia de jurisdicção em innumeros casos diversos que se poderiam dar; portanto, parece-me que deve este alvitre ser posto de parte.

A zona neutra está em circumstancias muito analogas á zona commum, difficuldades na determinação d'essa zona, poucas probabilidades de ser respeitada pelos pescadores das duas nações, difficil fiscalisação em que seja mantida, complicações de jurisdicção para punir os transgressores, e ainda me parece contraria ao convenio onde se acha consignado que seja uma linha (meridiano) a divisoria das duas zonas de aguas territoriaes; portanto, parece-me que deve tambem ser abandonado este alvitre.

Por exclusão de partes o meridiano, linha unica de separação, é a resolução que melhor satisfaz, por estar no espirito do convenio, de accordo com o principio de que cada um pesque nas suas aguas, de mais facil fiscalisação e sem difficuldades em competencia de jurisdicção; e, por isso, deverá ser o preferido.

Em relação a vantagens ou prejuizos para os nossos pescadores, com a adopção de qualquer dos tres alvitres, pesa tambem para o lado da adopção do ultimo d'estes, porque assim ficam certos de que será mantida a sua liberdade de pesca nas aguas que lhes são proprias, por uma forma positiva, mais pratica, e portanto ao alcance da sua comprehensão, não tendo nada a perder com a referencia ao exercicio da sua industria, que raras vezes exerciam para E. do meridiano que está em via de ser determinado, e de muito pouca importancia a pesca que ali se póde effectuar.

Consequentemente póde afoutamente afiançar-se que a adopção da linha divisoria, o meridiano, é a solução mais vantajosa para o nosso paiz.

Deus guarde, etc.

N.º 40

ANGEIROS AO MINISTERIO DA MARINHA

— Ill.^{ma} e ex.^{ma} sr.—Em presença do officio que de 28 de janeiro ultimo e dos documentos que accompanyam o geral da marinha de 31, julga dever o governo a zona neutra que apresentei no meu officio de 17, e que tomemos a iniciativa da sua proposta. Cumpra-se para se chegar a um accordo com o paiz vizinho a linha das aguas maritimas das duas nações. Os commissarios portuguezes para não acceitarem o meo que considero-as inteiramente justificadas pelos principios e leis por outro lado os fundamentos em que baseamos a P Z, indicado no mappa que acompanhava o parecer parece devermos approval-a nas circumstancias

te parecer, rogo-lhe queira expedir, pelo ministerio as instrucções n'este sentido aos commissarios portuguezes se for preciso para que a sua proposta seja acceitada e que esta linha será conservada a mesma do o fazer.

N.º 41

LETTRE AU MINISTERE DES ETRANGERS

— Ill.^{ma} e ex.^{ma} sr. — Remettendo a v. ex.^a o in-
do do capitão de mar e guerra Bento Maria Freire
dizer-me o que se lhe offerecer sobre o assumpto

A

deixta sustenta as suas opiniões sobre a divisão das
entre os vogaes hespanhoes e os portuguezes as
respectivamente apresentaram e estão traçados na
acompanhou o officio que em 27 do mez findo en-

do aqui, ao que me consta, divisão alguma offi-
e cada um dos estados, o que seguramente obsta
a calificação as precisas instrucções, por faltar o ele-
te até onde a devem exercer, e havendo agora,
estas apresentadas por uma e outra commissão,
de v. ex.^a se será conveniente propor, em sessão
emarcados, como linhas de divisão jurisdiccional,

embora com caracter provisorio, enquanto os respectivos governos não julguem e resolvam sobre o desaccordo existente, os meridianos que passam pela barras de SE. e da Golada e constituem as propostas iniciaes das duas commissões, podendo a zona levantada por elles ser alternadamente explorada pelos pescadores de ambas as nações.

Quando os governos, no seu julgamento final, accordassem na adopção de um meridiano passando a meio dos meridianos da barra de SE. e da Golada, este representaria precisamente e da nossa ultima proposta, pelo Moinho de Baixo, ao passo que, deixando como zona a decidir, a contida entre os das propostas que, por uma parte e outra, ultimamente fizeram os delegados, resultaria que a divisão a meio, na hypothese de ser esta tambem a solução definitiva dos dois governos, daria um meridiano 100 metros mais a O. Apresentando as circumstancias, que se dão com respeito á divisão jurisdiccional, anima-me tão sómente o desejo de prevenir sobre a eventualidade de um conflicto de jurisdicções, que poderia resultar da falta de uma divisão que os dois governos reconhecem urgente.

V. ex.^a, tomando na consideração que merecer a resumida exposição que faço, dignar-se-ha significar-me as suas ordens.

Deus guarde, etc. Villa Real de Santo Antonio, em 5 de fevereiro de 1887.

N.º 42

DO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS AO MINISTERIO DA MARINHA

Lisboa, 10 de fevereiro de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — No officio confidencial de 5 do corrente, que acompanhou o officio do director geral da marinha de 8 do corrente mez, pergunta o capitão de mar e guerra Freire de Andrade, se, visto a urgencia de se determinar o limite até onde cada um dos dois estados tem de exercer jurisdicção e em presença dos commissarios portuguezes e hespanhoes manterem os meridianos que haviam proposto, seria conveniente propormos que os dois meridianos sirvam de linhas de divisão jurisdiccional, embora com caracter provisorio, podendo a zona limitada por elles ser alternadamente explorada pelos pescadores de ambas as nações.

Competindo ao ministerio a digno cargo de v. ex.^a examinar esta proposta debaixo do ponto de vista do exercicio da pesca e da sua fiscalisação, rogo a v. ex.^a se sirva dizer-me se a considera em condições de dever ser apresentada por nós, ou se seria mais conveniente propormos provisoriamente tambem um meridiano unico entre os dois actualmente indicados pelos commissarios.

Deus guarde, etc.

N.º 43

DO MINISTERIO DA MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o ministro da marinha encarrega-me de rogar a v. ex.^a se sirva fazer chegar ao conhecimento do ex.^{mo} sr. ministro dos negocios estrangeiros, que está inteiramente de accordo com a opinião do presidente da commissão das pescarias, apresentada no officio que, por copia (documento A), envio a v. ex.^a, e diz respeito á adopção provisoria de um meridiano intermediario aos dois propostos respectivamente

hespanhoes; assumpto de que tratou o officio dirigido estrangeiros a s. ex.^a o ministro da marinha.

A

nra de accusar a recepção do officio de v. ex.^a de 11 que devolvo, do ministerio dos negocios estrangeiros os desejos de s. ex.^a o ministro da marinha, vou reconciliação ácerca do assumpto em que sou consultado. o officio do ministerio dos negocios estrangeiros comia de um meridiano intermediario aos dois propostos portuguezes e hespanhoes. A alternação no exercicio panhoes na zona definida pelos dois meridianos, alem praticas no modo de bem a regulamentar, seria no reclamações e de conflictos.

N.º 44

LOS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

57. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de remetter esta encarregada de proceder á delimitação das aguas do rio Guadiana e a planta da barra em que se acham postos de uma e outra parte pelos commissarios portu- nos mantiveram, sem poderem chegar a accordo para

concorda nas razões apresentadas pelos commissarios . proposta, que considera o limite da concessão que linha divisoria para oeste. A circumstancia da passaalweg das duas barras e pelo centro da extremidade o governo, animado de um espirito de conciliação, a este, da linha que primitivamente haviam proposto os que enviei a v. ex.^a com o meu despacho de 10 de liamos sustentar.

neutra entre dois meridianos para defeza de pesca, despacho, ou de uma zona para uso simultaneo ou alhespanhoes, não teve parecer das repartições compen- der dever tomar a iniciativa na sua proposta; e só da pesca quando se torne de todo o ponto impossivel unico meridiano e se torne urgente adoptar uma de-

panhoes (H L) passa tão proximo do baixo Bril, que arcos de pesca e dos da fiscalisação em tão limitado seria sufficiente para o tornar inadmissivel.

ndo a v. ex.^a que dirija a esse governo uma nota na os constantes das ditas actas e d'aquelles que a sua recure fazer adoptar o meridiano (P Z) proposto pelos ndo impossivel obter a sua acceitação, proponha um

meridiano que passe a meio dos dois, mas este com caracter provisorio e até que o regimen das aguas e a alteração dos baixos possa mais tarde aconselhar a adopção definitiva de um outro. N'essa linha provisoria teremos ainda que attender ao caso do baixo Bril avançar para leste, e assim deverá v. ex.^a propor que, dado esse caso, se estabelecerá uma linha de desvio n'aquelle ponto que permita a navegação em aguas portuguezas.

Rogo a v. ex.^a se sirva devolver as actas e o mappa quando lhe não forem necessarios.

Deus guarde, etc.

N.º 45

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Madrid, 19 de fevereiro de 1887.—III.^{mo} e ex.^{ma} sr.—Em conferencia celebrada hontem com o sr. Moret, voltou o ministro ao assumpto varias vezes versado das nossas relações commerciaes, manifestando empenho de traduzir em actos praticos o principio predominante da nossa politica de cordialidade entre Hespanha e Portugal; empenho esse no qual eu não podia deixar de concordar em principio, assim como na aspiração de o levar ás applicações, que caibam na esphera dos nossos actuaes e mutuos interesses economicos e financeiros, e possam ser acceitas em vista do estado da opinião publica.

Acrescentou o ministro d'estado que, terminando o tratado de commercio vigente em 30 de junho de 1887, e no mesmo dia o convenio de pesca, julgava urgente occupar-nos da revisão d'esses actos internacionaes, para o que se propunha estudar algumas bases, de que me daria brevemente conhecimento. Offereci transmittir ao governo de Sua Magestade qualquer communicação de s. ex.^a sobre tão importante assumpto, na certeza de que lhe seria prestada toda a attenção devida.

Posso desde já annunciar a v. ex.^a que entre as bases que o sr. Moret nos proporá, terá logar a de subordinar ao principio de reciprocidade as isenções de direitos por nós concedidas aos gados e outros artigos no tratado de 1883, principio este digno não só de acolhimento, mas de applauso, como já tratei de demonstrar em meu officio de 31 de dezembro de 1886.

Isenções semelhantes ou reduções de direitos poderão estender-se a outros artigos alem dos comprehendidos na pauta A do tratado de 1883.

Se v. ex.^a quizer chamar á sua presença o importante despacho de 27 de julho de 1879, expedido pela direcção dos consulados e negocios commerciaes, n'elle terá occasião de apreciar as instrucções que sobre tão importante materia me eram communicadas n'aquella epocha pelo fallecido ministro Braamcamp. E tambem no despacho de 22 de outubro de 1877, dirigido pelo fallecido marquez, depois duque de Avila e Bolama, ao conde de Valbom, se contêm interessantes instrucções ácerca do mesmo assumpto.

Talvez sobre materia de pesca se poderia adoptar regimen mais adequado que o actual, não sómente ao espirito das nossas relações internacionaes com Hespanha, mas tambem aos interesses bem comprehendidos da numerosa e sympathica classe dos pescadores, sobre o que em meu officio de 31 de dezembro de 1866 tomei a liberdade de chamar a attenção de v. ex.^a

Outras disposições poderiam ainda addicionar-se, aperfeiçoando e mettendo em via de rasoavel progresso as nossas relações commerciaes com Hespanha.

Aguardo a iniciativa annunciada do ministro d'estado, e, sem por minha parte comprometter de qualquer modo a opinião do governo de Sua Magestade, ao superior criterio de v. ex.^a será submettida a proposta que venha a ser-me confiada.

Deus guarde, etc.

N.º 46

L RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em obediencia ás ordens do corrente, expedi a nota da copia junta (documento A), á approvação de v. ex.^a

A

1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Reuniram-se recentemente rios technicos de Portugal e Hespanha, a fim de dar execução ao convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, demarcando as aguas territoriaes, nas zonas maritimas adjacentes varias sessões desde 30 de dezembro do anno findo ao. Mantiveram entre si, não sómente constantes relações de fina educação de officiaes scientificos, mas trato de perennidade, como deixaram expressamente consignado, e sabe correctamente interpretar os sentimentos que muove os superiores dos dois paizes. E todavia não poderam chegar á conclusão definitiva do objecto da sua missão. Apesar do que fizeram, considerando ser pequena a discordancia de suas opiniões no julgamento definitivo do pleito entre os dois governos, não julgaram o julgamento definitivo do pleito entre os dois governos de amizade que ligam as duas nações.

O seu voto é o objecto da presente comunicação ordenada pelo governo do Sua Magestade Fidelissima. N'este documento se encontram as phases da discussão, que se podem definir n'estas fórmulas; 1.^a, a das reciprocas e razoaveis concessões.

2.^a assim: «Para o effeito d'este convenio, a separação das zonas maritimas adjacentes dos dois paizes será determinada por uma linha que, no eixo das barras dos rios Minho e Guadiana, prolonga o primeiro caso, com o paralelo, e, no segundo, com o qual se poderá fixar o ponto de partida, se o porto de Villa Real for o facto é que apresenta duas, uma correndo a SSE., e a outra correndo proximo a ONO.

3.^a A direcção, indicada pela natureza, em conformidade á direcção do rio, a qual direcção é obrigada á inflexão da barra proximo da foz. Esta barra apresenta uma profunda cova, e se observado diversos estados em diversas epochas, corresponde a SSE., em harmonia com as condições naturaes normaes, por conformidade á orientação normal da vassalha que causas accidentaes não a perturbem.

4.^a A barra da Golada, aberto ha tres annos apenas, em 1883, foi a mais extraordinaria. A Golada, filha de um phenomeno extraordinario, e separando-o da porção actualmente denominada — a direcção opposta á natural e permanente que foram sempre por SSE. Mas com tanta violencia excavou as areias e

por tão curto espaço, que conseguiu sobrepujar, na maxima profundidade, a barra normal. Ainda assim a superioridade do fundo mede apenas 1 decimetro.

Fundados n'esta ultima circumstancia os commissarios hespanhoes propozeram, como ponto de partida, o eixo da Golada. Fundados em razões de outra ordem, e partindo da exposição dos elementos acima esboçados, os portuguezes propozeram o eixo da barra de SSE.

É de advertir que em nenhuma parte do convenio se determina a preferencia da barra de maior fundo, presuppondo a existencia de diversas barras. Melhor, portanto, era o terreno dos portuguezes em vista da razão, uma vez que não se pôde provar que os contradiga a lei escripta.

Porém, não vale insistir em recordar os argumentos empregados n'essa primeira, curta phase da discussão, a qual bem pôde chamar-se a dos principios absolutos, phase que o bom senso e boa vontade dos commissarios logo tratou de substituir por outra, a de reciprocas e rasoaveis concessões. Mais apraz consignar aqui a louvavel lealdade com que o commissario hespanhol, sr. D. Carlos Delgado y Zuleta, logo na primeira sessão, de 30 do dezembro de 1886, declarou que «as propostas feitas pelas duas commissões, e quantas se façam, segundo a interpretação que dá ao artigo 4.º do convenio a commissão mixta, hão de cortar precisamente a costa de um dos dois reinos, com a unica excepção do caso pouco provavel de que o canal corra em direcção norte-sul, e determinarão, com o do extremo da margem mais proxima, uma zona de aguas na qual poderão exercer acção e jurisdicção as forças navaes do estado vizinho, segundo os artigos 8.º, 27.º e 36.º do convenio, sendo evidente que o dominio das aguas d'essa zona pertence exclusivamente á nação cujas costas banha, anomalia que, no futuro, poderia dar logar a conflictos e perturbações mais serias do que as que actualmente se trata de evitar». Em vista do que, e appellando para a provisão do alinea 2.º do artigo ultimo do convenio, o digno commissario se reservou pedir ampliação das instrucções recebidas.

É preciso corresponder á nobre franqueza do digno commissario, confessando ingenuamente, em presença de tão judiciosas e pertinentes observações, que as propostas primitivas de ambos os lados estavam irremissivelmente condemnadas. Compreende-se e applaude-se que ambas fossem, como foram, apresentadas no inicio da discussão, como documento de respeito á legalidade estricta, embora diversamente interpretada, segundo o criterio de cada um. Mas ficou evidente que a legalidade estricta do artigo 4.º tinha necessariamente de buscar temperamento na latitude do artigo ultimo, alinea 2.ª Sem o que ficaria creada uma legalidade anomala e offensiva da plenitude da soberania de uma ou outra das nações, contra os interesses e por consequencia contra a racional vontade de ambas. *Summum jus, summa injuria*.

Entrou-se, portanto, no campo da composicção equitativa. Munidas ambas as commissões de novas instrucções baseadas no previo exame das condições hydrographicas da localidade, approximaram-se as vontades, sem comtudo conseguirem transpor a curta distancia que as ficou dividindo.

Distancia curta, em verdade, se se considera o espaço material que medeia entre as duas novas linhas indicadas por cada uma das commissões. Mas distancia grande, se se attende áquelle respeito a razões de ordem superior que determinaram a segunda phase das deliberações. Reconheceu-se a necessidade de appellar para a disposicção do artigo 38.º, alinea 2.ª, onde as duas nações se reservaram o direito de introduzir, de commun accordo, n'aquelle regulamento de pesca qualquer modificação que a pratica faça conhecer tornar-se necessaria, e que não seja incompativel com os principios que formam a sua base. Trata-se da demarcação das aguas territoriaes adjacentes á foz do Guadiana, *para o effeito do convenio da pesca*. O convenio de pesca manteve a communidade do uso dos rios, e supprimiu-a no mar. Não quiz, nem podia querer impedir que os

limitrophes saíssem ao mar a pescar dentro das respectivas, nem podia presuppor uma demarcação, em virtude da qual o paiz não podessem sair ao mar, sem atravessar por reservadas ao paiz vizinho. Tanto o não quiz, que no ar-
pesca approximar-se ás costas do paiz vizinho a menor
os tres casos de força maior expressamente definidos no

ela commissão hespanhola incide tanto sobre a margem
nte sobre o chamado banco de Bril (ou Poniente) conti-
leixa passo aos barcos portuguezes para saírem do Gua-
zas. E portanto, uma vez admittido, crearia o dilemma
es pelo rio ao mar, o que é absurdo, ou de saírem por
são do convenio. Demonstra-o a inspecção da carta. É
basta para não poder acceitar-se aquelle meridiano.

icado pela commissão portugueza, passando pelo *thalweg*
ieio rio para o lado de Hespanha, bastante proximo da
anto como o proposto pela commissão hespanhola, deixa
aos barcos portuguezes, embora não muito larga, pela
o modo algum estorvar a passagem, muito mais ampla,
e que desçam de Ayamonte. Esta simples consideração
referencia.

xaminar qual das duas commissões cedeu maior espaço
imitivamente indicados. De ambas as partes se allegou
testado. Mas, a final, conveiu-se em que na pratica seria
imento de taes pretendidos direitos absolutos. Logo de
, e menos para ponto de partida, de onde se contem a

m outras bases, reger-se por outro criterio. Aquelle cri-
resumia na conferencia primeira o illustre commissario
itos dos dois paizes e as conveniencias dos seus subdi-
querendo atalhar outro menor. Não deixar pretextos ou
dissidencias e vexames perturbadores da harmonia, que
os governos deve antes diffundir pelos povos.

, é incontestavel a superioridade da ultima proposta de
ieza. N'este intuito e com este fim, sem julgar necessa-
s para reforçar a indicada solução, cumprindo as instruc-
nra de propor ao governo de Sua Magestade Catholica
eacção das aguas territoriaes na zona maritima adjacente
ade e para os effeitos do convenio de pesca de 2 de ou-
osto e defendido nas ultimas actas da commissão mixta

c.^{mo} sr. D. Segismundo Moret y Prendergast, ministro
Magestade Catholica. = *Conde do Casal Ribeiro*.

N.º 47

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Extracto.

Madrid, 28 de fevereiro de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Com officio ostensivo de hoje, receberá v. ex.^a a copia da nota que dirigi ao ministro d'estado sobre a demarcação das aguas territoriaes maritimas, na foz do Guadiana, para os effeitos do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885.

Na redacção d'este documento toquei ligeiramente e logo tratei de afastar a discussão das duas propostas primitivas de cada uma das commissões. Essa discussão teria hoje character retrospectivo, desde que os commissarios de ambos os paizes se consideraram habilitados com instrucções sufficientes para procurar arbitrios fóra das regras estrictas do artigo 4.º do convenio. De nada serviria agora renovar qualquer demonstração de preferencia por semelhantes propostas, as quaes, podendo ambas defender-se e impugnar-se dentro da legalidade estricta, tinham ambas o vicio radical de inaceitaveis, a de Hespanha por Portugal, e a de Portugal por Hespanha, por lesivas, como bem ficou demonstrado, de respectivos direitos e conveniencias.

Abstive-me de extremar argumentos technico-juridicos em favor do meridiano passando pela barra de SSE., o qual nunca poderia ser acolhido por este governo, e muito menos agora, quando semelhante meridiano foi substituido pelos nossos commissarios.

Coloquei a questão no terreno em que a deixaram os commissarios — o das mutuas e rasoaveis concessões. Ahi defendi a proposta portugueza com o melhor argumento em seu favor. Corroborei a argumentação com o proprio criterio do commissario hespanhol.

Esta é a synthese do meu trabalho, que folgarei possa agradar a v. ex.^a

Intencionalmente não suscitei idéa de modificação na proposta. Não era opportuno. Veremos a resposta. Em vista d'ella, haverá tempo de deliberar se convem propor — ou acceitar, se for proposto — um terceiro alvitre de linha media, a que v. ex.^a se refere no final do seu despacho, sem o recommendar para agora, e considerando-o apenas remedio extremo.

Eu não vejo que a demarcação das aguas fluviaes e maritimas preocupe muito este governo. A minha primeira nota verbal sobre a demarcação no Minho ainda nem deu logar á conferencia offerecida. Não estamos em falta. Esta provavelmente tambem dará logar a informações demoradas.

Parece-me conveniente evitar ceder depressa n'esta questão de demarcação, não porque ligue grande importancia em si proprio a um acto limitado aos effeitos de um convenio que cessa em 30 de junho proximo; mas porque póde servir de precedente em futuras negociações, e nas de limites que valem mais. Para dizer a v. ex.^a todo o meu pensamento, eu creio que o mais conveniente é entreter a discussão, se a houver, até á negociação do novo convenio.

Deverá essa abrir-se? Já, em meu officio de 31 de dezembro do anno findo, referi precedentes e me atrevi a de algum modo suscitar a idéa da revisão do convenio. Agora não hesito em pronunciar-me por essa revisão, e contra a prorogação por mais tempo alem do necessario para terminar e pôr em vigor convenio novo.

Pois deverá ter-se por perfeito um acto internacional, quando saíu tão mal ferido dos primeiros ensaios, como este saíu das duas primeiras tentativas de demarcação? Pois será sustentavel esse acto na sua integridade, quando, na segunda d'aquellas tentativas, reconhecem os proprios commissarios que, para o executar, é necessario recorrer á faculdade de o alterar?

cumpre-me transmittir a v. ex.^a copias da nota (documento A), que o mesmo ministro me dirige, formulando as indicadas bases, e da nota interlocutoria (documento B) em que accusei a recepção.

Pela leitura da nota do sr. Moret, verá v. ex.^a a confirmação do que eu disse no meu sobredito officio de 19 de fevereiro, comprehendendo as bases o principio de reciprocidade quanto á importação do gado pela fronteira de terra, o de mutualidade e tratamento nacional em materia de pesca, alem de outros importantes e de largo alcance.

Aguardando, como devo, as instrucções de v. ex.^a, e sem de modo algum pretender antecipar o juizo do governo de Sua Magestade em tão importante assumpto, posso assegurar a v. ex.^a que, não sómente na escripta, mas na palavra, tenho guardado quanto é preciso de reserva, para não deixar entrever qualquer solução, nem presentir o juizo que venha a formar-se sobre os varios capitulos da proposta.

Aqui, porém, em communicação confidencial, permittirá v. ex.^a que succintamente exponha, não um parecer completo, para o qual, alem da competencia, me faltam indispensaveis subsidios, mas algumas observações sobre a materia.

A base 1.^a importa a livre introdução de gados com perfeita reciprocidade. Amplia portanto, com vantagem de Portugal, o que no tratado de 1883 foi estabelecido, abolindo direitos de importação em Hespanha sobre o nosso gado vaccum, lanigero e caprino, e estendendo a isenção ao gado cavallar e ao suino, que no tratado de 1883 ficou pagando 90 réis por cabeça na importação em Portugal, sem reciprocidade por parte de Hespanha, como tambem não a houve quanto ao vaccum, lanigero e caprino, isento em Portugal e sujeito a direitos fiscaes em Hespanha actualmente. Parece-nos, pois, esta base uma conquista importante:

- 1.^o, porque, em relação ao estado actual, recebemos muito mais do que damos;
- 2.^o, porque se elimina o grave defeito de falta de reciprocidade existente no tratado em vigor;
- 3.^o, porque se supprimem de raiz origens de frequentes contestações e conflictos entre os fronteiriços, o que é de subida vantagem. É a realisação do que em 1880, por instrucções do governo, propuz, e muito trabalhei por conseguir, levando a negociação adiantada, sem comtudo se terminar. Reporto-me n'este particular ao que tive a honra de expor em meu officio de 31 de dezembro do anno findo.

A reserva consignada pelo sr. Moret, quanto á fórma, tem por objecto evitar a applicação á França, em virtude do tratamento da nação mais favorecida, das concessões feitas a Portugal. Nada affecta o fundo da questão; e, sendo apenas determinada por uma conveniencia da Hespanha, sem prejuizo nosso, restaria sómente achar uma formula de sufficiente garantia.

A 2.^a base constituirá um principio novo em materia aduaneiria, sem importar o que se chama liga ou união. Para o que, basta notar que, tratando-se de *productos exóticos*, excluidos ficariam todos os que têm similares na produção de cada paiz e das suas colonias. Assim, se a base fosse adoptada, nada influiria nos interesses das industrias de qualquer especie, nem tão pouco no grau de protecção, que cada paiz justamente reserva aos seus productos coloniaes, por meio de redução de direitos quando introduzidos aquelles productos para consumo da metropole. Resta outro ponto de vista muito importante — o financeiro. A equiparação de direitos nas pautas portuguezas e hespanholas traria consigo uma vantagem apreciavel — a eliminacção do contrabando que pôde resultar da differença d'esses direitos, por uma raia tão extensa e difficil de fiscalisar como a que nos divide de Hespanha. Mas até que ponto essa vantagem poderia compensar alguma diminuicção de direitos resultante da equiparação que viesse a fazer-se, se tal diminuicção fosse convencionada?

Ou, por outro lado, a maior efficacia de fiscalisação, limitada á costa maritima, au-

eita maior, proveniente de direitos até certo
no de renda para o thesouro, e abrindo-se

lver-se *a priori*, e os calculos de probabili-
estudo minucioso de cada artigo correspon-
ticos e outras informações technicas. Simi-
nissarios especiaes auxiliares da negociação.
uma applicação razoavel da equiparação em
ma formula geral para todos, fosse de aug-
; mas seria preciso variar segundo as con-
ção portanto necessariamente larga, e cujo
damente fixar.

e dois modos: ou formar do producto geral
hendidos e cobrados nas alfandegas mariti-
na proporção da população puramente, ou
o; ou reservar exclusivamente para si cada
gas. Se esta segunda fórma fosse preferida,
, considerada a extensão da nossa costa so-
e Lisboa, bastante lucrariam o nosso com-

o de partida para estudos posteriores. Não
to, se fosse extensiva, por exemplo, a teci-
tre Portugal e Hespanha, e portanto pouco
ndamente o regimen economico, e suscita-
leveriam limitar-se áquelles artigos, que não
1, mas que naturalmente fazem objecto de
rticular, como já antecipadamente lembrei,
.ª sobre os importantes despachos dirigidos
negocios commerciaes de 22 de outubro de

o facil de corrigir na correspondencia entre

er a base 4.ª Vac de conformidade com as
10 de 19 de fevereiro de 1887, pela direc-

a de pesca e navegação no sentido de uma
o que respeita á navegação internacional
l no tratado commercial vigente. Quanto á
o regimen determinado no tratado de limi-
ria que se tornasse applicavel ao Tejo um
Douro. Parece conforme aos principios re-
teria e não contrariar conveniencias.

vegação, segundo o artigo 23.º do tratado
e a cabotagem e o exercicio da pesca. Con-
ando-a commum entre os portos da penin-
ado estimaria essa ampliação de tratamento
1 ganhar com semelhante ampliação? Incli-
e em navegação costeira não são as nossas
rém objecto aquelle para meditar-se.
modesta opinião está formada, salvo poder

rectificar-se por factos ou considerações que venham a apresentar-se. Não tenho occultado a v. ex.^a, em varios anteriores officios, que não se me afiguram merecedores de applauso, nem o principio exclusivista consignado no artigo 23.º do tratado commercial vigente, em substituição do regimen anterior e tradicional de communidade, nem tão pouco os preceitos que, em execução e desenvolvimento d'aquelle artigo, se estabeleceram no convenio de 2 de outubro de 1885. Reporto-me ao que sobre a materia, por varias vezes, tenho tomado a liberdade de expor.

Salvo melhor criterio, ao qual docilmente me submeterei, tenho para mim que o defeito capital do convenio de 1878 foi o espirito demasiadamente regulamentar que o dominou. O tratamento nacional puro e simples, applicado aos pescadores hespanhoes em Portugal e aos portuguezes em Hespanha, com resalva da livre acção de cada governo na regulamentação d'aquella importante industria nas respectivas aguas jurisdiccionaes, é o regimen que se me afigura mais adequado e isento de inconvenientes serios. Este regimen está comprehendido nos termos da base 5.^a

Pondo ponto n'esta ligeirissima analyse das propostas do sr. Moret, cumpre-me repetir que, como funcionario, o meu criterio tem em tudo e por tudo de subordinar-se ao que formar o governo de Sua Magestade.

Se porém me é lícito juntar ainda ás precedentes considerações outra generica e de ordem diversa, direi que, qualquer que seja o juizo superior ácerca das bases da discussão que nos são propostas, e da sua mais ou menos lata applicação e oportunidade, ellas não se me afiguram merecer, nem no conjuncto, nem cada uma de per si, rejeição *in limine*. São inspiradas no desejo de apertar vinculos de intimidade, proclamados por ambos os paizes na definição da sua politica internacional; respeitam a integridade de soberania independente de cada nação, nem mesmo offendem susceptibilidades, por nimias que sejam.

Parecem-me portanto dignas de exame á luz serena das conveniencias economicas e financeiras. E, por outro lado, visto como em um inicio de negociação é manifesta a impossibilidade de elucidar o publico com informação sufficiente para ajuizar rectamente da sua tendencia e limites, evidente se torna a conveniencia da maxima reserva n'este periodo. É por isso que dou a esta communicação o character de confidencial reservada, de accordo, n'este particular, com o sr. ministro d'estado, com o qual recentemente conferenciei, no intuito de esclarecer devidamente o sentido das varias proposições contidas na sua nota de 7 do corrente.

Tambem n'essa conferencia manifestei que, no caso de se abrir negociação sobre as bases propostas, me não parecia facil levar-a a cabo a tempo de se converter o resultado em tratado prompto a vigorar desde a epocha em que finda o actual. O sr. Moret, exprimindo o desejo de se abrir a negociação com a possivel brevidade, conveyiu no pensamento de se prorogar pelo tempo indispensavel o tratado de 1883, ou, melhor, de se consignarem em um *modus vivendi* aquellas alterações e melhoramentos que mais promptamente e a tempo podessem ser accordadas.

Submettendo quanto fica exposto ao esclarecido e superior criterio de v. ex.^a, aguardo sobre a materia ás instrucções que se dignar communicar-me.

Deus guarde, etc.

A

Ministerio de estado. — Palacio, 7 de marzo de 1887. — Excmo. sr. — Próximo á terminar el tratado de comercio entre Portugal y España, y respondiendo á los nobilísimos deseos que V. E. me ha expresado con repetición, de mejorar las relaciones mercantiles entre nuestros dos países, tengo el gusto de proponer á V. E., como bases de discusión para la renovación del tratado que expirará en 30 de junio próximo, las siguientes:

riaal completa del tráfico de ganados en la frontera de
eniendo en cuenta que esta medida más bien responde á
que á fines comerciales, se llevará á cabo de manera que
el nuevo tratado, aun quando en las negociaciones diplo-
mada entre ambos países;

as terrestres de todos aquellos artículos de produccion
al y Español de otros países, á fin de que su circulacion
a completamente libre. Admittida esta base, será preciso
artículos pagan en las aduanas maritimas de ambos países
referencia de un puerto sobre otro ni torcerse en este sen-
hoy existe;

os países, por las aduanas terrestres, de todo artículo que
no medio por año en el último quinquenio la cantidad de
dio conto de réis en Portugal;

énero para el tráfico internacional, tanto en la direccion
por los puertos del Mediterraneo;

pesca y navegacion en el sentido de una igualdad abso-

B

espanha. — Madrid, 10 de março de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo}
recebida a nota que v. ex.^a me dirigiu em data de 7 de
de discussão para a renovação do tratado do commercio
re finda em 30 de junho proximo. Envio copia d'este im-
no, cujas instrucções aguardo para responder a v. ex.^a

N.º 50

AL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

387. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tive hoje a primeira occasião,
irte, de ver o sr. Moret. Depois de curta conversação so-
ministro d'estado tratou de se informar sobre os propósitos
e acerca do novo tratado de commercio, fazendo sentir a
a até ao dia 30 de junho, em que finda o actual tratado.
ões verbaes de v. ex.^a, respondi logo que v. ex.^a se tem
assumpto, desde que teve conhecimento das bases propos-
a nota de 7 de março ultimo; que a necessidade de ouvir
o parecer de alguns corpos consultivos, tinha demorado
te todavia eu esperava com brevidade.

inspirando-me nas mesmas instrucções, affirmei o desejo
s commerciaes com Hespanha, tanto quanto o permittam
ceiros do paiz. Disse que, segundo os estudos até ao pre-
poderia chegar a ampliar o actual tratado de commercio
re importação de gados, e talvez alargando as isenções e
s. Insisti particularmente no estado da opinião acerca da
Portugal, que muitos creadores julgam, com mais ou me-

nos rasão, causa da decadencia da sua industria, o que tornaria muito difficil, ou porventura impossivel, a manutenção d'aquella liberdade, sem as compensações da reciprocidade e extensão do principio ao gado suino. Tambem fiz sentir que o governo julga inoportuno alterar as bases actuaes do regimen da pesca.

Tudo isto foi dito em termos geraes e sem grandes desenvolvimentos, em que não conviria entrar antes de receber instrucções definitivas e especificadas. Tambem se fallou na possibilidade de uma prorrogação temporaria do tratado actual, garantindo-se a reciprocidade quanto aos gados, idéa que o sr. Moret acolheu com certa reserva, considerando esse expediente dependente de previa abertura de negociação do novo tratado e dos termos da contra-proposta do governo portuguez.

Os convenios commerciaes vigentes de Hespanha com França e Gran-Bretanha terminam, o primeiro em 1 de fevereiro e o segundo em 30 de junho de 1892. Os tratados com Allemanha, Italia, Suecia e outros em 30 de junho proximo. Já porém foi prorogado o tratado com Allemanha até fevereiro de 1892, e brevemente será o de Suecia e algum mais, por se haverem terminado as negociações para esse effeito, achando-se outras pendentes. O governo acha-se auctorizado por lei para estas prorrogações.

Deus guarde, etc.

N.º 51

DO CONSELHO SUPERIOR DAS ALFANDEGAS AO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTAANGEIRO

Lisboa, 18 de maio de 1887.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Para ser presente ao ex.^{mo} ministro dos negocios estrangeiros, encarrega-me o ex.^{mo} ministro da fazenda de ter a honra de passar ás mãos de v. ex.^a a adjunta consulta (documento A) do conselho superior das alfandegas, relativa ao tratado de commercio com a Hespanha, e que vae acompanhada do parecer (documento B) que lhe serviu de base.

Deus guarde, etc.

A

Consulta do conselho superior das alfandegas

Senhores.—Em sessão de 2 do corrente mez, declarou o nosso digno secretario, que s. ex.^a o ministro da fazenda o incumbira de communicar ao conselho, que, finalizando o tratado de commercio com a Hespanha em 30 de junho proximo, desejava o mesmo ex.^{mo} ministro, que esta corporação emittisse consulta, sobre a conveniencia de se negociar ou não outra convenção, ou renovar a existente com aquelle paiz, estudando-se a utilidade que resultaria de estabelecer-se que as mercadorias estrangeiras desembarcadas no porto de Lisboa, com destino a seguir em transitio para Hespanha, fossem verificadas pela alfandega d'esta cidade, pagassem os direitos que lhes competissem pela pauta hespanhola, e, depois de abatidas as despesas de descarga, trafego, transporte e outras, fosse entregue á Hespanha o saldo respectivo, depois de comprovada a entrada das mercadorias no reino vizinho.

Fomos escolhidos para, com a possivel brevidade, darmos parecer ácerca dos terrenos em que conviria consultar a similhante respeito.

A subida importancia do assumpto, a brevidade recommendada, e a nossa limitada competencia, tudo contribuiu para que o parecer, que temos a honra de apresentar á vossa apreciação, signifique mais o desejo que tivemos de cumprir o nosso dever, do que a

pretensão de resolver o assumpto por tal modo complexo; mas a nossa deficiencia será supprida pelo concurso valioso da vossa esclarecida intelligencia e conhecimentos.

É facto incontestavel que, para a celebração de convenções commerciaes entre Portugal e a Hespanha, tem sempre havido duvidas e difficuldades, nascidas em grande parte da identidade de aptidões economicas e industriaes que se dão nos dois paizes, e ainda da sua posição geographica, no que diz respeito á extensa raia secca que os separa e aos interesses dos seus portos marítimos.

Para demonstrar o que deixámos enunciado, bastará referir o que em seguida se lê no extracto de uma nota que em 28 de junho de 1870 o ministro de Hespanha em Lisboa, D. Miguel Fernandez de los Rios, dirigiu ao duque de Saldanha, ministro dos negocios estrangeiros:

«É verdadeiramente assombroso que Portugal, desde 1640 até hoje, tenha celebrado tratados e convenções com... (cita vinte e tantas nações), e que nos duzentos e trinta annos decorridos não tenha celebrado algum com a Hespanha, unico paiz fronteiro de Portugal, etc.»

N'essa mesma nota, porém, o mesmo diplomata hespanhol parece que demonstrava não haver logar para tanto assombro, quando asseverava:

«As condições de produção são quasi identicas em Hespanha e Portugal; os mesmos climas, os mesmos terrenos, as mesmas raças de homens e de animaes, o mesmo adiantamento nas sciencias e nas industrias, principalmente na agricola, como demonstra a comparação dos productos que ambos os paizes exportam para os mercados estrangeiros.»

Escusado é referir mais, para concluir que, dadas semelhantes circumstancias entre as duas nações vizinhas, não é para admirar que entre ellas se não tivessem celebrado convenções commerciaes, visto que a troca de concessões e favores na importação ou exportação é difficil quando ha completa paridade de aptidões industriaes e de productos agricolas.

Entretanto, apesar das difficuldades resultantes d'esta homogeneidade de interesses mercantis e condições naturaes e technicas de produção, é certo que entre os dois paizes se realisou um tratado especial, assignado em Lisboa pelos respectivos plenipotenciarios em 12 de dezembro de 1883, approvado pelo poder legislativo em 1885, e ratificado por lei de 2 de julho d'este ultimo anno.

Antes de analysarmos as vantagens ou inconvenientes de semelhante convenio, vejamos que diligencias tinham sido empregadas pelos dois paizes para o ajustarem, e qual o resultado.

Em 17 de novembro de 1866 dirigia-se o ministro dos negocios estrangeiros, o conde do Casal Ribeiro, ao conde d'Avila, nosso ministro em Hespanha, recommendando a conveniencia de celebrar-se um tratado de commercio com aquelle paiz, para o qual lhe dava as seguintes bases:

Acabamento do direito differencial para as mercadorias procedentes de Hespanha importadas em Portugal por terra, quer fossem ou não productos da industria hespanhola;

Isenção reciproca de direitos de importação de gado vaccum, lanigero, caprino, suino e asinino;

Direitos de 6 por cento para as pescarias, principalmente atum e sardinha;

Direito modico e reciproco para a importação de madeiras;

Nivelamento de direitos para as pelles de gado, cera em bruto, azeite de oliveira, vinho, vinagre, aguardente, calçado e sabão;

Isenção reciproca para a lã em rama, oleos de palma, côco, sesamo, mendobi, purgueira, gommas, resinas, lichens para tinturaria, ovos, leite, mel, alfarroba, fructos seccos e verdes, baga de sabugueiro, cortiça, marmore em bruto, minerio e cordas de esparto.

Estas reduções de direitos eram calculadas n'um desfalque de 228:000\$000 réis na nossa receita publica, e entaboladas as respectivas negociações não se chegou a accordo.

Em 28 de junho de 1870 o ministro de Hespanha em Lisboa propunha ao nosso ministro dos negocios estrangeiros a celebração de um tratado, para o qual punha as seguintes bases:

- 1.^a Pauta commum para direitos de importação e exportação;
- 2.^a Divisão equitativa do producto dos direitos cobrados nas alfandegas.

O resultado que tiveram as diligencias empregadas então pelo diplomata hespanhol foi identico ao obtido pelo conde d'Avila em 1866.

Em 27 de outubro de 1877 o Marquez d'Avila, ministro dos negocios estrangeiros, indicava ao conde de Valbom, nosso representante em Hespanha, a conveniencia de se effectuar com esse paiz um tratado sobre as seguintes bases:

Abolição de direitos de importação, nos dois paizes, das seguintes mercadorias:

Gado vaccum, lanigero, caprino, suino, cavallar, muar e asinino;

Carnes frescas;

Peixe e mariscos frescos;

Leite, mel e ovos;

Pão cozido;

Adubos para agricultura;

Madeiras em bruto, cortiça e lenha;

Carvão vegetal;

Fructas seccas, hortaliças verdes e seccas, e legumes verdes;

Materias mineraes para construcção.

Depois de varias negociações a nenhum resultado se chegou.

Em 6 de fevereiro de 1880 dirigia-se o nosso ministro em Madrid, conde do Casal Ribeiro, a Anselmo Braamcamp, ministro dos negocios estrangeiros, indicando-lhe a conveniencia de estabelecer-se liberdade reciproca na importação de gados. Tambem essas diligencias foram improficuas.

Finalmente, a 7 de novembro de 1881, o ministro dos negocios estrangeiros, o sr. Hintze Ribeiro, dirigiu-se ao representante de Hespanha em Portugal, D. Juan Valera, apresentando as seguintes bases para um tratado:

Clausulas, sobre o commercio e navegação, iguaes ás dos tratados de Portugal e de Hespanha com a França;

Confirmação do regulamento de transito de 7 de fevereiro de 1877 entre Portugal e a Hespanha;

Tratamento de nação mais favorecida;

Pauta do tratado franco-portuguez e hispano-franco;

Reciprocidade para os direitos de peixe fresco, salgado, fumado e de escabeche;

Reciprocidade de direitos de exportação;

Liberdade de transito;

Duração do tratado até 30 de junho de 1887.

Depois de muitas e laboriosas negociações foram alteradas algumas bases, sendo a final assignado o tratado de 12 de dezembro de 1883, como já referimos.

De tudo quanto deixámos exposto resultou, como dissemos, que tem sido difficil a celebração de convenios commerciaes com a Hespanha, pela identidade de produções, facto que bem se demonstra ainda pelos seguintes algarismos, que representam os valores de mercadorias trocadas entre os dois paizes nos ultimos dezoito annos, com a indicação dos generos principaes importados e exportados.

o de Hespanha

Valor total — em mil réis	Principaes generos
2:348	Animacs, lã e cereaes.
2:349	Animacs, lã, cereaes e bebidas.
1:574	
1:904	Animacs, lã e cereaes.
1:821	
2:039	Animacs, lã, cereaes e materias vegetaes.
2:749	Animacs, lã e cereaes.
2:492	
2:251	
2:267	
2:189	
2:890	
2:506	
2:451	Animacs, lã, cereaes e materias vegetaes.
2:085	
2:182	
1:958	
1:636	
2:592	

para Hespanha

Valor total — em mil réis	Principaes gneros
1:348	Animacs, despojos de animacs, pescarias e algodões.
1:187	
1:332	Animacs, despojos de animacs, pescarias, algodões, madeira e cereaes.
1:335	
1:845	Animacs, despojos de animacs, pescarias, algodões e madeira.
1:564	
1:750	Animacs, despojos de animacs, pescarias, algodões, madeira e cereaes.
1:821	
1:399	Animacs, despojos de animacs, pescarias, algodões e madeira.
1:330	
1:321	
1:612	
1:203	
1:137	
1:777	Animacs, despojos de animacs, pescarias e madeira.
1:622	
1:460	
1:245	
1:125	

o se vê, tem havido no movimento commercial

le dos generos se observa uniformidade quasi
endo para notar só o consideravel decrescimento
ação, nos dois ultimos annos de que se apurou
endo ainda para notar que no anno passado, na
de Hespanha augmentou, emquanto que a nossa
sideravelmente.

algariam, continuando agora na comprova-

ção das causas que tornam difficil qualquer convenção commercial com o paiz de que se trata.

Quando se projectam alterações nos direitos do gado ou nos generos de producção agricola, agitam-se os creadores e os agricultores. Foi o que recentemente aconteceu, quando o tratado actualmente em vigor foi presente ao poder legislativo, como consta dos documentos parlamentares.

Muitos lavradores de alguns dos districtos administrativos das duas Beiras, Extremadura e Alemtejo, enviaram ás camaras legislativas representações, que foram publicadas e presentes ás respectivas commissões, pedindo:

1.º Liberdade para a exportação do azeite nacional, visto que o azeite hespanhol, que vinha em transito, embarcava em Lisboa, saindo livre de direitos;

2.º Manutenção do direito de 700 réis por decalitre, conforme tinha sido decretado em 1882 para a importação do azeite estrangeiro;

3.º Fixação de direitos *ad valorem* no gado suino exportado para Hespanha, ou d'ahi importado, a fim de que o imposto fosse proporcional ao valor de cada rez, visto que a Hespanha não nos concedia reciprocidade no direito do gado;

4.º Marcação indelevel nos productos agricolas hespanhoes que saem por Lisboa, de fórma que no estrangeiro não fossem confundidos com os da industria portugueza.

Quão se discutiu o tratado na camara dos senhores deputados (sessões de 29 e 30 de novembro de 1885) foi elle combatido principalmente pelos srs. José Luciano de Castro e Laranjo, de cujos discursos extrahimos os principaes argumentos apresentados como impugnação.

O sr. José Luciano de Castro affirmou:

«Que a confirmação e ampliação do convenio de transito de 27 de abril de 1866 e regulamento de 7 de fevereiro de 1877, conforme se estipulava no tratado, serviria só para continuarem todos os abusos e fraudes a que tem dado logar a sua execução, com grande prejuizo da industria nacional;

«Que os generos que vem por transito de Hespanha entravam no consumo do paiz, por meio de fraudes e abusos;

«Que os nossos productos industriaes não podiam concorrer aos mercados hespanhoes, porque a nossa industria não pôde competir com a d'aquelle paiz.»

O deputado sr. Laranjo dizia:

«Que o convenio de transito e as suas praticas eram taes, que davam logar a importações fraudulentas e a exportação de origem simulada.

«Que a media, em seis annos, dos valores do transito de Portugal para Hespanha tinha sido na importancia de 371:000\$000 réis, emquanto que o de Hespanha para Portugal fôra 4.212:000\$000 réis.

«Que em Portugal os creadores de gado ficaram nas mais deploraveis circumstancias, visto que o gado portuguez para entrar em Hespanha pagaria ali os seguintes direitos:

	Réis
«Gado suino, cada rez.....	1\$521
«Gado lanigero e caprino, cada rez.....	520
«Gado muar, cada rez.....	3\$528
«Gado cavallar de marca, cada rez.....	33\$094
«Gado cavallar de trabalho e eguas, cada rez.....	5\$670
«Gado vaccum, cada rez.....	2\$484
«Gado asinino, cada rez.....	1\$512

«Que em contraposição a estes factos, a entrada de gado de Hespanha para Portugal ficava toda livre de direitos pelo convenio, com excepção do gado suino, que devia pagar 90 réis por cabeça.

O relator das commissões da camara dos deputados, que é o mesmo d'esta commissão, defendendo o tratado, declarou entretanto:

«Que nos convenios já celebrados, não se havendo feito reserva, como convinha, á concessão de privilegios e concessões especiaes relativas ao commercio das fronteiras, tornava-se actualmente impossivel realizar uma convenção, como seria para desejar, porque todas as vantagens reciprocamente concedidas se alargariam ás nações a que Portugal e a Hespanha têm concedido a titulo de mais favorecidas, o que prejudicaria manifestamente os interesses economicos e industriaes de ambos os paizes.»

Assim feita a resenha dos factos que podem elucidar a questão, tanto pelo que consta dos documentos diplomaticos de que temos conhecimento, como dos documentos particulares, examinemos a situação em que nos encontrámos, n'este ponto, pelo que diz respeito ás disposições geraes e especiaes da nossa pauta de importação e do projecto para a sua modificação, para concluirmos se ellas facilitam alguma concessão commercial com a Hespanha.

As taxas de importação, constantes das pautas convencionaes com a França e Italia, foram, em 1882, applicadas a todas as procedencias; por isso a concessão do titulo de mais favorecida a qualquer nação, só dá direito a que as mercadorias de um paiz sejam isentas da taxa complementar de 2 por cento e do imposto adicional de 6 por cento.

Favor de tão pequena monta não dá margem para o pedido de qualquer compensação de valia.

Pelo que diz respeito ás mercadorias que não figuram nas pautas convencionaes, temos ainda a separar as substancias alimenticias e o tabaco. D'estas, muito principalmente os generos chamados coloniaes, têm direitos fiscaes; e tanto pela sua natureza especial, como pela receita que produzem, não se prestam a figurar em convenções commerciaes, não esquecendo ainda que as respectivas concessões á Hespanha aproveitariam logo a todos os paizes a quem concedemos o tratamento de mais favorecidos.

Para concluirmos, vejamos quaes os generos que a Hespanha importa e exporta de Portugal, e quaes os que nos documentos diplomaticos se têm presumido apropriados para figurarem em qualquer convenção commercial com aquelle paiz; são os seguintes:

- 1.º Gado vaccum, lanigero, caprino, cavallar e asinino.
- 2.º Madeiras em bruto.
- 3.º Lenha.
- 4.º Carvão vegetal.
- 5.º Lã em rama.
- 6.º Oleo de palma e de côco.
- 7.º Gommas e resinas.
- 8.º Lichens para tinturaria.
- 9.º Ovos.
- 10.º Leite.
- 11.º Baga de sabugueiro.
- 12.º Cortiça em bruto e preparada.
- 13.º Marmores em bruto.
- 14.º Minerios.
- 15.º Adubos para agricultura.
- 16.º Gado suino.
- 17.º Couros seccos.
- 18.º Pescarias.
- 19.º Azeite de oliveira.
- 20.º Cereaes.
- 21.º Oleo de mendobi e purgueira.

Dos generos que enumerámos são livres de direitos de importação na pauta vigente e na proposta apresentada em côrtes, os que têm os n.º 1 a 15; por isso não podem ser offerecidos para qualquer compensação a pedir. Entre elles figura o gado vaccum, ao qual foi concedida a livre importação de Hespanha, no tratado de 1885, ficando a gosar d'esse beneficio todas as nações a quem haviamos concedido o tratamento de mais favorecidas.

Julgâmos a proposito observar, a similhante respeito, os inconvenientes que poderão resultar de se manter esta ultima franquia.

A nossa exportação de animaes da especie bovina chegou a ser de grande importancia quando elles tinham facil e remuneradora venda nos mercados inglezes.

Então, a entrada livre do gado vaccum de Hespanha para o nosso paiz, favorecia e facilitava uma industria especial, a da criação e engorda; importavamos gado magro e adolescente, que depois exportavamos, quando gordo e adulto, auferindo por este modo grande proveito, não sómente os nossos creadores, mas tambem a agricultura e o commercio interno e externo.

Actualmente, que nos faltam os mercados de Inglaterra, pela concorrência estabelecida ali, e em outros mercados europeus, com o gado oriundo da America e da Australia, é immenso o damno soffrido pela industria nacional. O notavel decrescimento nas transacções d'esta natureza prova-se com os seguintes algarismos, que representam os valores do gado vaccum importado e exportado nos ultimos dez annos:

Annos	Importação		Exportação	
	Rezes	Valores	Rezes	Valores
1877	77:097	1.406:260\$000	16:732	1.262:902\$000
1878	51:409	936:249\$000	15:715	1.293:356\$000
1879	38:446	673:644\$000	15:818	1.354:497\$000
1880	35:108	550:457\$000	17:484	1.349:660\$000
1881	45:813	663:211\$000	14:530	1.079:646\$000
1882	43:070	701:132\$000	24:617	2.079:275\$000
1883	42:859	720:514\$000	23:737	2.018:678\$000
1884	43:412	734:787\$000	19:993	1.702:018\$000
1885	43:624	855:994\$000	10:329	856:651\$000
1886	54:076	1.081:906\$000	6:361	556:825\$000

Quando estes dados não fossem bem eloquentes, outros factos ainda ha que exuberantemente demonstram as difficuldades com que actualmente luctam os nossos creadores. Apparecem nos mercados do paiz tantas rezes adolescentes á venda, que a carne de vitella está pelo mesmo preço do de rezes adultas, e já tem estado por vezes mais barata, o que prova que os creadores preferem vender as rezes adolescentes por preço pouco remunerador a conserval-as para criação.

Continuando as nossas considerações a respeito das circumstancias que se dão nos restantes seis generos que enumerámos, e que constituem o commercio inter-peninsular, temos o gado suino ao qual foi imposta, no tratado, a taxa de 90 réis por cabeça na entrada em Portugal, emquanto que o exportado do nosso paiz para o reino vizinho vae pagar ali 1\$578 réis por cabeça!

A similhante respeito as reclamações dos creadores alemtejanos têm sido tão frequentes e notorias, que escusado será referir que a falta de reciprocidade, pelo menos n'este ponto, é insustentavel, sem grande damno para a industria nacional.

Entre os generos que enumerámos estão os couros seccos. A nossa exportação d'esta mercadoria para Hespanha é pouco importante; para accentuar esta affirmacão bastará referir que a nossa exportação total de couros seccos no anno proximo findo de 1886

foi de 97:500 kilogrammas no valor de 20:000\$000 réis. O direito de importação em Hespanha é quasi igual ao nosso, 11 réis em kilogramma, taxa diminuta, como convem para materia prima de industria tão importante como é a da sapataria.

E não resta duvida que grande parte d'esta exportação é para Hespanha, por isso que nos annos abaixo assignados foi:

	Réis	
1885.....	79:466	} kilogrammas no valor de {
1886.....	75:920	
		{ 16:262\$000
		{ 15:221\$000

Tambem é certo que o direito de importação ali (11 réis) e o da proposta da pauta em Portugal (10 réis) são o mais reduzidos possivel, não tendo margem a concessões valiosas; e apesar d'isso são importantes pela receita que produzem. Por todas as razões expostas nos parece dever esta mercadoria ser posta de parte, como base para qualquer estipulação.

As pescarias, genero que segue na lista que apresentámos, são dos nossos productos mais valiosos de exportação para o paiz vizinho, principalmente o peixe fresco e com o sal indispensavel para a sua conservação por ter mais acceitação nos seus mercados. Eis a exportação para Hespanha nos annos abaixo mencionados:

	Réis	
1881.....	7.375:336	} kilogrammas no valor de {
1882.....	6.095:742	
1885.....	4.683:602	
1886.....	7.320:306	
		{ 253:332\$000
		{ 222:867\$000
		{ 142:193\$000
		{ 228:366\$000

N'estes dados se conhece que nos ultimos annos, e na vigencia da convenção actual, não tem augmentado a exportação, o que attribuímos aos factos que vamos expor.

O primeiro é que n'esta mercadoria a Hespanha não concedeu, na convenção realisada, favor algum a Portugal. Na pauta hespanhola, classe 12.^a, artigo 237.^o, lê-se:

«Peixe fresco ou com sal indispensavel á sua conservação 100 kilogrammas — 1,50 pesetas (direito geral).»

Reputando o valor da peseta em 188 réis, conforme o estipulado no artigo 42.^o do convenio de transito com a Hespanha, aprovado pelo decreto de 8 de outubro de 1885, achámos 2,8 réis por kilogramma, o mesmo que no tratado luso-hespanhol, aonde vem 2,7 réis, sendo um decimo do real a differença resultante da redução.

O segundo motivo de descrescimento na saída de peixe para a fronteira é a circumstancia de, nos ultimos annos, ter no nosso paiz adquirido grande importancia a fabricação de conservas de peixe nos nossos mercados, com preços mais remuneradores.

Podemos, portanto, affirmar que, para esta nossa exportação, o regimen geral da Hespanha offerece-nos o mesmo que o convencional, sem nos obrigar a compensação.

E tambem entendemos conveniente acrescentar, pelo que diz respeito aos outros estados em que o peixe póde ser importado, que o paiz vizinho, na pauta do tratado com a Suecia e Noruega, estipulou o direito de 11 pesetas por 100 kilogramma (ou 20,6 réis por kilogramma) á importancia do peixe salgado, preparado ou de escabeche.

A importação de azeite de Hespanha foi, nos annos abaixo mencionados a seguinte:

	Réis	
1880.....	184:800	} decalitros no valor de.. {
1881.....	26:617	
1882.....	15:642	
1885.....	382	
1886.....	30	
		{ 248:454\$000
		{ 42:113\$000
		{ 23:811\$000
		{ 570\$000
		{ 53\$000

Por estes dados estatísticos se reconhece que a importação do azeite hespanhol tem descido successivamente, sendo quasi nulla no anno proximo passado, apesar de ser aquelle em que já vigorou a taxa convencional de 500 réis, em vez de 700 réis por decalitro, conforme tinha sido decretado em 1882.

O azeite tem decaído successivamente de importancia, porque tem sido substituido nas suas diversas applicações por outros productos. Os oleos mineraes e o gaz afastaram-n'o do seu emprego na illuminação; a oleina e os oleos vegetaes são hoje os apropriados ás machinas e ao sabão; emfim, só aos usos culinarios está hoje adstricto o azeite de oliveira.

Talvez por uma certa falta de cuidado com que este genero se fabrica n'algumas das nossas provincias, nunca elle teve acceitação para a industria das conservas de peixe; por isso importâmos de Italia e de França o que se carece para esse fim.

Todas estas causas, mais de que a concorrência estrangeira, tem produzido uma decadência ruinosa n'este ramo outr'ora muito valioso da nossa industria agricola. Estas rasões estão aconselhando toda a prudencia em não diminuir o direito d'este producto.

**Exportação de azeite nacional, nos annos
abaixo designados**

Annos	Hectolitros	Valor em contos de réis	Annos	Hectolitros	Valor em contos de réis
1867.....	679:270	1:233	1877.....	124:770	334
1868.....	194:813	422	1878.....	204:290	350
1869.....	252:999	282	1879.....	72:870	109
1870.....	167:766	307	1880.....	48:012	90
1871.....	589:640	983	1881.....	61:990	108
1872.....	581:907	1:016	1882.....	64:931	101
1873.....	425:901	667	1883.....	98:643	141
1874.....	242:168	364	1884.....	146:879	248
1875.....	431:705	482	1885.....	151:089	225
1876.....	377:902	476	1886.....	70:471	86

Para se reconhecer a importancia que tem o azeite estrangeiro entre nós na industria das conservas, bastará referir que a sua importação total foi nos dois ultimos annos:

Réis		
1885.....	44:119	} decalitros no valor de.. {
1886.....	64:397	
		70:000\$000
		124:000\$000

Já vimos que as quantidades importadas de Hespanha n'esses mesmos dois annos foram respectivamente apenas de 570\$000 e 53\$000 réis, isto é, quasi nullas; portanto o restante, que procede da França e Italia, foi empregado nas conservas.

A importação de cereaes e farinha de Hespanha nos annos abaixo mencionados foi:

Designação	Annos	Kilogrammas	Réis	Designação	Annos	Kilogrammas	Réis
Trigo.....	1880	721:682	34:902,000	Cevada	1880	1.444:054	46:211,000
	1881	1.140:381	50:988,000		1881	2.232:094	67:996,000
	1882	474:565	22:252,000		1882	108:089	4:016,000
	1885	11:466	519,000		1885	337:755	9:708,000
	1886	286:906	11:615,000		1886	120:593	3:228,000
Milho.....	1880	269:316	9:348,000	Aveia... ..	1880	20:763	611,000
	1881	127:619	8:262,000		1881	81:103	7:295,000
	1882	231:893	5:295,000		1882	54:861	1:744,000
	1885	1:824	43,000		1885	1:980	43,000
	1886	1:078	32,000		1886	87:907	1:965,000
Centeio.....	1880	2 262:731	104:136,000	Farinha ...	1880	14:905	761,000
	1881	692:054	22:569,000		1881	36:717	2:682,000
	1882	103:089	4:016,000		1882	78:082	4:599,000
	1885	6:181	179,000		1885	3:036	154,000
	1886	88:088	3:801,000		1886	7:199	349,000

Como vimos, é insignificante a importação de cereaes do paiz vizinho. Ainda que fosse importante, não podiam ser estes generos considerados em qualquer convenção, para se lhes diminuirem os direitos de entrada. Não carece, pois, de ser demonstrada a nossa affirmativa. Aos que menos lidam n'estes assumptos, não é licito ignorar que no nosso paiz existe uma crise agricola, pelo que diz respeito ás industrias cerealiferas; os productores queixam-se, julgando, nos parece, erradamente, que a sua solução ha de surgir, de se evitar a concorrência de cereaes estrangeiros; entretanto o governo manda proceder a inqueritos, e augmenta os direitos, na proposta da pauta, em muitos dos productos d'essa industria.

N'estes termos a questão é grave, porque a ella se prende a da alimentação publica e a dos interesses dos nossos agricultores. Toda a proposta de diminuição de taxas n'estes generos, alem de pouco opportuna, seria anti-politica.

O oleo de purgueira e de mendobi, citado entre os generos que enumerámos, porque d'elles se tratou em alguns documentos diplomaticos da projectada convenção com a Hespanha, nenhuma importancia têm; o pouco que o paiz produz actualmente acha facil venda e muito emprego no mercado interno.

Referimos o motivo por que não podiamos considerar apropriados a servir de base para qualquer convenção especial a realisar com a Hespanha, os generos e mercadorias que apparecem especificados nas nossas pautas convencionaes; menos apropriados seriam os generos alimenticios que têm direitos fiscaes. Enumerámos os que figuram na actual convenção, ou que têm sido assumpto das negociações entabelladas com a Hespanha para a realisação de projectadas convenções, e ácerca d'estes fizemos as considerações que antecedem.

Antes de enunciarmos definitivamente a nossa opinião ácerca do que mais conviria na actualidade, pareceu-nos util e indispensavel, para o mais completo estudo d'esta questão, darmos idéa dos tratados de commercio que a Hespanha tem realiado, e dos principaes generos que figuram nas pautas especiaes dos convenios que as têm, devendo notar-se que em todas existe a clausula de tratamento da nação mais favorecida; e por isso as pautas especiaes e os direitos n'ellas consignados para as differentes mercadorias aproveitam a todos os paizes que em seguida enumerámos:

Allemanha, termina o convenio em 30 de junho de 1887.

Annam, termina o convenio em 26 de setembro de 1890.

Austro-Hungria, terminou o convenio em 29 de março de 1887.

Belgica, o praso é indefinido.

China, o praso é indefinido.

França e Argel, termina o convenio em 1 de fevereiro de 1892.

Ilhas Hawaianas, o praso é indefinido.

Marrocos, idem.

Russia, idem.

Portugal, termina o convenio em 30 de junho de 1887.

Gran-Bretanha e Irlanda, termina o convenio em 30 de junho de 1892.

Sião, o praso é indefinido.

Suecia e Noruega, termina o convenio em 1 de fevereiro de 1892.

Suissa, termina o convenio em 30 de junho de 1887.

Venezuella, termina o convenio em 19 de setembro de 1887.

Têm pautas especiaes os convenios dos seguintes paizes:

Belgica.— Os direitos fixados especialmente para a importação em Hespanha dos productos belgas, comprehendem: papel continuo sem colla ou com meia colla para impressão; papel para escrever; couros cortidos, pintados ou envernizados; machinas e locomotivas a vapor.

Austria-Hungria.— A importação em Hespanha é tributada com direitos convencionaes: obras de vidro e de crystal: gadanhos e foices; canhamo em rama ou fio; tecidos de canhamo ou linho, sarjados; papel chamado de seda; aduellas: tábuas, vigas ou travessas para caminhos de ferro; madeira ordinaria em obra, seja ou não torneada, pintada, em molduras ou moveis; botões de todas as qualidades, excepto os de ouro ou prata.

França.— A pauta B annexa ao tratado, para a importação em Hespanha, especifica as seguintes mercadorias: tijolos, manilhas e telhas para construção; vidro fino, ordinario e crystal em obra, vidro e crystal com lume; vidro para olhos e relógios; louça de barro; louça de porcellana; ferro em obras simples e envernizadas, polidas, douradas, ou com guarnições de outros metaes; folha de Flandres em obra; cobre e latão em pregadura e fio; cobre em tubos e peças grandes; cobre e latão, e as suas ligas em quinilherias; zinco em obra; parafina, stearina, cera e espermaceti em massa e em obra; perfumaria e essencias; tecidos de algodão, crus, brancos, lisos ou lavrados, estampados, sarjados, transparentes, abertos, acolchoados; velludos e todos os tecidos para vestuario; tules; crochets; rendas; tecidos de algodão em obra; tecidos de linho; tecidos de lã; tecidos de seda; tecidos mixtos; papel de todas as qualidades; livros encadernados; madeira ordinaria em objectos de todo o genero; madeiras finas em moveis; pelles cortidas de todas as especies; luvas; calçado; pelles em obra; plumas em obra; pianos; manteiga; vinho; conservas alimenticias; doces; bijouterias, excepto ouro ou prata; botões, excepto os de ouro ou prata; jogos; guardas-chuva; passamanerias de todas as qualidades; chapéus e bonets simples e guarnecidos.

Suecia e Noruega.— A pauta convencional especifica as mercadorias que se seguem: resinas, breu, asphalto e betumes; vidro ordinario; ferro fundido em tubos; ferro em bruto; ferro e aço em pregadura e parafusos; ferro e aço em barras e chapas, eixos e molas para vehiculos; arame de ferro e aço; ferro e aço em pregadura e parafusos, ainda que tenham cabeça de latão; cutellaria de toda a especie; oleo de fígado de bacalhau purificado; papel para impressão e para embrulho; madeira em tábua, ou já preparada para soalhos, portas e janellas; vigas, barrotes e madeiras para construção na-

eira ordinaria em qualquer obra, ainda que seja torneada, pintada, envernizada da; phosphoros de madeira; pastas de madeira para papel; oleos de peixe; desanimaes não classificados, machinas agronomicas e motores a vapor; bacalhan secco; pescarias salgadas ou de escabeche; aguardente; cerveja e cidra.

sa.— O respectivo tratado estabelece direitos especiaes para extractos para tintas; vernizes; cores e tintas em pó ou pedra; cores preparadas; tecidos de algodão de crochet; esparto, crina vegetal; junco, palha e palma em obra; machinas e motores, incluindo as caldeiras a vapor; machinas e cardas para as indusstrias alimenticias, fculas; pão, bolacha commun e farinha espoada.

manha.— Obteve direitos convencionaes para os rails de ferro e aço; arame de go; cores extraídas da hulha; teias metallicas; pelles cortidas; machinas agricolas; noveis; aguardente.

a.— Tem beneficio para a importação em Hespanha, das mercadorias seguintes: jaspe e alabastro, em bruto ou em pedaços, desbastados ou em laminas; ditos; louça; porcellana; maná; quina; enxofre, alambre; pavios phosphoricos de chamo em rama e sedado; dito em fio; cordas; tecidos de seda, lisos e lavrados e pellucias de seda; tecidos de borra de seda; velludos mixtos de seda e getaes; ditos com lã; papel para impressão, escrever e para forrar casas, empenha lã; prata, oiro ou crystal; aduellas; carvão vegetal; palha em obra; arroz a ou descascado; conservas alimenticias; doces; massas para sopas; bijouterias e coral; caoutchouc em laminas, tubos e obras; passamanerias de todas as qua-

importação dos productos de Hespanha está sujeita ao seguinte regimen em Por-

em bruto não especificados.....	Livres
asco ou com sal indispensavel para a sua conservação (1 kilogramma) 2,7 réis	
prensada e salgada (1 kilogramma).....	3,6 »
lemais peixe, salgado, preparado ou de escabeche (1 kilogramma)....	9
tescas e seccas (1 kilogramma).....	3,6 »
oliveira (decalitro).....	500 »
cum, ovino e caprino.....	Livre
o, por cabeça.....	90 »
m bruto e em pranchas.....	Livre
m rolhas (1 kilogramma).....	9 réis
ama, sujas e lavadas.....	Livres

o se verá, poucos são os generos e productos que deixam de estar enumerados nas convencionaes que a Hespanha tem realisado com diversos paizes; e n'essas em como na primeira columna da sua pauta geral (direitos applicaveis a nações atantes), as taxas attribuidas a cada artigo, comparadas com as que tributam os artigos. tanto nas nossas pautas convencionaes, como na geral, são muito infe-

ção figuram nas pautas convencionaes com a Hespanha os gados, cereas e al-ros, que têm n'aquelle paiz direitos fiscaes — assucar, cacau, etc.

sentados os dados que podemos colher no curto espaço de tempo que tivemos estudo, alguns dos quaes foram fornecidos pela secretaria d'este conselho, e

como deducção das considerações expostas, somos de parecer que por fôrma alguma seria conveniente, para os nossos interesses fiscaes e económicos, a renovação do actual convenio com a Hespanha. Basta ponderar, tornâmos a dizel-o, a falta de compensação que n'elle existiu para os gados; o estado d'essa nossa industria em Portugal; e saber-mos que a Hespanha, n'este assumpto, não faz concessões, porque ellas aproveitariam á França.

Estamos convencidos que da ausencia do tratado commercial e do estabelecimento do regimen commum, como *modus vivendi* com a Hespanha, nos não resultaria desvantagem fiscal. Sendo, porém, certo, que outras rasões, e muito ponderosas, poderão existir, que aconselhem a conveniencia de estabelecer uma convenção commercial com o reino vizinho, n'este caso julgâmos que deve ser feita só e restrictamente para o uso das vantagens concedidas pelo titulo de *nação mais favorecida*, isto é, applicação da segunda columna da pauta hespanhola a Portugal, e concessão das pautas convencionaes, por nossa parte, á Hespanha.

Resta-nos responder ao quesito, que se nos apresenta, ácerca da conveniencia que resultaria de se negociar com a Hespanha: «que as mercadorias com destino áquelle paiz que viessem a Lisboa, e seguissem em transito, pagassem em Portugal os direitos que lhes competissem pela pauta hespanhola, e estes, depois de abatidas as despezas de transporte, descarga, trafego e outras, fossem restituídos á Hespanha, comprovada que fosse a entrada das mercadorias ali».

Este assumpto por certo se liga mais ao convenio de transito do que ao de commercio e navegação.

O tratado de transito com a Hespanha de 27 de abril de 1866, e regulamento de 7 de fevereiro de 1877, fizeram parte da convenção de 12 de abril de 1883, com a Hespanha, no artigo 12.º

Entendemos que o convenio de transito deve subsistir separado da convenção commercial, devendo similhante assumpto ser regulado por fôrma que não se dêem os abusos, de que elle tem sido accusado perante os corpos legislativos, e por fôrma que as duas partes contratantes cumpram aquillo a que se obrigaram, e as estipulações não obriguem só uma d'ellas.

O transito nos annos abaixo foi:

De Hespanha para Portugal:

1882.....	3.059:776\$000
1885.....	757:481\$000
1886.....	74:027\$000

De Portugal para Hespanha:

1882.....	814:663\$000
1885.....	387:501\$000
1886.....	1.994:498\$000

Nos valores de 1886 está comprehendido o de 770:800\$0000 réis de barras de prata vindas de Inglaterra.

Os valores do transito de Hespanha para Portugal têm diminuido desde que cessou o movimento dos minerios que d'aquelle paiz vinham embarcar em Lisboa, não servindo o convenio senão raramente para os productos estrangeiros com destino a Portugal que tenham de atravessar a Hespanha, não havendo assim reciprocidade de interesses.

as alfandegas, dos direitos de mercadorias destinadas a Hespanha, e sómente seria pautas dos dois paizes fossem iguaes. Absolutamente dissimular que o resultado de tal cobrança seria complicarem-se os serviços muito prejudicado poderia ficar o nosso thesouro. O transitante circumstancias seria nocivo ao regimen fiscal dos dois paizes. A origem de serias discussões, o que muito convem evitar entre os dois paizes, pois, é que o assumpto de que se trata não pôde nem qualquer estipulação internacional.

Superior das alfandegas, 7 de maio de 1887. — *Luiz de Almeida Ferreira Pinto Basto* — *Antonio de Sousa Pinto de Magalhães*,

B

do conselho superior das alfandegas

Esta Magestade que o conselho superior das alfandegas emittisse a decisão de renovar ou não o tratado de commercio com a Hespanha, no dia 30 do proximo futuro mez de junho.

Logo, reuniu o mesmo conselho, em sessão extraordinaria, e a comissão composta de tres vogaes, que, estudando attentamente um parecer para servir de base á discussão.

, pois, presente o parecer da referida comissão, o qual, tendo sido distribuido a todos os vogaes, serviu effectivamente para que se trata.

As foram então unanimemente approvadas:

renovar o tratado de commercio com a Hespanha, e de se estabelecer como *modus vivendi*, não resultará desvantagem fiscal para o

se não ponderosa aconselhar, porém, a conveniencia de estabelecer o commercio com a nação vizinha, deve ser feita só e restrictamente concedidas pelo titulo de «nação mais favorecida», isto é, apenas da pauta hespanhola a Portugal, e concessão das pautas de parte, á Hespanha;

o de transitante deve subsistir separado da convenção commercial, e de tal modo que não se dêem os abusos que a tal respeito os corpos legislativos, e de maneira que as duas partes concordem com as condições a que se obriguem.

Logo necessario expor os motivos em que se fundou para approvarem acham exarados no parecer que adjunto é elevado á presença de V. Magestade, porém, conveniente submeter tambem á esclarecida apreciação de V. Magestade a seguinte indicação, embora implicitamente ponderada no

no caso, de se realizar uma nova convenção commercial entre os dois paizes, nos termos da segunda conclusão, se obriguem os dois paizes de commercio, que celebrarem de futuro com quaesquer potencias, Portugal poderá conceder á Hespanha e reciprocamente a Hespanha poderá conceder a Portugal, e reciprocamente a Portugal, as mesmas pautas, que não serão obrigatoriamente extensivas ás outras nações, a gozar o tratamento de «nação mais favorecida».

e quanto o conselho tem a honra de expor a Vossa Magestade, que resolverá como entender melhor.

Deus guarde a preciosa vida de Vossa Magestade, como todos os portuguezes havemos mister.

Sala das sessões do conselho superior das alfandegas, em 16 de maio de 1887. — *Delfim de Almeida* = *Augusto Cesar Ferreira de Mesquita* = *Luiz de Almeida e Albuquerque* = *Antonio de Sousa Pinto de Magalhães* = *José Luiz Quintella Emauz Gonçalves* = *Eduardo Ferreira Pinto Basto* = *F. Mattozo Santos* = *Ernesto Madeira Pinto*.

N.º 52

DO MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS AO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 26 de maio de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a a inclusa consulta (documento A) dirigida a Sua Magestade pelos conselhos superiores de agricultura e do commercio e industria, mandados ouvir pela regia portaria de 25 de abril ultimo, expedida por este ministerio, sobre a conveniencia de renovar ou modificar o tratado de commercio com a Hespanha, ratificado por decreto de 20 de agosto de 1885 e que deve vigorar até 30 de junho do corrente anno.

Deus guarde, etc.

A

Consulta dos conselhos superiores de agricultura, de commercio e industria

Senhor. — Ordenou Vossa Magestade que os conselhos de agricultura e do commercio e industria, reunidos, emittissem parecer ácerca da conveniencia de renovar ou modificar o tratado de commercio celebrado entre Portugal e Hespanha.

Os mesmos conselhos, tendo tomado em consideração as condições naturaes de produção agricola em Portugal e Hespanha, que são identicas, a natureza dos principaes generos que constituem o commercio reciproco dos dois paizes, e o estado actual da nossa agricultura, cuja crise, que principiára por se manifestar na cultura cereal, se estende já e muito notavelmente á industria pecuaria, tanto de criação como de engorda, entendem que a renovação do tratado teria para a agricultura nacional a mais perniciosa influencia, como se está já notando, e que na actualidade será talvez preferivel voltar ao *statu quo ante*, isto é, ao regimen da pauta geral.

Os principaes artigos, que constituem o commercio entre os dois paizes, são as produções agricolas, e ainda, por parte de Portugal, as pescarias, e sendo para as produções agricolas que mais conviria a Portugal reservar no tratado direitos protectores, ou, pelo menos, uma perfeita reciprocidade, é comtudo para elles, que o tratado dá á Hespanha as maiores vantagens, como, por exemplo, a entrada livre, ao passo que para Portugal, restando apenas o tratamento de nação mais favorecida, ficam ainda direitos que, para alguns artigos muito importantes, são superiores e muito aos da pauta geral portugueza.

É assim que o primeiro ramo de commercio reciproco dos dois paizes «animas vivos», que, por exemplo, no periodo de 1878-1881, apresenta uma media de 873:969/750 réis, por parte da importação dos gados hespanhoes em Portugal, e a media de 446:543/000

, paga direitos muito
e tabella:

Hespanha

128,30 pesetas = 23\$094
1 pesetas = 6\$670 réis.

ucção pecuaria serem
anhol em Portugal, e
não haja grandes dif-

ortação de gado gordo
em Portugal, e que,
nuito a importação de
os seis annos, aquelle
o de 1886; quando o
do bovino tem menos
recio com a Hespanha
cadencia muito rapida

vino, e importou ape-
tria da engorda ainda
n apenas 700:989\$000

quentes.
entico facto, isto é, a
bem em 1886, em que
185\$000 réis. Em to-
nportação, sendo, por
le valor de gado suino
ias pagou 90 réis por
, pela mesma unidade.

a nossa importação a
\$000 réis. Nos restan-
cedêra a 789:748\$000
endo attingido o valor
das lãs em Portugal é
or cada 100 kilogram-
vendo favor para Por-
sua pauta para as lãs.
ordem; os direitos são
700 réis por decalitre

nas alfandegas portuguezas, e apenas 2,3 pesetas ou 414 réis por 10 kilogrammas, ou proximamente 11 litros, nas hespanholas ha um favor de 300 e tantos réis para o decalitro de oleo de algodão, que de Hespanha porventura venha misturado com o azeite hespanhol. Isto póde facilitar a adulteração do azeite, que Hespanha exporta para Portugal; tem ainda outro inconveniente mais importante; sendo que, ao mesmo tempo que em Portugal se não póde adulterar o azeite, por ficar muito caro o oleo de algodão com o direito prohibitivo de 700 réis, a Hespanha póde enviar em transito os seus azeites adulterados, portanto, mais baratos, em vasilhas, que não se distingam das nossas, a embarcar nos nossos portos, concorrendo em preço com o azeite portuguez e desacreditando-o nos mercados estrangeiros, onde vão vender-se tomando o nome e o logar do nosso.

Para os vinhos hespanhoes estabelece o tratado o mesmo direito, que pagam os vinhos francezes ou os inferiores, que venham a estabelecer-se para outra nação; mas impõe a condição de que não pagarão maiores impostos ou direitos interiores de caracter geral que os actualmente estabelecidos, o que poderia em algum caso vir a redundar em favor para os vinhos hespanhoes ainda mesmo ao lado dos nossos.

Portugal e Hespanha são paizes igualmente productores de cortiça; que razão haverá, pois, para a cortiça portugueza pagar em Hespanha 0,90 pesetas por 100 kilogrammas, quando á hespanhola é garantida a entrada livre em Portugal?

Finalmente, entendem os conselhos que pelo tratado se não deve facilitar nos dois paizes as importações dos generos, que n'elles constituam igualmente produções naturaes e importantes, sobretudo quando não haja uma perfeita e absoluta reciprocidade, mas sim em cada um a importação dos generos, cuja produção não tenha e não possa ter importancia n'esse paiz, mas constitua uma especialidade do outro.

Os gados, as lãs, a cortiça, os cereaes, os vinhos, o azeite e outros generos agricolas, constituem produções naturaes e importantes, tanto em Hespanha como em Portugal, e que qualquer dos paizes não póde lançar livremente nos mercados do outro sem affectar consideravelmente a produção d'esse outro, mórmente quando não haja aquella perfeita reciprocidade.

É para as produções especiaes de cada paiz, que, a fazer-se novo tratado, o outro póde fazer concessões, pedindo-as ao mesmo tempo para as suas proprias produções especiaes.

É este o parecer dos conselhos; julgam estes que os factos, que deixam apontados, constituem para elle base sufficiente.

Vossa Magestade, porém, resolverá o que for servido.

Sala do conselho superior de agricultura, em 25 de maio de 1887. = *Elvino de Brito* = *Antonio Maria de Carvalho* = *Alfredo Mendes da Silva* = *João Ignacio Ferreira Lapa* = *Carlos de Lima Mayer* = *João de Sousa Calvet de Magalhães* = *Alfredo de Villanova de Vasconcellos Correia de Barros* = *Salvador Augusto Gamito de Oliveira* = *Alfredo Carlos Alves*.

N.º 53

DO MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS AO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 27 de maio de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Devendo terminar no dia 30 de junho proximo futuro o tratado de commercio com a Hespanha, e sendo possivel que se julgue de conveniencia abrir negociações sobre a mesma materia com o referido paiz, cumpre-me chamar a attenção de v. ex.^a para as disposições do artigo 8.º do tratado actual sobre propriedade industrial e commercial, cujo texto conviria alterar, preceituando:

gal e a Hespanha fizerem parte da união para a protecção subditos de cada um dos dois estados contratantes gosarão os privilegios de invenção, aos desenhos ou modelos industriaes de commercio e ao nome commercial, das vantagens assignada em Paris em 24 de março de 1883 e nas convenções, que actualmente regem ou no futuro regerem a referida

dos dois paizes contratantes deixar de fazer parte da união, não em Hespanha, no que respeita aos privilegios de invenção industriaes, ás marcas de fabrica ou de commercio e aos ens que as leis hespanholas concedem actualmente ou contraes, e que de igual modo os subditos hespanhoes gosarão aos mesmos objectos, das vantagens que as leis portuguezas cederem no futuro aos nacionaes;

e os subditos de cada um dos dois paizes terão no outro a mesma e o mesmo recurso legal contra qualquer offensa feita do cumprimento das formalidades e das condições impostas interna de cada estado.

o fim harmonisar os preceitos do novo tratado de commercio com a Hespanha, com as disposições da convenção de propriedade industrial e commercial e com as dos accordos que se adoptarem para alteração ou ampliação dos preceitos, tendo ao mesmo tempo a hypothese de Portugal ou a Hespanha, a convenção de março de 1883.

N.º 54

DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

887. — Ill.^{ma} e ex.^{ma} sr. — Tenho presentes os officios que datados de 19 de fevereiro, 12 de março e 18 de maio do

me v. ex.^a copia da nota que o sr. Moret lhe enviou, mencionação de um tratado de commercio entre os dois paizes, al, que finda em 30 de junho proximo futuro.

principalmente na conveniencia de facilitar as transacções eira, removendo, com maior economia para o estado, embaixem, com beneficio ainda da attenuação do contrabando e am.

este intuito ao pensamento do governo de Sua Magestade commerciaes com a Hespanha em harmonia com o sentimento de cordialidade que o anima para com ella, e de que sabido ser o interprete. Considera elle, pois, de vantagem estabelecer entre si um regimen convencional privativo, no e active o reciproco movimento commercial. As bases pelo governo hespanhol apresentam em muitos pontos difficil sua acceitação por parte do governo portuguez.

em por que são enumeradas, offerce-se-me dizer, com rela-

O tratado de 1883 vigora desde 15 de outubro de 1885. Não é por certo em tão curto espaço de tempo, como o decorrido até hoje, que se podem apreciar os efeitos dos actos d'esta natureza, e os elementos estatísticos para o fazermos nem mesmo abrangem todo esse periodo; mas é fóra de duvida que as condições do commercio dos gados mudaram em Portugal, de modo a converter-se em evidente desvantagem para nós o regimen estabelecido pelo tratado, que ao tempo da sua celebração poderia considerar-se de utilidade nossa. Então, a entrada livre do gado vaccum de Hespanha para o nosso paiz favorecia e facilitava uma industria especial, a da criação e engorda; importavamos gado magro e adolescente, que depois exportavamos, quando gordo e adulto, auferindo por este modo grande proveito, não sómente os nossos creadores, mas tambem a agricultura e o commercio interno e externo.

Actualmente, que nos faltam os mercados de Inglaterra, pela concorrência estabelecida, ali e em outros mercados europeus, com o gado oriundo da America e Australia, é immenso o damno soffrido pela industria nacional. O notavel decrescimento nas transacções d'esta natureza prova-se com os seguintes algarismos, que representam os valores do gado vaccum importado e exportado nos ultimos dez annos:

Annos	Importação		Exportação	
	Rezes	Valores	Rezes	Valores
1877	77:097	1.406:260\$000	16:782	1.262:902\$000
1878	51:409	936:249\$000	15:715	1.293:356\$000
1879	38:446	673:644\$000	15:818	1.354:497\$000
1880	35:108	550:457\$000	17:434	1.349:660\$000
1881	45:813	663:211\$000	14:530	1.079:646\$000
1882	43:070	701:132\$000	24:617	2.079:275\$000
1883	42:859	720:514\$000	23:737	2.018:678\$000
1884	43:412	734:787\$000	19:993	1.702:018\$000
1885	43:624	855:994\$000	10:329	856:651\$000
1886	54:076	1.081:906\$000	6:361	556:825\$000

Quando estes dados não fossem bem eloquentes, outros factos ainda ha que exuberantemente demonstram as difficuldades com que actualmente luctam os nossos creadores. Aparecem nos mercados do paiz tantas rezes adolescentes á venda, que a carne de vitella está pelo mesmo preço da de rezes adultas, e já tem estado por vezes mais barata, o que prova que os creadores preferem vender as rezes adolescentes por preço pouco remunerador a conserval-as para criação.

Com relação ao gado suino, as estatisticas mostram que houve na vigencia do tratado uma diminuição sensível na sua exportação e que a importação augmentou de um modo notavel.

Fazem estes factos sobressair a anomalia da differença dos direitos de importação que o tratado estabeleceu nos dois paizes, e que motivára os clamores dos creadores de gado no paiz contra aquelle acto qte, diminuindo por um lado com a redução dos direitos a protecção á sua industria, não removia por outro o impedimento na entrada dos seus productos em Hespanha, resultante da elevação dos mesmos direitos ali.

As circumstancias que ficam referidas aconselham o governo a marchar com toda a prudencia no caminho liberal que Portugal têm seguido, e a alcançar uma perfeita igualdade e reciprocidade nos direitos de importação a estabelecer nos dois paizes, e tanto peso dá elle a esta ultima necessidade, que considera indispensavel attendel-a, não só no novo acto definitivo que se ajuste, como no *modus vivendi* provisorio que, de accordo entre os dois governos, tenha de mediar até então.

ção dos direitos, já tão baixos, sobre a importação na forte opposição no paiz. Já n'este sentido se proeal das alfandegas e os conselhos de agricultura e otecção em que se baseiam são até certo ponto at-o serão na epocha presente, em que a industria pe-agricultura, está passando por uma crise difficil, a têm conseguido até agora, dar remedio adequado. que a reciprocidade se estabelecesse, tomando por de vigorar em Portugal depois de approvada a re-mento, os quaes pelo seguinte quadro se pôde ver n Hespanha.

Em Portugal Direitos da proposta do governo	Portuguez em Hespanha Direitos da pauta
Livre	13,80 pesetas = 28484 réis.
"	Castrados mais de marca 128,30 pesetas = 238094 réis, outros e eguas.
90 réis	8,45 pesetas = 18521 réis.
Livre	19,60 " = 38528 "
"	1,40 " = 252 "
"	8,40 " = 18512 "
"	1,40 " = 252 "

Os pedido e insistido por tantas vezes pela abolição gora, quando essa liberdade nos é proposta, pôr em Hespanha offerecer qualquer difficuldade na reciprocidade *na liberdade completa no trafego dos gus paizes*, que faz objecto da base 1.^a offerecida pelo

, sem que, em virtude do tratamento da nação mais outra nação (circumstancia allegada pela Hespanha pelo tratado de 1883), o governo acceitará o alvitre mais interessado n'essa exclusão, lhe queira offere-nte condição indispensavel.

Veja a sua leitura e as considerações com que v. ex.^a

se pretende estabelecer dentro da peninsula se re-roposta se pôde entender, a todos os productos es-a Portugal e Hespanha, e se os direitos se não re-stituirem receita d'aquelle em que forem cobrados, referir da redacção da mesma proposta, teremos ape-ois paizes a igualdade dos direitos sobre esses pro-isa para que não possa haver preferencia de um porto a corrente commercial que hoje existe.

eraveis productos que fazem objecto do commercio aizes uma igualdade de direitos que deixe collocados do ponto de vista fiscal, já do proteccionista, os e peculiares as circumstancias das suas industrias a presença das pautas se vê por que modo diverso

procuraram ambos, em harmonia com a sua respectiva situação, acautelar suas industrias da concorrência dos productos estrangeiros, e auferir por outro lado receita da sua entrada. A igualdade teria pois de obter-se com sacrificios que trariam uma perturbação certa nas condições economicas e financeiras de um dos dois paizes; o que para Portugal teria actualmente graves consequencias, mesmo quando lhe fosse dado fazer adoptar pela Hespanha a sua pauta, hypothese aliás de todo o ponto improvavel, visto o regimen convencional que hoje liga a propria Hespanha com outras nações. O movimento pelas fronteiras seria obtido a custo de desvantagens por outro lado, e não se manteriam de certo as correntes commerciaes que hoje existem, e que o sr. Moret deseja não prejudicar.

Mas, se, por estes motivos, a base proposta se tornaria para já de difficil, se não mesmo de impossivel execução pratica, outros, muito ponderosos tambem, obstaríam por si a que a podessemos admittir, tendo os direitos cobrados de ser repartidos entre os dois paizes na proporção da população ou por outra fórma. Esta operação constituiria então acto proprio de uma liga aduaneira, e a esta são, como v. ex.^a sabe, tão pouco favoraveis a opinião e o sentimento do paiz, que consideraria por minha parte muito prejudicial para as relações entre os dois estados, que pretendemos melhorar, o estabelecer n'este ou n'outro caso sobre ella qualquer discussão.

Se como productos exóticos o sr. Moret quiz reputar apenas, como v. ex.^a suppõe, os de produção estrangeira, importados na peninsula, que não tenham similares na produção de cada um dos dois paizes e das suas colonias, a proposta, conservando em principio toda a sua importancia na parte que diz respeito á fórma da distribuição dos direitos, perde-a completamente sob os outros aspectos pela pequena importancia relativa da qualidade e quantidade dos productos importados que poderá abranger. Alem do petroleo e outros oleos mineraes, poucos productos com valor, sob o aspecto da base proposta, se poderão encontrar que não tenham similares nos dois paizes ou nas suas colonias.

Sobre esta base entende portanto em conclusão o governo que se torna previamente preciso aclarar o seu sentido; que, tendo a significação que primeiro lhe dou, não póde ainda assim ser attendida no tratado que haja de celebrar-se, por depender do estudo e da modificação do regimen convencional de Portugal; e que, a ter outra que se lhe póde attribuir, levantaria contra si as graves objecções acima referidas.

A base 3.^a levanta tambem as duvidas que v. ex.^a com tanta rasão adduz no seu officio. Effectivamente, a limitada receita do direito sobre um artigo não explica por isso a sua inutilidade nem póde determinar a sua eliminação. Creio haver motivo para estudo sobre quaes os productos que, sem inconveniente para os interesses especiaes de cada paiz, se poderiam isentar de direitos no commercio da fronteira.

Devo, porém, dizer a v. ex.^a que das mercadorias para as quaes, nos officios citados por v. ex.^a, de 22 de outubro de 1877 e julho de 1879, se propunha a abolição de direitos, se acham livres actualmente pela proposta da reforma da pauta submettida ao parlamento as seguintes: gado vaccum, leite, ovos, adubos para a agricultura, madeira em bruto, cortiça, lenha, carvão vegetal, hortaliças verdes e seccas, legumes verdes, e ainda outros que são ou se tem presumido poderem ser objecto do commercio de fronteira com Hespanha, taes como o gado lanigero, caprino, cavallar e asinino, oleo de palma e de côco, gomas e resinas, lichens para tinturaria, baga de sabugueiro, marmores em bruto e minerios; não correspondendo a Hespanha a estas reduções com regimen semelhante sobre estes artigos e sobre outros ainda, como, por exemplo: a lã e a cortiça.

Com respeito á lã, dão-se os seguintes factos:

Elevou-se em 1886 a nossa importação a 1.346:708\$000 réis, tendo sido a exportação tão sómente de 155:178\$000 réis. Nos cinco annos anteriores nunca a importação excedêra a 789:748\$000 réis (1881), nem a exportação desceu de 123:771\$000 réis (1884), tendo attingido o valor de 215:181\$000 réis (1882). E, ao passo que a importação das

fazia pagar 12 pesetas por cada 100 kilogrammes de lã lavada, não havendo favor nos seus tratados os direitos da sua pauta

em Portugal, paga o direito de 0,90 pesetas procedente de Portugal.

igualaram-se nos dois paizes; mas a redução rigoravam pela sua pauta foi de nenhum valor, um decimo de real em 100 kilogrammas. por consequência, muito longe de que nos da nossa parte, os meios de facilitar a fiscalização.

o convenio de 5 de outubro de 1885 ficou independente e separado do do tratado de com-

que este convenio, quando tenha completa superioridade e o actual a não tem tido), satisfará N'elle se acha preceituado já o preciso para os do Mediterraneo, em que falla o sr. Moraes as disposições concernentes á navegação rata, quando esta se estabelecer. Sendo ex-accordo previo dos dois governos, o de Sua sua celebração dentro de um curto prazo. a julga necessarias ainda quaesquer modificações para um terceiro paiz através erno acha-se disposto a fazel-as desde já e do tratado de commercio, mas precisa de o governo hespanhol é de parecer recíam

le facilitar o movimento de fronteira, pro- do do *tratado de pesca e navegação*, no sen- paizes.

pesca está escripta e é conhecida de todos. n nas costas do Algarve, alguns dos quaes rba nas relações dos dois estados, trouxe, ctivos governos a concordarem na suppres- tar futuros conflictos.

alternativa, preferiu a abolição da recipro- s propozemos, de que cada paiz regula- s aguas, ficando os subditos de ambas as rial e ás regras que se estabelecessem.

anciava a população do Algarve, tem-se ou quoixa tem subido ao conhecimento do

o Sua Magestade concordar em que se es- um convenio que conta menos de dois an- este periodo o menor conflicto, mas apenas

o tratado de commercio de 1883 o conve- caso continuará sendo exclusivo dos pacio-

naes, passe a ser regido pela legislação propria de cada paiz, deixando de ser-lhe applicaveis as regras com tanta vantagem mutua ajustadas entre os dois estados. Mais conviria que o convenio de pesca se tornasse independente do tratado de commercio, e que, em vez da sua substituição, continuasse elle vigorando, e se procurasse assentar entre os dois governos as bases para a remoção das difficuldades que se têm levantado para a demarcação das aguas maritimas e fluviaes.

Se, propondo a revisão do *tratado de navegação*, o sr. Moret quiz fallar na navegação de cabotagem, de que se occupa o officio de v. ex.^a de 12 de março, tenho a dizer a v. ex.^a o seguinte:

A cabotagem está reservada no continente á navegação portugueza, sendo considerada como tal a effectuada dentro dos limites prescriptos nos decretos de 5 de novembro de 1873 e 23 de dezembro de 1874, limites que comprehendem varios portos nas costas de Hespanha. Nos favores concedidos pelos tratados á navegação em geral está excluida a cabotagem. Se porém a tornassemos commum a Portugal e Hespanha entre os portos da peninsula, ou ampliássemos o tratamento nacional á navegação hespanhola de cabotagem, teriamos de proceder igualmente para com todos os paizes com os quaes nos ligam esses tratados, e assim de certo seria de incontestavel desvantagem para Portugal fazer essa concessão.

Offerece-se-me expor a v. ex.^a n'esta occasião que o governo de Sua Magestade considera de conveniencia prepararem-se os dois estados, para que, na eventualidade de terem de conceder um ao outro favores especiaes, de cuja adopção resultem desvantagens por ter de os applicar a outros, se não vejam obrigados a fazel-o pelo tratamento da nação mais favorecida consignada nos seus tratados. Este fim poder-se-ha alcançar, incluindo cada um nos seus futuros tratados uma reserva semelhante á reserva a favor do Brazil que se encontra nos tratados de Portugal com os diversos estados, ou á que, em relação á Hespanha, existe já no seu tratado com a Suecia e Noruega e na proposta do tratado com a Dinamarca.

Resumindo, direi em conclusão que o governo de Sua Magestade offerece, em substituição á proposta do sr. Moret, como base *para a negociação do novo tratado*:

1.º O estabelecer-se a igualdade e a reciprocidade na taxa dos direitos de importação nos gados vivos pela fronteira, ou a liberdade completa e reciproca, ficando a cargo da Hespanha a resolução do modo de levar a effeito n'um e n'outro caso esta reciprocidade, sem que o beneficio d'ella resultante para qualquer dos dois paizes se torne extensivo a outras nações.

2.º Obrigar-se Portugal, de accordo com a Hespanha, a estudar quaes os productos de importação estrangeira que, sem prejuizo dos interesses peculiares a cada paiz, possam ser igualados na taxa dos direitos a pagar nas alfandegas maritimas da peninsula e nas terrestres de França.

3.º Estudar igualmente quaes as mercadorias que, fazendo objecto do commercio da fronteira e proprio da raia, possam ser importadas livremente, ou ser sujeitas a direitos iguaes e modicos nas alfandegas terrestres.

4.º Obrigarem-se os dois governos a estabelecer, nos tratados que de futuro celebrarem, a reserva de que não ficam comprehendidas no tratamento da nação mais favorecida as vantagens especiaes que um paiz conceda ao outro, com o fim de facilitar o seu commercio de fronteira, ou as vantagens particulares concedidas por um ao outro estado.

5.º Aceitar, para terem a mais prompta realisação, as propostas que o governo hespanhol entenda dever fazer-lhe para dar plena execução ao convenio de transito, tanto no que diz respeito ao trafego pelas vias terrestres, como pelas fluviaes, e aceitar a negociação das modificações a esse convenio que, com o fim de melhorar o transito de, ou para um terceiro paiz, lhe sejam submettidas pelo governo hespanhol.

essa independente do tratado de commercio e prorrogações, por exemplo, e successivamente de anno a anno, obrigando-se os dois governos a resolverem as condições, e a demarcação das aguas, assentando desde logo as

tir esta contra-proposta, terá logar então assentar no texto do novo acto, que póde ser ou:

o do tratado actual, mas com a condição de serem as importações de Portugal, na sua importação em Hespanha pela fronteira estabelecidos em Portugal para importações de Hes-

panha da nação mais favorecida.

ou seja auctorizado, como o hespanhol, para a prorrogação da importação ás camaras, o que exigira, pelo menos, em a quanto possivel breve resposta d'esse governo.

Nossa resposta á proposta do sr. Moret justificou-a elle tivera. Bom será todavia que essa explicação fizesse que por fórma alguma se possa julgar que pretensamos discussão sobre este assumpto.

Em relação ao ponto exposto, das idéas do governo, deverá dirigir ao sr. Moret pela fórma que julgue mais acertada, apoiando-as no estudo e estudo da materia lhe possam suggerir. Nós temos v. ex.^a os elementos para o fazer da maneira com toda a segurança este trabalho.

Adoptado sobre a base de reduções especiaes de direitos de importação em presença da simillhança da producção dos dois países, e reduzidos os direitos da nossa pauta, que não deixam de ser do conselho geral das alfandegas, do qual v. ex.^a contrará v. ex.^a dados para o demonstrar, se for pre-

conveniente a esse governo, convirá que, conferenciando com os termos em que terá de redigir a nossa contra-proposta, base 1.^a

que seja preferida á liberdade completa a igualdade e deverá v. ex.^a attender a que essas taxas poderão da proposta da reforma das pautas, submittida ao sr. ministro das fazendas, e nimo as da referida proposta.

As pautas foi modificada na commissão de fazenda da qual se um direito *ad valorem* sobre os gados.

N.º 55

DECRETO DO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

despacho 31 maio. Proponho conferencia ministro do commercio e commissão de fazenda sobre diversas especies gado base unificação *modus vivendi* ou alternativa trata-

N.º 56

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Telegramma.

Junho, 2 de 1887.— Cinco por cento *ad valorem* sómente sobre gado vaccum e suino. Póde propor alternativa.

N.º 57

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Telegramma.

Junho, 3 de 1887.— Offereça primeiro prorrogação em reciprocidade direito, depois prorrogação reciprocidade liberdade, depois clausula nação mais favorecida.

N.º 58

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Telegramma.

Junho, 3 de 1887.— Primeira conferencia com ministro d'estado. Bases produziram boa impressão e serão acceitas em principio. Aguardo nova conferencia sobre regimen importação gado no *modus vivendi*.

N.º 59

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Madrid, 3 de junho de 1887.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— Tive a honra de receber antehontem de tarde o despacho de 31 de maio, contendo instrucções para responder á proposta do governo hespanhol sobre negociação do novo tratado de commercio, para substituir o actual, que finda em 30 do corrente. Seguindo o processo por v. ex.^a indicado no final do mesmo despacho, propuz ao ministro d'estado uma conferencia, designando o objecto, e d'elle recebi resposta esta manhã, fixando a conferencia para esta mesma tarde. No entretanto procurei, por telegramma a v. ex.^a dirigido hontem, fixar o sentido e obter algumas explicações sobre os termos da nossa proposta ácerca do regimen de importação de gados de Portugal em Hespanha e vice-versa, que deva vigorar durante o praso do *modus vivendi*, ou prorrogação do actual tratado de commercio, ao qual telegramma v. ex.^a se serviu responder com os seus de hontem ás onze da noite e de hoje ás dez da manhã. Do despacho de 31 de maio extrahi a summula das bases que o governo portuguez apresenta como contra-proposta, para d'ellas dar conhecimento ao sr. Moret. Apesar de autorisado pelo segundo telegramma de v. ex.^a a propor, em segundo logar, a livre e reciproca importação de gados, quando a unificação de direitos não fosse acceita, resultando das instrucções ser este o regimen preferido pelo governo, consignei apenas essa proposta, tanto para o regimen provisorio como para o definitivo, reservando para depois proceder

que obtivesse a primeira indicação. A summa de bases extra-
2.ª consta da copia junta (documento A).

logar a conferencia com o sr. Moret, em seguida á qual expedi-
se confirmo:

a com ministro d'estado. Bases produziram boa impressão e se-
Aguardo nova conferencia sobre regimen importação gados no

tura das bases ao sr. Moret, e expor succintamente as razões
governo portuguez a formular a contra-proposta. Accentuei par-
o alcance da base 4.ª, a qual por um lado demonstra o sincero
mez de estreitar relações mercantis com este paiz, quanto o per-
ses e as correntes da opinião, preparando praticamente o terreno
raçando-o de um estorvo, que seria hoje insuperavel em nego-

Tive a fortuna de observar que a leitura das bases e aquellas
favoravel impressão no animo do sr. Moret, impressão que o
manifestou, deixando-me a convicção de que a contra-proposta é
discussão será reduzida a assentar o regimen provisório do mo-

versa sobre este ponto. Acrescentei que a nossa proposta, no
gados, não era inflexivel nos seus termos, mas sim o seria no
de, sem a qual o *statu quo* se torna absolutamente insustentavel,
do de attender as opiniões manifestadas pelos corpos consultivos
ductores, que se consideram prejudicados com a livre importa-
modicos direitos absolutamente iguaes nos dois paizes sobre a
um e suino, podendo continuar livre, mas tambem com perfeita
ção de gado lanigero e caprino. Para o gado vaccum e suino
azenda da camara dos senhores deputados direitos de 5 por cento
base da nossa proposta.

de reflectir que um direito modico, não tanto pela sua impor-
alidades a que obriga, pela necessidade de apresentação nas
sujeição á fiscalisação, não alcançará a vantagem, que se pre-
raiz conflictos entre os povos raianos, tão frequentes por causa
pastagem a linha da fronteira, todavia não repugnou absoluta-
Reservando para uma conferencia posterior a sua opinião defi-
admittindo-se os direitos reciprocos, conviria transformarem-se
ça — pela difficuldade de applicar os *ad valorem* com precisão e
raianas. Sobre esta indicação, que me parece muito sensata,
la a urgencia me diga se póde acceitar-se, como se me afigura
r a negociação na base da unificação de direitos. Como v. ex.ª

depois de amanhã, e a conferencia seguinte terá lugar prova-
a 6, seria muito conveniente munir-me a tempo com instrucções

ulada a nossa proposta n'este sentido: prorogação por um anno
nmercio, consignando-se as bases 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª da contra-
se por protocollo, que é o meio indicado pelo sr. Moret, unifi-
approximadamente 5 por cento *ad valorem* na importação de
liberdade reciproca na importação de gado lanigero e caprino.
muar e asinino, entendo eu não ser da intenção de v. ex.ª esti-
modus vivendi, visto como taes especies não se acham compre-
tratado de 1883, e não seria natural addital-o agora na proroga-

ção por um anno, podendo subsistir, quanto a essas especies, a liberdade de as tributar ou não por parte de cada governo. Rogo, porém, a v. ex.^a se sirva esclarecer-me precisamente a este respeito por via telegraphica.

Uma das observações do sr. Moret, sem com ella impugnar a idéa de redução de direitos em algumas especies e isenção quanto a outras, no regimen provisorio, foi que essa alteração no tratado vigente não cabe na lei de auctorisação para prorogar tratados, e o obrigaria a levar ás côrtes projecto de lei especial. Ao que respondi que semelhante necessidade teria o governo portuguez ainda quando a prorrogação fosse pura e simples; e que esta não teria, no estado actual da opinião, voto affirmativo das camaras. Notei tambem que o mesmo processo teria de seguir-se em ambos os paizes, se, em conformidade da sua proposta, se adoptasse o regimen de completa e reciproca liberdade.

A objecção ou antes hesitação do sr. Moret, cujas idéas são em geral livre-cambistas, e no que respeita a relações mercantis com Portugal se mostram sempre francamente favoraveis a uma perfeita reciprocidade, não tem outra razão de ser senão um certo receio das correntes proteccionistas, que, em geral, e mesmo particularmente no tocante a gados, se tem manifestado recentemente em Hespanha, partindo do partido conservador no parlamento vehementes indicações n'este sentido. Aqui, e não menos que em Portugal, se sentem os males da crise agricola, e a industria pecuaria se lamenta de decadencia. Aqui tambem, como em Portugal, se appella (com mais ou menos bom fundamento) para a protecção aduaneira na importação, pretendendo-se corrigir com ella o mal que deriva da diminuição da exportação proveniente das circumstancias dos mercados consumidores. E tanto assim que hontem no congresso foi apresentado, em nome da minoria conservadora, pelos deputados conde de Tereno e visconde de Campo Grande, um projecto de lei para consideraveis augmentos sob o titulo de *direitos provisorios*, nos de importação de todas as especies de gado, elevando a mais do dobro os do vaccum, quasi ao dobro os do lanigero, a 50 por cento mais os do suino. O governo resiste a esta tendencia, mas pôde até certo ponto temel-a para se abalançar a propor exactamente o contrario — reduções e isenções; e isto sem compensação alguma, e unicamente pelo respeito ao principio, aliás justo, da reciprocidade.

N'estas circumstancias, unicamente para prevenir eventualidades, e em vista do curto tempo de que dispomos para a negociação, occorre-me suscitar a attenção de v. ex.^a sobre a hypothese, não certa, mas possivel, de que razões alheias á vontade d'este governo obstem á acceitação da redução de direitos sobre o gado vaccum e suino e isenção para o lanigero e caprino durante a prorrogação, por um anno, do tratado. Em tal caso seria indispensavel recorrer ao extremo de *tratamento de nação mais favorecida puro e simples*, o que equivale á completa suppressão das concessões da pauta A do tratado de 1883. Essa pauta, é verdade, tem o grave defeito de falta de reciprocidade; mas foi consignada já em um acto internacional, que está ainda vigente. Contra as suas disposições, exceptuando as que dizem respeito a gados, não apparecem em Portugal reclamações. Os seus artigos restantes, declarados livres, como a lã e cortiça, ou com direitos, como o azeite, continuarão livres ou com os mesmos direitos pela recente proposta da pauta pendente em côrtes. Haverá motivo grave, na hypothese prevista, para negar a simples prorrogação, por um anno, de *todas* as concessões da pauta convencional vigente?

Porventura essa pauta poderia continuar no regimen provisorio, com excepção do que respeita aos gados. Para estes poderia admitir-se uma de duas soluções:

1.^a Liberdade para Portugal de tributar a importação dos gados até ao limite do actual direito de importação em Hespanha, o qual não seria augmentado;

2.^a Exclusão dos gados da referida pauta, ficando a cada paiz completa liberdade de tributação.

Ainda assim, e por qualquer d'estes meios, o novo regimen provisorio ficaria supe-

uir; daríamos um passo no caminho da reciprocidade; adquiriridade basta para, dentro das faculdades recobradas, attender, até necessario, aos votos dos productores portuguezes, que se acham

submitter a v. ex.^a estas considerações, rogando se sirva transmitta brevidade, e sendo possível por telegrapho, as suas ordens. só usarei da auctorisação, se fosse concedida, no caso de ver inquir a primeira alternativa, já consignada na nossa proposta, e considerada no telegramma de v. ex.^a de hoje — completa liberdade, — se v. ex.^a a julga preferivel.

A

Bases

reciprocidade na taxa dos direitos de importação nos gados vivos

Portugal a, de accordo com Hespanha, estudar quaes os productos da Hespanha, sem prejuizo dos interesses peculiares a cada paiz, possam pagar os direitos a pagar nas alfandegas maritimas da peninsula e nas

portagens quaes as mercadorias que, fazendo o objecto do commercio da raia, possam ser importadas livremente ou sujeitas a direitos alfandegarios terrestres.

que os dois governos a estabelecer nos tratados que de futuro celebrem não fiquem comprehendidas no tratamento da nação mais favorecida que um paiz conceda ao outro com o fim de facilitar o seu commercio ou as vantagens particulares concedidas por um ao outro estado. todos os meios conducentes a dar-se plena e ampla execução ao tratado, tanto no que diz respeito ao trafego pelas vias terrestres e maritimas, e acceitar a negociação de quaesquer modificações no referido tratado de melhorar o transito de ou para terceiro paiz, sejam offerecidas.

o convenio de pesca independente do tratado de commercio e prorogavel de tres annos, por exemplo, e successivamente de anno a anno, tal dos tratados, obrigando-se os dois governos a resolverem as condições e fim.

Portugal admittir esta contra-proposta, terá logar então assentar-se o tratado até á conclusão do novo acto, que póde ser, ou, 1.^o, a prorrogação do tratado actual, mas com a condição de serem applicados desde logo, na sua importação em Hespanha pela fronteira, direitos iguaes aos que se applicam em Portugal para a importação de Hespanha por aquella via. ou 2.^o, a simples da nação mais favorecida.

N.º 60

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Telegramma.

Junho 9 de 1887. — Quanto a gado cavallar, muar e asinino, conservação, como agora, fóra da pauta. Quanto a substituições direitos *ad valorem* por especificos, consistia em não diffcultar entrada gado novo para recrear e quasi prohibir a do gado de açougue. Aqui corporações officiaes consultadas tambem preferiam tratado clausula nação mais favorecida, mas eu mantenho instrucções já dadas. Dando-se hypothese prevista final seu despacho deveria seguir-se esta ordem de propostas:

1.ª Exclusão do tratado de todos os animaes vivos;

2.ª Reciprocidade, baixando os direitos hespanhoes sobre o gado vaccum e suino, não havendo duvida em que os direitos sejam especificos e ficar fóra do tratado o mais gado, ou livre em ambos os paizes.

3.ª Elevação no direito de entrada em Portugal do gado vaccum e suino até igualar ao direito hespanhol e ficar fóra do tratado o mais gado, ou livre.

Muito facilitaria aqui a acceitação pelas camaras do *modus vivendi* uma elevação dos direitos sobre o azeite a 700 réis.

N.º 61

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Telegramma.

Junho 10 de 1887. — Do governo hespanhol ainda não recebi resposta. Em resultado de conversação com ministro de estado, prevejo difficuldades sobre bases unificação direitos gado. Probabilidade insistencia por liberdade reciproca auctorizada em telegramma de v. ex.ª de 3 do corrente. Depois de offerecidas bases nos termos meu officio 3 do corrente e despacho v. ex.ª 31 maio, parece inadmissivel additamento restrictivo para augmento direito azeite. Todavia farei proposta verbal na proxima conferencia, se v. ex.ª assim ordenar, para augmento direito sobre importação azeite de Hespanha. Peço licença chamar attenção v. ex.ª para parecer conselho geral das alfandegas paginas 7 e 8.

N.º 62

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Lisboa, 11 de junho de 1887. — Tem por unico fim este despacho confirmar e explicar o meu telegramma de 9, que não me foi possivel expedir antes, havendo recebido em 6 o officio de v. ex.ª, a que elle responde, e tendo de ser ouvido o conselho geral das alfandegas.

Da opinião d'esta corporação sobre a prorogação do tratado actual e negociação de um novo, poderá v. ex.ª inteirar-se pela leitura da sua consulta. Estas idéas são consoantes ás da classe agricola do paiz, são presentemente sympathicas á opinião publica, e têm reflexo, como é natural, no parlamento. O governo mantem comtudo as bases ou condições que auctoreisei v. ex.ª a propor no meu despacho de 31 de maio, para a negociação

va para o *modus vivendi* indicada no mesmo despacho, com a de 3 do corrente. No parecer do conselho geral das alvalencias do direito especifico para o direito de 5 por cento e v. ex.^a póde tomar por base para o ajuste da reciproci-

bre o azeite, de que falla o conselho e a que me referi no mos, pelas bases que propozemos, inhibidos de o estabelecer, commissão de fazenda da camara dos senhores deputados rojecto de reforma da pauta geral, e se as camaras o approdiveis e justas as reclamações da classe agricola, não poderá ar. É provavel a resolução do parlamento n'este sentido, e s idéas proteccionistas faz-me crer que a auctorisação para ontrará ali embaraços, se n'este ramo não obtivermos já um acceita por Hespanha sem alteração a proposta, que já lhe o tratado actual, como regimen provisorio, com a reciproci-remos propor uma condição nova, que seria extemporanea; ra n'esse augmento. Se porém a nossa proposta tiver que io regimen dos gados no sentido da *reciproca liberdade* ou lo meu telegramma de 9, v. ex.^a fará valer, como concessarte d'essa modificação, para propor então o augmento do réis pelo menos. São estas instrucções conformes com o te- corrente e com o meu telegramma de resposta.

N.º 63

SAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

87.—III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tive a honra de receber o despacho as instrucções sobre a negociação do tratado de commercio. ntecedentes instrucções, venho de conferenciar com o sr. onderar o sr. Moret as difficuldades com que terá a lutar avor de Portugal o regimen de importação de gados, manejo da prorrogação pura e simples, por um anno, do tratado s de eu demonstrar, por meu lado, que não serão menores guez encontrará, não dando plena satisfação ás tendencias itam, e que essas difficuldades seriam de todo insuperaveis nen de importação de gados sem reciprocidade; depois de a preferencia da reciprocidade para a livre importação de ie objectei as considerações de inoportunidade deduzidas nsulta do conselho geral das alfandegas, viemos a discutir eitos modicos para o gado vaccum e suino, e de liberdade egimen preferido na ordem das alternativas contidas nas regimen admittido pelo sr. Moret, ficando entendido: e suino ficará pagando na importação por terra, tanto em 5 por cento *ad valorem*, podendo os dois governos reduzir o por accordo posterior; nente a importação de gado lanigero e caprino; e ção por mar de gado subnettata a inferiores direitos aos

estabelecidos por fronteira de terra. N'estes termos, e conservando-se o mais como está, será prorogado por um anno o actual tratado de commercio.

Em vista da acceitação da nossa proposta no ponto capital, e em conformidade das instrucções de 11 do corrente, não podia insistir por incluir no *modus vivendi* alteração quantos aos direitos do azeite. Parece claro que a declaração pedida em terceiro lugar em nada altera as intenções do governo de Sua Magestade, e vae conforme com o principio geral do tratamento de nação mais favorecida.

Qualquer que seja o juizo que se forme sobre este accordo, não se poderá deixar de reconhecer a boa vontade do governo hespanhol, não sómente na acceitação em principio de quanto havia de essencial na contra-proposta do governo portuguez, mas prestando-se a acceitar o principio de reciprocidade por fórma que, ao passo que Hespanha terá de diminuir direitos sobre o gado caprino e lanigero, e diminuir-os consideravelmente sobre o vaccum e suino, Portugal, por seu lado, impõe direitos sobre estas duas especies até agora livres. Tambem a admissão do direito *ad valorem* é conforme ás preferencias do conselho geral das alfandegas, não obstante a *possibilidade* de converter o direito no especifico quando assim venha a accorder-se posteriormente entre os dois governos, sendo ambos livres então para fixar esse direito.

Todavia, e apesar de considerar perfeitamente comprehendido nos termos das instrucções tudo quanto fica exposto, apenas manifestei a opinião pessoal de que o governo de Sua Magestade acceitaria o accordo nos indicados termos, offerecendo referir tudo a v. ex.^a para acceitação definitiva.

No que respeita ao convenio de pesca, insistiu o sr. Moret em fazer-se a prorogação por um anno, talvez na esperanza de vir de futuro a substituir-se o actual regimen por outro. A esse respeito repliquei que hoje em Portugal se considerava geralmente preferivel o systema actual, sem haver contra elle reclamações; e não seria facil alteral-o na sua base, sendo aliás prejudicial e arriscado a levantar conflictos deixar-se sem a devida regulamentação o principio do exclusivo da pesca em favor dos subditos de cada nação, principio que, aliás, sempre ficaria em vigor. Como porém o sr. Moret insistisse no praso de um anno, offereci referir este ponto a v. ex.^a, que no seu superior criterio apreciará se deve acceitar-se a modificação do praso, com a qual sempre ganharíamos cortar possiveis conflictos, que poderiam occorrer proximamente, e ganhar tempo para insistir por nova prorogação, com ou sem modificação, se assim convier. Não offereceu duvida o consignar-se o compromisso de se occuparem os dois governos incessantemente de dirimir as difficuldades suscitadas sobre demarcação de aguas.

Nas bases geraes, taes como constam do *pro-memoria* que acompanhou o meu officio de 3 do corrente, com os numeros 1 a 6 extrahidos do despacho de v. ex.^a de 31 de maio, não ha duvida, occorrendo apenas juntar a primeira e terceira, que passaria a segunda, e poderia formular-se pouco mais ou menos n'estes termos:—estudar igualmente quaes as mercadorias, que, fazendo o objecto do commercio da fronteira e proprio da raia, possam ser importadas livremente ou sujeitas a direitos iguaes e modicos nas alfandegas terrestres; estudar especialmente sob os mesmos pontos de vista tudo quanto diz respeito á importação de gados vivos pela mesma fronteira.

Se v. ex.^a se dignar approvar o projecto de accordo para a prorogação do tratado de commercio e convenio de pesca, nos termos assim expostos, rogo a v. ex.^a se sirva transmittir-me, sendo possivel, por via telegraphica, as suas ordens, munindo-me em seguida com o competente pleno-poder para assignar o protocollo.

Para mais brevidade expedi a v. ex.^a em telegramma de hoje, o qual vae junto por copia (documento A), o resumo do que n'este officio tenho a honra de submetter á alta apreciação de v. ex.^a

Deus guarde, etc.

Lisboa.—Madrid, 16 de junho de 1887.—
Como *modus vivendi* prorogação, por um
e simples prorogação, concordando dois
dificuldades demarcação aguas, segundo
e suino mediante direito igual reciproco
duzir direito *ad valorem* a especifico por
reciprocamente. Tudo o mais como está.
ado por mar nunca serão inferiores aos
conforme a instrucções, salvo praso pro-
ração, peço auctorisação acceitar defini-
Escrevo correio.

SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Officio 16. Approvo projecto de accordo.
pero mandar talvez amanhã pleno-poder

HENRIQUE DE BARROS GOMES

Ex.^{ma} sr. — Tive a honra de receber esta
os: «El rei não está em Lisboa. Por isso
oder. Estimei prompto accordo». Agora
nos seguintes termos: «Acabo de rece-
lo. Felicito v. ex.^a» Em primeiro lugar
ento a v. ex.^a as phrases extremamente
uma.

ex.^a as bases para a prorogação do tra-
ermos em que d'elle dei conta a v. ex.^a
. de recepção dos chefes de missão pelo
essei-me a formular em projecto de ac-
aferencia de 16 do corrente; e levo copia
do referido projecto com o que de viva

to (documento A), na esperanza de que
as e instrucções que me têm sido com-

officio, espero hoje mesmo transmittir a

e o pleno-poder para se proceder à re-

lação do protocollo, se v. ex.^a se dignar approvar os termos do projecto, e o sr. ministro d'estado não oppozer objecção.

Deus guarde, etc.

A

Suas Magestades, etc., etc., igualmente animados do desejo de estreitar os laços de amizade que unem as duas nações, e alargar as relações commerciaes entre os seus respectivos estados; e considerando que o tratado de commercio vigente, celebrado em 12 de dezembro de 1883, bem como o convenio regulamentar de pesca de 2 de outubro de 1885 terminam em 30 do corrente mez e anno, sendo urgente a prorrogação d'estes actos internacionaes nos termos convenientes, resolveram concluir para os indicados fins um accordo especial, e nomearam por seus plenipotenciarios, etc., etc.:

Os quaes, depois de terem reciprocamente communicado os seus respectivos poderes, que acharam em boa e devida fórma, convieram nos artigos seguintes:

1.º Os governos de Portugal e Hespanha obrigam-se a estudar, de commum accordo, quaes os productos da importação estrangeira que, sem prejuizo dos interesses peculiares a cada paiz, possam ser iguallados na taxa dos direitos a pagar nas alfandegas maritimas da peninsula, e terrestres de França.

2.º Os dois governos estudarão igualmente quaes as mercadorias que, fazendo objecto do commercio da fronteira e proprio da raia, possam ser importadas livremente ou sujeitas a direitos iguaes e modicos nas alfandegas terrestres. Estudarão especialmente, sob os mesmos pontos de vista, tudo quanto respeita a importação de gados vivos pela mesma fronteira.

3.º Os governos de Portugal e Hespanha obrigam-se a estabelecer nos tratados, que de futuro celebrarem, a reserva de que não ficam comprehendidas no tratamento de nação mais favorecida as vantagens especiaes que um paiz conceda ao outro com o fim de facilitar o seu commercio de fronteira ou as vantagens particulares concedidas por um ao outro estado.

4.º Os mesmos governos concordarão em dar-se plena e ampla execução ao convenio vigente de transito, tanto no que diz respeito ao trafego pelas vias terrestres, como pelas fluviaes, e acceitar a negociação de quaesquer modificações no referido convenio que, com o fim de melhorar o transito de ou para terceiro paiz, sejam offerecidas pelo governo hespanhol.

5.º O tratado de commercio entre Portugal e Hespanha, assignado em Lisboa em 12 de dezembro de 1883, e o convenio regulamentar de pesca, assignado em Madrid em 2 de outubro de 1885, são prorogados por um anno a partir da data em que terminam, isto é, até 30 de junho de 1888.

6.º Durante o praso da prorrogação estabelecido no artigo antecedente, o gado vaccum e suino procedente de Hespanha e importado em Portugal, pela fronteira de terra, pagará o direito de 5 por cento *ad valorem*. Igual direito será applicado á importação em Hespanha, pela fronteira de terra, do gado vaccum e suino procedente de Portugal.

§ 1.º Os dois governos poderão posteriormente, de commum accordo, se assim o julgarem conveniente, converter o direito *ad valorem* no direito especifico por cabeça, a que corresponder, mantida sempre a reciproca igualdade de direitos.

§ 2.º Fica entendido que o gado vaccum e suino, de qualquer procedencia, importado por via maritima em um ou outro dos dois paizes, não pagará direitos inferiores aos estabelecidos sobre a importação pela fronteira de terra.

7.º Durante o mesmo praso de prorrogação o gado lanigero e caprino importado pela fronteira de terra em Portugal, procedente de Hespanha, continuará livre de direitos de

mente será livre de semelhantes direitos o gado lanigero e caprino pela fronteira de terra, procedente de Portugal.

As clausulas e estipulações do tratado de commercio de 12 de dezembro de 1885, apenas as alterações estabelecidas nos artigos 6.º e 7.º, continuaram em vigor.

O alvará de pesca de 2 de outubro de 1885 continuará em vigor durante o mesmo prazo de prorrogação; ficando entendido que, desde logo, e de commun accordo, se dirimirão as dificuldades da delimitação de aguas jurisdiccionadas, tanto maritimas como terrestres, em esse fim as respectivas bases.

O accordo será posto em execução immediatamente depois da troca de ratificações, e será feita no mais breve prazo possível.

Os respectivos plenipotenciarios o assignaram e lhe pozeram o sello

de... de 1887.

N.º 66

DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

— Surge grande difficuldade na negociação. Ministro d'estado não julga possível obter das côrtes approvação qualquer alteração da situação difficil da camara. Conselho de ministros deseja o nosso tratado sem modificação, compromettendo-se a discutir a necessidade do gado. Respondo offerecendo referir a v. ex.ª Manifesto peravel acceitar prorrogação sem modificação. Lembro novamente a nação mais favorecida ou discussão solução que possa dar satisfactione aos portuguezes prejudicados pelo *statu quo*. Escrevo por corteseo-poder.

N.º 67

DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

de 1887. — Ill.º e ex.º sr. — Quando ante-hontem, sabbado, noticia da approvação do governo portuguez ao nosso projecto de conferencia de 16 do corrente, notei certa hesitação e reserva. Amente e com maior insistencia nas difficuldades parlamentares que levaria ao conselho de ministros o projecto formulado tal ue, devendo ter logar o conselho hontem, domingo, hoje me da-

te de a receber do sr. ministro d'estado, em carta particular, a não ser confirmado o que anteriormente se combinou, e prorrogação sem modificações do tratado de commercio, mediante a estudar, durante o anno de prorrogação, a applicação da reciprocidade de gados.

Algum para considerar esta attitude do governo hespanhol devida

a outros motivos senão áquelles a que se refere o sr. Moret. Mas, considerando, em vista das instrucções recebidas, e documentos que as acompanhavam, que a nova insistencia pela prorogação pura e simples não poderá, por justos motivos, ser favoravelmente acolhida; attendendo a que a boa vontade do governo portuguez está soberanamente demonstrada no facto de ter levado a negociação aos termos a que chegou, superando n'isso mesmo difficuldades, e contrariando pareceres e tendencias mais radicaes, não hesitei em responder com a carta nos termos que constam da copia (documento A). E da summula de tudo isto informei sem demora a v. ex.^a por via telegraphica.

Afigura-se-me agora, e em vista da nova phase, difficil o exito da negociação. Mas, qualquer que seja o resultado, demonstrada, como ficou, a boa vontade da nossa parte; não sendo de Portugal que provém as difficuldades agora suscitadas, parece-me que a rejeição da prorogação pura e simples do tratado de commercio não será considerada pelo governo hespanhol como desdizendo da nossa geral politica de cordialidade. Propositadamente indiquei que não haveria difficuldades quanto á prorogação do convenio de pesca, do qual o sr. Moret não falla na sua carta.

Aguardo as ordens de v. ex.^a, na esperanza de ser relevado por me haver apressado a emittir na minha resposta opinião accentuadamente contraria á prorogação pura e simples; tendo-o feito assim:

1.º Por conformidade com as instrucções anteriores;

2.º Por consignar por escripto o resumo das rasões verbalmente expostas nas conferencias contra essa solução.

V. ex.^a porém resolverá como melhor seja para os interesses do paiz.

Deus guarde, etc.

A

Legação de Portugal. — Particular. — Madrid, 20 de junho de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. D. Segismundo Moret y Prendergast. — Meu distinctissimo e prezado amigo. — Acabo de receber a carta de v. ex.^a, datada de hoje, annunciando-me que o conselho de ministros, não julgando possivel obter das côrtes a approvação de qualquer novo projecto de lei, prefere não comprometter a negociação que seguimos para renovação do tratado de commercio, entregando-a a uma discussão, na qual os interesses agricolas, fazendo-se ouvir, possam comprometter o resultado final.

Não devo occultar a v. ex.^a quanto sinto que as referidas circumstancias impeçam o governo de Sua Magestade Catholica de prestar o seu assentimento ás bases que tinhamos accordado na nossa conferencia de 16 do corrente, e que, pela sua parte, o governo portuguez me auctorizou logo em seguida a acceitar, como já tive a honra de communicar a v. ex.^a Todavia estou seguro que o meu governo não verá, como eu proprio não vejo, n'esta resolução do conselho de ministros, senão o bom e amigavel desejo de não entregar o resultado da negociação ás vicissitudes desfavoraveis que poderiam carear as correntes da opinião.

Vou, como devo, transmittir immediatamente ao meu governo a nova phase da negociação e o desejo, por v. ex.^a manifestado, da prorogação pura e simples, por um anno, do tratado de commercio. Porém, em vista não sómente das minhas instrucções, mas do parecer de todos os corpos consultivos, e do estado claramente manifestado da opinião parlamentar e extra-parlamentar em Portugal, antevejo difficuldades isuperaveis. De antemão estou seguro de que na expressão d'este parecer v. ex.^a não verá tambem senão a convicção sincera de quanto seria desagradavel e prejudicial entregar-se em Portugal aos azares da discussão parlamentar uma solução geralmente repellida pela opinião.

Nas nossas conferencias tive a honra de ponderar a v. ex.^a que qualquer proroga-

em Portugal de ser submettida ás côrtes, por não estar
 -a sem nova lei. Por maior que seja (e é grande por certo)
 de condescender com o de Sua Magestade Catholica, as
 em em Portugal da mesma natureza das que v. ex.^a pen-
 seriam muito mais aggravadas, porquanto, ao passo que
 todas as partes direitos protectores immediatos, queixan-
 ctual das cousas, e documentando as queixas com dados
 em se reclama, em nome da agricultura, maiores direitos
 hypothese de pura e simples prorrogação, de *manter a li-*
soluto, o que já de per si seria difficilimo, e *demais sem*
 segundo toda a previsão, impossivel de alcançar voto fa-
 s.

, que repetidas vezes tiva a honra de expor nas nossas
 a pôr de parte a idéa da prorrogação pura e simples do
 não havendo, porém, difficuldade quanto ao convenio de

entada nas bases offerecidas pelo governo portuguez. E
 s, seria talvez a solução. É a prorrogação mediante clau-
 to de nação mais favorecida, supprimindo-se portanto do

arremos sobre essa resolução? Não se trata simplesmente
 cipio de reciprocidade; trata-se de salvaguardar interes-
 xam e consideram summamente lesados.

ssas queixas. Haveria algum outro meio de lhes dar sa-

de v. ex.^a para conferenciarmos sobre o assumpto desde
 hora.

icar ao meu governo o que v. ex.^a indica na sua carta,
 e a receba.

N.º 68

JARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho presente o officio de

ex.^a muito bem na sua carta de 20 do corrente, rejei-

r. ex.^a indicado já a outra base em que poderíamos assen-
 referido ao convenio de pesca como podendo prorogar-se
 do de commercio.

le absoluta do governo hespanhol obter das camaras a
 prevejo como, dentro das auctorisações que tem para a
 tados e sem voto do parlamento, possa ajustar commoço
 vorecida e a prorrogação exclusiva do convenio de pesca.

nós favoravel, pois v. ex.^a deve prever os inconvenientes
 ste convenio e permanecendo o exclusivo da pesca para os
 lo poder exercer-se n'estas condições no limite de 6 milhas

que se estabeleceu para esse fim. Teriamos a pesca dos galões, prejudicando a industria piscatoria do Algarve, e dando logar aos conflictos que os dois paizes quizeram evitar.

N.º 69

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Extracto.

Madrid, 23 de junho de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Remetto, juntas por copia, a carta do sr. ministro d'estado de 21 (documento A), e a minha resposta de igual data (documento B), cuja substancia foi resumida em telegrammas.

Tive a honra de receber o despacho de v. ex.^a dignando-se approvar a minha carta de 20 do corrente, e acrescentando que seria conveniente obter-se a prorogação do convenio de pesca. A carta do sr. Moret parecia denotar, não sómente todo o empenho de proseguir na negociação, mas mesmo tendencia para procurar encaminhal-a no sentido de liberdade reciproca de importação de gados. No estado actual das cousas, e tendo o sr. ministro d'estado encarregado o sr. Mendez Vigo de instancias directas junto de v. ex.^a, entendi melhor não responder immediatamente. Hoje o sr. ministro d'estado volta á allegação das difficuldades parlamentares, e á insistencia na prorogação pura e simples, ainda que seja por menor praso ou tacita. Isto será levado ao conhecimento de v. ex.^a pelo ministro de Hespanha em Lisboa.

Aproveitei, portanto, o ensejo para insistir, por meu lado, nas objecções á prorogação pura e simples e tambem para formular o desejo do governo de Sua Magestade de prorogar o convenio de pesca, e respondi nos termos da copia (documento C). Transmitirei a v. ex.^a logo o que a tal respeito me seja dito pelo sr. ministro d'estado.

Se a prorogação for acceita em principio, mal se levantar a objecção da falta de tempo ou difficuldades parlamentares para uma prorogação por protocollo e sujeita a ratificação, sendo o convenio de 2 de outubro de 1885 simplesmente regulamentar, parece que por meio de troca de notas e decretos ou regulamentos identicos nos dois paizes poderiam continuar em vigor reciprocamente as disposições do convenio, pelo tempo que se estabelecesse. Assim se fez em 1878 com o convenio então negociado, como consta das notas de 24 de julho de 1878 do sr. duque de Tetuan ao sr. Corvo, e de 5 de agosto do mesmo anno do sr. Corvo ao sr. duque de Tetuan.

Ácerca d'este processo que me occorre e parece o mais simples, aguardo as instrucções de v. ex.^a, solicitando-as desde já, e para prevenir em vista da urgencia, tendo diante de nós tão pouco tempo, dado o caso de acceitar-se a prorogação por parte do governo hespanhol.

Deus guarde, etc.

A

Junio 21 de 1887. — Ministerio de estado. — Gabinete particular. — Excmo. sr. conde do Casal Ribeiro. — Mi muy distinguido y estimado amigo. — Sin tiempo para contestar á su grata de ayer, cumplime solo decirle el absoluto y decidido interés que todos mis compañeros tienen en complacer á v. y la resolucion de hacerlo á toda costa. Vea v., sin embargo, como se ha puesto la cuestion parlamentaria, y comprenderá que la prudencia exige no aventurarse en un asunto en el cual el mismo grande empeño que tenemos nos obliga á no comprometer el exito. A mi no me satisface el tratado con la simple cláusula de la nacion más favorecida, y por eso preferiria lo que ayer le indiqué y

ero v. me tiene á su disposicion para todo aquello

E

21 de junho de 1887.—Particular.—Ill.^{ma} e ex.^{ma} ast.—Meu distinctissimo e prezado amigo.—Acabo .^a de hoje, assegurando o empenho do governo de r com o de Sua Magestade Fidelissima, ao que me rando sentimentos iguaes por parte de meu gover-

s occupâmos (refiro-me ao exposto na minha carta s. ex.^a o sr. ministro dos negocios estrangeiros, a gociação, a qual tambem lhe constará, como v. ex.^a) Hespanha em Lisboa.

C

r.—Madrid, 23 de junho de 1887.—Ill.^{ma} e ex.^{ma} gast.—Era de prever a difficuldade da prorogação cio. Na minha de 20 apenas resumia singelamente contra tal solução. Aguardando o resultado das no- ao digno representante de Hespanha em Lisboa, e resposta do meu governo, permitta-me v. ex.^a ex- fficuldades serão invenciveis por qualquer praso ou ciadissimo da opinião manifestada já em varias in- stancias do governo, alem do unanime parecer dos tez, mais pelo desejo de affirmar novamente no ter- idade do que por immediatos e urgentes interesses) tratado, fazendo-a porém dependente de modifica- estas impossiveis, em vista das difficuldades parla- seguro de que o meu governo não verá na cessação xigencia fatal da situação, e do mesmo modo e por o governo de Sua Magestade Catholica.

convenio de pesca, não se antolha obstaculo. Essa itemente do tratado de commercio, pelo meio mais como foi entre Portugal e Hespanha o exercicio da commum, reservando-se reciprocamente aos subdi- mbem a communidade da pesca nos rios limitrophes, aites de 1864, o convenio contém preceitos regula-) conflictos entre os pescadores. A cessação d'essas orme ao espirito da melhor intelligencia e cordiali- ar que se produzam semelhantes desagradaveis con-

a prorogação do convenio de 2 de outubro de 1885. os, desde que v. ex.^a fixasse dia e hora, conferen-

N.º 70

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Telegramma.

Madrid, 25 de junho de 1887.—Mantive na conferencia com ministro de Hespanha mesma linguagem de v. ex.^a Prorogação por seis mezes nada resolveria, pois que camaras sómente se reúnem janeiro. Difficuldades parlamentares agora tornam realmente impossível siniples prorogação em base limitada a um anno. Emquanto a expediente lembrado por v. ex.^a para manutenção convenio pesca, acceito o que indica.

N.º 71

O SR. CONDE DE CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Telegramma.

Junho 26 de 1887.—Conferencia com ministro d'estado. Mostra muito pezar rompimento negociação prorogação tratado de commercio. Instei por prorogação convenio de pesca, podendo fazer-se por troca de notas e acto administrativo dos governos. Ministro de estado allegou boa vontade proceder em ordem a evitar conflictos, mas acrescentou ter recebido communicação do ministerio da marinha contraria á prorogação. Prometteu occupar-se do assumpto em proximo conselho de ministros e resposta brevemente.

N.º 72

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Telegramma.

Junho 27 de 1887.—Ministro d'estado escreve estar auctorisado por conselho de ministros e disposto a prorogar convenio de pesca pelo tempo necessario para discutir as modificações que ministro da marinha recommenda de introduzir n'elle. Peço conferencia sobre praso e fórma. Rogo resposta.

N.º 73

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Telegramma.

Junho 27 de 1887.—Concordo com a proposta seu telegramma 27, convindo publicar prorogação até ao dia 30.

N.º 74

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Madrid, 1 de julho de 1887.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a copias (documentos A e B) da minha nota de 29 de junho e da que, em res:

d'estado, sob aquella mesma data, concordando
io regulamentar de pesca entre Portugal e Hes-

29, apenas foi recebido o telegramma de v. ex.^a
jecto.
te telegramma, annunciando a entrada n'esta le-

do ministro d'estado, datada de 29 de junho,
a pesca por seis mezes proposta em minha nota
telegramma de v. ex.^a de 28. Acrescenta acceder,
testemunho de consideração apesar da opposição
es das provincias interessadas. Lastima termina-
a prorrogação de seis mezes servirá seguramente
les que convenio tem suscitado, e permitirá es-
t quanto se refere ao uso e aproveitamento dos
or correio.»

estado não se limitou a indicar por uma formula
no convenio de pesca, mas desde já especifica a
os rios, que denomina communs. Apesar de que
presentada na conferencia de 28 do proximo pas-
manifestando-se o desejo de se examinarem cer-
os, não ha alteração essencial no que foi combi-
fício de 28 de junho ultimo.

responder a esta nota do sr. Moret na parte em
raram a acceder á prorrogação do convenio e aos
de commercio; e bem assim manifestando a in-
se occupar attentamente de estudar as alludidas
do lhe sejam apresentadas.

ura a prorrogação do convenio de pesca possa sa-
Magestade, achando-se de conformidade com as

A

— Madrid, 29 de junho de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo}
mez o praso pelo qual foi posto em vigor o con-
ugal e Hespanha, assignado em Madrid aos 2 de
niencia de continuarem vigorando as disposições
os dois governos, a fim de se evitarem duvidas
os pescadores na falta de preceitos definidos, o
ncarrega-me de participar officialmente a v. ex.^a
es do mesmo convenio, a fim de continuarem em
ntos de administração interna, em conformidade
enos por praso de seis mezes, isto é, até 31 de
o governo de Sua Magestade Fidelissima, de
ica, desde que v. ex.^a se sirva manifestar-me o
lo que respeita a Hespanha.

B

Ministerio de estado.—Palacio, 29 de junio de 1887.—Excmo. sr.—Muy sr. mio.—He recibido la nota que V. E. se ha servido dirigirme con fecha del día de hoy, en la cual me manifiesta que, terminando en el de mañana el plazo por el cual se concertó el convenio de pesca entre España y Portugal, firmado em Madrid el 2 de octubre de 1885, y siendo obvia la conveniencia de que continuen en vigor las disposiciones contenidas en el referido pacto, á fin de evitar altercados y conflictos entre los pescadores de ambos países, el gobierno de Su Majestad Fidelísima participaba oficialmente al de Su Majestad, por conducto de V. E., hallarse dispuesto á prórrogar el convenio, que termina el 30 de este mes, por un plazo, cuando menos, de seis meses, esto es, hasta el 31 de diciembre de 1887.—En contestacion cumplime manifestar á V. E. que, á pesar de la oposicion que la prórroga del convenio encuentra en el ministerio de marina y en los representantes de las provincias interesadas, el gobierno de Su Majestad ha querido ofrecer al de Su Majestad Fidelísima, que V. E. tan dignamente representa, un testimonio de consideracion, accediendo á la prórroga que propone. Terminado por desgracia el tratado de comercio, sin que las circunstancias parlamentarias y las corrientes de la opinion hayan permitido su prórroga, el gobierno de Su Majestad la Reina Regente ha creído que la denuncia del convenio de pesca vendria á crear un estado de relaciones mercantiles entre España y Portugal tan diverso y tan opuesto al que la amistad y los intereses de ambos países reclaman, que de alguna manera debia impedirse que esos actos pudieran prestarse á una interpretacion desfavorable. La prórroga de seis meses servirá seguramente á los dos gobiernos para examinar las objeciones que el presente convenio de pesca ha suscitado, y, resolviendolas equitativamente, les permitirá establecer de una manera solida y definitiva cuanto se refiere al uso y aprovechamiento de los ríos comunes á ambos países. Al participar á V. E. cuanto precede, para conocimiento de su gobierno y como respuesta á la nota de esa legacion del día de hoy, aprovecho esta oportunidad para reiterar á V. E. las seguridades de mi más distinguida consideracion.—*S. Moret.*

N.º 75

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Extracto.

Lisboa, 8 de julho de 1887.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Recebi os officios de v. ex.^a de 23 de junho e 1 de julho informando-me do seguimento e resultado das negociações para a prorrogação do convenio de pesca. Approvando completamente os actos de v. ex.^a com respeito a esta negociação, não posso deixar de felicitar a v. ex.^a por haver conseguido tão habilmente vencer as difficuldades que se oppunham á sua conclusão, correspondendo d'este modo ás instrucções do governo.

Apprecia subidamente o governo de Sua Magestade a prova de consideração que lhe foi dada pelo governo de Sua Magestade Catholica, accedendo á prorrogação do convenio de pesca independente da prorrogação do tratado de commercio, e sente profundamente não lhe haverem permittido as circumstancias parlamentares e a acção simultanea dos interesses dos productores portuguezes, acceitar pela sua parte a prorrogação pura e simples do ultimo tratado de commercio.

Póde v. ex.^a manifestar estes sentimentos ao sr. Moret, e assegurar-lhe que o governo acceitará e tomará em toda a consideração a modificação que o governo de Sua Mage-

convenio, e espera que, sendo, como devem ser, o mesmo convenio, os dois governos, animados do mesmo espirito até hoje nas suas mutuas relações, poderão no prazo da prorrogação.

76

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

e ex.^{mo} sr.—Tive a honra de receber o des.^{to} a.^{to} aprovar os actos praticados para obter a mais do que cumprir um dever, empregando o indicado nas instrucções recebidas, a fim de evitar a falta de preceitos regulamentares. Devo reconhecer como principal elemento

e de cumprimento ás ordens de v. ex.^a, aprofundar ao sr. ministro d'estado, nos termos do tratado de Sua Magestade, tanto pelo que se refere ao tratado de commercio, como pela pesca, e ás disposições do governo portuguez e das disposições que fossem suggeridas pelo governo de v. ex.^a, em harmonia com os principios das aguas fluviaes nos rios limitrophes.

77

MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

e ex.^{mo} sr.—Remettendo, por copia (documente) do departamento maritimo do sul participando que o artigo 5.^o do convenio de pesca de cada um dos dois paizes, Portugal e Hespanha, das que são aladas em terra, vou, por ordem, solicitar a v. ex.^a a opinião d'esse ministerio sobre o convenio.

A

maritimo do sul.—N.^o 143.—Serie de 1887.—e v. ex.^a o seguinte: O ajudante de marinha do convenio de pesca com a Hespanha, concluido, lançarem os pescadores de cada um dos dois paizes, do outro, redes das que são aladas, e os pescadores portuguezes lançado uma

levada na margem hespanhola, e pisado o solo de Hespanha para recolher a dita rede. O capitão do porto de Villa Real de Santo Antonio pergunta-me se tem razão de ser aquella reclamação, sobre a qual o dito ajudante de marinha insiste.

O referido artigo 5.^o diz que a pesca em commum se exercerá em harmonia com as disposições regulamentares, que forem concertadas entre aquellas duas auctoridades. Antes de dar instrucções ao capitão do porto de Villa Real de Santo Antonio, para que elle procure chegar a um accordo com a auctoridade hespanhola a este respeito, ficando regulamentar este assumpto, torna-se-me preciso saber de v. ex.^a, se o meu modo de encarar a questão é o que está no espirito do convenio, ou se estou em erro.

O meu parecer é que podem os pescadores de qualquer dos dois paizes pisar o solo do outro, para effectuarem o seu lanço. Aguardo a resposta de v. ex.^a, da qual peço a urgencia.

Deus guarde a v. ex.^a Repartição do departamento maritimo do sul em Faro, 26 de agosto de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro director geral da marinha. — *João Carlos Adrião*, chefe do departamento maritimo do sul.

N.º 78

DO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS AO MINISTERIO DA MARINHA

Lisboa, 6 de setembro de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a de 30 de agosto findo, encarrega-me s. ex.^a o sr. ministro d'esta repartição de dizer a v. ex.^a o seguinte:

O artigo 5.^o do convenio de pesca entre Portugal e Hespanha dispõe que a pesca no rio Minho será exercida em commum por portuguezes e hespanhoes, em harmonia com as disposições regulamentares que forem concertadas pelo capitão do porto de Caminha e o ajudante de marinha da Guardia, e estabeleceu que, emquanto este regulamento não fosse posto em execução, a pesca seria exercida nas condições do regulamento que vigorasse ao tempo de celebrar-se o convenio, e que é o que vigora ainda.

Segundo este regulamento, não é permittido aos pescadores portuguezes pescar nas margens da terra firme e insuas cultivadas de Hespanha, e aos pescadores hespanhoes pescar nas margens da terra firme e insuas cultivadas de Portugal.

Em vista d'estas disposições e ainda do tratado de limites, que apenas torna de *uso commum* as aguas dos rios limitrophes, é de parecer s. ex.^a o sr. ministro que os portuguezes podem lançar redes nas aguas jurisdiccionaes hespanholas, mas não podem colhel-as da terra em territorio hespanhol. A excepção que ao exclusivo da pesca de terra firme se podesse fazer n'estes casos teria de ser accordada no regulamento de pesca.

Deus guarde, etc.

N.º 79

DO MINISTERIO DA MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 12 de setembro de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o ministro da marinha encarrega-me de remetter por copias (documentos A e B) a v. ex.^a, para os fins convenientes, um officio do capitão de mar e guerra Bento Maria Freire de Andrade, e outro do primeiro tenente da armada Antonio Arthur Baldaque da Silva, ácerca do ni-

o Monção e a Gingleta, referido a agosto do corrente
as em agosto do anno passado.

A

. ex.^a a copia do officio que me dirigiu o primeiro telographo Antonio Arthur Baldaque da Silva, sobre o
le v. ex.^a, foi por mim encarregado, qual o de deter-
Minho, entre Monção e a Gingleta, em relação ás mar-
por mim em agosto de 1886, quando procedi com os
liva sondagem, como vogal da commissão mixta encar-
aguas jurisdiccionaes entre Portugal e a Hespanha.
ição de que foi encarregado, informa aquelle official de
ando no rio Minho, na zona que percorreu, que muito
mo podem dar lugar a serios conflictos. Entre elles ci-
importancia, qual é o de um grupo de trinta e tantos
erem profundado a ranha (cachoeira) do Lagartão, fa-
a insua grande de Côrtes (Hija Buena) por onde hoje
e trabalho a obstrucção do canal do norte na ranha do

as sessões que teve o anno passado com a commissão
guas jurisdiccionaes do rio Minho, citou, entre outros,
dava lugar a divisão proposta pelos commissarios hes-
divisoria pelo *thalweg* do rio, sem attenção ao que de-
o ficar a insua hespanhola de Côrtes em aguas juris-
aplo é hoje insubsistente pela circumstancia de a linha
ado agora para o sul da referida insua, em resultado
dmira terem cooperado portuguezes.

que se têm dado n'aquelle rio, taes como a prohibição
nstrucção tumultuaria, que se tentou fazer em maio de
a na Pedra do Morcego, por um grupo de mais de seis-
reumvizinhas, a construcção de pesqueiros n'uma ou
ça das auctoridades competentes, alterando o regimen
ente para a margem opposta onde pratica importantes
te a conservar as boas relações entre os povos margi-
Não são indifferentes estes factos, e o seu conhecimento
óde esclarecer na estipulação de um convenio entre as
ue se tomem para manter o regimen regular d'aquelle
ias e respectivos proprietarios marginaes. Eis a rasão
v. ex.^a para serem tomados na consideração que me-

os factos apontados estão todos marcados na planta e
antada pela commissão portugueza, que já tive a honra
gualmente este officio a copia de uma pequena parte
rcada a pesqueira e a azenha a que se refere o primeiro
nta ou folha da despeza feita por este official no desem-
rregado.

oa, 6 de setembro de 1887.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conse-

lheiro director geral de marinha. = *Bento Maria Freire de Andrade*, capitão de mar e guerra, engenheiro hydrographo.

B

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em cumprimento das ordens da direcção geral de marinha, que me foram transmittidas por v. ex.^a, observei o nivel da estiagem do rio Minho, entre Monsão e a Gingleta, referida a agosto do corrente anno, em relação ás marcas traçadas em agosto do anno passado, determinando com a fita metrica as cotas abaixo indicadas:

Pesqueira da Furada, que em 12 de agosto de 1886 marcava 1^m,80, tinha agora, em 20 de agosto de 1887, 1^m,95.

Pesqueira do Guimarães, que em 12 de agosto de 1886 marcava 3 metros, tinha agora, em 20 de agosto de 1887, 3^m,25.

Pesqueira Mansa, que em 12 de agosto de 1886 marcava 1 metro, tinha agora, em 20 de agosto de 1887, 1^m,10.

Penedo do Redondo, que em 12 de agosto de 1886 marcava 2 metros, tinha agora, em 20 de agosto de 1887, 2^m,24.

Pesqueira da Torre Velha, que em 13 de agosto de 1886 marcava 2^m,03, tinha agora, em 21 de agosto de 1887, 2^m,08.

Penedo do Morcego, que em 12 de agosto de 1888 marcava 1^m,05, tinha agora, em 21 de agosto de 1887, 1^m,15.

Pesqueira da Gingleta (não vi marcação alguma). O plano de nivel que se obtiver com estes elementos póde ainda estar influenciado com as aguas dos principios do mez, devendo adoptar-se para epocha de maxima estiagem a de 25 a 30 de julho, durante a qual, pelas informações que me deram, o nivel foi mais baixo cerca de 1 decimetro.

Aproveito o ensejo para informar v. ex.^a de diversos factos que se estão praticando no rio Minho, na zona que percorri, que muito alteram o seu regimen e que mesmo podem dar lugar a graves conflictos.

A pesqueira da Picada na margem de Hespanha, a montante de Salvaterra, foi augmentada em altura com material novo, depois do levantamento da planta e sondagem a que se procedeu o anno passado. Entre esta pesqueira e a da Bucheira, mais a leste, construiu-se este anno uma nova pesqueira, com pedra extrahida de uma rocha marginal, onde se conhece pela côr e aspecto, mesmo a distancia, a exploração do material que serviu para a construir.

Entre o Seixal de Salvaterra e a margem de Hespanha, no sitio denominado ranha do Pimpão, quasi a meio do rio, está em construcção uma azenha para moagem, que altera consideravelmente o regimen do rio n'este ponto. O proprietario d'esta azenha é o sr. Albino Maria de Jesus Lacerda, de Monsão. No principio d'este mez um grupo de trinta e tantos homens, de Hespanha e Portugal, munidos de enxadas, profundaram a ranha do Lagartão, fazendo derivar as aguas pelo canal do sul da insua grande de Côrtes, e dando como resultado a obstrucção do canal do norte na ranha do Barbosa, e a navegação que se fazia pelo norte fazer-se agora pelo sul. Finalmente, esta mudança de corrente para o sul da insua, tornou a tal ponto perigosa a ranha de S. Pedro, que é urgente tomar providencias para evitar algum sinistro, quando mesmo não seja para a tornar navegavel. São estes os factos de que tive conhecimento na rapida visita que fiz ao rio Minho, e que por serem muito graves me limito a apontal-os.

Deus guarde a v. ex.^a Quartel em Vianna do Castello, 28 de agosto de 1887. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. Bento Maria Freire de Andrade, capitão de mar e guerra, engenheiro hydrographo. = *Antonio Arthur Baldaque da Silva*, primeiro tenente da armada em commissão hydrographica.

N.º 82

DO MINISTERIO DA MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 3 de outubro de 1887.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Encarrega-me s. ex.^a da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, com referencia ao officio q se serviu dirigir-me em 15 de setembro ultimo, que por esta direcção geral já pedidas circulares aos chefes dos departamentos maritimos, para estudarem pelo lado tecnico e de conveniencia da pesca nos districtos sujeitos á sua jur proporem o que lhes suggerir a sua experiencia, e que possa habilitar o gove tentar, nas negociações que encetar, o ponto de vista que houver abraçado e mais conveniente.

Sendo, porém, de crer, que o governo de Sua Magestade deseje ter qual mação especial sobre o assumpto, entende s. ex.^a o ministro da marinha, que muito conviria que v. ex.^a formulasse um questionario sobre os pontos a esclari o enviasse a esta direcção geral, para ser sem demora remettido aos chefes tamentos

Deus guarde, etc.

N.º 83

DO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS AO MINISTERIO DA MARINHA

Lisboa, 14 de outubro de 1887.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Ao terminar o tratado mercio entre Portugal e Hespanha, de 12 de dezembro de 1883, ficou ajustado convenio de pesca continuaria em vigor até ao fim do corrente anno, declaro verno hespanhol a sua intenção de propor n'este prazo algumas modificações relativas ao regimen da pesca fluvial.

Aguardando ainda a apresentação d'essas propostas, tenciona o governo gestade, como v. ex.^a sabe, se ellas não lhe forem apresentadas até ao proximo novembro, propor, pela sua parte, a prorrogação por mais seis meses do actual. É de toda a conveniencia que n'essa occasião se ache sufficientemente elucidado resolver sobre qualquer das hypotheses que se offereçam ao seu exame e para melhor solução.

Tres são as hypotheses com que havemos a contar, e que podem ser hoje a saber: prorrogação pura e simples do actual convenio; cessação do regimen fluvial, e por consequencia liberdade para os dois paizes; propostas novas do hespanhol para um regimen differente.

Se for accordada a prorrogação pura e simples, ha unicamente a resolução das questões hoje pendentes para a execução regular do mesmo convenio. Versam as questões sobre dois pontos essenciaes: demarcação das aguas maritimas para a pesca: demarcação das aguas fluviaes para os effeitos da jurisdicção territorial.

Com respeito á demarcação maritima, ácha-se esta já concluida pelos respectivos commissarios na foz do rio Minho.

Emquanto á barra do Guadiana, conhece v. ex.^a as divergencias que se encontram entre os respectivos commissarios, e a fórma por que os dois governos tratam de conciliar essas opiniões divergentes, procurando um termo medio de solução, baseado

pre, porém, accentuar com respeito a essa demarcação: é a qual o limite das margens fluviaes na foz do rio, e onde deve a um e outro paiz.

demarcação das aguas fluviaes, não poderemos deixar de seguir officio de 1 de julho de 1886.

a hypothese, isto é, a cessação do convenio, cada paiz em termos privativos.

os dois pontos que convem examinar: um, relativo ao limite maritimo, o segundo, com respeito ao uso commun das aguas maritimas, os accetos, o limite das aguas maritimas não pôde exceder al o limite privativo de cada estado para o exercicio de pesca

desvantagens poderiam resultar para os nossos pescadores limite normal das aguas territoriaes.

offerece-se para estudo a seguinte questão: saber se deveriam praticas seguidas antes do convenio no exercicio da pesca accordo especial entre os dois paizes, como fizeram a Hespanha e a commun no Bidassoa. Para esse accordo poderia servir de modelo o de 1840.

que em qualquer das hypotheses tem de ser estudado e regulado dos dois povos marginaes. É o que se refere á concessão de licenças. Conviria, no interesse reciproco, determinar as regras para a execução d'essas obras. O processo e formalidades do 10.º do annexo 1.º ao tratado de limites, poderiam substituir o convenio ou por um accordo especial, principalmente no que se refere ás licenças. As attribuições das autoridades locais poderiam ser alteradas, que melhor apreciasses a conveniencia ou inconveniencia na salvaguarda de interesses mais elevados e permanentes.

se as modificações propostas pelo governo hespanhol recaírem sobre os pontos já estudados. Alargar, porém, no terreno das questões que possam originar-se d'essas propostas, seria muito vasto, que se tornaria inutil na maior parte, com risco de

ser apenas se no caso de se modificar o convenio conviria: o antigo convenio em vez de estar sujeito ao accordo entre as duas paizes (artigo 5.º) a base da jurisdicção de cada um so-

principio hoje estabelecido nos regulamentos para o rio Minho, da embarcação que determine essa jurisdicção, e não a da

qualquer modo, a base da nacionalidade das aguas, conviria ser fixado, ou por qual outra linha.

conveniente alargar o prazo estabelecido no convenio para essa

nacionalidade das embarcações para determinar a jurisdicção, e no novo convenio a disposição do actual, relativa á delimitação

estas n'este officio sobre os pontos a esclarecer dispensam-me a que se refere o officio d'esse ministerio de 3 do corrente.

Submettidas á apreciação de v. ex.^a, servirão de base para colher as informações necessarias ao proseguimento das negociações.

Deus guarde, etc.

N.º 84

**O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. AUGUSTO DE SEQUEIRA THEDIM,
ENCARREGADO DE NEGOCIOS EM MADRID**

Lisboa, 14 de outubro de 1887.—O convenio de pesca de 2 de outubro de 1885 foi prorogado até ao fim do corrente anno, propondo-se o governo de Sua Magestade Catholica apresentar as modificações que entenda precisas no regimen fluvial.

Ainda que fossem propostas agora não me parece que seja possivel, no curto espaço de tempo que falta até á terminação da prorrogação, estudal-as e resolvel-as em condições de se poder ajustar um novo convenio que comeece a vigorar no principio do anno futuro.

Por este motivo considero conveniente que v. s.^a procure obter d'esse governo a prompta apresentação do seu projecto, que poderia ser examinado desde já em Lisboa, e enquanto aqui se achasse o sr. conde do Casal Ribeiro, o qual ao regressar a essa côrte, o que pensa fazer no proximo futuro mez, levaria as necessarias instrucções para negociar e ultimar o ajuste d'essas modificações e de outras que porventura occorra ao governo de Sua Magestade apresentar ao remodelar-se o dito convenio.

Deus guarde, etc.

N.º 85

**BASES PROPOSTAS PELO GOVERNO HESPAÑHOL POR INTERMEDIO DA SUA LEGAÇÃO
EM LISBOA**

(Novembro de 1887)

1.^a Discusion simultanea de los tratados de pesca y de comercio.

2.^a Libertad en las aduanas terrestres de todos aquellos artículos de produccion exótica importados en Portugal y España de otros países, á fin de que su circulacion sea completamente libre. Admitida esta base será preciso igualar los derechos que estos artículos pagan en las aduanas marítimas de ambos países, á fin que no pueda haber preferencia de un puerto sobre otro, ni trocarse en distincto sentido la corriente comercial que hoy existe.

3.^a Libre entrada en ambos países por las aduanas terrestres de todo artículo que no haya producido, como término medio por año, en el último quinquenio, la cantidad de 2:500 pesetas en España y medio conto de réis en Portugal.

4.^a Libertad completa del tráfico de ganados en la frontera de tierra de ambos países, quitando además todas las trabas que existen, para que haya completa libertad de pastos. Ambos gobiernos, de común acuerdo, establecerán este régimen de modo que no pueda ser invocado por otra nacion.

5.^a Las exenciones y facilidades que ambos gobiernos se concedan mutuamente no serán aplicables á otras naciones.

6.^a Facilidades de todo género para el tráfico internacional, tanto en la direccion de Francia como en la del Mediterraneo y del océano.

7.^a Acuerdo de ambos países para ejecutar las obras necesarias para la navegacion del Tajo en la parte ribereña de los dos estados.

N.º 86

VOIA REAL DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUEZES

bro de 1887.— Havendo repetidas reclamações por parte de
tes de alem dos Pyreneus com direcção a Lisboa, confiados nas
ransito annuciado através de Hespanha, chegavam a Lisboa
ames que lhes pertenciam, e só depois de muitos pedidos chega-
om grande atrazo, prejudicando muitas vezes as viagens tran-
que tinham de as effectuar nas datas prefixas da partida dos
onde se destinavam; e quando chegavam esses volumes vinham
dos com despezas, cuja justificação não podiam explicar, foi re-
na propria localidade e conhecer as causas d'esta falta de cum-
condições do serviço de transito, como este tem logar em todas

foi o chefe do trafego d'esta companhia a Irun e Hendaya, e

ugal para França.— Como a agencia de Valencia de Alcantara
imento a todos os volumes procedentes de Portugal com destino
ncarrega-se este agente de fazer com que os passageiros abram
ega da estação de Valencia de Alcantara, e por esta fórma re-
nodo que os passageiros entram em França sem que até hoje
lumes transportados.

ia para França não encontra a menor difficuldade, por isso que
segundo o systema liberal em vigor n'aquelle paiz, não oppõe
amento de direitos de entrada quando se trata de objectos de
econhece não haver intento de fraude da parte do publico em

s de entrada na alfandega de Hendaya não tem gasto algum.
ira as mercadorias em transito tem:

manifesto em Portugal, previamente á entrada dos volumes em

manifesto em Irun para a entrada das mercadorias em França.
ugal e França para este serviço são insignificantissimas, e em
agrar os direitos de sêllo, que importam em 2 francos (360 réis)

or entrada de mercadorias:

	Francos	Réis
estatística.....	0,10	18
são em grande quantidade ou a granel, as des- ço apenas por tonelada.....	0,10	18
têm de ser despachadas pela agencia da compa- ça em Hendaya acresce o pagamento de:		
ida, por volume.....	0,50	90
es pesem menos de 100 kilogrammas.		
ais de 100 kilogrammas, por fracção de 100 kilo- rencia de 2,50.....	0,25	45
e 2,50 por expedição não póde ser excedido.		

Em pequena velocidade:

a) Para a alfandega, pör volume, a titulo de estatística.....	0,10	18
b) Em expedições de tonelagem ou mercadorias a granel, por tonelada...	0,10	18
c) Agencia de despacho para a companhia do Midi.....	0,50	90

Bagagens e mercadorias procedentes de França em transito por Hespanha

1.º Bagagens — Todos os volumes, quer facturados, quer transportados á mão pelos passageiros, embora destinados para Portugal, e portanto a seguirem por transito através de Hespanha, têm que ser abertos na alfandega de Irun, verificados e obrigados a pagar direitos de tudo o que os empregados da alfandega reputem fóra de uso commum.

Quando os passageiros, confiados em que as suas bagagens, por isso que registadas para aquem da fronteira de Valencia de Alcantara, têm de seguir por transito através de Hespanha, não se apresentam para abrir seus volumes para verificação da alfandega, são estes detidos pela alfandega, e só d'ali reexpedidos a seu destino quando reclamados e expedidos de Irun como mercadorias.

É por isto que, não se applicando *ex officio* como era dever applicar as condições da lei de transito a todos os volumes registados desde a sua origem anterior ás alfandegas hespanholas e destinados mais alem das fronteiras d'aquelle paiz para Portugal, os passageiros deixam de ser acompanhados pelos volumes de suas bagagens, e é d'ahi a origem das repetidas reclamações que nos são dirigidas.

Apresentando estas observações ao sr. director geral das alfandegas em Madrid, s. ex.^a objectou que nenhum serviço de transito, quer de bagagens, quer de mercadorias, podia effectuar-se legalmente sem apresentação á sua entrada em Hespanha de um manifesto sellado e visado pela alfandega do paiz vizinho anterior.

A esta exigencia objectou-se:

1.º A impossibilidade material de fazer um manifesto na estação anterior á da fronteira de Hespanha no curto espaço de tempo da demora dos comboios n'uma estação de saída, não podendo este manifesto fazer-se senão na ultima estação do paiz anterior, por isso que de todas as antecedentes e mesmo d'aquella, podia transportar-se passageiros com bagagens destinadas a transito:

2.º Não tendo nada que ver as estações de saída anteriores á da fronteira hespanhola com formalidades aduaneiras para saída do paiz, nem sempre á partida dos comboios para Hespanha havia de serviço nas alfandegas empregado auctorizado a assignar e carimbar os manifestos. Por esta fórma se a exigencia do manifesto previo para o serviço de bagagens continuasse a vigorar pelas auctoridades aduaneiras hespanholas, ficariam por completo inutilizadas as vantagens do serviço de transito para Hespanha para passageiros, pelos graves prejuizos que poderiam resultar de reclamações quando esses passageiros, destinados a embarcar em Lisboa, não encontrassem suas bagagens á sua chegada, e d'ahi se originassem perdas e damnos, pelas quaes as companhias de caminhos de ferro não podiam ser responsaveis.

O sr. director geral das alfandegas de Hespanha, em conferencia com os directores das companhias do norte de Hespanha e sociedade de Madrid a Caceres e a Portugal, reconhecendo a justiça da reclamação contra este estado de cousas, que lhe foi apresentada, resolveu modificar as inércções actualmente em vigor nas alfandegas da fronteira e estipular:

1.º Que todos os volumes procedentes de paiz anterior á Hespanha, e com destino a atravessar este paiz por transito, fossem indicados com um rotulo bem visivel com a palavra «transito»;

sendo em pequena quantidade fossem sellados com o sello da onde entrassem, ou encerrados em cestos e estes devidamente indados tambem sellados, para assim seguirem até á estação sem de sair de Hespanha.

exigidas de sellos de manifesto:

	Pescetas	Réis
.....	2	360
adega.....	1	180
.....	1	180
Total.....	4	720

ando se trata de muitas expedições reunidas, mas que sobre o passageiro quando as expedições eram limitadas, seriam re-el que os srq. directores das companhias de caminhos de ferro das mesmas companhias, sem exigencia alguma de sobrecarga

ande e pequena velocidade em transito através de Hespanha

, subsiste a exigencia legal do manifesto previo, pelo qual ha s).

	Pescetas	Réis
ello.....	1	180
.....	1	180

inhos de ferro tomaram a seu cargo pagar sem recargo para gastos no preço total das suas tarifas.

seu cargo effectuar gratuitamente sem recargo algum supple-as suas agencias respectivas nas fronteiras, todas as formali-ara effectuar os transportes de transito annuciado pelas suas

N.º 87

ESPAHIA DO CAMINHO DE FERRO DE NORTE E LESTE

(Lisboa, 27 de novembro de 1887)

atado de commercio de 2 de outubro de 1885 entre Hespanha e Portugal

ação para Hespanha (mappa n.º 1)

Para este genero, que hoje, como anteriormente, paga direito procedencia, não nos concedia o tratado de commercio vanta-a a ganhar, entretanto, em qualquer redução que se pudesse

obter, e que, facilitando os meios que activamente estamos estudando, tornasse maior a competencia inevitavel, que o excellente peixe da costa de Portugal está exercendo em Hespanha, e especialmente no mercado de Madrid, sobre o peixe do Cantabrico e do Mediterraneo. Este trafego é de grande importancia, não só para a companhia real, mas tambem para as linhas do sul e do Minho e Douro.

2. Sardinha salpicada.—O direito de 2 pesetas por 100 kilogrammas era especialmente concedido ás nações convencionadas enquanto durava o tratado de commercio com Portugal, que o estabeleceu. Hoje, o direito para as referidas nações é de 11 pesetas. Portugal, como nação não convencionada, paga 12 pesetas.

Tão evidente é o alcance d'esta enorme elevação de direitos, no que se refere aos prejuizos que d'ella hão de advir, não só ás empresas de transportes, mas tambem a uma numerosa classe industrial d'este paiz, que qualquer commentario ou explicação se torna inutil.

Ainda que fosse unicamente o restabelecimento puro e simples dos antigos direitos de entrada do peixe o que podesse lograr-se de uma renovação do tratado de commercio, valia a pena, em vista dos interesses geraes do paiz, acceital-a, embora se concedessem á Hespanha todas as vantagens de que anteriormente gosava.

3. Outro peixe salpicado, etc.—Está em circumstancias analogas ás referidas com respeito á sardinha. (O direito para as nações actualmente convencionadas é, tambem, de 11 pesetas por 100 kilogrammas.)

4. Mariscos.—Os direitos são actualmente iguaes para Portugal e todas as outras nações. Deve ter-se presente que attinge, por vezes, certo vulto a exportação da lagosta para Hespanha.

5. Bacalhau.—O trafego do bacalhau portuguez para Hespanha ainda não começou. Algumas diligencias se têm feito para que o commercio de Lisboa se occupe d'este assumpto; e é de crer que, mais dia menos dia, se lhe possa tirar um resultado satisfactorio.

Assegurar a Portugal, quando menos, vantagens iguaes áquellas de que estão de posse as outras nações convencionadas, é um acto de providencia, cujas consequencias promettem ser muito lisonjeiras.

6. Marmore em bruto ou desbastado.—O direito de 0,37 é alto para os marmores portuguezes. Parece calculado sobre o valor do marmore de Carrara, unico, se pôde dizer, que hoje importa a Hespanha, e que reúne condições excepçionaes. Os marmores portuguezes, de qualidade inferior, é certo, mas muito variados e bonitos, ainda assim podem facilmente encontrar saída para o mercado hespanhol, sobretudo, conseguindo-se a importação livre.

7 e 8. Marmore em folhas e lavrado.—Pouca importancia têm para o caminho de ferro estes generos. Entretanto, bom será que se consiga o restabelecimento dos antigos direitos.

9. Pedra de construção.—A nossa pedra de Pero Pinheiro e immediações, alem de não ter rival em Hespanha, tem agradado sobremaneira aos diversos empreiteiros e constructores a quem a temos mostrado, ao tratar do desenvolvimento d'este trafego, que pôde e deve vir a ser importantissimo, logo que esteja construida a linha de

a importação gratuita d'este genero em Hespanha, seria garantir-nos vastantes milhares de toneladas.

conta que, alem das pedreiras de Pero Pinheiro, existem á margem norte, em Chão de Maçãs; o preço d'esta ultima é muito inferior ao m resumo, as condições apresentam-se tão extraordinariamente favora- podessemos contar com a entrada livre em Hespanha, teriamos, ainda sobejos motivos para esperar um trafego avultadissimo, a que não é incompetencia, e nos productos do qual poderiamos confiar como em um dos las nossas receitas da exploração. A quantidade de marmore e de pe- em Chão de Maçãs é considerabilissima; importantissimos jazigos de ros e de excellente pedra lioz, muito semelhante em condições á de as pedreiras foram recentemente visitadas, a convite nosso, por um rid, o qual, entrando em negociações com os proprietarios, antevê um suas transacções, nas quaes nos achamos tão directamente interes-

num.—A elevação extraordinaria, que os direitos de entrada d'este soffrer (o direito actual é seis vezes superior ao antigo), ameaça des- o importante, o mais importante na via ascendente do ramal de Ca-

rou o tratado de commercio, uma grande, se não a maior parte do cias hespanholas de Badajoz e Cáceres, estava assegurado ao sal por- do começava a importal-o em quantidades progressivamente maiores. tal annulla por completo estas circumstancias e tendencias. Se, para o o trafico de sal com destino a Hespanha não cessou, por enquanto, so devido a algumas remessas em transitio pelo porto de Lisboa, pro- de Pinatar. Forçoso é reconhecer-se, entretanto, que alem de só in- iente o caminho de ferro, sem vantagem alguma para os interesses trafego não tem condições nem garantias de utilidade sufficiente, para compensação condigna da perda que a elevação de direitos nos vem o, em absoluto a saída do sal portuguez.

ordinarias em tábuas, etc.—Posto não seja dos mais importan- lreitos que está soffrendo este genero, pôde favorecer muito o porto antabrico contra o de Lisboa, na importação das provincias de Cáceres e em dia, se estão quasi exclusivamente sortindo pela nossa via. lho do paiz, bastante avultada actualmente, pôde, tambem, este acres- uir com desvantagem para os nossos interesses.

ordinarias em portas e janellas.—O direito de 2 psetas por i posto em vigor no tratado de commercio com a Suecia e Noruega. lle como nação mais favorecida. Perdendo esta regalia, com a aboli- mmercio, foi-nos elevada a contribuição ao decuplo. icará completamente paralysado o trafego nascente de madeira em errações de Lisboa começavam a produzir, com destino ás provincias s.

sabugueiro.—A exportação d'este artigo para Catalunha tem já um omar muito maior incremento obtendo-se uma redução no direito, e elevado.

14. Ferro fundido em obra ordinaria.—Algun se consome, em construcções, nas provincias de Badajoz e Caceres, procedente das fabricas de Lisboa.

Se á competencia que já offerece a este trafico a industria hespanhola das provincias do norte, tivermos que juntar uma elevação definitiva de direitos de entrada, perderemos completamente estes transportes.

15. Vinho.—O direito actual é absolutamente prohibitivo.

Sem ser restrictamente importante, a exportação de vinhos generosos portuguezes para a Hespanha era digna de ser tomada em consideração. Algun vinho abafado, especialmente do Douro, consumia o paiz vizinho antes da expiração do tratado de commercio; hoje póde ter-se a certeza de que as falsificações conquistarão o mercado por completo.

2.º Importação de Hespanha (mappa n.º 2)

1. Mineraes em bruto e não classificados.—Não tem, por enquanto, grande importancia este augmento de direitos. Póde tel-a, comtudo, de um dia para o outro, mudando as nossas actuaes condições industriaes.

2. Fructas frescas e secas.—É de urgente necessidade restabelecer-se o direito antigo, approximadamente seis vezes inferior ao actual. Graças ao aperfeiçoamento dos processos de cultura, á differença das epochas de maturação e ás condições particulares do solo e do clima, a uva, as cerejas, as peras e outras fructas hespanholas estão logrando um consumo regular e bastante avultado no mercado de Lisboa. Algumas disposições preliminares se têm combinado já com os negociantes do genero, tendentes a augmentar consideravelmente esta importação no anno proximo.

Tudo cairá por terra, é mais do que provavel, se o direito actual for mantido.

Deve ter-se em conta que as rasões de preferencia concedida em Lisboa ás fructas hespanholas, rasões antes apontadas, são de natureza a não trazerem prejuizo á agricultura nacional.

3. Azeite de oliveira.—Que o novo regimen prejudica os interesses do caminho de ferro é ponto fóra de duvida. Resta saber se os da agricultura portugueza são mais dignos de protecção.

4. Gado vaccum.—O novo direito de 2\$500 réis por cabeça embaraça muito a importação que a provincia do Minho faz de gado hespanhol para engorda e venda posterior.

Este regimen, que mais directamente prejudica as linhas do Minho e Douro, póde modificar as condições dos mercados do norte do paiz, que nos proporcionam um bom contingente de transportes.

5 e 6. Gado lanigero, caprino e suino.—As vantagens que nos assegurou o tratado de commercio eram tão illusorias como os prejuizos que nos poderão advir das actuaes circumstancias.

Pelo que toca ao gado lanigero e caprino, poucas ou nenhuma transacções se fazem com a Hespanha.

Emquanto ao gado suino não ha corrente determinada de trafego, se bem que o de permutação, em um e outro sentido, existe e bastante activo por vezes, dependendo a sua direcção das condições dos montados, de um ou do outro lado da fronteira de leste.

estes casos o que succede é que o gado transpõe a zona limitrophe cultas das auctoridades fiscaes e sem pagar um ceitil de direitos. Ipre seria preferivel que se restabelecesse o antigo *modus vivendi*. tos de importação em Hespanha para o gado de differentes qualida- na sua antiga importancia, que é a seguinte:

	Por cabeça Pesetas
acima da marca.....	128,30
guas.....	31,50
uar.....	19,60
inino.....	8,40
ccum.....	13,80
inô.....	8,45
nigero, caprino e não especificado.....	1,40

as feitas ácerca do gado lanigero e caprino têm perfeita applicação ao qual devemos algum trafego, ainda que pouco.

1 bruto.—Os 2 por cento *ad valorem*, para portos e barras, com ibuta a importação d'este artigo, anteriormente livre, podem prejudi- avultada a tonelagem da cortiça em bruto importada pelas nossas osto que a maior parte deve passar em transito, ha alguma que fica s é exportada em rolhas, outra vem abastecer os depositos e sãe, de- umento variavel, pela barra de Lisboa. ancias, os nossos transportes hão de resentir-se bastante do novo direito.

2 rolhas.—Para a cortiça fabricada não tem importancia nenhuma e gastâmos de Hespanha é cortiça em bruto.

3ma, sujas ou lavadas.—É muita a lã hespanhola que Portugal e 2 por cento *ad valorem* é muito elevado para um genero tão caro, bremaneira as transacções. m dos que mais reclamam a renovação do tratado de commercio.

• Direitos hespanhoes de exportação

o prejudica, n'este particular, senão o chumbo argentifero, cuja ex- e passou a pagar um direito de 1 peseta por 100 kilogrammas. ito por Portugal o minerio d'esta qualidade, verdade é; mas a liber- erfeitamente illudida na pratica, graças á exigencia da administração a, de se justificar a chegada da mercadoria ao seu destino final para o do direito. Esta formalidade, alem de longa e embaraçosa, não livra sitar a importancia do direito nas mãos da alfandega. Tudo isto con- rgente abolirem-se, tanto para os interesses do commercio como para.

MAPPA N.º 1

Direitos de importação em Hespanha

Designação dos generos	D e r e i t o s
1 Peixe fresco ou com o sal indispensavel para a sua conservação.....	
2 Sardinha salpicada	
3 Outro peixe salpicado, fumado ou de escabeche.....	
4 Mariscos	
5 Bacalhau secco.....	
6 Marmore em bruto ou desbastado.....	
7 Marmore em folhas	
8 Marmore lavrado	
9 Pedra de construcção	
10 Sal commun	
11 Madeiras ordinarias em tábuas, etc.....	
12 Madeira em portas e janellas	
13 Baga de sabugueiro.....	
14 Ferro fundido em obra ordinaria	
15 Vinho, por hectolitro	

MAPPA N.º 2

Direitos de importação em Portugal

Designação dos generos	D e r e i t o s
1 Mineraes em bruto e não classificados (<i>ad valorem</i>).....	
2 Fructas frescas e secas, por kilogramma.....	
3 Azeite, por decalitro	
4 Gado vaccum, por cabeça.....	
5 Gado lanigero e caprino (<i>ad valorem</i>).....	
6 Gado suino, por cabeça.....	
7 Cortiça em bruto (<i>ad valorem</i>)	
8 Cortiça em rolhas (<i>ad valorem</i>).....	
9 Lã em rama, sujas ou lavadas (<i>ad valorem</i>).....	

MAPPA N.º 3

Movimento de exportação pelas fronteiras
e Valencia de Alcantara

(Pequena velocidade dos generos indicados no mapa)

Anno de 1886

Peixe salgado
Bacalhau
Marmores e pedra em obra
Sal
Madeiras de todas as qualidades
Metal em obra
Vinho e vinagre

N. B. As cifras precedentes são extrahidas da estatistica da companhia n'ella adoptada não permite o especificarem-se todos os generos n.º 1.

A sardinha e mais peixe salpicado vae em grande velocidade, d'este

MAPPA N.º 4

Movimento de importação pelas fronteiras
e Valencia de Alcantara

(Pequena velocidade dos generos indicados no mapa)

Anno de 1886

Mineraes, toneladas
Fructas verdes e seccas, toneladas
Azeite, toneladas
Cavallos, cabeças
Outro gado, cabeças
Cortiça, toneladas
Lã, toneladas

N.º 88

DO MINISTERIO DA MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTADOS

Lisboa, 23 de novembro de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — T.
das pescarias sobre os quesitos por v. ex.^a formulados no officio

o convenio de pesca com a Hespanha, remetto, por copia (documentos) parecer da dita commissão, com o qual me conformo.

A

scarias. — N.º 303. — Ill.º e ex.º sr. — Fiz presente á commissão de v. ex.ª n.º 1:560 de 19 de outubro do corrente anno, interior dos negocios estrangeiros de 14 do mesmo mez e anno. Tendo ido alguns esclarecimentos necessarios para o melhor conhecimento e fôra consultada, deliberou esta commissão responder primeiro aos e formulados no fim do citado officio do ministerio dos negocios estrangeiros as considerações que teve por convenientes ácerca de outros de solução e que não parecem estar fôra da sua competencia. Vou ta a v. ex.ª do resultado das suas deliberações.

no caso de se modificar o convenio de pesca, conviria estabelecer o sujeito ao accordo entre as auctoridades maritimas dos dois paizes e da jurisdicção de cada paiz sobre o exercicio da pesca (fluvial). a commissão sobre este ponto que, quanto menor for a latitude deixada dades de um e outro paiz, tanto melhor será, sendo muito para de previsto e regulado no convenio de modo que as auctoridades manente tivessem de executar as prescripções accordadas pelas duas a que os regulamentos de pesca nos dois rios, Minho e Guadiana, parte integrante do convenio, empregando-se na sua elaboração prevenir as eventualidades que a experiencia de tantos annos tem em causa efficiente de questões entre os pescadores ou de diversas auctoridades maritimas dos dois paizes. O regulamento que se visoria no rio Minho contém as bases essenciaes a adoptar no resto deverá receber as modificações e acrescentamentos que a experiencia. Em quanto diz respeito á policia e fiscalisação, á fixação das dimensões dos peixes, e bem assim ás penalidades com que conenções, ha muito de certo a aproveitar do que se acha prescripto panhol que regula as pescas no Bidassôa.

preferivel o principio, hoje estabelecido no regulamento para o rio nacionalidade da embarcação que determine a jurisdicção e não a guas.

nissão praticamente impossivel, sem dar logar a contestações e contra-maneira positiva e permanente a nacionalidade das aguas fluv-necessario quando se trata da pesca, em vista do principio internacional de uma e outra margem o direito de usarem em commun tende portanto que o principio de que a nacionalidade da embar-a jurisdicção é o unico aceitavel com as restricções necessarias. deve manter-se na sua integridade o artigo 3.º do annexo 1.º ao Portugal e Hespanha de 29 de setembro de 1864.

adoptada por qualquer modo a base da nacionalidade das aguas, pela linha de maior fundo ou por qualquer outra linha.

fica dito, a commissão considera inutil tal demarcação em referen-

erá ou não conveniente alargar o praso estabelecido no convenio

respostas anteriores.

Cumpre-me agora expor a v. ex.^a as considerações que a esta commissão suggeriu a leitura do citado officio do ministerio dos negocios estrangeiros na parte que precede os quesitos já respondidos. Com relação ás tres hypotheses apresentadas no officio de que se trata, teve a commissão de considerar, alem da hypothese da cessação do regimen convencional, a da prorrogação do actual convenio e, n'este caso, a necessidade de resolver previamente questões pendentes e de propor quaesquer modificações uteis. Não tem de se pronunciar quanto a novas propostas do governo hespanhol, de que não tem conhecimento, nem acerca do regimen da reciprocidade, que uma larga experiencia mostra ser-nos muito prejudicial e que ainda mais o seria em presença do consideravel desenvolvimento que tem tido a nossa industria da pesca. Está esta commissão persuadida de que a cessação do convenio teria gravissimos inconvenientes e ocasionaria talvez a total ruina da nossa industria da pesca na costa do Algarve, se se entendesse que da adopção do direito commum deveria implicitamente resultar a limitação das nossas aguas jurisdiccionaes á distancia de 3 milhas da costa. Não parece todavia que possa affirmar-se ser esse, segundo os principios acceitos, o limite incontestavel das aguas jurisdiccionaes maritimas; menos ainda que com bom fundamento o possa sustentar o governo hespanhol. Segundo a opinião das melhores auctoridades em direito internacional, devem as aguas jurisdiccionaes de cada paiz considerar-se comprehendidas em uma zona que possa ser defendida de terra: — *Terræ potestas finitur ubi finitur armorum vis*; e d'este principio geralmente admittido resultou considerar-se por muito tempo como limite a distancia de 3 milhas da costa, por ser esse o alcance presumido da artilheria então em uso nos diversos paizes. Hoje, porém, em vista dos consideraveis aperfeiçoamentos realizados na artilheria moderna, ninguém terá por exagerada a distancia de 6 milhas como limite das aguas jurisdiccionaes. Póde objectar-se, é certo, que este principio não está ainda claramente admittido por todas as nações; mas a Hespanha é que não póde invocar este argumento, pois que não sómente admittiu, mas até o consignou expressamente na sua legislação; nas «Ordenanzas generales de la renta de aduanas», artigo 41.º, lê-se o seguinte:

«El gobierno, para asegurar la cobranza del impuesto de aduanas, exerce una accion fiscal que respecto de las fronteras comienza desde que las mercancías se encuentran en aquellas, y respecto de las costas en el momento de entrar el buque en las aguas jurisdiccionales españolas, que es una extencion de 6 millas, equivalente á 11:111 kilómetros, desde la costa.» Se, porém, não prevalecessem a favor do nosso direito as boas razões que o fortalecem, se a despeito do que é justo, se tivesse de acceitar no regimen do direito commum o limite de 3 milhas para as nossas aguas jurisdiccionaes, as nossas pescarias, mórmente as do Algarve, que n'estes ultimos tempos têm attingido um summo grau de prosperidade, ficariam em risco de completo aniquilamento. Com effeito, a nossa costa ficaria exposta ás devastações das artes do Bon ou parellhas hespanholas, ás quaes em Hespanha não é permittido pescar, com mui limitadas excepções, a menos de 12 milhas da costa, em attenção aos estragos que produzem varrendo o fundo dos mares com os seus apparelhos. As artes de Bon, pescando a 3 milhas da costa, não deixariam affluir o peixe ás nossas armações e artes de chavega e conseguiriam em pouco tempo, por devastações successivas esterilisar os nossos mares. Qual seja a gravidade do perigo de que convem acautelar-nos dizem-o bem claramente as constantes reclamações dos pescadores hespanhoes contra o uso das artes de Bon e as providencias adoptadas pelo governo do paiz vizinho para restringir o seu emprego e promover gradualmente a sua supressão. (Veja-se o regulamento de pesca das artes de Bon, de 9 de dezembro de 1865.) Tambem muito contribuiriam para a ruina dos nossos pescadores os galeões hespanhoes logo que podessem approximar-se e manter-se á distancia de 3 milhas da nossa costa, pois lhe seria facil illudir a nossa fiscalisação e invadir a todo o momento a zona

as provas nos têm dado os pescadores da
a lícito esquecê-las. Não se precisa considera-
riam necessariamente de uma tal situação,]
que se deram durante o regimen da récipro
considerações a tal respeito. Com o que leva-
mentado a necessidade de se manter em sua
convenio, os artigos 2.º e 3.º, que estabelecem
naes e prohibem o emprego de parelhas, mu-
lé 12 milhas da costa.

pendentes ácerca da delimitação das aguas ju-
esta commissão a pronunciar-se, por não con-

terminação das aguas fluviaes na foz dos ri-
nto das duvidas que se offerecem, sómente p-
alidade dos baixos que possam existir fóra d
deverá ser determinada pela sua maior conti-
ça assim a commissão haver-se desempenhad
se lhe fóra commettido.
etc.

N.º 89

MINISTERIO DA MARINHA AO MINISTERIO DOS EST

1.º novembro de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — C-
mbro ultimo, remetto por copia (documento 1
ento marítimo do norte, e outro (documento
as declaram estes funcionarios não julgarem
de pesca de 2 de outubro de 1885, pondera-
porto que convirá alterar algumas das disposi-
a no rio Minho.

seba algum esclarecimento do chefe do depar-
titado convenio, envial-o-hei tambem a v. ex.
etc.

A

o marítimo do norte no Porto. — N.º 517. — I-
do do officio circular de v. ex.^a sob n.º 1:475
o convenio de pesca de 2 de outubro de 1885
no fim do corrente anno, sobre o qual dev-
les entre os governos das duas nações, cump-
dado o assumpto e sobre elle ouvir os respec-

ecessario fazer-se alteração alguma ao men-
ontém todas as disposições relativas a mante-
adores de uma e outra nação, o que ha muit
parecer são os capitães dos portos meus sub-
dega de Caminha, servindo de capitão do p

especial para a pesca nas aguas do rio Minho, organizado em 5 de agosto as considerações que v. ex.^a se dignará conhecer pela copia inclusa do off-
dirigiu, as quaes não me parecem muito attendiveis, em vista de não ter
amente reclamação alguma da parte dos pescadores, e ter sido aquelle re-
mulado por dois officiaes da armada, de accordo com o capitão do porto
e tambem porque tendo occupado o cargo de capitão do porto d'aquella villa
armada, aliás muito competentes, nenhuma observação fizeram ao mencio-
mento.

omtudo, que se o governo de Sua Magestade Catholica propozer algumas
ao mencionado convenio, ser indispensavel que sobre essas modificações se-
os pescadores das differentes localidades antes de se adoptarem.

o se me offerece informar a v. ex.^a sobre este assumpto.

uarde a v. ex.^a Repartição do departamento maritimo do norte no Porto,
bro de 1887.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro director geral de marinha.==
da Silva Costa, chefe do departamento.

B

mento maritimo do norte no Porto.—Capitania do porto de Caminha.—
l.^{mo} sr.—Em conformidade do officio de v. s.^a, n.º 424, de 4 de outubro do
, tenho a honra de declarar a v. s.^a que entendo não ser precisa alteração
nvenio de pesca entre Portugal e Hespanha de 2 de outubro de 1885 e que
de dezembro proximo futuro, por me parecer que elle contém todas as dis-
tivas a manter a ordem e evitar conflictos entre os pescadores de uma e ou-
om relação, porém, ao regulamento especial para a pesca do rio Minho, or-
5 de agosto de 1880 pelos capitães dos portos de Caminha e Guardia (Hes-
que se refere o artigo 5.º d'aquelle convenio, entendo devem ser alteradas
disposições relativas á epocha em que deve fazer-se uso e emprego dos di-
elhos relativos á pesca da lampreia e savel, e ainda esclarecer melhor o modo
adores portuguezes e hespanhoes devem exercer sua industria.

o emprego da rede de tresmalho, bem como a de algerife, que o regula-
começar no 1.º de março e terminar em 30 de junho de cada anno, possa
durante todo o anno.

a rede de estacada, que o regulamento manda usar no 1.º de junho, sómente
par-se desde o 1.º de julho até 31 de dezembro, obrigando-se ainda os pes-
çar outra vez ao rio toda a solha que encostar á rede, e não tenha de com-
timetros sob pena de 5\$000 réis de multa. Quando uma *cobrada* de pesca-
uezes estiver em terra firme de Portugal e duas *cobradas* compostas de
e hespanhoes estiverem em algum areinho fronteiro áquella, devem os da
ada (portuguezes) alternar os lanços com os da segunda (portuguezes e hes-
como se todos estivessem no mesmo areinho e conforme está determinado
es do artigo 26.º do citado regulamento.

arde a v. s.^a Capitania do porto de Caminha, 15 de novembro de 1887.—
è do departamento maritimo do norte.—O capitão do porto, interino, João
es Cardoso.

N.º 90

ENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR.

novembro de 1887.—Ill.^{mas} e c.
 Portugal e Hespanha, de 12 de d
 estabelecer um novo regimen conve
 gado a um accordo sobre as ba
 aste, que até á sua conclusão, de
 entre ambos; havendo-se consegi
 31 de dezembro do corrente ann
 algumas modificações que consid
 do convenio de pesca que, sem
 a melhora-lo e a facilitar a sua
 esma occasião em assentar nas
 sobre a demarcação das aguas n
 r—e a continuação d'este conve
 ao governo de Sua Magestade c
 lações entre os dois estados.

negociação do tratado do comm
 osta nos dois paizes ao que se p
 rtugal introduzia por uma nova
 qual attendendo aos interesses fis
 al que tem seguido, estabelecia n
 i futuras reduções na negociaçã
 am fazer objecto de pautas conve
 ratado com a França, que se tor
 prudente n'estas circumstancias
 valiar as vantagens e inconvenie
 to do tratado com pleno conheç
 s quaes não deixariam de influ

pectativa, que mais seria de prev
 levados do que os nossos ácerca
 e os dois paizes, se presta mais
 os primeiros a pedir, o governo
 ia de tempo, para que nos disses
 se dispunha a apresentar, fez
 antes bases para a negociação d

simultanea de los tratados de pes
 en las aduanas terrestres de to
 en Portugal y en España de otr
 libre.

base será preciso regular los d
 mas de ambos países, á fin de qu
 ni trocarse en distinto sentido la
 ada en ambos países por las ad

io por año, en el
 unto de réis en Po
 ganados en la fro
 xistan para que h
 establecerán este r

ue ambos gobiern

ra el tráfico y el
 omo en la del Mec
 ejecutar las obras
 ados.

relações subsisten
 em manter e estr
 ases offerecidas e
 gestade Catholica
 esmo pensamento
 apresentou a v. ex

governo de Sua M
 .x.ª, de 31 de ma
 nais positiva a res
 r se effectivament
 plano do governo
 nizes em geral, e
 lestinado ao gove
 lado, como era m
 á sua elevada pos
 to do governo a e
 d'esse mesmo pe
 e pretendemos, fo
 las negociações er
 ur.

ajoso que seria pe
 , para a negociaç
 eitâmos, que não
 do principio do ex
 has da costa.

em secundaria, qu
 de pesca do trata
 aração.

andum, nos quaes
 s dois paizes, rem
 directa n'um e n
 , annotadas. Leva
 bre as fructas sei
 á liberdade nas

valer no conjunct

sca vamos negociar, devem ter por fim especial obter, e a reciprocidade do direito estabelecido no tratado de 1802, e o peixe em qualquer estado, podendo no pensavel para a sua conservação ir até á reciproca li-

a deve ficar igual em ambos os paizes, torna-se preciso do minimo de 550 réis o decalitro, ou o correspondente ramma.

temos o que havíamos indicado já, a saber, um direito e preferencia, um direito especifico correspondente. Os tra o gado vaccum, e o de 250 réis para o gado suino, áquella percentagem. A divisão dos direitos especificos mo interesse para nós. No calculo junto cc, encontrará m a equivalencia, referida no *memorandum*, entre o di- os dois direitos especificos mencionados.

s que são ou podem ser objecto de commercio entre os que não ha elemento muito importante para um tratado s.

m em pautas separadas ou no proprio tratado as reduc- á v. ex.^a a seu tempo, juntamente com o negociador hes- e chegarem, o que mais convenha. Não tem este ponto eixar de inserir-se em qualquer caso a clausula do tra- que o governo offerece até 1 de fevereiro de 1892, a argo que se convencione.

strar quantas mercadorias se acham já livres em Portu- estejam em Hespanha, e que se a igualdade se não tem re os dois paizes, não é por culpa nossa, como não será r a liberdade ou reduções nos seus direitos, iguaes aos

ão nos convem, de modo algum, negociar simultanea- ções do convenio. Devemos apenas no tratado obrigar- enio as alterações que possam contribuir para facilitar rança como do Mediterraneo e do Oceano, proprios ter- nuando os dois actos independentes um do outro como

o transito, e que nos podemos obrigar a encetar o mais ncluido o tratado de commercio, mostrará de certo a im- com relação ao que propriamente se deva considerar m mais do que as que se acham escriptas no actual con- ra o transito, e que o governo hespanhol deve saber já possam provir de outra causa senão da falta de cumpri- não acham harmonisados ainda os regulamentos inter- tram em Portugal. Com o fim de não prejudicar o tra- so em alguns casos applicar pela nossa parte o convenio m que não eram observadas as suas disposições, e em companhia dos caminhos de ferro fizessem entre si ajus- m esses regulamentos internos de Hespanha, mas em a do dito convenio.

. sido mesmo apoiados por nós, por exemplo, o que se blindados, que são exigidos pelos regulamentos hespa-

nhoes para o transitio, mas que o convenio dispensa. Pelas prescripções estabelecidas nos regulamentos internos, em Hespanha, para o transitio das mercadorias apresentadas nos portos maritimos hespanhoes, ou na fronteira dos Pyrenéus para seguirem para Portugal, só se permite o livre transitio em vagoes blindados, de modelo especial, previamente approvados pela alfandega hespanhola. Não havendo, durante certo tempo, as companhias de caminhos de ferro accedido a construir á sua custa esses vagoes especiaes, e não admittindo a alfandega hespanhola vagoes ordinarios de corrediças para o transporte das mercadorias em transitio, como prescreve o convenio, só este transitio se podia realizar depositando na alfandega hespanhola de entrada a importancia dos respectivos direitos de importação, ou prestando fiança por elles até se ter verificado a saída. Este inconveniente subsiste ainda nas linhas em que se não estabeleceram por enquanto aquelles vagoes, e para essas, as nossas alfandegas acceitam, em transitio por Portugal, as mercadorias das quaes se exigiram aquelles depositos e com o que se dá uma manifesta violação do convenio.

As mercadorias em transitio por Portugal não têm deposito (de direitos) nem fiança nas alfandegas: saem dos armazens das alfandegas de Lisboa, Figueira ou Vianna, seguem para a fronteira com a competente guia em vagoes ordinarios de corrediça sellados, são conferidos os sellos ou as mercadorias selladas na estação *terminus* do caminho de ferro portuguez e acompanhadas até á primeira estação hespanhola por praças da guarda fiscal.

Emquanto, pois, em Portugal se facilita o transitio das mercadorias em transitio intra ou extra continental, dando-se plena execução ás disposições da secção 2.^a do convenio regulamentar de 2 de outubro de 1885, essas disposições não se acham ainda em vigor em Hespanha com relação ás mercadorias em transitio de ou para Portugal.

Esta tolerancia ou connivencia na transgressão do convenio, que em presença do direito stricto se não pôde justificar por nenhum dos lados, tem a desculpa comtudo, pelo nosso, no muito desejo, no que vae tambem o nosso interesse, de ver removidos todos os estorvos d'este commercio entre os dois paizes, e nas diligencias que temos feito para que em territorio nosso se executem as disposições concertadas.

A v. ex.^a remetterei em breve, para apoiar as asserções que tenha de fazer sobre o modo diverso por que em cada paiz se cumpre o convenio, enumeração de factos determinados, attestados pelas auctoridades aduaneiras, que as fundamentem de um modo incontestavel. Não temos reclamado sobre elles, em parte, pelas razões que deixo expostas, e tambem porque os temos attribuido, em muitos casos, á inexperiencia dos empregados, e ás faltas involuntarias que seriam sanaveis com o tempo.

Se as facilidades indicadas pelo sr. Moret se referem aos processos de expedição e ás declarações em transitio ou a quaesquer formalidades em que elle entende se possam fazer simplificações, o governo portuguez não terá duvida em adoptar as que se achem em pratica n'outros paizes. Todavia, sendo as cautelas actuaes baseadas na necessidade da fiscalisação de actos que o convenio considera como transitio, mas que em outros paizes o não são, e se podem prestar facilmente a fraudes, teria, a alterar-se o systema actual, de reduzir o transitio áquillo que propriamente deve ser, isto é, á passagem por territorio de um paiz, de mercadorias de um ou para um terceiro paiz, sem alteração ou beneficiação dos generos nem modificação dos envolucros ou mudança de regimen fóra das estações *terminus* maritimas.

A passagem de quaesquer mercadorias que entrassem por um ponto da fronteira em caminho de ferro e saíssem pela outra parte da fronteira, seria comprehendida ainda no transitio.

Com as bagagens sabe o governo que as companhias do caminho de ferro têm igualmente feito entre si accordos para evitar as demoras que frequentemente se dão nas fronteiras, accordos que não estão tambem em perfeita harmonia com o convenio.

a

**segundo a estatística port
entre Portugal e Hei**

[illegible]

Kil.	4,58	844,4	555	162	209	23,225	1.101
Pelless em obra.....	0,005	0,9	Libre	118	15	118	563
Pelless ou couros, desperdícios.....	0,01	1,8	"	95	-	106	-
Cabello em bruto.....	0,005	0,9	"	45	55	45	2,048
Dentes e pontas n. e. de animaes.....	0,01	1,8	10	105	262	180,989	6,416
Gorduras n. e. (comprehendendo sebo).....							
Cera:.....							
Em bruto, limpa ou em residuo.....	0,155	29,70	20	12	76,175	52,138	78,968
Em obra.....	0,339	61,02	12% ad val.	21	24	143	1,888
Leite.....	0,01	1,8	Libre	56	-	889	-
Manteiga.....	0,525	84,5	185	66	92	501,896	858
Mel.....	0,0525	9,45	23	2	696	91	5,927
Despojos e productos animaes n. e.	0,005	0,9	Libre	97	-	6,976	-
Bacalhau.....	0,127			27	-		-
	0,080	83,6	39			1,720,280	
Lã:.....	0,080						
De trapo, tinta ou não.....	0,38	59,40	Libre	4	46	2,298	1,684
Felless em bruto.....	0,01	1,8	"	96	-	132,838	-
Fio n. e. tinto.....	1,95	351	810	4	-	2,298	-
Merinos.....			1,090	85	-	156,009	-
Flanellas.....	2,17 ou 3,50	390,5 ou 630	1,300	1	-	21,752	-
Tapados n. e.							
Bactas.....			985	272	495	577,785	8,781
Bacilhas e tecidos n. e. de pello comprido			530	187	-	11,906	-
Chales e lençoes.....	2,60 ou 4,90	468 ou 754	985	87	-	84,848	-
Tapetes e alcatifas.....	Varios	Varios	2,160	306	-	194,856	-
Alforjes e cobrejoas.....	0,997	179,46	270	8	-	61,594	-
Ligas e cintos.....	80%	30%	320	4	-	4	-
Obra de malha e ponto de meia.....	Varios	Varios	1,615	77	-	4,977	-
Obra de malha e ponto de meia.....	3,47	624,6	1,405	189	-	87,191	-
Passamanaria em obra.....	2,50	450	760	205	282	102,712	16,846
Obra de tecidos de pellos e feltros.....	30%	30%	50%	468	-	82,257	-
Seda:.....							
Rama, pello e trama branqueados.....	0,25	45	200	18	-	92,451	-
Rendas e filós.....	7	1260	6,500	51	-	89,074	-
Setina.....	4 ou 10	720 ou 1,800	6,467	21	-	37,449	-
Veludos.....	8	1,440	6,457	60	-	46,067	-
Fitas.....	Varios	Varios	5,970	7	-	90,809	-
Fannos para peneirar.....	"	"	Libre	34	-	2,124	-
Tecidos n. e.	"	"	"	468	-	274,684	-
Tecidos bordados de seda.....	80%	30%	20%	21	-	11,734	-
Obra de malha.....	10	1,800	5,580	27	-	17,849	-
Obra de passamanaria.....	7,50	1,350	2,720	328	-	86,411	-
Algodão:.....							
Fio simples branco.....	Varios	Varios	285	2	594	138	2,000
Fio simples tinto n. e.			370	1	-	367	-
Fio torcido.....			370	338	-	225,905	-
Rendas e entremeios.....	5,40	972	1,656	35	-	46,606	-

materias vegetaes:
 Conserva de fructas em aguardente, con-
 serve de fructas em salmoura ou vinagre,
 de hortaliças, legumes e hermeticamente
 fechadas.....
 Forragens.....
 Plantas e sementes para cultura.....
 Materias filamentosas n. e. em ruma (exce-
 pto esparto).....
 Gommæ.....
 Resinas (excepto a de pinho).....
 Alcatrão, breu, pez, etc.....
 Gommæ resinas.....

[illegible]

Pólvora sem ser em cartuchame.....	0,47	84,6	250	10	228	4.100
Espoletas de mineiro.....			Livre	108	17.445	137
Espoletas n. e.	1,4665	263,97	340	80	6.505	-
Pólvora em cartuchos.....	0,4585 e 6,223	82,53 e 41,22	350	199	4.234	-
Adubos para a agricultura.....	0,04	7,2	Livre	368	15.239	-
Atais.....	4,60	828	Varios	254	17.497	-
cos..... (20)			23 % ad val.	73	6.725	-
caço, observação, etc..			7 % ad val.	110	71.370	1.563
ios.....	Varios		25	3	16.708	6.690
jardinagem.....			4	66	9.093	11.874
erro.....	0,1984	35,712	15	70	17.010	-
distillação, de cobre .	0,24	45,2	50	3	172	-
a.....	-	-	Livre	93	3.686	-
is.....	Livre	Livre	Livre	65	10.115	-
oleo.....	0,90	162	9 % ad val.	89	7.239	-
as as especíes, excepto						-
ferro.....	Varios	Varios	27 % ad val.	249	20.099	1.785
a.	7,50 e 1,80	1,850 e 354	1.500 e 800	285	27.422	1.602
para senhora ... (21)	1,10	198	25 % ad val.	4	33.440	-
a chuva ... (22)	6,87	1236,6	22 % ad val.	82	55.837	20.483
cido para chuva	1,25	225	545	42	21.497	178.996
	0,76	135	825	11	4.672	-
		1015	1°ar 450	50	8.665	-

Kil.	2,75	495	1640	12,408
Caçotehou e gutta-percha :				
Em tecidos do seda	2,75	495	2	34,208
Em outros filamentos	1,50	270	12	6,261
Em borraça e em obra n. e	0,75	135	84	18,048
Em tubos	0,2165	88,97	2	18,972
Oleados para casas	0,65	117	3	4,430
Oleados n. e	Varios	Varios	35	1,745
Bahus, malas, sacos de viagem, etc			20	2,555
Capachos, esteiras, etc	0,3024	54,432	97	1,834
Obras de materias vegetaes filamentosas			166	80,098
Instrumentos musicos				
Embarcações estrangeiras novas ou em esta-				
do de navegar	Varios	Varios	156	30,040
Lonas, meias lonas, brins, brinzões (de li-				
nho ou algodão)			46	54,457
Cadeias, amarras, correntes, ancoras, etc.				
para embarcações	0,1984	35,712	35	20,500
Escovas para uso pessoal	Varios	Varios	10	10,706
Escovas para outros usos e vassouras	0,1875	33,75	108	2,304
Fatojos de toilette, costura, viagem	2,75 e 5,50	495 e 990	219	6,968
Alfinetes e colchetes	Varios	Varios	6	9,589
Plumas	9,15	1,547	459	86,579
Flores, folhas artificiaes	Varios	Varios		
Objectos para escriptorio, não de ouro ou	Varios	Varios	148	42,676
prata				

bb

to de commercio entre Portugal e Hespanha,
 dimento fiscal,
 1882 e 1885, foi inferior a 500/000 réis

Direitos cobrados menos os adicionaes	Valor da importação geral	Valor da importação de Hespanha	Direito da antiga pauta	Direito da nova pauta
Mil réis	Mil réis	Mil réis	Réis	Réis
			Já livre antes da nova pauta	
380	33.000	33.000	1.100	Livre
80	7.900	7.900	570	"
6	400	100	(mil.) 100	"
8	140	-	200	"
100	4.230	-	20	"
45	900	56	5 ⁰ / ₀	"
7	160	-	25	"
40	874	258	200	"
5	111	-	1 ⁰ / ₀	"
8	70	-	200	"
115	800	766	1	"
144	16.145	-	0,5	"
2	1.400	-	0,5	"
220	4.120	300	12,5	"
130	2.600	31	5 ⁰ / ₀	"
105	2.150	30	5	"
135	8.760	1	2	"
111	1.100	13	1	"
12	240	-	10	"
13	820	800	1	"
2	20	-	50	700
98	2.300	-	500	27 ⁰ / ₀
30	90	2	110	23
1	9	9	20 ⁰ / ₀	7 ⁰ / ₀
20	690	-	15	7 ⁰ / ₀
230	7.700	1.000	100	250
85	520	-	400	780
2	2	-	600	710
175	1.100	1.092	12	15
13	16	(hydr.) 1	(dec.) 680	780
206	3.790	6	5	10
332	7.240	89	5 ⁰ / ₀	9 ⁰ / ₀
70	1.100	-	200	300
41	640	-	20	80
136	1.050	-	10	15
21	540	-	25	22
260	3.270	210	20	31
70	820	-	750	800
115	1.250	-	3.000	3.150
45	1.160	-	200	320
70	200	-	5.000	4.225
170	250	-	3.000	2.120
94	170	-	3.000	1.525
250	900	-	1.500	4.225
220	21.500	1.700	7,5	40

Designação

Cera em obra
 Substancias medicinaes.....
 Mariscos frescos ou preparados por
 Coral em obra.....
 Madreperola em obra
 Tartaruga em obra.....
 Lã :
 Tecidos de pello curto.....
 Feltros de pasta de cabello e alca
 Alforges e cobrejões
 Gravatas e mantilhas.....
 Seda — Rama, pello e trama.....
 Algodão :
 Em pasta.....
 Fio simples branco.....
 Fio simples tinto n. e
 Tecidos abertos n. e. lisos.....
 Tecidos abertos n. e. lavrados...
 Tecidos transparentes.....
 Brim e lonas não para vélas
 Grosearias.....
 Hollandas
 Baetilhas de côros
 Cobertores (embora contendo bo
 seda).....
 Pelles de toupeira tintas.....
 Tapetes
 Gravatas e mantinhas.....
 Linho :
 Similhantes sedados.....
 Canhamo sedado.....
 Estopas em rama
 Tecidos abertos, merlim, telagars
 Tecidos abertos e transparentes
 Lonas e meias lonas
 Obra de malha e ponto de meia
 Madeira :
 Barrotes e barrotões.....
 Para mastreações e arcos para vs
 Caixas para charutos armadas ou
 Cortiça em obra.....
 Farinaceos :
 Aveia em grão.
 Farinha de milho e centeio
 Farinha de aveia
 Arroz com casca.....
 Salepo
 Materias vegetaes :
 Especiarias em conserva.....
 Conserva de fructas em alcool ..
 Em fio qualquer n. e.
 Balsamos naturaes
 Oleo de amendoas
 Oleos fixos liquidos n. e
 Succos vegetaes n. n.....
 Quina
 Mostarda em pó.....
 Composições e productos, etc...
 etaes :
 Oiro batido e laminado em folh
 rar
 Platina laminada e em fio.....
 Prata batida em folhas para pra
 Ferro puxado á feira cobarto de
 Ferro coado ou fundido em tub
 diametro.....
 Ferro em obra prateada ou dour

da ação N. — éts	Valor da Importação de Hespanha — Réis	Direitos da antiga panta — Réis	Direitos da nova panta — Réis
100	-	10	10
80	-	200	200
140	-	20	22
160	17	10	15
170	-	50	70
■	-	100	350
78	-	20	85
300	-	20	27
180	-	2,5	3
100	8	10	3%
340	65	1%	3%
300	200	1%	3%
190	25	1	3%
208	151	200	215
180	-	500	3%
100	290	75	100
100	-	50	2
150	-	10	2
150	-	100	320
100	-	100	80
100	-	1	1
42	-	30	30
120	-	5	7
115	-	50	55
150	-	250	300
155	-	50	300
44	-	125	30
190	-	50	30
140	-	10	80
128	III	200	250
170	-	150	185
190	-	15%	22%
120	-	1%	5%
37	30	25	22%
110	II	1	5
.00	66	2	4
.72	8	20	50
120	1100	25	70
170	-	200	Diversos
.28	-	100	800
25	-	200	500
181	-	25	85
13	84	25	500
120	38	10%	20
47	-	500	500
111	-	1.000	500
100	900	100	100
190	-	500	710
100	-	1.000	710
.80	-	10.000	20.000

Designação	Direito cobranças menos addições Mil R
Embarcações, embora condemnadas, que não forem reconstruídas (68)	1
Embarcações, embora condemnadas, que forem reconstruídas (69)	1
Cordel	1
Escovas que não forem para uso pessoal e vas- souras (70)	

(1) P. Marchantes reclamavam, tanto mais que
prima luxuosa P. colonias. — (3) P. aos torneiros d'esta
As fabricas de vélas reclamaram contra o direito do sel
dava á sua industria; o excesso é só dos addicionaes.
a nossa força contra a França. — (7) Tecidos e fios; é
por tal fórma complicado, que tocar em qualquer coisa
stavel que encontrei foi mesmo assim o que está na pau
que atrás. — (9) Idem. — (10) P. pedida pela fabrica de
estatístico. — (12) Este direito já affectou um pouco a
mento é dos addicionaes. — (13) Bramiam os rolheir
(16) Ligado ao regimen dos arrozaes; magna questão.
feculas; não havia razão para exceptuar uma. — (18) P.
tação livre. — (21) São hoje classificados como substanci
xou já na nova pauta; é protecção á industria nacional. —
(25) P. futura. — (26) Está incluída nas especiarias; nã
(27) Reclamações. — (28) Artefacto rico. — (29) Reclam
artigos protestaria logo toda a nossa industria fabril m
que atrás digo. — (32) P. minas cabo Mondego. — (33)
agricultura fremia, se livre isto. — (37) Est. baixou-se. —
(40) Est. — (41) Quasi prohibitivo (propositadamente). —
fabrica da Povoia de Santa Iria. — (45) Fabrica da Povo
Povoia de Santa Iria e outras mais. — (47) Não se pôde
que é a nossa salvação para a França. — (48) Abaixou-s
lação do estado. — (50) Discriminativo (propositadamen
(53) P. — (54) Est. — (55) Est. — (56) P. — (57) P. á ir
forme a hypothese. — (59) Se reclamam contra a peníte
P. a cousas similares de industria nacional. — (63) P. —
reito é quasi prohibitivo. — (65) P. no Algarve e Madei
(68) P. dos nossos calafates e constructores navaes. —
vassouras de palma e paissaba.

N. B. A deixar livre todas estas mercadorias seria
meramente fiscaes, mas a quasi totalidade são protecto
mento aduaneiro de taes mercadorias provém de se con
que se deseja.

CC

O preço de 15 kilogrammas de carne viva foi de
o maximo e minimo preços foram os seguintes, e nos se

Janeiro
Outubro

O preço medido de gado abatido no matadouro
maximo e minimo foram os seguintes:

Gado do norte
Gado do Alemtejo e Algarve ...

O valor medio, portanto, de um boi de talho pôde
de que 5 por cento são 2\$880 réis.

Este preço, não só pela barateza relativa da car
valor dos bois, que podem fazer concorrência ao nosso
réis, tomado para base do direito, evitará a maior conc
a elevar-se demasiadamente, que os bois hespanhoes p
restabeleça o preço regular. Fica assim o direito de 3\$
do preço.

O valor do gado magro ou novo fixado em 20\$000
especifico, é o dado pelas estatisticas em que os valores
muito ao valor real.

A

Memorandum

O governo de Sua Magestade Fidelissima tomou devido conhecimento das bases a negociação do futuro tratado de commercio, entre Portugal e a Hespanha, que o no de Sua Magestade Catholica lhe apresentou, por intermedio do seu representante côrte. São estas bases as seguintes:

- .^a Discussão simultanea dos tratados de pesca e de commercio.
- .^a Liberdade nas alfandegas terrestres de todos os artigos de produção exotica, tados em Portugal e em Hespanha de outros paizes, a fim de que a sua circulação completamente livre. Admittida esta base será preciso igualar os direitos que estes s pagam nas alfandegas maritimas de ambos os paizes, a fim de que não possa ha-referencia de um porto sobre outro, nem torcer-se em outro sentido a corrente com-al que hoje existe.
- .^a Livre entrada em ambos os paizes pelas alfandegas terrestres, do artigo que não produzido termo medio, por anno, no ultimo quinquennio a quantia de 2:500 pese-n Hespanha, e meio conto de réis em Portugal.
- .^a A liberdade completa do trafico de gados na fronteira terrestre de ambos os , removendo-se alem d'isso todos os obstaculos que se opponham á completa liber-de pastos. Os dois governos de commum accordo estabelecerão este regimen de que não possa ser invocado por outra nação.
- .^a As isenções e facilidades que ambos os governos concedam reciprocamente um ro não serão applicaveis a outras nações.
- .^a Facilidades de todo o genero para o trafego e commercio de transito internacio-anto em direcção de França como na do Mediterraneo e do Oceano.
- .^a Accordo dos dois paizes para a execução das obras necessarias para a navega-) Tejo na parte marginal dos dois estados.
- .^a politica de intima cordialidade que tem presidido aos actos dos dois governos no utuo trato, e de que em tamanha harmonia com o sentir do governo de Sua Mages-em sabido ser interprete por parte de Portugal o seu actual representante na côrte adrid, impunha ao governo de Sua Magestade o dever de tomar na mais attenta eração e submetter ao mais detido exame, as bases de um acto que é proposto com de facilitar as transacções entre os dois paizes, contribuindo assim para estreitar e idar as boas relações que subsistem entre ambos.
- .^a em resultado d'esse exame e inspirando-se n'aquelles sentimentos e intuitos, que erno portuguez passa a expor o que se lhe offerece sobre a proposta do governo de lagemstade Catholica.
- .^a acceita o governo a discussão simultanea do tratado de commercio e do convenio de mas, não se achando delimitado o terreno em que tteem de ser tratadas as modi-es que o governo hespanhol se reservára apresentar ao convenio de 2 de outubro 85 ao consentir na sua prorogação, embora dos termos em que foram annunciadas rehenda que não serão contrarias á sua essencia, entende por sua parte o governo uez necessaria a manutenção dos principios em que se baseia o dito convenio, isto xercicio exclusivo da pesca nas aguas maritimas para os nacionaes, até 6 milhas, mum para ambos os povos nas aguas fluviaes.
- .^a delimitação das 6 milhas das aguas maritimas não suscitará de certo duvida ao o hespanhol, tendo em attenção, que foi estabelecido no convenio como indispen-para, na presença das condições da pesca n'um e n'outro paiz, se poderem remo-

conflictos que in
e e da Andaluzi
a propria legis
õe o artigo 41.
e novembro de
ara asegurar la
le las fronteras
de las costas e
is, que es una

espanhol deseja
em esse limite,
este respeito sol
gunda base, q
nistro d'estado
drid, suggere a
de circulação q
termos generic
idos pelos porto
ros innumeros p
s a igualdade de
la um collocado
a. São distinct
n'este ramo
os povos, em ha
rrencia de prodi
nsumo.
ria pois de obte
omicas e financ
. custa de desva
rciaes que hoje

ctos exóticos se
es na producçã
aquelles inconve
ualidade e quan
r'outro paiz, e r
o para acautela
mente na fóрма
, todavia, o go
ções dos dois p
abando e dos c
nbaraços fiscaes
de 7 de março
rangeira que, se
os na taxa dos
es da fronteira
eira e proprio d
e modicos nas
l'esses estudos,

Sobre estes artigos, á excepção convém a Portugal fazer redução ou tornando os direitos de importação e exportação equiparal-os aos seus.

Nas demais mercadorias men grupo 2.º do mappa b, não pôde está comprehendida na pauta do r sula do tratamento da nação mais f acto, isto é, até 1 de fevereiro de gurar esta inalterabilidade para s tado.

Afigura-se ao governo de Si pela fronteira, das mercadorias, e economica para ambos os paizes, pôde elle acceitar o rendimento apreciação do seu valor commerci

O mappa b annexo mencior commercio com a Hespanha, as q cipio.

Alem das barbas de baleia e as quaes recaíam direitos puramen pauta geral tornados igualmente l direitos, havendo entre elles o pñ no, que poderia alargar-se com v de mercadorias mencionadas resp

O 3.º grupo do mappa b co dade, protectores e alguns mesmo prejuizo das industrias e dos int como a isenção de direitos se não e teria na vigencia do tratado co ajustado com outros paizes, de d'elles procedessem, maior preju a qual a sua pauta quiz acautelar

A base 4.ª sente o governo i proposta, isto é, de reciproca li mento em tempos, e pela adop hespanhol. São, porém, actualmei gorda dos gados em Portugal, e tem sido possivel dar remedio, ni essa industria com uma isenção a zes uma concorrência que lhe seri pular a reciprocidade nas condiçõ o tratado de 1883, e vem a ser: vaccum e suino, e a liberdade pa

Realisar-se-ia este pensamen processo fiscal, estabelecendo do novilhos, e de 34000 réis para direitos que, segundo elementos valores dos gados.

É intenção do governo de S

r entender que deve conservar igualdade de as de terra.

tadas, crê o governo de Sua Magestade haver mercio até onde lhe é possível para conciliar as, e está convencido de que o tratado, que amente com as facilidades já hoje concedidas necessarias para assegurar, se não a ampla governo hespanhol, a importação e a exportaceis.

ão mais favorecida, completar-se-hão as esti-

as isenções de que tratam as anteriores, cá i fica dito, em estabeler agora o regimen de proposto. Obrigar-se-ha elle todavia recipro-a inserir nos tratados de commercio que de sula pela qual não fiquem comprehendidas no igens especiaes que um paiz conceda ao outro onteira, ou as vantagens particulares conce-

ade que as difficuldades no transito interna- ocedem antes do imperfeito cumprimento do es, independentemente por certo da vontade lena execução, do que da falta de disposições s esse transito. Não póde elle considerar en- admitta fazerem-se-lhe as modificações que atholica já deverá ter estudado como mais deseja, e annuindo á sua proposta, não tem mmercio a clausula pela qual as duas partes elle sentido. Propõe comtudo o governo de go o objectivo da futura negociação sobre o cio que as modificações terão por norma as doptadas em relação ao transito sómente.

o governo de explanações para avaliar o seu ia das obras a effectuar, e ainda para apre- m o tratado de commercio projectado, assum- inhas.

**Mercadorias que, segundo a estatística
entre Portugal**

De transacções entre um e ou

Designação
Gado :
Vacuum.....
Lanigero.....
Caprino.....
Cavallar.....
Muar.....
Asinino.....
Suino.....
Animaes vivos.....
Tripas.....
Carnes frescas ou preparadas.....
Pescado fresco ou só com o sal indispensavel
Pelias em bruto :
Verdes.....
Seccas.....
Sardinha.....
Peixe de agua doce em qualquer estado.....
Mariscos.....
Queijos.....
Espanjas.....
Oleos n. 6.....
Ovos.....
Lã em rama :
Suja.....
Lavada.....
Casulos.....
Lenços de seda.....
Tecidos de algodão :
Crus.....
Estampados.....
Obras de tecidos de seda (taxa adicional do
direito).....
Fio de linho :
Simple.....
Torcido.....
Madeira em bruto.....
Tabuado.....
Barrotes, vigas e vigotes.....
Folhas para marceneria.....
Madeira em obra.....(1)
Carvão de madeira.....
Cevada.....
Chocolate.....
Fructas.....
Hortalicas e legumes.....
Esparto.....
Materias corantes.....
Sementes para distillação.....
Azeite.....
Casca de sobro.....
Baga de sabugueiro.....
Materias seccas para as artes.....
Chumbo fundido ou laminado.....

Designação	Unidade sobre que in- cide o direito portuguez	Direito em p
de pellos e feltros.....	Mil	
trama branqueados.....	"	
.....	"	
.....	"	
.....	"	
eneirar.....	Kil.	Va
.....	"	
dos de seda.....	"	
.....	"	
maneria.....	"	
anco.....	"	
to n. e.....	"	Va
.....	"	
emeios.....	"	
garças.....	"	
parentes, cassas, cambraias	"	
.....	"	
n. e. brancos.....	"	Va
ombaxinas.....	"	
.....	"	
açados, sarjados, adamasca-	"	
branqueados.....	"	
.....	"	Va
.....	"	
.....	"	
ou de ponto de meia.....	"	
galões e espiguiha.....	"	
os n. e.....	"	
.....	Kil.	
grossarias.....	"	Va
uscados.....	"	
e panno curado.....	"	Va
galões e espiguiha.....	"	
.....	"	
do.....	Kil.	
lo.....	"	
..... (7)	"	
vasilhame.....	"	
.....	"	
solduras para quadros e apai-	"	
ra.....	Kil.	Va
.....	"	0,0
.....	"	0,0
e aveia em grão.....	"	
go.....	"	
nteio.....	"	
ado.....	"	
.....	"	
.....	"	
.....	"	
u.....	"	
.....	"	
.....	"	
lanchas.....	"	
as:		
do.....	"	0,32%
efinado.....	"	0,18%
		0,18%

Designação	U sob cód po
Mineraes:	
Cimentos	
Pedra de amolar	
Pedras n. e.	
Materias primas para as artes, decorações	
Terras corantes e ocreas de qualquer cor .	
Marmores	(9)
Petroleo	(10)
Carvão de pedra e coke	Tc
Gemmas lapidadas	
Combustiveis fosseis n. e.	
Em obra	(11)
Bebidas:	
Cerveja	De
Aguardente simples	
Aguardente e alcool preparado	
Simple engarrafados	
Licores e cognac	
 Vidro e crystal:	
Em chapas polidas, aceiradas, etc.	(12)
Em obra n. e.	
Vasilhas de vidro ordinario.	
Louça:	
De barro.	
De grés ordinario	
De grés fino	
De porcelana	
Productos ceramicos n. e.	
Papel:	
Para escrever	
Estampado ou pintado.	
Cartão e papelão.	
Impressos avulsos	
Atlas, mappas geographicos, etc.	
Livros em branco	
Productos chimicos:	
Alcalis causticos	
Azotato de potassa.	
Azotato de potassa, cobre e ferro	
Carbonato de soda, em bruto, natural	
Medicamentos compostos.	
Diversas substancias e productos:	
Perfumarias e sabonetes	
Productos corantes.	
Tinta de imprensa e lithographia.	
Graza de lustro	
Vernizes	
Acidos gordos	
Gelatina, grude e gomma de peixe	
Collas n. e.	
Fogo de artificio	
Polvora sem ser em cartuchame	
Espoletas de mineiro	
Espoletas n. e.	
Polvora em cartuchos	
Adubos para a agricultura	
Machinas, etc:	
Armas de fogo portateis	
Instrumentos chirurgicos	(13)
Instrumentos de calculo, observação, etc. .	
Para as artes e officios	
Para a agricultura e jardinagem	
Para guindastes de ferro	
Para aparelhos de distillação, de cobre. .	
Manufacturas diversas:	
Gravuras em madeira	

—
s
—

val.

val.

800

val.

545

325

450

215

.640

820

500

20

61

500

val.

106

100

val.

2 1/2

120

12

560

29

val.

110

val.

226

220

val.

220

442

200

—

por

) O

com-

réis

pan-

pos-

elle

ite a

que

que

ruto.

arti-

por

char

or e

o ad

(15)

sitos

eso;

ide a

as de

Mercadorias que são ou po
segundo a estatística p

Desl

Gru

Barba de baleia em bruto.....
 Gado muar.....
 Gado asinino.....
 Sanguessugas.....
 Cabello preparado.....
 Crinas em bruto ou preparadas...
 Leite.....
 Cochonilha.....
 Coral polido.....
 Perolas.....
 Tartaruga, cascas em bruto.....
 Lenha.....
 Piassaba.....
 Sumauma.....
 Resinas n. e.....
 Gomas resinas.....
 Oleos volateis de terebinthina....
 Cobre puro e ligas analogas fund
 Pedras de amolar.....
 Carbonato de soda em bruto, artif
 Palma e esparto em trança.....

Gru

Pennas em obra.....
 Tripas em cordas (para instrumei
 Mel das abelhas.....
 Substancias para perfumaria. ...
 Almiscar.....
 Esponjas.....
 Barba de baleia:
 Cortada ou preparada.....
 Em obra.....
 Pão cozido.....
 Cidra e hydromel.....
 Collas n. e.....
 Quadros pintados a oleo e aguare
 Peças para machinas de relógios..

rea

ym

u

ou

...

...

...

...

...

...

...

naple

para
has d
por a
deco

.....
.....
.....
.....
.....
nas a

.....
.....
.....
.....

.....
.....
.....
.....
.....
colici
alco

.....
.....
.....
.....
.....

.....
na eli
abora
obra.
.....
com
com
abelli
bra..

.....
.....
.....
s...

.....
.....
as, qt
las, q
.....
pesso

N.º 91

A MARINHA AO MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS

de 1887.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Remetto por copia a v. ex.^a o officio (documento A) em que o chefe do departamento rações que lhe parecem necessarias ao convenio de pesca

A

o sul.—Serie de 1887.—Numero extra.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—n.º 1:472, que em 7 de outubro proximo passado recebi guinte:

eniencia para o nosso paiz, em que seja alterado, nas suas 2 de outubro de 1885, no sentido de se permittir a reci-

o se façam no dito convenio as seguintes alterações:

rante do convenio os regulamentos para a pesca na costa lo esses regulamentos todas as disposições a que têm de dois paizes, e as penalidades em que incorram pela sua

as penalidades applicadas aos pescadores dos dois paizes, as de ignorancia.

tidão os pontos de um e outro lado do rio Guadiana por eterminar para a separação das aguas territoriaes o meri- linha, que dê logar a que os pescadores portuguezes en- quelle rio sem infringirem o artigo 6.º do convenio. Para póde tal ponto ser ao O. do da junção dos *thalwegs* das

arece ter sido bem escolhida para determinar a separação as maritimas adjacentes dos dois paizes, determinada no elação ao rio Guadiana a linha tirada do extremo do eixo ada para o mar, ou o meridiano d'esse ponto, e isto pelas

tualmente duas barras em consequencia de terem as aguas, separando em duas partes o baixo O'Bril, e abrindo pelo barra funda e estreita, dando base para se poder allegar, io qual das barras seja aquella a que se refere, tanto póde esultarem contestações, que, comquanto não apoiadas em temente o convenio se refere á barra grande, por ser a rar), podem dar logar a questões difficeis de resolver.

o ser o meridiano, acima referido, mais para E. ou para ado um dos principaes que, se o escolhido for o que passa nova, as embarcações de pesca portuguezas não poderão girem o artigo 6.º do convenio.

regulamentos que
encarregados de o fi
malhas das redes, e
dição de disposições co

e offerece dizer a v.
r quaesquer inconve
as maritimas adjacen
extremo do eixo da be

a v. ex.^a Repartição
pro de 1887. — III.^{ma}
e do departamento n

ONDE DO CASAL RIBEIR

dezembro de 1887.
o despacho de 28 de
nota da copia junta
acompanhavam o cit
r. Moret logo que ch
i a occasião de con
.ª que vinha munido
do de commercio e
para ser promptame
o sr. ministro d'esta
el que, se já se tiver
sobre o assumpto áu
o apresentar-me.
amente conta do que
tc.

rtugal em Hespanha
ne s. ex.^a o ministro
ntrega a v. ex.^a do
e-se n'este document
ndo tomado na maio
o entre Portugal e E
sca e transito que p
ontadas.

overno portuguez no
.ª, de facilitar o tra
interesses economico

ida apreciação de v. ex.^a, tenho a honra de de-
 . ex.^a para conferenciar sobre o objecto do re-
 sidere opportuno, e se sirva para esse fim apra-

o 93

AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de passar ás
 nota que me dirigiu o sr. ministro d'estado, com
 hontem a hora adiantada da noite deu entrada

r. Moret para lhe fallar hoje antes da hora da
 nar parte na discussão da resposta ao discurso

apresentei munido do *memorandum* de v. ex.^a
 rcio e convenio de pesca, declarando-me estar
 desenvolver, dentro das normas das instrucções
memorandum.

rou mais conveniente aguardar as informações
 inha, que disse esperar com toda a brevidade,
 al do assumpto.

são do sr. ministro d'estado de um modo gene-
 uco conforme com as vistas do governo de Sua
 nte quanto a regimen de importação de gados,
 vierem a fazer-se no tratado, tanto para a im-
 ra de terra, etc.

esses pontos, mas sem grande desenvolvimento,
 truçções de v. ex.^a, entendi opportuno concre-
 nte e com maior instancia sobre a necessidade
 pesca, fazendo valer a consideração de não se-
 a Magestade as alterações que o governo hes-
 ziram n'aquelle acto internacional, e faltar ma-
 eciadas no curto espaço de tempo que decorre
 tual prorrogação.

resolver sobre prorrogação do convenio de pesca
 o commercial pendente, podendo então melhor
 obabilidade de se chegar a accordo.

erno de Sua Magestade Fidelissima, communi-
 o se mostrou habilitado e disposto a entrar na
 do o ponto impossivel, dentro dos poucos dias
 s do convenio de pesca, que, por parte do go-
 formuladas e definidas em proposta, não toma-
 ção do regimen convencional da pesca, com pe-
 lesagradaveis e de difficil composição entre os

a este governo uma nota propondo a proroga-
 idas, e na esperança de serem attendidas pelo

governo hespanhol, no seu espirito de justas
obvias razões adduzidas.

Assim o vou propor, cumprindo as ordens
de v. ex.^a de 28 de novembro ultimo, por
d'esta primeira e mais urgente parte da mesma.
Deus guarde, etc.

Ministerio d'estado. — Palacio, 10 de
novembro. — He tenido la honra de recibir la nota
de 2 del corriente, á que acompañaba un *memorandum*
que el gobierno de Su Majestad Fidelissima
del futuro tratado de comercio entre España
y Su Majestad en Lisboa. De todos estos documentos
los ministerios de hacienda y marina, en
resolucion de los puntos relativos al tratado
resolvieron despues á comunicar á V. E. su
gobierno de Su Majestad, podrá ultimarse
Aprovecho, etc.

N

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Madrid, 14 de dezembro de 1887. —
Em data de hontem, tenho a honra de
superior approvação copia da nota (documentando
a prorrogação do convenio de pesca.
Deus guarde, etc.

Legação de Portugal em Hespanha. —
ex.^{ma} sr. — Tive a honra de receber a nota
municando a remessa aos ministerios da finanças
a minha nota de 2 d'este mesmo mez, a fim de
os respectivos capitulos relativos ao tratado
v. ex.^a por esta fórma a communicar-me com
de Sua Magestade Catholica, se poderão

Do conteúdo dou conta ao meu governo

Achando-se, pois, iniciada a negociação
perar da amizade e espirito conciliador que
sivel brevidade a satisfactorio exito, permanecendo
ponto que carece de resolução urgente.

O regimen da pesca foi regulado em
de 1885, o qual, findando em 30 de junho
rente, por accordo dos dois governos. Pro-
tamente impossivel ultimarem-se as negociações
como é a parte que resta a decorrer do presente

sua parte conformado com a proposta do de Sua Magestade Catholica para a discussão simultanea do tratado de commercio e convenio de pesca; sendo manifestos os inconvenientes que poderiam resultar da interrupção de um regimen convencional de pesca, na falta do qual facilmente poderiam surgir conflictos entre os pescadores dos dois paizes, conflictos sempre prejudiciaes entre os povos, difficeis de derimir entre os governos e dissonantes da cordialidade de relações que entre as duas nações felizmente subsistem, torna-se indispensavel uma nova prorrogação do mencionado convenio de 2 de outubro de 1885.

Esta necessidade é tanto mais justificada quanto que, na nota que v. ex.^a se serviu dirigir-me em 29 de junho do corrente anno, annuindo á prorrogação actual, v. ex.^a acrescentára que ella serviria aos dois governos para examinarem as objecções que o actual convenio de pesca tem suscitado e resolvê-las equitativamente, permittindo estabelecer-se por modo solido e definitivo o que se refere ao uso e aproveitamento dos rios limitrophes.

Ora, taes objecções não foram ainda definidas pelo governo de Sua Magestade Catholica, nem as consequentes propostas de modificações que o governo de Sua Magestade Fidelissima sempre tem estado e continúa a estar prompto a estudar e acolher com o maximo espirito de conciliação na convicção de que não serão oppostas aos principios fundamentaes do regimen vigente e tenderão a melhora-lo na sua applicação.

No decurso da negociação encetada, e quando sejam formuladas as modificações desejadas por parte de Hespanha, serão ellas discutidas conjunctamente com as estipulações commerciaes, embora devam a final formar pactos separados e distinctos, o tratado de commercio e o convenio de pesca. N'isto se acham os dois governos de accordo, em conformidade da primeira das bases recentemente apresentadas ao governo de Sua Magestade Fidelissima pelo digno representante de Sua Magestade Catholica em Lisboa.

Por todos estes motivos, com plena confiança no espirito de rectidão que anima o governo de Sua Magestade Catholica e nos sentimentos de benevolencia que mutuamente inspiram as relações de Portugal e Hespanha, não hesito em acreditar que v. ex.^a se dignará annuir a uma nova prorrogação do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885, a contar do 1.º de janeiro de 1888, e por um praso que rasoavelmente se possa considerar sufficiente para se ultimarem as negociações ao presente encetadas e entrarem em vigor os pactos internacionaes que d'ellas venham a resultar mediante a approvação das côrtes, no que d'ella carecer, e bem assim da correspondente ratificação.

Sendo acceita, em principio, como espero, a nova prorrogação do convenio de pesca vigente, pelo governo de Sua Magestade Catholica, os dois governos de commum accordo poderão fixar o praso que pareça conveniente.

Aproveito, etc.

N.º 95

O SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

Lisboa, 17 de dezembro de 1887. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Accusando recebidos os officios que v. ex.^a se serviu dirigir-me, datados de 13 e 14 do corrente mez, cumpre-me dizer-lhe que merece a minha plena approvação a nota que n'aquella ultima data v. ex.^a dirigiu ao sr. Moret, propondo-lhe a prorrogação do convenio de pesca.

Seria conveniente alcançarmos uma prorrogação que, abrangendo a proxima epocha de pesca, fosse ao mesmo tempo por um praso que se presumisse necessario para dentro d'elle se negociarem, celebrarem e concluirem, como v. ex.^a muito bem indicou na referida nota, até entrarem em vigor, tanto o novo convenio de pesca como o tratado de commercio. Se, porém, não for possivel a v. ex.^a conseguir a prorrogação, que n'estas con-

dições deverá ser de seis mezes, prorrogação por tres mezes, confiando estando iniciadas as negociações, o governo a novas e successivas prorrogações substituir o actual.

Deus guarde, etc.

O SR. CONDE DO CASAL

Madrid, 24 de dezembro de 1885. Quem conferenciei hoje, por occasião da minha convidaria para verbalmente nos dar a prompta e favoravel resposta á minha venio de pesca, reproduzindo os consequencia da situação creada e as postas de alterações ao mesmo proximo conselho de ministros e tendo-a. Fallámos tambem de pra algum exagerado para se concluir simultaneidade o governo portuguez e Catholica. Neste ponto, porém, do ministerio da marinha contra a prorrogação de mezes o tempo da prorrogação, e se poderia renovar a prorrogação,

É esta limitação de tempo v. ex.^a, sendo claro, em meu par ticular o de Portugal na continuação meio de fazer valer as suas pretenções.

Se, como espero, a prorrogação acceital-a-hei nos termos do despacho receber.

Deus guarde, etc.

O SR. CONDE DO CASAL

Madrid, 29 de dezembro de 1885. ás mãos de v. ex.^a copia da notificação hontem, entrada hoje n'esta legação e concordando na prorrogação por tres mezes.

Conforme annunciei a v. ex.^a no despacho de v. ex.^a, re copio (documento B) e submetto á v. ex.^a

Deus guarde, etc.

A

io, 28 de diciembre de 1887. — Excmo. sr. — Tuve la honra de recibir de V. E. la contestación a la nota que le se sirvió dirijirme con fecha 14 del corriente, en la que me comunicó que Su Majestad Fidelísima, la prórroga del convenio de Comercio y Navegación, no se creyera indispensable para llegar á un acuerdo de Comercio y Navegación.

ha considerado siempre unidas las dos cuestiones, y
bladas simultaneamente para el tratado de comercio y
llegarán en breve plazo á término satisfactorio; pero
sideracion al gobierno de Su Majestad Fidelisima y á
senta, no tiene inconveniente en prorrogar el convenio
eses, ó sea hasta 30 de marzo de 1888, lo que tengo
star á V. E. autorizado por el consejo de ministros.

B

panha.—Madrid, 29 de dezembro de 1887.—Ill.^{mo} e
or a nota de v. ex.^a com data de hontem, em resposta

lo do convenio de pesca de 2 de outubro de 1885 por 1888, esperando que as negociações simultaneamente e reforma do convenio de pesca chegarão em breve dando dar uma prova mais de consideração ao governo qual seguramente será recebida com reconhecimento; e aos de v. ex.^a são os desejos do governo portuguez, e sempre por minha parte disposto a cooperar e fim, em nome do governo que tenho a honra de representar tres mezes do convenio de pesca de 2 de outubro e este praso, nova prorrogação será convencionada, se vontade dos dois governos não permittirem que a esse novo convenio que venha substituir o actual.

N.º 98

ROS GOMES AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho presente o officio de 29 v. ex.^a me remette as copias da nota do sr. ministro ^a, cumprindo-me apenas approvar, sem restricção, os la nota.

CONDE DO

janeiro de
nte, serviu
e pesca. O
es, que te
, porém, t
lei a decla
do gover

declarou-
Recomeça
resso a res
vez, não m
, etc.

CONDE DO

le janeiro
por via do
do hontem
o governo
nte o sr.
teve segu
foi acolhi
ue têm o
orreo, Inq
ador prete
isto mostr
tudo das c
deixará d
correlativ
m proseg
não apras
etc.

HENRIQUE

le fevereir
creto pelo

unicamente. Baseia-se esta providencia em mo-

direito que assiste a cada estado de com aquelle respectiva, restringir, até á prohibição mesmo, de importar, quer em transitio.

pela qual a Inglaterra se tem negado a satisfazer o pedido de internamento n'aquelle paiz dos nossos gado em que possamos impedir a entrada pela nossa Hespanha e acautelarmo-nos devidamente contra o interesse para nós demovermos aquelle obvenimento de que as nossas providencias sanitarias seguras o paiz da invasão das epizootias de Hespanha de Sua Magestade Fidelissima ser levado a adoptada em Hespanha, e mais apertada talvez, fazer lhe fique assegurado e não levante objecções

devida prudencia conversar com o sr. Moret so-

pedir esclarecimentos sobre se o estado sanitario adoptadas em Hespanha, e bem assim se, indecisão de dar á Gran-Bretanha, e no nosso interesse a invasão da epizootia em Hespanha.

º 102

AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tive a honra de receber oativo á real ordem de 31 de janeiro pelo ministério de 1.^a classe e importação de gado e de aves unitarios. Quasi ao amma de 20, publicando a anterior e respeito á importação de 1.^a classe que nas objecções suscitadas poderiam da gado de semelhantes bando. A primeira do de commercio e do nosso commercio fructuoso e igualmente generica e igualmente limitação quanto á se attendeu, isto é

diz respeito ás doenças; mas não tendendo francezes, razão q

pareceram contrarias á equidade modificadas por esse governo. E com caracter de epizootia.

Tendo pois variado fundam auctorisação conferida para cham opção em Portugal de medidas as quaes deixaram de subsistir e portanto não podem já servir d aquelle que este governo julgou]

Deus guarde, etc.

O SR. D. FILIPPE MENDI

Marzo 20 de 1888. — Excm practicado algunas investigacione para España ó para Portugal se respectivas aduanas de destino, c gobierno de Su Majestad el Rey, lísima la conveniencia de que se se comete por el citado río, cuyo pectivas aduanas los documentos y de común acuerdo se especificaciones, se exigiera á los exportado aduana de destino, por medio de

Ruego á v. ex.^a se sirva de tra justa la proposicion que deo trata, ó en caso contrario informa reses legítimos de ambos países.

Aprovecho, etc.

O SR. AUGUSTO DE SEQUE

Madrid, 20 de março de 188
do convenio
isposto, confor
terior, por
que n'este sen
etc.

N.º 105

SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. AUGUSTO DE SEQUEIRA THEDIM

, 23 de março de 1888. — Em resposta ao officio que v. s.^a se serviu de-
 20 de março do corrente, recommendo a v. s.^a que proponha a prorrogação
 de pesca, por mais tres mezes, nos termos em que foi proposta a ultima pro-

v. s.^a me informe, a tempo, da troca de notas em que isto se ajuste, para
 vidas communicações ás auctoridades maritimas e tornar publico o accordo.
 guarde, etc.

N.º 106

SR. AUGUSTO DE SEQUEIRA THEDIM AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

l, 28 de março de 1888. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de accusar re-
 despacho que v. ex.^a se serviu dirigir-me, e, inclusa passo ás mãos de v. ex.^a
 ta (documento A), que me foi dirigida por este ex.^{mo} ministro dos negocios es-
 prorogando o convenio de pesca vigente até o dia 30 de junho proximo fu-

garde, etc.

A

rio de estado. — N.º 10. — Palacio, 27 de marzo de 1888. — Excmo. sr. —
 ta á la nota de V. E. fecha 24 del actual, tengo la honra de manifestarle que
 de Su Majestad deseoso de dar una nueva prueba de su alta estimacion al de
 l Fidelisima y en la esperanza de que lleguen á pronto y feliz término las ne-
 para el tratado de comercio y navegacion, accede á prórrogar el convenio de
 España y Portugal firmado en Madrid en 3 de octubre de 1885, hasta el
 unio próximo aun quando es muy generalizada y atendible la oposicion á varias
 siciones de dicho pacto.
 echo, etc.

N.º 107

MEMORANDUM ENTREGUE PELO SR. D. F. MENDEZ DE VIGO
AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

., abril de 1888. — Ante los incidentes parlamentarios ocurridos en el parla-
 gués, ante la opinion de la prensa y de los cuerpos consultivos en Portugal
 de las negociaciones para el tratado de comercio, así como ante las corrientes
 tas que en uno y otro país se han desarroyado, la cuestion deducida á sus
 líneas generales encierra este tristisimo dilema: ó renunciar á un tratado de
 tre España y Portugal, ó llegar á una guerra de tarifas que haga de la fron-
 rea divisoria hasta que ambos pueblos en vista de los perjuicios que van á su-
 uen sus exajeradas opiniones proteccionistas.

Dado este triste recurso, perdida toda esperanza de llegar á nando toda idea de trato comercial con Portugal, seria necesario su á la primera columna y tomar además en materia de ganados, de c en conserva y de maderas cuantas represalias aconseja, el ciego in excitado además y provocado por las manifestaciones de la prensa y tuguesas: y como consecuencia de esta línea de conducta la ruptura contra el cual protestan los intereses españoles y que tan benefic tugal.

El gobierno español y muy especialmente el ministro de estado política y ha de resistirla cuanto pueda, hasta el último extremo: que el gobierno portugués ignorase la situación de las cosas y confu del de Su Majestad Católica, de mantener la mayor cordialidad de rel con el estado da la opinion en España y con las tendencias de la m. maras.

Preciso es pues, poner término á esta situación y para ello seri conde do Casal Ribeiro no demorara su vuelta y trajera instrucciones para concertar un tratado. En cuanto á las bases el gobierno espa hacer concesiones sobre las que primitivamente formuló pero de aceptar las que en respuesta le fueron sometidas y cree que solo ha tinuar la discusión: el primero que el gobierno portugués, con la que preside á las relaciones amistosas entre los dos países, diga cua que puede llegar y las bases que en último término puede hacer ace en cuyo caso el gobierno español podría apreciar hasta que punto le s salvando el tratado en el parlamento.

El segundo medio es tomar como punto de partida las bases pr cipio, aceptando en ellas la libertad en los ganados y el maximum frontera de tierra, condicion por supuesto de que se imponga la clá el reciente tratado con Dinamarca respecto á los países limítrofe tiempo la igualdad de derechos en las aduanas marítimas para los art exótica ó al menos para los más importantes de todos ellos, dejando el interior, buscando una combinación respecto al tabaco que aleje to interés de contrabando entre ambos países.

Convenidas estas bases, podría además aplicarse á las relacion tierra una serie de medidas que dieran por resultado la fraternidad de los pueblos limítrofes y un aumento de relaciones consecuentes al carriles y á la navegacion en los ríos comunes. Sobre estas bases por rollarse un buen tratado que sirviera de estímulo al desarrollo de ambos pueblos.

Confiadas además las negociaciones á un diplomático de la aut y de la experiencia de el conde do Casal Ribeiro, podría llegar-se ei inteligencia y hasta obtener en ambos parlamentos una autorizaci bases que permitieran el *modus vivendi* mientras se llegara al tratado

N.º 108

SR. AUGUSTO DE SEQUEIRA THEDIM AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

1, 9 de maio de 1888.—III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de accusar recebido acho de v. ex.^a, relativamente ao requerimento de Manuel Pedro de Mesquita

A) e mais documentos concernentes á sua allegação sobre a não entrada do sal pela alfandega de Fuentes de Oñoro.

no mesmo despacho me era determinado, procurei officiosamente uma prompta l'este assumpto. O sr. director das alfandegas, a quem recorri, acaba de me completa impossibilidade de ordenar a livre entrada sem pagamento de direitos lega de Fuentes de Oñoro, ou outra qualquer, do sal expedido de Cadiz em ra a provincia de Salamanca, por a isso se oppor terminantemente o convenio entre os dois paizes no seu artigo n.º 33, pelo qual só conservam o character nolas, para os effeitos do livre transito, as mercadorias que em portos hespan em embarcadas em navios d'esta nação.

endo succedido isso ao referido carregamento de sal, perdeu o character de mercspanhola, e por isso só poderá entrar pagando os direitos como mercadoria es-

or de reciprocidade, que v. ex.^a indica no seu despacho, e que invoquei, apleta opposição em que se acha com o accordo tomado entre os dois paizes, ser correspondido por Hespanha, onde o commercio de cabotagem é unica e ente permittido a navios hespanhoes.

o de que se trata constituiria uma verdadeira cabotagem. Ainda assim solicitei nistro da fazenda uma recepção para o dito caso, excepção a que v. ex.^a não ler, com grande sentimento seu, pelo procedente que abriria e pelas reclama-podia dar logar por parte da marinha mercante hespanhola.

o á responsabilidade attribuida á alfandega de Cadiz por passar documento de uma mercadoria embarcada em navio portuguez, não se póde exigir, por isso eclarou que o transito seria livre, e nenhuma disposição de lei ha que impeça em navios estrangeiros mediante os direitos que haja a pagar á entrada.

.^a no seu alto criterio apreciará o que entender mais conveniente, e n'esse sen-nará dar-me as suas ordens.

guarde, etc.

A

sr.—Diz Manuel Pedro de Mesquita, cidadão portuguez, residente na cidade da que tendo recebido de Gonzalez, U. Petty, companhia de Cadiz, 167:700 kilo-e sal a granel, producto das salinas de S. Fernando, na mesma provincia de Cadiz, portuguez *Maria I* e com destino, em transito pela cidade da Figueira, á provincia nea, succede que o administrador da aduana de Fuentes de Oñoro se oppõe a ncionado sal dê entrada em Hespanha de transito por Portugal, por não ser o , no pensar d'aquelle empregado, effectuado de conformidade com o convenio . O requerente, senhor, estranho ás leis que regulam o transito, é victima de o feito pela aduana de Cadiz, a não ser que o convenio seja interpretado idade por fórma diversa do que o é pelo administrador da aduana de Fuentes

Cadiz, a casa exportadora solicitou, de conformidade com o artigo 118.º das

ordenanzas de aduanas, despacho
bandeira em que o transporte e
da Figueira com destino á prov
não ignora as leis que regulam
offerecesse a menor duvida, e se

Quando a lei não permittis
despacho que era contrario ás
que o navio deixaria de carreg
o frete respectivo, nem ver-se
lison o transito pedido: se, poré
cante os prejuizos da não obser
nem deviam ignorar, e que auct
como se prova pela guia da adu

E não só aquella aduana sa
lar da nação portugueza n'aquel
o sal se destinava em transito p

Procedendo, pois, a casa e
cho, o manifesto e o conhecim
illegalidade quando os exportad
de se ter dado o despacho en
evidentemente que não teve a r

que se ponha
cho que me f
s, sob a fiscal
rado pela auc
hespanhola
gano feito pe
tes de Oñora
lores do men
ão de desaca
or, o require
o governo, p
rario ás leis,
ctuou um des
[cã
maio de 1888

O SR. CONDE I

2 junho de 18
ite memorand
para a renov
a obrigação
possa dar-s
har-me do h
seja compativ

emanado directamente do illustre representante do governo
 icie, com viveza, a expressão de descontentamento, em vista
 mentares e jornalisticos que se têm produzido entre nós com
 timos tempos. Preocupa-se o governo de Sua Magestade Ca-
 as, em demasia talvez, pelo receio de que fatalmente conduzam
 E, por outro lado, resume este documento com lealdade os es-
 m pôr cobro a tendencias manifestadas calorosamente em Hes-
 di contrariam o intuito, que tanto a peito tem tomado, de
 commerciaes. Em presença d'essa dupla corrente, que las-
 bora não isenta de certa vehemencia, algum tanto apaixonada
 nas paixão sempre), chega a inculcar a probabilidade da po-
 ras.

parte, necessario insistir largamente no concernente a este tom
 que se explica facilmente pela transição do desejo vivamente
 orosamente acolhida ao desconforto produzido pelos tropeços
 de se contava carrear triumphantemente até á pratica um
 concepções elaboradas por perspicaz intelligencia, sob o ener-
 oa vontade.

or opportuno contrariar, com copia de argumentos, a politica
 ue apenas se julga possivel como meio de desarreigar pre-
 reformando radicalmente a opinião para melhor e mais recta
 ninsulares. Porquanto é certo que ha sempre perigo grande
 o presente e o futuro, quando se procura o bem pelo extremo
 teorias pessimistas, e adoece na pratica todo o ensaio de sua

economicas sobretudo, um certo discreto opportunismo, se não
 e quanto é indispensavel para com as circumstancias, que
 nplantação de largos ideaes. É o caso de acceitar o proloquio :
do bom. E assim, sereno e despreoccupado o espirito, seremos
 proprios que, seja por convicção, seja por especulação parti-
 sas popularidades, nos saem ao encontro, semeando curiosi-
 s malevolas, accusações e por vezes injurias no terreno neu-
 ser sagrado, das relações internacionaes, usando até do abuso
 da liberdade de imprensa. Seja, porém, como for, a simples
 enos não é criterio seguro para se apreciar o movimento das
 i.

sumpto, é facil demonstrar que, no tocante a estreitar com
 iaes, que correspondam praticamente aos mutuos interesses,
 l da politica peninsular, maxima cordialidade com o maximo
 nal cabe a Portugal censura, por falta de empenho em pro-
 incipio ao trafego mercantil.

os lado a lado Portugal e Hespanha sem tratado de commer-
 vagos e genericos então em uso entre as nações europêas.
 to um novo periodo de politica commercial, inaugurado pelo
 nico. A França convidou as diversas potencias a celebrar tra-
 pautas convencionaes. Annuimos por nossa parte. Não falta-
 ontra essa nossa condescendencia. Mais tarde, porém, os fa-
 edar do tratado franco-portuguez de 1867 as pechas de que
 ores.

verno de haver preferido tratar com a França, não o fazendo

com a Inglaterra, Hespanha e Brazil. Injustiça dupla, porquanto da nossa parte, mas sim concordancia com a iniciativa franceza todas as nações da Europa; e, por outro lado, não fallecia o empobrecimento das negociações commerciaes com o Brazil, com a Gran-Bretanha. O proprio tratado franco-portuguez denunciava evidentemente o Brasil, n'aquella clausula em que nos reservavamos o direito de fazer ao grande imperio americano, nosso filho desde o XVI seculo, nos primeiros quartos do XIX, sem que taes concessões podessem ser feitas em virtude da clausula de nação mais favorecida. Que queriamos mais? Também sobejamente o provaram documentos que são do presente tempo, e por documentos se mostra que, se á Hespanha, nossa irmã, e a gloria de dar o primeiro golpe no detestavel regimen de importação escalar alcoolica, a Portugal coube a tarefa de iniciar a caminhar fortuna, com abundante e solidissima copia de rasões cumuladas e riosidade do funcionario distinctissimo que hoje nos representa n

Quanto á Hespanha não foi menor o nosso cuidado. O conde de Saldanha recebeu instrucções para encetar negociações commerciaes sobre a base do regimen economico então vigente. Foram essas instrucções do ministro Casal Ribeiro, e desempenhadas pelo conde de Avila, com a efficacia que sempre tanto o distinguiram nas largas phases da sua vida.

Não foi culpa nossa, se as negociações com a nossa irmã e viçaram sem exito.

Veiu então a Lisboa, como delegado do governo hespanhol Barzanallana, irmão do distincto estadista marquez de Barzanalla. O relatório do sr. Barzanallana inspirou-se algum tanto no proteccionista, então dominante no seu paiz. Essa foi a causa de logo no terreno mercantil aquella fraternal harmonia que, na lealdade e brilhantes demonstrações de affecto entre os soberanos da epocha, nova e manifesta consagração.

Seguiu-se, pouco depois, a revolução em Hespanha. Veiu rege Lisboa o sr. Fernandez de los Rios, que, em 1870, dirigiu ao duque de Saldanha de 28 de junho. Este documento foi inspirado mais em theorias politicas do que na analyse serena e pratica dos factos. Não teve seguimento immediato.

Porém dois annos mais tarde o distincto estadista sr. Andradinha e o mesmo sr. Fernandez de los Rios o tratado de commercio que foi de dezembro de 1872. Não se fizeram, por este tratado, concessões de grande importancia, mas firmou-se o pacto no principio do tratamento de nação mais favorecida, e intemerata a regra de uma perfeita reciprocidade. Todas as disposições do tratado regeram durante uma decada, sem demonstrar um só incomodo, e sem suscitar o minimo conflicto ou contestação.

Não pensava o governo de Portugal, nem desejava suspender o tratado estabelecido. Antes pelo contrario, durante a vigencia do tratado tentava mais de uma vez, ampliar as facilidades commerciaes do nosso paiz.

Essas tentativas foram principalmente iniciadas em 1877 e 1878, e foram os ministros dos negocios estrangeiros o duque de Avila e de Albuquerque, ambos fallecidos já, e glorificadas a sua memoria, as suas obras e os serviços de boa lei prestados ao paiz, nem sempre em vida d'elles, pelo juizo dos contemporaneos.

Tudo consta dos documentos officiaes trocados entre os dois governos nos nossos *Livros brancos*. Também ali se encontra o rastro do e

vre e mutua importação de gados, pelo conde do Casa Ribeiro, que, em 1881, exercia o cargo de representante de Portugal em Madrid. A nota de 18 de outubro do sr. D. Juan Valera, foi denunciado por panhol o tratado de 1872. Obedeceu este facto á regra geral, que o Reino de Hespanha, de estabelecer sobre novas bases o regimen comum não concedendo a applicação da segunda columna da pauta hespanhesa.

Portugal não pôde aceitar a negociação de novo tratado; e d'aqui apenas ratificado em 1885, e devendo terminar em 30 de junho de certo periodo de duração do tratado de 1883 não permite apreciar efeitos economicos. Mas, por outro lado, sem oppor a minima duvida do negociador portuguez, o sr. Serpa Pimentel, tantas vezes degra e honrada vida publica, todavia é certo que não lhe permittiu manter em varias disposições d'aquelle pacto a perfeita reciprocidade.

Por isso, naturalmente, se estipulou quanto aos productos da pesca, a pauta de importação á isenção de direitos de importação sobre o gado, lá em rama e compensação correspondente por parte da Hespanha.

Logo pelos plenipotenciarios em 1883, o tratado apenas pôde ser ratificado em fim do anno de 1885. Proveiu a demora da tenaz e louvavel zaga, ministro dos negocios estrangeiros, em ligar com a definitiva dos de transito e pesca, cujas bases haviam sido pactuadas no tratado de ratificação d'este mesmo tratado. Bem pôde suppor-se, e claramente a negociação, que o sr. Bocage procurou, na energica defeza dos interesses portuguezes, compensações que não pareciam sufficientemente commercial assignado anteriormente á sua gerencia dos negocios exa-

o ao parlamento portuguez em 1885, o tratado não passou incolume tica que, em erudito discurso, recheado de elementos estatisticos e faticas, oppoz ao tratado o sr. deputado Laranjo.

As apreciações e commentarios do illustre representante encontra-se no seguinte ordio:

« De e da justiça dos contratos onerosos, quer entre particulares, quer entre um lucro, equivalente ou proporcional, para ambas as partes; isto é isto, não é um contrato, é um logro; e, se de uma legislação mais justa do que a essencia das cousas desapareceu a rescisão por lesão da parte dos individuos e das nações não desapareceu o sentimento da justiça que a equivalencia ou a proporcionalidade dos valores é a regra geral, quer contratem dois individuos, quer duas potencias.

« Que discutimos será um lucro equivalente ou proporcional para ambas as partes, na vez, por censuravel incuria, por não motivada falta de energia, por negligencia, iriamos conceder muito mais do que recebemos?... »

« Os impugnadores do tratado se inscreveu o actual presidente do conselho de Castro, o qual, todavia, sacrificando intransigencias partidarias a politica internacional, com desassombro meritorio e brio de verdade, viu pela approvação do projecto no seguinte eloquente epilogo:

« Que estamos com a Hespanha em relações especiaes de vizinhança, que não se pode aprovar um tratado feito com essa briosa nação, com relações muito valiosas e muito importantes, traria inevitavelmente nossas boas relações. E, por mim, de maneira nenhuma concorre-

ria, nem com a minha voz, nem com o meu voto, para que, sem uma grande e indeclinável necessidade publica, se rejeitasse qualquer tratado feito com o governo da nação vizinha.

«Tenho para mim que a politica não só do actual governo, mas de todos, sem distincção de côres politicas, deve ser manter as mais cordiaes e as mais leaes relações com o governo hespanhol.

«Defendamos ciosa e firmemente, com todo o denodo e com inflexivel decissão, a nossa independencia e a nossa autonomia, porque n'esse ponto devemos dos por um.

«Mas, respeitada que seja a nossa autonomia, vivamos nas mais íntimas relações com a nação hespanhola, qualquer q

«Não podem deixar de ser esses os meus desejos, os meus v

ções e as de todos os que devéras amam a nossa patria.

«Critiquei o tratado, censurei o governo, por não ter obtido troca das que concedemos ao governo hespanhol; mas, se, depois tado, se depois de ter sido apresentado ao parlamento, eu viesse legas a que lhe dessem um voto de reprovação, penso que não p

«O governo, não tirando o partido que podia e devia tirar que se achava, pois que podia ter aproveitado a boa vontade e governo hespanhol, de fazer um tratado de commercio commosco, de um modo proveitoso para nós; o governo, a meu ver, não de paiz, como lhe cumpria.

«Afigura-se-me que o governo sacrificou, em grande parte, o seu desejo de ser agradavel, como disse o sr. Antonio de Serpa, a gestade Catholica.

«Mas, apesar das minhas censuras e da critica que faço ao pr não posso deixar de terminar dizendo á camara que dou o meu considerações que ha pouco expendi.»

Ora, se considerações d'esta ordem podiam e deviam conduzir tado de 1883, não era facil, por outro lado, demonstrar que, n pequena concessão obtida em favor dos productos da pesca nacion tugal da segunda columna da pauta hespanhola constituíssem com estipulações da pauta A, e menos ás do artigo 5.º

D'este artigo occupar-nos-hemos adiante.

Da applicação dos direitos estabelecidos, em tratados de H ções, adquirida em virtude da clausula do tratamento da nação m dia dizer-se, de um modo generico, e effectivamente se disse, por negociador, que muito diminuto era o seu valor para Portugal. (tar-se que apenas em dois artigos da nossa exportação para Hesp algum beneficio da tal clausula de nação mais favorecida. Seriam narias e o sal marinho.

O direito da pauta geral hespanhola sobre as madeiras em setas por metro cubico, e pelo tratado vigente com a Austria-l pequena redução a 2 pesetas.

Foi, em outro tempo, de bastante importancia a nossa expor Hespanha. No decennio de 1870 a 1879 subiu ao valor de 1.554: tando o valor medio annual de 155:000\$000 réis. Porém já n desceu a pouco mais de metade, 82:000\$000 réis por anno. E. 41:000\$000 réis, e 48:000\$000 em 1886, anno durante o qual vig

Quanto ao sal, é grande a differença entre os direitos esta

para as nações que têm tratados sobre a base de nação mais favorecida e aquellas cuja importação está sujeita á pauta geral. Por este paga-se 3,25 pesetas por 100 kilogrammas, pelas tabellas convencionaes apenas 54 centesimos de peseta.

Não é muito vantajado; mas tambem não póde dizer-se de todo insignificante o movimento da nossa exportação de sal para Hespanha. Nos mappas da nossa estatistica aduaneira não vem especialmente mencionada a nossa exportação de sal para o paiz vizinho; mas, se tomarmos para esse artigo a totalidade quasi da classe — productos chimicos, — não andaremos longe da verdade. A exportação para Hespanha no decennio de 1870 a 1879 ainda subiu a 250:000\$000 réis com a media annual de 25:000\$000 réis; mas decresceu depois sensivelmente a 7:000\$000 e 6:000\$000 réis. Em 1886 dobrou-se este algarismo. Não se póde attribuir este augmento ao regimen do tratado, que já se nos applicára pelo de 1872, nos annos em que se experimentou a decadencia. Mas é de rasão suppor que a ausencia de direito convencional entre Portugal e Hespanha precipite a aniquilação d'este ramo do nosso commercio com o paiz vizinho.

Curta foi a duração do tratado de commercio de 1883, o qual vigorou por menos de dois annos, entre outubro de 1885 e junho de 1887. Vinha breve o termo d'elle, quando, em março de 1887, o sr. Moret propoz ao governo portuguez, por via do conde do Casal Ribeiro, ministro de Portugal em Madrid, a negociação de novo tratado de commercio. O esclarecido ministro d'estado de Sua Magestade a rainha regente começou affirmando que o novo tratado deveria ser concebido sobre a idéa de uma reciprocidade completa e perfeita.

Rasão é esta por si só bastante para reconhecermos a rectidão e largueza de vistas do distincto estadista.

O que mais podia ferir a susceptibilidade portugueza e os nossos interesses, a falta de reciprocidade, foi espontaneamente eliminado pelo governo hespanhol no inicio da negociação. Mas, por outro lado, as propostas hespanholas de 1887 eram formuladas em termos porventura nimiamente amplos e em todo o caso muito genericos. D'este modo mal podiam ser acolhidas pelo governo portuguez sem profundas modificações.

D'aqui resultou a substituição das bases hespanholas por outras propostas pelo governo portuguez em despacho de 31 de maio de 1887.

O estudo d'este diploma leva á convicção de ser fructo de sazoadade meditação e manifesto senso pratico. Tal era o character de oportunidade, que revestia a contra-proposta portugueza, que, apenas apresentada pelo conde do Casal Ribeiro, com leves attenuações recommendadas nas instrucções recebidas, foi acolhida satisfactoriamente, no seu conjunto, pelo sr. Moret, como consta da correspondencia official da legação de Portugal em Madrid, dirigida a s. ex.^a o ministro dos negocios estrangeiros.

O essencial da contra-proposta foi, em breve termo, objecto de accordo entre os dois governos, como consta do telegramma e officio de 16 de junho de 1887. O exito da negociação agradou igualmente ao governo de Sua Magestade Fidelissima, e o ministro de Portugal em Madrid teve a honra de merecer, não sómente a approvação, mas a felicitação de s. ex.^a o sr. ministro dos negocios estrangeiros por telegramma de 20 do mesmo mez.

Infelizmente, porém, sobrevieram então em Madrid occorrencias de politica interna que levaram o governo de Sua Magestade Catholica a resolver em conselho de ministros o prompto encerramento das côrtes, tornando impossivel a discussão de qualquer nova proposta de lei.

Escreveu então o sr. Moret ao conde do Casal Ribeiro a carta de 20 de junho anexa ao officio da legação da mesma data. É innegavel a boa fé e lisura do governo hespanhol, como o é a sinceridade do pezar manifestado pelo ministro d'estado, por se ver na impossibilidade de dar seguimento á sua recente anterior deliberação. As causas que

que determinaram a resolução do conselho de ministros eram patentes e de todos conhecidas. Necessidades de politica interna, inteiramente alheias ao nosso assumpto.

Estava o governo hespanhol auctorizado por lei a prorogar os tratados de commercio que expiravam em 30 de junho; não o estava, porém, a introduzir n'elles novas clausulas. E bem novas e bem mais favoraveis a Portugal eram as clausulas recentemente pactuadas. Em tal caso propoz o sr. Moret com insistencia a prorrogação por seis mezes do tratado de commercio de 1883.

Tomou sobre si o conde do Casal Ribeiro a responsabilidade de mostrar ao sr. Moret a difficuldade grande, ou antes impossibilidade de annuir ao novo alvitre. Foi o que fez por carta de 20 de junho, annexa ao supracitado officio da mesma parecer e resolução de s. ex.^a o sr. ministro dos negocios estrangeiros.

Por um lado, os habitos, nem sempre sufficientemente reservados rismo portuguez, no tocante a negociações pendentes, tinham obrigado clarações ácerca das vantagens do novo tratado.

Por outro lado recresciam, com instancia clamorosa e desproporcio poderia assistir-lhes, os brados dos interessados na criação e engorda contra a livre importação, pela raia, do gado hespanhol.

Os creadores de gado miudo suino, ovelhum e caprino, a quem m veitar a livre introdução de seus productos em Hespanha, por via da ses calaram-se e pareciam indifferentes. Os outros, os creadores de gad dos pela diminuição de exportação para Inglaterra, que durante tant origem de optimos lucros, não acertaram em comprehender a verdadei mal; não attendiam a que este mal nos era commum com a Hespanha e com a Galliza. Apprehendiam mesmo que as difficuldades oppostas em troducção do nosso gado vivo provinham da facilidade com que entre gado hespanhol.

Apprehensão similhante acha-se hoje completamente desmentida officiaes publicados. Leia-se no *Livro branco*, recentemente apresentado tavel officio do nosso illustre representante em Londres, o sr. Martins lucidamente exposta, a historia e causas das restricções adoptadas e fôrma bem pouco compativel, não sómente com os principios de livre e se alardeiam alem da Mancha, mas tambem com a igualdade de tratação applicado ás diversas nações, a qual se diz ser principio predomi commercial ingleza.

Convem aqui citar textualmente o principal do que escrevia o sr. em officio de 6 de junho de 1886, publicado no nosso *Livro branco*, se aos negocios commerciaes, da collecção de documentos apresentados ás legislativa de 1887:

«O governo britannico tem tido sempre a combater a agitação proprietarios ou productores de gado do paiz contra a importação de gado 1883, recusando adoptar medidas de maior rigor, ficou, na camara dos noria de oito votos.

«Na actualidade só é admittido vivo nos mercados inglezes o gado das ilhas do canal, Jersey e Guernesey (*channel islands*), da Dinamarca ruela e do Canadá.

«É abatido no caes de desembarque o gado procedente dos Paizes panha, de Portugal, dos Estados Unidos da America, e, durante só algum do Schleswig-Holstein.

«É absolutamente prohibida a importação ou o desembarque do gado todos os outros paizes.

mente um projecto de lei, modificando alguma ocasião lord Spencer, presidente do con-Baixos por ter prohibido absolutamente no cedente da Allemanha.

« muito tempo, nos Paizes Baixos, molestia da não obteve que fosse revogada a ordem portos neerlandezes, é abatido nos caes de cedente de portos portuguezes.»

do occorrido com a Hollanda, em presença esclarecido representante em Londres, não medidas restrictivas adoptadas em Inglaterra, ás facilidades com que, no regimen do m Portugal, de gado hespanhol. Apesar do ás com razão principalmente se reclamou a t, voltou-se ainda á carga com a velha, invino *atacado de febre aphtosa*, sendo expor-do desacreditar este artigo da nossa expor-

ocado pelo governo britannico, respondendo a para a nossa vaidade, sem dar satisfação verdade, que não se nega e que o proprio tra a resposta, e afastar as nossas queixas igualdade de tratamento applicavel a todos Hespanha, victima comnosco de similhante lucção da America do sul.

ção geralmente mais dispostos a clamar por ue a raciocinar sobre as causas da doença e

as, os creadores de gado bovino portuguezes. de ser prorogado. Mais ainda: na discussão e importação, como nem sequer provahecc-onseihados pelo conselho geral das alfandeseão de fazenda da camara dos senhores de-ando-se aos nimiamente elevados na pauta re se procedia d'este modo para abrir mar-im: difficultou-se. Uma vez mais se demon-nuar mais, inculindo animo no adversario e spellir mais tarde a invasão e leval-a de ven-o calculo dos nossos legisladores, se mostrou publico. Ao revez, com a condescendencia, esso agricola ahi estão para evidenciar o cri-estão dos gados, n'aquella aliás illustradis-li argumentos já reduzidos a nada pelos fa-

iver cessado o tratado de commercio muito to se prestou a prorogar o convenio de pesca 31 de dezembro de 1887, e depois por tres do ainda vigente até fim do corrente mez

as do convenio de pesca, — exclusivo das

aguas maritimas para cada paiz e communidade nas fluviases — sação d'este convenio, sem ser substituido, nos arriscaria a cor estão os nossos armadores algarvios ao monopolio das aguas q poderão resignar-se a perdê-lo. Por seu lado, os armadores de lados em grande parte por pescadores algarvios, estão sequ nossa costa, bem provida de sardinha. Não nos será facil unicamente com os principios, assás indefinidos nos livros de aguas territoriaes, se viermos a ficar desprovidos de mais se direito internacional positivo, firmado em pacto expresso.

Roto, em 20 de junho de 1887, o tratado de commercio, a sua duração e não se concordar na prorrogação, em nada opinião em Portugal. Effectivamente, considerados apenas os havia motivo de lamentar a desaparição do regimen convenc to de 1883. E, quanto a outra ordem de considerações, que geraes de uma boa politica internacional portugueza, essas n assumpto de cogitação do grande numero; nem mesmo costum ferente, meditada e séria no mundo politico, quasi sempre n os incidentes ruidosos, de onde esperam uns a conquista e poder.

Coincidiu a ruptura do tratado com a crise agricola e pe accentuadamente proteccionista da opinião, em presença do discutida e votada a nova pauta. Na questão dos gados fez-se o meio em que foi resolvida. Em vez da liberdade de importa posta pelo governo, em vez dos modicos direitos de 5 por cen parecido sufficientes á commissão de fazenda, adoptaram-se fo bre o gado vaccum e suino, equiparando-se aos da pauta hesp

Mais tarde o congresso agricola, recommendando com ras sobre tal particular viesse a estabelecer-se no futuro tratado c com menor acerto, em nosso parecer, á equiparação dos direito pautas. Os commissarios do inquerito agricola, em seu relator rente anno, diagnosticaram com segurança o mal que affecta e attribuindo-o á falta de exportação. Porém não entraram, e analyse das causas que determinaram a decadencia de exportaç tificamente a influencia que poderiam exercer os direitos prote Por seu lado, o conselho das alfandegas, em consulta de 16 d gado a concluir que de não renovar-se o tratado de commerci tabelecer-se regimen commum, como *modus vivendi*, não result o nosso paiz; e que, se *alguma razão* podesse aconselhar o trat a base pura e simples de nação mais favorecida, para o fim de segunda da pauta hespanhola e nós á Hespanha as concessões cionaes.

Este parecer, salvo o devido respeito aos funcionarios negociantes que o subscreveram, preocupando-se exclusivame e fazendo caso omisso do economico e politico, não foi por cer antecedentes diplomaticos. Porquanto, consultados estes nos L traria a nota do sr. Valera denunciando o tratado de 1872, q simples de nação mais favorecida, precisamente por ter ente que, sem novas concessões especiaes, não devia applicar a qu columna segunda da sua pauta. E mui notavel se torna que julgasse possivel obter agora do governo de Madrid essa dero

sendo nós em compensação as concessões das nossas pautas con- que por lei geral temos desde ha muito applicado e continuâmos saizes sem distincção, ou tenhamos com elles ou não tenhamos tra- nto, que, com tratado ou sem elle, applicâmos, nem nos era licito espanha. Em verdade, mais razoavel que a conclusão do conselho s, parece a que se encontra resumida na consulta dos conselhos e commercio, onde se affirmou que não convem facilitar nos dois e generos, que n'elles constituem igualmente producções naturaes *não haja uma perfeita e absoluta reciprocidade.*

xposto resulta que nem no estado da opinião, nem nos pareceres litivas encontrou o governo elementos auxiliares de proficua nego- nho em materia commercial. Aguardava-se do governo hespanhol sobre modificações no convenio de pesca. E foi então, no outono ret, pondo de parte a questão especial da pesca, renovou, na es- as de março sobre tratado de commercio. Claro é que não podiam isar annuencia assistiam-nos as razões anteriormente allegadas. E tenuadas as difficuldades, acharam-se estas aggravadas pelo con- que resumidamente fica esboçado. Não é isto dizer que a situação se variado sensivelmente; mas, sim, que as repugnancias a con- am recrescido e se tornavam clamorosas, porventura alem da justa

governo o *memorandum*, que foi apresentado com a nota da lega- de dezembro de 1887. Não se pôde asseverar que este documento or igual ao que obtiveram as nossas propostas de maio; mas é espanhol não se deu grande pressa na contestação. Foram ouvidos ntes. Tendo por varias vezes o ministro de Portugal offerecido ao sobre a materia, foi sómente em principio de março quando, por efe da missão portugueza se viu obrigado a retirar-se temporaria- se foi aprazada conferencia, a qual não pôde então realizar-se. Dois bia-se da legação de Hespanha a nota verbal que temos presente.

o bastante para pôr em evidencia, com a historia fiel das negocia- Portugal e Hespanha, o empenho constantemente posto de nossa possivel ao terreno das transacções mercantis a applicação da po- , tão indicada pela situação reciproca das duas nações peninsula- mas de longa data, esse empenho, e tambem não existe hoje com que existia nos ultimos annos.

daméntaes da politica internacional variam com as alternativas de poder, consoante á indole do systema parlamentar, nem elementos roseguir na politica de cordialidade affirmada não sómente em pa- positivos. Ao contrario, com a restauração da monarchia legitima se ali uma era de paz interna e rapido progresso, tal como muitos r por preconceitos e phrases vulgarisadas, sem concurso de attenta iam por possivel. A nobre nação, nossa irmã, festeja hoje em Bar- umphos de sua industria. Se atravessa, como nós mesmos, e como austral e media, as crises cerealifera e pecuaria, acompanhadas phylloxera nos vinhedos, é incontestavel que a sua exportação de aineiros tem demonstrado uma rara potencia de expansão. Reorga- Hespanha a força publica, satisfazendo na maxima parte os seus es de renovação do material de guerra.

Dos portos hespan-
novos e poderosos bare-
potencias o grau de rep-
E, o que mais vale, re-
conta, na previsão de co-

Robustece-se o sent-
fantis de Affonso XIII,

Garantias essas tod-
nos devem ser gratos a
timentalidade, mas á rei-
boa, salutar e já tradicio-
operação affectiva, tanto

m o indom-
putível, co-
nações.

. entre nó
afastou e
so não liga
ção partida
Symptoma
la liberdade
. e do mal
parar, quar-
rvamos, nã-
que lhes v

, pois insis-
ormas que
ois que, se
a razão.

to, concretu-
il, não con-
resses nac-
ão, não pa-
r com a el-
ura não a c-
limites par-
de maio de
ntemente d-
ncta. Pare-
, introduzi-
ompanhand-
a terminaçã-
collo caber-
corpo do
se declara-
consignar-s-
os conven-
ommercial
o segundo

dificações que, de *commun accord*, se julgarem necessárias e tendam a resolver as lidades que se suscitarem sobre a demarcação das aguas maritimas na costa do sul, iaes no rio Minho;

1.º Que os dois governos se obriguem a estudar de *commun accord*, e pelos meios azerem conducentes, quaes os productos de importação estrangeira, que, sem predos interesses peculiares a cada paiz, possam ser igualados na taxa dos direitos a nas alfandegas maritimas da península e nas terrestres hespanholas estabelecidas nteira do norte de Hespanha que a divide da França:

2.º Que os dois governos igualmente estudarão quaes as mercadorias que, sendo o de trafego de fronteira e proprio da raia, possam, alem das que se designarem uta annexa ao tratado, vir a ser importadas sob o regimen de reciproca isenção de , ou de modicos direitos iguaes, pelas alfandegas terrestres de ambos os paizes. É de notar que, tendo sido já anteriormente admittidos estes estudos pelo governo guez e propostos em fôrma identica por sua iniciativa, nenhum motivo se antolha leixar de repetir a proposta. Empreendam-se de *commun accord*, e com mutua ontade. Seja largo, acanhado, ou nullo o resultado pratico, nenhuma objecção plau-póde suscitar-se contra similhante demonstração de lisura e boa vontade.

3.º Cumpre agora examinar as alterações que convirá propor no tratado de 1883. Salvo tigo 5.º e na pauta annexa, aquelle pacto não offende o principio de reciprocidade. sposições geraes concernentes a tratamento pessoal e ao de importação, exportação egação são liberaes, conformes aos modelos geralmente admittidos pelo moderno di-A redacção é clara, bom o methodo e ordenação das materias.

As modificações que parecem melhor indicadas poderiam ser as seguintes:

1.ª Acrescentar ao artigo 2.º a clausula estipulada no artigo 3.º do tratado de 20 de ibro de 1887 entre Portugal e a Dinamarca, em conformidade da base 5.ª offerecida unho de 1887 ao governo hespanhol, a saber: que os dois governos se obrigam a eleger nos tratados, que de futuro celebrarem com outras potencias, a reserva de ão ficam comprehendidas no tratamento de nação mais favorecida as vantagens es- as que um paiz conceder ao outro com o fim de facilitar o seu commercio de fron- ou as vantagens particulares concedidas por um ao outro estado.

2.ª Alem da razão de coherencia, visto como já assim offerecemos á Hespanha, esta dis- to foi aconselhada pelos conselhos superior das alfandegas e de agricultura e com- o reunidos.

3.ª Demais, desde que acceitámos a clausula á Dinamarca, á qual aproveita, de modo a podemos negar á Hespanha, sendo o beneficio seu e nosso conjuntamente.

4.ª Eliminar o artigo 5.º A primeira parte d'este artigo é inutil, a segunda injusta. ste artigo um dos pontos que suscitaram mais severa e justa critica na discussão nentar que teve logar em 1885.

É evidente que falta a reciprocidade, e que da manutenção do artigo 5.º poderia re- , no caso de serem augmentados os direitos geraes de consumo sobre os vinhos por- zes, ficarem estes no proprio paiz menos favorecidos que os hespanhoes.

5.ª O artigo 5.º, alem de inconveniente, é superabundante. A materia deve ficar regu- os termos geralmente admittidos conforme a prescripção do artigo 7.º

6.ª Eliminar o artigo 12.º, 13.º e 14.º, por se referirem ao transito e terem assento ar no respectivo convenio de 2 de outubro de 1885, o qual deve no protocollo an- como se disse, considerar-se separado e permanente, emquanto por alguma das duas s não for denunciado com anticipação de um anno pelo menos.

7.ª No mesmo protocollo convirá addicionar a materia que se encontra na base 5.ª das nho de 1887, isto é, que os dois governos concordarão nos meios conducentes a : plena e ampla execução ao convenio vigente de transito, tanto no que respeita ao

terrestres com o fim de
o outro dos r
o artigo 23.º
cial no conve
o artigo 24.º r
cabeche, com
nnexa, ou se
no seria prefe
reza, modelad
b o principio
der, além do
rmores em b
ça em pranch
caprino.

3, em vista d
rar-se cu tem
os.

esco, salgado
ente. Assim a
ndo-se o conc
o falham na
indicações e
de condições
am vantajosas
ercio raiano
eira de terra
as planicies d
até ás virides
al, as condiçõ
provincias n
sul o mesmo
s, na questão
s fluviaes, m
pelos algarv
no portuguez
sistiu, e dep
os srs. Bocaç
a do Algarve
foi estabeleci
spectivas agu
obtendo-se a

agociação, di
o pelo encarr
posto pelo go
da se não tin
tornava depe
ommercio, gr
rescentar) gr

tendo provisoriamente em vigor o convenio de 2 de outubro de 1885, contra o qual se pronunciam os pescadores de Huelva, como lesivo aos seus interesses.

É o convenio de todo o ponto satisfactorio para os pescadores algarvios, cujas clameiras dos poderes publicos; ao passo que os algarvios actual desfavorece, menos exigentes, mais reservados e silenciosos, e portanto prejudicados nos seus direitos, mas defeito, aliás compensado por vantagens, no qual tanto influe a opinião. E sempre por manifestações ruidosas; não aquella que submissa e silenciosa.

que não é o regimen da pesca objecto d'este convenio, com a letra A, demonstra: 1.º, que o commercio de commercio com Hespanha em exportação sempre tem sido superior á importação; e decaído a exportação Nos treze annos que de Hespanha, no valor de 830:100\$000 réis, e enviámos o mesmo genero no valor de réis 100 réis. Em 1885 e 1886, apesar do regimen primeiro d'estes annos o valor de 142:200\$000 e no segundo 228:400\$000 réis contra réis

que a nossa exportação attingiu quasi o valor da importação nos dois annos de exclusivo.

importação apenas 60 por cento do valor que tinha

maxima facilidade para o commercio de peixe e as pretensões deve ser a manutenção dos direitos que muito melhor seria a mutua isenção de ambas as tarifas de caminhos de ferro, na parte restricta piscatoria, tão interessante em um paiz com tanta faxa de territorio, todo banhado de costa, e meridional.

objectar-se apenas o interesse fiscal. Este, tendendo a tornar por agora extensivas a todas as mercadorias feitas á Hespanha no commercio terrestre, e indispensavel para a sua conservação, e á qual a nossa importação de semelhante mercadoria, como *a priori* é licito suppor e *a posteriori* frêscos importados nos dez annos de 1876 a 1885 de 37:700\$000 réis. Em 1886 importámos 20\$000 réis e em 1887 por 57:000\$000 réis.

a sardinha, e 3 réis para o demais peixe por o qual apenas poderá produzir 2:000\$000 réis.

é infimo a um incontestavel interesse economico por parte de Hespanha, em admittir a isenção de direitos, nos quaes mais do que Portugal a Hespanha tem este.

espanhoses entrados em Portugal, para contentos pela nossa pauta de 1887 e apenas superiores para portos. São livres tambem de direitos,

em Hespanha, os minerios de cobre, oiro e prata, e pagam os outros 0,25 pesetas por tonelada metrica. A reciproca e plena isenção seria preferivel. O quadro B mostra que nos dez annos de 1870 a 1879 a nossa exportação para a Hespanha representa em valor 43 por cento do que d'ali importámos; ao contrario, em 1881 e 1882, sobe a 165 por cento, e a 233 por cento em 1885 e 1886. A differença de relação provém simultaneamente de haver baixado a nossa importação de Hespanha, e haver crescido a exportação.

Aqui tambem o regimen da liberdade reciproca seria particularmente proveitoso a Portugal. Poderia objectar a Hespanha, por haver de modificar a sua legislação fiscal muito mais que Portugal, onde sómente teriamos de supprimir os 2 por cento *ad valorem*. Por nossa parte é que se não antolham difficuldades.

Os marmores em bruto e desbastados pagam em Hespanha 0,37 pesetas por 100 kilogrammas; a pedra de construção 0,06 por igual peso. Em Portugal pagam os marmores 1 por cento *ad valorem* e a pedra o imposto de portos de 2 por cento.

Não distinguem as nossas estatisticas do commercio com Hespanha os valores da pedra e marmore, tanto em importação como em exportação. Basta, porém, a differença grande do regimen fiscal para nos aconselhar a propor a liberdade reciproca e acolher-a com satisfação, se o governo hespanhol a admittir.

Pelo que respeita á classe 9.^a da nossa pauta — substancias alimenticias — na qual se comprehendem as fructas frescas e seccas, e o azeite, tão pouco possuímos, nas nossas estatisticas aduaneiras publicadas, elementos que revelem a historia do commercio d'aquelles generos entre Portugal e Hespanha. Pelo tratado de 1883, fixou-se, sem reciprocidade, ás fructas o direito de 3,6 réis por kilogramma, e ao azeite o de 500 réis por decalitre.

Actualmente pela pauta de 1887, as fructas pagam 20 réis por kilogramma e o azeite de oliveira 700 réis por decalitre.

Em uma das consultas do conselho superior das alfandegas, annexas ao processo, indicava-se maior augmento ainda sobre o azeite, elevando o direito a 900 réis! Seria isto elevar a 60 por cento o imposto protector do azeite, admittindo-se o preço medio de 1\$500 réis por decalitre, ou mais de 2\$500 réis por almude. Já o direito actual corresponde a 46 por cento, e o de 500 réis diarios não é inferior a 33 por cento.

É elementar principio de economia publica que a exageração de direitos é provocação ao contrabando. E ninguem poderá asseverar que em tão extensa e por partes invia fronteira, como a que nos divide de Hespanha, seja facil oppor-lhe fiscalisação efficaz em generos sobretudo que, uma vez entrados, não ha meio de distinguir dos nacionaes.

Exagerado parece o direito actual de 700 réis em decalitre de azeite, e não menos o de 20 réis por kilogramma de fructa. Para esta afigura-se conveniente a reciproca isenção, e para o azeite a redução, pelo menos, ao direito de 500 réis, fixado em 1883, tudo, porém, agora com caracter de reciprocidade. A fructa importada em Hespanha paga ainda um direito superior ao duplo do nosso, e o azeite 26 pesetas por 100 kilogrammas.

Observa-se nas nossas estatisticas que no triennio de 1880, 1881 e 1882 importáramos de Hespanha o valor de 569:000\$000 réis contra 188:000\$000 réis de exportação em toda a classe de substancias alimenticias, sendo a importação superior ao triplo da exportação. Pelo contrario, no biennio de 1885 e 1886 exportámos 263:000\$000 réis contra 133:000\$000 réis de importação, reduzindo-se esta a metade proximamente da exportação. Não é destituida de importancia esta comparação dos dois periodos, apesar de não se poder deslindar a relação especial que cabe ao azeite e fructas; porquanto denota inversão no movimento commercial em nosso favor, apesar de não termos no primeiro periodo regimen convencional, e na maior parte do segundo reger a pauta de 1883, sem reciprocidade.

Não ha duvida que a cultura da oliveira soffre hoje em Portugal com a baixa de preço e diminuição de exportação, estando longe esse interessante ramo agricola da florescencia que attingiu em outros tempos. Com razão coincidiram em lastimar o facto o congresso agricola e as commissões de inquerito ordenado pelo governo. Nem um nem outras, porém, attribuiram o mal á insufficiencia de direitos protectores. Por outro lado, ambos, com menos razão, repetiram queixas, tantas vezes formuladas, contra o regimen do transito, referindo-se o congresso agricola á saída pelos nossos portos de azeite hespa-

dade, e chegando os commissarios do governo ao extremo á *concorrença desleal* dos azeites hespanhoes, sejam mar- que os transportarem, e prohibidas as mudanças de vasi- n transito para ser exportado. Os commissarios esperam *prospera para a olivicultura nacional*.

de condemnar o regimen legal do transito, examinar-se ma, provém elle das estipulações do convenio ou de má nos pelos empregados aduaneiros portuguezes. Para isto lo convenio vigente, os quaes rezam assim:

destinadas a qualquer paiz, em transito por Hespanha ou outro vasilhame ou para outros envoltorios, comtanto que ndegas ou depositos determinados, com intervenção de em- sejam postos nas vasilhas ou envoltorios, com a indicação, os primitivos.

como Portugal terão a faculdade de *marcar com signaes* u caixaria de madeira, a tinta ou de outro modo, os en- ria, em que sejam acondicionadas mercadorias, que tran- s, a fim de quo se possa reconhecer o paiz de producção, e aquelle por onde apenas tenha passado em transito. » rtigos citados em abono de previsão do sr. Bocage, quo ciação do convenio, cujas largas vantagens seria impru- or uma infundada preocupação. Existem na lei todas as a pratica faltam, como se allega, sem provar-se, que se ormar-se a lei.

mais ampla discussão, e apenas por incidente foi tocado, mas de commercio que este relatorio se occupa. E por nta agora a influencia nefasta, segundo o congresso agri- commissarios do governo, que deve attribuir-se ao draw- ado para usar-se na industria da conserva de peixe.

vararem os direitos de importação de azeite em Portugal O por cento proximamente, e serem mutuamente isentas deve resultar inconveniente que obste á introducção no mesmo póde dizer-se da baga de sabugueiro, sujeita pela s por kilogramma, e que em algumas regiões vinhateiras os, sem adulteração perniciosa, nem outro inconveniente

panha é o regimen pautal da cortiça. Paga alem na im- kilogrammas, sem distincção de ser em pranchas ou em ma em pranchas e 8 réis em obra. É em Portugal, com luplo o imposto sobre cortiça em bruto e mais que quin- to confrontar os dois regimens com a respectiva situação podemos esconder a preferencia pelo regimen hespanhol. obreiros, e consequentemente productores de cortiça, não

têm que receiar da concorrência estrangeira e fiar de pôr esperança para o thesouro em direitos fiscaes.

Por outro lado, a differença entre cortiça em bruto e cortiça em obra para proteger a fabricação de rolhas. Certo é que esta industria teve nos tempos bastante incremento; porém, não o é menos que os processos não indicam necessidade de protecção pautal. A industria da rolheira seria merecedora de a obter dos poderes publicos? Que é e que vale industria semelhante em presermento principalissimo da nossa exportação, fonte quasi exclusiva com os paizes estrangeiros e objecto de extensissimo commercio que possa concorrer para a facil venda e aperfeiçoamento do produto e nunca contrariado pelos poderes publicos. Mas, se tem feito. Protecção ás rolhas, protecção ás garrafas, extrahidos de tudo, menos do summo da uva.

Esta é lesiva á qualidade dos vinhos, aquellas altimação dos vinhos aos consumidores sob a fórma de engarrafado, é fabuloso entre nós, em consequencia da enganosa propaganda. Quem escreve estas linhas póde asseverar-o por experiencia. A rolha, capsula e rotulo não custam, com o trabalho. Por qual preço se ha de vender o liquido engarrafado, para os centros de consumo interno, de onde não seja facil obter a garrafa? Como se tanto desfavor não bastasse, ainda os vinhos na exportação, com o imposto de 15 réis por decalitro e 50 réis no licoroso: direitos estes que regulam por 4 annos ordinario. Se com a *phylloxera vastatrix*, que devora a uva, cooperar de tal modo o desfavor da legislação, o paiz contemplar secca a fonte copiosa, de onde se tem hauido a produção.

Deixando a digressão e concretando-nos á cortiça, desenvolvimento que este ramo de produção, aliás rudimentar em Portugal desde ha bastantes annos. O quadro C dá a totalidade dos valores da cortiça em obra e em bruto, nos quinze annos decorridos de 1872 a 1886, de 1,477:500\$000, e de cortiça em obra no valor de 307:300\$000 separadamente á exportação dos sete annos de 1880 a 1886, de 2.073:300\$000 réis, e o da cortiça em obra em 1886 patenteia a progressão ascendente d'este ramo de industria. A exportação, especial para Hespanha, da cortiça succede com a exportação geral, a especial para o paiz de 27:400\$000, que era a media nos tres annos de 1870 a 1872, no biennio de 1881-1882 e a 19:100\$000 réis no biennio de 1883-1884.

A causa do phenomeno deve encontrar-se antes e independente da legislação fiscal. É o augmento da demanda, dispensando successivamente fornecimento alheio.

Estabelecia o tratado de 1883, sem reciprocidade, a importação de cortiça em bruto e em pranchas, e o direito de 9 réis por decalitro de cortiça. A livre importação reciproca da cortiça, tanto para o paiz quanto para Hespanha, agora o regimen mais apropriado, sem contudo d'ahi commercio ordinario d'esse ramo. Se se quizer manter, a protecção á fabricação das rolhas, com o actual e antigo d'Hespanha não acceite para si esse regimen differenciado de estipulação da pauta convencional á cortiça em pranchas.

É importante o commercio da lã em rama, considerada a importação em Portugal proveniente de Hespanha. Demonstra-o o quadro E, no qual tambem se vê o successivo augmento de valor medio annual d'essa importação sendo de 224:300\$000 réis no quinquennio de 1870 a 1874, de 258:600\$000 réis no quinquennio de 1875 a 1879, de réis 430:000\$000 no triennio de 1880 a 1882, e de 572:000\$000 réis no biennio de 1885 a 1886. N'este ultimo anno attingiu a quantidade da importação a 38:923 quintaes metricos e o valor a 793:800\$000 réis, mais do duplo do anno anterior, e muito superior a todas as medias.

A nossa exportação de lã para Hespanha é insignificante. Em 1885 e 1886 foi apenas de 3:000\$000 réis por anno. A nossa importação geral de lã em rama subiu em 1886 ao valor de 1.346:808\$000 réis, o em 1887 ao de 903:720\$000 réis. Em 1886 o valor da lã importada de Hespanha representa 60 por cento no da importação geral.

O regimen fiscal é bem diverso nos dois paizes. Entre nós a lã em rama é livre de direitos. Assim o estabeleceu o tratado com a França de 1881, e depois o de 1883 com a Hespanha, generalisando-se a todas as nações em 1885. Pela pauta de 1887 paga apenas os 2 por cento *ad valorem* para portos. Em Hespanha paga a lã suja 28 pesetas por 100 kilogrammas pela pauta geral, e pelas pautas convencionaes 24,30 pesetas. A lã lavada paga 56 pesetas por 100 kilogrammas pela pauta geral, e 48,60 pesetas pelas convencionaes.

Claro é, portanto, que nada teriamos a perder e talvez alguma coisa a ganhar com a liberdade reciproca. Approvando que se proponha este regimen, não abrigâmos, todavia, tanta confiança nos resultados d'elle como se manifesta no illustrado parecer dos conselhos reunidos de agricultura e commercio, onde se pretende explicar pela differença de direitos o desequilibrio, tendo-se aliás em vista o commercio geral, e não o especial com Hespanha, como cumpria para o caso. A qualidade e abundancia da producção em Hespanha, principalmente na provincia da Extremadura, e a escassez em Portugal são a verdadeira origem do desfavor na balança do nosso peculiar trafego de lãs com o paiz vizinho.

Tambem é certo que a baixa no preço das lãs tem diminuido o incentivo de melhoramento das raças entre os nossos creadores; e cerceando o lucro, aliás indubitavel como producção de adubo, inherente á creação de gado lanigero, aggrava outras manifestações da crise agricola. Como era natural, o phenomeno prendeu a attenção do congresso agricola de 1887, e a dos commissarios encarregados do inquerito pelo governo. Pronunciaram-se pelos direitos protectores congressistas e commissarios; e estes ainda mais terminantemente do que aquelles.

Vejamos. No relatorio geral do congresso agricola vem os seguintes periodos:

«A lã, que de certo é um dos productos mais valiosos fornecidos pela especie pecuaria, e que na pauta de 1841 era protegida contra a invasão da lã estrangeira, acha-se hoje inteiramente desamparada da indispensavel protecção.

«Na pauta de 1841 a lã suja estrangeira pagava por cada 15 kilogrammas 240 réis, a lã lavada 360 réis, e a tinta 2\$830 réis. E hoje a «lã em rama lavada, ou por lavar, e a simplesmente cardada ou penteada» é livre, e paga só 2 por cento *ad valorem*; e a «lã em rama tinta» paga só 35 réis por cada kilogramma. D'ahi provém que a lã nacional tem soffrido um abatimento de mais de 30 por cento do seu valor venal, chegando actualmente, em muitos pontos do paiz, a não encontrar sequer comprador.

«Com estes fundamentos deverá pedir-se que a lã em rama estrangeira, quer suja, quer lavada, fique sujeita a um direito sufficientemente protector da industria pecuaria nacional.»

Os commissarios do governo desenvolveram mais a materia, e escreveram o seguinte:

«Attribue-se com razão esta baixa de preço á importação das lãs estrangeiras... Mas o augmento da importação não parece ser principalmente devido á abolição do direito pautal, por isso que o direito de importação, que regulou de 1860 até 1882, era apenas de 5 réis por 10 kilogrammas, direito bastante insignificante para que a sua suppressão produzisse tal desequilibrio no movimento commercial. Alem d'isso, estando a lã sujeita ao direito de 2 por cento *ad valorem*, para portos e barras, vem a pagar hoje quasi o mesmo que antigamente.

«É facto, porém, que a importação de lã em rama, lavada ou suja, duplicou em 1886, e posto que diminuisse em 1887, foi ainda n'este anno superior a qualquer dos annos anteriores a 1885. Augmentou tambem muito a importação da lã tinta, assim como a da lã artificial de trapo, que ha poucos annos começa a ser empregada nas fabricas de tecidos. Este augmento total na importação da lã estrangeira, augmento que vae muito alem de 2.000:000 kilogrammas, devia forçosamente occasionar uma diminuição correspondente no consumo das lãs portuguezas e dar logar á baixa dos preços.

«.....
«É evidente que a depreciação das lãs portuguezas tem a sua explicação natural no facto de haverem as principaes fabricas de tecidos de lã preferido as lãs estrangeiras, principalmente da Australia, para o fabrico de pannos, coincidindo este facto com o da arrematação do fornecimento de pannos para o exercito, feito por uma das nossas fabricas.

«A industria fabril dos tecidos de lã, implantada em Portugal á sombra do mais radical protecçionismo, não póde ainda hoje prescindir da protecção pautal que tem continuado a gosar. É justo, pois, que se mantenham esses direitos protectores, e *que se elevem mesmo*, como foram ultimamente elevados na pauta de setembro de 1887. Mas é igualmente justo que essa protecção não vá ferir e prejudicar outras industrias, e muito menos a nossa primeira industria, a agricola e as suas accessorias.»

O obscuro auctor d'este trabalho não é fabricante de lanificios, nem de outro qualquer artefacto; é agricultor e ama a profissão que sobremaneira o occupa e interessa. Aprecia quanto importa desenvolver a criação do gado lanigero, principalmente nas regiões meridionaes e centraes de Portugal, pois que, alem de satisfazer a outras conveniencias, é esse um factor importante de producção de adubos, cuja deficiencia é tão sensivel na nossa economia agricola. E póde acrescentar-se que este factor se adapta perfeitamente a regiões onde a falta de agua e pastos substanciaes oppõe embaraço á posse de quantioso gado bovino. Todavia, respeitando-se a opinião contraria, não se póde adherir ao expediente recommendado.

Os proprios commissarios hesitam quanto ás causas de depreciação das lãs. Attribuem-a á importação estrangeira, e logo produzem plausiveis razões, pelas quaes o *augmento da importação não parece ser principalmente devido á abolição do direito pautal*. D'aqui que a conclusão não cabe nos principios, nem portanto o remedio resulta adequado. Mais ainda, se *as principaes fabricas de tecidos de lã preferem as lãs estrangeiras, principalmente da Australia*, ou antes, se as necessidades de consumo exigem supplemento crescente de lãs finas, que o mercado interno não fornece, ou apenas fornece em pequena quantidade, como se pretende difficultar esse supplemento com a imposição de direitos? E com qual fundamento se aconselha cumular uma sobre outra protecção, elevando ainda os já elevadissimos direitos sobre os lanificios?

Concebe-se o systema protector; applica-se geralmente hoje; nem é moda já jurar nos principios absolutos da escola de Adam Smith. Não, porém, com exagerações semelhantes. É palpavel o progresso da nossa industria de lanificios; demonstra-o com evidencia a recente exposição, apesar de estar longe de equiparar-se ao grau que tem attingido em outros paizes, em Hespanha mesmo. O que affoutamente póde asseverar-se é que em muitos artigos, não

e de uso commum, mas ainda de fina e superior qualidade, possuímos os, que rivalisam com as boas estrangeiras. Cazimiras, diagonaes, cor-se excellentes e por custo extremamente modico. É já a concorrência dos productos estrangeiros, reguladora de preços de muitos e variados ara que as fabricas se mantenham e progridam não é necessario elevar, rvar a exagerada taxa actual de direitos protectores; mas é indispensamento á importação de lãs superiores que vem de Hespanha; e ainda , na Asia e na America podem ser procuradas lãs, que não têm simi- o portugueza, em regiões onde a cultura intensiva não permite nem de gado superfino.

por certo que se deve manter a isenção estabelecida na importação de. remos objecção a que se consigne no tratado com Hespanha.

spanha conceder-nos reciprocidade no commercio raiano, embora não pção de direitos a todas as nações, por não achar opportuna a radical m estabelecido, em presença da crise pecuaria que, a par de nós, vae

ção dos gados, principalissima em um tratado com Hespanha, por isso os são o primeiro entre todos os artigos do nosso mutuo commercio, e pedimentos legaes mais facilmente conduzem ao contrabando e ás rixas

mon.
o tratado de 1883 concedeu a livre importação de gado vaccum, lani- veduziu a 90 réis por cabeça os direitos do gado suino, sem equivalen- por parte de Hespanha, onde continuaram a vigorar pesados direitos nosso gado. Pareceu então aos negociadores rasoavel a concessão, por quella epocha que podesse advir prejuizo de facilidade de importação. , foi acoimada de excessiva a estipulação por arte dos impugnadores do nente pelo sr. deputado Laranjo, que brilhantemente contrapoz valiosos de copia de elementos estatisticos. Veiu mais tarde a repugnancia mani- te contra a livre importação, quando a crise pecuaria, por diminuição gado bovino, e, consequencia, baixa de preço, provocou queixumes por as, e mesmo dos que se occupavam na industria da engorda dos bois.

por muito tempo nosso constante anelo a livre e reciproca importa- 1866 e 1877; instámos e trabalhámos por obtel-a em 1880 e 1881. O Madrid, em sua anterior missão, não poupou esforços, e concebeu es- do, como consta de numerosos documentos que viram a luz no *Livro* ssim por obediencia a instrucções superiores, e praticou gostosamente ria da bondade da causa que tinha a cargo advogar.

pozemos, e estivemos perto de alcançar, reciproca, a livre importação caprino, e a de suino e vaccum mediante o direito de 5 por cento *ad* ificação, força é confessal-o, foi exigida pela variação da opinião com- ria. Hoje ainda podemos reproduzir a proposta de 1887, se o governo não não está bem preparada para acceitar outra mais radical reforma. ciencia não occultar, visto como este relatorio é dirigido ao governo de ie ainda, e apesar de respeitaveis pareceres em contrario, o nosso se plena, applicada tambem reciprocamente á entrada por terra de gado io é por pertinacia, é por persuasão, fundada: 1.º, em que sómente a de pôr cobro ao commercio illicito do gado, que por seu pé se trans- nte se contrabandeia; 2.º, em que o direito de 5 por cento *ad valorem* rival a outro maior ou especifico), é de difficil verificação nas alfande- palmente emquanto forem poucas as habilitadas para despacho, caso

no qual o proprio direito modico .
3.º, em que tal direito mal pôde c
tancia; 4.º, em que a utilidade de
menos, contestavel quanto ao bov

Todavia é certo que o gover
de uma medida, mas ainda em vi
mente quando encontram echo no
dos technicos reunidos em congre
dos pareceres são motivo de se he
gada que se tenha. É licito, poré

Os quadros F a M podem p
dos. No primeiro e segundo, F e
mos exportadores. O primeiro, so
Hespanha, constante e progressiv
ção do ultimo anno comprehendi
1870 a 1874 a 369:653 cabeças
73:930 cabeças, no valor de 99:
379:099 cabeças, no valor de 56
no valor de 112:600\$000 réis. No
e dos de 1885 e 1886, subiu a 54
media annual 109:693 cabeças, no

Similhante é o movimento e
quinquennio de 1870 a 1874 hou
200:600\$000, sendo a media ann
quinquennio de 1875 a 1879 houve
réis, sendo a media annual 17:896
formado pelos annos de 1880, 188
beças, no valor de 231:100\$000 r
44:200\$000 réis. No ultimo perio
brou-se o movimento ascendente,

Tanto de gado lanigero, com
cala, apesar do regimen de livre i
rem para portos, e, ao contrario, f
seu pesado direito de 140 peseta

Haverá, portanto, evidente e
tincção do direito sobre o gado li
nosso regimen, tendo nós sóment
n'este caso apenas, ou quasi, nom
commercio por ter de ir procurar
pois, proseguir no nosso antigo e
mente merecerá applauso o exito r
sação, se em outras especies hou

Os mappas H e J apresenta
entre Hespanha e Portugal. Com
de 1870 a 1874, vê-se que recebe
a media annual de 11:641 cabeç
pedimos 68:899 cabeças no valor
cabeças, valendo 179:300\$000 réi
portação em quantidade e muito r
importação.

em os termos no quinquennio de 1875 a 1879. Exportámos então 32:426 cabeças de 488:300\$000 réis, com a media de 6:485 cabeças, valendo 97:000\$000 réis, e os 96:265 cabeças no valor de 402:000\$000 réis, sendo a media 19:253 cabeças de 80:500\$000 réis. Cresceu a importação e diminuiu a exportação, recebendo de 3 cabeças por cada uma expedida. Ainda assim nos valores está a vantagem parte.

Em cinco annos, 1880, 1881, 1882, 1885 e 1886, importámos 94:451 cabeças no valor de 3:800\$000 réis, com a media annual de 18:890 cabeças valendo 78:000\$000 réis, e os 64:986 cabeças no valor de 895:300\$000 réis, sendo a media annual 12:997 cabeças valendo 179:000\$000 réis. Ainda aqui a quantidade importada excede a exportação sómente em 50 por cento, mas o valor da exportação representa 23 por cento da importação. E acontece isto entrando em calculo o anno de 1886, absolutamente excepcional, em que a importação de Hespanha attingiu 32:943 cabeças e a nossa exportação se limitou a 1:793 cabeças; anno aquelle, todo pertencente ao regimen do tratado de 1883, segundo o qual o gado suino hespanhol pagava em Portugal 30 réis por cabeça em reciprocidade, mantendo a Hespanha um direito, dezeseite vezes maior, de importação, direito enorme de 14 ou 15 por cento sobre o valor, tal como ainda subsistia em 1887. Cumpre, porém, observar, que não seria razoavel attribuir exclusivamente o phenomeno extraordinario acontecido em 1886 no ramo de importação de que se trata, nem mesmo pretender encontrar a sua principal origem no acto internacional.

No anno de 1887 se restabeleceu proporção ordinaria, sendo a exportação geral de importação em quantidade e valor, a saber: 13:792 cabeças expedidas, valendo 500\$000 réis, contra 8:079 cabeças entradas, valendo 31:800\$000 réis. Liquidação assás satisfactoria, na razão quasi de 5 em venda para 1 em compra. Nos annos 1880, 1881 e 1882 a mesma relação estabeleceu-se entre 3 e 4 por 1, e do mesmo modo em 1885. Em todos os quinze annos, comprehendidos nos quadros H e J, excepto o de 1886, e apesar da decadencia accusada no segundo quinquennio, exportámos para Hespanha 166:311 porcos no valor de 2.280:000\$000 réis, contra 248:922 porcos no valor de 1.081:000\$000 réis; representando o valor da exportação mais do que corresponde á importação.

É, pois, a situação normal, sobre a qual se póde assentar seguro juizo; e bem hende, se se repara que a opulencia dos nossos montados transtaganos attrahe o magro, que vem a Portugal metter carne e d'ali sae para o consumo augmento de preço. Sendo consequentemente este commercio origem de bons lucros para Portugal, apesar da situação difficil em que o tem collocado o regimen fiscal, tudo isso tendo favorecel-o com a abolição mutua de direitos e formalidades aduaneiras.

A unica objecção póde apresentar-se plausivel — o interesse do fisco. Calculados os direitos de importação de 1887, os direitos da nova pauta deverão produzir um pouco mais de 1\$000 réis, á custa, é verdade, de lesão consideravel nos interesses economicos, e de um ramo importante da nossa por tantos lados defecada producção agricola. Outro lado poderia observar-se que o thesouro está felizmente ainda pouco haurido n'essa má fonte de rendimento, sendo, portanto, opportuno apressarmos a melhorar as cousas em melhor estado antes que o argumento da receita enraize na rotina.

Se isto não vale, se de todo em todo aquelles 13:000\$000 réis mal havidos são devidos ao thesouro, então não se comprehende bem o objectivo de uma redução de direitos actuaes. Quanto ao gado suino, a medida verdadeiramente efficaz e proficua é a mutua liberdade de importação.

Vemo-nos agora da questão do gado bovino, tão versada e discutida nos ultimos

tempos. Quando se negociou o tratado de 1883, pareceu natural e até conveniente oferecer á Hespanha todas as facilidades para a introdução de bois em Portugal.

Escrevia então o sr. Andrade Corvo ao sr. Serpa :

«Permitta-me v. ex.^a que lhe lembre que poderia ser sobre a importação de gado hespanhol que adoptassemos uma tarifa favoravel a este paiz ; seria esta uma das concessões feitas á Hespanha. É bem sabido que a industria da engorda toma cada vez mais proporções entre nós, e que os bois magros importados de Hespanha, depois de engordados em Portugal, são exportados para os mercados estrangeiros ; a industria da engorda é nossa ; a da criação pecuaria maior em Galliza, por exemplo, do que no Minho. Assim, facilitando a importação, parece-me que nós ganhâmos. De Galliza busca-se hoje exportar gado gordo para Inglaterra ; facilitar a introdução de gado novo e magro é assegurar um dos ramos importantes do nosso commercio.»

O tratado consignou effectivamente a livre introdução do gado vaccum hespanhol em Portugal. Não houve n'isto mal. Se o houve, foi na falta de reciprocidade e sobretudo da extensão d'este principio ao gado suino, lanigero e caprino, onde particularmente nos interessava, e onde conviria buscar a natural compensação da concessão feita á Hespanha. Todavia, fóra do campo da theoria, no qual podia ser e foi com razão impugnada a fórma da concessão realisada, esta não suscitou na opinião repugnancias ou resistencias por muito tempo, apesar de se manifestar já a decadencia da industria da engorda, em virtude da diminuição na exportação para Inglaterra.

Aconteceu, porém, que a terminação do tratado de 1883, em 1887 veio, precisamente coincidir com o periodo agudo da crise pecuaria. Eis-aqui como os commissarios do inquerito agricola ordenado pelo governo descrevem o desenvolvimento da crise :

«Foi n'estas circunstancias que a baixa de preço dos gados, assim como do preço das lãs, começou a accentuar-se cada vez mais, originando perdas e aggravando consideravelmente a situação dos agricultores.

«A depreciação attingiu todas as especies de gado, pesando assim sobre a agricultura de todas as regiões. No norte fez-se sentir principalmente entre os recreadores de gado bovino, para os quaes o producto da venda dos animaes, que engordam, depois de lhes utilizar o trabalho nas lavouras, constitue o principal e muitas vezes unico lucro das suas pequenas explorações. No centro e sul, isto é, nas duas Beiras, na Extremadura e no Algarve, a crise pecuaria fez-se sentir igualmente em relação ao gado bovino, e na criação do gado cavallar e suino. No Alemtejo a depreciação principal foi nos gados suino, ovino, bovino e cavallar.

«Não é, pois, para admirar que os agricultores de todos os pontos do reino sejam unanimes em pedir providencias, que remedeiem os males occasionados por esta baixa extraordinaria de preços, de que é causa principal a paralyzação da exportação.

«Com relação ao gado bovino e suino, a causa principal da depreciação é, sem duvida, a falta de exportação dos ultimos annos. Causas externas, de character accidental, determinaram esse facto no decorrer de 1886 ; mas os effectos d'ellas prolongaram-se por todo o anno de 1887.»

Ao mesmo tempo que em Portugal se fazia tão duramente sentir a baixa do preço do gado, em Hespanha experimentava-se, com igual ou maior vehemencia, mal identico. Os lamentos dos creadores de gado, não menos que os dos cultivadores de cereaes, encontraram echo sympathico e apoio efficaz na liga agraria, energicamente promovida e dirigida pelo sr. D. Adolfo Bayo. E a liga crescia em importancia e infiltrava-se no parlamento, com a cooperação valiosa do sr. Gamaro, á frente de um grupo numeroso de representantes da maioria, approximados aos conservadores em idéas economicas. Se em Portugal as rapidas e eloquentes discussões do congresso agricola obtiveram resónancia grande, os trabalhos congeneres da liga agraria hespanhola, meditados com maior madureza e

ior perseverança, tomaram character de propaganda permanente, com los já e sem solução de continuidade.

de animo fosse geralmente compativel com a dor vehemente de in-
nte perturbados, talvez os recreadores minhotos, em vez de recri-
hos gallegos, doentes como elles do mesmo mal, procurassem antes
cooperação para attenuar, se não destruir, os lamentaveis efeitos da
tia e reside o mal nos mercados consumidores; na Inglaterra princi-
as medidas restrictivas da importação de gado vivo, com a concorren-
tes frescas americanas, conduzidas por mar em conserva de abundan-
do.

o sr. Dantas no seu supracitado officio, recamado de verdades pro-
ncautos. Mas, como de illusões se alimentam communmente os que
az guardal-as, cerraram olhos e ouvidos a realidades; refugiaram-se
nça de obter favor da Gran-Bretanha, levantando barreiras pautaes
Hespanha, onde phantasiaram epizootias, que outros allegavam por
ram razão de repellir com injustos regulamentos o gado peninsular.
e foi inoculando o appetite de direitos de importação. Ao principio,
das consultas do conselho superior das alfandegas, os technicos pro-
dicos direitos *ad valorem*, com o fim, diziam elles, de não obstar á
s e gado magro, materia prima da industria da recreação e engorda.
essão da pauta, desattendeu-se já essa allegação valiosa, e adoptaram-se
supportaveis para o gado de açougue, gravissimos para os bois ma-
ratos, dos quaes mais se carece.

o tempo decorrido desde a adopção da pauta de 1887, para se apre-
fundadas em estatisticas, os seus resultados no concernente ao gado.
ontêm as quantidades e valores de gado vaccum recebido de Hespa-
dido durante quinze annos. O quadro M expõe a exportação para In-
período. Sempre importámos de Hespanha quantidade e valor consi-
es do que o valor e quantidade para lá exportada. Não se nota grande
portado, que foi em media nos quinquennios de 1870 a 1874 e 1875
000 réis e 876:000\$000 relativamente; no triennio de 1880 a 1882,
no biennio de 1885 a 1886, 965:100\$000 réis.

por cabeça varia entre 15\$400 e 19\$800 réis. O mesmo valor na ex-
anha oscilla de 35\$300 a 45\$800 réis. Na exportação para Inglaterra
e de 72\$700 a 89\$700 réis. Em 1886 não chegou a 6:000 cabeças a
s exportadas para Inglaterra; em 1885 ainda attingiu quasi 8:800.
a 1882 tinhamos exportado 58:341 cabeças, em media annual 17:780.
r medio da exportação annual para a Gran-Bretanha era de réis
resentando 230 por cento do valor da importação de Hespanha, valo-
\$000 réis. Em 1886 apenas enviámos no valor de 533:800\$000 réis,
Hespanha valor quasi duplo, na importancia de 1.077:000\$000 réis.
7 a importação total baixou a 661:500\$000 réis.

a que temos sempre necessitado e ainda necessitámos importar gado
rente carecemos do que serve para a engorda.

ual desfavorece essa industria, outr'ora florescente. O de um modico
eria preferivel. Foi o que propozemos á Hespanha, mediante recipro-
1887. Podemos agora repetir a proposta. Ha, porém, necessidade de
tra o gado de açougue? Não parece demonstrado. E, se o houvesse,
e efficaz o direito de 5 por cento? É licito duvidar.

ão seja a liberdade plena deixa margem ao contrabando, não tanto

A
e preparado

Exportação de Hespanha — Valores	Exportação para Hespanha — Valores em contos de réis
49,4	234,1
48,5	162,7
60,2	215,3
69	345,6
69,6	247,7
89,8	278,2
65,8	219,6
67,6	227,9
57,7	203,2
70,8	148,6
56,6	327,8
52,2	253,3
73,4	222,9
880,1	8.126,9
63,8	240,5
37,7	142,2
85	228,4
72,7	370,6
36,3	185,3

B

Exportação de Hespanha — Valores	Exportação para Hespanha — Valores
3,9	24,4
20,4	12,4
47,7	16,3
48,2	12,9
79,1	11,1
22,2	9,5
26,6	9,6
19,1	9,9
17,7	14,7
32,9	18,1
317,8	188,9
31,7	13,9
17,1	19,9
17,6	22,6
33,7	42,5
12,8	21,2

Annos	Importação de Hespanha — Valores	Exportação para Hespanha — Valores
1885.....	6,3	16,2
1886.....	18,2	29,5
Total nos 2 annos....	19,5	45,7
Media	9,7	22,8

No decennio de 1870 a 1879 a exportação representa 43 por cento da importação.— No biennio de 1881-1882 sobe a 163 por cento.— No biennio de 1885-1886 sobe a 233 por cento.

QUADRO C

Cortiça em bruto e em obra

Annos	Exportação geral de Portugal	
	Cortiça em bruto — Valores em contos de réis	Cortiça em obra — Valores em contos de réis
1872.....	1.010,7	53,7
1873.....	963,8	198
1874.....	1.090,1	284,8
1875.....	790,6	388,1
1876.....	784,2	184,7
1877.....	952,4	214,5
1878.....	1.081,2	148,9
1879.....	1.036,8	202,3
1880.....	2.535,7	408,2
1881.....	1.784,4	333,6
1882.....	2.137,3	395,2
1883.....	1.958	405
1884.....	1.978,3	559,3
1885.....	2.097,3	487,7
1886.....	2.072,3	451,7
Total nos 15 annos...	22.163,1	4.610,2
Media annual nos 15 annos.....	1.477,5	307,3
Media annual nos ultimos 7 annos.....	2.073,3	433,7

QUADRO D

Cortiça em bruto

Annos	Exportação para Hespanha — Valores
1870.....	36,5
1871.....	38,5
1872.....	70,2
1873.....	6,6
Somma	151,8

to para Hespanha

de	Valores em contos de réis
2	77,1
3	55,3
5	41,6
8	26,6
8	200,6
8	40,1
8	30,6
5	22,6
4	29,9
2	21,7
1	24,3
0	129,1
6	25,8
5	41,7
4	39,3
2	39,5
0	48,5
7	52,1
8	221,1
7	44,2

to para Hespanha

de	Valores em contos de réis
8	461,1
8	160,7
5	124,2
9	106
9	44,7
9	896,7
9	179,3
8	159,2
8	82
0	94,2
8	96,1
7	56,8
6	488,8
5	57,6

Exportação para Hespanha

Anos	Quantidade em cabeças	Valores em contos de réis
1880.....	12:485	179,3
1881.....	19:796	304,3
1882.....	15:331	186,2
1885.....	15:581	210,3
1886.....	1:798	15,2
Total.....	64:986	895,3
Media.....	12:997	179
Media de 1880-81-82	15:870	223,2
1887 (exportação geral)...	18:792	152,5

QUADRO I

Gado suíno

Importação de Hespanha

Anos	Quantidade de cabeças	Valores em contos de réis
1870.....	12:275	58,7
1871.....	7:356	40,9
1872.....	5:429	31,1
1873.....	11:627	62,7
1874.....	21:519	95,5
Total.....	58:206	288,9
Media.....	11:641	57,8
1875.....	16:865	70,1
1876.....	12:904	42
1877.....	28:723	110,6
1878.....	22:910	109,8
1879.....	14:863	70,1
Total.....	102:205	402,6
Media.....	19:253	80,5
1880.....	11:070	40,1
1881.....	17:460	71,7
1882.....	21:203	92,0
1885.....	11:775	57,8
1886.....	32:943	128,2
Total.....	94:451	389,8
Media.....	18:890	78,0
Media de 1880-81-82	16:577	67,6
1887 (importação geral)...	8:079	31,8

ADRO M

lo vacuum

	Exportação para Inglaterra	
	Quantidade de cabeças	Valores em contos de réis
.....	23:350	1.751,8
.....	22:088	1.546,8
.....	16:819	1.205,5
.....	19:259	1.356,9
.....	14:065	1.094,3
18....	95:521	6.954,8
.....	19:104	1.391
23700	-	-
.....	23:085	1.742,4
.....	13:546	1.150
.....	16:076	1.238,7
omma	52:707	4.126,1

Anos	Exportação para Inglaterra	
	Quantidade de cabeças	Valores em contos de réis
<i>Transporte</i>		
1878.....	52:707	4.126,1
1879.....	15:215	1.271,8
1879.....	15:339	1.330,4
Total nos 5 annos....	83:261	6.728,8
Media	16:652	1.345,6
Valormedio, por ca-beça..... 80,600	-	-
1880.....	16:785	1.319
1881.....	13:520	1.041,5
1882.....	23:036	2.019,4
Total nos 3 annos....	53:341	4.380
Media	17:780	1.460
Valormedio, por ca-beça..... 82,100	-	-
1885.....	8:791	791,6
1886.....	5:973	533,8
Total nos 2 annos....	14:764	1.325,4
Media	7:382	662,7
Valormedio, por ca-beça..... 89,700	-	-

N.º 110

HENRIQUE DE BARROS GOMES AO SR. D. FELIPE MENDEZ DE VIGO

6 junho de 1888. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Motivos que de viva voz expuz, vez, a v. ex.^a explicam alguma demora havida na resposta do governo. Fidelissima á nota verbal que por ordem do sr. Moret, então ministro, pessoalmente me entregou em fins de abril ultimo. Nunca podia imagine, aliás muito inferior á que tem mediado entre outras communicações, significação de que por parte de Portugal se abrigasse o desejo de promptamente uma negociação que deve traduzir no terreno economico a expressão que nas relações de caracter politico tem felizmente animado os as duas nações peninsulares. Nem me parece que as manifestações, quer parlamentares, manifestações a que se allude na nota verbal a não fazendo presuppor a impossibilidade de chegar a um accordo, e justas futuras represalias aduaneiras, tivessem outro valor alem da expressa e naturalissima d'aquelles interesses que, podendo ser affectados pelo negociações, procuram aqui, como em Hespanha, fazer-se ouvir e attender dos dois paizes.

Epoca, mantida através de séculos, das duas nações peninsulares acha-se ainda de ha muito pela forma a mais favoravel. Uma e outra comprehendendo respeito dos seus direitos respectivos e da sua independencia se

encontrava o terreno mais se-
dialidade das suas relações.
sucessivos pontos de contac
contribue, mais que tudo, pa
saudada com justificada sati
dições.

Por tudo quanto precede
culdades que podem explicar
os dois governos, e ainda a d
decurso das negociações pen
cumstancias graves de ordem
golpe, e que de fôrma algum
de ser tomadas na conta de
não levante serios attritos pei

São as causas a que allu

1.ª A grande diversidade

2.ª Similitude nas suas
proteccionista a que esta ultia

3.ª Crise agricola, e mu
das em Inglaterra com desf
completamente as condições c
Portugal como em Hespanha.

Uma negociação, que não
segurar conclusões que o parl
firmei ao apreciar as bases
representante de Sua Magesta
de commercio, cujo praso de
posta do governo portuguez
ao gabinete de Madrid em 2
mittiam fixar um *modus vivendi*
um curto praso de tempo, a
sobre as bases, que chegaram
nossa contra-proposta.

É escusado recordar a v.
Magestade Catholica julgou
proposta de lei em côrtes, cuj
o sr. Moret junto a este gove
e simples do tratado de con
faculdades o governo, e a siti
cidade nas clausulas que diz
tornavam impossivel alcançar

O governo de Sua Mage
ferencia e amisade, patentea
na qual affirmou a sua annue
respeitante ao commercio dos
de seis mezes da prorogação
cidas pelo governo de Sua M
a negociação do novo tratado

Por igual, reconhece o g
alludin, inspiraram a resoluçã

qual tem sido possível evitar, entre os pescadores raianos, os conflitos a miúdo se levantavam, de antes, entre elles, e que eram causas de rivalidades para os dois governos.

O convenio de pesca, em que aliás poderão ser introduzidas quaesquer alterações acordadas, mas cujo fundamento essencial — exclusivo das 6 milhas de cada paiz, até uma distancia de 6 milhas da costa, e communicação parece, em vista dos resultados praticos, de absoluta e communicação conseguida em junho de 1887, por ser facto só dependente da vontade dos governos. A prorrogação do tratado de commercio não pôde por seu lado, porque, sem alterações nas clausulas relativas ao gado, não seria possível em Portugal, e com essas alterações carecia em Hespanha de alterações que não pôde ser submettida.

Em outubro de 1887, renovou o governo de Sua Magestade Catholica as bases, que formulára em março, e ácerca das quaes este governo discutia as que lhe suscitavam, e as difficuldades praticas que antevia, para o de partida de um novo tratado de commercio.

Em maio se verificára entre nós n'este intervallo das negociações, e com resultado importante, que cumpria ter em conta no proseguimento d'estas. A nossa pauta, e sua successiva promulgação em seguida ao exame critico e subseqüentes debates parlamentares.

Em novembro entregue em Madrid, no dia 2 de dezembro, pelo sr. conde de Rio de Janeiro de Sua Magestade Fidelissima de novo expoz as razões poderosas fiscaes e economicas, que lhe tolhiam o acceitar as bases da negociação, e em junho, offerrecêra uma contra-proposta. N'esta se comprehendia a necessidade de estudar, de accordo com a Hespanha, quaes os productos de cada paiz, e a taxa que, sem prejuizo dos interesses peculiares de cada paiz, poderia ser imposta sobre os direitos a pagar nas alfandegas maritimas da peninsula e da costa da França, e quaes aquelles que, fazendo objecto do commercio proprio da raia, poderiam ser importados livremente ou sujeitos a direitos nas alfandegas terrestres.

O portuguez em que favorecia o mais rapido adiantamento das negociações os estudos que pouco antes haviam precedido a elaboração da pauta desde logo quaes os artigos em que poderia verificar-se, n'aquellas condições ou equiparação de direitos. Para isso procedeu a um minucioso comparativo das tarifas portugueza e hespanhola, e estudou, comparando-as, artigo por artigo, constituem objecto de commercio raiano. Fez ver como por parte da Hespanha já a livre entrada para uma grande maioria d'esses artigos, e a abolição de direitos no desejo de facilitar as relações commerciaes entre os dois paizes, e quaes os artigos a que se podia ampliar esse regimen. Era o objecto de proceder de accordo, e que nós antecipavamos, facilitando a comparação de estatisticos e fiscaes que forneciamos, e que poderiam soffrer com o exame realisado por parte do governo hespanhol.

E isto se infere da nota verbal por v. ex.^a entregue n'este ministério como resposta ao *memorandum* de 2 de dezembro, que o gabinete hespanhol deu a discussão n'este terreno, insistindo em formular um accordo em vista de ir para mais tarde o exame das especialidades a que por nosso lado não dever descer desde logo, para apreciar sob o aspecto ou valor principios ou bases geraes em que se pretendia assentar.

Entende o governo portuguez, accedendo aos votos do de Sua Magestade, que o tratado de commercio se formule, com aquella franqueza e lealdade que preside ás re-

lações amigaveis dos dois paizes, quaes são os
em ultimo termo póde esperar ver acceitas pe

Na apreciação imparcial d'essas bases en-
muito em vista, que a curtissima duração que
cede a tres annos, permite consideral-o com
facilitará aos dois povos manter as vantagens
ambos o tratamento incondicional da nação mu-
já as possiveis vantagens especiaes e facilidade
tindo estudar n'este intervallo de tres annos,
governos, modificações mais amplas que poss
dos dois paizes, e que sómente serão possiveis
d'aquelle para uma longa alteração no seu re-

ereiro

utado e

anno e

e que

a todos

orno de

ções m

elecer

casião

panha.

los teri

cede, e

a cheg

.res, se

ações,

lata da

do, pa.

m conf

os dois

utras

ais fav

ar o se

ro esta

e o pe

gestad

e que

lo, que

nutenç.

mo no

spanha

e 14.'

de 2

e o art

emqua

o pelo

lo com

rnos concordarão nos meios conducentes a dar-se plena e
igente de transito, tanto no que respeita ao trafego pelas
aes, e acceitarão a negociação de quaesquer modificações
tuito de melhorar o transito de ou para terceiro paiz, fo-
o dos mesmos governos.

á parte que se refere á cabotagem, visto que a concernente
o convenio de pesca vigente, o qual no protocollo deverá
condições acima referidas para o de transito, ou até 1892,
a introduzir desde já, e de accordo entre os dois gover-
o convenio.

ir-se a clausula de que os dois governos se obrigam a re-
vidade, as difficuldades que se suscitarem ou tenham sus-
aguas maritimas na costa do sul e fluviaes nos rios Minho

estado deverá conter os seguintes artigos :

ruto não classificados, reciprocamente isentos de direitos.
bastados, reciprocamente isentos de direitos.

iprocamente isenta de direitos.

nto *ad valorem*.

ndispensavel para sua conservação -- kilogramma, 2,7 réis.
da -- kilogramma, 3,6 réis.

e prensados, fumados e de escabeche -- kilogramma,

ilogramma 1,8 réis.

eciprocamente livres de direitos.

rocamente livre de direitos.

res de direitos.

itro, 500 réis.

anchas, reciprocamente livre de direitos.

amma, 9 réis.

a, reciprocamente livre de direitos.

ente livre de direitos.

nte livre de direitos.

eitos reciprocos de 5 por cento *ad valorem*, podendo este
co por commun accordo dos dois governos.

eito a regimen fiscal diverso e independente nos dois pai-
o e caprino poderia continuar o regimen vigente, quando
e fica acima proposto, deixando então de figurar estes dois

figurar as bases 2.^a e 3.^a das de junho de 1887, a sa-
e obrigam a estudar de commun accordo, e pelos meios
as, quaes os productos de importação estrangeira que, sem
res a cada paiz, possam ser igualados na taxa dos direi-
itimas da peninsula e nas terrestres hespanholas estabele-
lespanha, que a divide da França; que os dois governos,
nducentes, estudarão quaes as mercadorias que, fazendo
ira e proprio da raia, possam, alem das que se designam
r a ser de futuro importadas sob o regimen de reciproca
cos direitos iguaes nas alfandegas terrestres de ambos os

Taes são para já as condições que, no delissima, devem ser pactuadas entre os dois que têm de essencial, sido acceitas em convenientes para regularem um *modus vivendi* que não offerecerá agora difficuldade a quem parte d'este, entre outros estadistas, por Vega de Armijo, que dirigiu superiormente em resultado poder s. ex.^a firmar com de 12 de dezembro de 1883, e também o actualaes negociações revelou sempre o vivo entre os dois governos, e que em tempo não propunha novamente, e que evitarão o devencional, no que respeita a relações mercantiles, excellentes relações no terreno politico, e se que seria de tão incalculavel desvantagem para

Conforme tive a honra de verbalmente, muito conviria, para o mais rapido andamento das, que tolhem ao ministro de Sua Magestade immediato regresso áquella corte, que essas não de v. ex.^a, por todos os titulos interprete e conciliador e amigavel do seu governo.

Igualmente manifestei eu a v. ex.^a, pelo do convenio de pesca, alem de 30 do mez de cada, já pela inconveniencia de estabelecer que da interrupção da vigencia do convenio relações entre os dois governos e da marcha que poderiam de facto difficultar a mais prompta

Esperando, pois, que o governo de Sua Magestade aos desejos d'este governo, assim fundados ao ministro, a opportunidade que se me offerece

N.º

O SR. AUGUSTO DE SEQUEIRA THEODIM

Telegramma.—Extracto.

Madrid, 29 de junho de 1888.—Acabou hoje contra-proposta enviada por Mende d'estado prometteu-me resposta definitiva se não, pois necessita consultar ministro da f
espera
. Cas

N.º 112

DE BARROS GOMES AO SR. AUGUSTO DE SEQUEIRA THEDIM

de 1890.— Não accete praso inferior a um mez. Efeito sobre recusa prorrogação e esta dá ao governo portuguez liberdade do commercio.

N.º 113

DE SEQUEIRA THEDIM AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

de 1888.— Acabo de estar com ministro d'estado, que me diz azena não acha accitaveis bases offerecidas por governo portu- a melhores que anteriores; ministro d'estado finalmente desejando abe desejos governo portuguez, accede prorrogação de um mez ção de dentro d'este praso serem introduzidas modificações que a. Rogo resposta urgente para expedir competente nota n'estes

N.º 114

DE BARROS GOMES AO SR. AUGUSTO DE SEQUEIRA THEDIM

de 1888.— Auctoriso dirigir nota ao governo hespanhol acciei- enio de pesca nas condições do telegramma de 29.

N.º 115

DE SEQUEIRA THEDIM AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

de 1888.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de, por copia, .^a a nota que dirigi a este ex.^{mo} ministro d'estado em virtude a de v. ex.^a de 29 de junho, e da resposta áquella accordando de pesca por um mez.

A

l em Hespanha.—Madrid, 29 de junho de 1888.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} 30 do corrente mez a prorrogação do convenio regulamentar de rid aos 2 de outubro de 1885, encarrega-me o governo de Sua

mijo, y el encargado de negocios de Portugal en Madrid, tiene V. E. conocimiento de que el convenio de pesca entre España y este país, prorrogado diferentes veces, quedaba todavía en vigor por un mez, ó sea hasta el 31 del actual, á condicion de que en esse plazo se modificaria en términos que resultasen igualmente ventajosos para los pescadores de las dos naciones.

A fin de llevar á cabo este compromiso, me encarga mi gobierno presentar á la aprobacion de V. E. el adjunto proyecto de convenio (documento A), ó de reglamento de policía de pesca, en el que quedan consignadas las modificaciones que juzga indispensable introducir en el de 2 de octubre de 1885, para establecer la deseada reciprocidad en los beneficios que unos y otros pescadores deben obtener.

Como verá V. E., esas modificaciones puede decirse que se reducen á limitar á 3 millas la distancia máxima de las zonas reservadas á la pesca, distancia que es la establecida por todos los países, pues la de 6, fijada en el citado convenio de 1885, que ninguna otra nacion en condiciones semejantes hubiese aceptado, y que tan perjudicial ha sido á los pescadores españoles, sabe V. E. las razones especiales por que fué aceptada por el sr. ministro de estado contra el parecer del ministerio de marina, cuyo representante en las conferencias de La Granja, á los que asistió el encargado de negocios de Portugal, se opuso constantemente á que se admitiera no solo por los perjuicios que pudiera ocasionar y la perturbacion que entraña en todo lo que al derecho internacional se refiere y la costumbre sanciona, sino por el precedente peligroso que podría ser invocado por otros gobiernos, proporcionando graves daños y conflictos.

Resulta además que, siendo la costa de Portugal mas hondable que la de España, á la distancia de 6 millas de la tierra pueden ejercer la pesca con fruto los portugueses frente á las costas españolas con las redes comunes, mientras que los españoles poco ó nada pueden pescar á esa distancia.

Por estas razones y otras muchas que no se ocultan al elevado criterio de V. E., y por la solicitud con que el gobierno que tengo la honra de representar ha atendido siempre las consideraciones que el de Su Majestad Fidelísima le ha expuesto al solicitar diferentes veces la prórroga del convenio de 1885, otorgandolo sin exigir compensacion alguna y á pesar de los graves perjuicios que venía ocasionando á su industria pesquera, espero confiadamente que V. E., inspirandose en los sentimientos de rectitud que tanto le distinguen, se apresurará á dar su aprobacion al proyecto de convenio que tengo la honra de acompañarle.

Aprovecho esta ocasion, etc.

A

Proyecto de reglamento de policía de la pesca costera entre España y Portugal

SECCION I

Disposiciones aplicables á las aguas jurisdiccionales de cada país

ARTÍCULO 1.º

Los límites dentro de los cuales el derecho general de pesca queda reservado exclusivamente á los pescadores sujetos á las jurisdicciones respectivas de las dos naciones se fija, como principio general, en 3 millas.

Se exceptuan la zona de costa de España comprendida entre el meridiano límite del Guadiana y el de Torre de la Higuera, así como la seccion de costa de Portugal compren-

1.º Cuando á causa del mal tiempo ó por averías manifiestas se hallen obligados á buscar abrigo en los puertos del otro país, fuera de los límites de pesca del suyo.

2.º Cuando sean llevados dentro de los límites establecidos para la pesca del otro país por vientos contrarios, por fuertes corrientes ó por otra causa independiente de la voluntad del patron del barco.

3.º Cuando esten obligados á bordear á causa de viento contrario para llegar al sitio á donde van á pescar, y cuando á consecuencia de la misma causa del viento ó de la marea contrarios no pudieran, sin invadir esa zona, continuar su camino para dirigirse al sitio de la pesca ó regresar al puerto.

4.º Cuando haya absoluta necesidad de ganar el puerto más próximo del otro país para abastecerse.

Tampoco será considerada infraccion á este artículo la presencia en las aguas jurisdiccionales de uno de los países de aparejos flotantes ó redes de rastreo pertenecientes á pescadores del otro, cuando hayan sido impelidos por las corrientes ó por los vientos; debiendo, sin embargo, sus dueños retirarlos en el más breve plazo posible.

ARTÍCULO 6.º

Siempre que, en razon de alguna de las circunstancias excepcionales indicadas en el artículo precedente, las embarcaciones de pesca de una ú otra nacion se encuentren en el caso de navegar dentro de los límites definidos en los artículos 1.º y 2.º, deberán tener las velas largas, cuando las circunstancias lo permitan, y arbolar una señal convencional.

Esta señal consistirá en una corneta, roja con punta amarilla para las embarcaciones españolas, y blanca con punta azul para las portuguesas. La dimension de esta corneta será de 0^m,50 de longitud por 0^m,15 de altura.

Cuando, por causa de mal tiempo, de avería manifiesta ó de abastecimiento, se hallen obligadas las embarcaciones á buscar abrigo en los puertos, darán aviso inmediatamente á la autoridad marítima de ellas, la cual apreciará la oportunidad de la detencion.

Cuando las causas de la detencion hayan sido reconocidas como válidas por dicha autoridad, las embarcaciones de pesca disfrutarán de todas las facilidades concedidas á las de la nacion en que se encuentran, sea para su abastecimiento, para la venta de su pescado pagando los derechos de aduanas, ó para las medidas sanitarias.

Los empleados de aduanas tendrán la facultad de efectuar abordó de las embarcaciones en estas circunstancias las visitas que prescriben sus reglamentos aduaneros antes que sea desembarcado ningún objeto.

Mientras que estas embarcaciones se hallen dentro de los límites precitados, no ejercerán la pesca bajo ningún protesto, y deberán salir de dichos límites tan pronto como lo permitan las circunstancias excepcionales que hayan motivado su entrada.

ARTÍCULO 7.º

Los comandantes de las embarcaciones guarda-costas de ambas naciones, como así mismo todos los agentes ú otros encargados de la policía de la pesca, apreciarán las causas de las infracciones de los reglamentos establecidos que dentro de los límites respectivos de pesca cometan las embarcaciones pescadoras de los dos países; y cuando no hallen estas infracciones justificadas, podrán detener ó hacer detener las embarcaciones delincuentes, y las conducirán ó harán conducir á un puerto de la nacion de los infractores para ser juzgadas por los tribunales á quienes compete conocer en el asunto.

14.º

de cualquiera manera que sea las letras y números cuando estas estén largas.

15.º

los buques se ajustarán á las reglas generales para evitar abordages.

16.º

en un lugar de pesca colocar ó echar sus redes de cualquier modo las embarcaciones que

17.º

debe fondear desde la puesta del sol en los casos de deriva, fuera de los casos de accidente debidamente comprobado.

18.º

los barcos con cubierta y otros que no la tienen, las calarán los últimos á barlavento

embarcacion con cubierta calase sus redes, o si una embarcacion sin cubierta cala la que se hallase ya pescando, la responsabilidad que corresponde á los últimos buques en caso de fuerza mayor

19.º

embarcaciones sobre las redes, boyas flotantes ó anclas á otra embarcacion.

20.º

si se encuentran á la vista de otros de redes caladas, las medidas necesarias para evitar colisiones corresponden á los pescadores en caso de fuerza mayor, ó que

21.º

veredas, cordeles ó cualquier instrumento de tracción, á no ser por caso de fuerza mayor.

22.º

los buques los cruza con los de otra embarcacion, ó otros, á menos de fuerza mayor, y aun los cordeles que corte.

23.º

los cordeles de dos ó mas embarcaciones,

do voluntariamente perjuicio ó pérdida, el
competencia de los tribunales de la nación á que

N III

generales

LO 29.º

• objeto de su armamento, aparejos, redes,
cosas de la industria, encontrado ó recogido en
zonas, deberá ser remitido al comandante
del puerto, si el puerto está en España, ó al capitán del puerto, si el
comandante de marina ó el capitán del puerto,
sus propietarios ó á las personas encarga-

LO 30.º

• fijación de cada uno de los dos países, fija-
rán pagar á los salvadores. Esta indemniza-
ción será la cuarta parte del valor que tengan en aquel
momento los propietarios.

LO 31.º

• millas de la costa pertenecerán á la nación
que lo reclame ó cuando carezcan de señales

común pertenecerán á la nación del salva-

LO 32.º

• faltas previstas por el presente reglamento
al día que tuvo lugar el hecho. Se exceptúan
los hechos voluntarios, que entrarán en el
artículo 70.

LO 33.º

• artículos 1.º y 2.º es únicamente aplicable
el presente reglamento.

LO 34.º

• ejercida por embarcaciones pertenecientes á

LO 35.º

• comandantes de los buques encargados de
vigilar, así como la desobediencia á cuales-
quiera de que sea efectiva esa vigilancia y po-
derencia á la autoridad del país á que per-

LO 36.º

• que puedan ser puestas en vigor por medio
de ~~serán~~ promulgadas en uno y otro país dos

del sol»; e na convenção lê-se: «desde la

guas aos artigos 19.º a 24.º do convenio.
artigo 25.º

as aos artigos 26.º a 33.º do convenio.
excepção do numero de milhas.
as aos artigos 35.º e 38.º do convenio.

justifica-se por não se dar a circumstancia
n para outro novo.

lo que dizer os technicos do seu effeito sobre
a pesar se convem não a acceitar e passar-
, que seria o direito de exclusivo e de ju-
ordada nas linhas perpendiculares á costa.
da ás 3 milhas em distancia da costa, que
ppa do litoral. Tem que ser apreciada tam-

nvenio se estabelecia alem das 6 milhas e
has no sitio apenas onde se propõe a zona

oda a linha da costa a prohibição senão na
exemplo, da reservada?

inconvenientes já conhecidos praticamente
pelas auctoridades de um paiz não possam
cessos, como se fez em Hespanha, ou não
de pesca em aguas fronteiras a Portugal,
t.

não haja confusão com o limite de 1 1/2 mi-

rho, a questão da linha divisoria de accordo
nas na embocadura do Guadiana estabele-
os commissarios hespanhoes como extremo
que informar. Um dos inconvenientes apon-
es, que não poderão n'aquelle ponto pescar
e ou sem invadir aguas hespanholas.

pesca, e a navegação sendo livre não em-
zes, que aliás se póde para estes effectuar

3.º estabelece as regras para determinar
liamos, isto é, linha de maior fundo quando

nacionalidade das aguas que determina a
ção.

ua eliminação, conviria alargar os prazos

em vigor é conveniente manter como me-

urelhos hespanhoes é apenas um incommodo, para os nossos
sem, em vista da maior probabilidade de pesca n'aquellas

é consignado no novo convenio, como no antigo, que não
posto n'um dos artigos (o 5.º n.º 4.º), a presença de appa-
aizes, etc., nas aguas jurisdiccionaes do outro, aguas que
a repartidas em 3 milhas a contar da costa.

segundo julgámos, só foi conservada para proteger os appa-
a eventualidade provavel de com os ventos geralmente do-
ar nas nossas aguas, sendo reciproca, como não podia dei-

ais regular, que a Hespanha, querendo aproveitar-se a todo
fertil em pescaria de Portugal, offerecesse a compensação
a que ao menos propozesse para o norte a medida que pro-
peninsula?

penho de satisfazer os pescadores da ilha Christina a todo
o tem outro fim.

derada em globo, não interessa muito a questão da regula-
l, e a prova é que durante alguns annos nos deixou socce-
sas direitos, com uma convenção regular, que hoje por um
nullar sem attenção alguma para comnosco.

nfluentes pescadores da Figuerita o peixe da nossa costa,
uma futura indemnisação, que elles saberão provocar, como
é comprovado.

principal, redução do limite das aguas jurisdiccionaes a
anto a outros pertença melhor o conhecimento do direito
r este assumpto, não póde deixar de começar por indicar
belece e hoje são geralmente acceitos, para que se conhe-
esso direito se pretendem fazer com as alterações indi-

que os estados têm o direito de regularisar o exercicio da
ritoriaes, e se é ponto muito discutido até onde essas aguas
er-se ser hoje incontestavel, que para o effeito de regular o
jurisdição dos estados se estende pelo menos á distancia
aixamar. (Bluntichli, *Le droit international codifié*, n.º 302,

dar d'esse direito, desde que as nações mais poderosas da
exercicio da pesca no mar do norte, assignado na Haya em
m para esse effeito aquelle limite ás aguas territoriaes.
lei do 1.º de março ultimo prohibe aos estrangeiros a pesca
o limite já indicado.

ida que se não for feito convenio algum com a Hespanha
tando nós ao regimen commun banido pelo convenio, que
, não poderão agora os hespanhoes vir pescar nas nossas
áquem d'aquelle limite; e portanto, a excepção que elles
o seu projecto de regulamento da policia de pesca, delimi-
antes da nossa costa aquella zona a 1 1/2 milha, seria uma
le um nosso direito incontestavel, e d'esse direito têm sido
, que têm a guardar interesses importantes na industria da
e considerar Portugal, cujas costas sendo bastante piscosas

são já ambicionadas não só pelos nossos vizinhos hespanhoes, mas também pelos francezes desde que nas suas costas diminuiu a pesca da sardinha.

É assim que desde muito a Islandia pelas suas ordenanças de 7 de março e 13 de junho de 1787 prohibia aos estrangeiros e sociedades estrangeiras a pesca nas suas costas, dizendo a primeira d'essas ordenanças que a pesca deve ter logar por conta dos nacionaes, sem que nenhum estrangeiro possa ter n'ella a *mais pequena parte de interesse*, a não ser que seja domiciliado na Islandia ou na Dinamarca.

É bem sabido de todos que, relativamente á pesca do bacalhau na Terra Nova e ilhas proximas, os diferentes estados tratam de reservar aos nacionaes as aguas territoriaes em que ali têm jurisdicção.

E ainda ha pouco a Allemanha, satisfazendo as vivas solicitações dos pescadores do seu litoral, que se queixavam sobretudo da concorrência das embarcações inglezas, inseriu no seu codigo penal, por virtude da lei de 26 de fevereiro de 1876, um novo artigo, em que se puniam os estrangeiros que pescassem nas aguas territoriaes sem auctorisação para isso, com a pena de multa até 600 marcos e prisão até seis mezes, alem d'isto perdimento dos instrumentos de pesca encontrados ao delinquente e do peixe apprehendido no seu navio, ainda que os ditos instrumentos e peixe lhe não pertençam.

Igualmente se acham estabelecidas restricções do mesmo genero em Inglaterra, Belgica, Dinamarca, Suecia, Noruega e na Russia.

Na Italia os estrangeiros têm de pagar uma taxa especial para poderem pescar no mar territorial.

E para demonstrar que a cedencia agora proposta do nosso direito pelos hespanhoes se não justifica, basta lembrar as questões e conflictos que sobre este desgraçado assumpto de pescarias se têm dado entre as duas nações, e de que dão larga conta os documentos apresentados ás côrtes nos *Livros brancos*, que tratam d'estas questões de pesca.

É, pois, fóra de duvida que a cedencia do nosso direito sobre a parte das nossas aguas jurisdiccionaes, que faz excepção no artigo 1.º do projecto de convenio apresentado pelo governo hespanhol, é inaceitavel, e que se fosse admittida, traria o completo aniquilamento das nossas pescarias na parte de leste da costa do Algarve.

Actualmente tinhamos a zona reservada á pesca dos nacionaes protegida efficaçmente pela outra faxa exterior de 6 milhas, que posto que em geral não fosse aproveitada para a pesca, garantia á primeira a sua immundade, a conservação dos seus fundos, o socego das especies nas operações de reproducção, a livre e desembaraçada marcha de peixe para a terra a entrar sem obstaculo nas aguas territoriaes, e finalmente a facilidade da policia de pesca. Com a falta d'essa faxa exterior, por assim dizer de resguardo, perdemos todas essas vantagens indispensaveis para o livre usufructo do nosso direito, e alem d'isso a pescaria será em grande parte cortada fóra pelos hespanhoes, que até para tornarem mais frisanse a sua vontade de nos prejudicar, retiraram do projecto da nova convenção a prohibição que havia das artes de Bon ou parelhas para pescarem a menos de 12 milhas da terra, podendo estas artes vir com a falta d'essa prohibição, sem embaraço algum até 3 milhas da costa, e podendo mesmo mais facilmente invadir de noite a zona reservada, com os damnhos aparelhos que usam, os quaes têm apertadas restricções na propria costa de Hespanha.

Perante o direito internacional não podemos rasgadamente invocar o direito de fazer estender a nossa jurisdicção sobre o mar que banha as nossas costas, a mais de 3 milhas, mas é claro que a quem tem um direito devem-lhe ser admittidos os meios de o fazer valer,

Não se poderá, pois, negar aos nossos vizinhos que venham pescar fóra das nossas aguas territoriaes, mas isto não quer dizer que elles ou outros tenham o direito de praticar ahi actos de puro vandalismo, como é o emprego das artes de Bon tão perto da terra, nem que cortem e impeçam a passagem do peixe ás nossas aguas com prejuizo dos nos-

era inteiramente favorável aos nossos, ao menos estava
 evitar-lhe os inconvenientes, não indo pescar a pontos da

rita vieram a Villa Real de Santo Antonio perguntar pescar á costa de Portugal com os galeões; ora, como a, a auctoridade maritima não quiz tomar a responsabilidade consultou o governo. Os hespanhoes, porém, sem esperar numero de galeões pescar dentro das aguas jurisdicção da terra, impedindo o lanço das nossas chavegas e por elles pescado para Hespanha, sem pagarem direitinhos devidos pelas suas leis ao agente consular

reciprocidade de pesca, que foi única e exclusivamente
ões, que levaram da nossa costa incalculáveis valores

em pescaria, e que ainda ni
ainda pagar outra indemnisa

Finalmente o governo l
ou por outro qualquer motiv
cidade de pesca, abolição e
no artigo 23.º do tratado de
convenio de pesca de 2 de
porém que por successivas
bar a sua, para nós benefi

Suspensa a reciprocida
proveito dos nossos vizinhos
vam, soffrendo-lhe todos os
os pescadores e mesmo pa
pela falta de questões e pel
garve, onde começou o emp
mente se generalizou em to
regimen, attingido um cert
nhecido.

Vê-se, pois, claramente
vinha mais, porque com elle
dentro das nossas aguas ja
aguas garantida de certo m
era computada em 6 milha
impedindo-a de entrar nas
rão fazer, especialmente n
nossa jurisdicção ficar redu

Ora, se concorrendo os
motivo para questões e con
berta de armações fixas par

Felizmente para nós, e
será difficil aos hespanhoes
esse o motivo que os levou
aguas jurisdiccionaes.

A disposição que prohi
igualmente damnosas dentr
ficando em vigor essa prohi
torial.

Esta alteração póde p
costa; ellas não só matam
permite, como destroem o
por occasião da reproducção

Mr. Sabin Bertholet, u
ranés et l'Océan, publicada
encontravam as pescarias n
cial das redes de arrastar, e
plantas marinhas formam, n
desova: os innumeraveis o
peixes se não fossem varrid
systema de pesca é de tal
francezes, segundo o mesm

; os catalães, pelo contrario, dizem, segundo Sanes Reguart, Obregoso res, que foi tal systema introduzido na Hespanha pelos francezes.

ertholet, depois de dar varios dados estatisticos sobre o destroço produ- iarelhos (artes de Bon ou parelhas), diz: «De que immensos recursos se inuando com systema tão prejudicial. Todos esses peixes mortos ao nas- ruida em massa», e conclue: «*Espantosa devastação!*»

ha não pescam as parelhas em todos os pontos da costa, nem em todos m os tempos chamados de *vêda*, em que taes artes não podem pescar; e ontos em que taes aparelhos são mais prejudiciaes a distancia do que mo acontece em Valencia (Hespanha), onde uma arte de arrastar é mais do que a 3 milhas da costa (anuario da commissão hespanhola perma- ara 1862, pag. 26).

ada commissão de pesca, n'uma sua informação de 27 de março de 1868, as parelhas o seguinte: «Convem acrescentar que o Bon (parelhas), é acidamente desastrosa, porque mata as crias e destroe a ova, e que os i a seu livre arbitrio usar outras artes que existem em crescido numero, istem em outras nações, ou inventar novos processos, toda a vez que, jam prejudiciaes e dêem logar a opposição entre os mesmos pescadores». expressa pela commissão hespanhola permanente de pesca a respeito ninhas, que deviam ser repudiadas por todas as nações civilisadas.

que deixámos dito se conhece quão importante é o obter do governo as artes de Bon ou parelhas sejam sujeitas, nas costas de Portugal, smas restricções que têm na Hespanha; este pedido, que o nosso go- ular actualmente, que se trata de negociações entre as duas nações piscatoria, é tão justo, que difficilmente se poderão encontrar palavras recusa de condescender connosco n'este ponto, que aliás é para elles ante como para nós, porque depende d'elle a conservação dos fundos e abastecimento das nossas pesqueiras da costa do Algarve situadas a 10 e. que são exploradas conjunctamente connosco pelos pescadores de li- d'aquella nação.

ommissão deixar passar sem reflexão a parte da nota do governo hes- corrente, em que se refere aos prejuizos que ali se diz terem tido os rthoes, com a convenção que marcava em 6 milhas a zona reservada nacionaes; parece que sendo essa convenção reciproca para um e outro avia, tão prejudicados eram com ella os pescadores portuguezes como

a parte, não desejámos essa reducção nem nos convem, como já se de- to vê-se claramente que os prejuizos de que o governo hespanhol se os pescadores hespanhoes não poderem vir pescar em frente da nossa no já se disse sob o regimen da reciprocidade, levavam consideraveis ia, não só desfalcando as nossas aguas, como tambem prejudicando-nos eus mercados, com a concorrência desigual que ali nos faziam, com o scado na nossa costa, e ali levado em condições muito diversas d'aquel- sos pescadores ali podiam concorrer; e que reduzida a distancia é pos- dores hespanhoes lucrem, mas a nação portugueza é notavelmente pre- pedida de gosar livremente os seus direitos sem obstaculo algum.

ar quanto possivel aquelle estado de cousas, entende o governo hes- ta, ser o meio de estabelecer a reciprocidade nos beneficios que uns es devem obter. A commissão sente não poder concordar com tão Diz-se mais na nota citada, que, sendo a costa de Portugal mais

funda que a da Hespanha á distancia de 3 milhas, para fôrta a Hespanha a exercer a pesca com fructos communs, enquanto que os hespanhezes portuguezes não se aproveitavam do verdadeiro da industria da pesca e das devidas proporções.

Falla a nota nas redes communs de linha e apparelho têm sempre fôrta sem embaraço algum.

Continuando com a analyse da disposição que não pôde passar ser na diminuição da distancia considerada 3 milhas, para fôrta da linha, que era no convenio ainda em vigor de disposição tem sido inserida nas disposições como, por exemplo, na convenção de Inglaterra, onde se lê: «Il est égalment générale du droit exclusif de pêcher dans les baies dont l'ouverture n'excède pas le cap à l'autre».

Vejamos qual seria para nós o limite de 8 milhas approximadamente da linha de excepção e os estrangeiros poderiam de tal redução crearia um precedente para a Hespanha, que quer retirar para aguas jurisdiccionadas entre os países seria um precedente perigoso, que poderia causar graves danos e conflictos, posto de que não parece haver perigo, visto que, neste anno, esta nação, prohibindo a pesca, estabeleceu o limite d'essas aguas em 3 milhas, a Hespanha não pôde estranhar um precedente, que se nos affigiu estabelecido entre quaesquer nações em aguas territoriaes.

Em vista d'isto julga a commissão a 5 milhas, para abertura das baías do mar territorial, por fôrta da rectificação hespanhol pôde insistir rasos que nada justifica.

No artigo 3.º, quando se trata de limites adjacentes, vê a commissão, ditas zonas. Não conhece a commissão, porém julga não haver d'esse lado de delimitação, e por estes dois motivos identica no Guadiana, tem esta com n.º 252 de 27 de janeiro de 1887 e tanto fazer mais do que confirmar a cedencia pela nossa parte da linha importa a perda para nós de uma posição incontestada desde tempos immemo-

avaliada por uma area rectangular, tendo no lado que proximadamente 3:800 metros, e na perpendicular a este lado, e em referencia á ultima linha proposta pelos mesmos, se perde, tem no seu lado paralelo á costa 1:900 metros perpendicular os mesmos 5:556 metros, o que representa uma certa consideração em relação á pesca, que vai passar

para fazer que o pouco tempo que lhe foi dado para formular a lei, como desejava, a legislação hespanhola sobre a pesca, os contra o abuso das artes de Bon ou parellhas e outras

seu tratado os pontos principaes ácerca dos quaes foi a discussão da maneira seguinte :

que se conservassem as 6 milhas como limite das aguas jurisdiccionadas, unicamente para facilidade da policia da mesma. Não se ratou é mister fazer os esforços necessarios para estipular a sermittido aos pescadores hespanhoes collocarem-se com as 3 milhas, de modo a impedir o accesso de peixe ás aguas da pesca das nossas armações quer de atum, quer de sardinha, impedir-nos o usufructo dos nossos direitos.

e na alteração da distancia a que podem pescar as artes de pesca, e que taes embarcações não possam mesmo abordar a costa, em que lhes for prohibido pescar, como estava prescripto

e detiver nas aguas territoriaes qualquer embarcação que infracção á prohibição existente no convenio a esse respeito, escaria a favor do estado lesado.

nossa parte a diminuição proposta das aguas jurisdiccionadas é proposta no artigo 1.º do projecto, entre o meridiano Real de Santo Antonio, não só porque iria prejudicar a pesca, como tambem por ser um precedente perigoso para nós.

a redução de 10 a 5 milhas para abertura das aguas territoriaes por fóra da linha dos cabos ou pontas extremas não acha consignado em convenção alguma e não ser instituir, alem d'isso, precedente que convem evitar.

a para a contagem de que trata o convenio deve entender-se a linha conhecida e marcada como tal em cartas dos dois estados e aberta.

8. — Pela commissão, *José Alemão de Mendonça Cisneiros*, vogal.

N.º 120

LEI DA COMISSÃO DE PESCARIAS

que se deve regular a zona maritima, em frente das baías, e que ella se conta da linha que une os pontos extre-

mos, quando essa abertura
Inglaterra de 2 de agosto do
nio para a pesca no mar do
lei franceza de 1 de março

Nenhuns tratados conhe-
limitando essa extensão a 5

O SR. HENRIQUE I

Lisboa, 28 de julho de
fez a honra de me dirigir, d
de convenio sobre pesca, qu
tuir o de 2 de outubro de 1

Entendeu o governo po
bro contém as estipulações e
tes tiveram em vista ao cele
tambem tender os dois gove
respectivas aguas e regulam-
cente, e escripta em docume

Se á reciprocidade do
completa, não correspondeu
de uma foram prejudicados
acto por nossa parte, não qu
igualdade que nunca se pod
cido, com risco da perturba
das populações vizinhas nas

Essa desigualdade nas
se acha sufficientemente den
las costas, e muito menos, p
fazer, querendo apreciar os
muns n'uma e n'outra costa.

Como o governo hespa
obterá a reciprocidade nos l
Sua Magestade, como demon
sem offensa, contudo, do pr
dentro das suas respectivas
hespanhol, alem da modifica
dicar a v. ex.^a, tendentes u
peixe e a industria da pesca
em harmonia com a recipro
demarcação de limites das z
pelo governo de Sua Mage
tadas.

Para a primeira modifi
§ 2.º do artigo 1.º da propo
mite de 1½ milha, em vez

A distancia das 3 milha

aguas maritimas a soberania de um estado, e é fóra de pesca, é este tambem o limite que tanto as leis internas dos, têm fixado como dominio em que podem livremente o. Portugal considera-se com esse direito, e, mesmo sem -la para com ella, e manteria ali igualmente o exclusivo

o limite de 3 milhas, restringindo-o, não teria justificante adoptados, e que o proprio convenio firma. E succeda a costa, em que essa restricção se faz, a mais piscosa, leamente os barcos portuguezes e hespanhoes, com risco ue as duas nações tanto tiveram a peito evitar, e que

ho o addicionamento, no principio, da disposição que se o convenio de 2 de outubro, com a redução da distan- anteriormente estabelecidas.

reservada á pesca dos nacionaes protegida efficazmente lhas, que garantia á primeira a sua immundade, a congo das especies nas operações de reproducção, a livre e e entrada sem obstaculo na zona das 6 milhas proximas e da policia da pesca. Com a falta d'essa faixa exterior indispensaveis para o completo uso do direito que cada itos, podendo as artes nocivas, com a falta da prohibi- struir, ou, pelo menos, damnificar a creação do peixe que se tornará mais sensivel pelo relativamente pequeno sca fica só permittido aos nacionaes.

de effeito nocivo, que no interesse geral da industria e varios paizes, e na da propria Hespanha, não poderá tade Catholica querer que deixe de estipular-se no con- dois paizes.

como artigo 1.º do projecto proponho a manutenção da s no § 2.º do artigo 2.º do convenio actual, em vez de 5, as, dentro do qual a demarcação das aguas territoriaes ecta tirada de ponta a ponta. É este o limite estabele- pesca entre diferentes paizes. Não vê, portanto, o go- para adoptar uma disposição nova, que o afastaria do seguido, e que na pratica teria para Portugal desvan- ahia de Lagoa, que tem 8 milhas de abertura, e ficaria », podendo os barcos hespanhoes e de outras nações pes-

v. ex.^a diz na sua nota ter encontrado resistencia nos nha para em 1885 se estabelecer a zona reservada de uso que creava e poderia ser invocado como principio quierá certamente insistir em uma disposição nova no , como succede no caso presente, evidentemente nos pre-

rojecto proponho que a linha divisoria das aguas mariti- a, seja a ultima proposta pelos commissarios portugue- , com os commissarios hespanhoes, da demarcação que onvenio de 2 de outubro. Então tratava-se de subordinar prescriptas no convenio, e d'ahi nasceram em parte as

difficuldades que se suscitaram; hoje é o proprio o criterio. Não sei qual foi o que presidiu á proposta incontestavel que uma linha que mais se approxima da divisão das aguas das duas nações na barra, que intersecção dos dois *thalwegs*, permittindo que se cada paiz até á foz do rio, devêra ser a preferivel, a qual poderia ainda rectificar-se, para maior recta convencional, que do centro da linha da foz fôrma, por que se acha marcado no mappa junto

Com respeito aos §§ 2.º e 3.º do mesmo artigo a supressão. A jurisdicção de cada um dos dois paizes terminada pela nacionalidade das aguas, e assim os effeitos do convenio, definil-a. Se, porém, o governo d'essa demarcação, proponho que ella se faça de como se estipula no projecto, por consideral-o in

Acceitas estas modificações pelo governo hespanhol disposto a assignar logo o convenio e a pol-o em Aproveito, etc.

N.º 122

INFORMAÇÃO DO SR. BENTO MARINHO

Lisboa, 1 de agosto de 1888. — Ill.^{mo} e ex.^{ma} me indicou, alguns esclarecimentos e considerações de Santo Antonio, quando ali estive para a divisão adjacente do Guadiana.

Se bem que dos officios e actas da commissão e da correspondencia que tive sobre o assumpto me ajuizar do seguimento que tiveram aquelles trabalhos, agora, acompanhando-os de alguns artigos (documentos) de um novo convenio com a Hespanha.

Não tenho a pretensão de por este modo reserentão se suscitaram, mas, discutindo com os conselhos elles apresentadas, conheci um pouco a parte inter subsidio que apresento concorra para a solução das principaes industrias do Algarve.

A commissão hespanhola preocupava-se muito do Guadiana vir a ser unica, fechando-se a denominação sendo contraria ao regimen das aguas, só deve os trabalhos de dragagem que se têm feito para a sua ultima proposta vinha acompanhada da conforma a futuras divisões.

A *Golada* serve quasi exclusivamente á navegação no *Pomarão*, o que representa o movimento a terços do movimento total do porto de Villa Real

Eu não vejo razão para aquella dragagem, para a navegação em geral, antes desvantagem, para os vapores a que me refiro, embora a *Golada*

ção que elles primeiro seguem quando voltam carregados para a d'essa vantagem, seria a de haver uma só com mais 2 pés de assim o completamento da carga fóra d'ella como agora se faz. uma só barra teria mais profundidade, e isto é confirmado não plantas hydrographicas de 1881 e 1887 e outras, mas tambem aticos da localidade.

as hespanhoes contra os trabalhos de dragagem n'uma barra com- que um não póde fazer sem consentimento do outro, prevendo já hes resultaria na execução do convenio que acceitaram depois? as o que é certo é que a existencia de duas barras trouxe diff- portugueza, discutindo com a hespanhola a principalidade d'ellas, sobre este ponto dependia a posição do meridiano divisorio. que houvesse vantagem para a navegação portugueza na existen- erando por outro lado a difficuldade, ou talvez impossibilidade, panha um convenio em que o meridiano divisorio passasse pela esta fosse unica), parece-me que o artigo que proponho salva uando que elle passe, não pela barra, mas a meio do ante-porto a entrada do rio Guadiana. Um tal meridiano é mais favoravel e que o ultimo que propozemos.

onvenio na costa do norte (Minho), teria o inconveniente do pas- sasse a meio da enseada cortar ou tangenciar a Insua do Forte, nconveniente está resalvado pelo artigo, que poderia tambem re- ao artigo 2.º do convenio ratificado em Haya em 1884, que diz: onaes gosarão do direito exclusivo de pesca, dentro da distancia a linha de baixamar ao longo de toda a extensão das costas dos bem como das ilhas e dos bancos que d'ellas dependem.

r que pela interpretação d'este artigo 2.º, e no caso da sua appli- norte, se traçarmos um circulo de 3 milhas de raio em volta da ona exclusiva, elle cortará em muito a costa hespanhola, não barcos de pesca d'aquella e por isso talvez fosse melhor, em sum- no elle está.

v. ex.ª que o que parece deprehender-se das actas das sessões, ixta o anno passado tratou da divisão das aguas jurisdiccionales uadiana, é o seguinte :

sarios hespanhoes não acceitarão o meridiano divisorio que tenha pela extremidade do eixo da barra, receiando que a do SE. ve-

em que elle insida na linha de foz, mas insistem que seja a meio

. igualmente em que o referido meridiano não corte a costa de lo ficar uma parte d'ella em aguas jurisdiccionales do outro.

das aguas territoriaes, apresento em nota separada, bem como , o que dizem alguns auctores de direito internacional e o que tre si convencionado.

A

effeitos d'este convenio, a linha de separação das aguas jurisdic- e Portugal, nas zonas maritimas adjacentes aos rios Minho e cada respectivamente por um parallelo ou por um meridiano que

divida a meio o ante-porto ou enseada que
gado para o mar á distancia de... milhas

Artigo... O paralelo ou o meridiano
insidir na linha de foz, sem contudo cor
por fórma a deixar uma parte d'ella em a
que atravessasse aguas estranhas, a entrada
as condições da maré.

Artigo... Quando, por effeito da esp
uma só linha divisoria satisfazer ao preceit
mais uma linha complementar, que, parti
minar na linha de foz.

Artigo... Se na desembocadura do r
de nacionalidade reconhecida, a linha divi
em aguas jurisdiccionadas da nação a que]

Como ponto regulamentar:

Considera-se acto constitutivo da pesc
qualquer ruido com intuito especial de afu
mento das redes.

...a extensão do mar territorial não
ctores sobre direito internacional differem
sobretudo entre os modernos, limitam-se g
tivesse collocado nas costas... (T. Ortolan

...Pelo tratado de paz entre a Ingla
diam pescar a menos de 3 milhas das costa
renço, e a menos de 15 das da ilha do Ca

...não deverão commetter-se quaesq
territoriaes de potencias neutras, admittinc
minado pelo alcance do tiro de canhão que
aos commandantes das forças navaes pelo

...a ordenança das alfandegas de He
até 6 milhas de 60 ao grau de latitude.

s Unidos a jurisdicção para
marca manteve o exclusivo
ias, depois de 5, de 4 e ac

rno norueguez, afastando-s
rritorial, fixou estes limites
mar da linha que une... (C
unto o maior alcance do ca
nal, isso não obsta a que
ndependencia, estabelecess
certos fins de commun u
nem todos os tratados n'e
s neutros, fixando-se já p
'esta, 1882.)

nção entre a Inglaterra, A
em 1884, fixa o limite das
le latitude.

N.º 123

O SR. D. FELIPE MENDEZ DE VIGO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Lisboa, 15 de agosto de 1888. — Excmo. sr. — Pendientes de estudio por parte de mi gobierno las contra-proposiciones que V. E. me dirigió en 28 del mes último, contestando á las que tuve la honra de presentarle para negociar un nuevo convenio de pesca, cuyas bases debian haber sido acordadas antes del 31 de dicho mes, con arreglo á lo convenido al prorrogar en 30 de junio último el convenio aun vigente, y no habiendose podido llegar á ese acuerdo por la imposibilidad absoluta de apreciar las citadas contra-proposiciones, que solo llegaron á Madrid el mismo día que espiraba la prórroga, dispuso mi gobierno, como V. E. sabe, para evitar los conflictos que pudieran suscitarse entre los nacionales de uno y otro país cesando el régimen convencional, que este continuaria en vigor hasta el término de las negociaciones pendientes. Mas, como esta resolución envuelve una nueva prórroga, que tal vez puede ser mayor que la anterior, á pesar de que á la mayor brevedad posible se han de someter á V. E. las últimas proposiciones respecto al mencionado convenio y al tratado de comercio, cuyas negociaciones han de ser simultaneas, así como las del convenio de tránsito, no puede mi gobierno por más tiempo consentir que continúe vigente el convenio de 2 de octubre de 1885, sin que, desde luego, quede reducida á 3 millas, en absoluto, la zona de 6 que en él se fija reservada á los pescadores de uno y otro país.

De este modo se consideraria en vigor dicho convenio como un *modus vivendi* interin ambos gobiernos llegan á un acuerdo sobre las citadas negociaciones, *modus vivendi* que el gobierno de Su Majestad Fidelissima no puede rechazar, teniendo en cuenta que el de Su Majestad Católica ha prorrogado, á petición suya, por seis meses, graciosamente y solo por la deferencia que le merece, un convenio tan perjudicial á los intereses españoles.

Si, como espero, V. E. se sirve aceptar esta justa proposición, que tengo la honra de hacerle, le ruego me dispense el favor de señalar el día y hora en que podamos acordar y firmar la fórmula de este nuevo régimen provisional, que debe sustituir inmediatamente al que hoy está vigente, y para cuya solución estoy autorizado por mi gobierno.

Aprovecho esta oportunidad, etc.

N.º 124

O SR. AUGUSTO DE SEQUEIRA THEDIM AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Madrid, 28 de agosto de 1888. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a o telegramma do jornal o *Imparcial* (documento A), publicando o extracto do discurso d'este ex.^{mo} ministro d'estado, pronunciado em Vigo no banquete que a elle e ao sr. Martos offereceu o partido liberal de Galliza.

Tomo a liberdade de chamar a attenção de v. ex.^a sobre a parte que a Portugal se refere, e que é o cumprimento da promessa feita pelo sr. marquez de la Vega de Armijo e por mim transmittida a v. ex.^a

Deus guarde, etc.

A

.. Recogiendo las alusiones relativas al tratado con Portugal, dice que se preocupa tanto con los intereses de esta region, que ya ha arreglado con Italia la cuestion de im-

portacion en aquel país de la cons
afirma que lamenta no se haya lle
adquieren allí las ideas proteccion
todo completo acuerdo, y declara

Respecto á la pesca, aunque
peranza para poder arreglar un tr
represalias con Portugal...

O SR. D. FELIPE MENDEZ

Lisboa, 14 setiembre de 1888
vez más el espíritu de conciliación
Majestad Fidelísima las relaciones
sus respectivos nacionales, me ha
duren las negociaciones para la cel
reglamento de tránsito, el actual c
de las aguas jurisdiccionales á que
tección definida en el § 2.º del art
nerme en la conferencia que celeb

Al hacer esta última concesión
cial á los intereses españoles, mi
tentado en lo que se refiera á dici
ajustarse el convenio de pesca defi

Si V. E. se sirve manifestar
podrá considerarse establecido des
nes oportunas para su inmediato c
Aprovecho esta ocasion, etc.

O SR. HENRIQUE DE BARI

Lisboa, 20 de setembro de 1888
me fez a honra de me dirigir em c
que o governo de Sua Magestade C
ção que o anima e do desejo de
amigaveis relações, auctorisára a v
rare as negociações para a celel
regulamento de transito, o actual c
das aguas jurisdiccionaes a que se
de 12 a 6 a zona de protecção def

O governo de Sua Magestade
gestade Catholica, inspirado dos se
pela nossa parte professâmos, tenh
proposta, formulando-a assim em
mente a acceitâmos.

ajustar-se o convenio de pesca
tentado relativamente á zona
espera, pelo seu lado, que no
ua Magestade Catholica a ne-
de não seja permittido o uso
ou embarcem a pesca dentro
os interesses dos portuguezes

DE BARROS GOMES

— Em tempo tive a honra de
do *modus vivendi* para regu-
a minha felicitação por haver
direito claro e satisfactorio.
o, do praso em que deve en-
se achar ausente de Madrid
25 do corrente.

DE BARROS GOMES

— Por varias vezes o sr. mar-
le chegarem os dois governos
o, accentuando repetidamente
tendentes a desfazer impres-
eventualidade de represalias

mente de vantagens economi-
subsistente entre os dois paí-
ob o ponto de vista technico,
restão dos gados com a neces-
eder a Portugal.

da e com o director geral das
ieza, n'esse particular, tomou
nte se estabelecia o principio
esse principio seria impossivel
n a opinião receberia hoje de
citou graves objecções doutri-
a hoje o caracter pratico.

ual regimen convencional com
immediato com Portugal em
a um tratado sem pautas, for-
tamento da nação mais favo-

recida, lançando no protocollo a clausula metterem os dois governos a incluir, e para regularem em liberdade o seu mudar essas concessões a terceiras potencias.

Tambem nas alludidas conferencias cabo a negociação, antes que a abertura Hespanha venha acrescentar difficuldade sivo zêlo de alguns representantes na c

Abundando n'estas idéas, o sr. Puferenciar com o sr. marquez de la Vega migo qualquer conferencia, por occasi esta côrte, ou depois, na qual se podess verno de Sua Magestade Fidelissima, p

Tudo isto me leva a crer que a ne que a proposta consignada na nota de nos abre um terreno firme e vantajoso; r menos boa vontade do governo portug accordos em materia mercantil.

Deus guarde, etc.

I

O SR. HENRIQUE DE BARROS

Lisboa, 4 de outubro de 1888.—
fez a honra de me dirigir, em data de 2
que a negociação do tratado de comme
nos termos, que v. ex.^a expoz, das con
e da fazenda, congratular-me-hei com v

O pouco tempo que medeia até a
sufficiente para se concluir um tratado
que pensa ter com o sr. marquez de

—Rei por essa cidade, com
sam oppor á sua acceit
ite na conveniencia de a
riria celebral-o nas condi
dade do regimen conven
ccordo immediato sobre
uão contraria do sr. Mo
ido a Hespanha se reput
acceitar de preferencia
recida, com um protoco
ocultar a v. ex.^a que so
la opinião dos interessad
men em vigor sobre ga
nimação recente no seu
le, etc.

N.º 130

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

Madrid, 14 de outubro de 1888.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— A real ordem de 6 de setembro no contém disposições regulamentares com motivo ou pretexto na garantia da saúde pública. É generica para toda a importação terrestre e marítima de quaesquer procedentes, de onde resulta que nenhum motivo especial a dictou quanto a epizootias reinantes te ou n'aquelle paiz. É sem duvida vexatoria e tende a dificultar a importação. No al estado de direito entre Portugal e Hespanha não creio podermos estabelecer reclamação; porém poderíamos dirigir comunicação verbal ou escripta a este governo, reentando sobre a inconveniencia das disposições adoptadas no momento em que a proa de v. ex.^a tende a facilitar o commercio fronteiriço de gados. Em todo o caso deve tomada em consideração na negociação commercial, se n'ella se comprehenderem eslações relativas a gados.

Tenho por opportuna occasião para alludir ao assumpto, a conferencia que venha a com o sr. ministro d'estado ácerca da negociação.

Aguardo porém as ordens de v. ex.^a

Deus guarde, etc.

N.º 131

O SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

recto.

Madrid, 7 de novembro de 1888.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— Tenho a honra de passar ás s de v. ex.^a copia da nota verbal (documento A) sobre a negociação commercial, que, vis de varias conversações com o sr. marquez de la Vega de Armijo, e em consequen-d'ellas, deixei hoje em mãos do illustre ministro d'estado. Cingindo-me ao espirito instrucções contidas no despacho de v. ex.^a de 4 de outubro ultimo, tratei de aproar as difficuldades que, no tocante a importação de gados, suscita aqui o regimen conacional com a França, e d'este modo secundar os esforços empregados pelo represen-e de Hespanha em Lisboa para trazer a negociação a termos praticos.

O ministro d'estado novamente affirmou o seu desejo de levar a cabo o tratado comugal. Offereceu occupar-se sem demora do assumpto, reconhecendo que o periodo amentar, que se approxima em um e outro paiz, póde aggravar difficuldades e em-or soluções, se antes não estiver terminada a negociação ou, pelo menos, assentadas ases.

Deus guarde, etc.

A

A negociação de um novo tratado de commercio entre Portugal e Hesppnha pende e os dois governos ha vinte mezes. Iniciada tres e meio mezes antes do praso em devia findar e findou o tratado de 1883, tem atravessado varias phases, que é inutil nerar, sem que, apesar da boa vontade dos dois governos, se tenha chegado a con-lio. Para que este *desideratum* se alcance finalmente em curto periodo, como é de jar, ha que attender ao fundo mesmo e ao processo de negociação.

Não será temerario rezear que esta se protraia ainda por largo tempo, ou corra em Madrid, como ao principio, ou, como agora, em Lisboa, se se limitar á troca de correspondencia e documentos escriptos; e, se, por outro lado, não se cuidar de . do campo, um tanto indefinido, das generalidades para o terreno pratico e observação sobre condições mercantis existentes e analyse das disposições qu poderiam adoptar-se quanto á importação, em um e outro paiz, d'aquelles fazem objecto habitual de seu mutuo trafego.

A esta ultima consideração cingiu-se o governo de Sua Magestade Fide pois de haver miudamente estudado o assumpto, na nota de 25 de junho uli á legação de Sua Magestade Catholica em Lisboa.

Tomou-se por base, na proposta portugueza, o tratado de 1883, introdu o principio de reciprocidade, de que carecia, em disposições essenciaes, e a e modificando-se o tratado em attenção ás circumstancias de actualidade.

Que a reciprocidade perfeita é base essencial em pactos d'esta ordem, n vidar-se, nem tão pouco se deve escurecer a lealdade com que o governo he pontaneamente admittiu este principio desde o inicio da negociação. Porém, r d'esta idéa partiu o governo portuguez para assentar, como principio inicial cidade, mas da certeza de que sem ella o novo pacto não nasceria viavel, po invencivel repugnancia nos corpos colegisladores e na opinião.

Para evidenciar esta verdade basta summariar alguns factos.

Logo depois de firmado o tratado de 1883, sendo ministro dos negocios e o proprio illustre negociador do tratado, taes difficuldades se reconheceram i ção legislativa pela justa repugnancia que suscitava a falta de reciprocidade, ficção foi adiada até 1885; e sómente então, sendo ministro o sr. Bocage, p tificado, depois de haver este estadista alcançado, no convenio de pesca, co tão importantes como foram as zonas excepçionaes de 6 milhas para o exer sivo da pesca, e de 12 para a prphibição das artes nocivas.

Cumpra notar que esta compensação já cessou de existir, havendo sido i duzidas a metade no *modus vivendi* recentemente estabelecido, em conformi reito commum.

Apesar de tudo, o tratado de 1883 encontrou vigorosa impugnação n parlamentar, sobresaindo o argumento de haver n'elle uma pauta convenci importação em Portugal, sem outra correspondente para a importação em H modo que, por exemplo, enquanto o gado hespanhol vacuum, lanigero e ca isento de direitos na importação em Portugal, o gado portuguez, importado nha, continuava pagando os pesados direitos da primeira columna do *aranc* ainda aggravar-se esses direitos.

Alem d'isso, com sobeja razão se objectou que o artigo 5.º estabelecia q hespanhoes nunca poderiam pagar em Portugal direitos geraes de consumo su vigentes n'aquella data; resultando d'esta extraordinaria disposição que, se a des financeiras levassem o governo portuguez a augmentar os direitos interno mo, os vinhos do paiz poderiam ficar mais sobrecarregados que os hespanho reciprocidade por parte de Hespanha.

Não consta que em tratado algum entre as nações europeas se encon semelhante, impossivel de repetir-se agora e devendo substituir-se pelas regras do artigo 7.º, conforme o direito convencional geralmente admittido; isto é, q hespanhoes nunca paguem em Portugal direitos geraes de consumo interno i os que corresponderem aos vinhos nacionaes, e reciprocamente em Hespanh portuguezes.

Mas, se em 1885 a falta de reciprocidade acima notada, em mais de u

contida na nota de 25 de junho ultimo. O governo portuguez quanto o permittam os interesses e ci pódê, porém, renunciar, nem renuncia em reciprocidade. Nem a dignidade lh'o consente estado da opinião.

Approximando-se, quanto lhe foi possível, panhol, propoz o portuguez um tratado baseac condemnado pelas razões acima expostas, e ad comprehensivas dos principaes artigos do acti Alem d'isto, devendo o tratado durar até 18 tanto de Hespanha como de Portugal, com a l annexo, de duas estipulações altamente signifi para futuras e mais amplas facilidades no com

1.º Que os dois governos se obriguem a ductos de importação estrangeira que, sem pre possam ser igualados na taxa dos direitos a p e nas terrestres hespanholas estabelecidas na vide da França; e bem assim quaes as merc da fronteira e proprio da raia, possam vir a reciproca isenção ou de modicos direitos igua paizes;

2.º Que os dois governos se compromet celebrarem com outras potencias a reserva mento de nação mais favorecida as vantagens fim de facilitar o seu commercio de fronteira.

Parece ao governo portuguez que na s resposta por parte do governo de Sua Mage tratado que corresponda ás necessidades act mento do trafego mercantil. Mantem, portan de 25 de junho ultimo, sem declinar o estud veniente ao governo hespanhol.

Se, porém, como parece resultar de al, dade de livre importação, quanto ao gado miv tos, quanto ao suino e bovino, encontra diff gestade Catholica, no regimen convencional v quencia da applicação incondicional do tratam é, o gado o principal artigo do nosso comn gado vaccum de Hespanha para Portugal, Portugal para Hespanha, haveria então a pro culdade, sem ferir o principio de reciprocidad

Não occorre outro em semelhante caso, tade e desejo, tenha de excluir-se o ramo m gimen convencional, senão a suppressão de simplesmente ao artigo «productos da pesca», encontrava no tratado de 1883.

D'este modo o nosso regimen convenci geraes contidas no tratado de 1883 sobre a b Mantendo-se, porém, as duas estipulações aci dos generos em que possa alargar-se e facilita reservas em futuros tratados de Portugal e l

ter
ente
oto,
ncia

tra-
a os
183;
ape-
omo
spor
ordo
pios
por-
ndo

dole
Ca-

tre-
nte,
um
are-
iaes
omo
lerá
ie a
mas
iaes

pre
gora
ado
ses
utro
nos
con-
ado
el a
nais
nha

De tudo resulta que não ha probabilidade de um tratado commercial entre Portugal ou susceptibilidades, seja bem acolhido.

Mas essa especie de tacito adiamento pimento da negociação e por modo regular das cordiaes relações dos dois paizes a linguagem que elle usará nas côrtes, zando occasião de accentuar sentimento portuguez e de justiça para com o seu (por certo) semelhante attitudo por parte parlamentar, como sempre v. ex.^a o tem

Este criterio, tenho a certeza, e a Magestade, e porventura será o mais publica opinião no parlamento e fóra, aqum a solução que desse desde já a satisfação dos paizes, e pozesse cobro a novas proteccionista, as quaes poderão ir accrescer a nova muralha da China.

Porém, na possibilidade de obter o principio da reciprocidade, de muitas bras nas relações dos dois governos, rente boa harmonia.

Tal o resultado obtido n'esta actuação v. ex.^a, nas quaes me resta a satisfação proprios minguados recursos.

Deus guarde, etc.

O SR. HENRIQUE DE BARROS

Lisboa, 3 de dezembro de 1888. -
me fez a honra de me dirigir em 26 de

Sinto que o governo de Sua Magestade stancias que v. ex.^a refere, a adiar a que o propunhamos, seria o testemunhamento merciaes dos dois paizes nos sentimentos v. ex.^a pelo ministro d'estado e que são

Reconheço, porém, que as difficuldades de execução d'aquelle acto são de natureza jado ajuste, e por isso temos que acceitar a sua recusa. Foi-me todavia agradável justiça ao procedimento que tem tido a negociação, e póde v. ex.^a assegurar-lhe o governo de Sua Magestade tenha a esta questão, não deixará de o fazer de que se acha animado o governo de

Deus guarde, etc.

ua
n-
n-
is-
ra.
lle
ca,
le-
do

na
riu
n-
las,
rés
ar-
oz
de

sse
o a
ar-
ça

los
ido
mo

de
les,
das

por accordo dos dois governos
beneficio commum de ambos
que alem dos portos e alfandegas
para a livre reimportação de
duzidas em navios da respectiva
através do territorio da outra.

Achando-se o porto da
continuo á provincia de Salazar
Fidelissima que seria de grau
2 de outubro de 1885, o dito
dega de Fuentes de Oñoro á

Entre as mercadorias
da Foz para seguir em transito
avultaria o sal procedente de
condições mais economicas.

A alfandega da Figueira
habilitada para o despacho de
tholica habilitasse a alfandega
ampliação do convenio de transito
de um accordo no indicado e

Recommendando o assumpto
resposta, aproveito a occasião
consideração.— Ill.^{mo} e ex.^{ma}
estrangeiros de Sua Magestade

O SR. CONDE DO CAS

Lisboa, 20 de novembro
verbal de v. ex.^a, escrevi á
cotejados com os principaes
facilitar o exame dos negocios

Os defeitos de essencia
esculpa na inalteravel benevolencia
Deus guarde, etc.

Extracto.

A data de 30 de junho
Portugal e Hespanha para
erta troca de idéas em termos
sr. Moret, ministro d'estado
spontaneamente se admittia

o tratado de 1883. Peccavam, porém, as bases de nimiamente vagas, ao ministro sr. Barros Gomes. Com razão não quiz o illustrado estado *limine*; e preferiu substitui-las por outras mais praticas. Reflectindo os tratados portuguezes e hespanhoes com outras potencias durava a conveniencia de se celebrar com Hespanha, não um verdadeiro *modus vivendi*, duradouro até 1892, remenientes do anterior regimen commercial, e preparando para depois mentos, que porventura podessem conduzir a novas e mais importantes, tocante ás reciprocas relações mercantis das duas nações peninsu-

o ministro de Portugal por obter, e effectivamente alcançou, bom acolhido plano do governo de Lisboa. Esteve a ponto de celebrar-se o *modus vivendi*, o qual, porém, não chegou a realisar-se, por sobrevirem em Hespanha de ordem interna, que obrigaram a encurtar o periodo da sessão e dos trabalhos parlamentares. N'este ensejo instou o sr. Moret pela pro- e por limitado tempo, do tratado de 1883, ao que por parte de Portugal vahi a cessação de todo o regimen convencional em materia mercantil Hespanha. Convem lembrar, como explicação da tenacidade do governo idencia com a discussão da nossa reforma pautal de 1887, a qual, em , se ressentiu dos clamores e exigencias dos congressos agricolas. o de 1887 reproduziu o sr. Moret, por intermedio da legação de Hes- , bases analogas ás de março. Depois de largamente consultado o as- lei a pauta de 1887, e sob a pressão ainda do espirito que a dictou, es contrapoz o que consta do despacho de 28 de novembro de 1887 *randum*. Este *memorandum* produziu no animo do governo hespanhol reasão. Pareceu-lhe ver n'elle e na longa analyse dos artigos pau- panhava, não uma base para tratar, mas a tendencia para negar a quer negociação commercial. Se esta impressão póde taxar-se de exa- que em relação ás nossas propostas de junho as de novembro signi- imento de retrocesso. Não houve resposta prompta nem incidente ril de 1888. Está, porém, na memoria de todos que por essa epocha icava no parlamento com acrimonia o estado da negociação, chegando represalias. E não foi sómente no parlamento que se accentuou a mmunicação directa ao governo portuguez por via da legação em Lis-

e o ministro, sr. Barros Gomes, ordenou ao conde do Casal Ribeiro de conteúdo do *memorandum* hespanhol, e propor o que mais razoavel pa- guir na negociação. D'ahi resultou o longo relatorio de 15 de junho de istorica este extenso documento parece esclarecer bastante a questão, as d'este ligeirissimo esboço, que fica escripto aqui.

ambem poderia ser util a leitura do relatorio, por causa dos dados es- e se trata de provar conclusões favoraveis a uma negociação em bases mplas, e que, sem vaidade ou teima de coherencia no auctor, ainda lhe o ponto acceitaveis.

a fortuna de serem admittidas taes conclusões pelo illustrado ministro , o qual as consignou na maxima parte na sua nota de 25 de junho de o cessaram, nem podiam deixar de cessar, as recriminações do governo rdade já ninguem conhecedor dos pormenores podia accusar de má von- rtuguez. O officio de 27 de setembro de 1888 revela factos plenamente cordialidade do sr. marquez de la Veja de Armijo; e tambem do mesmo

documento claramente consta que de Madrid provieram da necessidade á Hespanha de applicar áquelle pa a negociação não teve prompto e: perfeitamente correcta.

Isto, contudo, não bastava. C que evitasse o encontro da allud novembro de 1888. Representa c cou-se ali um tratado sem pantas mento de nação mais favorecida, c a preparar para o futuro um conv

1.º Que os dois governos se ductos de importação estrangeira paiz, possam ser igualados na tax ninsula e nas terrestres hespanhol a divide da França; e bem assim cio da fronteira e proprio da raia, de reciproca isenção ou de modico os paizes;

2.º Que os dois governos se celebrarem com outras potencias mento da nação mais favorecida a fim de facilitar o seu commercio c

De quanto fica exposto concl cta, e temos empenhado sinceros c veis; 2.º, que o governo hespanho ptamente o reconheceu, por via c d'estado.

Qual será, porém a linha de mos manter-nos em pura espectat tratados de commercio europeus,

Ou será melhor conselho, em ções politicas, que parecem obvias da pro-memoria de novembro de

Não occultarei a v. ex.ª a n quer-me parecer que, faltando por terminação dos tratados, e depen Portugal, da previa approvação p de nação mais favorecida em term tancia.

Fundo esta opinião nas segui

1.ª Que por nossa parte apj mente e gratuitamente as conces dantes compensações nos tratad imitação do procedimento britann até 1886, qualquer modificação n mente se realisou em nosso favor o gabinete de Saint-James, media

2.ª Que apesar de alterado o substituindo-se com razão á unida

espanhol hesitou em adoptar as conclusões ao parlamento um tratado que não daria as que o reclamam, sobretudo interesses o consta da respectiva correspondencia da não possa dar-se por certo, suscitarem-se *ministerio de hacienda*.

em alguma concessão de importancia para Portugal do direito estabelecido na *segunda* que seria em realidade de apreciavel van-

deveríamos ter em conceder á Hespanha as da pauta vigente de 1887, por exemplo interessar a Hespanha, por isso que o ferro idores.

representante de Hespanha em Lisboa, apoiando hespanhola, chamou a attenção do seu governo de simples mutua applicação de tratado propunha no meu *memorandum* acima ci-

to e significativo, seria consignar-se em um e estudos preparatorios feitos em commun compromisso desde logo tomado pelos dois em outras potencias reserva de não ficarem nação mais favorecida as especiaes vantagens paiz peninsular com o fim de favorecer mo.

o em favor do Brazil está já estabelecido , e posteriormente foi admittido no nosso urquia. E demais vem recommendado em es como os conselhos de commercio e geressivas da opinião produzidas no proprio

provação de v. ex.^a, dignando-se formular do sondaria primeiramente o terreno, confid'estado, sr. duque de Tetuan, tão conhecido proprio e eminente homem d'estado que inanceiro o sr. Cos-Gayon, ministro da fazenda sr. visconde de Campo Grande, antigo m de muito estudo e auctoridade de peso presente, favoravel acolhimento, breve se -se pela fórma mais simples, protocollo ou materia, como pela fórma, o accordo não de sancção parlamentar.

ta seria feito *ad referendum* e previamente

por de Hespanha algumas reduções immedionato, essa disposição ficaria dependente ar ás côrtes a respectiva proposta, e tendo nos dois paizes depois de approvadas pelos

Este processo simples par
regimen teria caracter de tem
reiro de 1892 está fixada a tei
gente entre Hespanha com Fra

Não rejeito todavia a idéa
preferida pelo governo hespanl

Tudo, porém, melhor será
critério de v. ex.^a

Não é preciso referir a v
lativos á pesca nas costas de l
panhoes e portuguezes foi em
posta da legação portugueza, f
mutualidade se tornou mais ta
de impressões proveiu menos c
resse, pela singular affluencia
apparelhos geralmente usados
duzidos no serviço piscatorio p
agradavel conflicto de 1887,
Hespanha; nem como o conv
galeões e chavegas, conservan
sobreveiu em 1879 novo confli
rem reciprocas as indemnisaç
commissarios especiaes escolhi
pes e Tejada, suggeriram aos
tas do sul da peninsula como c
como o governo hespanhol, se
la Merced, adoptou a idéa, p
sómente ás costas do sul — Hu
liza; nem como por nossa parl
em Hespanha o abaixo assigna
do-se a cada paiz a plena liber
ções das respectivas costas; nei
hespanhol, como consta da no
dirigida ao sr. Hintze Ribeiro
1883 o principio do exclusivo
deixando-se a regulamentação
v. ex.^a mesmo, encontrando n'
gócios estrangeiros, em outub
de commercio á dos convenic
gociação d'estes, que sabiamer
tratado de commercio se notav
pauta annexa, com a unica ex

O novo regimen da pesc
cebido com repugnancia pelos
levar de vencida os nossos alg
e superioridade de suas arma

entusiasmo pelos algarvios, que á sombra d'elle des-
 aro quanto á perfeição dos processos, quanto á ex-
 alastrando-se a industria da conserva da sardinha
 el exportação.

no acima se refere, a prorrogação do tratado de
 e o governo de Madrid, por sua parte, negasse a
 de pesca. D'ahi poderia resultar, e com razão se
 is entre a gente do Algarve e a de Huelva. Em
 cumpre mencionar que o convenio de pesca foi
 A importancia que o illustre ministro sr. Barros
 com que se serviu apreciar as diligencias do ple-
 se no despacho de 8 de julho de 1887.

o hespanhol, reatando, por intermedio da legação
 de commercio, propunha a discussão simultanea

to da proposta hespanhola sobre commercio, como
 orogação do convenio de pesca e obtivemol-a por
 Nova prorrogação foi feita ainda até junho de 1888,
 de negocios de Portugal o sr. Sequeira Thedim.
 condição de serem modificadas dentro d'esse prazo

des Vigo ao sr. Barros Gomes uma nota acompa-
 respondia o novo ministro dos negocios estrangei-
 nas disposições do projeto hespanhol. Pendente a
 antigo convenio. Em notas de 15 de agosto e 14
 Mendes Vigo, em nome do seu governo, acolhia a
 modi provisorio o convenio de 1885 com redução
 idiccionaes, e de 12 a 6 nas de resguardo. O mo-
 i approved por decreto do mesmo mez de setem-
 nto em Portugal como em Hespanha.

o qual, na pratica, não tem revelado inconve-

ualidade, a alteração do regimen vigente. Convem
 rfeioamento dos nossos appparelhos piscatorios no
 a nossa industria ás da industria hespanhola. Não
 a quantidade e qualidade de tripulantes; mas não
 lade das armações.

essantes resultados se estão colligindo no ministe-
 ntura alguma cousa a esse respeito, e servirá de
 amentos da nossa interessante industria piscatoria,
 por algum tanto da incuria infelizmente ingeni-
 nda em grande parte de artes nimiamente primi-
 roprio não nos anime á competencia, seria arri-
 gulamentos convencionaes. Conservar o *statu quo*
 ns argumentos:

nhol, que em 1881 rejeitou a mutualidade;
 evitar conflictos tão discordantes da cordialidade
 das duas nações peninsulares;
 de traduzir em factos positivos, nos limites do
 e cordialidade, demonstrada na situação correcta

em que nos temos collocado na ultima
deremos ainda melhorar com a iniciat

O convenio regulamentar de tran
de outubro de 1885 pelos respectivos
cujá historia é desnecessario relembrar
cujas previdentes instrucções foram z
Sequeira Thedim.

Este convenio contém, a meu ve
sito internacional e seu eventual dese

Não tem faltado posteriormente
mas vezes recriminações severas sob
taes reparos na maxima parte dos ca
ram produzidos por um digno par, a
prietario e agricultor, se reúne a hon
lissimo. Mas, se bem se attende á na
transito, é facil reconhecer que ellas
vigentes, mas contra a sua imperfeita

Cabe na esphera d'este asserto c
rem de vasilha ou tara certas merc
poz-se esta facilidade perigosa, por
commercio de exportação, fazendo-se
mercadoria hespanhola de inferior co
não o será desde que os nossos regul
pram com o devido rigor, o que não
mente exige cuidadoso zêlo por parte

Ao ministerio da fazenda incum
nham, ou no aperfeiçoamento dos reg
não ao ministerio dos negocios estran
tabelecer um regimen, se não de perl
de quantas accuradas providencias po
sidades sobre a materia e ainda ao
do convenio não póde deixar duvida
textos especiaes dos artigos que comp

Mas por outro lado ao ministerio
cução, por parte da Hespanha, de q
mento das facilidades do transito de
territorio hespanhol com destino a te
ritorio hespanhol e entradas pela raia
provincias hespanholas fronteiriças. A
nossas linhas ferreas, não sendo de
cional.

Nem póde accusar-se desleixo n
cios estrangeiros, bem ao contrario fi
tem merecido os documentos archiv
merciaes, e nomeadamente os que s

8. Dos tres ultimos se vê
mercadorias expedidas de
aa, Lisboa-Caceres-Madrid-

praticado na alfandega de
ar-se o facto allegado, veri-
e então exercia o cargo de
sempre, no seu dever e at-
esejou uma rectificação na
e 19 de abril de 1887 pelo
satisfeito, naturalmente por-
quiz rectificar, e qualquér
res. Em todo o caso é claro
lo exerce acção sobre a im-
ficialmente no *Livro branco*
quem de razão era dal-a.
regulamento vigente estabe-
e de Hespanha, de accordo
encia de Alcantara-Caceres-
estade em Madrid reclama-

or nossa parte empregados
ção ás linhas fercas, que
o, Frejeneda e Tuy. Estes
ndo nós por nossa parte a
us ainda no que compete ás
convenientes accordos com
contiguas ás nossas. Tanto
e que o governo portuguez
provincia de Salamanca até
as portuguezas do Minho e

continuará cumprindo o seu

l do transito do sal prove-
ali transportado para a pro-
itro capitulo d'estes aponta-
do tratado de commercio;
ansito. É certo que o livre
icação legal e immediata do
amente os portos de Lisboa
da Figueira ou outro qual-
special com o governo hes-

a companhia da Beira Alta
ndente no ministerio da fa-
tos de importação impostos
al transportadas em boa fé,
attendida a sua intervenção
forme favoravel informação

dos funcionarios superiores do respo
o pedido de isenção de direitos, foi
columna 2.ª del arancel, tarifa conven
havia direito estricto, na falta de tra
solução, que foi muito agradavel ao
deveu-se á obsequiosa e tantas vezes
com o de Portugal e sua representaç

Mais tarde foi a questão do tra
despacho de 27 de junho do corrente
immediato, remettida por copia ao
formação do ministerio da fazenda. A
v. ex.ª assim o ordenar, como pare
rante o ministerio d'estado, mas aco
nistro, sr. Coz Gayon, e o actual su
consul em Lisboa, não serão por cer
no que a Portugal respeita; e pôde
ciliar a benevolencia com o dever d
cargo.

Durante o regimen dos tratados
tratamento da nação mais favorecida
o diminuto direito da segunda colum
tação d'aquelle artigo para o paiz vi

Cessou a nossa exportação com
então sujeito a imposto quasi prohibi
do sal hespanhol proveniente das pro
ser levado em transito para as provi
lamanca.

Subiu este commercio em 1888
e em 1889 a 2:250 toneladas, no val
provavelmente maiores, as quantidad
mercado hespanhol devido á falta de
ctores por menor extracção, e perder
Se o regimen convencional se restat
de sal hespanhol, mas os nossos cam
igual ou maior quantidade de sal por
sas marinhas com a reabertura do n
na barateza do genero.

O SR. CONDE DO CASAL RIBEI

Madrid, 26 de dezembro de 189
da reforma pautal, para vigorar des
resto da reforma que vigorará desd
da respectiva commissão de inquerit
drid de 23, bem como as do voto em
cedido de um curto relatorio, vem na

es e cereaes. É inspirado em criterio e são consideravelmente augmentados.

pois que sobem de 13,80 pesetas por sobem os do gado suino, que passam gero e caprino augmentam de 1,40 pecto 11,60 pesetas em vez de 2,80 por e toucinho, 50 pesetas em vez de 15. respectivamente de 5,82 pesetas a 8, nos interessam os gados lanigero, ca- erem objecto de exportação nossa para seria, se melhor fosse o regimen, como icas no meu relatorio de 15 de junho

os direitos a situação dos nossos crea- engorda do gado suino no Alemtejo; 3r em obra os meios conducentes a sair o com Hespanha, por falta de tratado, europêas, sem exceptuar Turquia, Di- cie alguma de trafego apreciavel.

ex.^a nos apontamentos que se serviu in- — segundo semestre de 1888 — nos col- . Isto, porém, não obsta, em meu pare- levar ao terreno pratico a repetida in- ção.

ambages o diga — que a opinião con- nhol, parte de apreciações erradas, du- ico. Não é perante v. ex.^a, cujo illus- preconceitos, que me cansarei em de- arreigadas, que o tempo e os aconteci-

ateria é correcta; mas aqui, na opinião se que Portugal, o Portugal monarchico anha. Os espiritos sensatos lamentam-o r melhor correspondencia nossa á cor- s nações peninsulares. Os revolucion- ren monarchico de estorvo ás approxi- r ideal. A nossa imprensa não attenua lo da imprensa monarchica) ou não se em altaneria ou desdem, o qual revela ceria, quando se lêem certos escriptos dos elogios a outras nações, que a Hea- ustrial... não existe na Europa e me-

nscendencia, e apenas deixo levemente muito mal, que apenas em dias aziagos mstrações sympathicas, entre as nações nho e irmão alguma expressão de certa sobrancerias. E não vae n'isto o anhele positiva e baseada na recta observação peninsulares. Menos ainda envolvo na

critica nenhum procedimento go-
e, e em qualquer logar seria inop-
nião ha algum indicio de tenden-
de exigencias partidarias, melho

Considerada pelo lado econ-
não vale affirmar que fallece a
productos de um e outro paiz.
nem quando fosse demonstraria
relatorio de 1888, não pelo vale
mas pela evidencia dos numeros
mais desenvolvido trabalho. Mai
o ponto de vista dos tratados qu
mais geral de harmonia ou desh
gal. Até agora na confecção das
das vigentes em Hespanha. Será
mes disparidades nos impostos d
sima raia tão difficil de guarnece
soal, mais e mais pessoal de fis
na admissão e disciplina; insuffi
mento e organização, a não ser
neiros, luxo que não nos consen
regado já com o enorme capitulo

De todas as observações ex
e cuja franqueza de exposição se
que em outros urgentissimos ass
plaudidos resultados, para o pro
blema aliás de facilima solução
os tratados de commercio, que h
affinco em estudar e predispor fi
e pratico *modus vivendi* parece s
das na nota de 23 de junho d
anno.

Deus guarde, etc.

O SR. CONDE DO CASAL

Extracto.

Madrid, 8 de janeiro de 1
mente prende a attenção d'este
passando a flor das colonias he
ultra-proteccionista adoptado no
em resultado a paralysação do
mercado norte-americano para a
das conferencias dos commissio
não seja do dominio publico o t
verno prepara para acudir aos
enviado aqui junto, dá uma idéa

Pelo que respeita ás nossas

continuum a propalar a idéa de que Portugal entrará no cantando mais alto ainda as barreiras contra a introdução dos segundo parece, manifestada recentemente pelo sr. Montero no arma politica e eleitoral? É mais que provavel. Seja poehende que é difficil e desagradavel a posição d'esta legação, ou instrucções sobre as vistas do governo de Sua Magestade

Não é que vacille a minha opinião resolutamente contraria e pelo contrario convicta de que na transformação de relações operando entre os diversos paizes e vae produzir-se mais estados de commercio, ha ensejo para entre Hespanha e Porten de facilidades mercantis, util aos dois paizes e adequado re elles deve reinar. Mas não é a minha opinião que preva- antecipadamente á do governo de Sua Magestade.

ex.^a que novamente insista na instancia por instrucções, que mentos que em 20 de novembro ultimo tive a honra de apre- de toda a urgencia, e parece-me mesmo inadiavel, definir-se assumpto de que se trata.

N.º 139

SÉ DA CUNHA, MINISTRO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA,
SR. JOSÉ VICENTE BARBOZA DU BOGAGE

o 1891.—III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Relativamente á oportunidade colar negociações commerciaes com a Hespanha, propondo mporario tendente a preparar condições para a celebração ara de informar a v. ex.^a que me conformo com o adjunto nselho superior das alfandegas relativo ao assumpto.

A

m presentes ao conselho superior das alfandegas, em sessão inisterio dos negocios estrangeiros, que acompanham docu- dade do governo portuguez entabolar negociações commer- um regimen convencional temporario, tendente a preparar le novo tratado.

de que se trata refere-se a estudos preparatorios feitos em ssarios especiaes, e ao mutuo compromisso que os governos

de tomar para estabelecer nos futuros tratados com outras icarem comprehendidas na clausula da nação mais favorecida vierem a ser concedidas por um ao outro paiz peninsular, iproco trafico fronteiriço ou ainda o maritimo.

ntem foi unanimemente approvada por este conselho a con- lo geral do serviço technico relativo ao assumpto, e que con- uthentica adjunta (documento A), em julgar que podem re- o paiz do *modus vivendi* proposto pelo ministro de Portugal o que tal accordo provisorio não vá alem do praso em que

deve terminar o tratado de commercio com a França, pois que antes de se situação futura das nossas relações commerciaes com este paiz parece prudente pretermos a compromissos que, mais tarde, nos estorvem a acção.

O que tenho a honra de submeter á esclarecida apreciação de v. ex.^a e mesmo conselho.

Secretaria do conselho superior das alfandegas, em 9 de janeiro de 1891
 selheiro secretario geral, *A. C. Ferreira de Mesquita.*

II

Senhores. — Pela secretaria do conselho superior das alfandegas foram dos dois officios de s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios estran s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, um com da dezembro proximo findo, outro com data de 22 do mesmo mez e anno, o pri panhado do excerpto de um relatorio do sr. conde do Casal Ribeiro, o segun rectificação a parte das conclusões d'esse relatorio.

O assumpto dos documentos que me foram presentes resume-o o seguint

«Qual será, porém, a linha de conducta que melhor convenha na actuali

«Devemos manter-nos em pura expectativa, e aguardar a epocha da an revisão dos tratados de commercio europeus, sem nada preparar no respeito vizinho?

«Ou será de melhor conselho, em attenção a interesses economicos e ain derações politicas que parecem obvias, iniciar nova tentativa junto do gove base da pro-memoria de novembro de 1888?»

As bases d'esta pro-memoria eram:

Um tratado sem pautas convencionaes, baseado na mutua concessão do da nação mais favorecida e additado com duas importantes estipulações adapt parar para o futuro um conveniente regimen, a saber:

«1.^a Que os dois governos se obriguem a estudar de commun accordo q ductos de importação estrangeira que, sem prejuizo dos interesses peculiares d possam ser igualados na taxa dos direitos a pagar nas alfandegas maritimas d e nas terrestres hespanholas estabelecidas na fronteira do norte da Hespanha vide da França; e bem assim quaes as mercadorias que, fazendo objecto do da fronteira e proprio da raia, possam vir de futuro a ser importadas, sob o reciproca isenção ou de modicos direitos iguaes, pelas alfandegas terrestres d paizes.

«2.^a Que os dois governos se comprometam a estabelecer nos tratados q celebrarem com outras potencias a reserva de que não ficam comprehendid mento da nação mais favorecida as vantagens especiaes que um paiz conced a fim de facilitar o seu commercio de fronteiras.»

Opta, o nosso embaixador em Madrid pela segunda.

É, por sem duvida, certo que a clausula *de nação mais favorecida não da nossa parte actualmente a minima concessão á Hespanha.*

A lei de 7 de junho de 1882 generalizou a todas as nações comnosco commerciaes o concedido á França pelo regimen de importação pactuado no commercio e navegação celebrado com esta potencia em 6 de maio de 1882.

Se na pauta de 1887 ha duas columnas em que, para certos artigos, se em cada uma direitos diversos, não significa isto que uns se applicuem ás provenientes de paizes beneficiados por tratados e outros ás provenientes de

u-

en

ri-

do

ca-

di-

do

or

l),

nn

as,

o),

tre

ela

m-

o

lor

ito

nu-

ao

do

xa

ia-

ito

.os

ais

ios

iso

ro-

so

á

ça

or-

ce

m-

baixador junto da côrte de
muito doutamente expõe.

Com referencia aos do
rio, o estudo feito de com
(pela fôrma indicada, e da
cional, e o estabelecer-se
clausula de nação mais fa
cem-me de indiscutivel van
cessario até, que me não de
não julgo possivel contestar

Não vos occultarei, por
e confiando mesmo que con
e outro lado grandissimas
salvaguardar, muitas quei
combater.

Só depois d'isto, porém
não sermos nós que caprich
longe de nos serem hoje an

Sou, pois, de parecer,
men proposto, o vosso voto
Inspeção geral do ser

O SR. D. FELIPE ME

Lisboa, 12 de febrero
miento de V. E., por encarg
Regente, los deseos manife
por el sr. ministro plenipote
la aduana española de Fuen
lo que favoreceria notablen
de Figueira da Foz á la p
aprecio y amistad á la naci
ha servido ordenar que se
de tránsito con Portugal en
las comunicaciones de amb
el tratado de 12 de dicien
prueba de las buenas disp
merciales entre las dos naci

Al cumplir el grato de
rable á los intereses de Po
seguridades de mi más alta

N.º 141

SENTE BARBOZA DU BOCAGE AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

reiro de 1891.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em presença do que consta v. ex.^a e do que verbalmente me expoz, relativamente a um *us vivendi* que assegurasse a Portugal e Hespanha o mutuo tra-favorecida até 1 de fevereiro de 1892, e estipulasse certas con-rar a celebração do futuro tratado, auctorisó a v. ex.^a a propor gociação de um novo tratado de commercio: mum, por via de commissarios dos dois paizes, das especialida-: convenha admittir; tudo para ser submettido posteriormente ao governos respectivos; utuo de estabelecer nos futuros tratados com outras potencias a se comprehenderem na applicação do tratamento da nação mais s que desde logo ou para o futuro forem accordadas pelos dois situação especial de paizes fronteiriços e a outras considerações.

N.º 142

SENTE BARBOZA DU BOCAGE AO SR. D. FELIPE MENDEZ DE VIGO

reiro de 1891.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Com referencia ao assumpto fez a honra de me dirigir em 12 do corrente, e que confirma o a já participado pelo sr. conde do Casal Ribeiro, cabe-me a sa-r. ex.^a que ao governo de Sua Magestade foi muito grato saber lesejos, resolvêra o governo de Sua Magestade Catholica habili-tes de Oñoro a expedir e receber mercadorias em transito para lizes peninsulares, com sensivel vantagem para as communicções desenvolver-se entre o porto da Figueira da Foz e a provincia

rá tendo mais larga e proficua execução o disposto no convenio outubro de 1885, que felizmente continúa subsistindo, como inde-commercio de 1883, que caducou por ter attingido o termo con-perar que dentro em breve possam os dois governos accordar as ommercial.

N.º 143

CASAL RIBEIRO AO SR. JOSÉ VICENTE BARBOZA DU BOCAGE

il de 1891.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Se até agora não dei conta do e negociação sobre bases para se tratar um regimen commercial gal e Hespanha, a qual me foi confiada com instrucções adequa-

das por despacho de v. ex. momento de poder prestar a

Depois de varias conferencias de carta confidencial lhe ser consultado o ministerio de reformas pautaes, creação de bases de futuros tratados carta de 11 de março (docur

Ia passando bastante tempo porque aqui, como ali, acontecimentos consultivos, a deliberação sob criterios exclusivas. Escrevi, portanto, a primeira, e mostrando a impopularidade, na incerteza do acc

Na tarde de 16 do corrente para a conferencia que lhe participou s. ex.^a que n'esse ministros, e que com grande a nossa proposta, sendo applaudida com muita adhesão por parte podia, portanto, considerar-se conclusão de commissarios, não commercial entre Portugal e servir de intermedio para se caso boa intelligencia entre o mercio com outras potencias, o nosso interesse principal —

Quanto á reserva na conclusão dos tratados, em favor das potencias em meu entender continuação (bom tratado), também o governo no nosso direito internacional vendo desde já objecção a relação Hespanha, o sr. ministro da compromisso em termos generaes França para não tratar ou parte o sr. duque de Tetuan Portugal e Hespanha, por comparação com a França; e também correm correntes diversas das que parlamentar, não teremos objecto a qualquer especie de concessão e ephemero differencial no direito a quantos vexames aduaneiros alimenticia, para dificultar a

Na collecção de «Documentos» el ministro de estado (*Livro 1* verá v. ex.^a (pag. 103 e seguintes) ciando o tratado de commercio

Não preciso narral-a a v. ex.^a, que perfeitamente a conhece, e demais já a resumi no meu *memorandum* de 7 de novembro de 1888.

Resulta evidente que tem havido a melhor vontade de ambos os governos, mas inefficaz até agora, sendo obice principal por parte de Hespanha a clausula de tratamento de nação mais favorecida sem reserva concedida nos seus tratados a varias potencias e especialmente á França; e por parte de Portugal a necessidade indeclinavel de pedir a Hespanha uma justa reciprocidade em concessões de importação como não existia no defeituoso tratado de 1883. Desde o inicio da negociação reconheceu o governo hespanhol a justiça d'esta exigencia e no principio de reciprocidade baseou logo o sr. Moret, então ministro d'estado de Sua Magestade Catholica, a sua primitiva proposta. Tambem em 1898 não poderam ter seguimento as propostas portuguezas constantes da nota de 25 de junho dirigida pelo sr. Barros Gomes ao digno representante de Hespanha em Lisboa, nem tão pouco o tiveram as contidas no meu citado *memorandum* de 7 de novembro sempre em presença da supramencionada objecção resultante dos termos em que se acha concebida a clausula de tratamento de nação mais favorecida em quasi todos os tratados de commercio vigentes entre Hespanha e outras potencias. Estão agora denunciados esses tratados com as potencias europeas, e devem terminar nos primeiros mezes de 1892. Por sua parte o governo portuguez seguiu identica linha de conducta. Temos, portanto, o terreno perfeitamente livre para preparar um tratado de commercio que satisfaça quanto possivel as actuaes necessidades mercantis dos dois povos peninsulares e consigne disposições tendentes a ampliar successivamente o trato mercantil na maxima proporção em que o permittam os interesses economicos dos dois paizes.

Se esta oportunidade não fosse aproveitada, se as considerações expostas não se tivessem em vista por parte de Hespanha e de Portugal nas negociações que vão emprender-se com outras potencias, difficil seria, se não impossivel, encontrar ensejo para uma negociação de resultados praticos e immediatos, e tal como corresponde ao criterio geral politico que inspira as relações dos dois governos.

Que ha pois a fazer para levar a cabo o *desideratum* que fica resumido? Firmar desde já entre os dois governos, por via de protocollo ou troca de notas, o compromisso mutuo de estabelecer nos futuros tratados com outras potencias a expressa reserva de não se comprehenderem na applicação do tratamento de nação mais favorecida as concessões que desde logo ou para o futuro forem accordadas pelos dois governos em attenção á situação especial de paizes fronteiricos e outras considerações.

Reserva similhante não constitue novidade em nosso direito internacional positivo. Tem-n'a a Hespanha analoga no seu tratado com Austria-Hungria; tem-n'a Portugal no seu tratado com a Dinamarca e em favor do Brazil com a França e todos os outros paizes. Agora vamos negociar de novo; é o momento de generalisarmos a reserva em favor do nosso peculiar trato peninsular. São muito analogos os interesses que temos a promover e defender, hespanhoes e portuguezes, nas nossas negociações com França e outros paizes. Util seria seguirmos quanto possivel de accordo n'essas negociações, principalmente no que respeita a facilidades de exportação e collocação dos nossos vinhos. Não será preciso para isso sacrificar o presente e o futuro do que respeita ao nosso peculiar trafego mercantil entre Portugal e Hespanha.

Por sua parte o governo portuguez não está disposto a consummar tal sacrificio, e d'isto dá prova evidente propondo ao governo de Sua Magestade Catholica o supracitado compromisso. Sendo elle acceito, desde já poderiamos encetar os trabalhos preliminares da negociação de um tratado de commercio para celebrar-se a tempo de vigorar depois de findarem os actuaes com outras potencias. O processo pratico parece ser a nomeação de um commissario tecnico por cada paiz, alem de outro diplomatico, se assim se achar conveniente.

Os commissarios estudariam em commun as especialidades pautaes e outras que convenha admitir, tudo para ser submettido posteriormente ao exame e apreciação dos governos respectivos. Admittidas, como é de esperar, pelo governo de Sua Magestade Catholica as duas propostas de nomeação de commissarios e compromisso de reserva na clausula de tratamento de nação mais favorecida com outras potencias, é minha convicção que teriamos assentado as bases essenciaes sobre que póde fundar-se entre Portugal e Hespanha um regimen commercial adequado ás necessidades presentes e seu successivo desenvolvimento. São estas as considerações que, reproduzindo a substancia das nossas conferencias sobre a materia, tenho a honra de submeter á elevadissima apreciação de v. ex.^a

Sou com a mais alta consideração de v. ex.^a attento venerador e amigo obrigadissimo. — *Conde do Casal Ribeiro.*

B

Legação de Portugal.—Particular.—Reservada.—Madrid, 14 de abril de 1891.—III.^{mo} e ex.^{mo} sr. duque de Tetuan.—Ha mais de um mez e depois de varias conferencias, nas quaes concebi a esperanza de chegarmos a um prompto e convenientissimo accordo preparatorio de um regimen commercial entre Portugal e Hespanha, adequado ás necessidades dos dois povos e á intimidade cordial dos dois governos, tive a honra de consignar, em carta confidencial de 11 de março, as bases d'esse accordo e succintas razões em seu apoio.

Decorrido tanto tempo, contando partir brevemente para Portugal em desempenho de meus deveres parlamentares, não posso deixar de vir recordar á attenção de v. ex.^a o importantissimo assumpto, e significar quanto me seria penoso deixar temporariamente a legação a meu cargo sem levar solução satisfactoria. Desculpe v. ex.^a e não attribua a impaciencia a minha instância. É que no caso de que se trata, a oportunidade é tudo. Perdido o ensejo que se apresenta agora favoravel como nunca, mal se póde confiar em que outro se reproduza para o iniciar, o que póde e deve ser principio de uma reforma nas nossas relações mercantis, importante desde já e porventura importantissima e transcendente com o correr dos tempos.

Se infelizmente o ensejo se perder, que ninguem o possa attribuir ao governo portuguez ou ao seu representante. Desde 1887 vimos propondo a reserva na clausula de tratamento de nação mais favorecida, estipulada com terceiras potencias em favor das mutuas concessões que exijam, ou possam vir a exigir, as conveniencias das duas nações vizinhas, ethnologicamente irmãs, irmanadas ainda no presente por tantos interesses communs e analogos.

Vimos propondo para agora, para quando cessassem os tratados vigentes. Cessaram estes pelas denuncias, isto é, está determinado que cessem em fevereiro de 1892. É agora o ensejo; agora já, ou nunca.

Se se quer chegar a um resultado, a delonga é inexplicavel, porque a materia é de si simplicissima. Aprecia-se de um jacto e não exige copia de technicismos complicados para se decidir com conhecimento de causa.

Portugal quiz e quer, por sua parte. Já o demonstrou. Não hesitou, nem hesita. Hesitará Hespanha por seu lado? Se sim, respeito e devo respeitar os seus motivos; mas confesso que mal sei adivinhal-os.

Será acaso que se deseje nos centros technicos ficar á espera do que resolva o governo francez, principalmente quanto ao regimen de importação de vinhos, no meio das correntes diversas, que em relação ao regimen aduaneiro e trafego internacional se agitam n'aquelle paiz?

Se esse é o plano e causa de embaraço ou objecção á proposta portugueza, per-

mitta-me v. ex.^a dizer, com a franqueza e liberdade que auctorisa a natureza intima e confidencial d'esta communicação, permitta-me dizer, salvo o d'assim opine e como expressão de um ponto de vista individual, parte de uma inexacta apreciação dos reaes interesses mercantileiros e muito especialmente vinícolas da peninsula.

É de certo importante promover a exportação dos nossos vinhos contra tudo, apesar de tudo e sem attenção a outros principaes factores da posição no mercado de Bordéus é exclusivismo fatal. Toda a nossa mira por uma só face e mirando um só ponto corre o risco de se perder. Assim esta.

Poderia aqui, e não deixaria de vir a pello, enxertar uma comparação actuaes e futuras da nossa produção vinícola peninsular com outras pretensões scientificas me auctorisasse mais que a condiçãõ vinícola, que por o ser, alguma coisa devo saber do officio e serio longo e fastidioso.

Limite-me, pois, a lembrar muito summariamente, que Bordéus não para nós mercado muito mais transformador que mercado de vinhos mais que nós perderá a França nos mercados consumidores, se não os nossos bons vinhos aragonezes, riojanos, torreanos e *vinaigrettes* e mixordias artificiaes.

Em vez de lastimarmos o erro e perante elle nos mantermos passivos aproveitamos o erro. Favoreça-se a organização do nosso commercio em grande escala, para que procure directamente os mercados alheios; promovam-se para isso companhias solidas e bem organisadas.

Em vez de pasmar perante o erro alheio, ou de nos dispormos a sacrificios penosos para os outros ramos da industria agricola e industrial de evitar esse erro dos francezes, saibamos aproveitarmos o erro, que nada tem de titanico, para dispensar os mercados estrangeiros o palmo a palmo os consumidores, com a genuinidade e exactidão de preparo adequado dos nossos excellentes vinhos.

Hispanha e Portugal, que conquistaram para a civilisação o direito de repetir a epopeia heroica para conquistar mercados para o seu genero dos productos do seu torrão. Com alguma teima, algum cuidado de vencer-se a deusa caprichosa da moda, que deu em desdenhar no rotulo das garrafas Bordeaux ou Champagne.

Pedindo desculpa da digressão, que talvez de todo o não se satisfazendo mais uma vez o desejo de que a resposta á minha carta seja tão cabal e prompta como convem aos interesses das duas partes, recta e largamente comprehendidos.

E repito, prompta, porque é evidente que Portugal, tendo pela insistente iniciativa o seu desejo, não pôde, por seu lado, não a falta de breve resposta; pois que, sem ter garantida a certeza de prejudicar o andamento de outras negociações analogas que se lhe offerecem. Julga ter plenamente cumprido o seu dever, preferindo E assegurar, mais que com outros quaesquer, com os hespanhoes as lavouras. N'isto deu o governo portuguez testemunho, que em todo o caso do summo apreço que liga á idéa de traduzir em factos a intenção que o liga ao governo de Sua Magestade Catholica.

Sou com a mais alta consideração de v. ex.^a attento venera
Conde do Casal Ribeiro.

SR. JOSÉ VICENTE BARBOZA DU BOCAJE

e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de levar ás mãos da (documento A) que me dirigiu o sr. duque resposta á minha de 11 de março ultimo, re-do novo tratado de commercio. Tambem en-na data de hoje, accuso recepção, e offereço lagestade a resposta do sr. ministro d'estado. te governo é conforme ao que expuz em meu strucções de v. ex.^a para o proseguimento do or o meu parecer, direi que tenho por conve-s por um e outro governo, na qual definitiva-

preparar um estudo consciencioso e pratico, nos para o futuro tratado, mas ainda de esta-atinuado sobre a materia, a conveniente intel-que possam vir a ter logar com outras poten-

do portugueza e da hespanhola são tão analo-possivel accordo se deve considerar de pro-entaneo ás relações de intimidade que existem

parte, um diplomatico e um technico, seriam ou alto criterio, o que melhor convenha.

A

Reservada. — Palacio, 8 de mayo de 1881. — iendo consultado con mi colega el ministro de de marzo último referente á la negociacion de al y España, tengo la honra de manifestarle, merciales entre las dos naciones peninsulares alizmente existen en el orden político, ha sido el gobierno de Su Majestad Católica cuyos señ- e vieron penosamente contrariados cuando no cion del tratado de comercio que regia desde

parentesis desplegando solícita iniciativa para isito y comunicaciones entre España y Portu- rante del referido tratado, continuaron en vi- la actualidad.

educir la satisfaccion con que el gobierno de el proposito que abriga el de Portugal de abrir evo tratado que amplie y consolide los mutuos la seguridad de que España ha de procurar, pto acuerdo en los diversos puntos que ha-

Denunciados los que tanto España como Portugal tenían con variedad, como manifiesta V. E., que los dos estados peninsulares tienen de acción para iniciar negociaciones que satisfagan, en cuanto sea posible y aun las futuras necesidades del comercio.

Y como consecuencia natural de esta situación, tampoco existe dificultad para España, para establecer la reserva y mantenerla leal y sincera en el punto que no constituya una absoluta y demostrada imposibilidad para los tratados con otras naciones, de que las concesiones que acuerde á Portugal en convenios y pactos comerciales, así, inmediatos como futuros, no habrán de ser aplicables á una tercera potencia. Nuestra común situación geográfica, las producciones de ambos países y otras consideraciones de índole semejante, justifican, con la única limitación expresada, tal reserva en mutuamente respectivos intereses.

Por que próxima España á reintegrarse en la plenitud de su independencia, no puede ciertamente considerarse obligada á extender y generalizar los convenios comerciales que contraiga en lo sucesivo, hallándose, y perfecta disposición para no admitir otra excepción de este principio, que la necesidad de favorecer la transacción internacional de los productos es un tratado de alta y decisiva importancia para el desarrollo de la prosperidad.

Si este caso llegara á presentarse, con caracteres de excepcionalidad, Portugal podrían examinar amistosamente el asunto, manteniendo siempre inteligencia en sus relaciones comerciales y seguros de hallar soluciones que satisficieran todas las conveniencias de sus respectivos intereses. Debe, por lo tanto, el gobierno de Su Majestad que para desarrollar el comercio entre España y Portugal, todas las facilidades posibles, acepta con suma complacencia la proposición de celebrar negociaciones, admitiendo la reserva que desea el de Su Majestad en los límites anteriormente indicados.

Suponese, sin embargo, que el propósito manifestado por V. E. de reanudar las relaciones directas entre las dos naciones peninsulares, excluyendo el intermedio de convenio, á sus respectivas provincias y posesiones ultramarinas.

El gobierno español reconoce así mismo la analogía de los intereses que Portugal tienen que defender en las negociaciones para celebrar tratados con terceras potencias, así como la conveniencia de adoptar mutuamente acuerdos, sea posible, en lo relativo á la exportación de los vinos.

Los esfuerzos que tiendan á la defensa del interés colectivo en aquél punto compatible con el propio, serán secundados eficazmente por el gobierno español inspirándose y manteniendo en esta parte, el mismo amplio espíritu que en la propuesta de acción común que, como podrá recordarse, dirigió España á Inglaterra formuló reclamaciones á Inglaterra relativamente á la reforma de la escala de los vinos; propuesta que quedó virtualmente sin efecto desde luego los productos británicos los beneficios del tratado celebrado con Francia.

No menos importante sería, desde el punto de vista del interés del comercio de buena fé en ambas naciones, que se estipulara también el establecimiento de un servicio fiscal de aduanas y de resguardos, que por la mutua y recíproca acción de vigilancia administrativa en las fronteras delimitan los respectivos territorios. No duda el gobierno de Su Majestad que el propósito, relacionado directamente con el más eficaz resultado de los que se estipulen, ha de hallar en el del reino lusitano la favorable acogida que le corresponde.

a el gobierno de Su Majestad contestar á V. E. entes indicaciones, con relacion al projectado vallandose España desde luego dispuesta á de- no los tecnicos, que fueren necesarios para es- . convenio de que se trata y su ulterior desen-

on de V. E. aff.^{no} S. S. — *El Duque de Tetuan.*

B

- Reservada. — Alhama de Aragón, 14 de maio Tetuan. — Tive a honra de receber a carta de minha de 11 de março ultimo, relativa á negotugal e Hespanha. Ha de ser muito satisfactissima ver o sentimento com que foi acolhida a Magestade Catholica.

ainda observar que na proposta incondicional atados com terceiras potencias se estabelecer, reserva de não ser applicavel ás concessões que ven de importação, está o documento mais evi- ó põe decidido empenho em chegar com o go- spondendo em materia commercial á fraternal as duas nações, mas ainda considera este de- desde já, e antes de entabolar negociações com base de capital importancia para se chegar a

mpito traz-me a convicção, que exprimo como chegar a estabelecer semelhante base, a nego- succedido, com difficuldades insuperaveis, ou lidades, sem influencia sensivel no desenvolvi- povos peninsulares.

ará por certo a idéa de mutua intelligencia no es com outras potencias, possa affectar a nossa ato o acolhimento de sua indicação de nomea- bases do futuro tratado de commercio.

é exacta a supposição manifesta por v. ex.^a nas minhas anteriores cartas, se referiam ao eninsulares, não comprehendendo o das respe-

cimento do governo portuguez o teor da carta o novas instrucções que me habitem a expri- quanto á importante materia que nos occupa,

o v. ex.^a attento venerador e amigo obrigadis-

Lisboa, 1 de junho
n'esta secretaria, o telegr

«Recebido telegram
mercadorias e bagagens
bilitadas.»

Allude v. ex.^a ás e
terá ensejo de averiguar
a relatar.

Diz-se que pelas al
pacho de alcool, bebida
simaes, productos estes
cantara. Sendo o funda
21 de junho de 1889 r
que a respeito do desq
fôrma analoga á adopta
paradas as alfandegas c
Badajoz e outras, mod
nas *ordenanzas generales*

Outro e mais grave
que, sob pretexto de ha
prohibiu que transitasse
nha, os seguintes gener
coloniaes, aguardente, l
ses e materiaes, e passa

Que o convenio de
de outubro de 1885 sub
tratado de commercio, é
les diplomas. O tratado
zendo parte as disposiçõ
1877, por isso mesmo
á sua duração. A não se
pendentemente do mesm

Ora tanto o conve
1885 (artigos 1.º, 15.º,
classe de mercadorias; e
manifesta offensa do exp

Da obediencia ao
de Salamanca não poder
reas hespanholas, o preq
guindo através de Portu
mento de direitos e fôra

Contra semelhante
para o empobrecimento
competentes corpos adm

invocada a attenção do governo de Sua Magestade, res-
m Hespanha.

res é indicado n'uma guia remettida pela alfandega de en-
ida, entregue em mão do conductor do comboio. Quando
guma differença entre os volumes em transitio e os men-
diatamente á empresa da linha ferrea que toca na fron-
que tem de ser depositada até se justificar a falta e ser
como ao conductor do comboio não é licito conferir a guia
es transportados, não raro succede que meros lapsos de
lega expedidora dão azo á imposição de multas e moro-
m e vexam as administrações dos caminhos de ferro que

tado, de serem as mercadorias em transitio acompanhadas
os mesmos inconvenientes.

ex.^a deixo a escolha da oportunidade de apresentar a
uggerem os factos expostos, em ordem a assegurar-se e
nvenio de transitio.

N.º 146

CASAL RIBEIRO AO SR. CONDE DE VALBOM

91. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tive a honra de receber, e te-
do corrente, serie B. Agradecendo a v. ex.^a a demons-
deposita, deixando ao meu criterio a escolha da oppor-
governo reflexões sobre os factos referidos no mesmo
nte de cada uma das tres especies que no mesmo docu-

re, sem duvida, é a que se refere á *real orden* de 4 de
muitos artigos procedentes de um ponto e destinados a
ansito com isenção de direitos de reimportação, estabele-
o de 1885. Essa *real orden* constitue, em meu parecer,
tinha, confesso, conhecimento d'ella, nem veio publicada
legação appareceu reclamação ou queixa sobre a execu-
que, em verdade, é de admirar por nimia paciencia dos
endi que não devemos demorar uma formal reclamação;
nta por copia (documento A), que foi enviada ao minis-
rovação de v. ex.^a

é o terceiro capitulo, a que o despacho de v. ex.^a se

onvenio de transitio, como deixa no artigo 61.º, á livre
ria de penalidade por fraudes ou contravenções, não ha
abelecidas por inexactidões na declaração de volumes ou
que são avultadas as ditas multas, taes como se acham
das *Ordenanzas generales de aduanas de 1884*; mas con-
pouco desculpaveis erros ou lapsos de escripta commet-
nas guias em que se descreve os volumes e seus pesos.
aes erros commettam, é que se devia impor por completo

a responsabilidade das multas, que de se-
lidades. Por outro lado, antes de inculca-
fazer acompanhar por guardas fiscaes
niente estudar-se, pelas repartições con-
fiscalisação não apresenta inconveniente
como indicio bastam as continuas queixas
de mudança de tara nos azeites e outro
lece que tal mudança só possa ser fei-
mente resulta que o mal não provém
commettidas pelos nossos agentes fisca-
caso e depois de bem examinado o ponto
sobre o nimio rigor das multas estabele-
casão de se reunirem os commissarios
bases de um novo regimen commercial,
verno de Hespanha, for brevemente seg-
de 14 de maio ultimo.

Outro ponto, finalmente, é o que se
e vinhos de graduação superior a 15 gr
o regimen de importação. Certo é que o
para execução da lei da mesma data, es-
degas habilitadas para semelhantes despa-
tal apenas vinte e uma, e d'estas, duas
de Alcantara. Sendo o tributo sobre os
rasão das restricções quanto ao seu de-
prover as respectivas alfandegas de pes-
para as analyses necessarias.

Não está no mesmo caso, nem en-
lhantes gastos o despacho das amostras, j
de Oñoro, e tambem de Tuy, foram hab-

Tenho todavia por bastante conven-
teiriças, talvez principalmente em Frege-
n'este particular tambem se me afigura
tal concessão do governo hespanhol, á
negociação commercial, a que acima me
panhol deseja examinar, de accordo con-
o que possa conduzir a um mutuo regim-
siveis facilidades, viria a proposito o ex-

Submettendo estas considerações
juntar copia da nota a que acima me re-
Deus guarde, etc.

Legação de Portugal em Hespanha
sr. — Uma *real orden* expedida pelo m
de 1889, excluiu da faculdade de livr-
generos procedentes de Hespanha, con-
bacalhau, chocolate, couro, peles, fios e

Na mesma *real orden* se reconhe-
mente excluidas do livre transito; e pa-
ter cessado de vigorar desde 30 de junl

de 1883. Similhante *real orden*, que prejudica com-
 nhas ferreas portuguezas, alem de ser contraria á conve-
 hespanholas, que por via das portuguezas se communicam
 nte em presenca do direito internacional vigente.

amento d'ella, porque a liberdade de transito não cessou
 le 1883; é regida pelo convenio especial de transito de 2
 rou sempre desde a sua ratificação e continúa vigorando.
 nercio de 1883, quando se refere ao regimen de transito,
 io de 27 de abril de 1866 e regulamento de 7 de fevereiro
 si depois substituído pelo de 1885.

estipulou praso para a sua duração, ao contrario do que
 rcio e convenio de pesca, os quaes foram estipulados até
 lo então o primeiro, e continuando o segundo por varias
 os dois governos, ao principio tal como era primitivamente

de transito de 2 de outubro de 1885 nunca foi posta em
 Bem ao contrario ha actos internacionaes que a affirmam.
 sta legação de 3 de julho de 1890, propondo com funda-
 a extensão do transito, habilitando-se para esse fim em
 ira da Foz e em Hespanha a de Fuentes de Oñoro, pro-
 sua Magestade Catholica, como consta da nota de v. ex.^a
 centemente ainda em sua prezada carta de 8 de maio ul-
 tia do regulamento de transito, posteriormente ao termo
 nmercio de 1883.

mais larga demonstração de que o convenio de transito de
 pleno vigor. Mas de facto deixaria de o estar, com grave
 s, se, nos termos da *real orden* de 4 de dezembro de 1889,
 mitados, sem reciprocidade nem accordo, por acto admi-
 nistratantes. Não claro é n'este ponto o direito, que tenho
 evada comprehensão e permanente boa fé do governo de
 o abrigo duvida em que, assignalado o equivoco em que
 a será promptamente revogada, como em desempenho de
 licitar da benevola intervenção de v. ex.^a

ex.^{mo} sr. duque de Tetuan, ministro dos negocios estran-
 dica. = *Conde do Casal Ribeiro*.

N.º 147

O SR. MARIANNO DE CARVALHO, MINISTRO DA FAZENDA

191. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Proseguindo as diligencias ten-
 bases em que possa fundar-se entre Portugal e Hespanha
 sentes condições economicas e seu successivo desenvolvi-
 Casal Ribeiro ao ministro d'estado da nação vizinha, que
 de Sua Magestade se firmasse um previo accordo no sen-
 tratados com outras potencias a expressa reserva de não
 ão do tratamento da nação mais favorecida as concessões
 o forem mutuamente convencionadas em attenção á situa-

ção especial das duas nações peninsulares; e que, para encetar os trabalhos preliminares da negociação do tratado de commercio que haja de celebrar-se ao cessarem os actualmente denunciados, fossem por parte de cada paiz nomeados um commissario diplomatico e outro technico, encarregados de estudar as especialidades pautaes e outras que convenha admittir, tudo dependente de ulterior approvação dos mesmos governos.

Respondeu o duque de Tetuan acceitando a reserva proposta relativamente ao tratamento da nação mais favorecida, emquanto não constituir uma absoluta e demonstrada impossibilidade de ultimar novos tratados com outras nações; e mostrou-se disposto a designar os commissarios que, por parte do governo de Sua Magestade Catholica, tenham de estudar as bases do futuro convenio.

Tal é, em resumo, o estado do assumpto a que se refere a correspondencia (em parte extra-official) inclusa por copia.

Tendo sido esses documentos presentes á commissão nomeada por decreto de 17 do mez proximo findo para consultar sobre o regimen das nossas relações commerciaes externas, emittiu a mesma commissão o parecer, com que me conformo, de se dever seguir o plano acima exposto para preparar a conclusão de um tratado de commercio entre Portugal e Hespanha.

Esperando que v. ex.^a concorde em se adoptarem as propostas do nosso representante em Madrid, rogo a v. ex.^a se sirva certificar-me, com a maior brevidade possivel, da sua esclarecida opinião a este respeito, a fim de poder expedir-se ao sr. conde do Casal Ribeiro as instrucções necessarias para que se torne official o compromisso alludido, e informar-me opportunamente de qual o delegado technico que, alem do sr. Augusto de Sequeira Thedim, primeiro secretario da nossa legação n'aquella côrte, deva ser encarregado de collaborar com os commissarios hespanhoes nos trabalhos preliminares a que me tenho referido.

Deus guarde, etc.

N.º 148

RELATORIO DA DIRECÇÃO DOS CONSULADOS

Resolveu o governo, de accordo com a opinião da commissão dos tratados, que fosse auctorisada, a legação de Portugal em Madrid a propor definitivamente ao governo hespanhol, nos termos da intelligencia previa já estabelecida com character semi-official entre s. ex.^a e o ministro dos negocios estrangeiros d'aquelle paiz: primeiro, obrigarem-se os dois paizes a nos tratados de commercio que cada um celebrar com terceiro paiz, estipular a reserva de não se comprehenderem na applicação do tratamento da nação mais favorecida as concessões que desde logo ou para o futuro forem mutuamente convencionadas em attenção á situação especial das duas nações peninsulares, acceitando a excepção de que por parte de Hespanha este compromisso a não obrigaria perante a impossibilidade absoluta de negociar os seus tratados com esse terceiro paiz; segundo, que os dois governos nomeiem desde já, cada um por sua parte, um delegado diplomatico e um technico, para estudarem e lhes proporem respectivamente as especialidades pautaes e outras que convenha admittir.

Já disse que, mesmo sem compromisso com a Hespanha, entendo que Portugal deve inserir nos seus tratados a reserva com respeito ao commercio de fronteiras. Ha uma vantagem de politica geral com aquelle paiz que isso aconselha, e a especial de a todo o tempo ser possivel e de vantagem commercial para ambos, ligada ainda áquella politica, estabelecer-se um regimen que evite os conflictos e questões na raia, e facilite as transacções na mesma, evitando-se que o systema pautal, os processos fiscaes, e as providencias sanitarias, as embarcem por qualquer fórma.

mpromisso absoluto de Hespanha faz prever que ella se não que possa tirar de qualquer negociação com a França, em que commercio de fronteira com aquelle paiz, e assim, enquanto que, por sua conveniencia, a final ella decida, nada devemos e commercio com Hespanha.

a fronteira sobre os gados — a liberdade ou um direito baixo, a exportação da península para Inglaterra e o internamento do co dos favores que lhe possamos conceder nos generos de que provavelmente nos pedirá, sobre os productos manufacturados, tal sobre os mesmos gados pelos portos da península e fronteira sujeita a direitos elevados n'ella a importação dos productos bem em Portugal e Hespanha de direitos sobre alguns productos pela fronteira fosse livre (sem repartição ou liquidação aizes); na equiparação ainda de direitos sobre varios artigos, pontos estes que os commissarios estudarão desenvolvimentos para uma negociação reciprocamente proveitosa. Se, e conceder iguaes favores á França, no que respeita a fronteira, a reciprocidade das vantagens seria annullada em nosso lado d'elles de França, e se pelo tratamento da nação mais meio nos não acautelarmos contra uma redução superior que n relação a nós, maior será o desequilibrio n'essa reciprocidade.

parece-me que o convenio actual, fielmente executado pelos e n'esta materia se póde presentemente exigir. Para facilitar o que respeita a tarifas dos caminhos de ferro e fiscalisação das se poderiam fazer com o fim de o melhorar, tendo premissões que tem suscitado na pratica.

poderemos annuir aos desejos de Hespanha, manifestados em favorecermos as suas industrias manufactureiras na sua importação das nossas. Só depois de elaborada a nossa pauta poderemos com conhecimento de causa.

as, traduzidas tambem em actos publicos, n'uns claramente e de uma liga aduaneira, que nos poderia ser vantajosa talvez de difficil execução na uniformidade dos direitos e processos de distribuição d'aquelles.

os e negocios commerciaes, 13 de julho de 1891. — *Eduardo*

N.º 149

E DE VALDOM AO SR. CONDE DO CASAL RIBEIRO

1891. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Com referencia ao assumpto dos e abril e 14 de maio ultimo, tenho a honra de communicar sua proposta tendente a serem encarregados por parte de, um diplomatico e outro tecnico, de estudar conjunctamente nomeados por parte de Hespanha as especialidades para admittir como base de um futuro tratado de commercio entre o governo de Sua Magestade incumbir da referida missão

resposta do governo hespanhol declarando a con-
 . Será formulada a resposta depois do regresso
 alguns dias para San Sebastian para assistir á
 Sua Magestade a Rainha regente. Os commissa-
 o assumpto celebrei duas conferencias com o

gião official e fóra d'ella com o regimen votado
 vinhos. O grandissimo valor absoluto e relativo
 representam é motivo d'essa preocupação e re-
 co. Ainda ha alguma esperanza de modificações
 Antes de se realisar a esperanza ou vir o des-
 orém nada se publicará da nova pauta. A nossa
 ase preparatoria e de expectativa.

A

-Madrid, 27 de julho de 1891.— Ill.^{mo} e ex.^{mo}
 iissima tomou conhecimento da correspondencia
 e bases de um tratado de commercio entre Por-
 carta que v. ex.^a se serviu dirigir-me em data

ções, especialmente no que toca a relações mer-
 ordialidade que une os dois governos, o de Sua
 isfação a annuencia do de Sua Magestade Catho-
 arios; e consequentemente nomeou por sua parte
 rimeiro secretario d'esta legação, e conselheiro
 igo administrador do circulo aduaneiro do norte.

aquelles que o governo de Sua Magestade Ca-
 o estudo da negociação, sendo tudo feito *ad re-*
 e apreciação dos respectivos governos.

. ex.^a indica na sua citada carta, poderá versar:
 mmercio e especialmente mutuas concessões na
 ainos peninsulares, sem comprehender as respe-

e meios a empregar para que as negociações de
 de Portugal como de Hespanha, com terceiras
 utua intelligencia, a fim de garantir os communs

gulamentares que convenha accordar entre os
 ntrabando no mutuo trafego, prestando garantias
 asquer preceitos que convenham a facilitar o de

iderando de interesse capital para os resultados
 no de seus naturaes e futuros desenvolvimentos
 o trafego que se forem manifestando, que as es-
 orteção em que se convier tenham a natureza de
 re os dois paizes, isto é, que não haja direito a
 potencia *ipso facto* e em virtude da clausula de
 favorecida como até agora tem acontecido.

Significando, porém, esta opinião, constantemente repetida nas minhas cartas de 11 de março, 14 de abril e 14 de maio ultimos, e respeitando os motivos que sobre este particular demoveram a v. ex.^a para estabelecer na sua carta de 8 de maio a reserva de alguma excepção imposta pela necessidade de favorecer a transacção internacional dos productos hespanhoes com algum tratado de alta e decisiva importancia para o desenvolvimento da prosperidade de Hespanha, penso que esta reserva não deve ser obstaculo a começarem desde já os trabalhos dos commissarios; e ao contrario, n'estes trabalhos mais facilmente se poderá encontrar base para accordar no que mais proveitoso seja aos reciprocos interesses mercantis.

Cabendo-me a honra de pôr no conhecimento de v. ex.^a o que fica exposto, aguardo a sua resposta a fim de avisar os commissarios portuguezes para se acharem em Madrid o mais promptamente possivel com o objecto de iniciarem com os commissarios de Hespanha as conferencias necessarias para os indicados fins.

Aproveito, etc.

N.º 153

O SR. CONDE DE VALBOM AO SR. MARIANNO DE CARVALHO

Extracto.

Lisboa, 26 de agosto de 1891. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em presença dos officios d'esse ministerio, de 10 de janeiro e 21 de julho ultimos, dos pareceres da inspecção geral do serviço technico das alfandegas, de 23 de agosto, 18 de outubro e 14 de novembro de 1889 e de 5 de janeiro do corrente anno, e das consultas da commissão encarregada de estudar as bases do futuro regimen do nosso commercio externo, foram expedidas instrucções aos competentes plenipotenciarios em Madrid e no Rio de Janeiro para preparar ou negociar ajustes commerciaes entre Portugal e as duas nações, ás quaes o ligam não só importantes interesses economicos, mas ainda as affinidades de raça, as relações de vizinhança e a emigração constante.

Foi o sr. conde do Casal Ribeiro auctorizado a celebrar com o governo hespanhol um accordo preliminar, pelo qual se obriguem Portugal e Hespanha a estipular nos tratados de cada uma d'estas com terceira potencia a clausula de não se comprehenderem no tratamento da nação mais favorecida as concessões que desde logo ou para o futuro forem mutuamente convencionadas entre os dois paizes peninsulares em attenção á sua situação especial, acceitando-se comtudo a reserva, acautelada pelo governo de Sua Magestade Catholica, de que tal compromisso subsistirá sómente emquanto se não tornar absoluto e comprovado obstaculo á conclusão de algum tratado, por via do qual a Hespanha se proponha alcançar momentosas vantagens, e nomeando desde já cada um dos dois governos um delegado diplomatico e outro technico para estudarem, em conferencia com os do paiz vizinho, as bases do futuro convenio commercial, e especialmente mutuas concessões na permutação de productos entre os dois reinos peninsulares, com exclusão das respectivas colonias, os principios dominantes e meios a empregar para que as negociações commerciaes tanto de Portugal como de Hespanha com terceiras potencias sejam dirigidas na melhor mutua intelligencia, a fim de garantir os communs interesses, e quaesquer disposições regulamentares que convenha accordar entre ambos os governos, a fim de evitar descaminhos e outras fraudes no commercio de fronteira, prestando garantias ao trafego licito e facilitando o transito nas mesmas condições.

A negociação de um tratado de commercio com o Brazil, incumbida por nossa parte ao distincto funcionario d'esse ministerio, conselheiro Fernando Mattozo Santos, tem por fim obter a facil e vantajosa collocação para os nossos productos, principalmente

gre, sal, toucinho, carne de porco, batatas, cebolas, alhos, artefactos, como chapéus, calçado, roupa branca, concedendo ções nos direitos de importação do assucar, pelles, farinha zileiros, renovando e proseguindo assim as diligencias que antes da extincção do regimen monarchico no Brazil.

ções se põe em relevo a maxima conveniencia de dar a taes r de especiaes e privativos, estabelecendo-se um mutuo e cial para o commercio directo entre os dois paizes.

atos impressos se poderá apreciar detidamente as informa- ciones que determinaram a iniciativa das negociações pendentes

à renovação do regimen convencional nas relações commer- cial entre as nações ás quaes ainda nos ligam por poucos mezes os tratados (Diario do governo, de 15 de julho de 1891), não se me e tomar a iniciativa de quaesquer negociações no estado de ra o regimen commercial das principaes nações da Europa, ós em via de elaboração uma nova pauta geral das alfande- portunidade de negociar como ácerca das bases em que nol-o de solicitar o esclarecido parecer de v. ex.^a

N.º 154

DO CASAL RIBEIRO AO SR. CONDE DE VALBOM

de 1891. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de pôr nas a nota do sr. ministro d'estado, com data de 29 de agosto 1-se nomeados os commissarios hespanhoes para, conjuncta- rem as conferencias preparatorias do tratado de commercio nos termos que se achavam ajustados.

A

N.º 45. — Madrid, 29 de agosto de 1891. — Excmo. señor. — rle que el gobierno de Su Majestad Católica se ha enterado e V. E. fecha 27 de julio último, en que se sirve participarme alisima, deseoso de elevar á la practica, especialmente en lo ntilles se refiere, el espíritu de afectuosa y leal cordialidad y acogiendo con mucha satisfaccion la anuencia del de Es- mbramiento de delegados para estudiar las bases de un tra- os países, habia designado al primer secretario de esa lega- queira Thedim y al consejero sr. D. Juan de Sousa Calvet ministrador del distrito aduanero del norte, para iniciar el es- ha de hacerse *ad referendum* con objeto de ser presentada os gobiernos respectivos.

la comunicacion de V. E. me es en extremo grato poner en orno de Su Majestad el Rey de España, consecuente con las n mi carta confidencial de 8 de mayo último y animado á su

vez del vivo y sincero deseo de estrechar las relaciones comerciales, completando con mutuo provecho las que felizmente existen está por su parte dispuesto á procurar por todos los medios posible completo acuerdo de los diversos puntos que han de ser objeto del brado para el estudio de los mismos á los delegados srs. D. José de 1.^a clase en este ministerio y D. Julian Castedo, jefe de administracion general de aduanas, los cuales podrán iniciar las conferencias los comisionados portugueses tan pronto como estos lleguen á Madr

Bien entendido que las concesiones qui pacten han de referirse tacion de los productos entre los dos reinos peninsulares, con exclusivas colonias; los delegados podrán examinar y estudiar los puntos en la nota á que tengo la honra de responder, que son los mismos mi carta antes citada, donde también se consignó la reserva aceptada de Su Majestad Fidelisima, referente á algun tratado de alta y decid el desarrollo de la prosperidad nacional en lo tocante á que las estim al mismo tráfico que se concierten, no sean aplicables á tercera pot clausula del trato de nacion más favorecida.

Rogando á V. E. tenga á bien comunicarme oportunamente la de los delegados portugueses, aprovecho esta oportunidad para reiterar de mi más distinguida consideracion.

N.º 155

O SR. CONDE DE VALBOM AO SR. CONDE DO CASAL RIBE

Lisboa, 17 de novembro de 1891. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em fevereiro do corrente anno, o meu illustre antecessor, o sr. Barbosa v. ex.^a instruções auctorizando-o a, de accordo com o que v. ex.^a lhe seguintes bases para a elaboração de um novo tratado de commercio Hespanha:

1.^a Estudo em commum, por via de commissarios dos dois pa des pantaes e outras que convenha admittir, tudo para ser submett exame e apreciação dos governos respectivos;

2.^a Compromisso mutuo de estabelecer nos futuros tratados co expressa reserva de não se comprehenderem na applicação do tratado favorecida as concessões que desde logo ou para o futuro forem a governos, em attenção á situação especial de paizes fronteiriços e

Pelo meu despacho de 18 de julho, em resposta aos officios abril e 14 de maio, concordei com a proposta de v. ex.^a quanto á n missarios, um diplomatico e outro technico, encarregados por parte dar conjunctamente com os commissarios hespanhoes, as especialidades que convenha admittir como base de um futuro tratado de commercio, e participei a v. ex.^a que o governo de Sua Magestade real estas funções o sr. Augusto de Sequeira Thedim, primeiro secretario tugal em Madrid, e o sr. conselheiro João de Sousa Calvet de Mag nistrador do circulo aduaneiro do norte.

Pela mesma occasião, e no mesmo despacho, renovei a v. ex.^a cedida pelo sr. Barbosa du Bocage, relativamente á assignatura de claração em que se consignasse a expressa reserva de se não comp

as que, desde logo ou para o
a situação especial das duas

ao governo hespanhol uma
a nomeação dos commissarios
ta, ponderando apenas que o
peito, não deveria ser obsta-
nte os quaes mais facilmente
interesses mercantis das duas

creveu a v. ex.^a em 29 de
omeados, e definindo os pon-
rtuguezes. N'esta resposta do
trava-se, porém, a affirmação
concessões feitas a Portugal
ção mais favorecida, applica-
para o desenvolvimento da
iencencia nos termos da nota
ção do sr. duque de Tetuan,

feito, manifestando-me a opi-
nos termos da carta do sr.
o assenti

a este mo
e pela fór
a a affirm
ida na car
ivamente
m começa

ctas que s
endo semp
gura-se-m
, na esper
r igual ac

ato, nem
le alguma
nem pelo
do tratam
aggravada
do do pra
a sua pr
bração de
ures dos c
lo govern
al creio-as
sentimento
de esper
o que v. e

verno hespanhol que concorde com a deliberação de começarem desde já os estudos previos dos commissarios dos dois paizes, pois n'esse caso os commissarios portuguezes partirão sem demora para Madrid, munidos das necessarias instrucções.

O tratado será depois celebrado sob o poderão deixar de assentar fundamentalmciaes. Reservando para momento opportu dade, é absolutamente necessario não con de Sua Magestade, pois a adopção d'esse sencial e imprescindivel para a definitiva lealmente reciproco.

Do elevado criterio de v. ex.^a, do se cia, confio o prompto exito d'estas impor Deus guarde, etc.

N.

O SR. CONDE DE VALBOM

Extracto.

Lisboa, 27 de novembro de 1891. — ultimo dei a v. ex.^a conhecimento do es Hespanha, e da attitudo que eu entendi os quaes temos tratados que findam em 1 sobre o assumpto.

No decurso das negociações com a dos documentos que tenho a honra de re panharam aquelle officio.

Foram os despachos que dirigi ao si com a assente opinião do governo.

Em conformidade do compromisso t lica, trata-se agora de dar instrucções ao e só estudar — com os hespanhoes a mat se poderá ajustar um tratado de commer

Como já se accordou, as bases do fi no commercio de fronteiras, constituirão dos quaes proporão tambem os competen tares para beneficio do transito e prever garão os meios tendentes a garantir os nas negociações que cada uma d'estas ns

Estes termos, em que foi definida governos, termos que me parecem bas theses que possam occorrer no estabelec não excluem a faculdade dos mesmos de solução que, com referencia a determina resse de ambos os paizes e para mais concluir.

As instrucções que por esse minist expedidas relativamente aos importantes gados têm de ponderar e prever, delim derão utilmente cooperar para a mais fac

Deus guarde, etc.

Digne-se v. ex.^a aceitar os protestos da subida consideração e sincero reconhecimento com que temos a honra de nos subscrever, de v. ex.^a, etc.

N.º 158

O SR. A. DE SOUSA SILVA COSTA LOBO, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
AO SR. J. P. OLIVEIRA MARTINS, MINISTRO DA FAZENDA

Lisboa, 7 de abril de 1892. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Parecendo-me opportuno este momento para se dar começo aos trabalhos dos commissarios a que compete o estudo das bases do tratado commercial a celebrar entre Portugal e Hespanha, trabalhos a que se referia o officio d'este a esse ministerio em 27 de novembro do anno findo, para o qual tenho a honra de chamar a attenção de v. ex.^a, cumpre-me rogar a v. ex.^a que, não sendo a sua opinião contraria á que eu acabo de expor, se sirva ordenar ao sr. conselheiro Calvet de Magalhães que se apresente n'esta secretaria, onde, munido das instrucções que por esse ministerio lhe forem dadas, receberá as que forem da competencia d'este.

Deus guarde, etc.

N.º 159

O SR. J. P. OLIVEIRA MARTINS AO SR. A. DE SOUSA SILVA COSTA LOBO

Lisboa, 11 de abril de 1891. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Respondendo ao officio de 7 do corrente, tenho a honra de informar a v. ex.^a que as urgencias do serviço n'este ministerio não consentem que seja dispensado o sr. conselheiro Calvet de Magalhães; mas, no intuito de satisfazer aos desejos de v. ex.^a, farei apresentar no ministerio dignamente a seu cargo o chefe de serviço aduaneiro Francisco de Salles Lencastre, que reputo nas condições de bem desempenhar a importante commissão a que v. ex.^a se refere no seu já mencionado officio.

Deus guarde, etc.

N.º 160

O SR. J. P. OLIVEIRA MARTINS AO SR. A. DE SOUSA SILVA COSTA LOBO

Lisboa, 12 de abril de 1892. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Respondendo ao officio de v. ex.^a, no qual se refere á conveniencia de formular as instrucções para os delegados portugueses nomeados para estudar as bases e condições em que poderá ajustar-se um tratado de commercio entre Portugal e Hespanha, tenho a honra de dizer a v. ex.^a que, ouvido o conselho superior das alfandegas ácerca do assumpto, me conformei com o parecer d'esta corporação, o qual conclue pelas seguintes indicações:

1.^a A vigencia do tratado a fazer não deve exceder o praso de dez annos, findo os quaes convirá que continue em vigor, até um anno depois da denuncia que porventura seja apresentada por uma das nações contratantes;

2.^a As vantagens do tratado serão incommunicaveis, isto é, não serão extensivas a nenhum outro paiz pelo facto do tratamento de nação mais favorecida, salvo o direito para Portugal, de conceder vantagens especiaes ao Brazil, e para a Hespanha, de conceder

conselheiro Calvet, é commettido ao primeiro secretario de legação conde de Paraty, actual encarregado de negocios em Madrid, e a v. ex.^a o desempenho da commissão de que se trata.

Pelo governo hespanhol foram nomeados para tomar parte nos alludidos estudos os srs. D. José Ruiz Gomez, consul de primeira classe, e D. Julian Castedo, chefe de administração na direcção geral das alfandegas do reino vizinho.

Os documentos impressos que a v. ex.^a foram entregues esclarecel-o-hão sufficientemente ácerca dos pontos em que tem divergido a apreciação dos dois governos, durante as negociações anteriores, demorando a renovação do regimen commercial a que, desde 1887, deixaram de estar sujeitas as relações commerciaes entre Portugal e Hespanha.

As conferencias a que v. ex.^a vae concorrer, tendo por fim proporcionar base de accordo reciprocamente vantajoso para o commercio dos dois paizes peninsulares, deverão naturalmente iniciar-se pela determinação da ordem e distribuição dos trabalhos, e darão margem a que a respeito dos principaes assumptos v. ex.^a possa communicar-me as propostas apresentadas e receber as especiaes instrucções de que para esse fim ha de caber.

N'este momento bastará relembrar que o governo de Sua Magestade está disposto, quando tenha de celebrar tratados de commercio em que se estabeleça a clausula do tratamento da nação mais favorecida, a excluir da applicação d'esta clausula, não só os beneficios promettidos ao Brazil no convenio ultimamente negociado, mas tambem os que forem tendentes a desenvolver o commercio de fronteiras, mantendo e renovando assim a reserva inserida n'aquelle convenio e nos que em tempo concluimos com a Austria-Hungria, Dinamarca, Suecia-Noruega e Turquia, e esperando que as negociações que se entabularem com Hespanha dêem, da parte d'ella, á mesma reserva o caracter effectivo que bem me parece convir aos interesses de paizes vizinhos e amigos.

Devo tambem chamar a attenção de v. ex.^a para as indicações do conselho superior das alfandegas, a que se refere o officio do ex.^{mo} ministro dos negocios da fazenda, de 12 do corrente, advertindo porém que, não representando todas essas indicações opinião definitiva do governo, sómente poderão servir de guia a v. ex.^a na parte em que as confirma este despacho.

Deus guarde, etc.

N.º 162

O SR. CONDE DE PARATY AO SR. A. DE SOUSA SILVA COSTA LOBO

Madrid, 27 de abril de 1892.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— Tenho a honra de accusar a recepção do despacho que v. ex.^a se serviu dirigir-me em data de 20 do corrente, communicando-me a minha nomeação e a do sr. Francisco de Salles Lencastre, chefe do serviço aduaneiro, para, na qualidade de commissarios diplomatico e technico, procedermos, em conferencia com os representantes do governo hespanhol, aos estudos preliminares para a negociação de um tratado de commercio.

Acabo de fazer a devida communicação d'estas nomeações ao sr. ministro d'estado, assim como lhe participei que chegára hontem a Madrid o sr. Lencastre, e que nos declaravamos habilitados a começar os nossos trabalhos. Remetto, por copia, a v. ex.^a a respectiva nota (documento A).

Não estão ainda em meu poder os documentos impressos, cuja remessa me foi annunciada no despacho de v. ex.^a e que deveriam servir para me esclarecer ácerca dos pontos em que tem divergido a apreciação dos dois governos nas negociações anteriores.

Supponho que serão iguaes aos que foram entregues ao sr. Lencastre e que eu já

o assumpto fizera n'esta legação, de-
ntativas para celebrar um tratado de
s documentos por algum tempo e não
cia com os commissarios hespanhoes.
or estudo meu não resultariam certa-
ria, visto que, segundo as prudentes
lo a natureza do accordo previamente
x.ª o resultado das nossas investiga-
do pensamento do governo.

lembrar-me o pensamento do governo
t.

uctorizado a dizer, nas conferencias,
as disposições nos termos da corres-
aio de 1891.

ccceita a clausula proposta dentro de

, como v. ex.ª recommenda, as indi-
e refere o officio do ex.º ministro da

acho de v. ex.ª, que hontem me apre-
da d'este distincto funcionario, nada
Espero hoje avistar-me para esse fim
contraremos todas as facilidades para

leseja muito negociar com todos, mas
ir. É sempre, a meu ver, a miragem
de hesitações sem fim; e o annuncio
por industriaes e commerciantes, os
e pouco favoraveis á propria exporta-
em para que a Hespanha não se de-
n, como já disse a v. ex.ª, a alta do
eitos, auxiliado a exportação dos vi-
hol.

Lencastre sobre a nossa commissão.
lhe recommendára que dirigissemos
ao transit, embora o convenio res-
outros pontos, procurarei cumprir do

Hespanha.—Madrid, 27 de abril de
ipar a v. ex.ª que o governo de Sua
ordos com o governo de Sua Mage-
lo, conde de Paraty, seu commissario
chefe do serviço aduaneiro, commis-
xpressos em a nota d'esta legação de

e, os commissarios portuguezes estão

promptos a iniciar os seus trabalhos logo que o governo sirva aprazar-lhes dia para se reunirem com os delegados

Certo de interpretar os sentimentos do meu governo, n'este momento a esperança de que as relações commerciaes brevemente em uma phase de estreitas relações e de re natural entre duas nações amigas e vizinhas, unidas já p Aproveito, etc.

N.º 163

O SR. CONDE DE PARATY AO SR. A. DE SOUSA

Madrid, 28 de abril de 1892.—ILL.^{mo} e ex.^{mo} sr.—v. ex.^a que apresentei hoje o sr. Lencastre ao sr. duque. Disse-nos este que muito desejaria que a Hespanha che com Portugal, e que julgava que a maior difficuldade p recêra depois de se ter assente na reserva relativa á cla nos futuros ajustes com outras nações. Insinuou mais que deria ter grande influencia no desenvolvimento economic que sob outros pontos de vista considerava importante a

Asseverámos por nossa parte todo o empenho em co rimo-nos á conveniencia de tornar mais simples e estreita novo nos declarámos promptos a começar os trabalhos. provavelmente fariamos conhecimento com a commissão verter, encarregada das negociações de tratados de con combinaríamos os dias para as conferencias, os quaes só j livres. Compõe-se esta commissão do sr. Reverter, sub-se que Dupuy de Lôme, ministro residente, e do sr. D. Ju tração de 1.^a classe na direcção geral de contribuições in

Uma das missões estrangeiras que teve hontem, qua póde ter segunda no domingo, segundo me disse um dos

Tambem aproveitei o ensejo para apresentar o sr. I raz, sub-secretario d'estado, com quem trocámos as nat sympathia sobre as relações entre os dois povos e fins da

Concordámos, o sr. Lencastre e eu, em pedir na pr tem os delegados hespanhoes propostas successivamente elles se recusarem terminantemente a isto, opinou o sr. I fariamos nós as propostas; era meu parecer que nos limi riamos instrucções. Entretanto cedi á indicação do sr. L mim a vantagem de conversar com v. ex.^a sobre o assu submeter previamente ao exame de v. ex.^a essas propos uns pontos definidos e concretos para inicio dos nossos tr garemos ao menor resultado realmente pratico. Como o correio *sud-express* de hoje ao digno secretario geral d'es negocios commerciaes, informações minuciosas sobre o as o tempo de approvar ou desapprovar a nossa projectac que na conferencia promettida para amanhã, a que assist chegaremos a entrar em materia, o que só acontecerá pro xima semana.

Devo acrescentar que acabo de receber os documentos impressos que me foram annunciados no despacho de v. ex.^a, de 20 do corrente.

Deus guarde, etc.

N.º 164

O SR. CONDE DE PARATY AO SR. A. DE SOUSA SILVA COSTA LOBO

Madrid, 30 de abril de 1892. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tenho a honra de levar ao superior conhecimento de v. ex.^a que hontem pelas sete horas da tarde nos reunimos, o sr. Lencastre e eu, no ministerio d'estado, com os srs. Reverter e Dupuy de Lôme, com os quaes nos poz em relações o sr. duque de Tetuan. Repetiu este o que já tive occasião de communicar a v. ex.^a no anterior officio, insistindo em que as circumstancias de Portugal relativamente á Hespanha eram muito especiaes e differentes das de qualquer outra nação.

O sr. Reverter disse que tinha os melhores desejos e toda a esperanza de que dos nossos trabalhos resultaria em breve um accordo commercial satisfactorio para ambos os paizes, e propoz que nos reunissemos em qualquer dia da proxima semana, indicando quinta feira. Por nosso lado affirmei que abrigavamos iguaes desejos, que os precedentes não me animavam a esperar breve solução e que não tinhamos poderes para negociar, sendo apenas delegados para estudar as bases possiveis da futura negociação, como estava claro na correspondencia diplomatica entre os governos. Tambem disse, com approvação dos srs. duque de Tetuan e Reverter, que não sympathisava com a velha clausula de nação mais favorecida, porquanto deixava ás vezes porta aberta ao desconhecido e imprevisto, dificultando porventura outros tratados. De novo os srs. duque de Tetuan e Reverter asseveraram que podiamos contar que dariam resultado os nossos trabalhos, os quaes se deveriam considerar como os primeiros passos para um tratado muito provavel entre as duas nações. Depois de algumas observações do sr. Lencastre sobre a differente organização das estatisticas portugueza e hespanhola e, insistindo nós para que nos reunissemos quanto antes, ficou assente que tivessamos a primeira conferencia na proxima segunda feira ás duas horas da tarde no ministerio da fazenda. Nada mais se passou n'esta entrevista.

Não me atrevo ainda a fazer juizos novos sobre as intenções dos negociadores hespanhoes, nem prognosticos sobre as nossas conferencias. Entretanto parece-me mais facil que a Hespanha chegue a um accordo com Portugal do que com outras nações, e a escolha dos negociadores, pessoas competentissimas no assumpto e sobrecarregadas com serviços serios e importantes, é symptoma de que são sinceros os propositos de se obter esse accordo.

Deus guarde, etc.

N.º 165

O SR. A. DE SOUSA SILVA COSTA LOBO AO SR. CONDE DE PARATY

Lisboa, 4 de maio de 1892. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Approvando o procedimento de v. ex.^a e do commissario technico, no sentido de não comprometter a opinião do governo sobre os pontos em que ainda não recaíram instrucções precisas, e observando a natureza especial da missão de que foram investidos v. ex.^a e o sr. Lencastre, a qual é de estudo preliminar da negociação de um tratado de commercio, julgo conveniente que as propostas

Pelo que respeita ao accordo segundo o qual os dois governos se obrigaram ao tratamento da nação mais favorecida, applicado por via convencional entre as duas potencias, os especiaes favores mutuamente estipulados entre Portugal e o Reino de Tetuan não acceitou ainda tal accordo, nos termos em que foi proposto, tendo a Portugal de salvar qualquer difficuldade que d'ahi podesse resultar para o exito das negociações d'esse com outros paizes, como se advertiu em despacho de 17 de Maio ultimo, que se acha impresso entre os documentos a v. ex.^a enviados.

Quaes sejam as presentes disposições do governo hespanhol sobre essa habilidade e modo de a levar a effecto deve todavia ser objecto de averiguação entre os delegados agora reunidos, para esclarecimento do governo de Suíça habilitando-o a regular o seu ulterior procedimento.

Releva, no entretanto, notar que entre os tratados de commercio que n'este reino, embora tenham sido denunciados ou o devam ser opportunamente alguns semelhante excepção. Refiro-me aos tratados com a Grã-Colômbia, que respectivamente devem findar em 22 de junho e 19 de agosto com o Paraguay e a republica Dominicana, que caducarão em 7 de setembro e 28 de novembro de 1895. Além d'estes também nos tratados que subsistem com a França e as republicas da Africa meridional e de Orange, é ampla e sem restrição a sula do tratamento da nação mais favorecida.

Abstract

Madrid, 13 de maio de 1892.—Il.^{ma} e ex.^{ma} sr.—Tenho a honra de v. ex.^a pelo correio de hoje o jornal *El Liberal*, chamando a superior attenção para a representação dirigida pelo presidente do circulo da União Mercantil, e para a noticia da reunião que hontem celebraram no congresso os deputados da Galliza. O dito presidente pede que se proteja nos tratados de fabrico do chocolate, favorecendo a *importação do cacau*. Os representantes desejam transportes rapidos para o gado e peixe fresco, a fim de que o m

dindo que ás nossas auctoridades se dessem ordens no sentido de tornar reciproca a exigencia.

Infelizmente, a informação, sobre o assumpto, fadegas não esclarece qual seja a pratica geralme nada; por isso que, se, por um lado, só se refere á Antonio e Ayamonte, asseverando que de centenas do primeiro para o segundo porto, só vinte e tres s levando as demais unicamente o passe ou licença que, alludindo ao transporte de 5:000 toneladas de que o objecto de que se trata, sendo que, conforme cos de pesca não podem occupar-se na conducção d e até, segundo o regulamento dos serviços aduaneir zem pescaria recebida de depositos de terra são, p cabotagem (regulamento de 31 de janeiro de 1889,

Cumpre agora examinar as disposições do regt de 4 de outubro de 1889, referentes a barcos de pe

Segundo o artigo 13.º, os mestres ou patrões ou patrões dos barcos de cabotagem e de pilotos p guardas mōres das estações, e, na falta d'estes, dos gas, mas no § unico adverte-se que esta disposição mente determinado; e no artigo 71.º perçoitua-se unicamente nos casos em que se lhes exige carta d disposto no artigo 17.º, compete essa visita ás auct haja estações de saude.

Das mesmas palavras do artigo 13.º se deduz ceitos contidos n'aquelle e nos outros artigos citad (portuguezes ou hespanhoes) procedentes do reino d diam trazer carta de saude expedida pelos nossos g

Entretanto, repugnando naturalmente a equipa de longo curso, parece haver-se, entre nós, introduz a carta de saude aos barcos de pesca, qualquer q proviessem de portos portuguezes, quer de portos h ciproca entre os dois paizes, indicam-o os document

Este estado de cousas deixou porém de subsis tos dos funcionarios consulares interessados, primei como se viu, pelas superiores auctoridades hespanho

Em Portugal não se adoptou ainda, a este re geral.

Os interesses dos funcionarios consulares e d são, na realidade, minimos, attenta a unidade tribu se pelo limitado numero de toneladas de um barco e saude (tabella de emolumentos consulares de 30 de

Mas, segundo as informações presentes, a carti barcos de pesca, procedentes dos nossos portos, é pondente estação de saude portugueza e visada pel nhol, custando a carta 1\$120 réis e o visto 1\$320

Pelo nosso regulamento de sanidade maritima carta de saude que não seja a de embarcação de l o emolumento fixo de 1\$000 réis.

Áparte esta pequena differença no *quantum*, o

«1.º Completa libertad de derechos de aduanas en ambos países para todos los ganados que se importen ó exporten, ó circulen por la frontera de tierra;

«2.º Como consecuencia de esta libertad, completa uniformidad de derechos de España y Portugal para los ganados extranjeros que se introduzcan en ambos países.»

Eu disse apenas que a julgava mui complexa para manifestar desde logo o meu parecer.

Em seguida tratou-se do exame dos artigos para os quaes se exigia a concessão de direitos.

Formularam-se tres listas: na primeira ficaram comprehendidos os commissarios de um e de outro lado não antevis os artigos sobre os quaes os hespanhoes não podiam já apresentar artigos em identicas condições para os portuguezes.

Primeira lista. — Minerios, pedras para construcção, m serrados e esquadriados, ardósia para construcção, areia, barro ordinario para construcção, barro ordinario, cal (excepto a de raes, madeira commum (segundo o artigo 215 da pauta de prohibições), caprino e suino, hortaliças verdes, caça e aves, carnes de leite sem preparação, pão (até 10 kilogrammas), forrage peixe fresco ou com o sal necessario para a sua conservação.

Segunda lista. — Cortiça em bruto, pranchas ou serrado fumado e prensado, ostras e mariscos.

Terceira lista. — Gado vaccum, cavallar, mular, asinino.

Fallaram tambem os delegados hespanhoes em obter a concessão de cederam n'este ponto.

Claramente se declarou de novo que nenhuma d'estas propostas nem representava proposta dos nossos governos.

Afigurava-se que o principal empenho da Hespanha era de obter a entrada livre da c

O sr. Reverter disse a principio que as propostas que tigua proposta do governo portuguez, apresentada pelo sr.

Não se aprazou dia para nova conferencia, ficando es se declararem ambas as partes promptas para continuar os trabalhos, Deus guarde, etc.

N.º 170

O SR. D. ANTONIO AYRES DE GOUVERA AO SR. CO

Lisboa, 1 de junho de 1892. — De officio de v. ex.ª, panharam e de outros que a esta secretaria d'estado havia dos por essa legação se deprehende que a pratica de se di de barcos de pesca se havia natural e equitativamente e reciprocidade de facto, entre Portugal e Hespanha; e q unicamente reclamaram os funcionarios consulares, queixo tos, allegando perante o governo de Sua Magestade os noss

Huelva e ilha Christina, que aos barcos de pesca procedentes dos portos portuguezes era em Hespanha exigido o despacho consular, e affirmando ao respectivo governo os

estrangeiros nas mesmas prescripções: «que se limitem (os dos assumptos que devem ser examinados, e do methodo d'conveniencias commerciaes e aduanciras dos dois paizes». «que as conferencias se não succedam com tal frequencia q' tuna expedição das instrucções». De novo se referia este d'municabilidade, notando que não havia ainda accordo per governos, e embora não parecesse já tão importante este conriguação dos commissarios.

Eram, pois, simples e categoricas as instrucções, be para a acção dos commissarios, que não tinham para os ilmento do pensamento ou dos desejos do governo.

Pelas numerosas communicações que, por diversas fôid'estado, v. ex.^a poderi ver o modo como este serviço foi conferencias, contando a da apresentação, consegui averig da Hespanha relativamente á clausula de incommunicabili saria a subscrevel-a para não melindrar as susceptibilidades não se estendendo ella a esse paiz tambem amigo e vizinhtas pelos srs. Reverter e Dupuy de Lôme, de que a Hes tratados a clausula de nação mais favorecida, e de que a Hespanha lhe poderia conceder as vantagens e isenções qu aquella clausula perdeu quasi toda, se não toda, a sua impor este ponto, para mais tarde se procurar nova formula que c cil se tornava o proseguimento dos trabalhos em face da re dos hespanhoes e da nossa forçada pausa. Chegára o sr. L 29 a primeira reunião, a segunda a 2 de maio, e a terceira deriam, pois, os delegados portuguezes ser accusados de primeira reunião fôra de cumprimentos, mas as immediata teiramente pelas exposições do sr. Lencastre, não havend Fôra d'ellas e de phrases amaveis, apenas houve, alem do incidentaes ao commercio do gado e á conveniencia de com

Foi então que o sr. Lencastre esteve em Lisboa e trou na secretaria, um «Projecto de regimen para facilitar o comu jecto de disposições alfandegarias». Começou assim a desv samento do governo de Sua Magestade; mas persistiam as sivas, reservadas e confidenciaes, que nos impunham o max

O artigo 1.^o d'aquelle primeiro projecto diz:

«Ficam isentas de direitos de importação e de export dos dois paizes as seguintes mercadorias: minérios, pedra more e alabastro, em bruto, desbastados ou serrados, a pedra ou em pó, tijolo, telhas de barro e de ardósia, louça ou preta, adubos para agricultura, sal marinho (chloreto d serrada, em vigas, barrotos, barrotões, paus, ripas e tábuas vão vegetal, cortiça em bruto, forragens (feno, herva, palh mes verdes, peixe fresco, salgado, prensado ou fumado, m caprino, lanigero, suino, leite fresco e pão (até 10 kilogram

Tive já a honra de expor o modo como nos servimos 27 de maio. Comparando-a com a lista 1.^a do citado officio hespanhoes acceitaram a reciproca isenção de direitos pa em Lisboa, com excepção de poucos, a saber: cortiça, pei fumado, ostras e mariscos. Louça de barro ficou para outr

ar, muar e asinino, e para as fructas frescas e seccas. mittir a cortiça; mas os productores hespanhoes d'este te o governo, ao que me pareceu, não tem pressa ou nto, embora a nossa proposta satisfizesse em parte os nquanto ao peixe salgado, secco, etc., ao que Portugal . Hespanha cederá, se lhe for admittido o gado vac-

: na reciproca isenção de direitos? Não irei dissertar ha estudado e v. ex.^a tão bem conhece. Mais de uma am para esta solução, e o sr. conde do Casal Ribeiro nifestamente opinava n'este sentido. O gado vaccum a depois de engordado, mas dá o mais importante de ndispensaveis e fecundos instrumentos da agricultura, ia de varias industrias.

as de importação e de exportação, não percebo como o do gado vaccum hespanhol, e desejar todas as faci-anigero. A quantidade d'este em Hespanha é enorme; . *Espana*, publicada em 1888, vê-se, a pag. 356, que mero superior a 16 milhões, pondo de parte Navarra a 1.460:000 cabeças. Alem d'isso, a maxima concen-, justamente na fronteira, emquanto que para o vac-em Tarragona. Não ignoro a importancia da Galliza, de bois e de vaccas.

spanha (não se lhe querendo dar inteira isenção para até certo numero de cabeças, ou quando não estivesse evejo as complicações da pratica. A minha idéa foi-me o de não dar logo recusa formal, e mesmo para tentar

é igualmente pobre e insufficiente em Portugal e Hes-quantidades consideraveis. No livro *La reforma aran-*. 127, vejo que o valor de cavallos e mulas entrados eza, foi desde 1887 a 1888 sempre superior por anno ção de 1878; subiu em 1887 a 23 milhões e em 1888 para os cavallos e mulas deveria ser, pelo meu cal-portuguezes que tenham creação apurada, mas diffi-vallaria. Entretanto ha a notar que, pelo systema de rias, a fraude torna-se convidativa e facil.

nia para as fructas frescas e seccas. Já em tempos o companhia do caminho de ferro do norte e leste tam-zendo que da sua applicação não resultaria prejuizo realisar esta importação quando não se apresenta no o assim, poderia, para maior cautela, restringir-se a e exceptuar sempre a uva.

erdade para a baga de sabugueiro, como já antes se convem favorecer a saída d'este producto, que é ele-vinho.

: feito proposta) accitaria a reciproca isenção de di-s para estudar esta idéa, que não me parece indigna no caminho de preparar os nossos vinhos para con-ado. Grande porção da nossa colheita serve para fa-

brico do vinho francez. idéa), e não tendo nós t livre em Hespanha, e tempo talvez o nosso cl sar vantajosamente n'e nossos productores é e deiras condições de vi actividade, e os concor

Nada mais me occ já está escripto. O sr.] acho-me perfeitamente deixo indicadas.

Em 1887 offerecei dil-a para os palitos e t

Sobre o «projecto de muito alcance a coo] o contrabando. Tudo q] proteger a pesca e esp não tem por certo men para estreitar as relaçõ tos das mercadorias. N] determinar.

Tendo dado conta negociação de um trat suadido de que se pód passado, e tão bom, pe ao iluminado criterio d estado actual das nossa factos as phrases cord aguarde as superiores deva tomar com mais p

Deus guarde, etc.

INFORMAÇÃO I

Em 30 de junho d gal e Hespanha em 12 tubro de 1885. Desde nas negociações havid dificado) ou para celeb durassem as negociaçõ data de 30 de junho), licia.

Este convenio fôr sito, por obrigação con mesmo dia (15 de outu

mentares, reunidos ao tratado, estabeleciam o conjuncto alencia das trocas, equivalencia que faltava no tratado, e igualmente se não estipulava uma reciprocidade com-

amentando o exercicio da pesca maritima, em harmonia ado, do exclusivo em cada paiz d'esse exercicio para os ncipio de modo a tornal-o perpetuo, era de grande inte-o de ontras vantagens de bastante importancia n'elle es-da pesca fluvial em commun, etc.

, melhorando o anterior no sentido de facilitar não só o o de entrada e saida pela mesma fronteira ou de porto antagem nossa e de grande significação politica, não po-o oceano ser allegada pelos hespanhoes como embaraço nercio n'esta direcção.

tugal considerado independente do tratado, quanto á sua to, declarando comtudo o governo hespanhol que só por va caduco.

rno hespanhol o considerava com força obrigatoria teve a Hespanha.

rna, no que tinha de antinomica com elle, não foi modi-as nossas de uma maneira parcial e deficiente satisfizeram rimento das disposições do alludido regulamento, depois o; circumstancia esta que serviu de fundamento para se ticarem actos em manifesta opposição com as suas clau-

ortugal ás bases offerecidas em 1887 pelo sr. Moret para lo de commercio, diziamos nós já ser preciso estudar as go mercantil com Hespanha para saber, com pleno conhe-as dos dois paizes, até que ponto podiamos, em presença m prejuizo da nossa autonomia, approximar-nos das idéas especial d'esses estudos o modo por que se deveria re-a fim de que, facilitando-o quanto possivel, se evitasse ao os conflictos da raia.

itou da maneira por que se deveria evitar que os favores ssem a tal respeito os dois paizes se não tornassem exten-

almento as modificações a fazer no convenio de transito, como no convenio de pesca. Dissemos que o regula-stringir á passagem que em materia convencional se de-lle nome. Visto o interesse que a Hespanha tinha então fallámos em tal, como meio de a retrahir na insistencia venio, que podiam ser inconvenientes para Portugal.

da necessidade de estudos previos, o sr. conde do Casal as negociações do tratado por occasião da prorogação do m caracter semi-official uma negociação para que os dois , a fim de estudarem as especialidades que, em virtude da um servir de base para a conclusão de um futuro tratado m que, nos tratados que cada um celebrasse com terceiro mais favorecida, que porventura n'elles se estabelecesse, va de que os favores concedidos a Portugal ou a Hesper-

Nos futuros, a estipular-se a clausula de nação mais favorecida, teremos de fazer a reserva com respeito á Hespanha que temos nos tratados com a Suecia, Turquia, Brazil e Egypto (não ratificados estes dois), aclarando-a (n'estes tambem) sobre a entrada, por mar, do peixe, se este for comprehendido no mesmo regimen de fronteira, como agora indica o sr. Lencastre.

Se outros favores devemos trocar com a Hespanha, fóra do commercio de fronteiras, que devam ficar privativos dos dois paizes e incommunicaveis, portanto, a terceiro paiz, como indicou o sr. ministro da fazenda no seu officio de abril, é assumpto a considerar seriamente, tendo em attenção o preço por que teriamos de alcançar essa intransmissibilidade por parte da Hespanha, da propria Hespanha, e do embaraço que traria ás negociações de tratados com outros paizes.

Sou contrario a esta incommunicabilidade, que de facto nem podemos estabelecer absoluta, emquanto vigorarem os tratados actuaes. Pelo novo tratado com o Brazil não poderemos abster-nos de tornar extensivos áquelle paiz esses favores. Em presença dos tratados que ligam já grande parte dos paizes da Europa com os quaes já estão feitas aberturas para negociações e dos que téremos de celebrar ainda com os que estão fóra d'essa liga, parece-me que nos encontraremos, para com todos, na impossibilidade de tratar com essa incommunicabilidade, a não ser em condições onerosas e inaceitaveis, que não teriam compensação nos favores cuja intransmissibilidade tivessemos adquirido.

Têm os paizes da liga entre si tratados na formula e na essencia como os antigos, iniciados em 1860 entre a França e a Gran-Bretanha, com pautas especiaes e o tratamento incondicional da nação mais favorecida, com a ampliação apenas de estipulações relativas ás fronteiras, e a reserva da não applicação d'aquelle tratamento ao commercio fronteiriço.

Não terão elles duvida portanto de acceitar de nós a reserva com respeito ao nosso commercio fronteiriço com Hespanha, mas difficilmente acceitarão outra formula na clausula, e difficilmente farão tratados connosco sem ella.

Fóra da liga, a França propoz-nos de novo dar-nos a pauta minima e a clausula de nação mais favorecida a troco da applicação de igual clausula da nossa parte, como *modus vivendi* provisório (conforme inferi da informação verbal do sr. Costa Lobo). Apesar da sua pauta minima para base dos tratados, parece estar disposta a França a proceder como a Hespanha, que seguiu igual processo, a tratar abaixo d'esta pauta, e a conceder mais o tratamento da nação mais favorecida, se tratar com a Suissa.

A Inglaterra vae enviar-nos a proposta do tratado que deseja celebrar connosco, do qual não exclue de certo a mesma clausula. Só a Hespanha se mantem no proposito de a não conceder.

Com a Turquia e com o Egypto temos umas declarações commerciaes provisórias feitas na previsão de novos tratados.

Vê-se, pois, que somos levados a tratar com todos estes paizes que ficam enumerados, n'um futuro mais ou menos largo, e em agrupamentos ou isoladamente, e que, á excepção da Hespanha (a Turquia e o Egypto seguirão tambem a politica commercial da Europa e da Inglaterra em especial), devemos prever que não nos podemos eximir a tratar pela fórmula e segundo a formula geralmente recebida. O alcance d'estas circumstancias tem de ser tido em conta na negociação com Hespanha, para não nos compromettermos com esta, de fórmula a embaraçar ou tornar impossivel, ou onerosissimo tratar com outros.

O termos de seguir em geral aquella fórmula com estes paizes, não significa que não possamos excepcionalmente adoptar outra com a Hespanha. E com respeito ao tratamento da nação mais favorecida, se especificarmos os favores trocados que devam ficar incommunicaveis e os que estipularmos sem esse character, com reduções em relação á

ia, e assegurando para estes que qualquer redução
iva, podemos prescindir da formula pura e simples
ida, a qual, como v. ex.^a sabe, eu julgo comtudo

pronunciar o governo em relação á Hespanha, sem
edor differentemente com outras nações. Refiro-me
o tratado, e a respeito da qual se deve estudar se
onal, ou a equiparação de tratamento sem distincção
to a cabotagem. Este estudo não deve ser por em-

is não devem ser comprehendidas no tratado com a
como com qualquer outra nação). Devem fazer ob-

para indicar por que linhas geraes se póde conduzir
rios com a Hespanha.

estricto, considerado pelo governo hespanhol como
trabalhos dos commissarios, da isenção reciproca de
do-me nas informações do sr. Lencastre, considero
enta para devermos admittir essa isenção, uma vez
sivo o mesmo regimen ao peixe e outros productos
sto a Hespanha ter apresentado esta questão como
continuação dos trabalhos da commissão e portanto
esentarmos tambem a nossa contra-proposta com o
ita, alem da isenção pedida para os referidos produ-
licará a Hespanha á França pela importação na fron-
rtação pelos portos maritimos), bem como os favores
reio de fronteiras se ajustarem no tratado. E pela
tambem, propormos que o actual convenio de pesca
lo tratado e com igual duração.

feita de governo a governo, notando-se que de fu-
ntem á deliberação d'elles analogas propostas por

itos sobre os gados vae levantar opposição por parte
s seus interesses sejam prejudicados, o que não me
não creio que elles se devam antepor ás vantagens
ida n'estes termos.

nvirá procurar remover as difficuldades que se op-
aquelle paiz, e se o conseguirmos não terá aquelle
ão de queixa do regimen que se pretende estabele-
ceda á Hespanha facilidades iguaes ás que alcan-

merciaes e consulares, em 6 de junho de 1892. —

N.º 173

DO SR. E. MADEIRA PINTO

» economicas para Portugal em concluir um tratado

2.º Que, visto estarem abertas as negociações entre Hespanha e França para o tratado de commercio definitivo entre os dois paizes, e ter o governo hespanhol pedido ás côrtes auctorisação para fazer reduções na sua pauta minima, é conveniente que se não demore a negociação entre Portugal e a Hespanha.

3.º Que por parte de Portugal se deve estabelecer como ponto de partida e condição *sine qua non* para a negociação do tratado de commercio o declararem-se vigentes tanto o convenio do transito de 27 de abril de 1866 e regulamento para a sua execução de 2 de outubro de 1885 como o convenio de pesca d'esta ultima data, devendo:

a) Os referidos convenios considerar-se separados do tratado de commercio e vigorar por prazo indefinido até que uma das duas nações o denuncie com um anno de antecedencia, não podendo, contudo, a denuncia ter logar antes de dez annos, a contar da data do tratado de commercio.

b) Obrigarem-se os governos portuguez e hespanhol a concordar nos meios conducentes a dar plena e ampla execução ao convenio de transito, tanto no que respeita ao trafego pelas vias terrestres como pelas fluviaes ou maritimas, e a acceitar a negociação de quaesquer modificações no referido convenio e respectivo regulamento, no sentido de tornar effectivas todas as vantagens do mesmo transito, evitando-se que essas vantagens sejam contrariadas indirectamente por regulamentos especiaes internos de qualquer especie.

4.º Que convem assentar nos pontos capitaes do tratado antes de discutir certos pormenores, fixando-se qual deva ser o minimo de vantagens a exigir e o maximo de concessões a fazer, a fim de poderem ser dadas a tempo as convenientes instrucções aos delegados portuguezes.

5.º Que o tratado, alem de outras disposições que se julgue conveniente introduzir-lhe, deve consignar as seguintes:

a) O tratado durará por dez annos a contar da ratificação, continuando a vigorar até um anno depois do dia da denuncia.

b) Cada um dos dois paizes assegurará ao outro o tratamento da nação mais favorecida em tudo o que respeitar á importação, exportação, transito e navegação, e tornará extensivo no outro, immediatamente, sem compensação alguma, qualquer favor, privilegio ou redução nas pautas de direitos de importação sobre todos os artigos mencionados ou não no tratado, que for concedido a um terceiro paiz.

c) Os dois paizes estabelecerão nos tratados que de futuro celebrarem com outras potencias a reserva de que não ficam comprehendidos no tratamento da nação mais favorecida, se esse tratamento for consignado em taes tratados, as vantagens especiaes que Portugal conceder a Hespanha ou a Hespanha conceder a Portugal, com o fim de facilitar o seu commercio de fronteiras, ou as vantagens particulares concedidas por um do outro d'esses paizes.

d) Os navios de cada um dos dois paizes, e respectivos carregamentos, serão tratados nos portos do outro como os navios nacionaes e seus carregamentos, seja qual for o ponto de partida dos navios ou o seu destino e a origem do carregamento e o seu destino. Este preceito não se applicará á cabotagem.

e) Ficam dependentes de commun accordo as disposições necessarias para a repressão, em cada paiz, das tentativas de contrabando, contra o outro, e as disposições a adoptar na fronteira para evitar a propagação de epizootias dos gados que hajam de atravessar a mesma fronteira.

f) Especificar-se-ha no tratado quaes sejam as vantagens especiaes ou particulares que cada um dos dois paizes concede ao outro com a clausula de não serem extensivas a nenhum outro paiz, nem applicaveis pelo direito do tratamento da nação mais favorecida.

g) O tratado não será applicavel ás colonias portuguezas e hespanholas.

Lisboa, 9 de junho
do mez proximo findo
estudos preliminares
com ao meu antecessor
tados ou exportados
commissarios hespanh
lhos.

Reconhecendo a
a vantagem de se or
vão occupando, parec
governo as essenciaes
lecimento do regimen
gadas por tão estreito

A mutua conver
cumstancias, e segun
manutenção dos conv
e do de pesca d'esta
perienzia tem aconsel

No tocante ao c
mente exequivel, o
Minho e Guadiana, a
vial em commun ent
dos barcos ou pela c
outra margem (anne
e 8.º) a competencia

Seria, alem d'iss
nhas que, no sentido
las as aguas portugu

Tambem me pa
nos, a dispensa, em
ponderações feitas n

Quanto ao tran
na-se necessario que
minado, todas as p
estipuladas, evitando
serviço de tanta m
regulamentares de o

Simultaneamente
á efficaz repressão d
se tentasse levar a
via de accordo, con
epizootias pela pass

As regras e de
contexto do novo t

Quanto aos convenios de transito não será necessario insistir perante os delegados hespanhoes, visto como estes já reconheceram a conveniencia da sua execução.

Traçadas, como ficam, as linhas geraes da negociação que temos em vista, não esquecerão v. ex.^a e o delegado tecnico de instrucções mais particularisadas para o proseguimento e conclusão dos estudos emprehendidos com os commissarios hespanhoes, sendo de esperar que em breve possam uns e outros submetter concordemente á apreciação dos respectivos governos um como ante-projecto de tratado em condições accomodadas ao progressivo desenvolvimento do commercio entre ambos os povos que habitam a peninsula.

Deus guarde, etc.

N.º 175

O SR. CONDE DE PARATY AO SR. D. ANTONIO AYRES DE GOUVÊA

Madrid, 13 de junho de 1892.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de accusar a recepção do despacho de v. ex.^a de 9, chegado hontem, que estudei com todo o cuidado. Procurarei dar opportunamente o devido cumprimento ás instrucções n'elle contidas, e naturalmente mui breve terei uma entrevista com o sr. duque de Tetuan. Algumas das indicações de v. ex.^a foram já attendidas na ultima conferencia com a commissão hespanhola, como v. ex.^a terá visto dos meus ultimos officios.

Tomei a liberdade de mandar hoje a v. ex.^a o seguinte telegramma em cifra:

«Pergunto se posso concordar isenção fructas».

A primeira conferencia será na proxima quarta feira, 16 do corrente.

Noticias de origem official, publicadas nos jornaes hespanhoes, dizem que as negociações do tratado de commercio com Portugal estão muito adiantadas.

Deus guarde, etc.

N.º 176

O SR. D. ANTONIO AYRES DE GOUVÊA AO SR. CONDE DE PARATY

Telegramma.

Lisboa, 14 de junho de 1892.—Assente com esse governo pontos fundamentaes despacho de 9.

Commissarios podem estudar reduções reciprocas de direitos sobre mesmos productos ou reduções equivalentes em productos diversos, como despacho indica e Lencastre sabe. Mas estes favores limitam-se ao commercio de fronteira. Para todos deve obter a incommunicabilidade. Se de todo impossivel, informe quaes não tem.

A isenção das fructas muito valiosa para darmos sem compensação importante. O governo dal-a-ha para conseguir transacção sobre pontos fundamentaes ou outros da economia do proprio tratado. Não a conceda, pois, por emquanto.

N.º 177

O SR. CONDE DE PARATY AO SR. D. ANTONIO AYRES DE GOUVÊA

Madrid, 24 de junho de 1892.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em additamento ao meu officio de 18 de junho de 1882, tenho a honra de informar v. ex.^a que hontem á noite se verificou a minha annunciada entrevista com o sr. duque de Tetuan. Disse a s. ex.^a que

os estudos dos commissarios hespanhoes e portuguezes que as bases dos futuros tratados de commercio e convenios de facilitaria os trabalhos restantes, e seria prova de que os ifestados nas conferencias preliminares animam igualmente e de Tetuan respondeu que pensava do mesmo modo, e que as amigaveis propositos de Portugal, especialmente pelos de conhecidos; que a Hespanha tinha os melhores desejos de a supressão da clausula de nação mais favorecida (que mantia agora fazer a Portugal concessões antes impossiveis. ntar-lhe uma nota, promettendo-me prompta resposta satisfava não suscitar discussões diplomaticas, e que só lhe pasteira segurança de que estavamos de accordo. A seu pedido s os pontos sobre os quaes reputava existir harmonia entre pensaveis na sua essencia para acceitação por nosso lado de

ado de commercio é inseparavel da renovação dos convenios

o transitio serão as de 27 de abril de 1886 e 2 de outubro as modificações que a experiencia tem aconselhado. Os dois tar, dentro do praso determinado, todas as providencias necreção dos convenios de pesca e de transitio, de modo que m interna não venham diminuir as vantagens que o trafico ultimo convenio. Dando-se a impossibilidade de redigir immentos necessarios, ficarão subsistindo os actuaes, de modo lidades de transitio, nem as de pesca. Fica entendido que as sca e para as aguas de resguardo são as designadas em 1885. acertado, por inutil e difficilmente exequivel, o preceito da Minho e Guadiana (vide annexo I ao tratado de limites, artigos 5.º e 8.º). É claro (acrescentei) seria de mutua condefinido, e que não suscite duvidas, as duas linhas que no sul e á occidental delimitam as aguas portuguezas das hesca deverá ser incluída a dispensa, em regra, da carta de sca e que transportem peixe, conforme a proposta feita na

ciproca isenção de direitos de importação para as mercadoira da quarta conferencia, acrescentando-lhe peixe salgado, tras, mariscos, baga de sabugueiro, cera, gado vaccum, ca-

os de designar, assim como para quaesquer outros para os os especiaes, serão estabelecidos nos dois paizes iguaes taxas rcio maritimo e para o da fronteira entre Hespanha e Franmo as reduções equivalentes de taxas, que se ajustarem, tras nações, e referem-se unicamente ao trafico pela raia as á pesca e commercio de peixe.

adorias os dois governos procurarão uma formula que não lições inferiores a terceiro, reservando-se Portugal o direito razil.

de commercio disposições para a cooperação entre os dois imir o contrabando, e tambem para obviar á propagação de gados através da raia.

3.º São também isentos de quaesquer direitos em ambos os paizes, os objectos propostos na quinta conferencia.

4.º Não serão applicaveis ás colonias as estipulações do novo tratado.

5.º O tratado ficará em vigor por . . . annos, e continuará depois d'esse praso até um anno depois da denuncia. Não indiquei o numero de annos, porque não se fallára ainda n'isto nas conferencias, e não me pareceu vantajoso apresentar um pedido.

N'esta exposição tive sempre em vista cumprir as superiores instrucções de v. ex.^a, cingindo-me ao mesmo tempo ao resultado das conferencias, resultado já conhecido por v. ex.^a

O sr. duque de Tetuan tomou exacto apontamento das minhas palavras, e ficou de continuar esta entrevista depois de se ter informado sobre umas particularidades que não tinha bem presentes.

Fico esperando aviso do sr. duque de Tetuan para nova reunião.

Muito estimorei ter interpretado bem as instrucções de v. ex.^a

Deus guarde, etc.

N.º 178

O SR. D. ANTONIO AYRES DE GOUVÊA AO SR. D. F. MENDEZ DE VICO

Lisboa, 28 de junho de 1892.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Havendo v. ex.^a, na conversação que teve commigo, declarado da parte do seu governo achar-se este disposto a applicar á entrada dos productos portuguezes em Hespanha, a contar de 1 de julho proximo futuro, a pauta minima, isto é, a tarifa segunda dos vigentes *aranceles* de aduanas, manifestando v. ex.^a ao mesmo tempo desejo de saber a que regimen ficaria sujeita a entrada em Portugal dos productos hespanhoes, tenho a honra de communicar a v. ex.^a que até 1 de janeiro de 1893 não serão os productos hespanhoes importados em Portugal sujeitos a maiores direitos que os importados de qualquer outro paiz (sem exclusão do Brazil), isto sem prejuizo das reservas ou favores a respeito do Brazil que tiverem ou não de estipular-se no tratado de commercio que se negocia entre Portugal e Hespanha.

Aproveito, etc.

N.º 179

PARECER DA 1.ª SUB-COMISSÃO DA COMISSÃO DOS TRATADOS DE COMMERCIO

Lisboa, 11 de julho de 1892.—Senhores:—A vossa 1.ª sub-commissão foi primitivamente encarregada de dar parecer sobre as bases genericas a adoptar na negociação de quaesquer novos tratados de commercio, e sobre o alcance que deveria attribuir-se á clausula do tratamento de nação mais favorecida, que n'elles tivesse de estipular-se. Competiu-lhe posteriormente pronunciar-se ácerca do tratado a celebrar-se com o Brazil, e d'este segundo encargo se desempenhou em um parecer apresentado á commissão na sessão de 20 de julho do anno findo. A sub-commissão, que só ultimamente foi reconstituída, não pôde desde então, pela ausencia de alguns de seus vogaes, continuar os seus trabalhos, e por isso se não occupou da primeira parte do estudo que lhe fôra attribuido.

Os factos occorridos na politica commercial da Europa, as declarações do governo no parlamento e no seio da commissão, as leis fiscaes recentemente promulgadas em Portugal, e a incumbencia especialmente feita á 2.ª e á 3.ª sub-commissão, do estudo das

ria offerecer e pedir e dos assumptos relativos á navegação de que a 1.^a sub-commissão tem de desempenhar-se. Pauta geral, com direitos considerados normaes e que eger o trabalho nacional contra a concorrência externa, e rio a que obedecem a sua elaboração. Não excluindo, liando-se elle com a conveniencia de modificar a tarifa espectivas concessões devamos alcançar para os nossos mercados a que tenham de concorrer, ou acantelal-os al, concorda a vossa sub-commissão com as declarações não celebrar tratados de commercio senão quando al-tifique, de não conceder favores a que não correspon- importância, e de procurar conseguir que esses favores cter de incommunicabilidade ou, pelo menos, que não a terceiros.

em probabilidade de a decretar ou estabelecer por lei rá a nossa pauta convencional de resultar do conjuncto differentes tratados, dando-se n'ella, portanto, os incon- homogeneidade. Para evitar, em parte, esses inconven- cer que deve o governo, nas concessões que com cada latura da pauta geral e a base ou unidade de direito. productos ou classes de productos devem especialmente ão para com cada paiz, e o limite da taxa até ao qual

ambem com o governo em que Portugal se recuse a tamento da nação mais favorecida, limitando-se a acres- a se estabeleça, o deve ser de modo restricto a deter- oductos, ou especificados favores, e de fórma que as asseguradas durante toda a vigencia dos tratados. Igual- o proposito, pelo governo manifestado, de excluir da lo mais favorecida os favores concedidos ao Brazil, e onteira com a Hespanha: o que manifesta a intenção, ajustarem com estes dois paizes certas vantagens que

de parecer a sub-commissão, de accordo ainda com a os tratados de commercio ser-lhes applicaveis, e bem e a liberdade de legislar, fóra d'elles, em relação ao tte voto sobre as questões concernentes á navegação, 1.^a sub-commissão.

ommissão que, no tocante a exercicio de commercio e nento igual, em cada paiz contratante, a nacionaes e

-commissão, 11 de julho de 1892. = *Ernesto Madeira*
irido M. Barreiros.

da commissão dos tratados.

N.º 180

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. F. J. FERREIRA DO AMAR.

Madrid, 16 de julho de 1892. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Na entrevista com o sr. duque de Tetuan, offereceu-se ensejo para me referir aos tratados que os governos de Portugal e de Hespanha pretendem celebrar, manifestando a esperança de que a cordialidade e boas disposições que têm presidido aos minares dos delegados dos dois paizes, permittirão em breve praso uma conclusão definitiva para a conclusão d'estes actos internacionaes.

Acceitou s. ex.^a francamente a conversação sobre o assumpto. Accetando a conclusão dos tratados e a conveniencia que, para o desenvolvimento dos dois paizes, resultava de concessões reciprocas que não se tornassem extensiva a terceira potencia, disse-me, em referencia ao tratado de commercio e á conclusão, que não se lhe afigurava haver quaesquer difficuldades, esperando do regresso a esta corte do sr. Reverter, presidente da commissão de Hespanha, se podesse chegar a um accordo que permittisse assentar definitivamente para a negociação.

Pelo que respeita ao convenio de pesca, disse-me o sr. duque de Tetuan que o assumpto alheio á sua pasta, tinha ainda de aguardar resposta do sr. Mendez de Vigo, que não lhe parecia possível conservar as zonas fixadas em 1885. Mas os argumentos do sr. Mendez de Vigo o persuadiam de que se chegaria a uma conclusão que parecia poderia ser acceitavel pelos dois governos, deixando-me a entender que o governo hespanhol não se recusar a desistir inteiramente das suas limitações fixadas no *modus vivendi* quando o governo portuguez não pe

os do convenio anterior. Accentuando os bons desejos do governo de Sua Magestade, ponho a disposição da concessão de isenções de direitos feita em relação aos gados, industria que ella representava para Portugal, e na necessidade de obter a permittissem salvaguardar especiaes interesses e tornar acceitavel pelo tratado e convenios cuja conclusão simultanea disse ser indispensavel para a communa dos dois paizes.

A impressão que recebi da minha conversação com este ministro dos negocios foi que s. ex.^a está antes inclinado a remover difficuldades do que o benevolo acolhimento que s. ex.^a fez ás minhas observações, leva-me sinceramente a chegar a um accordo, quando mesmo no momento actual quer circumstancia não procurar apressar a immediata conclusão dos tratados.

Deus guarde, etc.

N.º 181

O ADMINISTRADOR DELEGADO DA COMPANHIA DAS DOÇAS DO PORTO E CAMINHOS DE FERRO PORTUGUEZES AO SR. D. ANTONIO AYRES DE

Porto, 19 de outubro de 1892. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tendo o sr. conde declarado, em sessão do conselho de administração d'esta companhia, que na sua proxima viagem a Madrid, ultimar as negociações de commercio com a Hespanha, do qual, entre outros beneficios para Portugal,

de todas as classes e materias, e passamanerias em geral, proce para Hespanha.

Esta medida está em desaccordo com o que dispõe o artig para execução do convenio de 27 de abril de 1866, regulamento tigo 161.º das *Ordenanzas generales de la renta de aduanas*, que d

«Que o transitio entre Hespanha e Portugal só possa effectua mento de 7 de fevereiro de 1877 e as disposições especiaes, esta ces 15 e 16.»

Da obediencia ao disposto n'esta real ordem resulta que os de Salamanca não podem ser trocados pelos da Galliza, porque, s reas hespanholas, o preço do transporte é tal que torna impossiv guindo através de Portugal, perdem a nacionalidade, e sendo por mento de direitos, é tambem impossivel a concorrencia.

É evidente, portanto, que uma tal medida cerceia os interes contribue para empobrecimento da provincia de Salamanca.

E que isto é assim provam-o as representações dos corpos ad do commercio d'quella cidade, pedindo a revogação da real orde que talvez podesse conseguir-se, se no caso intervisse com em em Madrid, visto como o governo hespanhol tem em que firmar u

Ainda com o fim de facilitar as relações entre as provincias d por intermedio de Portugal, muito conviria que a alfandega hespa desse passar guias de transitio para mercadorias destinadas a Sala tugal. Entre outras, as expedições de peixe far-se-fam, sem duvi dade, se se conseguisse esta faculdade, para defeza da qual seri fiscalisação a empregar.

Fiscalisação do transitio em Hespanha

A alfandega de entrada remette em carta fechada, entregue do comboio, a guia relacionando o numero e peso dos volumes qu A alfandega de saída abre a carta, e se verifica alguma differença relação, applica immediatamente multas pesadissimas á linha ferres Tem, portanto, a empreza de realisar immediatamente o deposito até justificar a falta e obter sentença absolutoria.

Como ao conductor do comboio não é licito cónferir a relação os volumes que seguem em transitio, acontecem casos como estes, rante: o empregado fiscal da alfandega de entrada, por equivoco, de 103 volumes, mas como o erro só pôde ser observado na alfan nistración da respectiva linha ferrea terá que effectuar o deposito de centos de mil réis, até que se prove que o engano foi da fiscal alfandega hespanhola de entrada relacionou, por engano, 4 volu Fregeneda e 5 para Fuentes de Oñoro, quando devia inscrever aquella. As alfandegas de Fuentes de Oñoro e de Fregeneda mult companhia dos caminhos de ferro de Salamanca á fronteira de Poi tem de depositar, desde logo, a importancia da multa, que só lh ella prove que não teve a minima culpa nos erros ou levandade pregados fiscaes!

O systema empregado entre nós de fazer acompanhar o trans cessar semelhantes vexames, que opprimem muito mais as compan estão na fronteira, e que, portanto, enlaçam com a rede estrangeir

1.^a Proibição de despacho de alcool e bebidas espirituosas, e vinhos de graduação superior a 15º centesimaeas pelas alfandegas de Fregeneda e de Fuentes de Oñoro, aquella em ligação com a linha do Douro e esta em ligação com a Beira Alta;

2.^a Desnacionalisação dos productos hespanhoes em transito por Portugal;

3.^a Fiscalisação do transito em Hespanha.

Póde v. ex.^a calcular o valor da primeira, considerando qual a linha do Douro impedido de fazer sair os seus vinhos e aguardentes pela Baía de Matagorda.

Quanto á desnacionalisação dos productos hespanhoes que atravessem Portugal, v. ex.^a bem poderá avaliar quaes os beneficios resultantes da revogação da disposição. Importa-nos muito que fosse facilitado o transito através da fronteira, e é bem possivel que viessem a Leixões mercadorias para além d'aquella.

Representação dirigida ao governo de Hespanha pela camara dos contribuintes de Salamanca, na qual largamente se demonstram que os interesses da real ordem de 4 de dezembro de 1889.

Copia da carta de D. Cayetano Fabrós, importante commerciante e com relações estreitas com notaveis armadores de Sevilha, que se propõem estabelecer linhas de vapores semanaes entre esta cidade e Barcelona, logo que seja dada a ordem já citada, na qual carta se assegura um extraordinario trafego de vapores pelo Douro, se se aplanarem as difficuldades de transito agora existentes.

Copia do officio por mim dirigido ao sr. ministro da fazenda em 1 de janeiro do corrente anno, chamando a attenção de s. ex.^a para o assumpto grave da desnaturalisação dos productos hespanhoes que atravessem Portugal.

El eco de las aduanas, n.º 959, que transcreve a real ordem de 4 de dezembro de 1889, a que se faz referencia nos outros documentos.

Rogo a v. ex.^a encarecidamente a fineza de me devolver, quando necessarios, os documentos aqui incluzidos, pois que são os unicos exemplares que me restam.

Deus guarde a v. ex.^a Porto, 7 de junho de 1892.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} Sr. de Almeida Pinto, dignissimo director geral do commercio e industria, Lisboa, delegado, *Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro*.

N.º 182

DO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS AO MINISTERIO DOS NEGOCIOS

Extracto.

Lisboa, 7 de janeiro de 1893.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Sabe v. ex.^a que o tratado de 2 de setembro de 1888 (decreto d'essa data) tem vigorado o convenio de paz entre Portugal e Hespanha, de 2 de outubro de 1885, reduzida de 6 a 3 milhas a zona de jurisdicção a que se refere o artigo 2.º do mesmo convenio, e reduzida de 12 a 6 milhas a zona de protecção definida no § 2.º do anexo ao mesmo convenio, conforme o *modus vivendi* ajustado entre os dois governos para a celebração do tratado de commercio.

N'esse ministerio é sabido igualmente que, tanto para a celebração do tratado de 1885, como para a acceitação do *modus vivendi*, foram ouvidas as cordadas; e desnecessario se torna referir agora as informações prestadas pelos portuezes, incumbidos por esse mesmo ministerio de determinar as aguas territoriaes nas zonas maritimas adjacentes dos dois paizes, nas barras dos rios Minho e Guadiana, bem como de demarcar as aguas de cada um dos dois paizes nos rios limitrophes. Bem accentuada ficou, p

N.º 183

PARECER DA COMISSÃO DE PESCA

Lisboa, 9 de janeiro de 1893. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Aultada por despacho de s. ex.^a o ministro e secretario d' e ultramar, de 8 do corrente mez, sobre o conteúdo do of estrangeiros, com data de 5 d'este mez, é do parecer seg

Que se deve insistir sobre os alcances de 6 e 12 mi do convenio de 2 de outubro de 1885, o primeiro limitanc aos pescadores nacionaes, e o segundo assignalando um li prego de appparelhos nocivos no exercicio da pesca, pelos

1.º Alcançando as armações de atum, da costa meri tancia de 3 milhas da costa e representando esta exploraç d'aquella provincia, devem as referidas armações ter exte para garantia de que o atum na sua marcha não seja des appparelhos. E como os regulamentos portuguezes, actualm a exploração da pesca por meio de outros appparelhos nas claro que, se não houver uma zona maritima reservada p a estrangeiros uma regalia que os nacionaes não usufruem

2.º Porque, tanto na costa meridional como na occi de distancia, existem pesqueiros das especies mais uteis p quaes desde longa data só pescadores nacionaes têm exer peitar esta distancia daria em resultado a invasão da zona servada aos interesses nacionaes.

Quando, porém, se não possam obter direitos reserva seria conveniente que esta se não restringisse a menos d caso de 12 milhas a zona de protecção, como succede em tido o uso de parelhas e de outros appparelhos de effeito pactuado no artigo 3.º do convenio de 2 de outubro de 18

Esta commissão insiste, porém, para que fique expres ção absoluta de, até á distancia de 12 milhas, se empregat arrastar pelo fundo e o uso da dynamite ou de outros exp

Não tem esta commissão nada a ponderar contra a eli artigo 5.º do referido convenio; e com respeito a formula delictos, multas e penalidades respectivas, nos regulament 30 de julho de 1891 e 29 de agosto de 1892, encontram applicadas n'este caso.

Quanto á auctoridade que deve julgar das transgressões vadas na zona de protecção e commum, entende esta coi ser mantida a doutrina do artigo 8.º do convenio de 1885, optar o principio apresentado no officio de 20 de dezembr municação do ministerio dos estrangeiros, ficando bem ex das só terão jurisdicção para todos os effeitos os estados aguas territoriaes que são.

Esta commissão não pôde dar maior desenvolvimento seu exame, attendendo ás poucas horas que teve para, por este parecer.

Sala das sessões da commissão de pescarias, 9 de janeiro de 1893.—*João Theodoro de Oliveira*, capitão de mar e guerra, presidente—*Antonio José Alvares Rodrigues*, capitão de mar e guerra, vogal addido—*Victorio Miguel Maria das Chagas Roquete*, capitão de fragata—*Antonio Arthur Baldaque da Silva*, capitão tenente e engenheiro hydrographo—*Alberto Arthur Alexandre Girard*, vogal naturalista—*Antonio Osorio Sarmiento de Figueiredo*.

N.º 184

CARGOS TÉCNICOS E DIPLOMÁTICOS

MOMENTOS DO ACTO A CEBELAR

s duas Altas Partes Con-
cio ou industria, nos por-
abi se estabeleçam, quer
ipostos ou contribuições,
em os nacionaes. Os pri-
em, em materia de com-
ratantes, serão communs

lecer, uma a respeito da
o ser com relação a mer-
e monopólios do Estado.
es.

faculdade de estabelecer
ão ou transito de quaes-
al no interesse da saude
epiphytias, ou por causa
os a applical-as ás outras

s duas Altas Partes Con-
er sujeitas, alem dos di-
umo, cobrados por conta
sejam superiores áquel-
rodução nacional.

seus caixeiros viajantes,
a em Hespanha, poderão,
ição industrial, fazer ahí
, com amostras ou sem

Haverá reciprocidade em Portugal para os fabricos e seus caixeiros viajantes.

As formalidades exigidas para se obter isenção de *commun accord*.

ARTIGO 5.º

Os objectos de ouro e prata serão submettidos, nas vezes contratantes, ás leis e regulamentos especiaes em v

ARTIGO 6.º

Os portuguezes em Hespanha e os hespanhoes em estabelecido nos tratados em vigor, pelo que diz respeito industrial, e á falta de tratados, os subditos de cada um vantagens que as respectivas leis concederem aos naci

ARTIGO 7.º

Cada uma das Altas Partes Contratantes obriga-tentativas ou actos de contrabando contra a outra Par-gimen alfandegario d'esta data.

Para se facilitarem as communicações commerciaes teira terrestre, pelas vias fluviaes e por via maritima, formam parte do mencionado convenio.

ARTIGO 8.º

Continúa em vigor o convenio de transito de 2 d guintes modificações:

Artigos 39.º e seguintes até 56.º — supprimidos (p disposições para o convenio a que se refere o artigo 7

Artigo 61.º — substituido n'estes

«A administração das alfandega caso de suspeita de fraude, terá a l lumes despachados em transito e pr des, quer na fronteira, quer á saída

ARTIGO 9.º

Continúa em vigor o convenio de pesca de 2 de o modificações: supprimidos os artigos 37.º e 38.º, e sub

«4.º Para o effeito d'este convei rias nas zonas maritimas adjacentes

«a) Na foz do Guadiana por um meridianos indicados respectivamente portugueza, que em 1887 foram in ridas aguas (mappa n.º 1).

«b) Na foz do Minho pelo paral ridas commissões (mappa n.º 2).

«5.º A pesca nos rios limitropl até agora, exercida em *commun p* harmonia com as disposições reguli no que respeita ao rio Minho pelo ajudante de marinha da Guardia, e pelo capitão do porto de Villa Real marinha de Ayamonte, sanccionada:

da tabella A são recipro-
ou de exportação no com-
ortados por via maritima,
excepto o peixe, que pa-

l'este artigo, o transporte
pelas estradas ordinarias,

meros da tabella A, que,
ana e Minho, entre as al-
l, devem ser acompanha-

de direitos estabelecidos

admissão temporaria no
dos objectos que em se-

paiz para cultura de pro-
s da fronteira.

pectivos arreios de ser-

eira, vasillos, enviados de
tro paiz, e bem assim os

caixeiros viajantes hespa-
ra assegurar a sua reex-

e trata se façam as com-

o prazo estabelecido por

envoltorios, para se veri-

cia total dos direitos res-

e se empregarem na na-
le transportes terrestres,
alidade.

rodução em Portugal do

As mercadorias constantes da tabella C pagarão na sua introdução em Hespanha as taxas da segunda tarifa da pauta hespanhola.

Portugal e Hespanha concordam em não conceder a qualquer outro paiz, respectivamente, com referencia ás mercadorias mencionadas nas tabellas B e C, vantagem ou favores que não sejam immediatamente extensivos ás ditas mercadorias nos dois paizes.

ARTIGO 15.º

Portugal reserva-se conceder favores especiaes e intransmissiveis ao Brazil, sem que para isso se lhe possa oppor qualquer artigo d'este tratado.

ARTIGO 16.º

Hespanha concede a Portugal a isenção da sobretaxa a que se refere a tabella n.º 4 annexa á pauta das alfandegas hespanholas para os productos portuguezes procedentes dos depositos alfandegarios estabelecidos em portos portuguezes.

Portugal compromette-se a não estabelecer qualquer sobretaxa de importação para productos hespanhoes provenientes de depositos alfandegarios estabelecidos em portos hespanhoes da Europa.

ARTIGO 17.º

As disposições do presente tratado são applicaveis, sómente, por parte de Portugal, ao continente do reino e aos archipelagos da Madeira e Açores, e, por parte de Hespanha, ao seu territorio na peninsula e ilhas Baleares.

ARTIGO 18.º

O presente tratado, e os convenios de pesca, de transito e de regimen alfandegario a que se referem os artigos 7.º, 8.º e 9.º do mesmo tratado, vigorarão durante dez annos, a contar do dia da troca das ratificações. No caso em que uma das Altas Partes Contratantes não houver notificado, doze mezes antes do fim do dito periodo, a sua intenção de fazer cessar os effeitos do tratado e convenios alludidos, continuarão todos em vigor por iguaes periodos successivos de dez annos, emquanto não forem denunciados com a referida antecendencia.

TABELLA B

(Artigo 14.º do projecto.)

**Mercadorias que, sendo de origem hespanhola e im-
deverem n'esto paiz ficar sujeitas a taxas não superiores ás a-
precedentes de qualquer outra n.**

(Os algarismos entre parentheas indicam os artigos da

1. Pelles e couros em bruto ou preparados verdes
2. Ditos seccos (29).
3. Tecidos de lã «merinos» (ex 172, ex 174).
4. Flanelas de lã pura ou mixta (idem),
5. Baetas, idem (idem).
6. Cobertores de lã (165).
7. Pannos, cazimiras e analogos (ex 172, ex 174,
8. Chales e lenços de lã (166).
9. Tecidos de lã não especificados (ex 172, ex 17
10. Tecidos de lã não especificados com toda a urd
similhantes (idem).
11. Lenços de seda (183).
12. Sarjas de algodão com o preparo indispensavel
cruas ou branqueadas (233 e 234).
13. Tecidos de algodão tapados, lisos, crus (236 a
14. Tecidos de algodão adunascados, assetinados,
ou branqueados (253).
15. Ditos, ditos, tintos ou estampados (254).
16. Bombasinas (220).
17. Baetilhas (ex 218, ex 219).
18. Velludos e avelludados (255, 256).
19. Chales e lenços de algodão (228).
20. Têla de malha de algodão (259).
21. Canhamãos e grossarias para emballagem (272
22. Mineraes em obra (457).
23. Vasilhas de barro ordinario (ex 453).
24. Vasilhas de vidro ordinario de qualquer côr (4
25. Vidro e crystal, em obra (ex 464).
26. Louça de grés ordinario (454).
27. Louça de porcellana (455).
28. Ferro coado ou fundido em bruto (117).
29. Ferro batido ou laminado em bruto (ex 114).
30. Papel de escrever (ex 512).
31. Papel de outras qualidades (513, 514 e 515).
32. Livros encadernados impressos em idioma estr
33. Cortiça em obra (443).
34. Sabão (578).

26. Vinho licoroso em garrafas (25).
27. Vinho commum em cascos (326)
28. Vinho commum engarrafado (327).
29. Chapéus de palha (365).
30. Chapéus de outras materias (366).
31. Papel de escrever e imprimir (197 a 200).
32. Livros, estejam ou não encadernados, em idioma estrangeiro (202).
33. Estampas, mappas e desenhos (203).
34. Cortiça em rolhas (ex 228)
35. Calçado (245).
36. Couros verdes ou seccos sem cortimento (238).
37. Cera animal procedente das provincias portuguezas do ultramar (ex 125).
38. Cacao de procedencia das provincias portuguezas do ultramar (307).
39. Oleo de palma e de coco concretos, idem (ex 88).
40. Borracha em bruto, idem, idem (352).
41. Madeira ordinaria em tábuas e vigas (214).
42. Carvão vegetal (ex 223).
43. Telha e tijolo de barro ordinario (17).
44. Fructas verdes e seccas (305).
45. As mercadorias mencionadas na tabella A, quando importadas por mar (excepto o peixe mencionado em nota da mesma tabella).

Convenio de regimen alfandegario

SECÇÃO I

Bases para o commercio pelas estradas ordinarias na fronteira terrestre entre Hespanha e Portugal

ARTIGO 1.º

Os governos de ambos os paizes obrigam-se a modificar, no que for possivel, o estabelecimento e condições nas suas respectivas alfandegas, postos fixos de fiscalisação e linhas de vigilancia fiscal na fronteira terrestre, a fim de que as administrações das alfandegas, tanto de Hespanha como de Portugal, operem de commum accordo e possam prestar mutuo e reciproco apoio para o melhor serviço dos dois estados e do commercio de ambos os paizes.

Para se conseguir este fim, diligenciar-se-ha que as alfandegas terrestres de um e outro paiz, assim como os seus postos fiscaes fiquem situados em pontos proximos, quanto for possivel, da raia, e nos mesmos caminhos que a atravessam, para que o commercio e serviço administrativo se effectue da maneira mais facil e em devida communicação.

ARTIGO 2.º

Estabelecer-se-hão, de commum accordo entre os governos dos dois paizes, disposições fiscaes e alfandegarias ácerca das seguintes operações commerciaes:

- a) Commercio de importação de objectos sujeitos a direitos;
- b) Commercio de exportação de objectos sujeitos a direitos;

- c) Commercio de importação de objectos livres de direitos;
- d) Commercio de exportação de objectos livres de direitos;
- e) Commercio do transito de productos de qualquer dos dois paizes contratantes;
- f) Importações temporarias;
- g) Exportações temporarias.

ARTIGO 3.º

As habilitações das respectivas alfandegas serão determinadas por forma que as
 todas em um mesmo caminho da fron-
 tier das operações commerciaes indica-
 as de despacho, e conservem a maior
 merciaes e formalidades alfandegarias.

mercadorias serão iguaes em numero,
 fronteiriças de ambos os paizes, sobre

ra alfandega das duas nações atraves-
 guias ou documentos correspondentes
 estino; as mercadorias, no trajecto de
 fiscalisação, e essas repartições darão
 orias.

o, determinarão quaes sejam os gados
 e attenção ás conveniencias dos povos
 possam passar e circular de um ponto
 ção livremente, sem a formalidade da
 sómente com a apresentação dos ditos
 caes respectivos, para sua verificação
 ca d'esta parte do commercio interna-

var-se-hão as disposições contidas em
 gilancia e repressão de fraudes e con-

, de commun accordo, as disposições
 bases d'esta secção.

io, Tejo, Douro e Guadiana
 rel
 panha e Portugal

acordo, estabelecerão as alfandegas
 s Minho, Tejo, Douro e Guadiana que
 ão.

ARTIGO 10.

Os barcos que transportarem mercadorias ou productos de uma a outra margem dos ditos rios deverão ser matriculados na alcaidaria ou repartições ao domicilio dos seus proprietarios; os mencionados, em côr distincta para cada paiz, o nome do concelho e o numero de ordem para cada paiz.

ARTIGO 11.º

Os alcaides em Hespanha e os administradores dos correspondentes auctoridades administrativas formarão a l sua circumscripção e remetterão uma copia authentica a cipal de cada paiz.

ARTIGO 12.º

Estas alfandegas, em presença das ditas listas offici
embureações de cada paiz destinadas ao commercio, e d'e
copias necessarias, que se distribuirão por todas as alfanc
pacho e postos fiscaes de ambas as nações, a fim de que po
os barcos que se destinem a esse commercio.

ARTIGO 13.º

As embarcações não poderão atracar, quer em um, pontos que forem designados pelas administrações respectivas, quer em qualquer outro ponto, sem a devida autorização, e não poderão ancorar no curso dos rios senão em casos de força maior.

ARTIGO 14.º

Os barcos poderão ser visitados e revistados durante a navegação nos rios, pelas alfandegas e fiscalização de cada uma das barcações pertencam ao mesmo paiz; mas, se pertencerem a paizes differentes, e for necessario visital-os, deverá solicitar-se o concurso da alfandega do paiz a que pertencem, para, de accordo com ella, se proceder, correspondente ás operações á alfandega ou fiscalização do paiz a que pertencem, para ser revistado.

ARTIGO 15.

Quando haja provas n'uma das alfandegas ou em a delicto de fraude, o barco delinquente será perseguido pe esse barco pertença, e segundo as leis e regulamentos es midade com o disposto na secção IV sobre repressão de cr

ARTIGO 16.

Os gados e mercadorias que pelo tratado de commerce são isentos de direitos de importação e exportação na fronteira cruzados pelos rios Minho, Tejo, Douro e Guadiana nas estradas de um a outro paiz, sem mais formalidades do que a apresentação nos fanegas ou postos habilitados para esse effeito, a fim de que os gados ou da fiscalisação seja tomada nota dos ditos gados e de esse modo se possam formar opportunamente as estatísticas.

ARTIGO 17.º

Todos os mais objectos ou productos sujeitos ao pagamento ou exportação que se destinem de um para outro país

n uma lista de carga pre-
umentos que em cada na-

nar a exportação, para lhe
o, será entregue ao patrão
andega destinataria.
a da carga, e do resultado

gar livremente pelos ditos
m.

será preciso que tenham
estar munidos de uma li-
ois da matricula do barco
mento de uma importancia
s governos.

não estão sujeitas ás licen-
o porém ser precedidas de
avegarem pelos rios, mas
damno com o choque das
as ou seus conductores se-
e com as leis de cada paiz.

cho, procurarão os gover-
ras do despacho sejam as
m uniformes em ambos os
sem incommodos para o

as seguintes regras:
da alfandega do Porto po-
al Terron, sem que percam

e Fregeneda, e forem con-
por via ferrea ou por mar
acionalidade em Hespanha.

SECÇÃO III

Bases para o commercio marítimo

ARTIGO 23.º

O commercio por mar entre Hespanha e Portugal sem atravessar o territorio qualquer dos dois paizes, effectuar-se-ha pelas alfandegas principaes e subalternas, e na actualidade se acham estabelecidas ou vierem de futuro a estabelecer-se.

ARTIGO 24.º

Cada nação conservará a sua legislação alfandegaria para o commercio marítimo tanto de longo curso como de cabotagem; contudo, emquanto for precisa a apresenta de manifestos, papeis de bordo e conhecimentos de embarque, estes documentos se visados pelo consul do paiz a que se destinem as mercadorias, e, na falta d'este funcionario, pela alfandega do porto de embarque.

O visto dos ditos manifestos, papeis de bordo, e conhecimentos ou documentos façam as suas vezes, será gratuito, nos casos em que as embarcações que carreguem mercadorias meçam menos de 100 toneladas metricas Moorson.

ARTIGO 25.º

Ambos os governos resolverão, de accordo, até que pontos dos seus respectivos territorios se ha de considerar como marítimo o commercio que se faça nas proximidades da foz dos rios communs a uma e outra nação.

ARTIGO 26.º

De igual modo determinarão a classe de productos hespanhoes ou portuguezes indistinctamente possam ser conduzidos por navios portuguezes ou hespanhoes a por de ambas as nações, com os beneficios concedidos á bandeira nacional para os effectos importação e transito, e pagamento dos menores direitos de alfandega, e dos que correspondem em cada paiz aos navios nacionaes, a titulo de navegação, porto, carga e descarga.

As mercadorias de origem hespanhola ou portugueza, que respectivamente atravessarem em transito o territorio portuguez ou hespanhol, não perderão por esse facto a nacionalidade, ainda que antes ou depois do transito sejam transportadas por via maritima, contanto que o transporte seja directo entre portos portuguezes e hespanhoes, vice-versa, e que o navio em que esse transporte haja sido feito não tenha a bandeira de um terceiro paiz.

SECÇÃO IV

Bases para o serviço de vigilancia e repressão de fraudes e contrabando

ARTIGO 27.º

As Altas Partes Contratantes obrigam-se a adoptar, segundo a fórma estabelecida n'esta secção, as devidas disposições para impedir ou descobrir as transgressões que possam intentar-se ou levar-se a effecto em qualquer dos dois paizes contra as leis e regulamentos alfandegarios, no que disser respeito a descaminho de direitos, contrabando e monopolios do estado.

ARTIGO 28.º

Os empregados das alfandegas e da fiscalisação e as auctoridades administrativas

se prepara algum acto de fraude ou contra-venção e regulamentos do outro paiz, procurarão evitar que o acto se realice, participando os factos á

29.º

Quando a transgressão se houver realisado, os empregados administrativos ou concelhias, que tiverem sem perda de tempo á auctoridade superior, pormenores de que tenham conhecimento,

devidamente a denuncia dará immediatamente conhecimento á nação em que possam ter-se reali-

30.º

Os artigos anteriores serão em um e no outro paiz e os chefes da repartição de fazenda, os chefes da guarda fiscal das respectivas alfandegas, quando a transgressão ou fraude se haja intentado em um

31.º

designar de commun accordo outra classe de empregados para admittir e dar seguimento ás denuncias de

32.º

transmittirão com a maior brevidade, e a ser possible, ás alfandegas todos os factos indicados nos artigos anteriores do superior do outro paiz.

33.º

As alfandegas das nações na fronteira terrestre ou na maritima, avisarão umas ás outras, verbalmente ou por escrito, que reciprocamente lhes forem pedidos os factos indicados nos artigos anteriores.

34.º

Quando a transgressão ou fraude, as alfandegas, de um e do outro paiz, sem prejuizo do disposto nos artigos anteriores, farão as observações que julgarem oportuno.

35.º

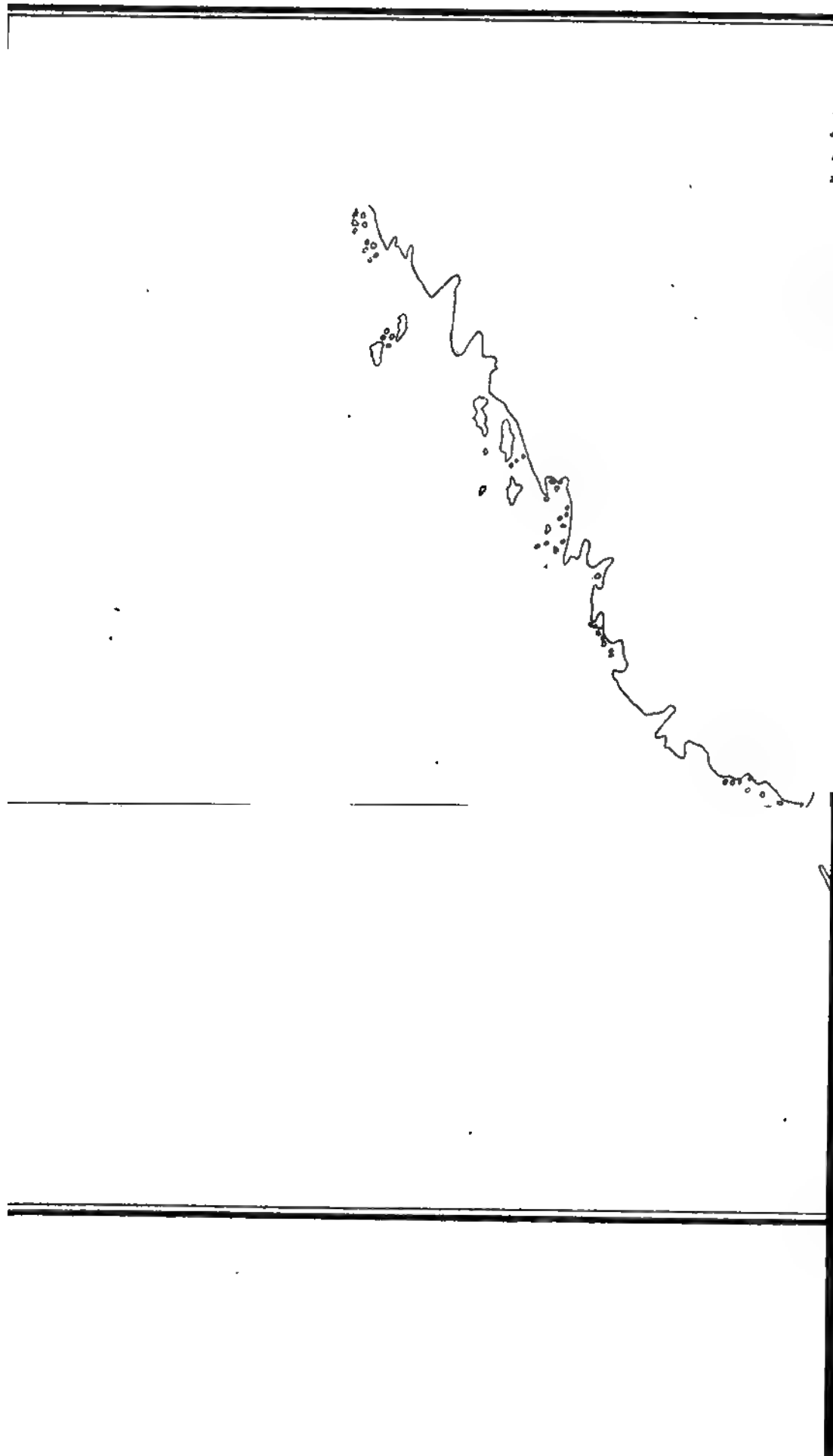
Comprometterem-se os respectivos governos, a estabelecer nas margens da parte navegavel dos rios, armazens ou depositos de mercadorias que possam ser objecto de transgressão ou fraude no territorio da outra nação.

36.º

Os governos, em conformidade das disposições de que se trata no artigo anterior, estabelecerem na dita fronteira terrestre ou

.

.



1

2

△
Castro Mari m(pyramide)

Meridiano de la línea de propela inicial de Comisarios de España

nas mencionadas margens dos rios, estarão sujeitos á vigilancia das alfandegas e da guarda fiscal do paiz em que os armazens forem situados, para que se evite qualquer fraude que possa intentar-se.

ARTIGO 37.º

Se em qualquer dos dois paizes se intentar a formação de sociedades para assegurar a introducção, no outro, de mercadorias, com reducção de direitos, ou para fazer contrabando, taes associações serão punidas segundo os codigos respectivos, e os contratos que possam ter realisado serão submittidos á acção dos correspondentes tribunaes de justiça, devendo os governos communicar um ao outro os processos que por simillhantes motivos sejam instruidos nos seus territorios, assim como tambem os nomes das pessoas ou firmas das sociedades que notoriamente se dediquem a preparar ou realisar as fraudes ou contrabandos, para que se exerça a devida vigilancia e se adoptem as precauções precisas.

ARTIGO 38.º

As alfandegas das duas neções não despacharão por saída as mercadorias cuja importação esteja prohibida respectivamente em um ou outro paiz; nem tão pouco auctorisarão a exportação de productos para uma alfandega da outra nação que não tenha previa faculdade ou habilitação para recebel-os e despachal-os.

SECÇÃO V

Disposições geraes

ARTIGO 39.º

Os governos de ambos os paizes reservam-se a faculdade de introduzir n'este convenio, de commum accordo e em qualquer tempo, todas as modificações que não estejam em opposição com o seu espirito ou com os seus principios, e cuja utilidade seja demonstrada pela experiencia.

N.º 185

O SR. E. J. FERREIRA DO AMARAL AO SR. CONDE DE S. MIGUEL

odas as diligencias junto da
perceber qualquer intransi-
ansigir, fazendo igualmente
não voltar, de accetar tra-
a proposta, seja sobre um
a mais brevemente se con-

DO AMARAL

encia particular com Caste-
stão zonas, mostrou-se con-
porém não se haver atten-
alfandegas nos dois paizes
veniencia d'esta disposição.
o, a fim de se buscar previo
omissão.

HINTZE RIBEIRO

arias cartas e telegrammas
nhas conversações de cara-
s, sobre o projecto de tra-
de Sua Magestade ao de
cto a celebrar.

em que, confirmando o meu
ô o projecto portuguez en-
liscutir e negociar *ad refe-*
om este ministro dos nego-
antecessor de v. ex.^a com
tedo, delegado technico do
egado de examinar e rela-
monisarem na pauta portu-
ia para os artigos constan-

onhecimento de v. ex.^a, que
espanhola disposta a insis-
necedorias, para as quaes

se estabelece a insenção dos direitos por terra, igualisação que fôra já tratada nas primeiras conferencias dos delegados hespanhoes e portuguezes, e se reputa indispensavel para se não derivarem as correntes commerciaes de um ou de outro paiz, em detrimento do respectivo thesouro, acudindo certas mercadorias aos pontos onde as taxas fossem menores.

Sem desconhecer a difficuldade que a sensivel differença nas taxas traz á igualisação projectada, parece a commissão propor-se a duas tarifas separadas, uma para a importação em Hespanha, em Portugal, e n'esse intuito deseja proceder a um estudo em coo do projecto portuguez, pela seguinte fórma:

a) Operar a unificação das taxas maritimas pela reduccão ellas forem mais elevadas; ou vice-versa pelo augmento d'aquellas; ou, finalmente, adoptando-se a media das taxas das duas partes.

b) Se algumas das mercadorias mencionadas na tabella A tiverem um valor intrinseco, ou pela sua natureza, uma grande importancia e a importancia de facilitar o convivio entre os povos fronteiriços; excluidas da unificação das taxas maritimas, sem embargo da terrestre.

c) Dado o caso de não se poder chegar a um accordo sobre a taxa de algumas das referidas mercadorias, serem estas eliminadas.

Estão, como v. ex.^a se dignará ver, as idéas da commissão de accordo com a opinião emittida pelo relator do projecto, as quaes communicar a v. ex.^a em carta particular de 28 do passado; e, se a v. ex.^a se dignar, com quem hoje me avistei, particularmente a commissão em convidar-me para reatar as conferencias interregias, e, na minha qualidade de representante de Portugal, encarregado de communicar-me as observações que lhe suggeriu o exame do projecto e seguir nas negociações para a celebração d'este acto internacion.

N'estas condições, rogo a v. ex.^a se sirva habilitar-me com auctoridade que respeitosamente solicito, cumprindo-me lembrar a v. ex.^a a esta côrte o delegado tecnico portuguez que assistiu ás conferencias no anno passado, e cuja presença nas que vão agora ter logar é visto como o ponto que constitue a principal objecção da commissão de discussão especial, comporta questões demasiadamente technicas, e proficuo auxilio aquelle distincto funcionario.

Quanto á delimitação das zonas maritimas de pesca, em uo este ministro dos negocios estrangeiros confirmou a v. ex.^a não haver hespanhol intransigencia absoluta sobre este ponto; depende, porem, essencialmente do parecer do ministerio da marinha, e no caso de ser contrario aos nossos interesses não ceaso eu de envidar todos os esforços para que a este respeito tenha tido a honra de communicar-lhe o meu parecer.

Deus guarde, etc.

N.º 188

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO DE

Telegramma.

Lisboa, 3 de março de 1893. — Acaba de ter logar com a v. ex.^a conferencia a que se refere o meu officio reservado de 1.º do cor.

Presidente propoz discutir projecto portuguez. Declarei acceitar discussão apenas recebesse as instrucções já para esse fim solicitadas do meu governo e que aguardava sem demora.

Ámanhã remetto acta d'esta conferencia.

N.º 189

SR. ERNESTO RODOLPHO NINTZE RIBEIRO

Il.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Confirmando o meu telegramma v. ex.^a a acta da conferencia que tive com a com.^{ma} e o mesmo telegramma se refere.

m cifra, expedido hoje de Lisboa, em que v. ex.^a, de fevereiro e officio reservado de 1 do corrente em-se-lhe como base acceitavel de discussão as inatados, quanto á possivel uniformidade de direitos que fazem objecto da tabella A do projecto portuguez, partida do delegado tecnico, Francisco de Salles de v. ex.^a sobre o assumpto, communicação que

N.º 190

NINTZE RIBEIRO AO SR. CONDE DE S. MIGUEL

Il.^{mo} e ex.^{mo}—Em telegramma de 18 de fevereiro terio haver notado a commissão dos tratados hespanhola ao sr. Mendes Vigo não se attendeu á uniformidade das alfandegas nos dois paizes relativamente á disposição em cuja conveniencia a mesma com.

fôra meditado antes de se elaborar o projecto referido, de de taxas para o commercio maritimo das mercadorias no commercio terrestre, em razão da enorme diferença da pauta hespanhola e as correspondentes da pauta

portugueza de Hespanha é de natureza tal, que da falta de uniformidade, não duvidará o governo de Sua Magestade de uma formula, pela qual se ponha termo, com insalientes.

Devo auctorisar a concordar com a commissão nos termos, são os mesmos que essa commissão officiosamente transmittiu particularmente:

Objecto no sentido de sujeitar effectivamente a taxas as mercadorias mencionadas na tabella A, descrever as tabellas, uma para a importação em Portugal, e a

2.º Incluir n'essas novas tabellas os artigos que já têm taxa igual fazendo-se os arredondamentos precisos para se estabelecer equação em conto portugueza e a moeda de conto hespanhola; n'esse caso, por egualdade;

3.º Estudar em commum com os delegados hespanhoes da seguinte lisação das taxas maritimas sobre os outros generos:

a) Fazendo se redução na pauta do paiz em que ellas sejam mais elevada, augmento na d'aquelle em que sejam menores, ou, finalmente, adopção das taxas das duas pautas;

b) Excluindo das novas tabellas, sem embargo da franquia territorial cuja troca não tenha grande importancia commercial, mas só a de faccos dos povos fronteiricos, taes são, por exemplo, os adubos para a agricultura, a pedra de alvenaria, etc.;

c) Eliminando da tabella A aquellas mercadorias, a respeito de cujas não conseguiram chegar a accordo os commissarios dos dois paizes.

Entre os generos descriptos na tabella A, ha os seguintes para os quaes se presta a attenção:

1.º *Minerios*. — As taxas são muito elevadas em Portugal e extremas em Hespanha; não poderemos baixal-as nem mesmo á media; o com d'esse artigo não padecerá pela falta de franquia. Póde, pois, eliminar-se.

2.º *Madeiras*. — Tambem é enorme a differença de taxas; convém possamos continuar a exportal-as para Hespanha. Por isso devem empregar-se diligencias para que se mantenha a franquia para aquelle paiz, mas sem prejuizo para Portugal.

3.º *Carvão de pedra*. — Não exportamos; por isso poderia conservar-se para Portugal sem reciprocidade; e d'este modo offerenciamos uma compensação obtida nas madeiras.

4.º *Aguaes minerais*. — Conviria que cada paiz conservasse os direitos no commercio maritimo, pois a respeito d'esse artigo não póde haver o tratamento de terceiro paiz pelos portos onde a taxa for menor, uma vez que a terra seja applicavel só ás aguaes de Portugal ou de Hespanha, pois as duas têm o seu certificado de origem e garantia nos proprios recipientes exportados.

5.º *Cera*. — N'este genero a taxa da pauta hespanhola é bem mais elevada; convirá que ella seja modificada entre nós; portanto, faz-se mister diligencia para adoptar a taxa da nossa pauta.

Colligindo-se do mencionado telegramma de v. ex.^a que a commissão vae reunir-se para dar parecer sobre o projecto, julgo opportuno que este o commissario tecnico Francisco de Salles Lencastre, para que, dado convocação para tratar do assumpto, possam reatar-se as conferencias do mesmo commissario, o qual acaba de receber ordem para partir in apresentar-se a v. ex.^a

Deus guarde, etc.

N.º 191

TO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

castre. Acabámos de conferenciar com
 ssas indicações em conformidade com as
 amanhã opinião definitiva sobre carvão,
 gos da tabella A completo accordo.

TO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Lencastre e eu, em reunião officiosa
 var, Eduardo Toda, e Castedo. Substi-
 dam. Aguas mineraes conforme propo-
 Peço resposta de v. ex.^a se poderemos
 gos 11 e 12; a Lencastre, e a mim, pa-
 abinaram fazer contra-projecto e traduc-
 as linguas, do que se espera poder Len-
 ga Armijo que mostra desejos de chegar
 sumpto em conselho de ministros.

TO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

r assegurar as 4 milhas (zona reservada
 culdades do ministerio da marinha para

TO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

1.^o sr. — Em despacho de 6 de março
 sr. Francisco de Salles Lencastre, fez-
 ções por mim solicitadas em officio re-
 to das negociações relativas ao tratado
 Espanha.

rno de Sua Magestade disposto a atten-
 iformidade das taxas de importação por
 de direitos no commercio terrestre, foi
 a que, para a igualisação das taxas ma-

ritimas, a commissão hespanhola de tratados manifestava o desejo de proceder com os delegados portuguezes sobre a tabella A do projecto apresentado como base de negociação, segundo os alvitres pela mesma commissão offerecidos, e communicados no officio a que acima me reporto.

Chamava, ao mesmo tempo, v. ex.^a a minha attenção scptos na tabella A, auctorisando-me a suggerir novos alvitres, e que consistiam:

1.º Em conservar a franquia das madeiras ordinarias, am madeiras serradas, mas sómente de Portugal para Hespanha,

2.º Em conservar a franquia do carvão de pedra de H. mesmo modo sem reciprocidade;

3.º Mantendo cada paiz a liberdade de taxar essas mercs importação por mar;

4.º Conservar, para as aguas mineraes, cada paiz os dire mercio maritimo;

5.º Diligenciar para a oera a adopção da taxa da pauta

6.º Eliminar os minerios da tabella A.

Devida e attentamente inteirado das instrucções de v. exções e apresentações do estylo, houve tres conferencias, a que castre, com a commissão de tratados hespanhola; a ultima d'e quatro horas da tarde.

É resultado d'essas conferencias (a primeira consagrada a projecto portuguez, a segunda ás tabellas, e a terceira reserva pesca) o contra-projecto redigido pela referida commissão, e seu governo, que eu acceitei *ad referendum*, e do qual será Lisboa o delegado technico sr. Lencastre, para ser apreciado gestade, ao mesmo tempo que o fica sendo pelo governo hesp

Aos trabalhos presidiu sempre a mais franca cordialidade boa vontade da parte dos delegados hespanhoes em terminal tambem manifesto espirito de conciliação, accedendo sem reluc ou justificando com rasões evidentemente acceitaveis a sua ins ponto; pela nossa parte demos tambem a nossa collaboraçã p nos preoccuparmos com o facto de ser diversa a sua estrutura porque a questão de fórma levar-nos-ia a discussões estereis, d inconveniente na presente conjuntura; e na essencia as estipul divergem do projecto portuguez senão em pontos muito secun com a importancia excepcional do seu conjuncto. Em algun se-me opportuno accentuar as reservas, que v. ex.^a se dignar actas das conferencias.

Os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º do contra-projecto com os mesmos artigos do projecto portuguez; os quatro prime com os artigos 1.º e 2.º, §§ 2.º do artigo 2.º, e 2.º do artigo do tratado entre Portugal e Hespanha de 12 de dezembro de piritto do artigo 8.º do mesmo tratado.

O artigo 7.º é novo, e acha-se conforme com o ajustado e no artigo 1.º do tratado de commercio ultimamente concluido Está tambem em harmonia com o espirito do ultimo paragraph hispano-portuguez de 1883.

O artigo 8.º, conforme com o espirito do artigo 1.º e tab tugal; o artigo 9.º com o espirito do artigo 11.º do mesmo pr

É novo também o artigo 10.º, necessário para desenvolver o principio da possível unificação de direitos de importação por mar, dos artigos que se declaram livres no commercio por terra.

Estão em iguaes condições os artigos 11.º e 12.º; este ultimo complemento dos dois anteriores.

Os artigos 13.º e 14.º conformes com o espirito do artigo 14.º do projecto portuguez.

11.º do tratado de 12 de
Espanha e a Suissa, pen-

de Portugal, e com o ar-

nnexos ao contra-projecto

23.º do tratado de 12 de

tudo no § ultimo do arti-

os artigos 15.º e 16.º do

do artigo 4.º do tratado

na execução do tratado

Portugal e com o artigo

cia ás zonas maritimas de
sterio da marinha, espere
o de 1885.

detalhada analyse do con
etar; mas nem d'estas po
to, apesar do assiduo tra
indicio d'este facto dizer
revendo as provas typo-
rtuguez.

oprida pelo sr. Francisco
nuciosamente a v. ex.ª (e
cias e os fundamentos em
merecer a approvação de
ostas no desempenho das

N.º 195

TRADUÇÃO DA MINUTA DO CONTRA-PROJECTO DO TRATADO DE COMMERCIO

QUE SERÁ APRESENTADO PELO GOVERNO ESPANHOL EM VISTA DO PROJECTO DE PORTUGAL E DAS CONFERENCIAS
EM MADRID PELOS DELEGADOS DE AMBOS OS PAISES (*)

ARTIGO 1.º (a)

Haverá inteira liberdade de commercio entre os subditos das d
tratantes, os quaes não serão sujeitos, em rasão do seu commercio
tos, cidades ou quaesquer logares dos respectivos estados, quer ahí
ahí residam temporariamente, a outros ou maiores tributos, impos
de qualquer denominação que sejam, do que aquelles que pagarem
vilegios, immuniades e outros quaesquer favores de que gosem, em
cio ou industria, os subditos de uma das Altas Partes contratantes
da outra.

ARTIGO 2.º (b)

As Altas Partes contratantes obrigam-se a não estabelecer, um
prohibição alguma de importação ou de exportação que ao mesmo ti
siva a outras nações.

Este principio não se applicará:

1.º Á importação, nem á exportação, nem ao transitio de me
possam ser objecto de monopolios do estado.

2.º Ás mercadorias—estejam ou não mencionadas no presen
quaes uma das Altas Partes contratantes julgar necessario estabelece
tricções temporarias de entrada, de saída e transitio por motivos sa
propagação de epizootias ou a destruição de colheitas, e tambem poi
de acontecimentos de guerra.

ARTIGO 3.º (c)

As mercadorias de qualquer natureza originarias de um dos d
importadas no outro não poderão ser sujeitas a direitos de barreira
brados por conta do estado, das provincias ou dos municipios, super
gam ou vierem a pagar as mercadorias similares de producção naci

ARTIGO 4.º (d)

Os industriaes e negociantes e bem assim os commissarios viaja

(*) As seguintes notas são o resumo do exame e das observações feitas p
Calvet de Magalhães e por Eduardo Barreiros em presença do sr. Salles Leuci

(a) Igual *ipsis verbis* ao artigo 1.º do projecto. Admissivel.

(b) Correspondente ao artigo 2.º do projecto. Admissivel, sendo igual a c

(c) Correspondente ao artigo 3.º do projecto. Admissivel, por ser similha
contudo no protocollo da assignatura ou em outro documento ficar explicito qu
são cobraveis alem dos de importação.

(d) Igual a materia á do artigo 4.º do projecto. Admissivel, devendo desi
viajantes e os *viajantes de commercio*, caixeiros viajantes sempre.

Será conveniente explicar o que seja carta de legitimação ou certificado
mento separado do tratado.

na ci
es de
espa
trial
s. E

ha n

(e)
um d
ontra

(f)
ioes
esp
erci
s va

(g)
amer
a d

(h)
a ta
o ou
Po

(i)
s co
vrer
e, il

(j)
ola,
quar
abel

aress
issiv
vora
ercei

al, a
enies

sivel

a da

ARTIGO 11.º (k)

Os productos do solo ou da industria portugueza enumerados na tabella D, annexa a este tratado, serão admittidos em Hespanha, quando forem importados por mar directamente, mediante o pagamento dos direitos que se fixam na mesma tabella.

ARTIGO 12.º (l)

As duas Altas Partes contratantes reservam-se a faculdade de conceder a outros paizes os direitos convencionaes das tabellas C e D.

Não se outorgará, todavia, a outro terceiro paiz, redução alguma nos direitos das ditas tabellas C e D, sem que as duas Altas Partes contratantes se ponham de accordo.

No caso de não se chegar a esse accordo, tanto Hespanha como Portugal tem completa liberdade para poderem annullar a franquia estabelecida no commercio para o producto ou mercadoria que for objecto da indicada redução de direito franquia será substituida pelos direitos mais baixos que se estabelecerem para outro paiz.

ARTIGO 13.º (m)

Os productos do solo ou da industria de Hespanha, enumerados na tabella I a este tratado, não estarão sujeitos, em Portugal, a outros ou maiores direitos e fixados ou que se fixarem para os seus similares de outras nações.

ARTIGO 14.º (n)

Os productos do solo ou da industria de Portugal, mencionados na tabella J a este tratado, não estarão sujeitos em Hespanha a outros nem a maiores direitos estabelecidos ou que vierem a estabelecer-se para os seus similares de outro

ARTIGO 15.º (o)

Cada uma das Altas Partes contratantes poderá exigir que o importador, tificar que os productos são de origem ou de fabrico do paiz exportador, apress alfandega do paiz importador, uma declaração official, segundo a formula... a presente tratado, feita perante as auctoridades locais do ponto da procedencia sito, pelo productor ou fabricante, ou por qualquer outra pessoa por elle dev auctorizada.

Tambem se poderão exigir certificados de transito para os productos de o zes que passem pelo territorio de qualquer das Altas Partes contratantes.

Estes certificados podem tambem ser expedidos pelas alfandegas do paiz r

Os consules ou agentes consulares legalisarão as assignaturas das auctor administradores das alfandegas que authenticarem os ditos documentos.

ARTIGO 16.º (p)

Os objectos sujeitos a um direito de entrada, que sirvam de amostras e q

(k) Novo. Como acima.

(l) Novo. Admissivel e bom, com excepção do terceiro paragrapho; este é de todo in

(m) Correspondente ao artigo 14.º do projecto. Admissivel. É preciso examinar a tabel

(n) Correspondente ao artigo 14.º Admissivel. Idem.

(o) Novo. Admissivel, exceptuando do certificado de origem as mercadorias da pau rando o § 2.º sobre os certificados de transito, e ficando o emolumento consular em quantia ig nos dois paizes.

(p) Materia relacionada com o artigo 4.º do projecto, e com a alinea d do artigo 11.º e

ambos e
essarias

o por es
por me
atantes

eira de

Portug

raudes.

os pai:
.º 5 ann

jeita a:
> tratad

r aos m
> julgar
n caso
lo outro

nmercio
rincipio

decidas
tejam d

ão de fô

le fôrma.

tigo 7.º
em ás so

ARTIGO 23.º (x)

Portugal reserva-se o direito de conceder ao Brazil vantagens especiaes, que não poderão ser reclamadas por Hespanha, como consequencia do cumprimento das clausulas do presente tratado.

ARTIGO 24.º (y)

Os productos portuguezes procedentes de portos de Portugal não estarão sujeitos em Hespanha ás sobretaxas que estabelece a tarifa especial n.º 4 da pauta hespanhola. Portugal por seu turno compromette-se a não estabelecer sobretaxas especiaes para os productos hespanhoes que procedam de qualquer porto de Hespanha.

ARTIGO 25.º (z)

As disposições geraes e as franquias de direitos das tabellas de direitos A, B, C, D, E e F, entrarão em vigor em acto successivo á ratificação do presente tratado.

As disposições do mesmo tratado e dos seus appendices, que devam ser objecto de regulamento especial, irão tendo execução á medida que os governos de ambos os paizes approvem os respectivos regulamentos.

ARTIGO 26.º (aa)

As disposições d'este tratado são applicaveis por parte de Hespanha ao seu territorio da peninsula, ilhas Baleares e Canarias; e por parte de Portugal ao seu territorio da peninsula e archipelagos de Madeira e Açores.

ARTIGO 27.º (bb)

O presente tratado estará em vigor durante dez annos, a contar do dia da troca das ratificações.

Concluido este praso, se uma das Altas Partes contratantes não tiver manifestado á outra o seu desejo de alterar ou modificar o estipulado, o tratado continuará em vigor, reservando-se ambas as partes a faculdade de denuncial-o com cinco annos de antecedencia.

(x) Materia do artigo 15.º do projecto. Admissivel.

(y) Corresponde ao artigo 16.º do projecto. Admissivel, prevenindo a eventualidade de no futuro Hespanha estabelecer sobretaxas que nos possam prejudicar.

(z) Novo. Admissivel.

(aa) Corresponde ao artigo 17.º Tem as Canarias a mais. Admissivel.

(bb) Corresponde ao artigo 1.º Admissivel, declarando-se que a prorrogação será por cinco annos successivos, mas que a denuncia deve ser feita com um anno de antecedencia.

Portugal: las procedencias de Portugal de dicho combustible se sujetarán al régimen establecido para el comercio marítimo.

Los artículos para los cuales se establece franquicia son los que taxativamente expresa la tabla, indicando el signo *ex* que la partida del respectivo arancel comprende otras mercaderías que no son objeto de la franquicia, y sirviendo solo la partida misma para determinar la parte de la legislación en que el artículo se encuentra tarifado.

TABLA B

(Minuta presentada)

Artículo 9.º del tratado

**Productos y mercaderías que podrán circular libremente
en la frontera de tierra de ambos países y por los ríos que les sirven de límite previo
el cumplimiento de las formalidades que se establecen**

1.º

Los arados, carros, máquinas y aperos de labranza pertenecientes á los agricultores que tuvieren propiedades lindando con la línea de la frontera dentro de una zona de 5 kilómetros, á partir de cualquier punto de la línea divisoria, y que mudasen de residencia de uno á otro país, dentro también de dicha zona.

2.º

Los indicados aperos de labranza que se envíen temporalmente para labrar las propiedades situadas en el otro país dentro de la expresada zona.

3.º

Los frutos y productos agrícolas cosechados en propiedades separadas por la frontera, cuando la casa de labor á que deban ser conducidos se halle en terrenos pertenecientes al otro país.

4.º

Los frutos y productos agrícolas que se conduzcan á las ferias y mercados si fueren devueltos al punto de origen por falta de venta.

5.º

Los carruajes y carros para la conducción de personas ó mercaderías que vuelvan al punto de su origen.

6.º

Las pipas y sacos vacíos que se destinen á la exportación de productos y las mismas pipas y sacos que se devuelvan vacíos después de haberse realizado dicha exportación.

Para la aplicación de estas franquicias deberán cumplirse las siguientes formalidades:

1.ª

Los agricultores y propietarios justificarán, por medio de un certificado expedido por las autoridades municipales, que son propietarios ó arrendatarios de las tierras comprendidas en la zona anteriormente expresada y dueños también de los aperos de labranza á que se refieren dichas concesiones.

2.ª

Que la importación ó exportación, ó sea el paso de uno á otro país, se verifique por unos mismos puntos.

(3) Los pescados salados, ahumados ó secos (excepto el bacalao) procedentes de un tercer país, quedan sujetos en Portugal al derecho de 2\$160 réis, ó sean 12 pesetas por cada 100 kilogramos

El signo *ex* indica que la partida del arancel comprende otras mercancías que no han sido objeto de las estipulaciones del tratado, sirviendo la partida misma para solo determinar la parte de la legislación en que el artículo se halla tarifado.

TABLA D

(Minuta presentada)

Artículo 11.º del tratado

Artículos y productos del suelo ó de la industria portuguesa que se admitirán en España cuando se importen directamente por mar, con los siguientes derechos

Número de la partida del arancel de España	Artículos	Unidad	Derechos	
			Pesetas	Su equivalencia en réis
1	Mármoles, jaspes y alabastros, en bruto, desbastados, escuadrados ó preparados para darles forma.....	100 kilogr.	1,67	\$300
<i>ex</i> 2	Dichos cortados ó aserrados, sin labrar	"	12	2\$160
<i>ex</i> 5	Piedras de construcción en bruto, desbastadas, escuadradas ó preparadas para darles forma (excepto mármoles, jaspes y alabastros); pizarras en bruto y en planchas para tejados; arena y tierra empleadas en la industria y en la construcción (excepto oceres y tierras para pintar), y cal (excepto la hidráulica).....	"	0,20	\$036
<i>ex</i> 93	Bayas de sauco.....	"	10	1\$800
103	Aguas minerales naturales.....	Hectol.	5	\$900
110	Sal común (cloruro de sodio).....	100 kilogr.	4,40	\$800
<i>ex</i> 125	Cera animal en bruto ó limpia	"	12,22	2\$200
<i>ex</i> 223	Leña.....	1:000 kilogr.	1	\$180
229	Caballos castrados que pasen de la marca..... (1)	Uno	180	32\$400
230	Los demás caballos y las yeguas	"	135	24\$800
231	Ganado mular.....	"	80	14\$400
232	Ganado asnal	"	12	2\$160
233	Bueyes	"	40	7\$200
234	Vacas	Una	35	6\$300
<i>bis</i> 234	Vacas de leche	"	25	4\$500
235	Becerras y becerras, terneros y terneras.....	"	25	4\$500
236	Ganado de corda.....	Uno	20	3\$600
<i>ex</i> 237	Ganado lanar y cabrío	"	2,40	\$432
<i>ex</i> 250	Leche en estado natural.....	100 kilogr.	1	\$180
<i>ex</i> 251	Abonos naturales para la agricultura.....	"	0,05	\$009
285	Aves vivas ó muertas y casa menor.....	Kilogr.	0,80	\$144
291	Pescados frescos ó con la sal indispensable para su conservación, incluyendo la sardina y excluyendo el bacalao	100 kilogr.	1,50	\$270
<i>ex</i> 292	Sardinias saladas ó prensadas	"	2	\$360
292	Los demás pescados, secos, ahumados, prensados ó escabechados (excepto el bacalao y los pescados conservados en cajas de hoja de lata ó otros envases herméticamente cerrados)..... (2)	"	2	\$360
298	Ostras para parques y los mariscos..... (3)	"	3	\$540
294	Las demás ostras	"	8	1\$440
304	Hortalizas y legumbres frescas.....	"	8	\$540
<i>ex</i> 329	Forrajes (excepto el salvado).....	"	1	\$180
333	Huevos.....	"	12	2\$160

NOTAS

(1) La marca consiste en 1 metro y 47 centímetros.

(2) Los pescados salados, ahumados ó secos (excepto el bacalao) procedentes de un tercer país, quedan sujetos en España al derecho de 12 pesetas ó sean 2\$160 réis por cada 100 kilogramos.

Pelo que respeita aos artigos 2.º, 17.º, 20.º, 22.º, 24.º e 27.º, as modificações propostas apenas tendem a aclarar o sentido das clausulas que se trata de estipular. (b)

De maior importancia são as alterações que aponto com relação aos artigos 7.º (c) e 12.º (ultima alinea) e 15.º, comquanto não contrariem o principio ou pensamento do contra-projecto, antes na sua essencia o confirmem e assegurem a sua mais perfeita execução (c).

O tratamento da nação mais favorecida, pelo que respeita á navegação, considera-o o governo de Sua Magestade uma concessão especialissima feita á Hespanha, visto como, de accordo com o voto de todas as commissões e repartições competentes, tem declarado que a navegação não faria objecto dos tratados, considerando este o meio mais seguro de readquirir a plena autonomia da legislação interna sobre o assumpto.

Fazendo-se, comtudo, a favor da Hespanha uma excepção áquelle proposito, tem de ser a respectiva clausula exarada em termos que não envolvam a concessão do tratamento nacional. Pelos tratados com o Transvaal, Orange, Republica Dominicana e Suecia-Noruega, que respectivamente vigoram até 1 de fevereiro de 1902, 21 de outubro de 1896, 28 de novembro e 10 de julho de 1895, obrigou-se Portugal a conceder á navegação d'aquelles paizes o tratamento nacional, que, pela simples clausula do tratamento de nação mais favorecida, se tornaria extensivo á Hespanha. Para o evitar se acrescentaram as palavras «de futuro» no artigo 7.º

Assim, fica a Hespanha segura de que, alem d'aquelles paizes, nenhum outro gosa-

No artigo 25.º—Substituidas as primeiras palavras pelas seguintes: «as disposições do tratado e dos seus appensos, e as tabellas A, B, C, D, E e F, entrarão em vigor em acto successivo», etc.

No mesmo artigo 25.º, 2.ª alinea — Eliminação das palavras «do presente tratado e dos seus appendas».

(b) No artigo 2.º, n.º 1 — Substituir «possam ser» por «vierem a ser».

No artigo 17.º— Substituir «navegação» por «commercio».

No artigo 20.º— O ultimo periodo deve ler-se: «Mas em caso algum esses encargos serão superiores áquelles que pagarem os navios nacionaes».

No artigo 22.º— Eliminar as palavras «no commercio por terra».

No artigo 24.º— Substituir as palavras immediatas a «panta hespanhola» pelas seguintes «ou a qualquer outra que venha a ser estabelecida de futuro. No caso de Portugal estabelecer sobretaxas analogas ás da sobredita tarifa especial, não serão sujeitos a ellas os productos hespanhoes procedentes de portos de Hespanha».

No artigo 27.º, 1.ª alinea — Acrescentar «e os appensos» depois da palavra «tratado»; 3.ª alinea— Assim redigida:

«Concluido este prazo, se uma das Altas Partes contratantes não tiver manifestado á outra, com um anno de antecedencia, o seu desejo de alterar ou modificar o estipulado, o tratado continuará em vigor por periodos successivos de cinco annos enquanto não for denunciado com a mesma antecedencia de um anno á terminação do periodo em que deva cessar.»

(c) No artigo 7.º— Acrescentar as palavras «de futuro» depois da palavra «receberá».

No artigo 12.º— Supprimir a 3.ª alinea, e eliminar na 2.ª, a palavra «outro».

No artigo 15.º— Substituir na 1.ª alinea «formula» por «modelo», e substituir as duas alíneas immediatas pelas seguintes:

«Tambem se poderá exigir a apresentação de documento passado pelas auctoridades aduaneiras em que se certifique a procedencia dos productos de terceiro paiz que passarem em transito pelo territorio de qualquer das partes contratantes».

«As auctoridades do paiz importador, ou d'aquelle por onde se effectuar o transito dos productos a que se refere este artigo, poderão exigir a legalisação consular da assignatura das auctoridades que authenticarem os documentos de que se trata. O emolumento consular correspondente a este acto será de 900 réis em Portugal e de 5 pesetas em Hespanha.

«As disposições d'este artigo não se applicam ás mercadorias da tabella A, quer sejam importadas por mar, quer por terra.

rá, quanto a navegação, de vantagens, sejam quaes forem, que a ella não sejam applicaveis; e quando terminarem aquelles tratados, dos quaes, de facto, só tem importancia o da Suecia, fruirá do tratamento de nação mais favorecida em toda a plenitude (salvo o que porventura se ajuste com o Brazil).

A eliminação da ultima alinea do artigo 12.º tem por fim supprimir uma clausula que, sobre inutil, teria aparentemente o character de uma arma de represalia com que cada uma das Altas Partes contrahentes quizesse ficar apercebida contra a outra, o que destoaria do espirito de approximação e confiança que deve revelar o tratado. Seria, como disse, inutil, porque os productos da tabella A não são de natureza tal que possa haver interesse em um paiz negar ao outro a redução no direito maritimo. Mas, quando assim não fosse, a ultima alinea referida teria o inconveniente de permittir que a tabella A podesse ser, a qualquer tempo, parcialmente convertida n'uma pauta tributaria sem estabilidade e sem reciprocidade, o que não foi nem é o pensamento das Partes contratantes, e se oppõe a uma das bases do tratado — a das facilidades do trafego de fronteira.

Isentam-se da exigencia de certificados de origem, estipulada no artigo 15.º, os productos da tabella A, porque, alem de ser sempre esta exigencia contraria ás facilidades do commercio que se tem em vista promover, não ha motivo para a prescrever com referencia a productos de que não póde recear-se a importação fraudulenta de terceiro paiz, ou por não serem importados por mar, ou por ficarem sufficientemente acautelados d'essa importação, pelos elevados direitos que lhes correspondem, com character differencial, atenta a livre admissão pela fronteira terrestre dos dois paizes.

Quanto ao certificado ou declaração para o transito, pareceu conveniente restringir claramente a disposição do artigo 15.º ao unico caso em que o mesmo certificado se torna necessario contra o transito fraudulento, ficando facultativa a legalisação consular e uniforme o emolumento competente.

Nas tabellas manuscriptas A, B, C e D, acompanhadas da versão portugueza (unica para nós valida por agora), vão marcadas a lapis vermelho as emendas e modificações que proponho, a saber:

No n.º 9 da tabella A comprehendem-se todas as madeiras do n.º 215 da pauta hespanhola, para as quaes se estabelece, como indica a nota adjunta á mesma tabella, a isenção, na sua entrada em Hespanha, sem reciprocidade. A compensação obtem-se pela equivalente isenção do carvão de pedra exportado de Hespanha para Portugal.

Prescrevendo-se para o carvão mineral portuguez o regimen commum, segundo vae declarado na referida nota, esse mesmo regimen deve ser applicado ás madeiras que de Portugal forem importadas em Hespanha.

Dos adubos naturaes exceptua-se o guano, para que a industria nacional dos adubos artificiaes se não arreceie da concorrência d'aquelle adubo importado pelos portos hespanhoes e fronteira terrestre.

Á cera animal em bruto cumpre acrescentar a limpa, como aliás se encontra nas tabellas C e D. Foi resultado de equivoco a omissão.

Eliminada no artigo 15.º a exigencia do certificado de origem dos productos da tabella A, correspondentemente se supprime na nota da mesma tabella, que se refere a aguas mineraes, o que ella dispunha sobre certificados de origem d'este producto.

Nas tabellas C e D fazem-se as alterações correspondentes ás da tabella A e as resultantes do que a respeito d'esta fica exposto.

Na tabella B restringem-se as mercadorias e o trafego á materia do artigo 11.º do nosso projecto.

Pareceu prudente não comprehender na circulação que se pretende facilitar, productos que pelas condições especiaes da nossa legislação cerealifera poderiam motivar queixas da classe agricola, receiosa da importação fraudulenta dos mesmos productos.

3

Nas tabellas E e F, correspondentes .
rivados das modificações introduzidas no c
Deus guarde, etc.

N.º

O SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE

Telegramma.

Lisboa, 20 de março de 1893.—Ma
que espero não offerecerá duvida. Espero
ceder na navegação, garantindo no protoco
dar tratado com a Suecia. Tambem poder
vorecida maritimo a carvão a troco de igi
deiras. Falle n'isto, como concessão, se lev
pôr o direito de 9 réis portuguez e 5 cent
«excepto guano» e no direito 20 réis e 10

N.º

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR

Telegramma.

Madrid, 21 de março de 1893.—A
conteúdo vou immediatamente diligenciar.
servar tratamento nacional á navegação
proximidade.

N.º

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR

Telegramma.

Madrid, 22 de março de 1893.—Ter
Conseguida redacção completa texto t
projecto enviado por v. ex.ª e indicadas n
2.º, 4.º, segunda alinea de 12.º, 16.º, 17.º
appendice 6 annexo ao tratado, foram fixa

Na tabella A insistem em conservar
castre, isto é, madeira ordinaria em tro
machado, correspondente ao artigo 45 d
nhola, consignando-se, com relação á mad
carvão; eliminada a madeira e o carvão
tabellas E e F toda a especie de madeiras
de hoje. Excepção sobre o guano admittida.
mineraes foi admittida a eliminação do cer
servar *dispensa* do documento de garantia
importancia.

Substituição dos 3 kilogrammas de es

ir 90 réis e 50 centimos, e

5 e 6 do contra-projecto e
ecto portuguez, acrescen-
te se refere a mudança de
luctos pertencentes a mui-
as disposições do contra-
ção da franquia. Amanhã,
posta, que espero seja affir-
nderarei ter o governo hes-
lo das zonas.

DE DE S. MIGUEL

commissão, excepto manu-
o approvadas as nossas mo-
que não se percebe bem
fizer protocollo que a Hes-
m as nações com as quaes
que desde 10 de julho de
cedidas por aquelles trata-

MINTZE RIBEIRO

s 13.º e 14.º contra-proje-
ez, Hespanha deseja incluir
erem interessar commercio
gos pauta hespanhola que
inha. Se Portugal entende,
uctos a tratamento differen-
se propõe d'estas duas ta-
a que essa ampliação deixa
suas pautas, e significa ape-
item quaesquer vantagens
iro paiz. Nota sobre agua

N.º 203

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPH

Telegramma.

Madrid, 23 de março de 1893.— Comissão accitou m 15.º e alinea 3 do artigo 12.º; foram cumpridas as suas ordens no protocollo a declaração ordenada telegramma de v. ex.ª reunião comissão, procurarei obter modificação tabella B. bellas E e F.

N.º 204

O SR. ERNESTO RODOLPHO NINTZE RIBEIRO AO SR. CO

Telegramma.

Lisboa, 23 de março de 1893.— Tabellas E e F foram como comprehendendo todos os productos que interessam os d do carvão e madeiras, impossivel sem novo estudo commum e Se emendas artigo 7.º, terceira alinea, e artigos 12.º e 15.º nha acceitar reserva navegação no protocollo, e se unico pon n.º 3, tabella B, póde incluir estes n'esta tabella, declarando da clausula dependerá de regulamentos entre dois governos e onde a fronteira esteja demarcada ou não haja sobre ella cor usar esta auctorisação para obter conclusão tratado sem modifica nova.

N.º 205

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPH

Telegramma.

Madrid, 23 de março de 1893.— Comissão consente sup tanto que se consigne no protocollo final que se regulará de porte de fructos de propriedades divididas pela fronteira por resses dos dois paizes.

Quanto á navegação, comissão julga desnecessaria d gramma de v. ex.ª

Artigo 7.º approvado com acrescentamento das palavras dade da contra-proposta.

Se v. ex.ª entende necessaria declaração sobre navega telegrapho a redacção completa d'ella.

Quanto á pesca, se não houver mappa hespanhol relativo póde conservar-se integral a redacção do mesmo, supprimid

N.º 206

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Telegramma.

Madrid, 24 de março de 1893.—As emendas ao artigo 7.º e 3.º alinea do artigo 12.º approvadas, assim como todas as outras emendas inseridas na contra-proposta de v. ex.ª

Hespanha acceita tambem reserva navegação no protocollo, nos seguintes termos:

Hespanha gosará em virtude do artigo 7.º o tratamento de que gosam todas as nações com as quaes Portugal tem tratados, e o que for de futuro concedido a outras; mas desde 10 de julho de 1895, em que expira o tratado entre Portugal e a Suecia, o artigo 7.º não dá direito á Hespanha a gosar das vantagens concedidas por aquelle tratado ao Transvaal e ao Orange.

Quanto a fructos consente supprimir o n.º 3.º da tabella B, declarando no protocollo que os dois governos regularão de commun accordo o transporte de fructos de propriedades divididas pelas fronteiras pela fórma que melhor convenha aos interesses dos dois paizes.

Quanto ao artigo 4.º do appendice 6.º, regulamento de pesca, como a Hespanha não tem mappas, propõe substituir o artigo 4.º pela seguinte redacção, que na essencia é a mesma:

«Para os effeitos d'este regulamento, a separação das aguas territoriaes nas zonas maritimas adjacentes dos dois paizes será mantida na fórma actual, segundo o resultado dos estudos das commissões portugueza e hespanhola, que no anno de 1887 foram encarregadas de fazer a demarcação das referidas aguas nas barras dos rios Minho e Guadiana, sancionada pelos respectivos governos.»

Quanto ás tabellas E e F não foram estas organisadas de commun accordo como comprehendendo productos que interessam os dois paizes. Foram incluídos ahí no contra-projecto sem consultar governo hespanhol sobre assumpto; commissão insiste e faz depender conclusão immediata de tratado da proposta seguinte:

Eliminar das tabellas F os vinhos que Portugal não incluiu na tabella E, declarando-se no protocollo que o regimen de vinhos será objecto de um accordo especial que se fará em vista dos commun interesses dos dois paizes; inserir nas duas tabellas E e F todos os artigos das duas pautas portugueza e hespanhola que interessarem o commercio dos respectivos paizes. Approvadas, como foram, todas as emendas feitas na contra-proposta, e principiando a considerar-se demasiada a concessão das 6 e 12 milhas das zonas de pesca por parte da opposição parlamentar, ministro dos negocios estrangeiros entende ser de absoluta necessidade transigir Portugal n'este ponto das tabellas E e F, para firmar sem maior demora accordo definitivo sobre tratado, cujas vantagens são positivas. Peço auctorisação para acceitar as declarações no protocollo relativas a navegação, fructos e vinho, na fórma que fica indicada: a redacção proposta para substituir a do artigo 4.º appenso 6.º «pesca» e ampliação tabellas E e F.

Rogo resposta de v. ex.ª

N.º 207

O SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO AO SR. CONDE DE S. MIGUEL

Telegramma.

Lisboa, 24 de março de 1893.—Acceites modificações propostas quanto a navegação e fructos, n.º 3 tabella B. Quanto ás linhas divisorias maritimas, estabelecer que a do

norte é a ajustada pelos commissarios em 1887 e a do sul explicar o que seja a linha media e é a que parte do centro da linha da foz no Guadiana até á junção dos dois *thalwegs* e d'ali para o sul. Quanto ao vinho fica v. ex.^a auctorizado a incluir na tabella **E** tambem o vinho hespanhol ou, em ultimo caso, a supprimil-o da tabella **F**. Com relação aos outros productos comprehendem as tabellas **E** e **F** os principaes dos annexos 1 e 2 da acta da 6.^a conferencia. Muito difficil n'esta altura fazer acrescentamentos; todavia diga governo hespanhol que novos productos deseja mais incluir.

N.º 208

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Telegramma.

Madrid, 24 de março de 1893.—Hespanha deseja incluir tabella **E** todos artigos que possam interessar o seu commercio e acceita toda inclusão de artigos Portugal na tabella **F**.

Julga Hespanha que esta inclusão não affecta em nada interesses portuguezes, porque se trata evitar regimen differencial e ultteriores reclamações.

Quanto linha divisoria maritima, delegados hespanhoes consultarão seu ministerio da marinha.

Quanto vinhos, darei solução conforme instrucções v. ex.^a Vejo grande insistencia sobre pedido ampliação tabellas **E** e **F**, insistindo que esta não tolhe completa liberdade de elevar ou baixar direitos. Serão sete ou oito grupos, como tecidos de algodão, papel, manufacturas de ferro.

Peço resposta.

N.º 209

O SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO AO SR. CONDE DE S. MIGUEL

Telegramma.

Lisboa, 24 de março de 1893.—Visto insistencia governo hespanhol concordo em principio em alargamento tabella **E** a troco de alargamento tabella **F**. Mande telegrapho lista especificada de productos hespanhoes para tambem mandarmos nossa.

N.º 210

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Telegramma.

Madrid, 24 de março de 1893.—Governo hespanhol concorda e estima solução, que evita supposição, que poderia dar-se, de que Portugal quererá algum dia sujeitar productos hespanhoes a um regimen differencial. Amanhã pedirei outra conferencia telegraphica para transmittir lista hespanhola.

N.º 211

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Telegramma.

Madrid, 25 de março de 1893.—Hespanha combina a tabella E, implicitamente a clausula da nação mais favorecida em Portugal, comprehendendo, já por artigos, já por grupos, segundo a nomenclatura da pauta portugueza, os seguintes numeros da mesma pauta: 15 a 19, 20 a 23, 26, 28, 29, 30 a 33, 42, 44, 45, 48, 49, 52, 58, 59, 62 a 66, 69, 72, 85, 87, 88, 94 a 99, 101, 103, 105, 106, 108, 110, 113 a 119, 128, 129 e 149, 153, 156, 157, 160 a 176, 179 a 293, 295 a 302, 305 a 317, 319, 323 a 334, 336, 338 a 343, 345 a 347, 353 a 358, 361, 362, 364, 366 a 368, 373, 378 a 381, 386, 404, 421, 423 a 428, 433, 434, 438, 443 a 449, 453 a 489, 494 a 497, 499 a 503, 512 a 515, 519, 523, 528 a 536, 538 a 544, 547, 551, 552, 561, 564, 566, 572 a 575, 577 a 579, 583 a 585, 587 a 592. Pede-se, ao formar Portugal a tabella F, que harmonise quanto possivel a nomenclatura e classificação da pauta hespanhola. Nos tratados agora negociados, nos que está negociando e em todos os que concluir de futuro, Hespanha estipula para Portugal a mesma reserva que nós fazemos relativamente ao Brazil. Hoje publica a *Gazeta* um decreto, creando zonas fiscaes, cujas disposições não serão applicaveis a Portugal logo que esteja em vigor o actual tratado. Quanto ao artigo 4.º do regulamento de pesca, a Hespanha adopta por completo a redacção portugueza proposta no nosso projecto, supprimindo inclusão dos mappas nas alíneas a, e, b, e, sem explicar quanto á linha do sul o que seja a linha media, porque, não estando em Madrid os officiaes que foram ao Guadiana, não é possivel comproval-a e por não prejudicar nenhuma das partes contratantes não se inseria agora no convenio essa explicação, que não é absolutamente indispensavel, visto como se indica que essa linha será a media entre os dois meridianos indicados pela commissão de 1887, que depois a determinará.

N.º 212

O SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO AO SR. CONDE DE S. MIGUEL

Telegramma.

Lisboa, 25 de março de 1893.—Governo portuguez tem concordado com os pedidos do governo hespanhol no sincero desejo de concluir um tratado que corresponda plenamente ao mutuo interesse dos dois paizes. Considera ser de interesse capital para ambos que a linha maritima do Guadiana fique marcada com precisão no tratado, ou que pelo menos se fixem no protocollo as bases para a sua marcação ulterior n'um praso que não vá alem de 30 de abril. Estas bases são: que a linha partirá do centro da linha da foz marcada no mappa do projecto e descera na direcção da junção dos *thalwegs* das duas barras, de fórma que tanto a Hespanha como Portugal tenham aguas suas em que possam navegar. D'esse ponto, com inclinação para sudoeste, deve a linha seguir n'um percurso de 6 a 12 milhas até tocar o ultimo dos meridianos propostos pelos commissarios hespanhoes, o qual seguirá ainda até ao extremo das zonas.

N.º 213

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Telegramma.

Madrid, 25 de março de 1893.—Sobre linha Guadiana a commissão hespanhola não recusa pedido portuguez, diz apenas que não póde marcar a linha divisoria em Madrid por não ter meios de informação. Se o governo portuguez quer, no protocollo se dirá que immediatamente se marcará a linha, e na proxima semana ficará nomeado delegado hespanhol para a fixar com um delegado portuguez. O mesmo se fez no anterior convenio de pesca 1885 e se chegou a accordo no Minho. Póde fazer-se no protocollo declaração igual á d'aquelle convenio com relação ao Guadiana. Peço dizer se posso annuir.

N.º 214

O SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO AO SR. CONDE DE S. MIGUEL

Telegramma.

Lisboa, 25 de março de 1893.—Concordo na tabella E proposta com os productos a que se referem os numeros da pauta portugueza por v. ex.ª indicados.

A tabella F deverá ter os productos a que correspondem os seguintes numeros da pauta hespanhola: 3, 4, 7, 10, 11 a 20, 21 a 26, 28, 29, 35 a 45, 48, 49, 56 a 60, 62, 64, 65, 71, 72, 79, 85, 86, 88 a 92, 94 a 96, 104, 107, 118 a 120, 122, 123, 127, 129 a 136, 142 a 144, 146, 148 a 157, 163 a 166, 172 a 177, 180 a 188, 194, 195, 196 a 203, 205 a 207, 210, 213, 215 a 221, 213, 224, 226 a 228, 238 a 240, 244, 245, 250, 253, 254, 262 a 265, 272 a 274, 277, 278, 301, 303, 305, 307, 309, 311, 313, 317, 320, 322, 328, 330, 332, 334 a 336, 349 a 352, 364 a 368.

Nos tratados que celebrarmos faremos, quando preciso, a reserva a respeito dos favores que concedemos á Hespanha, semelhante á do Brazil.

A linha media maritima do Guadiana, não sendo parallela aos meridianos dos commissarios de 1887, é indispensavel que fique descripta, como já disse, com o angulo indicado no mappa que acompanhou o nosso projecto. Esta descripção póde ser feita no protocollo.

N.º 215

O SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO AO SR. CONDE DE S. MIGUEL

Telegramma.

Lisboa, 26 de março de 1893.—Por lapso deixou de incluir-se na tabella F o n.º 319 da pauta hespanhola (aceite) correspondente ao n.º 353 da pauta portugueza já incluído na tabella E.

Para prevenir qualquer outra falta, e de accordo com a indicação do sr. de Lôme na sexta conferencia, veja se obtem que os productos não designados na tabella F sejam tributados com a taxa minima da pauta hespanhola.

N.º 216

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Telegramma.

Lisboa, 25 de março de 1893.—Commissão reunirá ás tres horas, submeterei comunicação relativamente a tabellas E e F, contando que será acceite se os numeros indicados se não referem a vinhos, porque para esse artigo querem reservar completa liberdade de acção.

Exceptuado este, poderá governo portuguez incluir todos os mais que quizer tabella F. Responderei a este respeito e com relação á taxa minima.

N.º 217

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Telegramma.

Madrid, 25 de março de 1893.—Hespanha concorda na tabella F proposta, com os productos a que se referem os seguintes numeros da pauta hespanhola: 3, 4, 7, 10, 11 a 20, 21 a 26, 28, 29, 35 a 45, 48, 49, 56 a 60, 62, 64, 65, 71, 72, 79, 85, 86, 88 a 92, 94 a 96, 104, 107, 108 a 120, 122, 123, 127, 129 a 136, 142, a 144, 146, 148 a 157, 163 a 166, 172 a 177, 180 a 188, 194, 195, 196 a 203, 205 a 207, 210, 213, 215 a 221, 223, 224, 226 a 228, 238 a 240, 244, 245, 250, 253, 254, 262 a 265, 272 a 274, 277, 278, 301, 303, 305, 307, 309, 311, 313, 317, 320, 322, 328, 330, 332, 334 a 336, 349 a 352, 364 a 369.

N.º 218

O SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO AO SR. CONDE DE S. MIGUEL

Telegramma.

Lisboa, 26 de março de 1893.—Quanto a tabellas E e F estamos concordes.

Agradeça, quando tiver occasião, cumprimentos presidente e vogaes commissão.

Fico esperando resposta sobre linha Guadiana. As bases que indiquei são conformes ao concordado; dão bastante amplitude para que governo hespanhol as possa acceitar sem necessidade de precisa informação previa technica. O ponto de partida póde ainda ser indicado sem referencia precisa ao mappa, e dizer-se simplesmente «do centro da foz».

N.º 219

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Telegramma. — Extracto.

Madrid, 26 de março de 1893.—Recebi os dois telegrammas. Hoje mandei seguro pelo correio texto do tratado conferido por mim com o contra-projecto emendado que v. ex.ª enviou e que constituia a contra-proposta. Vae annotado a lapis levando todas as explicações. Como todas as emendas foram acceitas, o texto do tratado é exactamente o

mesmo da contra-proposta; mandei também as tabellas **A**, **B**, **C** e **D** segundas segundo as instrucções e em harmonia com o que v. ex.^a auct. grammas. Vão da mesma forma annotadas. Espero que esta remessa *express*. As tabellas **E** e **F** estão na imprensa a tirar a primeira p. ficaram accordadas e já vae incluido na tabella **F** o numero 319 provas dos appensos.

Os appensos ficam tal qual d'ahi vieram. Os n.^{os} 1, 2, 3 e 4 mento aduaneiro que vinha com o projecto. Os appensos 5 e 6 e convenio de transito e de pesca com os côrtes ahi feitos e n'este v artigos 4.^o e 5.^o pelo que estava no projecto, riscando-se as palavras *alinea a* e *b*, do artigo 4.^o protocollo. No protocollo temos a decl. navegação. Esta peço a v. ex.^a me mande sem demora pelo fio dir

A declaração relativa ao Guadiana será feita na seguinte fôr dactação hespanhola que esta manhã ficou combinada: «Con respecto a del reglamento de policia costera y de pesca que forma el apéndice las dos Altas Partes contratantes declaran: que la línea marítima de de mutuo acuerdo antes del día 30 abril próximo sobre la base partirá del centro de la línea de la boca del río y descenderá en d los canales de las dos barras, de manera que tanto España como l propias para navegar. Desde este punto continuará con inclinación guiendo la línea un curso de 6 á 12 millas hasta tocar el último p puestas por los comisarios españoles y desde allí hasta el extremo

A redacção portugueza será, salvo observação de v. ex.^a, a se peita ao artigo 4.^o, alinea *a*, do regulamento de policia costeira e o appenso n.^o 6 a este tratado, as duas Altas Partes contratantes de ritima do Guadiana será fixada de mutuo accordo antes do dia 30 a base de que a linha media partirá do centro da linha da foz da neira que tanto Portugal como Hespanha tenham aguas proprias ponto seguirá com inclinação para sudoeste, seguindo a linha um c até tocar o ultimo dos meridianos propostos pelos commissarios l ao extremo das zonas». Temos alem d'estas duas declarações a resp se supprimiram na tabella **B**. Assim como a de que os productos bella **F** sejam tributados com a taxa minima da pauta hespanhola, pois de uma conversação com o secretario da commissão, que me af vida alguma de fazer esta declaração no protocollo e satisfazer ao t taguez. Estou que a commissão que reúne amanhã de manhã estará declarações serão redigidas amanhã, em que todo o trabalho d declarações dos fructos será assim concebida: «Em referencia á tab tado, as duas Altas Partes contratantes declaram que o transporte dades divididas pela fronteira será regulada de *commun accordo* p paizes, pela fôrma que mais convenha aos seus reciprocos interesse. «Fica estabelecido que os productos não designados na tabella **F** a taxa minima da pauta hespanhola». Peço v. ex.^a diga se está de a

. CONDE DE S. MIGUEL

elegramma das cinco horas. Ap-

sim:

atado e em relação á navegação
peninsula e nos archipelagos da
actualmente tratados e d'aquelle
depois de 10 de julho de 1895,
to entre Portugal e a Suecia, o
Hespanha de continuar gosando
ados a Republica da Africa Me-

inha maritima do Guadiana. No
as seguintes «do rio e descerá

re os fructos da tabella B, bem
h.

ALPHO HINTZE RIBEIRO

conferencia com ministro d'es-
spanhol, animado como governo
nte ao mutuo interesse dos dois
a parte aos pedidos do governo
da linha maritima do Guadiana
s reciprocos interesses duas na-
o nos termos indicados na com-
loptados, indicando-se, porém, o
appa, como v. ex.^a anctorisa na
lo o accordo definitivo sobre to-
hã, se o trabalho material puder
a. Congratulo-me com v. ex.^a e
e congratula-se com v. ex.^a

. CONDE DE S. MIGUEL

elegramma. Fica pois assente que
Guadiana nos termos por mim

indicados hontem e hoje. Vinha
cordámos.

Agradeça, em meu nome a
congratulação que retribuo pelo
zêlo.

O SR. ERNESTO RODOL

Telegramma.— Extracto.

Lisboa, 27 de março de 18
cações de v. ex.^a, e bem assim
sendo conforme ao texto portug

Approvo também tabellas .

Approvo igualmente o texto
geral correspondentes aos nume
nhol da tabella F, se igualmer
aos numeros que v. ex.^a me e
hespanhol da tabella E e o text
ctivamente traducção fiel d'aqu

Não deve v. ex.^a esquecer
minima, se não for feita na tab

Approvo ainda os appensos

Feita a escrupulosa confer
conformidade das observações q
está v. ex.^a auctorizado a assign

O SR. CONDE DE S. MI

Telegramma.

Madrid, 27 de março de 1
guas. São copias exactas a tabell
por Hespanha, e a tabella F do
traducção, porque o authentic
nhol. Todo o resto está conform
minima será a reciproca de que
josa da pauta geral; o que isto
a ella se sujeitarão esses produ
consigna-se no protocollo para es
tratado tão completo que dos pi
nhos e cortiças, não esteja men

Pergunto a v. ex.^a se vê in
no protocollo que esses dois art
dois governos. Isto não prende

Emquanto a declaração sc
antes de approvado pelos parla

pergunto a v. ex.^a se concorda em substituir essa data pelas palavras «a maior brevidade», e por uma troca de notas entre mim e ministro d'estado sedeclara que a linha marítima se fixará antes de 30 de abril, no que Hespanha está de accordo. Chega-se assim ao mesmo resultado, evitando a inconveniencia que resulta de fixar uma data anterior á vigencia do tratado. Peço resposta v. ex.^a

N.º 225

O SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO AO SR. CONDE DE S. MIGUEL

Telegramma.

Lisboa, 27 de março de 1893.—Concordo em que a tabella E seja só em lingua portugueza, e a F em lingua hespanhola. Julgo conveniente fechar tratado nos termos ajustados, e assim pôde prescindir da declaração da pauta minima hespanhola a productos alem dos mencionados na pauta F, se Hespanha insistir em reciprocidade. Do mesmo modo nada deve ajustar sobre vinhos e cortiça. Approvo a indicação com respeito á epocha da fixação da linha marítima Guadiana.

N.º 226

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Extracto.

Madrid, 29 de março de 1893.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Aproveitando a partida para Lisboa do tenente coronel d'estado maior, sr. Elvas Carneira, tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a o texto original do tratado de commercio e de navegação celebrado entre Portugal e Hespanha em data de 27 do corrente, assignado por mim e pelo sr. marquez da Vega de Armijo, e cuja negociação o governo de Sua Magestade foi servido confiar-me em seguida ás conferencias havidas n'esta côrte para os estudos preliminares entre os delegados portuguezes e os hespanhoes para esse fim nomeados, e em vista das quaes foi elaborado pelo governo portuguez o projecto de tratado offerecido ao governo hespanhol em janeiro ultimo, para servir de base á negociação.

Pelo meu officio de . . . , pela correspondencia a que o mesmo se reporta e pelas communicações que tive a honra de trocar com v. ex.^a em seguida á recepção do despacho de 20 que acompanhava a do governo hespanhol, está v. ex.^a ao facto de todas as phases da negociação, levada felizmente a cabo em harmonia com os interesses dos dois paizes e na conformidade das instrucções com que v. ex.^a se dignou honrar-me.

Esta correspondencia, e as actas das conferencias celebradas em Madrid com a comissão especial de convenios de commercio, em datas de 3, 8, 10, 12, 14, 21, 24, 26 e 27 do corrente mez, que juntamente remetto, permitem a analyse completa do tratado e annexos, que d'elle fazem parte integrante, instruindo em todos os seus pormenores as estipulações d'este acto internacional, que vem consolidar a cordialidade das relações entre os dois paizes por meio de uma approximação franca e leal que por completo respeita á autonomia de cada um d'elles e que ha de necessariamente contribuir para o effizaz desenvolvimento dos interesses commerciaes e industriaes dos dois povos da península.

Cumprindo o grato dever de felicitar a v. ex.^a e ao governo, a que tão dignamente

preside, pelo feliz exito que sob a illustrada direcção de v. ex.^a teve esta importante negociação, rogo-lhe queira, em meu nome e por este motivo, beijar a mão de Sua Magestade El-Rei. A v. ex.^a agradeço a nova prova de confiança que foi servido dispensar-me.

Dever é tambem meu, e muita satisfação tenho em cumpril-o, dar testemunho do zêlo e intelligencia com que tanto o sr. conde de Paraty como o sr. Francisco de Salles Lencastre, o primeiro na qualidade de delegado diplomatico e o segundo na de delegado technico, desempenharam a sua missão.

Deus guarde, etc.

¡ Majesta
algarbes:
Sebastián
le de San
al Mayor
ado en de
ibra, Gra.
Señora de
, Caballe
n de la T
ad y mérit
il y real
s Bajos, .
Alberto e
r de núm
lica de Es
ustria y
eras, etc.,
y Minist
Majestad (

as cuales,
sus respe
en buena
en los art

abrás enter
ibditos de
s, los cas
de su c
os, ciudac
os Estado
ya resida
ni mayor
ciones de
que los
privilegios
favores
mercio ó
s Altas P
s á los de

ARTIGO 2.º

As Altas Partes contratantes obrigam-se a não estabelecer, uma a respeito da outra, prohibição alguma de importação ou de exportação que ao mesmo tempo não seja extensiva a outras Nações.

Este principio não se applicará:

1.º À importação, nem á exportação nem ao transito de mercadorias que são ou vierem a ser objecto de monopolios do Estado.

2.º Às mercadorias — estejam ou não mencionadas no presente Tratado — para as quaes uma das Altas Partes contratantes julgar necessario estabelecer prohibições ou restricções temporarias de entrada, de saída e transito por motivos sanitarios, para evitar a propagação de epizootias ou a destruição de colheitas, e tambem' por causa e na previsão de acontecimentos de guerra.

ARTIGO 3.º

Os productos do solo ou da industria de qualquer natureza originarios de um dos dois Paizes que forem importados no outro não poderão ser sujeitos a direitos de barreiras ou de consumo, cobrados por conta do Estado, das provincias ou dos municipios, superiores áquelles que pagam ou vierem a pagar as mercadorias similares de producção nacional.

ARTIGO 4.º

Os industriaes e negociantes, e bem assim os caixeiros viajantes portuguezes que tenham de percorrer Hespanha por conta de uma casa portugueza, e reciprocamente os industriaes e negociantes, assim como os caixeiros viajantes hespanhoes, que tenham de percorrer Portugal por conta de uma casa hespanhola, poderão, sem ficar sujeitos em Portugal ou Hespanha a qualquer imposto industrial, fazer ali as compras ou vendas necessarias á sua industria, e receber encomendas. Estes caixeiros viajantes poderão levar consigo amostras, mas não mercadorias.

Esta isenção do referido imposto obter-se-ha mediante certificado de identidade

ARTÍCULO 2.º

Las Altas Partes contratantes se obligan á no establecer, la una respecto de la otra, prohibición de importación ó de exportación que al mismo tiempo no sea extensiva á las demás Naciones.

Este principio no se applicará:

1.º Á la importación ni al tránsito de las mercancías que puedan ser objeto de monopolio del Estado.

2.º Á las mercancías, mencionadas en el presente Tratado — para las cuales una de las Altas Partes contratantes juzgare necesario establecer prohibiciones ó restricciones temporarias de entrada, de salida ó de tránsito, por para evitar la propagación de epizootias ó la destrucción de las cosechas, y tambien' por causa ó en la previsión de acontecimientos de guerra.

ARTÍCULO 3.º

Los productos del suelo ó de la industria de cualquiera clase, originarios de uno de los dos Países, que sean importados al otro, no podrán estar sujetos á derechos de puertas ó de consumo, cobrados por cuenta del Estado, de los municipios, superiores á los que pagan ó puedan pagar las mercancías similares de producción nacional.

ARTÍCULO 4.º

Los industriales y comerciantes, y tambien' los caixeiros viajantes portuguezes que recorran Portugal por cuenta de una casa española, y reciprocamente los industriales y comerciantes, tambien' los caixeiros viajantes hespanhoes, que recorran España por cuenta de una casa portuguesa, podrán, sin quedar sujetos en Portugal ó España á cualquier impuesto industrial, hacer allí las compras ó ventas necesarias á su industria, y recibir encomendas. Estos viajeros podrán llevar consigo muestras, pero no mercancías.

Esta exención del referido impuesto obtendrá mediante la presentación de un certificado de identidad

al modelo A unido á este Tra-

ARTÍCULO 5.º

Artículos de platería ó de joyería de plata, importados de uno de los Países, estarán sujetos en el otro al régimen de los reglamentos establecidos respecto á este.

ARTÍCULO 6.º

Los Países en Portugal y los portugueses en España disfrutarán del trato con que se conceda en los Tratados y en los Decretos acerca de la propiedad de marcas y dibujos industriales ó comerciales. Á falta de Tratados, los súbditos de una de las dos Naciones disfrutará de las ventajas que las leyes de cada uno de los Países concedan á los nacionales.

ARTÍCULO 7.º

Los Países y Portugal se garantizan mutuamente que ningún otro País recibirá en un trato más ventajoso en lo relativo á los depósitos, la reexportación, el transbordo y la navegación en los ríos.

ARTÍCULO 8.º

Los productos del suelo y de la industria expresados en la tabla A, aneja al presente Tratado, serán libres de derechos de importación, exportación ó tránsito en cualquiera de los caminos ordinarios ó extraordinarios, por la frontera entre España y Portugal y por los ríos que sirven de límites á los Países.

ARTÍCULO 9.º

Los productos de los dos Países contratantes expresados en la tabla B, aneja al presente Tratado, circularán libremente en cualquiera de las partes de las Naciones que les sirven de límite, previa cumplimentación de las formalidades que se establezcan en la misma tabla.

ARTÍCULO 10.º

Los productos del suelo y de la industria expresados en la tabla C, aneja al presente Tratado, serán admitidos libremente, cuando fuesen importados por cualquiera de los Países.

directamente, mediante o pagamento dos direitos estabelecidos na mesma tabella.

ARTIGO 11.º

Os productos do solo ou da industria portugueza enumerados na tabella D, annexa a este Tratado, serão admittidos em Hespanha, quando forem importados por mar directamente, mediante o pagamento dos direitos que se fixam na mesma tabella.

ARTIGO 12.º

As duas Altas Partes contratantes reservam-se a faculdade de conceder a outros paizes os direitos convencionaes das tabellas C e D.

Não se outorgará, todavia, a terceiro Paiz redução alguma nos direitos das ditas abellas C e D, sem que as duas Altas Partes contratantes se ponham de previo accordo.

ARTIGO 13.º

Os productos do solo ou da industria de Hespanha, enumerados na tabella E annexa a este Tratado, não estarão sujeitos, em Portugal, a outros ou maiores direitos do que os fixados ou que se fixarem para os seus similares de outra nação.

ARTIGO 14.º

Os productos do solo ou da industria de Portugal, mencionados na tabella F, annexa a este Tratado, não estarão sujeitos em Hespanha a outros nem a maiores direitos do que os estabelecidos ou que vierem a estabelecer-se para os seus similares de outro paiz.

ARTIGO 15.º

Cada uma das Altas Partes contratantes poderá exigir que o importador, para justificar que os productos são de origem ou de fabrico do Paiz exportador, apresente, na alfandega do Paiz importador, uma declaração official, segundo o modelo B annexo ao presente Tratado, feita perante as autoridades locais do ponto da procedencia ou deposito, pelo productor ou fabricante, ou por qualquer outra pessoa por elle devidamente autorisada.

Tambem se poderá exigir a apresentação

mar directamente, previo el pago de los derechos establecidos en la misma tabla.

ARTÍCULO 11.º

Los productos del suelo y de la industria portuguesa enumerados en la tabla D, aneja á este Tratado, se admitirán en España cuando fueren importados por mar directamente, previo el pago de que expresa dicha tabla.

ARTÍCULO 12.º

Las dos Altas Partes conservan la facultad de conceder a otros países los derechos convencionales C y D.

No se otorgará, sin embargo País rebaja alguna en lo dichas tablas C y D, sin que las Partes contratantes se pongan de acuerdo.

ARTÍCULO 13.º

Los productos del suelo y de la industria de España enumerados en la tabla E aneja á este Tratado, no estarán sujetos en Portugal á otros ni más elevados que los fijados ó que se fijaren para los productos similares de otra Nación.

ARTÍCULO 14.º

Los productos del suelo y de la industria de Portugal, expresados en la tabla F, aneja á este Tratado, no estarán sujetos en España á otros ni más elevados que los establecidos ó que vieren a establecerse para los productos similares de otro País.

ARTÍCULO 15.º

Cada una de las Altas Partes podrá exigir que el importador, para justificar que los productos son de origen ó de fabricación del País exportador, presente á la aduana del País importador, una declaración official según el modelo B del presente Tratado, hecha ante las autoridades locales de producción ó de depósito, por el fabricante, ó por cualquier otra persona por el debidamente autorizada por el País exportador.

También se podrá exigir la

un documento expedido por las autoridades aduaneras, en el cual se certifique procedencia de los productos de un ter-

País que pasen de tránsito por el territorio de cualquiera de las Partes contratadas.

Las autoridades del País importador, ó aquel por el cual se efectuare el tránsito de los productos á que se refiere este artículo, podrán exigir la legalización con arreglo de la firma de las autoridades que otorgaron los documentos de que se trata. Los derechos consulares correspondientes á este acto, serán de 5 pesetas en España y de 900 réis en Portugal.

Las disposiciones de este artículo no se aplicarán á las mercancías de la tabla A, si sean importadas por mar ó por tierra.

ARTÍCULO 16.º

Los productos sujetos á un derecho de aduana que sirvan de muestras y que se porten por comisionistas viajeros, serán admitidos por ambos Países en franquicia aduanal mediante las formalidades de aduana necesarias para asegurar la reexportación ó el pago de los derechos.

ARTÍCULO 17.º

El régimen para el comercio fluvial y terrestre, el comercio por caminos ordinarios, el servicio de aduanas y la represión de defraudaciones, se establecerá con arreglo á reglamentos especiales que de común acuerdo redactarán ambas Partes contratadas, conformes con las bases de los apéndices de este Tratado, que versan:

El 1.º Sobre el comercio por caminos ordinarios en la frontera de tierra de ambos Países;

El 2.º Sobre el comercio por los ríos que sirven de límite á España y á Portugal;

El 3.º Sobre el comercio marítimo;

Y el 4.º Sobre la vigilancia y represión del contrabando y las defraudaciones.

ARTÍCULO 18.º

Los transportes por los ferrocarriles internacionales de ambos Países quedarán

tos ás disposições contidas no regulamento que fôrma o appenso n.º 5 annexo a este Tratado.

ARTIGO 19.º

A policia costeira e de pesca de ambos os paizes ficará sujeita ás disposições contidas no regulamento que fôrma o appenso n.º 6 annexo a este Tratado.

ARTIGO 20.º

Cada uma das duas Altas Partes contratantes poderá impor aos navios mercantes da outra potencia, e ao respectivo carregamento os encargos que julgar convenientes com destino a obras de portos ou serviços de alfandegas. Mas, em caso algum, esses encargos, que devam satisfazer os navios de um dos Paizes nos portos do outro, serão superiores áquelles que pagarem os navios nacionaes.

ARTIGO 21.º

As disposições d'este Tratado não são applicaveis ao commercio de cabotagem, o qual se regerá pelas leis e regulamentos de cada Paiz e pelos principios contidos nos regulamentos que constituem os appendices n.ºs 3.º e 5.º

ARTIGO 22.º

As franquias de direitos estabelecidas na tabella A não poderão ser concedidas a terceiro Paiz sem que previamente estejam de accordo as duas Altas Partes contratantes.

ARTIGO 23.º

Portugal reserva-se o direito de conceder ao Brazil vantagens especiaes, que não poderão ser reclamadas por Hespanha como consequencia do cumprimento das clausulas do presente Tratado.

ARTIGO 24.º

Os productos portuguezes procedentes de portos de Portugal não estarão sujeitos em Hespanha ás sobretaxas que estabelece a tarifa especial n.º 4 da pauta hespanhola vigente, ou a qualquer outra que venha a ser estabelecida de futuro.

No caso de Portugal estabelecer sobre-

sujetos á las disposiciones contenidas en el reglamento que forma anejo á este Tratado.

ARTÍCULO

La policia costera de ambos Países quedará sujeta á las disposiciones contenidas en el reglamento que forma anejo n.º 6 anejo

ARTÍCULO

Cada una de las Altas Partes contratantes podrá imponer á los navios mercantes de la otra potencia los arbitrios que estimen convenientes para obras de puertos ó servicios de aduanas. Pero en ningún caso, tales arbitrios, que deban satisfacer á los navios de uno de los Países en los puertos del otro, serán superiores á los que paguen los navios nacionales.

ARTÍCULO

Las disposiciones de este Tratado no son applicables al comercio de cabotage, el qual se regirá por las leyes y reglamentos de cada País y por los principios contenidos en los reglamentos de los apendices n.ºs 3.º y 5.º

ARTÍCULO

Las franquicias de derechos establecidas en la tabla A, no podrán ser concedidas á un tercer País sin que previamente estén de acuerdo las dos Altas Partes contratantes.

ARTÍCULO

Portugal se reserva el derecho de conceder al Brasil ventajas especiales, que no podrán ser reclamadas por España como consecuencia del cumplimiento de las cláusulas del presente Tratado.

ARTÍCULO

Los productos portugueses procedentes de puertos de Portugal no estarán sujetos en España á las sobretaxas que establece la tarifa especial n.º 4 de la pauta española vigente, ó á cualquier otra que venga á ser establecida de futuro.

En el caso que Portugal establezca sobre-

taxas analogas ás da sobredita tarifa especial. não serão suieitos a ellas os productos

cargos análogos á los de dicha tarifa especial, no estarán sujetos á ellos los productos españoles procedentes de puertos de España.

ARTÍCULO 25.º

Las disposiciones generales del Tratado y sus apéndices, y las tablas A, B, C, D, E y F, se pondrán en vigor tan pronto como se haya ratificado el presente Tratado.

Las disposiciones que deban ser objeto de reglamentación especial, se pondrán en ejecución á medida que los Gobiernos de los dos Países aprueben los respectivos reglamentos.

ARTÍCULO 26.º

Las disposiciones de este Tratado son aplicables, por parte de España, á su territorio de la Península, islas Baleares y Canarias; y por parte de Portugal á su territorio de la Península y archipiélagos de Madera y Azores.

ARTÍCULO 27.º

El presente Tratado y sus apéndices estarán en vigor durante diez años, á contar desde el día del canje de las ratificaciones, que se efectuará á la mayor brevedad.

Concluído este plazo, si una de las Altas Partes contratantes no hubiere manifestado á la otra con un año de anticipación su deseo de cambiar ó modificar lo convenido, el Tratado seguirá en vigor por periodos sucesivos de cinco años, mientras no fuere denunciado con la misma anticipación de un año á la terminación del periodo en que deba cesar.

En fé de lo cual los respectivos plenipotenciarios han firmado este Tratado poniendo en él el sello de sus armas.

Hecho en Madrid, por duplicado, á 27 de marzo de 1893.

(L. S.)=*El Marqués de la Vega de Armijo.*

TABEL

A

tado)

de importação, exportação e transito
na ou de ferro na fronteira
próxima de limite a ambos os Países

	Numero do artigo	
	Da pasta espanhola	Da pasta portuguesa
ados, esquadriados ou	1	92
.....	ex 2	93
astadas, esquadriadas	ex 5	ex 94
.....	ex 5	ex 94
.....	ex 5	ex 94
construções (excepto	ex 5	ex 94
.....	ex 5	ex 94
ano).....	ex 251	ex 150
casca ou desbastados	ex 215	—
na conservação (exce-	291	350 e 352
.....	ex 292	ex 352
de salmoura (excepto	292	351
ixas de folhas de lata	333	365
.....	229	3
.....	230	4
.....	231	6
.....	232	1
.....	233	8
.....	234	8
.....	235	9
.....	236	7
.....	ex 237	2
.....	ex 237	5
.....	ex 285	ex 356
.....	ex 285	ex 11
lição ou entrada.....	—	—
entrada.....	—	—
.....	ex 285	ex 11
.....	ex 285	ex 356
.....	ex 250	ex 12
.....	329	360
.....	ex 228	57
.....	304	359
.....	110	145
.....	ex 293	349
.....	294	349
.....	ex 98	ex 81
.....	ex 125	ex 152
.....	108	83
.....	—	87

El Marqués de la Vega de Armijo.

II

TABLA A

(Artículo 8.º del Tratado)

Productos del suelo y de la industria libres de derechos de exportación y tránsito en el comercio por los caminos ordinarios entre España y Portugal y por los ríos que sirven de

Número de orden	Artículos
1	Mármoles, jaspes y alabastros, en bruto, desbastados, esculpidos o preparados para darles forma.....
2	Dichos aserrados.....
3	Piedras ordinarias de construcción, en bruto, desbastadas o preparadas para darles forma.....
4	Pizarras en bruto.....
5	Pizarras en planchas para tejados.....
6	Arena e tierras empleadas en la industria y en la construcción para los ocreos y tierras naturales para pintar).....
7	Cal (excepto la hidráulica).....
8	Abonos naturales para la agricultura (excepto el guano)...
9	Madera ordinaria en troncos o pedazos con corteza o deshojada.....
10	Pescados frescos o con la sal indispensable para su conservación (excepto el bacalao).....
11	Sardinias saladas o prensadas.....
12	Los demás pescados, secos, ahumados, prensados o escabechados (excepto el bacalao y los pescados conservados en cajas de latón u otros envases herméticamente cerrados).....
13	Huevos.....
14	Caballos castrados que pasen de la marca.....
15	Los demás caballos y las yeguas.....
16	Ganado mular.....
17	Idem asnal.....
18	Bueyes.....
19	Vacas.....
20	Becerras, becerros, terneros y terneras.....
21	Ganado de cerda.....
22	Idem cabrío.....
23	Idem lanar.....
24	Caza menor, muerta.....
25	Idem, viva.....
26	Carnes frescas, hasta 3 kilogramos en cada expedición o en cada entrada.....
27	Pan, hasta 3 kilogramos en cada expedición o entrada.....
28	Aves vivas.....
29	Idem muertas.....
30	Leche en estado natural.....
31	Forrajes (excepto el salvado).....
32	Leña.....
33	Hortalizas y legumbres frescas.....
34	Sal común (cloruro de sodio).....
35	Mariscos.....
36	Ostras.....
37	Bayas de sauco.....
38	Cera animal, en bruto o limpia.....
39	Aguas minerales naturales.....
40	Carbón mineral.....

(L. S.) = *Conde de São Miguel*. = (L. S.) = *El Marqués*

Articu

e pod
ra d
'ios q
mpli
stabl

os ag
s que
la lín
e 5 h
o de
e resí
bién

cados
temp
situ
pres

os de
ros a

s de
dera,
er re:
otro
leitos

aplica
nplir

cultor
edio
orida
ó ar
is en
ueños
que

XIII

2.ª

Que a importação ou exportação, isto é, a passagem de um para outro paiz, se verifique pelos mesmos pontos, que fixarem de *commun accord* os Governos de ambas as Nações contratantes e com documentos uniformes.

As alfandegas de ambos os Paizes ficam com a faculdade de pôr marcas ou signaes nas taras ou nos artigos que forem d'isso susceptiveis, e que estão referidos nas concessões anteriores, assim como para exigir os direitos alfandegarios, ou uma garantia sufficiente para o caso de que as mercaderias ou taras não sejam devolvidas ao Paiz da sua origem nos prazos estabelecidos ou que se estabeleçam.

(L. S.) = *Conde de São Miguel.*

2.ª

Que la importación ó expo el paso de uno á otro País, se unos mismos puntos, que fija acuerdo los Gobiernos de an contratantes, y con document

Las aduanas de ambos I facultadas para señalar ó ma ses ó los artículos que sean s ello á que se refieren las a cesiones, y para exigir los aduanas ó una garantía sufi caso de que las mercaderías se devuelvan al País de su plazos establecidos ó que se

(L. S.) = *El Marqués de la mijo.*

ANEXO C

do Tratado)

panhola que se admittirão em Portugal
por mar, com os seguintes direitos

	Unidade	Direitos	
		Réis	Equiva- lencia em peletas
.....	Cabeça	2\$160	12
.....	"	\$430	2,40
.....	"	82\$400	180
.....	"	24\$800	135
.....	"	\$430	2,40
.....	"	14\$400	80
.....	"	3\$600	20
.....	"	7\$200	40
.....	"	6\$300	35
.....	"	4\$500	25
.....	"	\$100	0,55
.....	"	\$100	0,55
.....	100 kilogr.	\$180	1
.....	1:000 kilogr.	\$180	1
.....	100 kilogr.	1\$800	10
.....	"	5\$000	27,78
.....	"	\$300	1,67
.....	"	2\$160	12
.....	"	\$009	0,05
.....	"	\$800	4,40
.....	"	\$020	0,10
.....	"	2\$200	12,22
.....	"	\$540	3
.....	"	1\$440	8
.....	"	\$270	1,50
.....	"	\$360	2
.....	"	\$860	2
.....	Kilogr.	\$100	0,55
.....	"	\$100	0,55
.....	100 kilogr.	\$540	3
.....	"	\$860	2
.....	"	2\$250	12,50

3.) = El Marqués de la Vega de Armijo.

TABLA C

(Artículo 10.º del Tratado)

Productos del suelo ó de la industria española que se admitirán en Portugal cuando se importen directamente por mar, con los siguientes derechos

Número de la partida del arancel de Portugal	Artículos	Unidad	Der Réis
1	Ganado asnal	Cabeza	2\$160
2	Ganado cabrio	"	\$430
3	Caballos castrados que pasan de la marca	"	32\$400
4	Los demás caballos y las yeguas	"	24\$300
5	Ganado lanar	"	\$430
6	Ganado mular	"	14\$400
7	Ganado de cerda	"	3\$600
8	Bueyes	"	7\$200
8	Vacas	"	6\$300
9	Becerras, becerras, terneros y terneras	"	4\$500
ex 11	Caza menor, viva	"	\$100
ex 11	Aves vivas	"	\$100
ex 12	Leche en estado natural	100 kilogr.	\$180
57	Leña	1:000 kilogr.	\$180
ex 81	Bayas de sauco	100 kilogr.	1\$800
83	Aguas minerales, naturales (incluso los envases inmediatos de vidrio)	"	5\$000
92	Mármoles, jaspes y alabastros, en bruto, desbastados, escuadrados ó preparados para darles forma	"	\$900
93	Mármoles, jaspes y alabastros, cortados ó aserrados, sin labrar	"	2\$160
ex 94	Piedras de construcción en bruto, desbastadas, escuadradas ó preparadas para darles forma (excepto mármoles, jaspes y alabastros), pizarras en bruto y en planchas para tejados; arena y tierra empleadas en la industria y en la construcción (excepto los ocres y tierras para pintar) y la cal (excepto la hidráulica)	"	\$008
145	Sal común (cloruro de sodio)	"	\$800
ex 150	Abonos naturales para la agricultura, excepto el guano	"	\$020
ex 152	Cera animal en bruto ó limpia	"	2\$900
349	Ostras de cría para parques y los demás mariscos	"	\$540
349	Las demás ostras	"	1\$440
350 y 352	Pescado fresco ó con la sal indispensable para su conservación incluso la sardina (excepto el bacalao)	"	\$270
ex 352	Sardinias saladas y prensadas	"	\$360
351	Los demás pescados secos, ahumados, prensados ó escabechados (excepto el bacalao y los pescados conservados en cajas de hoja de lata ó envases herméticamente cerrados)	"	\$360
ex 356	Caza menor, muerta	Kilogr.	\$100
ex 356	Aves muertas	"	\$100
359	Hortalizas y legumbres frescas	100 kilogr.	\$540
360	Forrajes (excepto el salvado)	"	\$860
365	Huevos	"	2\$250

(L. S.) = Conde de São Miguel. = (L. S.) = El Marqués de la Vega de Ar

TABLA D

(Artículo 11.º del Tratado)

Productos del suelo ó de la industria
que se admitirán en España, cuando se impone
con los siguientes derechos

Número de la partida del arancel de España	Artículos
1	Mármoles, jaspes y alabastros, en bruto, desbastados ó preparados para darles forma.....
ex 2	Dichos cortados ó aserrados, sin labrar.....
ex 5	Piedras de construcción en bruto, desbastadas, es preparadas para darles forma (excepto mármol alabastros); pizarras en bruto y en planchas para arena y tierra empleadas en la industria y en construcción (excepto oceras y tierras para pintar), y ca hidráulica).....
ex 93	Bayas de sauco.....
103	Aguas minerales naturales.....
110	Sal común (cloruro de sodio).....
ex 125	Cera animal en bruto ó limpia.....
ex 223	Leña.....
229	Caballos castrados que pasen de la marca.....
230	Los demás caballos y las yeguas.....
231	Ganado mular.....
232	Ganado asnal.....
233	Bueyes.....
234	Vacas.....
bis 234	Vacas de leche.....
235	Becerras y becerras, terneros y terneras.....
236	Ganado de cerda.....
ex 237	Ganado lanar y cabrio.....
ex 250	Leche en estado natural.....
ex 251	Abonos naturales para la agricultura.....
285	Aves vivas ó muertas y caza menor.....
291	Pescados frescos ó con la sal indispensable para conservación, incluyendo la sardina y excluyendo el
ex 292	Sardinias saladas ó prensadas.....
292	Los demás pescados, secos, ahumados, prensados, chados (excepto el bacalao y los pescados con cajas de hoja de lata ó otros envases herméticos).....
293	Ostras para parques y los mariscos.....
294	Las demás ostras.....
304	Hortalizas y legumbres frescas.....
ex 329	Fornajes (excepto el salvado).....
333	Huevos.....

(L. S.)= *Conde de São Miguel*.=(L. S.)=E

2

lado)

o ao
do qu
larea

—

—

anim

sada,

marg
de an
de ar

quins

✓

e esp
de es
e 15
e esp
que an

ten.

Numeros dos artigos da pauta portu- guesa	Productos
97	Oleos mineraes leves proprios para illuminaçãõ.
98	Oleos mineraes medios.
99	Oleos mineraes pesados para lubrificaçãõ de machinas e substancias fosseis, e seus productos não especificados.
Metaes	
101	Aço em fio.
103	Aço fundido e laminado, não especificado, incluindo carris e respectivos accessorios de fixa- çãõ de qualquer natureza para caminhos de ferro.
105	Chumbo fundido, em bruto ou em metralha.
106	Chumbo laminado ou em fio.
108	Cobre puro, latão, bronze e ligas analogas, batido ou laminado em bacias por acabar.
110	Cobre puro, latão, bronze e ligas analogas, batido ou laminado, fundido e em metralha.
113	Estanho em liga para soldar.
114	Ferro batido ou laminado, em bruto, incluindo carris e respectivos accessorios de fixaçãõ de qualquer natureza para caminhos de ferro.
115	Ferro batido ou laminado, estanhado, galvanizado, zincado, ou coberto de chumbo.
116	Ferro batido ou laminado, estanhado, galvanizado, zincado ou coberto de chumbo — impresso ou pintado.
117	Ferro coado ou fundido e ferro em metralha.
118	Ferro em fio, simples, polido, galvanizado, zincado ou com qualquer preparo.
119	Mercurio.
128	Zinco fundido, laminado, em bruto ou em metralha.
129	Metaes não especificados, em bruto.
Productos chimicos	
149	Acidos gordos, não especificados, oleina e parafina purificada.
153	Cores e tintas em pó ou em pedra, não preparadas (peso bruto).
156	Massa para rolos de machinas typographicas.
157	Negros de fumo (peso bruto).
160	Torcidas em pavios para vélas.
Lã	
161	Fio frouxo para bordar, branco.
162	Fio frouxo para bordar, tinto ou estampado.
163	Fio não especificado, cru ou branqueado.
164	Fio não especificado, tinto ou estampado.
165	Cobertores.
166	Chales e lenços.
167	Cintas.
168	Fitas e galões (incluindo as taras, com excepção das caixas de cartão, papelão ou madeira).
169	Tapetes, alcatifas e passadeiras, sem preparo, para estampar ou tingir.
170	Tapetes, alcatifas e passadeiras, tintos ou estampados.
171	Tecidos não especificados, sem preparo, para estampar ou tingir, pesando por cada metro quadrado até 300 grammas.
172	Tecidos não especificados, pesando por cada metro quadrado até 300 grammas.
173	Tecidos não especificados, sem preparo, para estampar ou tingir, pesando por cada metro qua- drado mais de 300 grammas.
174	Tecidos não especificados, pesando por cada metro quadrado mais de 300 grammas.
175	Tecidos em obra não especificada.
176	Téla e obra de malha e ponto de meia.
Seda	
179	Fio torcido, retroz ou torçal (incluindo as taras, com excepção das caixas de cartão, papelão ou madeira).
180	Fio torcido, não especificado.
181	Chales.
182	Fitas e galões, puros ou mixtos (incluindo as taras, com excepção das caixas de madeira, pa- pelão ou cartão).

Numero dos artigos da pauta portu- gueza	Productos
237	Tecidos tapados, lisos, crus, não especificados, pesando 18 kilogrammas ou mais em 100 metros quadrados, com 35 fios ou mais de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
238	Tecidos tapados, lisos crus, não especificados, pesando de 12 a 18 kilogrammas em 100 metros quadrados, com 34 fios ou menos de trama ou urdidura, em centimetro quadrado.
239	Tecidos tapados, lisos, crus, não especificados, pesando de 12 a 18 kilogrammas em 100 metros quadrados, com 35 fios ou mais de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
240	Tecidos tapados, lisos, crus, não especificados, pesando de 5 a 12 kilogrammas em 100 metros quadrados, com 34 fios ou menos de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
241	Tecidos tapados, lisos, crus, não especificados, pesando de 5 a 12 kilogrammas em 100 metros quadrados, com 35 fios ou mais de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
242	Tecidos tapados, lisos, crus, não especificados, pesando 5 kilogrammas ou menos em 100 metros quadrados, com 34 fios ou menos de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
243	Tecidos tapados, lisos, crus, não especificados, pesando 5 kilogrammas ou menos em 100 metros quadrados, com 35 fios ou mais de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
244	Tecidos tapados, lisos, branqueados, não especificados, pesando 18 kilogrammas ou mais em 100 metros quadrados, com 34 fios ou menos de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
245	Tecidos tapados, lisos, branqueados, não especificados, pesando 18 kilogrammas ou mais em 100 metros quadrados, com 35 fios ou mais de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
246	Tecidos tapados, lisos, branqueados, não especificados, pesando de 12 a 18 kilogrammas em 100 metros quadrados, com 34 fios ou menos de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
247	Tecidos tapados, lisos, branqueados, não especificados, pesando 12 a 18 kilogrammas em 100 metros quadrados, com 35 fios ou mais de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
248	Tecidos tapados, lisos, branqueados não especificados, pesando de 5 a 12 kilogrammas em 100 metros quadrados, com 34 fios ou menos de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
249	Tecidos tapados, lisos, branqueados, não especificados, pesando de 5 a 12 kilogrammas em 100 metros quadrados, com 35 fios ou mais de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
250	Tecidos tapados, lisos, branqueados, não especificados, pesando 5 kilogrammas ou menos em 100 metros quadrados, com 34 fios ou menos de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
251	Tecidos tapados, lisos, branqueados, não especificados, pesando 5 kilogrammas ou menos em 100 metros quadrados, com 35 fios ou mais de trama ou urdidura em centimetro quadrado.
252	Tecidos tapados, lisos, branqueados, com acabamento, taes como: patentes, abretanhados, etc. (incluindo as taras).
253	Tecidos adamascados ou assetinados, entrançados ou sarjados, abertos, transparentes ou tapados, não especificados, crus ou branqueados.
254	Tecidos adamascados ou assetinados, entrançados ou sarjados e lisos, abertos, transparentes ou tapados, não especificados, tintos ou estampados.
255	Tecidos avelludados e velludos crus ou branqueados para estampar ou tingir.
256	Tecidos avelludados e velludos, tintos ou estampados.
257	Tecidos em obra (collarinhos e punhos para homem, incluindo as taras).
258	Tecidos em obra não especificada.
269	Têla e obra de malha e ponto de meia.

Linho e similares

260	Fio de linho ou canhamo simples, cru, n.º 1 a 50.
261	Fio de linho ou canhamo simples, cru, n.º 51 para cima.
262	Fio de linho ou canhamo simples, curado ou branqueado, n.º 1 a 50.
263	Fio de linho ou canhamo simples, curado ou branqueado, n.º 51 para cima.
264	Fio de linho ou canhamo simples, tinto ou estampado, n.º 1 a 50.
265	Fio de linho ou canhamo simples, tinto ou estampado, n.º 51 para cima.
266	Fio de linho ou canhamo torcido, cru, branqueado ou tinto.
267	Fio para grossarias até n.º 12, de estopa de linho, canhamo simples ou associado a outros filamentos vegetaes não especificados — fiação a secco — cru.
268	Fio para grossarias até n.º 12, de estopa de linho, canhamo simples ou associado a outros filamentos vegetaes não especificados — fiação a secco — branqueado ou cremado.
269	Fio para grossarias até n.º 12, de estopa, de linho, canhamo simples ou associado a outros filamentos vegetaes não especificados — fiação a secco — tinto ou estampado.
270	Fio de juta ou de outros filamentos vegetaes, não especificados, cru.
271	Fio de juta ou de outros filamentos vegetaes, não especificados, branqueado ou cremado.
272	Fio de juta ou de outros filamentos vegetaes, não especificados, tinto ou estampado.
273	Adamascados, atalhados e cotins.
274	Canhamaços e grossarias, tintos ou estampados.

Produtos

rossarias de juta.
rossarias de linho ou de juta contendo linho ou canhamo.
sias, cruas ou branqueadas.
sias, tintas ou estampadas.

st, gaze e semelhantes, crus ou branqueados.
st, gaze e semelhantes, tintos ou estampados.
incluindo as taras.
nas, brins e brinçoes para vélas de embarcações.
ça e semelhantes.
eios e espiguihas.
as e passeadeiras.
ados, pellucias e velludos.
ecificados, crus ou branqueados.
ecificados, tintos ou estampados.
a (collarinhos e punhos para homem, incluindo as taras).
a não especificada.
e malha e ponto de meia.
ijões.
gutta-percha em tecidos de seda impermeaveis ou elasticos.
gutta-percha em tecidos de lã impermeaveis ou elasticos.
gutta-percha em tecidos de algodão ou linho impermeaveis ou elasticos.
„ cru ou branqueado, para estampar ou tingir.
„ tinto ou estampado.
a de seda ou envernizado.
ifas, tapetes e passeadeiras.
„ de cabelo e alcatrão, embora contenha materias vegetaes.
le lã, de qualquer especie, pura ou mixta (incluindo as taras, com excepção das
tão, papelão ou madeira).
le seda, de qualquer especie, pura ou mixta (incluindo as taras, com excepção
cartão, papelão ou madeira).
e algodão, de qualquer especie, pura ou mixta (incluindo as taras, com excepção
cartão, papelão ou madeira).
le linho, de qualquer especie, pura ou mixta (incluindo as taras, com excepção
cartão, papelão ou madeira).
ontendo oiro ou prata.
ados e suas imitações.
os (excepto a oiro ou prata).
do fios de oiro ou prata (bordados ou não).
na.
ados e suas imitações, tecidos com caoutchouc ou gutta-percha, tecidos de crina
obra não especificada.

Ebidas

lcool simples, em cascos ou garrações.
lcool simples, em garrafas, botijas e vasos semelhantes.
cas não especificadas.

Cereaes

lo não especificados.
ro.
ros cereaes.

Farinaceos

e quaesquer farinaceos não especificados.
feculas e dextrina.
a ou preparado, em pó.

cha.
ados.
caldos e não especificadas.
pa.

<div> Números dos artigos da pauta portu- guesa </div>	<div> Productos </div>
<div> Generos chamados colonias </div>	
339	Assucar areado pelo systema portuguez, e o superior ao typo 20 da escala hollandeza.
340	Assucar não especificado.
341	Cacau e sua casca.
342	Café com casca ou descascado, e raiz de chicoria não preparada.
343	Café torrado, moido e suas imitações, incluindo a raiz de chicoria preparada de qualquer forma (incluindo as taras).
345	Chocolato.
346	Especiarias não especificadas.
347	Melaço e productos assimilaveis.
<div> Diversas </div>	
353	Azeite de oliveira (peso bruto).
354	Banha e unto.
355	Carne de vacca secca, com sal ou sem elle.
356	Carne não especificada, fresca, secca, ou por qualquer modo preparada e toucinho.
357	Conservas alimenticias (incluindo as taras).
358	Doce de qualquer qualidade (incluindo as taras).
361	Fructas frescas ou seccas não especificadas.
362	Manteiga natural.
364	Mel.
366	Pimentão.
367	Queijos.
368	Uvas verdes.
<div> Apparelhos, instrumentos, machinas e utensilios </div>	
373	Ceifeiras, gadanhadeiras, compressoras de palha e feno, debulhadoras, apparelhos de lavoura a vapor e peças separadas de todas estas machinas e apparelhos, incluindo rellhas de charrua.
378	Correias de couro, de transmissão, para machinas.
379	Cylindros de cobre para estamparia, gravados.
380	Cylindros de cobre para estamparia, não gravados.
381	Geradores de vapor.
386	Instrumentos, ferramentas e utensilios para as artes e officios, agricultura e jardinagem.
404	Redes de pesca.
<div> Armas </div>	
421	Armas brancas completas, ou em peças separadas.
423	Canos para armas de fogo portateis,
424	Espingardas de um cano, de carregar pela bôca, completas ou incompletas.
425	Espingardas de mais de um cano, de carregar pela bôca, completas ou incompletas.
426	Espingardas de carregar pela culatra, completas ou incompletas.
427	Revolvers, completos ou incompletos, e pistolas.
428	Peças separadas de armas de fogo portateis (excepto os canos).
<div> Obras de materias animaes </div>	
433	Luvas de pelles, acabadas ou não, até ao comprimento de 30 centimetros.
434	Luvas de pelles, acabadas ou não, de comprimento superior a 30 centimetros.
438	Pelless ou couros em obra, não especificada (incluindo ferragens e guarnições).
<div> Obras de materias vegetaes diversas </div>	
443	Cortiça em obra.
444	Madeira em obra de moveis ou outros objectos, torneados, entalhados, folheados, polidos ou envernizados; estofados, excepto com tecidos em que entre seda, ou forrados de pelle.
445	Madeira em obra de moveis ou outros objectos, acharoados, dourados, marchetados com applicações de madeiras finas, com molduras de metal, etc., estofados com pelle ou tecidos em que entre a seda.
446	Madeira em obra miuda para decoração, torneada, entalhada, dourada, marchetada, etc., e toda a mobilia não especificada, excepto a de metal.
447	Madeira serrada e aparelhada, para obra não especificada.
448	Madeira ordinaria serrada e aparelhada, para soalho.
449	Madeira serrada e aparelhada para caixas de toda a especie e toda a demais obra não especificada.

Numero dos artigos da pauta portu- guesa	Productos
513	Papel de impressão commum (typo ordinario de jornal), papel albuminado, papel para litho- graphia denominado <i>couché</i> e o sensibilizado para photographia.
514	Papel pintado ou estampado por qualquer processo.
515	Papel não especificado
519	Sobrescriptos e saccos de papel.
Diversas	
523	Bahús, malas, saccos-malas e bolsas de caçador.
528	Bonets, barretes e gorros.
529	Botões de louça ou de vidro, incluindo as taras.
530	Botões não especificados de todas as qualidades (excepto de ouro, prata ou platina e samaneria), incluindo as taras.
531	Calçado de tecido de seda pura ou mixta.
532	Calçado de couro, botas ou polainas de pelles, com cano de altura superior a 30 centi
533	Calçado não especificado, com sola de couro.
534	Calçado não mencionado nos artigos antecedentes.
535	Capachos e esteiras de todas as qualidades, embora urdidos com qualquer filamento, enfeites de lã.
536	Carteiras, charuteiras e bolsas, exceptuando as de ouro, prata ou platina.
538	Cascos de qualquer especie para barretinas, capacetes ou chapéus.
539	Chapéus de palha e suas imitações, sem guarnição.
540	Chapéus de palha e suas imitações, guarnecidos, para senhora.
541	Chapéus de pellucia de seda, para homem.
542	Chapéus não especificados, para homem.
543	Chapéus não especificados, para senhora.
544	Chapéus (bastissagens ou camisas de qualquer especie para).
547	Cordame, cabos, amarras e cordas (excepto as de metal), cordel, fios de carreta e merlim, morrão e sondarezas.
551	Espelhos de chapa de vidraça com area inferior a 1:200 centímetros quadrados, inclt molduras (excepto as de metaes preciosos).
552	Espelhos não especificados, incluindo as molduras (excepto as de metaes preciosos).
561	Fogo de artificio (peso bruto).
564	Graxa de lustro (incluindo as taras).
566	Leques e ventarolas.
572	Oleados para tapete do casa.
573	Oleados não especificados.
574	Oleados em obra.
575	Perfumarias de todo o genero (incluindo as taras).
577	Quinquilherias diversas, não especificadas: jogos de todo o genero (com excepção di res e seus pertences), chicotes e pingalins, brinquedos de creanças, cachimbos e b (com estojo ou sem elle), caixas para rapé, mascaras, ampuhetas, bussolas de a gaiolas, assentadores de navalhas, espanadores, lamparinas, rosarios, e quacsque objectos semelhantes, não designados em artigo especial (exceptuando as de ouro, platina), incluindo as taras.
578	Sabão.
579	Sabonetes (incluindo as taras).
583	Tinta de escrever (incluindo as taras).
584	Tintas preparadas em geral, liquidas ou em massa, em taras superiores a 100 kilog
585	Tintas preparadas em geral, liquidas ou em massa, em taras inferiores a 100 kilog
587	Torcidas não especificadas.
588	Umbellas e chapéus de chuva ou sol, cobertos de seda.
589	Umbellas e chapéus de chuva ou sol, cobertos de outros tecidos.
590	Véias de qualquer qualidade para illuminação.
591	Vernizes de alcool e de ether.
592	Vernizes não especificados.

(L. S.) = Conde de São Miguel. = (L. S.) = El Marqués de la Vega de Arn

XII

LA F

.º del Tratado)

ngal, que al ser introducidos en España no es-
erechos que los establecidos ó que se estable-
otro País

Artículos

turas, relieves, floreros, jarrones y objetos análogos
las demás clases de objetos, estén ó no pulimentados.
nerales y los asfaltos, betunes y esquistos.

sros y adornos análogos para tocador y habitacio-
cristales para anteojos y relojes.
la construcción de edificios, hornos, etc.
os, los azulejos, nas tejas barnizadas y los tubos.
s de yeso.

ies, relieves, floreros y adornos para tocador, habi-
y platos para colocar dulces.
perlas ó piedras; y las mismas piedras preciosas,

n perlas ó piedras.
jetos.
inutilizadas.
ste ni pulimento, y en tubos de 10 milímetros ó más
s de espesor.

as piezas pulimentadas, con baño de porcelana ó con
ías de 100 kilogramos para locomotoras y carruajes
nto y traviesas, ejes rectos y muelles.
para coches ó vagones.

stros de grueso.
netros de grueso y los flejes.
las onduladas ó perforadas, estén ó no galvanizadas.
rabajo alguno de torno, ajuste ni pulimento, de 25

ilogramos una y las herraduras.
vanizados de todas clases.

de las demás clases no expresados.
mura y escarpías y tachuelas.
para artes, oficios y profesiones.
s de barras, ó de barras y chapas sujetas con redo-
nches, agujereadas y cortadas á medida para puen-
los depósitos para agua y las manufacturas de aná-
s y los bastidores para coches y vagones de ferro-

tura ordinaria en los que domine la chapa, aunque
estén pintados ó barnizados.
ra fina, ó sean pulimentados con baño de porcelana
mas formadas de tubos cubiertos de chapa de latón.
ordinaria, en los que no entre ó no domine la chapa,
cinc ó estén pintados ó barnizados.
ra fina, ó sean los pulimentados con baño de por-

Número de la partida del arancel español	Artículos
62	Hoja de lata manufacturada.
64	Cuchillos, trinchantes, navajas y cortaplumas.
65	Tijeras para costura.
71	Cobre de primera fundición y el viejo.
72	— y latón en barras y lingotes y el latón viejo.
79	— bronce y latón labrados, y todas las aleaciones de metales comunes en piezas de quincalla aunque estén barnizadas.
85	Todos los demás metales y aleaciones no expresados, en planchas, pasta,
86	Dichos obrados, estén ó no barnizados.
88	Aceite de coco y de palma y los demás aceites sólidos.
89	Los demás aceites vegetales (excepto el de oliva).
90	Palos tintóreos y cortezas curtientes.
91	Simiente de sésamo, lino y demás semillas oleaginosas, incluso la copra.
92	Colofonias, breas y demás productos resinosos semejantes.
94	Productos del reino animal empleados en la medicina.
95	Ocres y tierras naturales para pintar, incluso la alúmina.
96	Añil y cochinilla.
104	Alcaloides y sus sales.
107	Carbonatos alcalinos, barrillas, álcalis cáusticos y sales amoniacales (exc
118	Píldoras, cápsulas, grajeas medicinales y sus análogos.
119	Productos farmacéuticos no expresados.
120	— químicos no expresados.
122	Féculas de uso industrial y dextrina.
123	Jabón común.
127	Perfumería y esencias.
129	Algodón en rama, con ó sin pepita.
130	Algodón hilado y el torcido á uno ó dos cabos, crudo, blanco ó teñido, inclusive.
131	Algodón hilado y torcido á uno ó dos cabos, idem, idem, desde el número
132	— torcido á tres ó más cabos, crudo, blanco ó teñido.
133	Tejidos de algodón tupidos, llanos, crudos, blancos ó teñidos, en piezas ó hilos inclusive.
134	— dichos id. desde 26 hilos en adelante.
135	— estampados, y los cruzados y labrados al telar, hasta 25 kilos inclusiv
136	— dichos id. desde 26 hilos en adelante.
142	— de algodón, de punto de crochet, hecho á mano ó al telar.
143	— dichos de media en pieza, camisetas y pantalones.
144	— dichos id. en medias, calcetines, guantes y demás objetos.
146	Lino en rama y el rastrillado.
148	Hilaza de abacá, pita, yute y demás no tarifadas, hasta el número 12 inc
149	— dicha, de cañamo, lino ó ramio, hasta el número 20 inclusive, y la hil mero 13 en adelante.
150	— dicha de cañamo, lino ó ramio del número 21 en adelante.
151	Hilo torcido á dos ó más cabos.
152	Jarcia y cordelería.
153	Tejidos llanos de cañamo ó lino, con ó sin mezcla de algodón, hasta 10 ki
154	— dichos id. id. id., de 11 á 24 inclusive.
155	— dichos id. id. id., de 25 en adelante.
156	— cruzados ó labrados.
157	Encajes.
163	Lana sucia.
164	— lavada.
165	— peinada y preparada para estambres, la cardada en crudo y los despe dados, procedentes del destripe, en crudo ó teñidos.
166	— peinada ó cardada, teñida.
172	Mantas de lana pura ó con mezcla de otras materias.
173	Paños y demás tejidos del ramo de pañería, de lana pura, pelo ó borra.
174	Los mismos cuando tengan toda la urdimbre ó la trama de algodón ú otr
175	Tejidos de punto con ó sin mezcla de algodón ú otras fibras vegetales.
176	Los demás tejidos de lana pura, pelo ó borra.
177	Los mismos cuando tengan toda la urdimbre ó la trama de algodón ú les.
180	Seda en capullos, desperdicios de los capullos y simiente de seda.
181	— cruda ó hilada sin torcer.
182	— torcida en crudo.
183	— torcida y teñida.
184	Borra de seda peinada ó cardada.

sin torcer.
dos ó más cabos.

ó cruzados.
ra de seda con t
seda con toda

pe -
o ó de color, a

peso esté compr
peso por metro
de color, de cu
obres.

cuadernados, y
encuadernados,
iseños

re fondo natural
te ó lustroso.

ana ó cristal.

tarifados expre
cartón, y las

tablas, tablone

pillada ó machih
banisteria en tal
n hojas

armar.

rada en obras d

barnizados, per

os ó preparados

uebles ú otros

hapeados de otre

jidos de seda y

bustibles vegeta

meo, mimbres, p
recitos para niño
s de las materia

su peso.

o labrados en o

logas, labradas.

urtir.

as de becerro cu

tidas ó adobada

didos sin manuf

ilases con ó sin
viles y máquinas

s cuatro asientos

sados ó compues

atos, tengan ó n

, usados ó comp

uatro ruedas, s

: los omnibus

a, nuevos, usado

ases para tranví

y carretillas.

Número de la partida del arancel español	Artículos
303	Legumbres secas.
305	Frutas.
307	Cacao de todas clases en grano.
309	Café en grano.
311	Canela de Ceilán y sus semejantes.
313	Clavo de especia.
317	Te.
319	Aceite de olivas.
320	Alcoholes y aguardientes.
322	Cerveza y sidra.
328	Semillas no expresadas y algarrobas.
330	Conservas alimenticias, embutidos, mostaza y salsas.
332	Dulces.
334	Pasta para sopa, féculas alimenticias, pan y galleta.
335	Queso.
336	Mieles y melazas.
349	Estuches de maderas finas, piel, los forrados de seda y los demás de clases análogas, con piezas ó sin ellas, para escritorio, costura, aseo y para contener perfumería, líquidos ó viandas.
350	— de madera común, cartón, mimbres y demás clases análogas, con piezas ó sin ellas, para los mismos usos.
351	Flores artificiales de tela y las calabacitas, botones, hojas y semillas de cualquier materia para hacer dichas flores.
352	Goma elástica y gutapercha sin labrar.
364	Pinturas al óleo.
365	Sombreros y gorras de paja.
366	— de las demás materias, armados y concluidos.
367	Cascos para sombreros, sin forma ni adornos, y las gorras.
368	Sombreros y gorras de todas clases y materias con obra de modista.
369	Tejidos de goma elástica con mezcla de otras materias.

(L. S.) = *Conde de São Miguel.* = (L. S.) = *El Marqués de la Vega de Armijo.*

III

TABELLA F

(Tradução)

(Artigo 14.º do Tratad

Numero dos artigos da pauta hes- panhola	Productos
59	Ferro nos mais objectos de manufactura ordinaria, n'aquelles em que não entre ou não domine a chapa, ainda que tenham banho de chumbo, estanho ou zinco, ou sejam pintados ou envernizados.
60	— nos objectos antecedentes de manufactura fina, isto é, polidos ou que tenham banho de porcellana ou adornos de outros metaes.
62	Folha de lata manufacturada.
64	Facas, trinchantes, navalhas e canivetes.
65	Tesouras de costura.
71	Cobre de primeira fundição e cobre velho.
72	Cobre e latão em barras e linguados e o latão velho.
79	Cobre, bronze e latão em obra, e todas as ligas de metaes communs em que entre o cobre, em artefactos de quinilheria, ainda que estejam envernizados.
85	Todos os outros metaes e ligas, não especificadas, em laminas, folhas, pregos, tubos, etc.
86	Ditos em obra, envernizados ou não.
88	Oleo de côco de palma, e os demais oleos solidos.
89	Os demais oleos vegetaes (excepto azeite)
90	Paus para tinturaria e cascas para cortumes.
91	Semente de sezâmeo, linho e as demais sementes oleaginosas, incluindo a copra ou noz de côco.
92	Colophana, breu e mais productos resinosos semelhantes.
94	Productos do reino animal empregados na medicina.
95	Ocres e terras naturaes para pintar, inclusive a alumina
96	Anil e cochonilha.
104	Alcaloides e seus saes.
107	Carbonatos alcalinos, barrilhas, alcalis causticos e saes ammoniacaes, excepto o sulphato.
118	Pilulas, capsulas, grageas medicinaes e seus analogos.
119	Productos pharmaceuticos não especificados.
120	— chimicos não especificados.
122	Feculas de uso industrial e dextrina.
123	Sabão commum.
127	Perfumarias e essencias.
129	Algodão em rama com caroço ou sem elle.
130	Algodão em fio torcido de um ou dois cabos, cru, branco, tinto, até o n.º 35 inclusive.
131	Algodão fiado e torcido de um ou dois cabos, idem, idem, desde o n.º 36 em diante.
132	Algodão torcido de tres ou mais cabos, cru, branco ou tinto.
133	Tecidos de algodão, tapados, lisos, crus, brancos ou tintos em peças ou lenços, até 25 fios, inclusive.
134	— ditos idem de 26 fios em diante.
135	— estampados, e os sarjados e lavrados ao tear, até 25 fios, inclusive.
136	— ditos idem de 26 fios em diante.
142	— de algodão, de ponto de crochet feito á mão ou ao tear.
143	— ditos de ponto de meia, em peça, camisolas e calças.
144	— ditos, idem, em meias, piugas, luvas e mais objectos.
146	Linho em rama e sedado.
148	Filaças de abacá, pita, juta e outras não especificadas até ao n.º 12, inclusive.
149	— ditas de canhamo, linho ou ortiga branca, até ao numero 20, inclusive, e a filaça de juta do n.º 13 em diante.
150	— dita de canhamo, linho ou ortiga branca do n.º 21 em diante.
151	Fio torcido a dois ou mais cabos.
152	Enxarcia e cordame.
153	Tecidos lisos de cânhamo ou linho com ou sem mistura de algodão, até 10 fios inclusive.
154	— ditos, id. id. id. de 11 a 24 fios inclusive.
155	— ditos, id. id. id., de 25 fios em diante.
156	— sarjados ou lavrados.
157	Rendas
163	Lã suja.
164	— lavada.
165	— penteada e preparada para estambre, a cardada em cru, e os desperdícios de lã cardados procedentes do esfarrapamento, em cru ou tintos.
166	— penteada ou cardada, tinta.
172	Cobertores de lã pura ou com mistura de outras materias.
173	Pannos e mais tecidos analogos de lã pura, pellos ou borra.
174	Os mesmos, quando tenham toda a urdidura ou trama de algodão ou outras fibras vegetaes.
175	Tecidos de malha com ou sem mistura de algodão ou outras fibras vegetaes.
176	Os mais tecidos de lã pura, pellos ou borra.
177	Os mesmos quando tenham toda a urdidura ou trama de algodão ou outras fibras vegetaes.
180	Seda em casulos, desperdícios dos casulos e semente de sirgo.
181	— fiada sem torcedura.

Numero dos artigos da pauta hes- panhola	Productos
182 183	<p>Seda torcida em cru. — torcida e tinta.</p> <p>nteada ou cardada. sem torcedura. la a dois ou mais cabos. nta. isos ou sarjados. ou borra de seda com toda a urdidura ra de seda com toda a trama ou urdidura ar papel. branco ou de côr, não cortado, cujo peso seja comprehendido entre o peso por metro quadrado seja de o ou de côr, de qualquer peso, cortado e sobrescriptos. idos ou não, e outros impressos em e impressos em idioma estrangeiro. e desenhos. em fundo natural. ou lustroso. rata, lã ou crystal. lo especificados na pauta. e em cartão, e as caixas de cartão e e em tábuas, pranchas, vigas, vigotas, val. e aplainada ou macheada para caixas e marcenaria em tábuas, pranchas, e em folhas. lo ou abatido. e, em obra de carpinteria e em toda vernizados, mas sem entalhes, embu- rnizadas ou preparadas para dourar a mobilia ou outros objectos torneados. folheados de madeiras finas; os mo- do com tecidos de seda e suas misturas. e combustiveis vegetaes.</p> <p>lo em obra. etal, junco, vime, palha fina, palmas, e carrinhos para creanças e outros ob- e feitas com as materias antecedente peso. nco em outras obras; e a tabua, crin- em cortimento. las e as de vitella cortidas ou atans- rtidas ou atanadas, incluindo a sola- e.</p> <p>ecificados por manufacturar.</p> <p>as. e de toda a especie com caldeira ou omoveis e machinas para a marinha gens de quatro logares e os calecheas ou concertados. eis logares, tenham ou não dobradi- , e as diligencias, novas, usadas ou as ou quatro rodas, sem caixas con- res; os omnibus até quinze logares, lontes, novas, usadas ou concertada.</p>

Numero dos artigos da pauta he- panhola	Produtos
277	Vehiculos de todas as especies para carris de ferro, e as peças de madeira acabadas para os mesmos.
278	Carros de transporte de mercadorias e carroças.
301	Milho.
303	Legumes seccos.
305	Fructas.
307	Cacau de qualquer especie em grão.
309	Café em grão.
311	Canella de Ceylão e semelhantes.
313	Cravo de especie.
317	Chá.
319	Azeite de oliveira.
320	Alcool e aguardente.
322	Cerveja e cidra.
328	Sementes não especificadas e alfarrobas.
330	Conservas alimenticias, carnes ensaccadas e mólhos.
332	Doces.
334	Massa para sopa, feculas alimenticias, pão e bolacha.
335	Queijo.
336	Mel e melão.
349	Estojos de madeira fina e pelle, os forrados de seda, e os mais ou sem, peças, para escriptorio, costura, limpeza, e para con carnes.
350	— de madeira commum, cartão, vime e mais especies analogas, mesmos usos.
351	Flores artificiaes de panno, e as cabacinhas, botões, folhas e se para fazer as ditas flores.
352	Gomma elastica e gutta-percha não sendo em obra.
364	Pinturas a oleo.
365	Chapéus e bonets de palha.
366	— de outras materias armados e completos.
367	Cascos para chapéus sem fórma nem adornos e os bonets.
368	Chapéus e bonets de todas as especies e materias com obra de m
369	Tecidos de gomma elastica com mistura de outras materias.

(Assignado) *Conde de São Miguel.* = (Assignado) *El Marqués*

APPENSO 1.º

Bases para o commercio pelas estradas ordinarias na fronteira terrestre entre Portugal e Hespanha

1.ª

Os Governos de ambos os Paizes obrigam-se a modificar, no que for possivel, o estabelecimento e condições nas suas respectivas alfandegas, postos fixos de fiscalização e linhas de vigilancia fiscal na fronteira terrestre, a fim de que as administrações das alfandegas, tanto de Portugal como de Hespanha, operem de commun accordo e possam prestar mutuo e reciproco apoio para o melhor serviço dos dois Estados e do commercio de ambos os Paizes.

Para se conseguir este fim, diligenciar-se-ha que as alfandegas terrestres de um e outro paiz, assim como os seus postos fiscaes, fiquem situados em pontos proximos, quanto for possivel, da raia, e nos mesmos caminhos que a atravessam, para que o commercio e serviço administrativo se effectue da maneira mais facil e em devida communicação.

2.ª

Estabelecer-se-hão, de commun accordo entre os Governos dos dois Paizes, disposições fiscaes e alfandegarias ácerca das seguintes operações commerciaes:

- a) Commercio de importação de objectos sujeitos a direitos;
- b) Commercio de exportação de objectos sujeitos a direitos;
- c) Commercio de importação de objectos livres de direitos;
- d) Commercio de exportação de objectos livres de direitos;
- e) Commercio de transito de productos de qualquer dos dois Paizes contratantes;
- f) Importações temporarias;
- g) Exportações temporarias.

APÉNDICE

Bases para el comercio por rios en la frontera de paña y Portugal

1.ª

Los Gobiernos de ambos gan á modificar en todo lo el establecimiento y las respectivas aduanas, pues guardo y líneas de carabitera terrestre, con el fin ministraciones de aduana paña como de Portugal, acuerdo y puedan presta proco apoyo para el mejorado y del comercio de an

Para realizar este objeto que las aduanas terrestre País, así como sus respectivas se sitúen en puntos lo de la línea divisoria y e menos que la atraviesan, mercio y el servicio administrativo de la manera más comunicaci3n.

2.ª

Se establecerán de entre los Gobiernos de las posiciones fiscales y aduanas las siguientes operaciones

- a) Commercio de imports sujetos al pago de derechos
- b) Commercio de exports sujetos al pago de derechos
- c) Commercio de importa libres de derechos.
- d) Commercio de export los libres de derechos.
- e) Commercio de tránsito cualquiera de los dos Países
- f) Importaciones temporarias
- g) Exportaciones temporarias

XXXIII

7.^a

No commercio pela fronteira terrestre observar-se-hão as disposições contidas em outra secção d'este Tratado, para o serviço de vigilancia e repressão de fraudes e contrabando.

7.^a

En el comercio por la frontera terrestre se observarán las disposiciones contenidas en se de

8.^a

Os Governos de ambos os Paizes estabelecerão, de commun accordo, as disposições necessarias para o desenvolvimento e execução das bases d'este appenso.

de
pe
be

(L. S.)= *Conde de São Miguel.*

m

APPENSO 2.º

Bases para o commercio pelos rios Minho, Tejo, Douro e Guadiana na parte navegavel que serve de limite entre Portugal e Hespanha

1.ª

Os Governos de ambos os Países, de commun accordo, determinarão as alfandegas e postos habilitados de uma e outra margem dos rios Minho, Tejo, Douro e Guadiana que podem fazer o commercio a que se refere este appenso.

2.ª

Os barcos que transportarem mercadorias ou productos de uma a outra margem dos ditos rios deverão ser matriculados na alcaidaria ou repartição administrativa, correspondentes ao domicilio dos seus proprietarios; os mencionados barcos terão pintados no costado, em côr distincta para cada Paiz, o nome do concelho a que pertencerem e o correspondente numero de ordem de matricula em cada paiz.

3.ª

Os administradores dos concelhos em Portugal e os alcaides em Hespanha, ou as competentes auctoridades administrativas, formarão a lista official das embarcações da sua circumscripção, e remetterão uma copia authentica á correspondente alfandega principal de cada Paiz.

4.ª

Estas alfandegas, em presença das ditas listas officiaes, formarão a lista geral das embarcações de cada Paiz destinadas ao commercio, e d'essa lista geral se extrahirão as copias necessarias, que se distribuirão por todas as alfandegas, postos habilitados a despacho e postos fiscaes de ambas

APÉNDICE 2.º

Bases para el comercio por los rios Miño, Tajo, Duero y Guadiana, en la parte navegable que sirve de limite entre España y Portugal.

1.ª

Los Gobiernos de ambos Países, de común acuerdo, determinarán las aduanas y puntos habilitados de una y otra orilla de los rios Miño, Tajo, Duero y Guadiana que pueden hacer el comercio á que se refiere este apéndice.

2.ª

Los barcos que transporten mercancías ó productos de una á otra orilla de dichos rios, deberán estar matriculados en la alcaidía ú oficina de la autoridad administrativa á que corresponda el domicilio de sus propietarios: dichos barcos tendrán pintado en un costado, con color distinto para cada País, el nombre de la localidad á que pertenecen y el correspondiente número de orden de cada municipio.

3.ª

Los alcaldes en España y los administradores de los consejos correspondientes autorizados, formarán la lista oficial de las embarcaciones de su distrito y la remitirán a la aduana designada como principal.

4.ª

Estas aduanas, con presencia de las ditas listas oficiales, formarán la lista general de las embarcaciones de cada País destinadas al comercio, y formada la lista, se sacarán de ella las copias necesarias, que se distribuirán a todas las aduanas habilitadas y resguardos de

XII

ção, seja tomada nota dos ditos gados e mercadorias, e para que d'este modo se possam formar opportunamente as estatísticas necessarias.

9.ª

Todos os mais objectos ou productos sujeitos ao pagamento de direitos de importação ou exportação que se destinem de um para outro Paiz, e para cujo despacho estejam habilitadas as respectivas alfandegas, deverão ser descriptos em uma lista de carga preenchida pelos patrões, de conformidade com as facturas ou documentos que em cada nação houver estabelecidos para esta especie de commercio.

Esta lista será apresentada á alfandega pela qual se effectuar a exportação, para lhe pôr o visto e declarar se está conforme; cumprido este requisito, será entregue ao patrão do barco, para que lhe sirva de guia e possa entregal-a na alfandega destinataria.

Esta alfandega dará aviso á de saída de ter recebido a lista da carga, e do resultado do despacho e conferencia das mercadorias.

10.ª

As embarcações a que se refere este appenso poderão navegar livremente pelos ditos rios, sem pagamento algum de peagem, ancoragem ou passagem.

11.ª

Para que as embarcações possam dedicar-se ao commercio será preciso que tenham mais de 2 toneladas metricas de porte, e os patrões deverão estar munidos de uma licença para commerciar, não podendo esta ser dada senão depois da matricula do barco, feita pelas auctoridades competentes, e mediante o pagamento de uma importancia modica, uniforme nos dois Paizes, a qual será fixada pelos dois Governos.

12.ª

As jangadas de madeira que forem conduzidas pelos rios não estão sujeitas ás licenças de navegação a que se refere a base antecedente; deverão, porém, ser precedidas de uma lancha que sirva de

y mercancías con el fin de formar las oportunas estadísticas.

9.ª

Todos los sujetos al p
ó exportac
otro Pais y
lidades las
expresarse
por los pa
facturas ó
tiene estab
mercio.

Esta lista
donde se v
visado y di
plido este
del barco p
entregarla

Esta adu
de haber
del resultad
de las merc

Las emb
apéndice po
chos ríos, s
cia ó trami

Para que
dicarse al c
más de 2
los patrone
cencia para
después de
autoridades
ella una cu
Países y qu

Las bala
por los ríos
de navegac
terior; per
lancha que

XIII

as que navega- cione
m aos encarre- enca
e possa sofrer diera
feridas janga- sas;
e os donos das de l
s serão respon- resp
causarem, em ren
e cada Paiz.

possível unifor- Pa
tarão os Gover- form
nabelecer accor- de s
esmo despacho para
os documentos en l
jam uniformes docu
a vigilancia se igua
iz, sem incom- delo
que não sejam man
posil

ro ficará sujeita L.
regras: tará
nholas que che- a)
dega do Porto guer
ser conduzidas por
s por Vega del por
a nacionalidade Veg
cion
nolas que saíam b)
a, e forem con- gan
ao Porto para cond
a ferrea ou por reim
espanhola, não por
a nacionalidade rán

Miguel. (I
mijo

APPENSO 3.º

Bases para o commercio marítimo

1.ª

O commercio por mar entre Portugal e Hespanha sem atravessar o territorio de qualquer dos dois Paizes, effectuar-se-ha pelas alfandegas principaes e subalternas, que na actualidade se acham estabelecidas ou vierem de futuro a estabelecer-se.

2.ª

Cada Nação conservará a sua legislação alfandegaria para o commercio marítimo, tanto de longo curso como de cabotagem; contudo, emquanto for precisa a apresentação de manifestos, papeis de bordo e conhecimentos de embarque, estes documentos serão visados pelo consul do Paiz a que se destinem as mercadorias, e, na falta d'este funcionario, pela alfandega do porto de embarque.

O visto dos ditos manifestos, papeis de bordo, e conhecimentos ou documentos que façam as suas vezes, será gratuito, nos casos em que as embarcações que carreguem mercadorias meçam menos de 100 toneladas metricas.

3.ª

Ambos os Governos resolverão, de accordo, até que pontos dos seus respectivos territorios se ha de considerar como marítimo o commercio que se faça nas proximidades da foz dos rios communs a uma e outra Nação.

4.ª

De igual modo determinarão a classe de productos hespanhoes ou portuguezes que indistinctamente possam ser conduzidos por navios portuguezes ou hespanhoes a portos de ambas as Nações, com os beneficios concedidos á bandeira nacional para os

APENSI

Bases para el c

El comercio por Portugal, sin atrav cualquiera de los de por las aduanas pri que en la actualidad ó que en lo sucesivo

Cada Nación con aduanera para el co exterior como de ci sea precisa la prese sobordos, ó conoci estos documentos se del País á que se d y á falta de este fur del puerto de embar

El visado de dicl dos, conocimientos gan sus veces será que las embarcaci mercancías midan n métricas.

Ambos Gobiernos hasta que puntos d torios se ha de con el comercio que se cadura al mar de la ríos comunes á una

De igual modo de los productos es que indistinctamente buques portuguezes de ambas Naciones, cedidos á la banders

APPENSO 4.º

Bases para o serviço de vigilância
e repressão
de fraudes e contrabando

1.º

As Altas Partes contratantes obrigam-se a adoptar, segundo a fôrma estabelecida n'este appenso, as devidas disposições para impedir, descobrir e reprimir as transgressões que possam intentar-se ou levar-se a effeito em qualquer dos dois Paizes contra as leis e regulamentos alfandegarios, no que disser respeito a descaminho de direitos, contrabando e monopolios do Estado.

2.º

Os empregados das alfandegas e da fiscalisação e as autoridades administrativas ou concelhias, que tiverem conhecimento de que se prepara algum acto de fraude ou contrabando ou alguma transgressão das ditas leis e regulamentos do outro Paiz, procurarão impedir por todos os meios possiveis que o dito acto se realise, participando os factos á auctoridade superior da sua Nação.

3.º

Quando o contrabando, a fraude ou a transgressão se houver realiado, os empregados alfandegarios, a guarda fiscal, autoridades administrativas ou concelhias, que tiverem conhecimento dos factos, participal-o-hão sem perda de tempo á auctoridade superior do seu Paiz, indicando todos os dados e pormenores de que tenham conhecimento, para que possam ser punidos os delinquentes.

A auctoridade superior que houver recebido a denuncia dará immediatamente conhecimento de tudo á auctoridade competente da Nação em que possam ter-se

AP

Bases para
y repres
y de l.

Las Altas P.
gan á adoptar,
este apéndice, la
impedir, descub
siones que pud
á efecto en cu
contra las leyes
de la otra Nació
daciones de der
nopolios del Ex

Los empleado
y autoridades a
les que tengan
prepara algún a
trabando, ó al
chas leyes y re
procurarán imp
posibles que dic
pando los heche
de su Nación.

Cuando el co
ó la transgresión
empleados de a
ridades administ
hayan tenido co
lo participarán,
de tiempo á la
País, indicando
nores que conoz
castigados los qu
bles.

La autoridad
cibido la denur
cuenta de todo
diente de la Na

des e transgressões de- efec
nun

4.^a
as superiores a que se re- I
anteriores serão em um fier
governadores civis, ou os en
es da repartição de fazen- los
adores principaes da al- min
refes da guarda fiscal das jefe
incias ou circumscripções pro
gressão ou fraude se haja grei
caso, ou consummado no tade

5.^a
de ambos os Paizes pode- I
commum accordo outra des
ridades ou funcçionarios aut
mittir e dar seguimento ás mit
e se trata. se l

6.^a
toridades superiores com- I
maior brevidade, e a ser á l
grapho, ás respectivas di- telé
ndegas todos os factos in- adu
averem sido denunciados le l
superior do outro Paiz. dad

7.^a
e postos habilitados de I
na fronteira terrestre ou bas
rial (na parte navegavel), la l
nas ás outras, verbalmente car
todos os esclarecimentos dad
que reciprocamente lhes sob
sobre o movimento com- Paí
os os Paizes.

8.^a
mais efficaz a repressão do I
las fraudes, as alfandegas, con
alisação e auctoridades fis- adu
ntro Paiz, sem prejuizo des
entamente, communicarão juic
vações que julgarem oppor- con
eguir aquelle resultado. opo

9.^a
tugal como em Hespanha, l
e os respectivos Governos me

a não consentir que na fronteira terrestre, e nas margens da parte navegavel dos rios communs a ambos os Paizes, se estabeleçam armazens ou depositos de mercadorias que se presuma poderem destinar-se a introdução fraudulenta no territorio da outra Nação.

10.ª

Os armazens ou depositos de mercadorias que, em conformidade das disposições de cada Nação, se acharem estabelecidos ou se estabelecerem na dita fronteira terrestre ou nas mencionadas margens dos rios, estarão sujeitos á vigilancia das alfandegas e da guarda fiscal do paiz em que os armazens forem situados, para que se evite qualquer fraude que possa intentar-se na outra nação.

11.ª

Se em qualquer dos dois Paizes se intentar a formação de sociedades para assegurar a introdução, no outro, de mercadorias, com redução de direitos ou para fazer contrabando, taes associações serão punidas segundo os codigos respectivos, e os contratos que possam ter realizado serão submettidos á acção dos competentes tribunaes de justiça, devendo os Governos communicar um ao outro os processos que por semelhantes motivos sejam instruidos nos seus territorios, assim como tambem os nomes das pessoas ou firmas das sociedades que notoriamente se dedicuem a preparar ou realizar as fraudes ou contrabandos, para que se exerça a devida vigilancia e se adoptem as precauções precisas.

12.ª

As alfandegas das duas Nações não despacharão por saída as mercadorias cuja importação esteja prohibida respectivamente em um ou outro Paiz; nem tão pouco auctorisarão a exportação de productos para uma alfandega da outra nação que não tenha previa faculdade ou habilitação para recebê-los e despachá-los.

(L. S.) = *Conde de São Miguel.*

por tierra y en las orillas de la parte navegable de los rios comunes á ambos Países, se establezcan almacenes ó depósitos de mercancías que se presuma puedan destinarse á la introducción fraudulenta en la otra Nación.

10.ª

Los almacenes ó depósitos de mercancías que con arreglo á las disposiciones de cada Nación se hallen establecidos ó se establezcan en las orillas de los rios comunes á ambos Países, estarán sujetos á la vigilancia de las alfandegas y de la guarda fiscal del pais en que los almacenes ó depósitos fueren situados, para que se evite cualquier fraude que pueda intentarse en la otra Nación.

Se em qualquer dos dois Paizes se intentar a formação de sociedades para assegurar a introdução, no outro, de mercadorias, com redução de direitos ou para fazer contrabando, taes associações serão punidas segundo os codigos respectivos, e os contratos que possam ter realizado serão submettidos á acção dos competentes tribunaes de justiça, devendo os Governos communicar um ao outro os processos que por semelhantes motivos sejam instruidos nos seus territorios, assim como tambem os nomes das pessoas ou firmas das sociedades que notoriamente se dedicuem a preparar ou realizar as fraudes ou contrabandos, para que se exerça a devida vigilancia e se adoptem as precauções precisas.

As alfandegas das duas Nações não despacharão por saída as mercadorias cuja importação esteja prohibida respectivamente em um ou outro Paiz; nem tão pouco auctorisarão a exportação de productos para uma alfandega da outra nação que não tenha previa faculdade ou habilitação para recebê-los e despachá-los.

mj

APPENSO 5.º

Regulamento do commercio de transito

SECÇÃO I

Importação e exportação pelas vias ferreas

ARTIGO 1.º

A parte da via comprehendida entre as estações hespanholas e portuguezas, extremo dos caminhos de ferro que na actualidade se ligam na fronteira de ambos os Paizes, e bem assim a parte das linhas ferreas que de futuro tenham a mesma ligação, são declaradas vias internacionaes abertas, para os dois Paizes, á importação, á exportação e ao transito de toda a classe de mercadorias, debaixo da condição de que entre estas estações da fronteira e as alfandegas de destino ou de saída, as vias ferreas não apresentarão solução de continuidade.

ARTIGO 2.º

A acção administrativa de cada um dos dois Paizes alargar-se-ha até á estação estrangeira, em tudo quanto disser respeito á vigilancia da parte da linha ferrea declarada internacional; mas, se por qualquer acontecimento ou accidente for necessaria a intervenção dos tribunaes, a competencia d'estes terá por limite a fronteira dos dois Estados.

ARTIGO 3.º

Os comboios compostos de material portuguez poderão transitar pelas vias hespanholas e os de material hespanhol pelas vias portuguezas. As empresas dos caminhos de ferro ficam sujeitas ás disposições regulamentares estabelecidas em cada um dos dois Paizes, e á obrigação de devolver o mesmo material ao ponto da sua procedencia, com a intervenção das alfandegas respectivas.

ARTÍCULO

Las mercancías procedentes de Portugal y las destinadas a Portugal transportarse por la vía férrea que enlace las estaciones de ambos Países, tanto de día como de noche, sin exceptuar los domingos y festivos, bajo las reservas y modalidades de es

ARTÍCULO

Los trenes podrán ser utilizados por el Resguardo de la Aduana en la parte de la línea internacional, no pudiendo pasar a la estación portuguesa ni los portugueses de la estación próxima.

Las compañías de ferrocarril darán asiento gratuito a dicho Resguardo a la ida como a la vuelta, lo más cerca posible de la estación, si fueren vigilando.

ARTÍCULO

Para el servicio de estacionamiento se establecerán puestos en las estaciones, y las compañías por el efecto en cada estación darán facilidades a facilitar a la aduana la instalación necesario

ARTÍCULO

Los agentes de aduana en la estación extranjera para el servicio de viajeros vestirán uniforme y llevarán su instrumento.

Mientras residan en el país estarán sujetos a las leyes y pagarán las contribuciones de los demás extranjeros.

Tanto ellos como sus familiares estarán exentos del servicio de la guardia nacional, de impuestos y de contribuciones personales establecidas en el país.

En lo relativo al servicio

terna da estação dependerão exclusivamente da auctoridade do seu Paiz.

ARTIGO 8.º

Os comboios que conduzirem mercadorias deverão ser acompanhados por uma guia de expedição para cada uma das estações terminus do outro Paiz a que forem destinadas, a qual comprehenderá toda a respectiva carga e será formulada segundo um modelo uniforme nos dois Estados.

Esta guia será passada pelas administrações dos caminhos de ferro; apresentar-se-ha aos empregados da alfandega da saída para ser por elles visada, e servirá de base para todas as operações posteriores, bem como para se poder exigir a responsabilidade que couber á companhia do caminho de ferro encarregada do transporte das mercadorias.

Não será exigida guia de expedição para as bagagens que forem despachadas em conformidade com as disposições d'este regulamento.

ARTIGO 9.º

Os comboios hespanhoes ou portuguezes ficarão debaixo da vigilancia da alfandega respectiva, logo que cheguem á estação limite da linha internacional de cada Paiz.

O chefe de comboio entregará immediatamente a guia de expedição á alfandega de chegada.

ARTIGO 10.º

Para facilitar ás companhias os meios de fazerem as declarações com pleno conhecimento de causa, os chefes das alfandegas ficam auctorisados a permittir-lhes que, antes de fazerem a declaração, examinem as mercadorias, e mesmo que as façam descarregar e d'ellas tirem amostras para reconhecer a sua especie ou valor.

ARTIGO 11.º

As mercadorias collocar-se-hão, logo que cheguem ao ponto terminus de destino no outro Paiz, em logares especiaes na estação, escolhidos de antemão pela administração da alfandega, e que possam fechar-se.

Ahi permanecerão as mercadorias de-

terior de la estación dependerán exclusivamente de la autoridad de su País.

ARTÍCULO 8.º

Los trenes que conduzcan mercancías deberán ir a ruta para cada uno de los terminos del otro país a que estén destinadas, la cual comprenderá toda la respectiva carga y será formulada según un modelo uniforme en los dos Estados.

Esta hoja de administración se presentará a la administración de salida para ser por ellos visada, y servirá de base para todas las operaciones posteriores, así como para poder exigir la responsabilidad que corresponda a la compañía del ferrocarril encargada del transporte de las mercancías.

No se exigirá guía de expedición para las bagajes que sean despachados en conformidad con las disposiciones de este reglamento.

Los trenes españoles o portugueses quedarán bajo la vigilancia de la aduana respectiva, tan pronto como lleguen a la estación límite de cada país.

El jefe del tren entregará inmediatamente la guía de expedición a la aduana de llegada.

Para facilitar a las compañías los medios de hacer las declaraciones con pleno conocimiento de causa, los jefes de las aduanas quedan autorizados a permitirles que, antes de hacer la declaración, examinen las mercancías, e incluso que las descarguen y saquen muestras para reconocer su especie o valor.

Al llegar al punto terminus de destino en el otro país, las mercancías se colocarán en lugares especiales en la estación, elegidos de antemano por la administración de la aduana, y que puedan cerrarse. Allí permanecerán las mercancías de-

tamente livre de todos os direitos de alfandegas, bem como de qualquer outro imposto geral provincial, municipal, ou de qualquer outra natureza ou denominação.

ARTIGO 16.º

A liberdade de transito de mercadorias estabelece-se debaixo do principio da mais completa reciprocidade, para o que se applicarão em ambos os Paizes as mesmas regras e formalidades d'este regulamento.

ARTIGO 17.º

As empresas de caminhos de ferro não poderão negar o transito pelas suas linhas aos vagoes carregados de mercadorias.

As expedições de mercadorias deverão ser feitas por comboios directos de pequena velocidade, ou por comboios mixtos, quando as empresas assim o houverem contratado com os expedidores, e só em caso de provada força maior se deterão os vagoes nas estações intermedias, até á passagem do primeiro comboio.

ARTIGO 18.º

As mercadorias em transito collocar-se-hão em vagoes de corrediça, fechados regularmente por meio de sellos de chumbo ou cadeados, ou debaixo de encerrados precintados.

ARTIGO 19.º

Os volumes que pesarem menos de 25 kilogrammas não poderão ser collocados senão em vagoes de corrediça.

Contudo, quando algum d'estes volumes constitua excesso de carga, poderá admitir-se em caixas ou gigos com assentimento da alfandega, fechando-se com sellos de chumbo ou cadeados.

Tambem poderão empregar-se gigos quando o numero de volumes não baste para encher um vagon.

Estas caixas e gigos serão fornecidos pelas empresas de caminhos de ferro.

ARTIGO 20.º

Poderão ser conduzidos em vagoes abertos ou sem coberta os minerios, o phosphato de cal, os metaes em bruto, barra,

mente livre de todo derecho de aduanas, así como de cualquier otro impuesto general provincial, u otra clase ó denom

ART

La libertad del se establece bajo completa reciprocidad en ambos I y formalidades qu mento.

ART

Las empresas drán negar el trá vagoes cargados

Las expediciones rán hacerse en tre velocidad, ó en t lo hubieren estipi los expedidores, y mayor probada se en las estaciones so del primer tren

ART

Las mercancías en vagoes de cor gularidad por me dos ó bajo vacas p

ART

Los bultos que logramos sólo pod de corredera.

Sin embargo, e bultos forme exce tirse en cajas ó c la aduana, cerrán dados.

También podr cuando el número ciente para llenar

Dichas cajas y rán las empresas c

ART

Se podrán cond ó sin cubierta los cal, los metales en

linguados ou sucata, e a cortiça em bruto ou em pranchas, bem como o vinho e o azeite de oliveira, quando venha em odres, barris ou barricas, os cereaes em saccos, e o azougue nas suas vasilhas proprias, de forma a todos os objectos que por suas dimensões fechados.

pagos y el corcho en así como también en olivas, siempre que en lejos, barriles ó barr tenidos en sacos y el ses naturales de hier que por sus dimensiones cerrados.

ARTÍCULO

rias em arte, na ração em a quantida, numero e proceden tidas; a alfandega bem as-

Los remitentes de tránsito presentarán aduana expedidora expresando el número numeración y peso y procedencia de las contenidas y la fecha macenes, así como terrestre de salida ; tino.

pedidoras dos dois nus, quer ue se re- terceiro > transito

Son consideradas no solamente las de diarias en cualquiera de las terminales, ya mas, en que se recí un tercer País que del tránsito en ellos.

m Portu- lastello e todos os e tenham a solução ortugal e os outros .

Estas estaciones Portugal: Lisboa, O tello y Figueira da dos los puertos y a tengan actualmente solución de continui tugal, y los demás p aivo se designen en Países.

ARTÍCULO

e numero los expe- volumes l-o, com- rações.

Todos los bultos t ración diferentes; p expedidores formar otro mayor podrán en las declaraciones.

ARTÍCULO

rificarem examina- m a gra- egundo a caixas ou dade nas

Las aduanas, des; teriormente los bult mercancias á granel, precintar los vagone forma establecida, c claraciones la confor

declarações, e com os dados d'estes documentos redigirão uma guia em duplicado.

O encarregado da expedição no caminho de ferro respectivo passará recibo das mercadorias nas declarações, e receberá o duplicado da guia de transito, a qual acompanhará necessariamente as mercadorias. O prazo para o transito será o mesmo fixado pelos itinerarios dos caminhos de ferro.

ARTIGO 24.º

As mercadorias destinadas a qualquer Paiz em transito por Portugal ou Hespanha poderão passar para outro vasilhame ou para outros envoltorios, comtanto que tal operação se realice nas alfandegas ou depositos determinados, com intervenção de empregados das alfandegas, e que sejam postas nas vasilhas ou envoltorios como indicação, as marcas ou signaes que tinham os primitivos.

ARTIGO 25.º

Tanto Portugal como Hespanha terão a faculdade de marcar com signaes indeleveis: a fogo o vasilhame ou caixaria de madeira; a tinta ou de outro modo, os envoltorios de outra qualquer materia em que sejam acondicionadas mercadorias que transitem pelos respectivos territorios, a fim de que se possa reconhecer o paiz de produção ou manufactura da mercadoria e aquelle por onde apenas tenha passado em transito.

ARTIGO 26.º

As empresas dos caminhos de ferro são responsaveis directamente para com as alfandegas de ambas as Nações, pela entrega dos volumes e mercadorias, no estado em que as tiverem recebido, e ficam sujeitas ás penas estabelecidas na legislação respectiva de cada Paiz, pela alteração dos sellos e precintas, pela defraudação de direitos proveniente de extravio, subtracção ou troca de volumes, ou das mercadorias n'elles contidas e diferenças de qualidade ou peso, bem como são responsaveis pelo pagamento das multas que forem imposta.

de estos documentos formarán una guía duplicada.

El encargado de la expedición en el ferrocarril respectivo pondrá el *recibí* de las mercancías en las declaraciones, y recogerá la guía duplicada de tránsito, cuyo documento acompañará necesariamente á las mercancías. El plazo para el tránsito será el mismo fijado para los itinerarios de los ferrocarriles.

lfan- por
ros

eitos I
nas recl
unho las
frac- ó d
r-~~re~~ nes
os se por
ren

assar I
exce- fror
los
nas I
enha cocl
lirei- cias
das
agar 7
com- cho
ondi- ros
mal
o de des
endo Paí
tres ctu

quer I
fazer cua
i en- cult
tran- paje
ellos rifle
si h

tran- I
izes, diri
aspa- rán
tabe- jes,
Paí

naito I
sec- se

ções das alfandegas das estações de caminhos de ferro limitrophes de ambas as Nações, quando a entrada se effectuar pela via ferrea.

SECÇÃO IV

Do transitio por um dos dois Paizes, das mercadorias do outro, das procedentes das suas provincias ultramarinas, e das que saíam dos seus portos para reimportação

ARTIGO 32.

Os generos e fructos de produção de qualquer das provincias hespanholas do ultramar e d'ali procedentes directamente que se depositarem nas alfandegas de Lisboa, Porto, Figueira da Foz, Vianna do Castello, ou outras de Portugal que possa designar-se, e se expedirem para Hespanha pelo caminho de ferro ou por navios hespanhoes para portos tambem hespanhoes e as mercadorias e generos e fructos produzidos nas provincias portuguezas do ultramar e d'ahi procedentes directamente que se depositarem nas alfandegas de Barcelona, Malaga, Santander, Vigo e outras de Hespanha que possam indicar-se e se expedirem para Portugal pelo caminho de ferro ou por navios portuguezes para portos tambem portuguezes, conservarão a sua nacionalidade, e tanto nas alfandegas maritimas para que forem corrigidos, como nas de Badajoz, Valencia de Alcantara, Fregeneda, Fuentes de Oñoro e Tuy em Hespanha e nas que de futuro designem n'aquelle Paiz ou em Portugal, gozarão respectivamente de todos os beneficios concedidos pela legislação de cada uma das duas Nações, aos productos que vão directamente das suas provincias ultramarinas; por conseguinte terão a mesma isenção e pagarão os mesmos direitos que pagariam tivessem sido importados por qualquer porto de Portugal ou Hespanha em viagem directa das referidas provincias; entendendo-se que os mesmos productos gozam dos sobreditos beneficios mesmo quando não componha a totalidade do carregamento do navio que os conduza das provincias ultramarinas a referidos depositos e qualquer que seja destino do resto do carregamento.

Las mer-
ques de est
mente desd
tes para
Lisboa ú C
do Castello
que pudier
reas portu
dajoz, Vale
Oñoro, Fre
cesivo se s
nacionalida
tugués, y s
chas aduan
España. R
nacionalida
que en igu
territorio e

Disfructu
cancias esp
lencia de A
geneda, Tu
jarse se ex
gueira da
puertos de
designen p
después po
en los pue
adyacentes
cias españ
ciprocidad
mismo ben
ritorio espa

Para qu
ficios á que
33.º y 34.º
lidades sig

1.ª Toda
se alinacer
aduanas m
señales ó indicaciones, para que en todo
tiempo se pueda probar su nacionalidad y
procedencia.

2.ª Después de hecho el depósito, los
importadores ó sus representantes podrán

despachar as mercadorias para o consumo, transito ou reexportação, quer em Portugal, quer em Hespanha, segundo as circunstancias.

ARTIGO 36.º

Os navios de qualquer Paiz, vindos directamente das provincias hespanholas do ultramar com productos d'ellas poderão fazer escala por Lisboa, Porto, Figueira da Foz, Vianna do Castello, ou outros portos que se designem para descarregarem parte da carga, e dirigirem-se em seguida a qualquer porto hespanhol ou estrangeiro, sem que pelo facto de haverem descarregado nos ditos portos portuguezes percam nos de Hespanha os beneficios outorgados pela sua legislação ás procedencias directas. Os navios que navegarem sob qualquer bandeira e que de Hespanha se dirigirem ás provincias hespanholas do ultramar poderão entrar no Porto, Lisboa, Figueira da Foz, Vianna do Castello e mais portos que se designem de futuro, ou completar a carga com mercadorias hespanholas depositadas nas alfandegas das referidas cidades portuguezas, e estas mercadorias serão admittidas naquellas provincias ultramarinas, pagando os mesmos direitos a que estariam sujeitas se houvessem saído dos portos hespanhoes depois de justificarem a sua nacionalidade.

Os navios hespanhoes que, saíndo de Hespanha ou de portos estrangeiros, fizerem escala por Lisboa, Porto, Figueira da Foz, Vianna do Castello ou por outros que se designem, poderão completar a carga com mercadorias hespanholas ou coloniaes, tomadas nos depositos das mencionadas cidades para serem conduzidas a um porto hespanhol sem que, em nenhum dos casos, as mesmas mercadorias percam a sua nacionalidade.

Reciprocamente, serão concedidas as mesmas vantagens, nos portos hespanhoes que de futuro se designem, aos navios e mercadorias destinadas a portos portuguezes.

ARTIGO 37.º

Os navios hespanhoes que conduzirem mercadorias tambem hespanholas de um

despachar las mercaderías ó para la transito ó para la exportación, ya en Portugal, ya en España, segun las circunstancias.

ARTÍCULO 36.º

Los buques de cualquier País, venidos directamente de las provincias españolas de ultramar, podrán hacer escala en Lisboa, Oporto, Figueira da Foz, Vianna do Castello, u otros puertos que se designen para descargar parte de la carga, y dirigirse inmediatamente á cualquier puerto español ó extranjero, sin que por el hecho de haber descargado en los dichos puertos portugueses pierdan en España los beneficios otorgados por la legislación á las procedencias directas. Los buques que naveguen con cualquier bandera, y que de España se dirijan á las provincias españolas de ultramar, podrán entrar en el Porto, Lisboa, Figueira da Foz, Vianna do Castello, y demas puertos que se designen de futuro, ó completar la carga con mercaderías españolas depositadas en las aduanas de las referidas ciudades portuguesas, y estas mercaderías serán admitidas en aquellas provincias ultramarinas, pagando los mismos derechos á que estarían sujetas si hubiesen salido de los puertos españoles después de justificar su nacionalidad.

Los barcos españoles que, saliendo de España ó del extranjero, hagan escala en Lisboa, Oporto, Figueira da Foz, Vianna do Castello, u en puertos que se designen, podrán completar su cargamento con mercaderías españolas ó coloniales tomadas en los depositos de las mencionadas ciudades para ser conducidas á un puerto español, sin que, en ningun caso, las mismas mercaderías pierdan su nacionalidad.

En reciprocidad, serán concedidas en los puertos españoles que de futuro se designen en los buques y mercaderías destinadas á los puertos portugueses.

ARTÍCULO 37.º

Los buques españoles que conduzcan mercaderías también españolas de un

Adoptarão igualmente de common accordo as medidas necessarias para que o numero de empregados das respectivas alfandegas, bem como as horas de serviço estejam, quanto possivel, a par das necessidades devidamente justificadas do serviço dos caminhos de ferro.

Assegurarão a reexpedição dos viajantes e suas bagagens pelo comboio correspondente no praso minimo de uma hora.

Adoptarão igualmente as medidas precisas para que a baldeação das mercadorias se effectue em todos os casos, no praso de vinte e quatro horas.

ARTIGO 40.º

Quando as administrações dos caminhos de ferro de qualquer dos dois Paizes não estejam em harmonia sobre os diferentes casos previstos n'este regulamento, ou sobre os meios de assegurar a continuação do serviço e de facilitar o commercio de transito, os dois Governos intervirão para determinar o que julgarem necessario.

ARTIGO 41.º

Os Governos dos dois Paizes obrigam-se a conseguir das companhias de caminhos de ferro a que pertençam, no todo ou em parte, as linhas internacionaes de transito, que n'estas linhas não seja directa nem indirectamente impedido, ou demorado o transito, nem se estabeleçam tarifas que ao mesmo transito imponham condições desfavoraveis de competencia com as de outras linhas, obrigando-se igualmente ambos os Governos a proceder do mesmo modo nas linhas pertencentes ao Estado.

São consideradas linhas internacionaes, para o effeito do transito através do territorio dos dois Paizes, as que, ligando-se na fronteira dos mesmos Paizes, sirvam para o transporte de mercadorias e bagagens procedentes de um d'elles, ou de um terceiro Paiz, qualquer que seja o Paiz para que vão, quer transitem pela via ferrea contínua, quer pelos portos de mar ligados ás vias ferreas que cruzam a fronteira.

Adoptarán asimismo de común acuerdo las medidas oportunas para que el número de empleados de las aduanas respectivas, así como también las horas de trabajo, estén en cuanto sea posible en relación con las necesidades debidamente apreciadas del servicio de los ferrocarriles.

Asegurarán la reexpedición de los viajeros y sus equipajes por el tren correspondiente en el plazo mínimo de una hora.

Adoptarán igualmente las medidas para que el transbordo de las mercancías se efectúe en todos los casos en el plazo de veinte y cuatro horas.

ARTÍCULO 40.º

Quando las administraciones de los caminos de hierro de uno ú otro Estado no estén conformes en los diferentes puntos previstos en este reglamento ó en los medios de asegurar la continuación del servicio y de facilitar el comercio de tránsito, los dos Gobiernos intervendrán para disponer lo que juzguen necesario.

ARTÍCULO 41.º

Los Gobiernos de ambos Países se obligan á alcanzar de las compañías de ferrocarriles á que pertenezcan, en parte ó en todo, las líneas internacionales de tránsito, que en estas líneas no se pueda directa ni indirectamente impedir ni demorar el tránsito ni establecer tarifas que al mismo tránsito impongan condiciones desfavorables de competencia con las de otras líneas; obligándose igualmente ambos Gobiernos á hacer lo mismo en las líneas que pertenezcan al Estado.

Son consideradas para el efecto del tránsito á través del territorio de los dos Países líneas internacionales las que continuando en las fronteras de ambos sirvan para el transporte de mercancías y equipajes procedentes de uno de ellos ó de un tercer País, cualquiera que sea el País á que se destinen, ya transiten por la vía férrea continua, ya por los puertos de mar ligados á las vías férreas que cruzan la frontera.

ARTIGO

Para a fixação das e
linhas internacionaes q
verem designadas, a da
linhas, fixação das alfa
não estejam habilitadas
transito, e, por ultimo.
cumprimento da parte
que actualmente não e
marcado o praso de oi
do dia em que as disp
regulamento sejam app

APPENSO 6.º

Reglamento de policia costeira e de pesca

SECÇÃO I

Disposições applicaveis ás aguas jurisdiccionales de cada país

ARTIGO 1.º

A policia costeira e da pesca nas aguas jurisdiccionales de Portugal e de Hespanha ficará sujeita ás disposições seguintes:

ARTIGO 2.º

Os limites dentro dos quaes o direito geral de pesca fica reservado exclusivamente aos pescadores sujeitos ás respectivas jurisdicções das duas Nações são fixados em 6 milhas contadas por fóra da linha da baixamar das maiores aguas.

Para as bahias cuja abertura não exceda a 10 milhas, as 6 milhas se contarão a partir da linha recta tirada de uma á outra ponta.

As milhas mencionadas são milhas geographicas de 60 ao grau de latitude.

ARTIGO 3.º

Cada um dos dois Estados terá o direito de regular o exercicio da pesca nas suas respectivas costas marítimas até á distancia de 6 milhas das mesmas, limite dentro do qual só será permittido aos pescadores nacionaes exercer esta industria.

Os dois Estados convêm em que é prohibido o emprego de parelhas, muletas ou outros apparelhos de effeito nocivo até á distancia de 12 milhas, podendo cada um d'elles fazer deter os infractores até que se levante o respectivo auto, devendo comtudo mandar entregal-os dentro do praso de oito dias á competente auctoridade do rei-

APÉNDICE 6.º

Reglamento de policia costera y de pesca

SECCIÓN I

Disposiciones applicables á las aguas jurisdiccionales de cada País

ARTÍCULO 1.º

La policia costera y de pesca en las aguas jurisdiccionales de España y de Portugal, quedará sujeta á las disposiciones siguientes:

ARTÍCULO 2.º

Los limites dentro de los cuales el derecho general de pesca queda reservado exclusivamente á los pescadores sujetos á las jurisdicciones respectivas de las dos Naciones, se fijan en 6 millas, contadas por fuera de la línea de bajamar de las mayores mareas.

Para las bahías cuya abertura no exceda de 10 millas, las 6 millas se contarán a partir de una línea recta tirada de una punta á la otra.

Las millas mencionadas son millas geográficas de 60 al grado de latitud.

ARTÍCULO 3.º

Cada uno de los Estados tendrá el derecho de reglamentar el ejercicio de la pesca en sus respectivas costas marítimas hasta una distancia de 6 millas de las mismas, limite dentro del cual solamente será permitido á los pescadores nacionales ejercer esta industria.

Los dos Estados convienen en que está prohibido el uso de parejas, muletas ú otros aparejos de efecto nocivo hasta la distancia de 12 millas, teniendo cada uno la facultad de hacer detener á los infractores hasta que se levante la respectiva acta, debiendo, sin embargo, mandarlos entregar en el plazo de ocho días á la autoridad compe-

no vizinho, para
das as penas co
gulamentos do sei

A

Para o effeito
paração das agu
maritimas adjacei

3.º Quando sejam obrigadas a bordejar por causa de vento contrario, para chegar ao sitio onde vão pescar, e quando, em consequencia da mesma causa de vento ou de maré contrarios, não puderem, sem invadir essa zona, continuar o seu caminho para dirigir-se ao sitio da pesca, ou regressar ao porto.

Exceptuam-se as parellhas, muletas ou outras embarcações que empreguem na pesca aparelhos nocivos, as quaes não poderão bordejar dentro da zona reservada a cada Paiz;

4.º Quando haja absoluta necessidade de ganhar o porto mais proximo do outro Paiz para abastecer-se.

Tambem se não considerará infracção ao disposto n'este artigo a presença nas aguas jurisdiccionales de um dos Paizes de aparelhos fluctuantes ou redes de arrastar pertencentes a pescadores do outro Paiz, quando para ali tenham sido impellidos pelas correntes ou pelos ventos, devendo contudo os seus donos retirá-los no mais curto prazo possivel.

ARTIGO 7.º

Sempre que, por motivo de algumas das circunstancias excepcionaes, indicadas no artigo precedente, as embarcações de pesca de uma ou outra Nação se vejam no caso de navegar dentro dos limites definidos nos artigos 2.º e 4.º, deverão trazer as vélas largas, quando as circunstancias o permitam, e arvorar um signal convencional.

Este signal consistirá n'uma corneta vermelha com ponta amarella para as embarcações hespanholas, e branca com ponta azul para as portuguezas; as dimensões d'esta corneta serão 0^m,50 de comprimento por 0^m,15 de altura.

Quando, por causa do mau tempo, de avaria manifesta ou de abastecimento, as embarcações se vejam obrigadas a procurar abrigo nos portos, darão immediatamente aviso á auctoridade maritima local, a qual apreciará a oportunidade da demora.

Quando as causas de demora sejam reconhecidas como justificadas pela dita au-

3.º Cuando estén obligadas á bordejar, á causa del viento contrario, para llegar al sitio adonde van á pesca en secuencia de la misma causa de la marea contrarios, invadir esa zona, continúe dirigirse al sitio de la p puerto.

Se exceptúan las pe otras embarcaciones que aparejos nocivos, las cus dear dentro de la zona Paia;

4.º Cuando haya abe ganar al puerto más pró: para abastecerse.

Tampoco será conside este artículo la presenci risdccionales de uno de rejos flotantes ó redes necientes á pescadores hayan sido impellidos p por los vientos; debiendo dueños retirarlas en el posible.

ARTÍCULO

Siempre que en razón circunstancias excepcion el artículo precedente, de pesca de una ú otra tren en el caso de nav límites definidos en los s deberán tener las velas circunstancias lo permit señal convencional.

Esta señal consistirá e con punta amarilla para españolas, y blanca cor las portuguesas. La dim neta será de 0^m,50 de l de altura.

Quando por causa de averia manifesta ó abas llen obligadas las embau abrigo en los puertos, diatamente á la autori ellos, la cual apreciará la detención.

Quando las causas de sido reconocidas como

esca desfru- autor
ncedidas ás frutal
n, quer seja á las
para a venda sea p
spectivos di de su
lidas sanita aduar

. terão a fa- Lo
as embarca- facult
visitas pre- cacion
neiros, antes que p
uer objecto. antes
es se acha- Mi
itados, não haller
to algum, e ejercer
logo que o deber
xceptionaes como
l'elles. pciona

reações cru- Lo
nbas as Na- guard
es ou outros asimis
, apreciarão dos d
egulamentos las ca
limites res- mento
as embarca- tes re
quando não barca
las, poderão y cua
ações delin- tificad
ão conduzir las en
ctores, para ducirá
, quem com- Nació
por lo
cer ex

los os paizes en el
as

esca, tanto Tod
, terão si- espanh
ladas
s de pesca En
mandancia, perten
dem a uma y en l
uma mesma misma

serie de numeros precedidos das letras iniciais das commandancias ou capitancias respectivas.

ARTIGO 10.º

As letras e os numeros de que trata o artigo antecedente se collocarão em cada amura a 8 ou 10 centimetros da borda, e serão pintadas de branco a oleo em fundo negro de modo visivel.

As dimensões d'estas letras e numeros serão para as embarcações de mais de 15 toneladas, de 45 centimetros de altura por 6 de largo, e para as embarcações de menos de 15 toneladas serão de 25 centimetros de altura por 4 centimetros de largo. As mesmas letras e numeros se collocarão igualmente de cada lado da véla maior da embarcação, pintadas a oleo, de preto sobre as vélas brancas, e de branco sobre as velas cortidas ou escuras; estas letras e numeros terão mais um terço nas suas dimensões do que as collocadas nas amuras da embarcação.

ARTIGO 11.º

Collocar-se-hão sobre as boias e fluctuadores principaes dos instrumentos de pesca pertencentes a cada embarcação a letra e numero correspondentes á mesma, e o mesmo se praticará com os botes, ferros, redes e em geral com todos os apparelhos de pesca pertencentes á embarcação. Estes signaes terão as dimensões sufficientes para que possam ser facilmente reconhecidos.

Os proprietarios de instrumentos de pesca poderão alem d'isso marcar-os com os signaes particulares que julguem convenientes dos quaes, para terem effeito, segundo este regulamento, darão conhecimento á auctoridade maritima local.

ARTIGO 12.º

As letras e numeros das embarcações de pesca, tanto portuguezas como hespanholas, serão designadas nas matriculas ou roes de equipagem d'estas embarcações.

ARTIGO 13.º

Designar-se-ha na matricula ou rol de

serie de números, precedidos de las letras iniciales de las comandancias ó capitánias respectivas.

ARTÍCULO 10.º

Las letras y los números de que artículo antecedente se colocarán e amura á 8 ó 10 centímetros debaj borda, pintados de blanco al óleo fondo negro de una manera visible.

Las dimensiones de estas letras y ros serán: para las embarcaciones de 15 toneladas, de 45 centímetros tura y 6 centímetros de trazo, y p embarcaciones de menos de 15 to serán de 25 centímetros de altura centímetros de trazo. Las mismas l números se colocarán igualmente e lado de la vela mayor de la embar pintados al óleo, de negro sobre la blancas, y de blanco sobre las velas ó negras. Estas letras y números t una tercera parte más de tamaño colocados en la amura de la embar

ARTÍCULO 11.º

Se colocarán sobre las boyas y flo principales de los instrumentos de pertenecientes á cada embarcación y número correspondientes á la misma mismo se practicará con los barcos, l redes y en general con todos los a de pesca pertenecientes á la embar Estas señales tendrán las dimensiones para ser fácilmente reconocidas.

Los propietarios de instrumentos de pesca podrán además marcarlos con gnos particulares que ellos estimen nientes, de los cuales, para tener según este reglamento, darán conoc á la autoridad marítima local.

ARTÍCULO 12.º

Las letras y números de las embarcaciones de pesca, tanto españolas como portuguezas, serán consignadas en las matriculas ó en los roles de la tripulación de estas embarcaciones.

ARTÍCULO 13.º

Las matriculas ó roles de las en

LXVIII

e do (

ações
obri- (

exi- 1

es de 1

lo aos t

a, ou 1

n'essa 1

estes 1

1

qual-
as ou (

e nas 1

(

s Pai-
tadas 1

aroes, 1

1

legum
u lan- 1

a pre- 1

do as 1

cendo 1

1

pesca
ol nos (

s flu- 1

te ou (

al de- (

1

1

local Quando se reúnem em um sítio de pesca
os de unos barcos con cubiertas y otros que no
o ap la tengan, y vayan á calar á un tiempo
eriva, redes de deriva, las calarán los últimos á
e pri barlovento de los primeros.

uma Si el calamento no fuera simultáneo y

embarcação de coberta lançar os seus aparelhos ou redes a barlavento de outra de bôca aberta que esteja lá pescando, ou se uma embarcação de bôca aberta o fizer a sotavento de outra de coberta, e que se ache já pescando, a responsabilidade das avarias que resultarem aos aparelhos ou redes cabe aos ultimos que as lançaram, a menos que provem que houve caso de força maior ou que a avaria não se deu por falta da sua parte.

ARTIGO 20.º

É prohibido a todo o pescador amarrar ou aguentar a sua embarcação ás redes, boias fluctuantes, ou a qualquer outro objecto das artes de pesca pertencentes outra embarcação.

ARTIGO 21.º

Quando os pescadores de artes de arrastar se achem á vista de pescadores de redes fluctuantes, de deriva ou de aparelhos, taes como talhas, palangres ou outra de linha, tomarão as medidas necessarias para evitar prejuizos a estes ultimos. E caso de damno a responsabilidade recae sobre os pescadores das artes de arrastar, a menos que estes não provarem que houve caso de força maior, ou que a perda soffrida foi por culpa sua.

ARTIGO 22.º

É prohibido engatar ou suspender rede, cordas, linhas ou qualquer instrumento de pesca pertencente a outrem debaixo de qualquer pretexto que seja, salvo caso de força maior.

ARTIGO 23.º

Se uma embarcação que pescar com aparelhos ou linhas os cruzar com os de outra embarcação, é prohibido ao que levanta cortar os da outra, a não ser em caso de força maior, e mesmo n'este caso deve immediatamente atar as linhas cortadas.

ARTIGO 24.º

Quando se embaracem redes, aparelhos ou linhas de duas ou mais embarcações

una embarcación con cubierta calase sus redes á barlovento de otra abierta que esté pescando, ó si una embarcación sin cubierta calase las suyas á sotavento de otra que la tenga y que se hallase ya pescando, la responsabilidad de las averías que resultase á los aparejos ó redes corresponde á los últimos que se hayan puesto á pescar, á menos que prueben que ha ha-

proibido a qualquer dos mestres ou patrões cortar as que não sejam suas sem consentimento das partes interessadas, ou quando haja perigo depois de reconhecida a impossibilidade de as separar de outro modo, caso em que toda a responsabilidade

podrán los patrones cortar los que no sean suyos, á menos de consentimiento de las partes interesadas ó cuando haya riesgo, después de reconocida la imposibilidad de separarlos de otro modo, caso en que termina toda responsabilidad.

ARTÍCULO 25.º

r instru-
ue sirva
truir re-
ou ma-
ível, de-
idas ne-
e de taes

Se prohíbe emplear cualquier instrumento ó aparato ó material que sirva exclusivamente para cortar ó destruir las redes. La existencia á bordo de estos utensilios ó materiales está prohibida y será castigada, correspondiendo á cada Nación tomar las medidas necesarias para impedir el embarque de estos efectos.

qualquer
a é pro-

El empleo de la dinamita ó de otro cualquier material explosivo queda prohibido en la pesca.

ARTÍCULO 26.º

e a exe-
signaes,
cença de
marcas
s e dos
o o que
ibe, com
ação, ex-
ão. Com-
e policia
rão par-
s infrac-
commet-
>.

El cumplimiento de las reglas concernientes á las luces y señales, al rol de la tripulación, autorización de pescar y otros papeles de á bordo, las marcas y la numeración de las embarcaciones y de los instrumentos de pesca, así como lo concerniente al artículo anterior, incumbe, respecto á los pescadores de cada Nación, á la vigilancia exclusiva de sus agentes. Sin embargo, los encargados de vigilar la pesca en ambos Países podrán participar á las autoridades del otro las infracciones de que tengan conocimiento cometidas por sus pescadores.

ARTÍCULO 27.º

mpeten-
s regras
embarca-
lo o que
erações,
possam
se seja a
as com-
omman-
arão as
as pelas
Nações,
e o caso
julguem

Las embarcaciones guarda-costas son las competentes para hacer constar las infracciones á las reglas prescritas para la colocación de las embarcaciones sobre el lugar de la pesca y para todo lo que concierne en general á estas operaciones, y particularmente los actos que puedan ocasionar daños, cualquiera que sea la nacionalidad de los pescadores que los cometieren; en su consecuencia, los comandantes de dichas embarcaciones apreciarán las causas de dichas infracciones cometidas por las embarcaciones de pesca de las dos Naciones, formarán sumario, y si el caso

necessario, conduzirão os delinquentes e suas embarcações ao porto mais proximo do Paiz d'estes, para que sejam ali comprovados a contravenção e o prejuizo (se o houver), tanto pelas declarações das Partes interessadas, como pelo testemunho das pessoas que tenham presenciado o facto.

fuera de tal gravedad que así lo juzguen necesario, conducirán á los delincuentes y sus embarcaciones al puerto más cercano del país de éstos, para que sean allí comprobados la contravención y el daño, tanto por las declaraciones de las partes interesadas, como por el testimonio de las per-

O summario ou auto deverá ser assignado por duas testemunhas e pelo infractor, cuja assignatura poderá ser substituida pela declaração da recusa; será feito na lingua do cruzador e n'elle poderão fazer quaesquer declarações na sua propria lingua não só as testemunhas, como tambem o infractor.

ARTIGO 28.º

Quando a infracção não for de natureza grave, mas que, não obstante, tenha occasionado prejuizos a qualquer pescador, os commandantes dos cruzadores poderão conciliar no mar os interessados e fixar a indemnisação a pagar, havendo concordancia das Partes. N'este caso, se uma das Partes não tiver possibilidade de pagar immediatamente, os commandantes farão redigir e assignar uma acta em duplicado, na qual se regule a indemnisação a pagar; um dos exemplares d'esta acta ficará a bordo do cruzador, e o outro se entregará ao mestre ou patrão credor, para que elle possa, em caso de necessidade, servir-se d'elle perante os tribunaes do devedor.

Quando não haja assentimento de ambas as Partes os commandantes obrarão conforme as disposições do artigo 27.º

ARTIGO 29.º

Quando os pescadores de um dos dois Paizes romperem em vias de facto contra os da outra nacionalidade, ou lhe tiverem causado voluntariamente prejuizos ou perdas, o julgamento de taes actos será da competencia dos tribunaes da Nação a que pertencerem os barcos delinquentes.

SECÇÃO III

Disposições geraes

pesca ou qual-
nento, appare-
lores e outros
ustria, encon-
ar dentro ou
es, deverá ser
de marinha, se
aduzido a Hes-
to se o objecto
al. O comman-
pitão do porto,
á os objectos
ou ás pessoas
itar.

ntes, conforme
s Paizes, fixa-
s proprietarios
s. Esta inde-
aso poderá ex-
or dos objectos
erá paga pelos

na de 6 milhas
o que ali tiver
n reclamados,
signaes suffi-
onhecer o seu

no mar com-
lo salvador, no
se-lhes o pro-

a aos delictos e
gulamento pre-
ados do dia em
ceptuam-se as
u aos danos
ue entrarão no
ectivo Estado.

SECCIÓN III

Disposiciones generales

ARTÍCULO 30.º

Toda embarcación de pesca ó cualquier objeto de su armamento, aparejos, redes, boyas, flotadores y demás instrumentos propios de la industria, encontrado ó recogido en la mar, dentro ó fuera de las aguas jurisdiccionales, deberá ser remettido al comandante de marina si el objeto encontrado es conducido á España, ó al capitán del puerto si el objeto salvado es llevado á Portugal. El comandante de marina ó el capitán del puerto, según el caso, devolverá los objetos salvados á sus propietarios ó á las personas encargadas de representarlos.

ARTÍCULO 31.º

Dichas autoridades, con arreglo á la legislación de cada uno de los Países, fijarán la indemnización, que los propietarios deban pagar á los salvadores. Esta indemnización, que en ningún caso podrá pasar de la cuarta parte del valor que tengan en aquel momento los objetos salvados, será pagada por los propietarios.

ARTÍCULO 32.º

Los objetos salvados en la zona de las 6 millas de la costa pertenecerán á la Nación que allí tenga jurisdicción, en caso de que nadie lo reclame, ó cuando carezcan de señales suficientes para encontrar á sus propietarios.

Los que hayan sido recogidos en el mar común pertenecerán á la Nación del salvador, si no se puede descubrir el propietario.

ARTÍCULO 33.º

Toda acción penal relativa á los delitos y faltas previstos por el presente reglamento prescribirá á los seis meses, contados desde el día en que haya tenido lugar el hecho. Se exceptúan las relativas á vías de hecho ó á los daños causados voluntariamente, que entrarán en el dominio de la ley general del Estado respectivo.

LXXIII

ARTIGO 34.º

A zona de 6 milhas fixada no artigo 2.º é só applicavel para os effeitos do presente regulamento.

La zona de artículo 2.º, e los efectos de

ARTIGO 35.º

A vigilancia e policia da pesca será exercida por embarcações pertencentes á marinha militar dos dois Paizes.

La vigilanc ejercida por e á la marina n

ARTIGO 36.º

A resistencia ás prescripções dos commandantes dos navios encarregados da vigilancia e policia da pesca ou aos seus delegados, bem como a desobediencia a quaesquer ordens ou requisições necessarias para que se torne effectiva essa vigilancia e policia, serão puniveis como resistencia ou desobediencia á auctoridade do Paiz a que pertencer o delinquente.

La resisten comandantes de la vigilanc sus delegados á cualesquier necesarios, á vigilancia y resistencia ó del País á qu

(L. S.)=*Conde de São Miguel.*

(L. S.)=*miño.*

LXXV

Modelo A

CERTIFICADO DE IDENTIDADE

PARA

CAIXEIROS VIAJANTE

Bom para o anno de 18...

Sello
do
Estado.

N.º do certifica

PARA HESPAÑA

PORTADOR

(Nome e appellido)

Logar, data (...)

Sello
da autoridade competente.

Sello
da autoridade e

IX

portador d'este

ou do commerc

casa... em... q

rcial...

stende obter enc

signada
signadas (design

retorisada
uctorizadas a e

lo de seu comme
sua

SIGNAES DO

...

..

articulares...

liquet. (L. S.)

LXXVII

Modelo A

CARTA DE LEGITIMACIÓN

PARA

VIAJEROS DE COMERCIO

Para el año 18...

Sello
del
Estado.

N.º de la carta...

PARA PORTUGAL

PORTADOR

(Nombre y apellido)

(Lugar y fecha...)

Sello
de la Autoridad competente.

Título y firma
de la Autoridad competente.

Modelo B

CERTIFICADO DE ORIGEM

Eu... (1) certifico que, em vista dos documentos apresentados, o s
189... (3) n'esta estação
n'este porto de... (4),... (5)volumes... (6) marca... numero
kilogrammas, contendo... (7) as quaes mercadorias são produzidas n'este
guir para a alfandega hespanhola de... (8) consignadas a... (9) para ser
em... (11).

(Data, assign

- (1) Nome da autoridade que expede o documento.
- (2) Nome do produtor ou negociante.
- (3) Data.
- (4) Nome da estação do caminho de ferro ou do porto.
- (5) Quantidade dos volumes.
- (6) Qualidade dos volumes.
- (7) Descrição generica das mercadorias.
- (8) Nome da alfandega.
- (9) Nome do consignatário, no caso de o haver
- (10) Nome do destinatário.
- (11) Nome do lugar do destino.

(L. S.) = *Conde de São Miguel.* (L. S.) = *El Marquês de l*

in

in

in

in

expl

rel

res

ter

le

.

to

PROTOCOLLO FINAL

Os plenipotenciarios abaixo assignados, reunidos n'esta data para proceder á assignatura do tratado de commercio e de navegação que precede, concordaram nas seguintes declarações que formam parte integrante do mesmo tratado.

I. — *No que diz respeito ao texto do Tratado.*

Ao artigo 7.º— Fica expressamente consignado, com relação a navegação, que a Hespanha gosará em Portugal, no territorio da Peninsula e nos archipelagos da Madeira e Açores, do tratamento que gosam as nações com as quaes Portugal tem actualmente Tratados e d'aquelle que Portugal conceder de futuro ás outras Nações. Depois de 10 de julho de 1895, data em que finda o tratado de commercio e de navegação entre Portugal e a Suecia, a Hespanha não gosará as vantagens que presentemente gosam por aquelles Tratados a Republica da Africa Meridional e o Estado Livre de Orange.

Ao artigo 17.º— Os dois governos nomearão com a maior brevidade possivel os respectivos commissarios que devam redigir os regulamentos especiaes que são complemento do presente Tratado, e cujas bases estão incluídas nos appensos annexos ao mesmo, n.ºs 1, 2, 3 e 4.

II. — *No que diz respeito a todas as tabellas.*

1.º A particula *ex* que antecede a designação de alguns artigos das tabellas, significa que, alem dos productos designados em continuação do dito numero, e que fazem objecto de tratamento especial, os ar-

PROTOCOLO

Los plenipotenciarios dos en el día de la á la firma del Trat. antecede, han acordado declaraciones, que grante del mismo

I. — *En lo relativo al*

Al artículo 7.º— Consignado, con respecto que España disfrutará territorio de su península y archipiélagos de Madeira y de que gozan las Naciones actualmente Portugal que en lo futuro concierne. Después de expirar el día 10 de julio de 1895, la España no gozará las ventajas que actualmente gozan por aquellos Tratados la República de África meridional y Orange.

Al artículo 17.º— Posible los dos Gobiernos nombrarán con la mayor brevedad posible los respectivos comisionados que redigirán los reglamentos especiales que son complemento de este Tratado, y cuyas bases están incluidas en los apéndices anexos al mismo, números 1.

II. — *En lo relativo a*

1.º La particula *ex* que antecede a designación del número de las tablas, significa que, además de los productos expresados en la continuación del dicho número, y que

tigos comprehendem outros productos que ficam expressamente excluidos do regimen das tabellas.

espeito á tabella A.

ação dos direitos da troncos ou pedaços, idos com machado, é e Portugal se importe cedencias de Hespa- as sujeitar-se-hão ao para o commercio

anquia é unicamente as, naturaes de Hes- tificando-se a origem iz pelas etiquetas ou

enção de direitos do para aquelle que de ar em Portugal. As ugal do dito combus- o regimen estabele- o maritimo.

ento á tabella B.

que o transporte de s divididas pela fron- le commum accordo ois Paizes pela fórma s seus reciprocos in-

peito ás tabellas C e D.

— A marca é de 1 os.

13.º — Consideram-se ção para viveiros, e plicação d'esta taxa, aximo não exceda 22 ar.

292.º — O peixe sal- o (excepto bacalhau),

especial, las partidas comprenden otros productos que quedan excluidos del régi- men consolidado por las mismas tablas.

III. — En lo relativo á la tabla A.

Al número 9.º — La exención de dere- chos de la madera ordinaria en troncos ó pedazos con corteza ó desbastados al ha- cha, es solo para la madera que desde Por- tugal se importe en España. Las proceden- cias de España de este artículo, se sujetarán al régimen establecido para el comercio marítimo.

Al número 39.º — La franquicia es úni- camente para las aguas minerales, natura- les de España y Portugal; justificándose el origen de uno ú otro País por las eti- quetas ó marcas.

Al número 40.º — La exención de dere- chos del carbón mineral es sólo para el que desde España se importe en Portugal. Las procedencias de Portugal de dicho combus- tible se sujetarán al régimen establecido para el comercio marítimo.

IV. — En adición á la tabla B.

Queda declarado que el transporte de frutos de las propiedades divididas por la frontera será reglamentado de común acuer- do por el Gobierno de los dos Países, en la forma que mejor convenga á sus reciprocos intereses.

V. — En lo relativo á las tablas C y D.

Á los números 3.º y 229.º — La marca consiste en 1 metro y 47 centímetros.

Á los n.ºs 349 y 293. — Para que las ostras de cría para parques adeuden el derecho establecido, es preciso que cada mil tengan el peso máximo de 22 kilogra- mos.

Á los n.ºs 351 y 292. — Los pescados salados, ahumados ó secos (excepto el ba-

procedente de terceiro Paiz, fica sujeito em Portugal e em Hespanha aos direitos de 2\$160 réis, equivalentes a 12 pesetas por 100 kilogrammas.

VI. — *No que diz respeito ao appenso 6.º*

Ao artigo 4.º a. — Fica expressamente declarado que a linha marítima do Guadiana será fixada de comum accordo dentro do prazo estabelecido nas notas trocadas n'esta data entre os dois plenipotenciarios, sobre a base de que a linha media partindo do centro da linha da foz do rio descerá em direcção á junção dos thalwegs das duas barras, de maneira que tanto Portugal como Hespanha tenham aguas proprias para navegar. D'este ponto seguirá com inclinação para sudoeste, seguindo a linha um curso de 6 a 12 milhas até tocar o ultimo dos meridianos propostos pelos commissarios hespanhoes e d'ahi ao extremo das zonas.

Madrid, 27 de março de 1893.

(L. S.) = *Conde de São Miguel.*

calao) procedentes de un tercer País, quedan sujetos en España y en Portugal al derecho de 2\$160 réis, ó sean 12 pesetas por cada 100 kilogramos.

VI. — *En lo relativo al apéndice 6.º*

Al artículo 4.º a. — Queda expresamente declarado que la linea marítima del Guadiana será fijada de común acuerdo en plazo establecido por las notas cambiadas en esta fecha entre los dos plenipotenciarios, sobre la base de que la línea media partirá del centro de la línea de la boca del río y descenderá en dirección á unión de los canales de las dos barras, manera que tanto España como Portugal tengan aguas proprias para navegar. De este punto continuará con inclinación hacia el sudoeste siguiendo la línea un curso de 6 á 12 millas hasta tocar el último de los meridianos propuestos por los comisarios españoles y desde allí hasta el extremo de las zonas.

Madrid, 27 de marzo de 1893.

(L. S.) = *El Marqués de la Vega de Armijo.*

Ex^{to}
2/17/28

UNIT 11: THE HISTORY OF THE UNITED STATES

1993 1994

9

•

.

.

.

.

.

.

|



137
168.5

x

NEGOCIOS EXTERNOS

193 (2)

co

DOCUMENTOS APRESENTADOS ÀS CORTES

NA

SESSÃO LEGISLATIVA DE 1893

PELO

MINISTRO E SECRETARIO D'ESTADO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

NEGOCIOS COMMERCIAES E CONSULARES

SECÇÃO II

NEGOCIAÇÕES COM HESPAÑHA

COMMERCIO, TRANSITO, PESCA

INDICE DOS DOCUMENTOS

LISBOA

IMPRESA NACIONAL

1893

BS.

JAN 14 1928

-14-8

INDICE DOS DOCUMENTOS

II

Numero de ordem	Data	Por quem expedidos	A quem dirigidos
1	5 novembro 1885	Sr. Bocage (ministro dos estrangeiros).....	Sr. Mendes Leal (ministro de Portugal em Madrid).
2	26 novembro 1885	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
3	1 dezembro 1885	Sr. Bocage.....	Sr. Mendes Leal.....
4	24 dezembro 1885	Sr. Mendes Leal.....	Sr. Bocage.....
5	30 dezembro 1885	Sr. Bocage.....	Sr. Mendes Leal.....
6	17 fevereiro 1886	Sr. Mendes Leal.....	Sr. Bocage.....
7	3 março 1886	Sr. Barros Gomes (ministro dos estrangeiros)	Sr. Mendes Leal.....
8	5 abril 1886	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Mendes Leal.....
9	12 abril 1886	Sr. Mendes Leal.....	Sr. Barros Gomes.....
10	12 maio 1886	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Mendes Leal.....
11	23 junho 1886	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
12	1 julho 1886	Ministerio dos estrangeiros.....	Ministerio da marinha.....
13	2 julho 1886	Sr. Mendes Leal.....	Sr. Barros Gomes.....
14	4 setembro 1886	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
15	Setembro 1886	Direcção dos consulados.....	Sr. ministro dos estrangeiros.....
16	8 setembro 1886	Ministerio dos estrangeiros.....	Ministerio da marinha.....
17	18 outubro 1886	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
18	2 novembro 1886	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
19	9 novembro 1886	Ministerio dos estrangeiros.....	Ministerio da marinha.....
20	12 novembro 1886	Sr. Barros Gomes.....	Sr. S. Thedim (encarregado de negocios.....)
21	24 novembro 1886	Commissarios portuguezes srs. B. M. Freire e Andrade, J. Patricio Ferreira e F. A. Fonseca Regala.	Sr. ministro dos estrangeiros.....
22	1 dezembro 1886	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro (ministro de Portugal em Madrid).
23	3 dezembro 1886	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
24	9 dezembro 1886	Sr. Mendes Vigo (ministro de Hespanha em Lisboa).	Sr. Barros Gomes.....
25	13 dezembro 1886	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
26	13 dezembro 1886	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....

III

Assumplo	Páginas
principa que foram nomeados os commissarios portuguezes que têm de proceder á demarcação das aguas maritimas territoriaes, junto do Minho e Guadiana.	5
stituição de um dos commissarios portuguezes.	5
e proponha ao governo hespanhol a prorrogação por um mez do prazo estabelecido no artigo 37.º do convenio de pesca para se concluirem os regulamentos a que se refere o mesmo artigo.	6
e ficou ajustada a prorrogação; mas está a expirar o prazo d'ella; por isso pede instrucções.	6
e foram publicados no <i>Diario</i> d'esta data os regulamentos de pesca, por isso é desnecessaria a prorrogação do prazo a que se refere o artigo 37.º do convenio.	6
mette duas notas do ministro de Hespanha sobre a demarcação das aguas do Minho, e nomeação dos commissarios para a demarcação das do Guadiana.	7
licação dos trabalhos que incumbem aos commissarios na demarcação das aguas maritimas e fluviaes	8
meação de um terceiro commissario portuguez (cfr. doc. n.º 7).	8
stituição de um dos commissarios hespanhoes (cfr. dor. n.º 7).	8
argumentado o numero de commissarios portuguezes (cfr. doc. n.º 7)	9
mette um officio do commissario sr. Freire de Andrade; este expõe os trabalhos feitos em collaboração com os commissarios hespanhoes na demarcação das aguas do Minho e pede instrucções.	9
as instrucções pedidas no documento anterior.	11
na uma nota do ministro de Hespanha, dizendo este que não conyem augmentar o numero de commissarios para a demarcação das aguas do Minho.	12
em um officio do commissario sr. Freire de Andrade sobre a construcção de marcas para a demarcação das aguas do Minho.	13
bre o assumpto do documento anterior	14
prova as propostas do commissario portuguez feitas no documento n.º 14.	15
em as actas das sessões em que os commissarios dos dois paizes procederam á demarcação das aguas da costa do norte.	15
messa de um officio do commissario sr. Freire de Andrade e de copias de quatro actas da commissão de demarcação das aguas do Minho.	18
le copia da consulta dirigida ao governo pelos commissarios portuguezes (cfr. doc. n.º 21).	24
e pergunte ao governo hespanhol se approva a demarcação do Minho feita pelos commissarios, e approvada já pelo governo portuguez.	24
latorio sobre a demarcação das aguas do Minho e carta adjacente	25
bre o modo de se estabelecer a linha divisoria das aguas jurisdiccionaes nos rios	57
e é mais urgente a demarcação das aguas maritimas do que a fixação dos limites das aguas fluviaes; que consulte se convém tratar estes pontos juntos ou separados.	58
signa o capitão de fragata sr. Carlos Delgado e o ajudante de marinha de Ayamonte para com os commissarios portuguezes determinarem o meridiano que separe as aguas jurisdiccionaes na foz do Guadiana.	59
e vão ser nomeados os commissarios portuguezes para collaborarem nos trabalhos a que se refere o documento anterior.	59
messa de uma nota ao sr. Moret, ministro d'estado em Hespanha, lembrando a conveniencia de se assentarem, de commun accordo, algumas bases que sirvam á regularisação das divergencias entre os commissarios dos dois paizes na demarcação das aguas fluviaes.	60

Números de ordem	Data	Por quem expedidos	A quem dirigidos
27	20 dezembro 1886	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
28	24 dezembro 1886	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
29	31 dezembro 1886	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
30	31 dezembro 1886	Sr. Freire de Andrade.....	Ministerio da marinha.....
31	8 janeiro 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Freire de Andrade.....
32	10 janeiro 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
33	11 janeiro 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
34	11 janeiro 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
35	15 janeiro 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
36	17 janeiro 1887	Ministerio dos estrangeiros.....	Ministerio da marinha.....
37	20 janeiro 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
38	28 janeiro 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
39	31 janeiro 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
40	4 fevereiro 1887	Ministerio dos estrangeiros.....	Ministerio da marinha.....
41	8 fevereiro 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
42	10 fevereiro 1887	Ministerio dos estrangeiros.....	Ministerio da marinha.....
43	15 fevereiro 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
44	17 fevereiro 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
45	19 fevereiro 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
46	28 fevereiro 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
47	28 fevereiro 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
48	7 março 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
49	12 março 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....

Assumpto	Páginas
Que o sr. Moret (ministro dos negocios estrangeiros) concordou em chamar a si os documentos sobre a divisão das aguas fluviaes e aprasar em seguida uma conferencia especial. Remette uma nota que em novembro fôra dirigida ao mesmo sr. Moret perguntando se approvâ a demarcação das aguas maritimas adjacentes ao Minho.	61
Concorda no que é proposto pelo documento n.º 26.	62
Remette a nota que dirigiu ao sr. Moret e em que justifica as suas idéas sobre a demarcação das aguas do rio Minho; a qual nota tem por fim preparar a conferencia a que se allude no documento n.º 27, expondo qual deve ser o principio regulador d'essa demarcação, e estabelecendo as conclusões.	62
Explica a existencia de duas barras no Guadiana; communica a infundada pretensão que têm os commissarios hespanhoes de fazer passar pela barra da <i>Golada</i> o meridiano divisorio.	71
Que sustente o meridiano proposto pela comissão portugueza na foz do Guadiana.	72
Se os commissarios e os governos dos dois paizes não se pozerem de accordo, haverá necessidade de se propôr uma zona neutra na embocadura do Guadiana.	72
Sobre a demarcação das aguas do Minho; que a linha divisoria seja o centro da corrente, vicio ou linha de maior profundidade.	73
Que seja sondada a opinião do governo hespanhol sobre o estabelecimento de uma zona neutra na costa adjacente ao Guadiana.	73
Remessa de um officio (de 12 de janeiro) do commissario sr. Freire de Andrade sobre a demarcação das aguas na costa adjacente do Guadiana.	74
Pede opinião sobre o estabelecimento de uma zona neutra (cfr. doc. n.º 24).	75
Que não deve ser periodica a demarcação das aguas maritimas jurisdiccionaes.	76
Remette o parecer da comissão de pescarias sobre a proposta dos commissarios hespanhoes no Guadiana.	76
Remette um officio do sr. Freire de Andrade e outro do chefe do departamento maritimo do sul, nos quaes se trata dos diversos alvitres apresentados para a demarcação das aguas do Guadiana.	78
O governo considera condemnada a suggestão da zona neutra (cfr. doc. n.º 36), suggere a proposta de um outro meridiano.	80
Remessa de officio do sr. Freire de Andrade, informando que os commissarios de cada nação mantêm as suas propostas sobre as aguas maritimas adjacentes ao Guadiana; pergunta se convem propor a demarcação dos dois meridianos, e se convem que a exploração da zona media se faça alternadamente por pescadores portuguezes e hespanhoes.	80
Pergunta se convirá propor com caracter provisorio um meridiano unico entre os dois indicados pelos commissarios de cada paiz (cfr. doc. n.º 38 a 44).	81
Remette um officio da comissão de pescarias, que julga preferivel a adopção provisoria de um meridiano intermedio das duas propostas feitas respectivamente pelos commissarios portuguezes e hespanhoes (cfr. doc. n.º 40).	81
Remette actas da comissão mixta (cfr. doc. n.º 17), recommenda que, perante o governo hespanhol, se prevaleça dos argumentos constantes das actas, para sustentar a adopção do meridiano proposto pelos commissarios portuguezes na foz do Guadiana.	82
Que o governo hespanhol julgava urgente a revisão do tratado de commercio, do convenio de pesca e do de transito, que estavam a caducar em 30 de junho immediato.	83
Remette copia da nota que expediu, sustentando a superioridade da proposta portugueza na demarcação da foz do Guadiana.	84
Dá a synthese da nota a que se refere o documento antecedente; faz considerações sobre a reciprocidade da pesca; aguarda a iniciativa do governo hespanhol sobre a renovação ou prorogação do tratado de commercio e convenios de transito e pesca.	87
Approva os termos da nota a que se refere o documento n.º 46.	88
Remette copia da nota do sr. Moret, propondo as bases de discussão para se renovar o tratado de commercio. ...	88

Por quem expedidos	A quem dirigidos
lo Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
uperior das alfandegas	Ministerio dos estrangeiros
las obras publicas	Ministerio dos estrangeiros
las obras publicas	Ministerio dos estrangeiros
Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro
lo Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro
Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes
o Casal Ribeiro	Sr. Barros Gomes

VII

Assumpto	Página
Dá conta de uma conferencia com o sr. Moret sobre a renovação do tratado do commercio (cfr. doc. n.º 49).....	92
Consulta relativa á renovação do tratado de commercio (cfr. doc. n.º 49 e 50)	93
Consulta dos conselhos superiores de agricultura commercio e industria sobre a conveniencia de renovar ou modificar o tratado de commercio.	107
Sobre as disposições do artigo 8.º do tratado de 1883, cujo texto conviria alterar na hypothese de alguma das duas nações denunciar a convenção de propriedade industrial de 20 de março de 1883.	109
Analysa a proposta do sr. Moret (cfr. doc. n.º 49), estabelece as bases de uma contraproposta, e suggere o modo de assentar-se um <i>modus vivendi</i> até á conclusão de novo tratado.	110
Pergunta se deve propor para base da unificação do direito dos gados no <i>modus vivendi</i> a taxa proposta pela comissão de fazenda da camara dos senhores deputados, ou na alternativa o tratamento da nação mais favorecida.	117
Resposta ao telegramma antecedente: «póde propor a alternativa».....	117
Additamento ao telegramma antecedente: que offereça primeiro prorogação do tratado com reciprocidade de direitos; depois a prorogação com reciprocidade nas isenções de direitos; depois clausula da nação mais favorecida.	117
Que as bases da contraproposta portugueza serão acceitas em principio.....	117
Com um <i>pro-memoria</i> contendo a summula das bases geraes que entregou ao ministro do estado, dá conta da conferencia que teve com o sr. Moret; este parece que acceitará a contraproposta em principio, mas sobre o <i>modus vivendi</i> offerece objecções. O sr. conde lembra que no regimen provisorio, com referencia a gados, fique Portugal com a liberdade de os tributar até o limite do direito da pauta hespanhola, não sendo augmentado este.	117
Mantem as instrucções dadas sobre a generalidade do assumpto da contraproposta (cfr. doc. n.º 54); com referencia a gados indica tres propostas que successivamente devam fazer-se. Lembra uma elevação nos direitos do azeite.	121
Em conversação com o ministro d'estado, prevê difficuldades sobre as bases da unificação dos direitos de gado.	121
Additando as instrucções sobre a negociação do tratado de commercio, trata da elevação dos direitos do azeite.	121
O sr. Moret acceita a proposta portugueza para base da discussão do tratado, e acceita como <i>modus vivendi</i> a prorogação por um anno do convenio da pesca, e tratado de commercio; fixando-se n'este a liberdade reciproca para o gado lanigero e 5 por cento para o gado bovino. Pede-se o pleno poder, se tal accordo for approved.	122
Approva o projecto de accordo.....	124
Remette copia do projecto de accordo antecedente.....	124
Surge grande difficuldade na negociação do accordo (cfr. doc. n.º 63 a 65). O governo hespanhol quer a prorogação do tratado de commercio pura e simples — sem as modificações propostas com referencia a gado.	126
Explica o telegramma antecedente, manda copia da carta que dirigiu ao sr. Moret, e em que accentua opinião contraria á prorogação pura e simples do tratado de commercio.	127
Sobre a conveniencia de se prorogar o convenio de pesca independentemente do tatado de commercio.....	128
Lembra que por meio de troca de notas e decretos identicos nos dois paizes poderia continuar o convenio de pesca; manda copia da carta do sr. Moret, que procura encaminhar a negociação do tratado de commercio no sentido da liberdade reciproca dos gados; manda copia tambem de duas cartas que dirigiu áquelle ministro.	129
Approva o expediente lembrado no documento anterior para manutenção do convenio de pesca.....	131
O ministro da marinha de Hespanha é contrario á prorogação do mencionado convenio.....	181
O governo hespanhol está disposto a prorogar o mencionado convenio até serem discutidas as modificações que intenta n'elle introduzir.	181

VIII

	Por quem expedidos	A quem dirigidos
887	Sr. Barros Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro
887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
887	Sr. Barros Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
1887	Ministerio dos estrangeiros.....	Ministerio da marinha.....
1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
1887	Ministerio dos estrangeiros..	Ministerio da marinha.....
1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
1887	Ministerio dos estrangeiros..	Ministerio da marinha.....
1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Sequeira Thedim
o 1887	Sr. Mendes Vigo (ministro de Hespanha)...	Sr. Barros Gomes.....
o 1887	Companhia real dos caminhos de ferro.....	Ministerio dos estrangeiros..
o 1887	Companhia real dos caminhos de ferro	Ministerio dos estrangeiros.....
o 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros
o 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros
o 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro
o 1887	Ministerio da marinha.	Ministerio dos estrangeiros.....
o 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
o 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
o 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes
o 1887	Sr. Barros Gomes	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....

Assumpto	Páginas
Concorda com a prorrogação do convenio de pesca (cfr. doc. n.º 72).....	131
Copia das notas em que ficou ajustada a prorrogação (cfr. doc. n.º 72).....	131
Approva os actos do ministro plenipotenciario a que se refere o documento anterior.....	133
Accusa a recepção do despacho antecedente.....	134
Sobre terem ou não faculdade os pescadores de um paiz de lançarem redes nas aguas jurisdiccionales do outro, e poderem ou não pisar o solo d'esse outro paiz para colherem essas redes.	134
Interpretação do artigo 5.º do convenio da pesca: os portuguezes podem lançar redes nas aguas (fluviaes) jurisdiccionales hespanholas, mas não podem colhe-las da terra em territorio hespanhol (officio do chefe do departamento marítimo do sul).	135
Officios dos srs. Freire de Andrade e Baldaque da Silva ácerca do nivel da estiagem do rio Minho, e ácerca das marcas traçadas no anno antecedente.	135
Officio do chefe do departamento marítimo do sul sobre a conveniencia de se determinar onde acabam as aguas fluviaes e começam as aguas maritimas ou até onde são os terrenos adjacentes considerados margens do rio Guadiana para o lado da sua foz.	138
Sobre a sondagem do rio Minho e delimitação das margens na foz do Guadianna; adiamento das negociações convindo que se façam entretanto os estudos respectivos (cfr. doc. n.º 138).	138
Para que se formule um questionario sobre os pontos a esclarecer no regimen da pesca, a fim de ser remettido esse questionario ás auctoridades maritimas.	139
Indicação das questões pendentes sobre o regimen da pesca, e que convém estudar, segundo as hypotheses com que se poder contar, em presença da promessa feita pelo governo hespanhol de apresentar propostas de modificações ao convenio.	139
Recommenda-se ao encarregado de negocios que procure obter do governo hespanhol a apresentação do projecto de modificações ao regimen fluvial.	141
Bases para a discussão simultanea de convenios de commercio, pesca e transito.....	141
Reclamações sobre o convenio de transito, bagagens e mercadorias procedentes de França com destino a Portugal.	142
Notas sobre os generos exportados para Hespanha, sobre os importados no nosso paiz; direitos hespanhoes de exportação e direitos de importação em Portugal e Hespanha; movimento pelas linhas de Badajoz e Valencia de Alcantara.	144
Com o parecer da commissão de pescarias sobre os quesitos formulados no documento n.º 83.....	150
Pareceres do chefe do departamento marítimo do norte, e capitão do porto de Caminha sobre o regimen de pesca.	153
Considerações sobre as bases para os tratados de commercio e transito propostas pelo governo hespanhol (cfr. doc. n.º 85); mappas elucidativos; e memorandum para ser entregue ao mesmo governo.	155
Indicação das alterações que o chefe do departamento marítimo do sul julga necessarias ao convenio da pesca.	188
Que fez entrega do memorandum a que se allude no documento n.º 90, e expediu uma nota no mesmo sentido...	189
Recebida uma nota do governo hespanhol, accusando a recepção do <i>Memorandum</i> , do qual ia dar conhecimento aos ministros da fazenda e marinha. N'uma conferencia com o plenipotenciario portuguez, mostra o ministro de estado estar pouco conforme em varios pontos com as vistas do governo de Portugal expressas no referido <i>Memorandum</i> , especialmente sobre gados (cfr. doc. n.º 92).	190
Com uma nota dirigida ao ministro d'estado, chamando a attenção d'este sobre o facto de estar proxima a findar a prorrogação do convenio de pesca.	191
Que procure alcançar prorrogação do convenio de pesca ao menos por seis mezes.....	192

	A quem dirigidos
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Thedim..
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Mendes Vigo.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Sequeira Thedim.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Sequeira Thedim.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Sr. Sequeira Thedim.....
.....	Sr. Barros Gomes.....
.....	Ministerio dos estrangeiros.....
.....	Ministerio dos estrangeiros.....
.....	Ministerio dos estrangeiros.....
.....	Sr. Mendes Vigo.....
.....	Ministerio dos estrangeiros.....
.....	Sr. Barros Gomes.....

II

Assumppto	Página
Que o ministro da marinha hespanhol offerece objecções ao convenio de pesca vigente; talvez não possa obter-se a prorrogação por mais de tres meses.	193
Acompanha uma nota do ministro hespanhol concordando na prorrogação do convenio de pesca por tres mezes; outra nota do plenipotenciario portuguez accsitando essa prorrogação.	193
Approva os termos da nota a que se refere o documento anterior.	194
O sr. Moret declarou que brevemente convidará o sr. conde a conferenciar sobre o tratado de commercio.	195
No senado foi incitado o governo hespanhol a promover a união aduaneira com Portugal.	195
Sobre um decreto publicado em Hespanha, o qual não permite a entrada de gados senão pelas alfandegas de 1.ª classe.	195
Sobre o decreto do governo hespanhol que limita ás alfandegas de 1.ª classe a importação de gado vivo; que esse decreto foi revogado.	196
Proposta de meios para de commun accordo se evitarem as frandes no rio Minho em detrimento de um outro paiz.	197
Pergunta se deve propor nova prorrogação do convenio da pesca.	198
Que proponha nova prorrogação do convenio acima citado.	197
Prorrogação por meio de notas o convenio de pesca até 30 de junho.	198
Memorandum do governo hespanhol—proposta de umas bases para a negociação commercial.	198
Sal expedido de Cadiz, em transito para Fuentes de Oñoro, tendo sido naquelle porto embarcado em navio portuguez.	200
Relatorio sobre o memorandum do ministro de Hespanha (cfr. doc. n.º 107) com varios mappas.	201
Responde á nota de fins de abril:—insta pelo seguimento das negociações, tomando-se por base a renovação do tratado de 1888 com as seis modificações essenciaes que indica.	230
Reiterou o pedido da prorrogação do convenio da pesca; pergunta se póde acceitar a de 15 dias. O ministro de estado não occulta as poucas esperanças de chegar a accordo sobre tratado do commercio, em vista das bases sobre gado e vinho.	235
Que não acceite praso inferior a um mes.	236
Governo hespanhol accede á prorrogação do convenio de pesca por um mez.	236
Que acceite a prorrogação do convenio da pesca nas condições do telegramma antecedente.	236
Envia copias das notas em que ficou accordada a prorrogação do convenio da pesca.	236
Que foi promulgado em 30 de junho o decreto que prorroga os effeitos do convenio acima mencionado.	237
Remette um projecto do novo regulamento de policia da pesca costeira.	237
Confronto do projecto antecedente com o convenio de 1885, e observações da direcção.	245
Farecer da commissão de pescarias sobre o projecto hespanhol do regulamento da pesca.	247
Additamento ao parecer antecedente.	254
Impugna o projecto acima citado (cfr. doc. n.º 117).	255
Informação sobre o que se passou em Villa Real de Santo Antonio quando ali se reuniu a commissão mixta; alvitre de novos artigos no convenio de pesca; nota do que está escripto em livros de direito internacional, e do que está em pratica n'alguns paizes sobre a extensão das aguas territoriaes.	257
Proposta de <i>modus vivendi</i> no regimen de pesca vigorando o convenio de 1885, com a condição porém de ser reduzida a 3 milhas a zona de 6 que n'elle se fixára como reserva para os pescadores de cada paiz.	260

Numero de ordem	Data	Por quem expedidos	A quem dirigidos
27	20 dezembro 1886	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
28	24 dezembro 1886	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
29	31 dezembro 1886	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
30	31 dezembro 1886	Sr. Freire de Andrade.....	Ministerio da marinha.....
31	8 janeiro 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Freire de Andrade.....
32	10 janeiro 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
33	11 janeiro 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
34	11 janeiro 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
35	15 janeiro 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
36	17 janeiro 1887	Ministerio dos estrangeiros.....	Ministerio da marinha.....
37	20 janeiro 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
38	28 janeiro 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
39	31 janeiro 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
40	4 fevereiro 1887	Ministerio dos estrangeiros.....	Ministerio da marinha.....
41	8 fevereiro 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
42	10 fevereiro 1887	Ministerio dos estrangeiros.....	Ministerio da marinha.....
43	15 fevereiro 1887	Ministerio da marinha.....	Ministerio dos estrangeiros.....
44	17 fevereiro 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
45	19 fevereiro 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
46	28 fevereiro 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
47	28 fevereiro 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....
48	7 março 1887	Sr. Barros Gomes.....	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....
49	12 março 1887	Sr. Conde do Casal Ribeiro.....	Sr. Barros Gomes.....

Assumpto	Páginas
Remette um periodico, em que se encontra o extracto de um discurso do ministro de Estado (sr. Vega de Armijo), discurso em que lamenta a falta de accordo para o tratado de commercio em rasão de predominarem em Portugal as idéas proteccionistas; affirmando todavia aquelle estadista que de nenhum modo se empregarão represalias contra este paiz.	260
Acceita como <i>modus vivendi</i> o convenio de pesca de 1885, reduzindo de 6 a 3 milhas as aguas jurisdiccionadas e de 12 a 6 a zona de resguardo para osapparelhos de pesca nocivos.	261
Acceita a proposta de <i>modus vivendi</i> a que se refere o documento anterior.	261
Que o <i>modus vivendi</i> sobre a pesca entrará em vigor no dia 25 de setembro.....	262
Que o marquez de la Vega de Armijo manifesta desejo de chegar a accordo para um tratado de commercio; por occasião da proxima ida de Sua Magestade El-Rei a Madrid, haveria uma conferencia em que se assentasse as bases.	262
Recommenda que procure trazer o governo hespanhol a acceitar de preferencia um tratado sobre a simples base de nação mais favorecida.	263
Sobre a real ordem que restringiu em Hespanha a importação de gados.	264
Manda copia da <i>pro-memoria</i> que passou o marquez de Vega de Armijo sobre a negociação commercial, segundo as instrucções do despacho de 4 de outubro (cfr. doc. n.º 129).	264
Que o governo hespanhol parece não desejar por enquanto arrostar com as difficuldades parlamentares que receia, se levasse ás côrtes um tratado com Portugal que não satisfizesse os creadores de gado bovino.	268
Sente que o governo hespanhol adiasse a celebração de um tratado de commercio.	269
Recommenda que promova o accordo conveniente para que a alfandega de Fuentes de Oñoro seja habilitada a receber as mercadorias que em transito vão da Figueira.	270
Remette a nota que passou ao governo hespanhol segundo as instrucções no despacho antecedente (cfr. doc. n.º 134)	270
«Apontamentos» para facilitar o exame dos negocios pendentes entre os governos de Portugal e Hespanha — tratado de commercio, pesca e transito.	271
Que o governo hespanhol publicou parte da reforma da pauta das alfandegas; que o problema das relações mercantis com a Hespanha é de facil resolução na actualidade; suggere como <i>modus vivendi</i> as bases de 23 de junho de 1887 e 7 de novembro de 1888 (cfr. doc. n.º 69 e 131).	279
Insiste pela conveniencia de que lhe sejam dadas instrucções para se estabelecer um regimen commercial com a Hespanha.	281
Remette um parecer do conselho superior das alfandegas sobre a oportunidade do governo portuguez estabelecer negociações commerciaes com a Hespanha.	282
É habilitada a alfandega de Fuentes de Oñoro a receber e expedir mercadorias em transito de ou para a Figueira da Foz (cfr. doc. n.º 134).	285
Auctorisa que se proponham, como bases de negociação de novo tratado de commercio: 1.º o estudo do assumpto por commissarios dos dois paizes; e 2.º, o compromisso de não se tornarem extensivas a terceiro paiz as concessões que se fizerem no commercio das fronteiras.	286
Agradece a resolução havida sobre a habilitação da alfandega de Fuentes de Oñoro (cfr. doc. n.º 134 e 140)...	286
Como cumpriu o despacho de 16 de fevereiro (cfr. doc. n.º 141); conferencia com o duque de Tetuan, que prometeu para breve a sua resposta sobre o assumpto (negociações commerciaes), o qual tinha já sido presente em conselho de ministros, sendo applaudido por estes o pensamento da proposta portugueza.	286
Carta do sr. duque de Tetuan e resposta sobre as bases preparatorias da negociação do novo tratado de commercio.	292
Transito de mercadorias por Fregeneda e Fuentes de Oñoro; restricções impostas pela real ordem de 4 de dezembro de 1889.	295
Sobre a <i>real orden</i> a que se refere o documento anterior	296

XIV

Números de ordem	Data	Por quem expedidos	A quem dirigidos
147	8 julho 1891	Sr. conde de Valbom	Sr. Marianno de Carvalho
148	13 julho 1891	Sr. Eduardo Montufar Barreiros	Ministerio
149	18 julho 1891	Sr. Conde de Valbom	Sr. Conde do Casal Ribeiro
150	19 julho 1891	Sr. Conde de Valbom	Sr. Conde do Casal Ribeiro
151	21 julho 1891	Sr. Marianno de Carvalho	Sr. Conde de Valbom
152	27 julho 1891	Sr. Conde do Casal Ribeiro	Sr. Conde de Valbom
153	26 agosto 1891	Sr. Conde de Valbom	Sr. Marianno de Carvalho
154	5 setembro 1891	Sr. Conde do Casal Ribeiro	Sr. Conde de Valbom
155	17 novembro 1891	Sr. Conde de Valbom	Sr. Conde do Casal Ribeiro
156	27 novembro 1891	Sr. Conde de Valbom	Sr. Marianno de Carvalho (ministro da fazenda)
157	12 dezembro 1891	Exportadores de sardinha prensada	Ministerio dos estrangeiros
158	7 abril 1892	Sr. Costa Lobo (ministro dos estrangeiros) ..	Oliveira Martins (ministro da fazenda)
159	11 abril 1892	Sr. Oliveira Martins	Sr. Costa Lobo
160	12 abril 1892	Sr. Oliveira Martins	Sr. Costa Lobo
161	20 abril 1892	Sr. Costa Lobo	Sr. Salles Lencastre
162	27 abril 1892	Sr. Conde de Paraty	Sr. Costa Lobo
163	28 abril 1892	Sr. Conde de Paraty	Sr. Costa Lobo
164	30 abril 1892	Sr. Conde de Paraty	Sr. Costa Lobo
165	4 maio 1892	Sr. Costa Lobo	Sr. Conde de Paraty
166	13 maio 1892	Sr. Conde de Paraty	Sr. Costa Lobo
167	24 maio 1892	Repartição dos negocios commerciaes	Ministerio dos estrangeiros
168	25 maio 1892	Sr. Conde de Paraty	Sr. Costa Lobo
169	27 maio 1892	Sr. Conde de Paraty	Sr. Ayres Gouvêa (ministro dos estrangeiros)
170	1 junho 1892	Sr. Ayres de Gouvêa	Sr. Conde de Paraty
171	5 junho 1892	Sr. Conde de Paraty	Sr. Ayres de Gouvêa
172	6 junho 1892	Sr. Eduardo Montufar Barreiros	Sr. ministro dos estrangeiros
	1892	Sr. Madeira Pinto (director geral no ministério das obras publicas).	Sr. ministro dos estrangeiros

Assumppto	Páginas
Pede a nomeação de um commissario technico para o estudo das bases do tratado (cfr. doc. n.º 141).	298
Relatorio sobre o estado das negociações e parecer da direcção sobre o seu seguimento.	299
Nomeação dos commissarios por parte de Portugal (cfr. doc. n.º 141, 147); reservadas concessões que se fize- rem no commercio da fronteira.	300
Transito; <i>real orden</i> do 4 de dezembro de 1889, que o restringiu em Hespanha	301
Que se conforma com o parecer do conselho superior das alfandegas de 10 janeiro 1890, sobre as bases do novo tratado de commercio.	301
O governo hespanhol nomeará breve os seus commissarios (cfr. doc. n.º 141, 147, 149) para o estudo das bases do tratado de commercio, mas ainda não estão designados.	301
Solicita o parecer do ministerio da fazenda sobre a opportunidade de negociar e sobre as bases em que convem fazel-o.	303
Estão nomeados os commissarios hespanhoes para, conjunctamente com os commissarios portuguezes, iniciarem as conferencias preparatorias do tratado de commercio (cfr. doc. n.º 141, 147, 149, 152).	304
Para que principiem os trabalhos dos commissarios; que não se comprometta a opinião do governo sobre a clau- sula da incommunicabilidade.	305
Que sejam pelo ministerio da fazenda expedidas instrucções para os commissarios portuguezes (cfr. doc. n.º 152).	307
Representação sobre as perdas que soffre a industria no Algarve pela falta de tratado com a Hespanha, tendo-se elevado n'esse reino a taxa de 2 a 12 1/2 pesetas.	308
Que manda apresentar no ministerio dos estrangeiros o sr. Calvet de Magalhães, a fim de exercer as funcções de commissario technico nos estudos do tratado de commercio. (cfr. doc. n.º 149, 152, 156).	309
Resposta ao officio antecedente — que se apresentará o chefe de serviço Salles Lencastre, por não permittirem as urgencias de serviço que seja dispensado do ministerio da fazenda o sr. Calvet de Magalhães (cf. doc. n.º 149, 152, 156).	309
Resposta ao doc. 156. Instrucções por parte do ministerio da fazenda para os commissarios portuguezes.	309
Instrucções por parte do ministerio dos estrangeiros para os commissarios portuguezes.	310
Nota ao sr. duque de Tetuan, dizendo que os commissarios portuguezes estão em Madrid, e promptos a iniciar os seus trabalhos.	311
Conferencia com o sr. duque de Tetuan; apresentação dos commissarios.	313
Primeira conferencia com os commissarios hespanhoes.	314
Novas instrucções para os commissarios portuguezes.	315
Temessa de periodicos hespanhoes em que se falla do tratado de commercio.	316
Cartas de saude exigidas em Hespanha aos barcos de pesca portuguezes.	316
Conferencias dos commissarios; lista dos artigos para isenção de direitos; proposta sobre repressão do contra- bando.	318
Conferencias dos commissarios; listas para isenção de direitos; azeite, gado, cortiça	319
Isenção de carta de saude para os barcos de pesca.	320
Dá conta em resumo dos estudos feitos em commum pelos commissarios dos dois paizes nas conferencias preli- minares para a negociação do tratado.	322
Informa a direcção dos consulados qual é o estado das negociações e quaes os resultados das conferencias dos commissarios; dá parecer sobre as linhas geraes dos trabalhos que devam seguir-se.	324
Parecer sobre os pontos capitais em que deve assentar o tratado de commercio.	329

141

[illegible]

Assumpto	Páginas
Traçam-se as linhas geraes da negociação.	331
Accusa-se a recepção do despacho antecedente.	333
Instrucções para os commissários; estudo sobre favores no commercio de fronteiras, com incommunicabilidade, fructas.	334
Conferencia do encarregado de negocios com o sr. duque de Tetuan para, em vista dos estudos feitos pelos commissarios portuguezes e hespanhoes, se assentarem as bases do tratado de commercio e dos convenios de pesca e transito.	334
Applicação immediata das taxas da segunda columna da pauta hespanhola aos productos de origem portugueza.	336
Parecer sobre as bases genericas a adoptar na negociação dos tratados.	336
Bases da negociação do tratado; pesca; conversação com o sr. duque de Tetuan, que revela o desejo de remover dificuldades e não levanta-las.	337
Pedem-se providencias para facilitar o transito de mercadorias hespanholas através de Portugal.	338
Consulta sobre modificações a propor na renovação do convenio de pesca.	341
Parecer sobre o assumpto referido no documento anterior.	343
Projecto de tratado de commercio elaborado pelo governo de Sua Magestade Fidelissima, tendo em vista as conferencias dos delegados diplomaticos e technicos em Madrid (abrangendo o regimen de pesca e transito).	344
Que diligencieie obter brevidade na solução do tratado.	358
Objecções dos delegados hespanhoes ao projecto portuguez (cfr. doc. n.º 184).	358
A comissão hespanhola deseja reatar as conferencias para n'ellas serem discutidas algumas observações sobre igualisação de taxas no commercio maritimo, e hem assim para propor algumas modificações; pedem-se instrucções, e que vá a Madrid o commissario technico.	358
Tem uma conferencia com os commissarios hespanhoes.	359
Copia da conferencia a que se refere o documento anterior.	360
Autorisação para modificações no projecto portuguez (cfr. doc. n.º 187).	360
Carvão, madeiras, cera e aguas mineraes.	362
Elaboração de um contra-projecto.	362
Zonas de pesca.	362
Remessa do contra-projecto hespanhol e observações.	362
Contra-projecto a que se refere o documento anterior.	365
Zonas de pesca.	374
Approvação do contra-projecto, salvas algumas clausulas.	374
Carvão, madeiras; zonas de pesca; tratamento da navegação.	377
Tratamento da navegação.	377
Observações sobre as emendas propostas ao contra-projecto — madeiras, aguas mineraes, pão; terras cortadas pela linha de raia.	377
Tratamento da navegação.	378
Ampliação das tabellas E F para varias mercadorias (tratamento da nação mais favorecida).	378
A comissão hespanhola acceitou as modificações a alguns artigos do contra-projecto.	379

XVIII

Numeros de ordem	Data	Por quem expedidos	A quem dirigidos
204	23 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
205	23 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
206	24 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
207	24 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
208	24 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
209	24 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
210	24 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
211	25 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
212	25 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
213	25 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
214	25 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
215	26 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
216	25 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
217	25 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
218	26 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
219	26 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
220	26 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
221	26 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
222	26 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
223	27 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
224	27 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro
225	27 março 1893	Sr. Hintze Ribeiro	Sr. Conde de S. Miguel
226	29 março 1893	Sr. Conde de S. Miguel	Sr. Hintze Ribeiro

Assumpto	Páginas
Modificações das tabellas E, F; outras na tabella B (propriedades cortadas pela linha da raia)	379
Tabella B; tratamento á navegação; pesca	379
Acceitas varias emendas portuguezas; a commissão hespanhola insiste pela ampliação das tabellas E, F; vinhos.	380
Navegação; tabella B; linhas divisorias nas aguas maritimas adjacentes ao Minho e Guadiana	380
Tabellas E, F	381
Tabellas E, F	381
Tabellas E, F	381
Tabellas E, F; zonas fiscaes; Guadiana	382
Divisão das aguas na foz do Guadiana	382
Linha divisoria no Guadiana	383
Tabellas E, F; reserva de favores; linha do Guadiana	383
Tabellas E, F	383
Tabellas E, F; vinhos	384
Tabella F	384
Tabellas E, F; Guadiana	384
Remessa do texto do tratado	384
Navegação; linha do Guadiana	386
Guadiana; accordo definitivo; será assignado o tratado no dia seguinte	386
Protocollo — bases para a marcação da linha divisoria do Guadiana; vinhos excluidos das tabellas E. F.; agrade- cimento e congratulação; louvor ao ministro plenipotenciario.	386
Approvação do texto do tratado e appensos	387
Tabellas E, F; perguntas sobre declarações no protocollo; Guadiana	387
Tabellas E, F; vinhos; cortiça; linha do Guadiana	388
Remessa do texto original do tratado de commercio e dos seus appensos	388

Ex LV.
3/12/28

